

Callipole

Revista de Cultura n.º 21 - 2014



Município de Vila Viçosa • Câmara Municipal





Callipole

Revista de Cultura

OFERTA

Callipole

Revista de Cultura

N.º 21 – 2014



Município de Vila Viçosa
Câmara Municipal

Propriedade

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Director

Presidente da Câmara Municipal
de Vila Viçosa

Director Adjunto

Licínio Lampreia

Conselho de Redacção

António Rosa

Carlos Aurélio

Francisco Segurado

João Ruas

João Tavares

Licínio Lampreia

Manuel Lapão

Margarida Borrega

Mário Tavares de Oliveira

Tiago Salgueiro

Colaboradores deste número

Ana Cardoso

André Carneiro

António Candeias

António Pedro Santos

António Rei

Armando Quintas

Artur Goulart de Melo Borges

Bernardo Patinhos

Carlos Aurélio

Carlos Pinto Gomes

Cátia Souto

David Germano

Eduardo M. Raposo

Inácio Guerreiro

João Caraça

João Ruas

Joaquim Saial

José Mirão

Licínio Lampreia

Luís Dias

Luís Lopes

Maria Luísa de Carvalho

Milene Gil

Moisés Cayetano Rosado

Nuno Grancho

Rosário Martins

Ruben Martins

Rui Arimateia

Stephane Longelin

Tiago Salgueiro

Capa

D. Teodósio I, 5.º Duque de Bragança

Pintura de Domenico Duprás (1725)

Foto Capa

©Joaquim Real Andrade

(Fundação da Casa de Bragança)

Administração e Redacção

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Praça da República

7160-207 Vila Viçosa

Telefone: 268 889 310 – Paços do Concelho

Endereço electrónico de *Callipole*

geral@cm-vilavicosapt

Execução gráfica

Colibri – Artes Gráficas

Periodicidade anual (21.º ano)

Tiragem: 1 000 exemplares

ISSN: 0872 5225

Depósito Legal n.º 121787/98

Os artigos são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

NOTA DE REDACÇÃO	9
------------------------	---

ESTUDOS HISTÓRICOS

OS DIAS DA CONVENÇÃO <i>João Ruas</i>	13
--	----

JOSÉ, NETO DE JERÓNIMO <i>Carlos Aurélio</i>	23
---	----

REI D. CARLOS, GANADEIRO <i>Tiago Salgueiro e Bernardo Patinhas</i>	35
--	----

UM TOQUE DA FORTUNA: CATARINA PIRES FOLGADA, TIA DO 1º DUQUE DE BRAGANÇA, AÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL (SÉCULOS XIV – XV) <i>António Rei</i>	53
--	----

EMIGRACIÓN EXTERIOR DE LA PENÍNSULA IBÉRICA DURANTE EL DESARROLLISMO EUROPEO. EL CASO EXTREMEÑO-ALENTEJANO <i>Moisés Cayetano Rosado</i>	59
--	----

ESTUDOS DO PATRIMÓNIO

A FUNDAÇÃO DO MUSEU DE ARTE SACRA DE VILA VIÇOSA RARO EXEMPLO DE COOPERAÇÃO <i>Artur Goulart de Melo Borges</i>	81
---	----

Índice

O LIVRO DAS PLANTAS DAS FORTALEZAS, CIDADES E Povoações DO ESTADO DA ÍNDIA ORIENTAL DA BIBLIOTECA DO PALÁCIO DUCAL DA CASA DE BRAGANÇA, VILA VIÇOSA <i>Inácio Guerreiro</i>	95
1953-1962, UMA DÉCADA DE VILA VIÇOSA (2.ª parte: 1956-1958) <i>Joaquim Saial</i>	119
NOVAS PERSPECTIVAS DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO URBANO: PLANOS ESTRATÉGICOS E DISTRITOS CULTURAIS <i>Licínio Lampreia</i>	133
O IMPACTE DAS PEDREIRAS INACTIVAS NA FAUNA, FLORA E VEGETAÇÃO DA ZONA DOS MÁRMORES: PROBLEMA OU BENEFÍCIO ? <i>David Germano, Luís Lopes, Carlos Pinto Gomes, António Pedro Santos e Ruben Martins</i>	149
A INSTITUIÇÃO E A GEOGRAFIA DIOCESANA ELVENSE NO CONTEXTO DA FUNDAÇÃO DAS ORDENS RELIGIOSAS <i>Nuno Grancho</i>	173
UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O PovoAMENTO ROMANO NO CONCELHO DE VILA VIÇOSA <i>André Carneiro</i>	199
A FÁBRICA E A SOCIEDADE SOFAL DE VILA VIÇOSA – O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO E SEUS INTERVENIENTES <i>Armando Quintas</i>	221
A CASA DE FRESCO DE SANCHES DE BAENA (PARTE 2): DIAGNÓSTICO DE ANOMALIAS, SUAS CAUSAS E EFEITOS <i>Milene Gil, Rosário Martins, Maria Luísa de Carvalho, Cátia Souto, Luís Dias, Stephane Longelin, Ana Cardoso, José Mirão e António Candeias</i> ...	247
JOSÉ AFONSO – REFERÊNCIA MATRIZ DA NOVA MÚSICA PORTUGUESA <i>Eduardo Raposo</i>	261

HOMENAGEM A TÚLIO ESPANCA

TÚLIO ESPANCA, CENTENÁRIO DO NASCIMENTO

VILA VIÇOSA, 8.5.1913 – ÉVORA, 8.5.2013

Rui Arimateia 281

HOMENAGEM A BENTO DE JESUS CARAÇA

DE VILA VIÇOSA PARA O MUNDO

João Caraça 313

NOTA DE REDACÇÃO

Começo por recordar como estamos longe daquele ano de 1993, quando no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, foi apresentado o n.º 1 da Revista de Cultura *Callipole*. O número fundacional foi coordenado por Manuel Inácio Pestana, colaborador da Câmara Municipal de Vila Viçosa e reputado docente e investigador na área da História, e por Joaquim Torrinha, reconhecido investigador na área da cerâmica popular alentejana, da azulejaria e da história local, ambos já falecidos.

Quando ainda ecoa na nossa memória a notícia do recente falecimento de Joaquim Torrinha, é o seu culto à Revista *Callipole* que quero recordar hoje, começando por lembrar que é justo não esquecer que a mesma está unida à sua figura, que a fez nascer e foi um dos seus principais dinamizadores. Na intensa actividade em várias funções e no carinho e contínuo empenho com que se associou à criação e ao desenvolvimento posterior da Revista, viveu Joaquim Torrinha muitos anos da sua existência. Primeiro, como co-fundador e coordenador do primeiro número; depois, como membro do Conselho de Redacção e, sobretudo, pelo meritório labor científico e pelos trabalhos publicados desde o primeiro ao vigésimo número, constituindo um caso singular. Através da boca dos seus inúmeros discípulos, leitores e amigos, encontramos testemunhos sólidos do enraizado amor de Joaquim Torrinha por tudo o que dizia respeito à Revista. Eu acrescento, porém, que estou certo que este trabalho será grande na história de *Callipole*.

Callipole, número apóis número, avança e enriquece-se porque é um projecto dinâmico, um espaço de encontro, de confluência de ideias e de pluralidade de conteúdos, assim como de construção de projectos originais de investigação. Como é sobejamente conhecido, o que faz tão valiosa esta publicação é a escolha criteriosa dos seus temas, a análise de fundo rigorosa e a abordagem científicamente fundamentada dos seus textos, convertendo-se num magnífico caudal de reflexão e de conhecimento, cujos conteúdos permitem alimentar muitos estudiosos e investigadores e possibilitar sistematicamente uma ulterior consulta.

E chegamos ao número vinte e um, que apresenta aspectos que merecem o nosso regozijo. Com efeito, nesta ocasião está presente uma coexistência cultural patente nos capítulos de Estudos Históricos e do Património e de Criação Li-

Nota de Redacção

terária, aos quais se juntam os espaços dedicados às homenagens e às notícias culturais. Pode dizer-se que a pluralidade de pontos de vista, a vocação de abertura, de tolerância, de diversidade, de especialização e de vinculação aos aspectos da cultura e do património do concelho de Vila Viçosa, reflectem-se, desde logo, no presente número, quer no nutrido leque de matérias tratadas, quer no expressivo número de colaboradores portugueses e estrangeiros, que submeteram os seus trabalhos à Revista. Acresce que *Callipole* publica um vasto leque de conteúdos inéditos, variados e de excelente qualidade que permitem garantir os pergaminhos da publicação. Desta vez, temos um vasto colectivo pluridisciplinar constituído por 30 colaboradores, 14 dos quais publicam pela primeira vez. É-me grato registar, acima de tudo, que abrir este número de *Callipole* significa iniciar um itinerário pela história e pelo património local, sendo, mais uma vez, significativo o conjunto de textos que incidem sobre o município de Vila Viçosa, escritos por 5 autores locais.

Por outro lado, a componente literária é parte integrante do segundo número especial de *Callipole*, que reúne os mais recentes, completos e rigorosos estudos dedicados a Florbela Espanca, da autoria de especialistas nacionais e estrangeiros. Com este volume se encerra, por enquanto, esta compilação da investigação florbeliana, patrocinada pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, dando, assim, continuidade ao primeiro volume especial publicado no ano anterior.



Estudos Históricos

OS DIAS DA CONVENÇÃO

João Ruas*

O ano de 1834 não começou da melhor forma para o exército de D. Miguel I, rei de Portugal, visto que decorria já há alguns anos a guerra civil contra os exércitos da rainha D. Maria II, comandados pelo regente D. Pedro, duque de Bragança.

No mês de Janeiro, o conde de Saldanha, vai infligir uma derrota ao general Lemos, comandante do exército de D. Miguel I, em Pernes; no mês seguinte, derrota de novo o mesmo general, mas em Almôster, quando as tropas de D. Miguel reuniram o exército do Alentejo e as forças que abandonaram o cerco do Porto. Foi uma batalha muito importante porque os realistas tinham ali um grande número de homens e previam iniciar uma campanha na Primavera.

No entanto, caberia ao duque da Terceira conseguir a vitória definitiva sobre o exército de D. Miguel a 16 de Maio, na Asseiceira, obrigando o inimigo a retirar para Santarém e posteriormente para Évora, onde D. Miguel chega a 21 desse mês, para aí fazer o seu último quartel-general. O duque de Terceira ocupa sucessivamente Torres Vedras, Golegã e Santarém a 18 de Maio.

Entretanto o conde de Saldanha, que após a batalha de Almôster ocupara o Cartaxo, Vila Franca e chegara a Lisboa a 22 de Fevereiro, vai agora também dirigir-se para o Alentejo na sequência dos movimentos do duque da Terceira.

Este marechal que ocupara Santarém a 18 de Maio, segue o rumo dos exércitos de D. Miguel, mas em Montemor-o-Novo inflete para Estremoz e recebe uma primeira carta do general Lemos, datada de Évora a 23 de Maio:

Estou autorizado propor huma suspensão d'Armas, afim de entrar em negociações para se não derramar mais sangue Português...

ANTT, Convenção de Évora Monte, doc 7

* Bibliotecário-Arquivista.

A resposta do Duque da Terceira é dada “sobre a marcha”, a 24 e afirma que vai para Estremoz e só dali irá responder com mais propriedade. Nesse mesmo dia, 24 de Maio, o conde de Saldanha já está em Montemor-o-Novo e escreve ao duque da Terceira. Transmite-lhe a notícia de que já se encontrara com um oficial do exército de D. Miguel, o general António Joaquim Guedes que lhe entregara uma cópia da carta que o duque já conhecia.

Ainda nesse dia o conde de Saldanha responde ao general Lemos e acentua a expressão “sangue português” que também fora usada por aquele general na sua missiva. Esta mesma expressão vai figurar no início do texto assinado dois dias mais tarde em Évora Monte:

Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro, Duque de Bragança Regente em Nome da Rainha a Senhora D. Maria Segunda movido do desejo de que quanto antes termine a effusão de sangue Português e se pacifique completamente o Reyno...

Convenção de Évora Monte, BNP MSS 250, n.º 23

Os textos a que nos referimos, quer das cartas quer do tratado, contrariam uma outra hipótese que ainda pairou sobre as hostes. Tratava-se de esgrimir uma última batalha nos campos da Azaruja, vasta planície entre Évora Monte e Évora. Teria sido um “final” com toda a galhardia e pundonor mas inútil pois o exército de D. Miguel era já “une armée en deroute”.

Nas cartas que foram trocadas entre os comandantes dos exércitos, nos dias seguintes, já consta a resolução de deixar sair do país D. Miguel, que poderá embarcar num porto à sua escolha. Contudo, deverá fazê-lo a bordo de um navio de uma das nações coligadas na Quádrupla Aliança [Espanha, Grã-Bretanha, França e Portugal], tratado já ratificado por D. Pedro.

Começam também a surgir mais assuntos de igual importância. Primeiro é necessário saber o que a infanta D. Isabel Maria, que se encontra em Elvas, pretende fazer, pois pode acompanhar D. Miguel ou regressar a Lisboa, o que acabou por acontecer. Depois é necessário saber qual o destino do infante D. Carlos de Espanha, que entretanto se juntara a D. Miguel, e estava também em Évora. Acabaré por embarcar no Montijo e seguirá para Inglaterra.

Aqui chegados, temos no terreno as tropas de D. Miguel sediadas em Évora, cerca de 18.000 homens, consideravelmente pouco para quem pode dispor de 80.000. Os exércitos da rainha estavam em círculo à volta de Évora, isto é, o conde de Saldanha em Montemor-o-Novo e Arraiolos com cerca de 20.000 homens, e o duque da Terceira em Estremoz com igual número. Por isso, uma das preocupações referida na correspondência entre os generais é a de que os exércitos não deviam aproximar-se (ANTT doc. 16) para evitar o recontro.

Na sequência dos movimentos militares e da vontade de solucionar todas as situações, surge uma carta do duque de Terceira ao general Azevedo Lemos, com uma passagem bem elucidativa.

... se V. Ex^{cia} aquiesce à deposição das armas está terminado o motivo unico das hostilidades que imediatamente cessão. Eu vou hoje ocupar Évora Monte e dali me entenderei com o Conde de Saldanha...

ANTT, Évora Monte, doc 23 de 26. V. 1834

Esta carta é a primeira que refere o castelo que se situa entre Estremoz e Évora, logo um ponto afastado de ambas as cidades e que fica a 20 km da primeira e a 30 km da capital do Alentejo. Assim se inscreveu o nome desta terra como um marco na História de Portugal. No entanto, outros assuntos de sobre-eminente importância têm agora de ser resolvidos.

- Ocupação, pelas tropas da Rainha, de todas as praças militares e substituição dos comandantes, e.g. Elvas, documentos 27 a 31 da Torre do Tombo.
- Cumprimento das disposições da “Convenção” de Évora Monte, tais como locais de pernoita de D. Miguel, escolta militar só formada por tropas suas ou também das da Rainha, lista e número de pessoas que acompanharam o rei agora exilado (docs. ANTT, 34 a 36).
- Destino e calendarização de movimentos dos militares do exército de D. Miguel, cujos oficiais passam directamente para o exército da Rainha e as praças são desmobilizadas e seguem para as suas próprias casas.

Apesar de continuar em marcha para Évora, o duque de Terceira tem de resolver o que ressalta do final da guerra.

Assim, o documento 31, carta ao conde de Almer, governador miguelista do Alentejo, intima-o a cumprir as decisões de Évora Monte e entregar o comando da praça de Elvas, está datado de 30 de Maio, do quartel-general na Azaruja.

As listas das pessoas que acompanhavam D. Miguel, documentos 34 a 36, são de tal modo extensas que no final vão largar de Sines a 1 de Junho dois navios, a fragata Stag, onde segue D. Miguel, e outro é a corveta Nimrod. Sabemos que os navios ainda estiveram ancorados na baía de Cascais e só a 5 de Junho largaram para Génova.

O percurso de D. Miguel fica expresso no documento 39 e as datas apontadas a 28 de Maio pelo general Azevedo Lemos serão cumpridas. A 30 de Maio irá passar a noite em Alvito, a 31 em Alvalade do Sado, para chegar a Sines a 1 de Junho onde acabou por embarcar.

Existe uma descrição deste episódio feita pelo tenente-coronel Simão Infante de Lacerda, comandante da escolta, que descreve as dificuldades presenciadas. Todavia, na véspera, a chegada a Alvalade do Sado e a sua estadia são muito sentidas pelo povo, o que comoveu D. Miguel, tal como nos apresenta Soares Vítor, baseado no relato de uma testemunha.

Em Évora Monte é “concedida” a amnistia geral a todos os delitos políticos desde 31 de Julho de 1826 (artigo 1.º) e “os oficiais militares amnistiados”, do

exército de D. Miguel, que fora o exército do Rei de Portugal, conservam os seus postos e ficam a cargo do governo (artigo 3.º). O artigo 5.º estipula uma pensão anual de 60 contos de réis e o artigo 7.º refere que D. Miguel tem de sair do país no prazo de 15 dias e não deve voltar mais.

Por outro lado, as praças do exército derrotado devem entregar as suas armas e serão desmobilizados, dirigindo-se para a capital da Província onde nasceram, sob o comando dos seus oficiais e aí receberão guia de marcha para os seus domicílios (3.º artigo de execução).

Lista de Províncias e cidades	
Beira Baixa	Abrantes
Beira Alta	Viseu
Trás-os-Montes	Vila Real
Entre Douro e Minho	Porto
Alentejo	Évora (guias na hora)
Algarve	Faro
Lisboa e Estremadura	Cartaxo

Um outro assunto que vai ser resolvido com o duque da Terceira já na Aza-ruja e o general Lemos ainda em Évora, é o da escolta a D. Miguel até Sines.

Pretendia o general Azevedo Lemos que a escolta de cavalaria para acompanhar D. Miguel fosse constituída por uma unidade do seu exército (documento 37). O Duque da Terceira concede que seja mista e assim a escolta vai ser constituída por homens dos dois exércitos. Outro documento refere ainda qual o destino das joias da coroa (doc. 47) e que a cidade de Évora será ocupada a 31 de Maio.

Penso que se tornou clara a situação que daqui podemos observar.

Os exércitos em movimento; primeiro D. Miguel de Santarém até Évora (21 de Maio) depois da derrota da Asseiceira a 16 de Maio; segundo, os exércitos da Rainha com o conde de Saldanha até Montemor (24 de Maio) e o Duque da Terceira até Estremoz (24 de Maio). Aqui chegados, os documentos revelam as conversações para se encontrarem em Évora Monte (26 de Maio). Ponto central de um triângulo desenhado entre Évora, Montemor e Estremoz, daí resultou esse acordo para aqui culminar a guerra civil e pôr fim à “efusão de sangue português”.

Évora Monte passa a ser um símbolo do triunfo da paz sobre a guerra, mas mais ainda, dadas as condições magnânimas da Convenção, pretendia vir a ser o início de uma época de união e prosperidade. Sabemos que tal não aconteceu de modo linear e o país só encontrará uma certa calma na década de cinquenta.

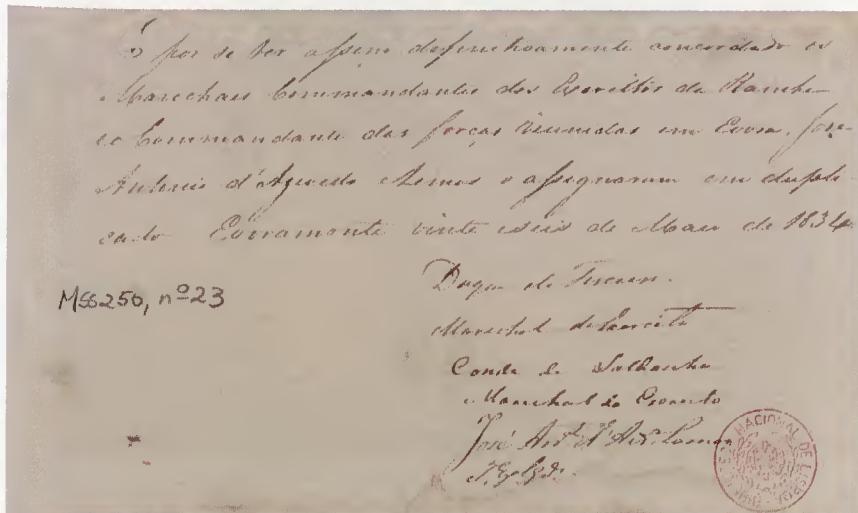
Bibliografia sumária

Manuscritos

A.N.T.T., Convenção de Évora-Monte, n.º 1864, cartas e documentos.
B.N.P., MSS. 250, n.º 23.

Impressos

- LOUSADA, M. A., D. Miguel / Maria Alexandra Lousada e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.
- HISTÓRIA, História de Portugal / dir. José Matoso. – Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, Vol. 5, “O liberalismo”.
- HISTÓRIA, História de Portugal / dir. José Hermano Saraiva. – Lisboa: Publicações Alfa, 1983, Vols. V e VI.
- HISTÓRIA, História de Portugal / coord. Rui Ramos. – Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, Vol. 5.
- SILVA, Armando B. M da, Miguelismo. Ideologia e Mito / Armando Barreiros Malheiro da Silva, Coimbra: s. n., 1993.
- VITOR, Soares, Como o povo de Alvalade recebeu D. Miguel /Soares Vítor, periódico in “Colecção do Dr. João Jardim de Vilhena”, Arquivo da Universidade de Coimbra.





Grauado, Rua Portuense N° 36 Lisboa Anno 1825

Ribeiro Sulp



O Marechal do Exército Joaquim de Saldanha

Marquês de São Vicente





1825 { Coronel
α José Antônio de Azevedo
1830 } do Canto

... para marcha para o trapo, e chegar-las aos seus destinatários
estando guias para os seus destinatários dezenas.

Pátecas da Beira Baixa	Abrantes
de Beira Alta	Elvas
de Trás-os-Montes	Vila Real
d'Enhi Doma e Lameiro	Porto
d'Alenxipe	Guias imediatamente
de Algarve	Faro

Os Sílicios, Ordemens e voluntários de qualquer
denominação que sejam receberem imediatamente guias
para os seus homens.

É por se ter appurado definitivamente concordado os
Barões Comandantes dos Bocados de Minho
e Comandante das forças reunidas em Coimbra, fize
futuramente abertos armos e apagaram em despe
rado Corramonte vinte e seis de Maio de 1834.

MSS250, n°23

Braga de Torreiro.

Marcos de Sá Carneiro

Conde de Saldanha

Marquês de Oliveira

José António de Sousa Lopes

J. G. B.





JOSÉ, NETO DE JERÓNIMO

Carlos Aurélio

Só no dia da morte de José Saramago, em Junho de 2010, lhe escutei o discurso proferido na Academia Sueca aquando do Nobel, em 1998. Na dúzia de anos de permeio li *Caim* e *As Intermítências da Morte*, muito depois de duas décadas antes ter-me ficado pelo *Memorial do Convento*. A obra de Saramago, inesperada e inovadora, experimentei-a inóspita à minha própria perspectiva, alma de outro planeta, sem que isso tivesse que ver com a tão propalada pontuação esquisita e até, ao invés, não senti qualquer dificuldade rítmica em ler-lhe os textos, dado o tom coloquial e a fluência que neles facilmente se cavalga.

Mas naquele dia da morte de Saramago soube do que não sabia, de uma certa sua infância algures num quintal do Ribatejo a dormir ao relento debaixo dos céus estrelados de Verão, ele, José, companheiro e neto do seu avô Jerónimo. Ao escutar-lhe na rádio o discurso lembrei-me que também eu tivera um avô Jerónimo, alentejano e tão camponês como o dele. Fiquei pois muito atento à voz que naquele dia se apagara. Depois de atento, quedei perplexo, por fim, desapontado. Desse desapontamento aqui darei conta, sabendo que nada disto aquece ou arrefece, tal a dimensão da minha insignificância perante o premiado Nobel da Literatura, expoente que a crítica universal consagrou, salvo seja o incômodo de consagrar quem tanto recusou o sagrado.

1. Toda a literatura contém filosofia supondo nesta uma perspectiva de pensamento ou, ao menos, uma indagação suspensa perante o princípio e a causa das coisas. A arte literária de Saramago, imaginativa e fértil, supõe e propõe um pensamento dinâmico que urge percorrer desde fontes remotas. Se soubermos donde brota um regato de água, melhor o perceberemos até à sua foz. Convém sobrevoar o regato até à sua bacia hidrográfica, talvez em voo de pássaro o façamos, vendo a que mar aflui aquela filosofia. Isso faremos.

Antes dos três clássicos gregos – Sócrates, Platão e Aristóteles – importa apontar dois filósofos, hoje tão vigentes como outrora: Heraclito e Parménides. Para o primeiro tudo estaria em processo contínuo de fluxo vital – «não podemos entrar duas vezes nas águas do mesmo rio», – nada se repete, a vida é continuidade dinâmica; de outro modo pensava Parménides defendendo que “o que é”, não pode ser criado nem destruído, o “ser” é eterno, o que faz “ser” permanece imutável, sob pena de que a essência, se anulada, deixaria de dar subsistência ao que existe: o “óntos” (o Ser) é a semente divina em nós, a eternidade para a qual tudo é mudança e relatividade. Sobrepondo o que de Saramago li parece-me claro que a obra do Nobel português, descontando o ateísmo, incorpora muito de Heraclito, quase nada de Parménides. Nele, o homem mede todas as coisas ao jeito de Protágoras e, ao fazê-lo, sustenta-se apenas de relativismo humano: o que há de vago ou preciso, erradamente chamado de espiritual, ad-vém da matéria e do homem, o espírito é um epifenômeno cerebral.

É este o veio literário a percorrer e muitos outros filósofos poderíamos aglutinar à visão do escritor ribatejano que, no essencial, nada tem de inédito, se bem que a literatura tenha que ver com a alma expressiva do dizer e não propriamente com o que se diz. Pelo atomismo de Demócrito chegariam ao materialismo de Epicuro que, contrário ao estoicismo de Epicteto, formou uma das duas principais correntes filosóficas da Roma imperial. Do hedonismo epicurista quanto baste, saltariam os medievais nos quais não distinguimos influência de monta em Saramago, a Montaigne seria lícito irmaná-lo pelo ceticismo do autor dos *Ensaios*. Aliás, o Nobel português chegou a auto-retratar-se como ensaísta em vez de romancista, certamente porque desejava a sua literatura catalisadora de modelos sociais, talvez por tentativas ou ensaios, sem que o movesse o âmago essencial da vida humana particularmente vista. Ele achava porventura que a origem de classe necessariamente impõe a expressão do amor: D. João V tem que subjugar em vez de amar, conseguindo ser pusilânime, enquanto Baltasar busca e ama em verdade inteira. Todavia, sendo largo o lastro da ficção, jamais a classe social pode deduzir e impor a funda idiossincrasia pessoal. Dito melhor, as suas personagens modeladas ao que ele projecta ideal e socialmente, não caem em abismos existenciais nem se dilaceram em paradoxos. Para quem leu Balzac ou Camilo, também Huysmans ou Thomas Mann, mais ainda Dostoiévski, encontra a condição humana em suas agruras de dicotomia e tragédia sem que a sociologia, ou sequer a racionalidade, possam bastar para sondarmos a profundezas, talvez incognoscível, dos homens. Quem não recorda os *Irmãos Karamazov* ou *Crime e Castigo*? Ao invés, as personagens de Saramago acabam por ser “modelares”, enraizadas na classe social quer em cultura de progresso quer de reacção, umas servem a humanidade, outras significam ganância grotesca e domínio calculista, tudo extraído da cabeça criadora de uma falsa deusa Atena, sem que a transcendência preencha ou atormente. Tanta luz moral acaba por ofuscar, faltam-lhe as cores vivas e contraditadas que existem em todos os homens.

Ao trazermos à liça Montaigne, o notável e grande Montaigne, diga-se, derivámos do riacho pensável, pois que a Espinosa queríamos ir, este outro mais notável ainda, filho de portugueses judeus que a Inquisição fez fugir de Beja,

dizem uns, da Vidigueira afirmam outros, até que chegassem a Amesterdão onde nasceu o filósofo. E falamos de Bento Espinosa que com Descartes originou a moderna filosofia, porque foi ele o equivalente na sinagoga do que havia sido Lutero frente à Igreja Católica, contudo sem as consequências de ferida e dissidência que teve o honesto impulso do frade agostinho alemão. Há no espinozismo cisão racionalista contra o judaísmo como religião, e também panteísmo que, ao negar a transcendência, descamba facilmente em socialismo espiritual, de tal modo tudo igualiza e relativiza sem que o universo hierárquico tenha lugar. O sentido pessoal submete-se ao ser genérico, o uno funde-se no múltiplo. Não sabemos se o riacho de Saramago bebeu nestas águas mas aqui chegou, pelo marxismo, o pensamento ocidental.

Prosseguindo por Jean-Jacques Rousseau este não desdenharia se lhe afirmassem Saramago seu discípulo distante, pois a sua filosofia política polariza no “bom selvagem” a pureza que a sociedade corrompe e oprime. Ao mesmo tempo que crê na bondade intrínseca do homem natural (a qual não se verifica!), mais parece visar os putativos benefícios da “vontade geral” da sociedade na modelação do bem e na cooperação genuína. Prescinde pois da consequência do “pecado original”, conceito católico que percebe a escravidão humana a partir da simbólica da queda adâmica: a expulsão do paraíso sendo uma cisão com Deus, ainda que não definitiva, impede ou turva a visão humana e a natureza contamina-se no mistério da iniquidade. A condição humana passa a carecer do socorro da Verdade Revelada. Queda adâmica significa a ilusão do mundo reduzido aos sentidos ou à razão humana, excluído da transcendência que o inclui e supera e, assim, o homem natural, decai cindido ontologicamente do seu próprio ser. Por aqui se interrogou Parménides.

O mundo natural e racionalista entendido sem infra ou supra, sem demônios ou anjos como forças elementais do invisível, esse mundo nem sequer pagão no qual os instintos vitais e os elementos cósmicos ganham expressão divina, fica portanto fora da religião ou da religião dos mundos, à mercê do materialismo mais raso: o real é o que os sentidos apreendem, pouco mais que a *res extensa*, ou o que a razão descobre ou venha a descobrir, apropriando-se a ciência de tudo o que há a experimentar ou a inteligir. Da filosofia se expulsou Deus, nela se permitindo algumas migalhas para entretenimento com o vago e o abstracto. Após Espinosa roubar a transcendência ao Antigo Testamento o marxismo roubou-o à vida humana, socialmente falando, isto depois de Kant propor a impossibilidade de sondarmos os númenos para nos reduzirmos aos fenômenos. Schopenhauer, tão artificialmente hindu quanto pessimista e anticristão, deixou-nos sem Deus pessoal, esmagados sob o grande ciclo cósmico, ao qual só temos acesso através do primado da Vontade, conceito germânico a que se aferram Karl Marx, e mesmo Nietzsche: “Deus morreu” e aí está o homem novo, voluntarista e vitorioso na técnica, o tal que despontou nos vários totalitarismos no primeiro terço do século passado. Depois, há todo o ateísmo militante, seja o de Bertrand Russel à inglesa fleumática, seja o de Jean-Paul Sartre, mais republicano e de massas, enfatizado em existentialismo de desespero e conflito. Não há saída: o homem está só e o planeta voga no espaço gélido, até

que o nada tudo devore. Existencialista verdadeiramente foi Kierkegaard, mas nesse riacho não molhou Saramago os pés.

Trouxemos até aqui o escritor à ilharga, talvez a contragosto e sem que tenha passado por estes intricados afluentes. O pensamento que o formou por certo sim e isso basta. Até Augusto Comte consideraríamos, pois dele indirectamente recebeu o Nobel português poderosa influência: a idade teológica, e também a metafísica, estariam definitivamente enterradas sob a clarividência positiva da História. A visão racionalista e científica triunfou? O mundo *new-age* aí está talvez a provar o pior, tudo misturando e dissolvendo, tal como previu a lucidez de René Guénon. Saramago não é um materialista *tout court*, algo mais nele perpassa ou se afunda em abismos que urge antever, tal como a sua raiz ibérica o desvia do racionalismo ortogonal e europeu. Lá voltaremos.

2. Percorremos a larga filosofia em voo de pássaro, pois toda a paisagem convém abracer antes que em árvore ou rochedo pouse a ave cansada. Qual é então o ideário da literatura de Saramago? Só filosofia marxista, ateia e existencialista? Talvez e tantos o foram, alguns ousados, outros até humanos e profundos. Sendo isso é muito mais, essa medula do escritor inscrito no partido comunista, ribatejano da Azinhaga, aldeia da vila galega, étimo da Golegã. Repito, naquele dia da sua morte fiquei atento, depois perplexo, talvez estimulado: a arte literária de José Saramago não teme o inconsciente, aproxima-se do surrealismo, diria, abraça o instinto natural até raiar o paganismo, cavalga as intuições adejando em solavancos o próprio sobrenatural. «É muito mais que materialismo raso», cismei, ao escutar-lhe o discurso à Academia Sueca. A sua hábil confecção de personagens visa sempre o futuro ainda que no passado nos entretenha por vezes. Sendo seu criador e «ao mesmo tempo criatura delas», afirmou-o no dito discurso do Nobel, as personagens conduziram-no de obra em obra em solilóquio escorreito de autor a debater-se com o mundo, consigo mesmo nem tanto, pois da rigidez da luta de classes nunca se desapega, qual quebra de asa que o não deixa voar.

No geral, todo o pré-juízo marxista e classista perante o “outro” de que sempre somos parte, tende a reduzir cada pessoa ao mero jogo economicista, e atitude simétrica faz o banqueiro ou o corretor de bolsa: tudo se move a partir de interesses materiais e de ambição económica, baixa medida humana, pois. Se olhamos assim alguém em exclusivo, ficamos cegos ao mistério, parcos em dignidade: o social sujeita, o indivíduo é catalogável pela classe económica, a pessoa anula-se. Onde vive então a vida, esse desvio de brisa carregado de imprevisível? Certa vez um homem falando-me de outro, para minha surpresa adjectivou-o de “poderoso” e argumentou: «movimenta muito dinheiro! Poderoso? Muito dinheiro?! O poder, aquilo que se pode ser, só tem medida social? Também Saramago numa das suas crónicas de jornal diz querer ensinar sua Avó Josefa para lhe dizer quem lhe roubou o mundo, assunto de que ele entende.¹

¹ JOSÉ SARAMAGO, *Deste Mundo e do Outro*, Editorial Caminho, 2.ª edição, 1985, p. 28.

Mais à frente na mesma crónica, narra o autor que a avó de noventa anos, certa vez sentada «na soleira da porta aberta para a noite estrelada e imensa», lhe disse: «*O mundo é tão bonito, e eu tenho tanta pena de morrer!*» Donde, Saramago não entendeu que para além da legitimidade de se lutar por condições económicas de vida, nunca ninguém pode roubar o olhar amoroso da vida. Ao caso, à avó, pouco ou nada acabou por ensinar.

Saramago não será um socialista utópico do século XIX ou um revolucionário bolchevique no Palácio de Inverno em Sampetersburgo, nem sequer um guerrilheiro de boina estrelada acoitado na Sierra Morena. Nada disso ele é, ainda que a todos inclua, pois não rejeita a memória da qual não se quer desprender, nem um futuro que se projecte em paraíso terrestre: o comunismo profeticamente eclodirá, assegura a fé providencial do socialismo científico cujo deus é o Homem. Nessa inevitabilidade de progressismo faliu a profecia científica de Karl Marx, e ainda mais Lenine e todos os fautores do “homem novo” ao anuncarem o proletariado como putativa vanguarda social, agente funerário da sociedade velha. O mundo até ver, não foi por aí, mas um dia,indo, demonstra já hoje o erro do cientismo marxista na evolução histórica do proletariado esclercido. Mas o que resultou desta errância? Tão só a transferência de uma transcendência espúria que, por exclusividade reaccionária, se quedou humana e o ideário do homem novo com todas as suas vítimas (e foram largos milhões!) de supostas utopias e sociologia experimental. Até porque, dizia-me um amigo que já partiu, «*o povo não faz revoluções, só guerras*». Perante esta frase só mais tarde é que conjecturei que os profissionais revolucionários são quase sempre burgueses abastados já que o povo não tem tempo para revoluções. Faz guerras, mesmo revolucionárias, mas no dia seguinte volta ao trabalho porque não tem quem lhe dê que comer. E, todavia, nada disto obsta à luta contra a injustiça.

Transcendência, transferida ou não, haverá sempre. De tal modo que quando negada, se desloca do culto para a cultura ou para aberrações idólatras como é dado ver em ideologias, no cientismo, na tecnologia, mesmo no futebol. Da insólita transcendência que descortinei no discurso à Academia Sueca nasceu a minha atenção perplexa, mas a sua exclusividade humana levou-me ao desapontamento. O que poderia ser um escritor vigoroso a olhar a noite estrelada à soleira da porta, um defensor íntegro dos pobres em sua plenitude humana, um lutador contra a injustiça social, quedou-se manco de uma parte de si mesmo, um aleijão que se amputou, uma transcendência truncada em alguém que teimosamente recusou a amplitude divina. Saramago dobrou-se, infletiu, diminuiu-se, como se a uma águia, cortadas as guias das asas, apenas lhe fosse dada a visão de um pardal que salta. Melhor que eu diz algures Kierkegaard, o verdadeiro criador da palavra “existencial”, depois de graduar individualmente a vida na imperfeição do estádio estético e do ético: «*Só no estádio religioso o indivíduo se encontra verdadeiramente a si próprio e à sua singularidade no “abandono mais absoluto “a Deus, o totalmente Outro”, donde, «tornar-se cristão é a coisa mais decisiva que um homem pode tornar-se».*

3. Apesar de Santo Anselmo de Cantuária em seu argumento ontológico ter-se aparentemente sustentado de lógica para buscar a prova de Deus – como poderia eu pensá-lo, se não existisse, «*o ser maior do que o qual nada pode ser pensado?*» – mesmo assim, é a partir da própria fé que estabelece a garantia da inteligência ao afirmar logo no final do primeiro capítulo do *Proslogion*: «*não busco inteligir para crer, mas creio para inteligir*»². A razão sem fé não subsiste em sua larga amplitude universal do ser.

Nisto creio, crendo que outros o possam crer. Todavia o que mais me espanta não é a existência da fé, mas a vontade contumaz de fechar-se a ela, isto é, perante o Mistério, dizer categoricamente “não”, ou então, ingenuamente, exigir que Deus me fale pelos sensos, me diga que existe, que se objective frente à minha dúvida, assim como creio numa rocha que vejo e palpo. Seria caso, fazendo-se Deus objecto, nunca podermos vir a conhecê-lo, tal, a exemplo, de como verdadeiramente de uma rocha a nossa estupidez materialista depressa faz dela apenas um calhau, de uma pessoa um boneco e da vida um esquema científico. Ainda bem que Deus sensorialmente se oculta!

É bem possível que, materialmente falando, a hipótese do *Big Bang* seja o início do mundo físico, mas no fundo, já é mistério que desse estrondo imenso sem som tenha eclodido o universo em toda a *res extensa* suposto. Nisso continua a haver mistério *a priori*, e não digo “antes” porque tempo não havia e, o espaço, concomitantemente veio por expansão do tempo. Se o tal *Big Bang* eclodiu da sopa primordial de elementos inorgânicos dando origem a aminoácidos e à vida ela mesma, como existiam mesmo assim esses elementos primeiros? Geraram-se espontaneamente? Havia o nada? E antes do nada? Tudo é um acaso, ou antes um desígnio, necessariamente inteligente? Como se fez o mundo a si mesmo a partir do nada sem inteligência? A harmonia universal de rigor espantoso fez-se em milhares de acasos sucessivos capazes de anular o defeito e o excesso, inteligentemente, quer dizer, prosseguindo um fim? O universo existe porque existe, eis o absurdo do ateísmo.

Bem sei que apontando o absurdo do ateísmo necessariamente não provo que Deus existe. Mas convém recordar que até as hipóteses científicas partem de um certo enunciado de fé, ainda que a demonstração experimental dela depois prescinda, tal como também a “experiência de Deus” acaba por dispensar a demonstração teórica.

Para lá da frutuosa dialéctica entre fé e razão em si mesmas, persistem variantes por vezes substantivas das quais saltam chispas criativas. É o caso da imaginação, mais ainda da intuição, potências de alma que em Saramago fizeram eclodir romances nos quais, a meu ver, o autor permitiu afrouxamentos perspécticos por falta de oxigénio espiritual. Aliás, as suas urdiduras narrativas começam pujantes e terminam sem que sim, nem que não. Amiúde parece até que em vez do sobrenatural o escritor persiste em tactear o infranatural, isto é, o

² SANTO ANSELMO, *Proslogion*, Texto Editora, 2.^a edição, 1997, p. 16. (no presente texto em tradução de Álvaro Ribeiro inserta em *Arte de Filosofar*, 1955, p. 21.)

que poderia ser esplendoroso e futurante a céu aberto decai em magma material, fixista ou demoníaco. Estou a lembrar-me de Joana Carda em *A Jangada de Pedra* a riscar o chão com uma vara de negrilho e, sem que o saiba, esse gesto corresponde ao cão de patas ensanguentadas vindo dos Pirenéus Orientais, da comuna de Cerbère, ou seja, o canino Cérbero respondendo ao barqueiro Caronte à entrada do inferno. O autor começa assim e nomeia-o explicitamente mas, aparentemente apenas como erudição, sem consequências de maior, ainda que a terra se abra e fenda até aos alicerces para fazer uma ilha da Península... Lá dizia o outro, dito Galileu, «*e pur si muove*! A Ibéria cindiu-se magicamente por instinto cósmico significado no cão do inferno. Para lá da crítica lúcida à ilusão da União Europeia o devir é mais largo. Disse Camões, e depois Pessoa, ser a nossa Península a cabeça e Portugal o rosto da Europa toda, olhando o oceano e o futuro. Não quis assim Saramago que com aquela vara e o cão Ardent acabou por decapitar a Europa. Também a Baltasar Sete-Sóis lhe amputara a mão esquerda. Quem sabe, se o autor, a si mesmo, não se mutilou de transcendência, desde aquelas noites estreladas de Verão num certo quintal da Azinhaga do Ribatejo?

Concomitante à origem e à passagem do caos ao cosmos se coloca outro problema crucial: havendo Deus, princípio único, de onde veio o mal? O mal existe em Deus ou ele o permite ausentando-se? Deus, em toda a parte sendo, subsiste o mal por queda ou tem existência autónoma? Eis mais uma resma de dúvidas que aqui, apenas, cabe respigar o que segue: pela fé e por manifesta incompletude da razão humana, advém para socorro do mundo e dos homens a Verdade da Revelação divina. Nisto crê o homem religioso e daí que, como Santo Anselmo, creia para melhor inteligir. Havendo liberdade – tudo está em Deus e só Deus é livre – o mal não pode deixar de existir, porventura para permitir livre o homem porque criado à imagem e semelhança de Deus, e o mal subsistirá até que escatologicamente se resolva o mistério do mundo em Deus, no qual, participa a liberdade humana. Por isso, Cristo diz para não se cortar o joio a fim de que o trigo permaneça, «*não suceda que, ao apanhades o joio, arranqueis o trigo ao mesmo tempo*» (Mt13,29): para que exista o bem não se pode, a este mundo, extirpá-lo completamente do mal, um não vive sem o outro, o amor une porque o mal separa, ainda que no fim só o amor subsista, garante São Paulo. Que diferença para a suposta moral piegas ou o falso puritanismo com que se ataca a religião!

Quando na Idade Média o mundo por inteiro girava à volta da religião onde mais amplamente se manifestaria o mal senão na própria religião? Se era aí que estava o coração dos homens, pois na religião em maior sustento e expressão estaria o mal ... e o bem! Por isso, houve na religião tanto excesso de mal (e de bem!), tanto exponencial exacerbamento, desde as guerras religiosas mais ou menos fanáticas até às dádivas generosas, heróicas e santas. O mal moral precisa sempre de suporte humano para se manifestar, assim o bem e, tal como o sentimento, habita onde habitam as emoções dos homens: emigrou a malvadez em massa para o mercantilismo e os negócios após o Renascimento, deslocou-se para as ideologias depois das Revoluções francesa e soviética, fez escravos e o ge-

nocídio nazi, incendiou totalitarismos, cavou miséria entre os pobres, hoje até justifica experiências nucleares e farmacêuticas, engenharia genética, guerras químicas, tráfico de órgãos, desprezo tecnológico pela natureza, e também a vemos a destruir famílias, ou nas drogas, nas manifestações idólatras de massas, seja no rock ou no futebol. Há quem pense que o mal radica no erro das relações econômicas, nos modos produtivos, enfim, na sociedade, assim pensou Rousseau, Marx ou Saramago. Será, mas as várias experiências históricas nesse “ramo” acaso extirparam a avareza ou a ganância, a inveja ou o ódio. O amor triunfou?

Quando a obra de Saramago centra o mal na religião – “a religião é o ópio do povo”, disse Marx, o pobre profeta! – quando Saramago assim procede, desloca o problema e isso prova-se na tamanha decadência moral e opressiva atingida pelos regimes políticos ateus. Para quem legitimamente almeja libertar o homem e defender os oprimidos o alvo foi mal apontado.

O Deus bíblico é cruel e malévolos? O escritor fez da religião, nomeadamente da judaico-cristã, uma trapaça para os incautos. Quem vê nisto um acto revolucionário e heróico diga-se que a coisa é velha de séculos e tem sequazes talvez audazes, outros pouco recomendáveis: se Nietzsche “matou” Deus, já Ernst Renan se limitou a roubar a divindade a Jesus, enquanto Emílio Bossi afirmava em livro que *Jesus Cristo Nunca Existiu*, se bem que não tenha conhecido o curto relato do judeu Flávio Josefo e toda a historiografia recente; se Schopenhauer encontrou no neo-orientalismo hindu a negação do Deus pessoal judaico de Abraão, Isaac e Jacob, mais ousado foi Níkos Kazantzakis que arranjou mulher e filhos a um Cristo que se recusou deixar-se crucificar; se o próprio Mussolini deu crédito a Renan, até os nazis obscureceram Cristo buscando antes a divinização pagã no germanismo pré-cristão. De Voltaire e Sartrre até Dawkins o que não falta é gente a negar com sarcasmo a religião e, nos tempos que correm, a Católica chega a ser pele de tambor onde todos gostam de bater. Onde está pois o heroísmo do tamborileiro? Saramago, em tema tão batido não trouxe novidade, nem descobriu a pólvora ou a dinamite, até porque isso foi obra de Alfred Nobel de onde veio o prémio.

Todavia, o que mais espanta é a notória ignorância do autor perante o contexto bíblico: 1) A Lei de Moisés é cruel e retrógrada; 2) Como exemplo de ignomínia divina Deus pede a Abraão Isaac, seu filho, como sacrifício; 3) A religião trouxe milhões de mortos à humanidade. À velocidade a que vamos convém resposta rápida por SMS: 1) A Lei mosaica é de cerca de 1300 a.C., de há 3300 anos portanto e, ainda assim encerra no essencial e no Decálogo a base do homem religioso a ocidente, na qual, se fundamentam os actuais Direitos Humanos. Além disso, encerra uma evolução tremenda e sem paralelo se comparada com os códigos de justiça mais ou menos coevos como os mesopotâmios de Hamurabi, os dos cananeus ou os dos hititas, povos em que se legitimava o incesto, as relações sexuais com animais, os sacrifícios de crianças; 2) Na evolução histórica do sagrado, o episódio bíblico de Abraão a quem, no Monte Moriah e actuais ruínas do Templo de Jerusalém, foi pedida e poupada a vida de seu filho Isaac, significa o fim dos sacrifícios humanos mais ou menos comuns

à época, tal como o sacrifício supremo de Jesus Cristo significou o fim dos sacrifícios cruentos, humanos ou animais; 3) Pela religião, se mataram milhões de seres humanos, precisamente já o dissemos, porque a humanidade se “situava” predominantemente como religiosa; sendo ideológica, mata milhões ideologicamente, e hoje, que é tecnológica, mata tecnologicamente.

A Saramago seria lícito o anticlericalismo tomando por lícito a pequenez que julga a regra pela exceção, sendo que homens intelectualmente influentes começaram aí o seu impulso libertador, basta que lembremos gente indómita desde Espinosa a Montaigne, de Alexandre Herculano a Guerra Junqueiro, ainda assim religiosos, sempre abertos a Deus e à possibilidade de transcendência. O que se deplora no premiado Nobel é a sua obstrução quezilenta e asfixiada, quase parecendo um autoconvencimento necessário à estrada que lhe granjeou aplauso. Porém, antes ateu que antiteísta.

Saramago escreveu *Caim* um ano antes de morrer, obra última, demasiado madura depois da maturidade do *Evangelho Segundo Jesus Cristo*. Dessa leitura fiquei perplexo: como se conglomerava tanta ignorância de exegese bíblica! Tamanha deslocação perspectiva visa, isso é claro, o que o autor em *As Intermittências da Morte* reduz à sigla de uma suposta multinacional de charlatães: a “ICAR”, a Igreja Católica Apostólica Romana. Como qualquer um pode ler, pensar e meditar, o *Génesis* relata simbolicamente em Caim e Abel a génese do homicídio: Caim, o irmão primogénito, mata o mais novo, Abel. Em ambos se polariza a dicotomia das primitivas sociedades humanas, tal como o trânsito que do mistério se cristaliza nos ritos por mediação dos mitos: Caim, o agricultor sedentário, oferece a Deus sacrifícios vegetais, nele vive o princípio quantitativo da compressão do tempo perpétuo e indefinido, os símbolos visuais e os sucessivos, a arquitectura e a cidade; por sua vez Abel, o pastor nómada, sacrifica animais, nele se manifestando o instante e o eterno, o qualitativo e os símbolos sonoros do que é simultâneo, também a poesia e a música. Caim está preso à propriedade da terra, enquanto Abel é livre deambulando como nómada, não sendo despicienda a verificação de como a modernidade capitalista e socialista quer acabar com toda a espécie de nomadismo e de vagabundos, fomentando o domínio normalizador, estatístico e estatal. Há livros em número incontável sobre isto, lembrando aqui, entre tantos, os exemplos de Abbé Henri Stéphane e de René Guénon.³ Há livros, estantes, bibliotecas e milhões de estudos sobre o assunto, reflectindo a riqueza poderosa na relação criativa e redentora entre os homens e Deus. Por princípio, não por limite, isso tem um nome: religião.

Caim no *Génesis* mata Abel por inveja, palavra que por inveja significa o quanto se não é capaz de ver o outro, admirá-lo no que tem de bom e libertador, no fundo, nessa falta capital reside o princípio cego do ódio, a separação que

³ ABBÉ HENRI STÉPHANE, *Introduction à l’Ésotérisme Chrétien*, Dervy, 2006; RENÉ GUÉNON, *O Reino da Quantidade e os Sinais dos Tempos*, Publicações Dom Quixote, 1989, pp. 137-43.

nega a possibilidade comungante do amor que é a conversa sublime dos seres. Quando, em Caim, a inveja decaiu em ciúme teodiceico o crime foi maior: ele quer anular o olhar benévolos de Deus sobre Abel, deseja matar a Bondade, e isso faz dele um deicida, o mais abominável de todos os sentimentos. Não obstante tal abominação Deus assinala Caim fazendo-o vaguear pela terra mas preservando-o da justiça humana: «(...) se alguém matar Caim, será castigado sete vezes mais. E o Senhor marcou-o com um sinal, a fim de nunca ser morto por quem o viesse a encontrar.» (Gn 4,1-16)

Relata depois a Bíblia que «*Adão conheceu ainda outra vez a sua mulher*» (Gn 4,25) teve um filho chamado Set, enquanto Caim “conhecendo” a sua esposa, dela concebeu Henoc e deste toda a sua descendência. Quer dizer, da Bíblia e em símbolo, se deduz que metade da humanidade descende de um homicida, e ainda assim, Deus promete defesa e misericórdia. Coisa tremenda esta a de nos apontar que qualquer um de nós, incluindo os bons e os honestos, os cumpridores e os certinhos, toda a panóplia que nos leva à auto-suficiência moral, todos e cada um, podemos ser facilmente assassinos, como aliás o quotidiano comprova. E Deus impede a simples vingança humana, guarda para si mesmo a Justiça. Eis o Deus malvado e malévolos que Saramago vitupera e ameaçinha (acaso pudesse)! Procedeu desse Deus o Cristo que o Nobel da Azinhaga pôs num evangelho sem jeito de abarcar a amplitude humana: a vida de mártires e santos prova que, amando a Deus, mais profundamente se ama os outros e, por estes, mais se ama a Deus.

No *Memorial do Convento*, estranhamente, o escritor de aparência materialista recria-se na personagem de Blimunda Sete-Luas, capaz de ver as pessoas por dentro: «*dentro do corpo de qualquer de nós poderia Blimunda ver os órgãos, e também as vontades, mas não pode ler os pensamentos*»⁴ e também ela recolhe as vontades dos moribundos para dessa energia mover as esferas voadoras da “passarola”, o aeróstato de Bartolomeu Gusmão; n’*A Jangada de Pedra*, já vimos, uma série de acontecimentos mais mágicos que naturais impele o leitor à possibilidade do fabuloso, dir-se-ia eclode aqui uma imaginação aberta ao mistério cósmico; n’*As Intermitências da Morte* um violoncelista, ao que parece, intérprete das esferas harmoniosas do universo vence a morte pelo amor, apenas humano, entenda-se. Enfim, em Saramago são inúmeros os sinais dadiosos do espírito ao autor, tomando espírito pela inspiração inominável que assalta os criadores, inesperadamente, de supetão, sem senha ou aviso. E é isto que definitivamente me inquieta: porque se fecha depois? Porque recusa? Se Deus não existe para este homem, porque nega tanto o que não existe? Qual a necessidade de negar o nada? Se eu não acreditar na existência de sereias, passarei o tempo a criar romances para as negar? Não se pode ser criativo a partir do gérmen do que não se crê.

⁴ JOSÉ SARAMAGO, *Memorial do Convento*, Editorial Caminho, 1982, 16.^a edição, p. 176.

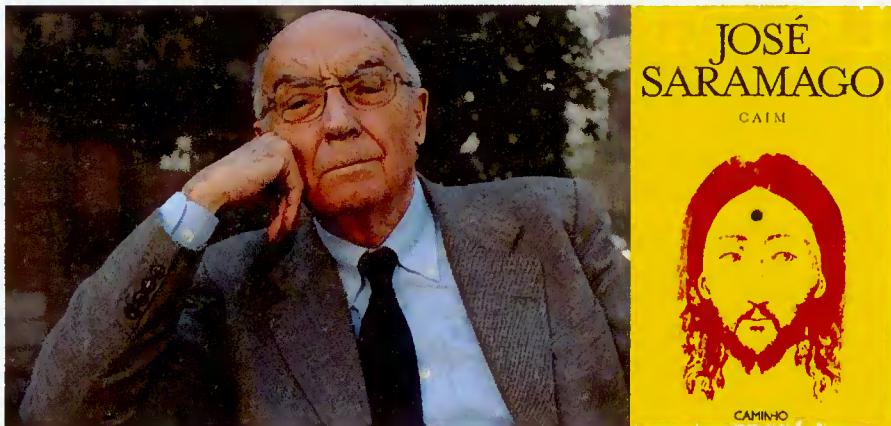
Só na tarde do dia da sua morte lhe escutei o discurso na Academia Sueca. O que dessas palavras verdadeiramente me tocou e depois de desapontado me pôs a cogitar o presente texto foi o que se segue, um trecho belo e comovente respigado do restolho que a internet dissemina:

«E algumas vezes, em noites quentes de Verão, depois da ceia, meu avô me disse: «José, hoje vamos dormir os dois debaixo da figueira». Havia outras duas figueiras, mas aquela, certamente por ser a maior, por ser a mais antiga, por ser a de sempre, era, para todas as pessoas da casa, a figueira. Mais ou menos por antonomásia, palavra erudita que só muitos anos depois viria a conhecer e a saber o que significava... No meio da paz nocturna, entre os ramos altos da árvore, uma estrela aparecia-me, e depois, lentamente, escondia-se por trás de uma folha, e, olhando eu noutra direcção, tal como um rio correndo em silêncio pelo céu côncavo, surgia a claridade opalescente da Via Láctea, o Caminho de Santiago, como ainda lhe chamávamos na aldeia. Enquanto o sono não chegava, a noite povoava-se com as histórias e os casos que o meu avô ia contando: lendas, aparições, assombros, episódios singulares, mortes antigas, zaragatas de pau e pedra, palavras de antepassados, um incansável rumor de memórias que me mantinha desperto, ao mesmo tempo que suavemente me acalentava. Nunca pude saber se ele se calava quando se apercebia de que eu tinha adormecido, ou se continuava a falar para não deixar em meio a resposta à pergunta que invariavelmente lhe fazia nas pausas mais demoradas que ele calculadamente metia no relato: «E depois?» Talvez repetisse as histórias para si próprio, quer fosse para não as esquecer quer fosse para as enriquecer com peripécias novas. Naquela idade minha e naquele tempo de nós todos, nem será preciso dizer que eu imaginava que o meu avô Jerónimo era senhor de toda a ciência do mundo. Quando à primeira luz da manhã, o canto dos pássaros me despertava, ele já não estava ali, tinha saído para o campo com os seus animais, deixando-me a dormir.»

Ao escutá-lo, cismei, vendo-me a criança que eu fora: «*o rapazinho que sentiu isto e que o adulto escreveu não terá sentido no avô a presença de Deus?*» Quando ele narra que o avô lhe contava histórias para adormecer é coisa bela, ainda que mais ou menos vulgar, mas depois, quando se suspende na dúvida se as continuava depois do neto ter adormecido, se bem que o justifique com a necessidade da memória ou aumento de peripécias, tal suspensão implica o desejo de saber-se acompanhado no sono por um ser que muito o ama. Precisava que essa espécie de morte quotidiana, o sono, fosse amparada e vigiada pela vida e pelo amor, assim leio o íntimo infantil daquele José, lá num quintal dos confins do mundo, só ele e o abandono a um Deus falante sempre acordado, o fundamento do eterno durante a incerteza da noite e do futuro, para lá da morte. Desta minha intuição interpretativa vislumbrei na tarde da sua morte o Deus de Saramago interposto em seu Avô Jerónimo. Senti que, ao menos em certa noite da sua infância, ele dera pela semente da transcendência, e todavia, tivera uma a vida inteira para ressequi-la, talvez até macerá-la.

Mais do que desapontamento percorreu-me um frio ensombrecido: teria este homem desejado suicidar-se espiritualmente, ter-se desviado propositadamente daquela estrela que o levaria ao Caminho de Santiago? Teria querido matar dentro de si as noites metafísicas de sono e sonho, a própria claridade opalescente do céu estrelado? Com o seu impulso genuíno, humano e cósmico, com a sua pujança liberta, que outro escritor teria sido este outro José, neto de Jerónimo?

Uma noite, muito depois, o mesmo frio voltou a perpassar-me o espírito, e quem sou eu para julgar seja quem for, muito menos alguém que ousou mostrar e defender o que é e pensa! Oxalá seja engano, mas esse frio assaltou-me quando olhei, meio distraído, a capa em posição invertida do seu livro derradeiro, qual testamento: vi um rosto em alto contraste e de olhar desviado, pintado a vermelho malva, uma mancha negra na testa entre os olhos, tudo sobre um fundo amarelo. Li, qual reflexo, um nome completo: *Caim*, e depois, *Saramago José*.



REI D. CARLOS, GANADEIRO

Tiago Salgueiro
Bernardo Patinhas

Introdução

No ano em que se comemoram os 150 anos sobre o nascimento do Rei D. Carlos, é de inteira justiça evocar muitas razões para homenagear o monarca, tendo em conta o seu perfil e as suas reconhecidas e divulgadas facetas de pintor, diplomata, caçador, cientista e desportista.

No entanto, a sua atividade enquanto ganadeiro de bravo não se encontra devidamente estudada. Foi nesse sentido que a Fundação da Casa de Bragança decidiu, em boa hora, promover, com a contribuição de reputados especialistas, um colóquio que abordasse, do ponto de vista historiográfico e da perspetiva tauromáquica, o contributo do Rei neste campo. A influência do campo e dos elementos taurinos ficou também patente na sua obra pictórica e nos seus registos fotográficos. D. Carlos foi um excelente *agricultor*, tendo tornado rentáveis as seculares propriedades da *Casa de Bragança* (património familiar destinado a *morgadio* dos herdeiros da Coroa desde 1640), produzindo *vinho*, *azeite*, *cortiça*, entre outros produtos, tendo também organizado uma excelente *ganadaria* e incentivado a preservação dos prestigiados *cavalos de Alter*.¹

Nascido em Lisboa a 28 de Setembro de 1863 e constituído herdeiro e sucessor do rei D. Luís a 11 de Fevereiro de 1864, torna-se herdeiro presuntivo do

¹ Os bens da Casa de Bragança estiveram sempre separados dos da Casa Real portuguesa, o próprio Rei D. João IV, por Carta de Lei, impôs a separação completa das duas administrações (a dos bens da Coroa e a dos bens da Casa de Bragança, que continuava a ser um património familiar, posto à disposição do herdeiro do trono, segundo a instituição de *morgadio*, ainda vigente, desde a criação da Casa de Bragança, em 1442)



Imagen 1 – D. Carlos a cavalo, na Herdade do Vidigal, início do século XX
– © Arquivo Fotográfico do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

trono no dia 14 de Março de 1878. Ao assumir esse estatuto, aos 21 anos, torna-se também o responsável pela Administração da Casa de Bragança, a 28 de Setembro de 1884. Com a sede histórica no Paço Ducal de Vila Viçosa, a Casa de Bragança era detentora de vastos territórios localizados sobretudo nos concelhos de Vila Viçosa, Borba, Estremoz, Alandroal, Elvas, Montemor-o-Novo e Vendas Novas, sendo por isso considerada uma das primeiras, senão mesmo a maior proprietária do Alto Alentejo.

De entre todos os períodos da história contemporânea do país, talvez tenha sido o reinado de D. Carlos aquele que maiores reflexos e marcas deixou na memória coletiva dos portugueses. É inegável que todo o século XIX português foi atravessado por uma série de convulsões ao nível político. Após a desagregação das estruturas seculares do Antigo Regime absolutista e a ascensão do regime demo-liberal, Portugal vê-se espartilhado entre experiências autoritárias e o rotativismo político instituído no decurso da regeneração de 1851, no âmbito de uma débil monarquia constitucional. D. Carlos e o seu reinado de pouco mais de 18 anos foram o recetáculo de tudo o que socialmente e politicamente os antecedeu. Educado para ser Rei, educado para uma vida de corte no século XIX, foi, não podemos duvidar, uma personalidade de raro âmbito intelectual.²

² VENTURA, Ruy, “D. Carlos de Bragança e o seu reinado vistos pela literatura popular”, Revista Callipole n.º 16, p. 168

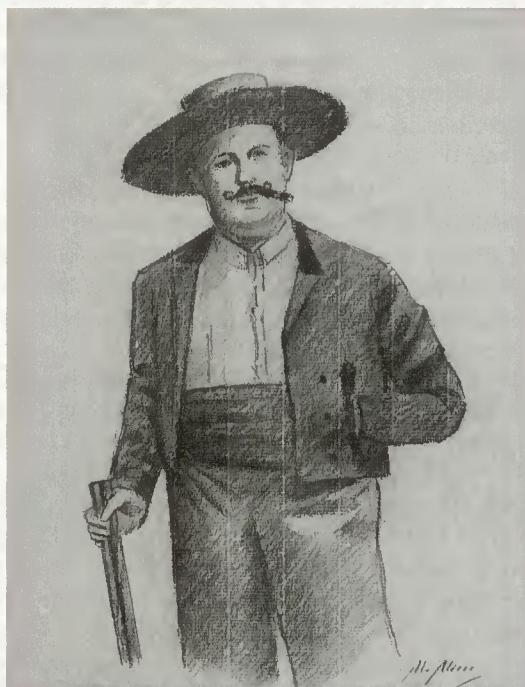


Imagen 2 – Rei D. Carlos, retratado pelo Pintor Miguel Mira,
em Junho de 2012

Entre a corte e o mundo da lavoura...

Julgamos ser importante analisar a ação de D. Carlos enquanto ganadeiro, em conjugação com a vertente agrícola e pecuária que fez questão de fomentar durante o seu reinado. Foi, de facto, uma figura incontornável no que se refere ao desenvolvimento agrícola do País, na transição do século XIX para o século XX. Essa particularidade é visível, logo em 1884, quando promove uma exposição agrícola em Lisboa, com os produtos do vasto património fundiário da Casa de Bragança, em conjugação com a mais avançada maquinaria agrícola. Este facto é revelador do empenho e dedicação de D. Carlos em relação à componente agropecuária, o que também fica patente nas frequentes deslocações efetuadas ao Alentejo, onde se situavam as mais importantes herdades da Casa de Bragança,³

³ RUAS, João, “Rei D. Carlos, Duque de Bragança e Príncipe Lavrador”, Revista Callipole n.º 16, 2008, pp. 127-129

Pela primeira vez em muito tempo, está um Duque com disponibilidade, gosto e interesse para dirigir, na primeira pessoa, a gestão agrícola do Ducado de Bragança. Outrora rica e poderosa, a Casa de Bragança encontrava-se naquele época numa situação económica muito comprometida, com grandes encargos e fracos rendimentos.

Como justamente observou Ramalho Ortigão:

“Com o produto do último corte de cortiça nas suas herdades no Alentejo, D. Carlos pagara, bem recentemente ainda, os últimos encargos da casa ducal, que herdara empenhadíssima e lega inteiramente desafrontada aos seus sucessores”⁴

Foi pois graças à inteligente administração agrícola de D. Carlos e dos seus profundos conhecimentos nesta área que a Casa de Bragança conseguiu liquidar todas as suas dívidas e melhorar os seus rendimentos, durante o período compreendido entre 1884 e 1908.

A esta situação, conjuga-se a facilidade de deslocação da linha férrea que permite a ligação entre Lisboa e Vila Viçosa, desde 1873. Neste sentido, verifica-se o envolvimento mais direto de D. Carlos na gestão do seu património fundiário.⁵ Torna-se notória a preocupação com a rentabilidade em termos agrícolas e com a promoção de atividades relacionadas com este sector. De facto, em Dezembro de 1887, começa um novo ciclo de crescimento dos rendimentos da Casa Ducal, que permite, neste mesmo ano, equilibrar e tornar rentáveis.⁶ A introdução do cultivo de beterraba sacarina na Tapada de Vila Viçosa é sintomática do interesse que D. Carlos manifestava sobre as inovações no campo agrícola e na melhor forma de rentabilizar esse legado, sempre presente desde a criação da Casa de Bragança.

Em 1888, foi inaugurada, no Paço Ducal de Vila Viçosa, uma exposição agrícola e industrial, por iniciativa de D. Carlos e D. Amélia, o que demonstra o empenho e a dedicação em torno da vertente agrícola por parte dos Duques de Bragança.

A presença do monarca em congressos de agricultura realizados em 1888 e 1889 demonstram também o empenho e a dedicação no âmbito da agricultura portuguesa e no contributo que pessoalmente fez questão de assumir na reabilitação do património agrícola da Casa de Bragança. O gosto que tinha em divulgar os seus produtos agrícolas e pecuários levou-o a concorrer a várias exposições nacionais e internacionais. Assim, ainda Duque de Bragança, recebeu em

⁴ ORTIGÃO, J. D. Ramalho, “Costumes e Perfis”, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1944

⁵ MONGE, Maria de Jesus, “D. Carlos de Bragança: viagens a Vila Viçosa”, Revista Callipole n.º16, p. 153

⁶ RUAS, João “Rei D. Carlos, Duque de Bragança e “Príncipe Lavrador”, Revista Callipole n.º 16, 2008, pp. 127-129

1884, na Exposição Agrícola de Lisboa, uma medalha de prata por uma coleção de videiras americanas e no ano de 1888, na exposição pecuária nacional de Lisboa, foi galardoado com quatro menções honrosas, por ter apresentado quatro porcas afilhadas alentejanas, seis vacas bravas, o touro Galucho alentejano e o touro Raiado alentejano, bem como um prémio pecuniário por seis bezerros alentejanos.⁷

A agenda que o Duque de Bragança possuía e onde tomava nota das principais características e aspectos produtivos das suas propriedades é reveladora do empenho e da proximidade de D. Carlos em relação a este universo agrícola e da forma como tentava encontrar soluções para incrementar os níveis de produtividade e o desenvolvimento das próprias instalações e limites fundiários. Estas notas dão conta de uma preocupação efetiva em relação a este património e demonstram a presença *in loco* de D. Carlos na avaliação de pastagens e montados. A documentação existente em arquivo permite constatar a evolução de uma produção essencialmente baseada no montado de sobro, olival e vinha e respetivos produtos, para um leque mais alargado de fontes de rendimento, designadamente a implementação de culturas mais diversificadas e sobretudo, o significativo incremento da pecuária.⁸

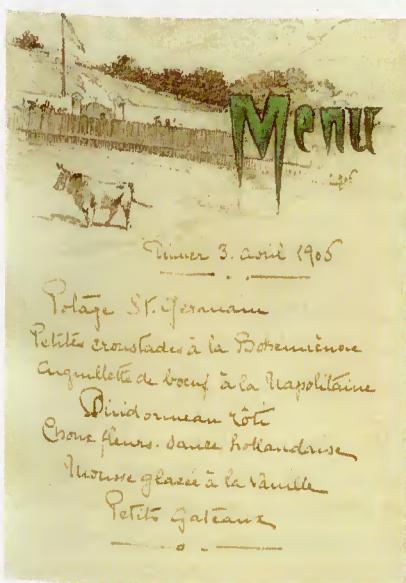


Imagen 3 – Menu iluminado com touro em arena (pena e aguarela sobre papel – Alt. 208 x larg. 140 mm, assinado e datado, 3 de Abril de 1906, PDVV 1702 © Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

⁷ GAMA, Luís Filipe Marques, “El Rei D. Carlos – Memória Viva”, Edições Inapa, Lisboa, 1991

⁸ MONGE, Maria de Jesus, “D. Carlos de Bragança; viagens a Vila Viçosa”, Revista de Cultura Callipole, n.º 16, 2008

No início do século XX, apresentou-se na Exposição Agrícola do Palácio de Cristal, no Porto, com vários produtos seus, nomeadamente trigo de Vendas Novas (colheita de 1903), vinho tinto de Vendas Novas (colheitas de 1901 e 1902), azeite de Vila Viçosa (colheita de 1902), cortiça em bruto de Évora-monte e Vendas Novas (tirada em 1903) e cortiça preparada também de Vendas Novas (tirada em 1900 e 1903). A extração de cortiça continua hoje a ser uma das mais importantes fontes de rendimento da Fundação da Casa de Bragança.

Ainda na mesma exposição apresentou quatro charruas modernas e seus acessórios, das marcas Lamego, Brabant, Dombasle e Americana, que introduziu na lavoura da sua Herdade do Vidigal, em Vendas Novas. Saliente-se que na Exposição Agrícola do Palácio de Cristal Portuense, o régio lavrador fez questão de ficar fora do concurso, mas mandou imprimir expressamente um Catálogo das Collecções expostas, na Imprensa Nacional, sob a autoria de Carlos de Bragança e datado de 1903. Também por ocasião do Congresso de Leitaria, Olivicultura e Industria de Azeite que a Real Associação Central de Agricultura Portuguesa promoveu na Tapada da Ajuda, em Maio de 1905, com o apoio do Rei D. Carlos, foram apresentados “lindíssimos exemplares de raças bovinas Jersey e holandesa”, da Casa de Bragança.⁹

Como vitivinicultor a sua competência foi sempre reconhecida e por mais de uma vez foi convidado a pronunciar-se oficialmente sobre a matéria, nos casos de interesse nacional. Numa das suas últimas “*Chrónicas agrícolas*”, publicada no Diário de Notícias, do dia 6 de Fevereiro de 1908, o reputado lavrador D. Luís de Castro descreveu este episódio:

“E de todos os ramos agrícolas tinha conhecimento, por vezes minucioso. Ainda me recordo do espanto que me produziu, ao apresentar a el Rei D. Carlos os livros que a secção portuguesa destinou à Exposição Universal de 1900 e entre as quais estavam provas avant la lettre de estudos ampelográficos, sua majestade declinar sucessivamente os estudos das castas de videira portuguesas, pelo simples e rápido exame das estampas coloridas que eu folheava na sua presença”.

A convite do Rei de Itália Vítor Manuel III, chegou a colaborar na obra do Instituto Internacional de Agricultura que aquele seu primo decidiu criar em Roma, tendo sido muito aplaudido o trabalho científico que então apresentou. Sendo o campo uma das suas grandes paixões, é sabido que sempre privilegiou as estadias na Herdade do Vidigal, em relação às demais propriedades alentejanas. Aí mandou construir o seu próprio monte, arranjado a seu gosto e cujas

⁹ GAMA, Luís Filipe Marques, “El Rei D. Carlos – Memória Viva”, Edições Inapa, Lisboa, 1991, pp. 148-170

obras ficaram concluídas no primeiro semestre de 1897.¹⁰ Neste contexto agrícola, assumem-se dois vetores territoriais de extrema importância; a Tapada Real de Vila Viçosa e a Herdade do Vidigal em Vendas Novas. No primeiro caso, o couto de caça dos Duques de Bragança desde D. Jaime, nos alvares do século XVI, é efetuada uma divisão parcelar de terrenos na designada Tapada de Baixo, em que a política de distribuição de terras desenvolveu a componente agrícola e protegeu os seareiros.¹¹



Imagen 4 – Campino a cavalo (carvão sobre papel, Alt. 2980 x 1420 mm, não assinado, não datado, PDVV 1144) © Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

No concelho de Vila Viçosa e na freguesia de Santa Bárbara, em Borba, possuía o seu principal domínio – a Tapada Real – com cerca de 18 km de perímetro e 1296 hectares, sendo um terço destinado a coutada e os dois restantes à agricultura e criação de gado. Ainda no concelho de Vila Viçosa detinha outras propriedades, como sejam, o Reguengo do Paço Ducal, o Reguengo do Fa-

¹⁰ Idem

¹¹ RUAS, João, “Rei D. Carlos, Duque de Bragança e “Príncipe Lavrador”, Revista Callipole n.º 16, 2008, pp. 127-129

talão, na freguesia de São Romão, as herdades da Granjinha e das Amoreiras na freguesia de Ciladas, os dois Montes d'el Rei e duas grandes hortas na freguesia de Bencatel, a Horta D'el Rei, Horta da Alfava, a Horta de São Luís, nos subúrbios da Vila, e ainda um grande número de pequenos prédios rústicos, olivais, ferragiais, um lagar de azeite e muitos foros.

A Herdade do Vidigal, adquirida pelo Rei D. Luís ao Visconde do Barreiro, tornou-se um dos eixos fundamentais da componente agrícola da Casa de Bragança, devido à extensão, qualidade dos solos e pelos produtos agrícolas e pecuários. Esta herdade que também tinha a designação de "Sesmarias". Foi comprada pela importância de 5 contos e 500 mil réis, mais 330 mil réis de juros, por escrituras públicas de 18 de Agosto de 1876 e 21 de Agosto de 1877.

Era precisamente neste local que se encontrava instalada a sua ganadaria, tendo sido construído um tentadeiro para este efeito de avaliação das reses e da sua bravura. Com 11 km de comprimento e 9 de largura, perfazendo uma área total de cerca de 6000 hectares, era então rica em montado de sobre e azinho e em pastagens, possuindo uma rica charneca.

Para além desta propriedade, possuía a Casa de Bragança muitas outras áreas agrícolas nos concelhos circunvizinhos, com destaque para a freguesia de Vendas Novas e de Canha, dentro dos limites geográficos do concelho de Montemor-o-Novo. No entanto, a Herdade do Vidigal, era, sem dúvida, a mais importante da Casa de Bragança e um dos domínios territoriais mais extensos do Alentejo. Neste espaço, por necessidade, mas sobretudo por vocação, o Rei D. Carlos tornou-se um apaixonado e autorizado lavrador. Sempre que lhe era permitido, deslocava-se às suas propriedades alentejanas, especialmente a Vila Viçosa e ao Vidigal, "para tratar da minha lavoura", como o próprio gostava de dizer.

O Rei D. Carlos estava perfeitamente inserido no contexto alentejano, como um verdadeiro grande lavrador do Sul. Havia, de facto, o sentimento de pertença a um meio social composto de classes sociais diferentes, mas integradas numa comunidade e o estatuto de cidadão produtivo, numa economia que conseguiu demonstrar grande dinamismo por volta de 1900. Ramalho Ortigão gostava de recordar D. Carlos na casa da Herdade do Vidigal, igual a um mediano lavrador alentejano. Vestia-se como os abegões, com uma jaleca curta e camisa grossa sem goma e sem gravata. Proibia os menus franceses do Paço e alimentava-se exclusivamente da cozinha popular da região. Para montar, escolhia os cavalos campinos afeitos a saltar valados. Até falava com modismos regionais, anexins e estribilhos populares do seu tempo. No fundo, segundo Ramalho Ortigão, teria sido sempre mais um simples e chão lavrador alentejano do que um homem da corte.¹²

Joaquim Leitão, que admitiu que o Rei era muito reservado na corte e em Lisboa, dizia-o transformado no campo: alegre, falador, interessando-se pelas

¹² RAMOS, Rui, "D. Carlos 1863-1908", Círculo de Leitores, S. I., 2006, pp. 172-174

susas colheitas e pelas casas dos outros lavradores, de quem a sua competência e a sua nacionalíssima jaqueta o aproximavam.¹³

O Alentejo em que D. Carlos se integrou não era uma província esquecida e de certa forma, marginalizada, como já salientámos, mas uma área de grande atividade, onde o Rei, tal como os outros grandes lavradores da região, podia desempenhar o papel de um cidadão produtivo, integrado na sociedade local, à vontade. Gostava de percorrer os parques e os terrenos das suas propriedades, ou das propriedades dos amigos. Era aqui que sobretudo caçava, em movimento ou em espera, a chumbo ou à bala. Sentia-se bem com armas, entre cães e batedores.¹⁴

A Ganadaria Real

É neste sector em concreto, a nível da ganadaria, que surge o nosso campo de interesse, com a particularidade de esta ser uma faceta de D. Carlos pouco conhecida, apesar da sua importância. Pensamos que esta vertente de ligação ao mundo dos touros encontra no Rei D. Carlos o reavivar de uma memória identitária muito ligada à Família Bragança que o monarca quis manter viva através da ganadaria. A festa de touros era uma constante nas celebrações da Casa Ducal e essa evidência é-nos demonstrada de forma cíclica. Este facto terá influenciado D. Carlos no gosto e empenho pessoal na recuperação desta tradição.

Em 1537, no âmbito das celebrações de casamento entre o Infante D. Duarte (filho de D. Manuel I e irmão do Rei D. João III) e de D. Isabel de Bragança (filha do Duque D. Jaime e irmã de D. Teodósio) existem referências em relação à realização de touradas no Terreiro do Paço, em Vila Viçosa.

"(...) No mesmo despois de Jantar houve touros que se correrão em quanto não vinham os justadores os quaes entrarião desta maneira; diante muitas trombetas, [fl. 23]¹⁵ (...)"

No século XVII, a festa da real confraria de Nossa Senhora da Conceição, sediada na Matriz, era sempre momento alto da veneração à Virgem, especialmente quando eram os duques a patrociná-la. Cadornega descreveu esta festa, num dos anos em que o duque D. João II (oitavo Duque) foi juiz da confraria. A procissão era aberta por esta última e nela participava a Casa de Bragança: o referido duque e os seus irmãos D. Duarte e D. Alexandre transportavam varas do pálio, sendo acompanhados da melhor nobreza da vila. Seguia-se a confraria de

¹³ Idem

¹⁴ Idem

¹⁵ Festas que se fizerão em Villa Viçosa no Casamento da Senhora Dona Izabel Irmãa do Duque de Bragança Com o Infante Dom Duarte ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Cota: Coleção Martinho da Fonseca, D VI, Secção 3.^a, E 1, T 3, N.^o 15

escravos de Nossa Senhora da Conceição, também da Igreja Matriz, o juiz da Vara Eclesiástica e mais clero da vila. Depois, vinham as restantes confrarias e “*três carros triunfais que sobrepujavam por cima de muitos telhados*”: num iam os atabales, trombetas bastardas, noutro harpas, charavelas, cornetas e foguetes e no último seguia a capela da música. Terminada a procissão, a missa foi celebrada pelo deão da capela ducal, e cantada pelos músicos da mesma. O sermão ficou a cargo do confessor do duque. Toda a Casa de Bragança foi mobilizada para a festa. Para além da gente nobre, a festa contava com os habitantes da vila e com muita gente de fora que a ela afluía. À noite, houve uma sessão de fogo com luminárias no Terreiro do Paço, e no castelo dispararam-se cargas de artilharia e de mosquetaria. Nos quatro dias seguintes houve touradas, com touros lidados a cavalo por alguns dos homens da Casa ducal. Os touros lidados à mão foram toureados por homens de fora. Nos três dias seguintes, seguiram-se as sortes com prémios de peças de outro e prata, ou peças de pano de seda, enquanto no oitavo dia se fizeram corridas a cavalo¹⁶.

A construção da Praça de Touros de Vila Viçosa, iniciada em 1895 e concluída em 1899, é reveladora do interesse tauromáquico do Rei D. Carlos e do indissociável papel enquanto lavrador e ganadeiro.

D. Carlos fundou a sua ganadaria, na Herdade do Vidigal, em Vendas Novas, no ano de 1893, com reses bravas cuja “origem da raça foi de sangue de gado português fazendo-se cruzamentos com reprodutores de várias ganadarias nacionais”. Só mais tarde, no ano de 1899, adquiriu um touro “Ibarra” e 29 vacas de ventre “Três Palácios”, de que provêm todas as reses bravas que têm sido corridas em Espanha, não havendo nesse período no Vidigal, gado bravo com qualquer mistura de sangue. A primeira corrida com produtos de gado de puro sangue espanhol foi em 19 de Junho de 1905, na praça do Campo Pequeno, em Lisboa, “em que o ganadeiro foi ovacionado por todo o público pela muita bravura e nobreza dos touros, que foram lidados a cavalo por amadores [...] e a pé por Ricardo Torres – Bombita – com bandarilheiros profissionais.”¹⁷

Nessa corrida, salientou-se o touro de nome borralho (*jabonero*), farpeado pelo amador e também criador de touros, Vitorino Frois que foi, segundo as críticas, o mais nobre do curro e manteve em várias corridas nos anos subsequentes a mesma nobreza e a mesma bravura.

Como este, foram igualmente lidados em praças portuguesas vários outros touros da ganadaria do Vidigal, entre os quais se destacou um touro negro de nome Vareiro. O tentadeiro do Vidigal foi inaugurado a 4 de Março de 1893, na presença do Rei D. Carlos e da Rainha D. Amélia, com uma corrida em que es-

¹⁶ CADORNEGA, António de Oliveira, “Descrição de Vila Viçosa,” introdução, seleção de texto e notas de Heitor Gomes Teixeira, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1982, p. 23

¹⁷ GAMA, Luís Filipe Marques, “El Rei D. Carlos – Memória Viva”, Edições Inapa, Lisboa, 1991. pp. 148-170

tiveram presentes alguns dos mais distintos amadores (aficionados) portugueses. A divisa da ganadaria era verde prata e o ferro, uma coroa de Príncipe.

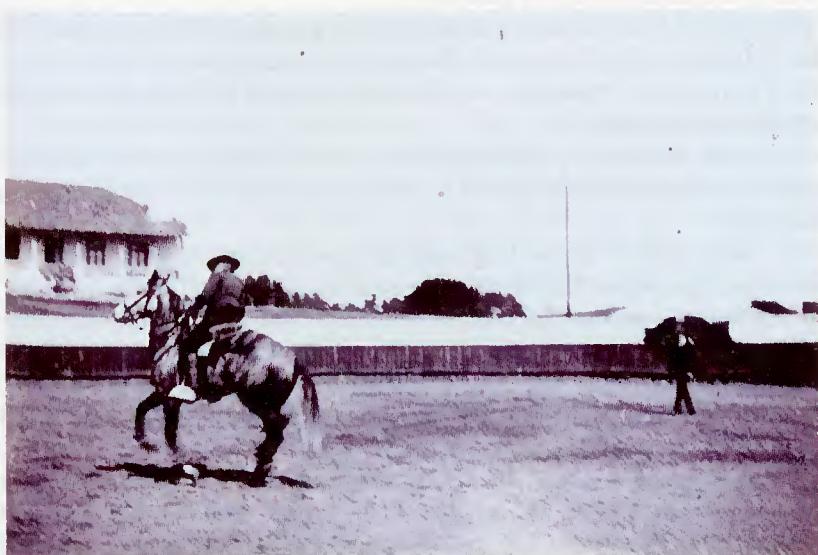


Imagen 5 - D. Carlos a cavalo no tentadeiro do Palácio do Vidigal, em Vendas Novas © Arquivo Fotográfico do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

Esta notícia e muitos outros elementos sobre a Ganadaria do Vidigal colhem-se de uma carta manuscrita e ainda inédita, arquivada no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, que o administrador geral da Casa de Bragança, Guilherme Charters Henriques de Azevedo, dirigiu de Lisboa, a 30 de Dezembro de 1909, a José Neira, tendo em vista responder-lhe em nome do "Senhor Duque de Bragança, como sócio da União de Criadores de Touros". Na mesma carta se refere o seguinte pormenor com interesse:

"As reses bravas que os Senhores Duques de Bragança têm mantido no Vidigal, só muito excepcionalmente se corriam em praças públicas, como por exemplo em Cascais onde em 18 de Outubro de 1897 houve uma bezerrada para amadores, rapazes da aristocracia; ou no Campo Pequeno em extraordinárias corridas de beneficência, a primeira das quais, também por amadores, teve lugar a 2 de Junho de 1901. De resto, os touros serviam apenas para recreio do falecido Duque e de seu Augusto Pai, El-Rei D. Carlos, ambos de saudosíssima memória, nos poucos dias que iam descansar no campo e nas curtas horas que distraiam do exercício da casa (...)"

Foi através do mesmo documento que se confirmou que os touros da Casa de Bragança só foram lidados em praças de Espanha após o falecimento do Monarca. Com efeito, a primeira corrida teve lugar em Ciudad Real, a 17 de Agosto de 1908, a segunda em Sevilha, a 10 de Junho de 1909, a terceira, novilhada,

em Madrid, a 15 de Agosto, a quarta em Ciudad Real, no dia 17 do mesmo mês e finalmente a quinta e última em Fregusal de la Sierra, a 22 de Setembro de 1909, onde os três touros apresentados por intermédio de D. Luis do Rego tinham sido adquiridos por este ganadeiro.

O nome do Rei D. Carlos e da sua famosa ganadaria ficaram também associados à história de um dos mais distintos e conhecidos clubes de Lisboa – O Clube Tauromachico Portuguez – fundado no ano de 1892 e de que o soberano foi Presidente Honorário.¹⁸

Como já referimos, a ganadaria da Casa de Bragança estava situada no Alentejo e a manada, no ano de 1901, pastava na Ameixieira e era composta por 75 cabeças.

As vacas eram oriundas da ganadaria espanhola de Trespalációs e das ganadarias portuguesas de Máximo Falcão e Emílio Infante da Câmara.

O primeiro semental foi o touro “Caraça”, com ferro Infante da Câmara, que foi lidado em praça pelo cavaleiro Vitorino Frois e foi depois corrido mais 10 vezes, sendo a última vez em 6 de Junho de 1904. Touro que foi pego de caras pelo rei D. Carlos num festival taurino na sua herdade, onde foram convidados vários dos seus amigos.

Nesses eventos estavam quase sempre presentes Simão da Veiga (pai), Conde de Arnoso, José Calazans (forcado), Duarte Pinto Coelho, Theodoro Gonçalves, Vitorino Fróis, Alfredo Marreca e outros amigos do rei e aficionados à Festa Brava.

A ganadaria da Casa de Bragança, tinha a divisa *verde e prata*, o sinal *folha de figueira* na orelha direita e *rasgada* na esquerda, apresentou, como dissemos, por diversas vezes, curros de touros na Praça do Campo Pequeno.

Grande aficionado desde os tempos da juventude, o Rei D. Carlos empenhou-se bastante no desenvolvimento da sua ganadaria de bravo. Diz-nos Rocha Martins, que já aos dezasseis anos de idade gostava de provocar os perigos, de fazer coisas temerárias e “ao apanhar-se longe dos vigilantes e dos cortesãos, gostava de meter farpas e de pegar touros, de caras”.

A paixão pelos touros ficou-lhe para toda a vida. Frequentava assiduamente as praças do País e do estrangeiro, especialmente as de Espanha, convivia com outros ganadeiros e profissionais do toureio e chegou mesmo a tourear a cavalo e até a pegar touros de caras no seu tentadeiro do Vidigal, segundo testemunha o velho criado Santos. Nisso não saía ao pai nem ao tio, pois quer o Rei D. Luís, quer o seu irmão o Infante D. Augusto não suportavam tudo quanto lhes cheirasse a faditismo e toureirismo “segundo refere o Conde de Mafra.

É também o Professor Tomás de Mello Breyner quem nos diz nas suas memórias que D. Luís como Chefe de Estado “não tinha outro remédio senão, de vez em quando, assistir às touradas chamadas de fidalgos, principalmente

¹⁸ GAMA, Luís Filipe Marques, “El Rei D. Carlos – Memória Viva”, Edições Inapa, Lisboa, 1991, pp. 148-170

quando eram a benefício de qualquer obra de caridade, mas nunca espontaneamente procurava tais divertimentos”¹⁹.

Curiosamente, a Rainha D. Amélia, sempre se manifestou muito aficionada, acompanhando o Rei, seu marido, quando presidiam a corridas de touros com fins de beneficência que ambos patrocinavam. Lourenço Cayolla, descreve-nos um episódio a que assistiu na praça de touros de Madrid e em que foram intervenientes o Rei D. Carlos e a Rainha D. Amélia.

Pouco depois da sua subida ao trono, os Reis de Portugal foram visitar oficialmente a corte de Madrid. Corria o mês de Novembro e uma tarde, conversando no Palácio do Oriente, a Senhora D. Amélia recordava com saudade os tempos da sua meninice, em que vivera em casa da sua avó, a Duquesa de Montpensier, Infanta de Espanha pelo nascimento, cujo Palácio de São Telmo ficava junto a Sevilha e onde então assistira a várias touradas. Lamentando-se de nunca mais ter tido o prazer de presenciar uma boa corrida à espanhola, tanto mais que nesse ano a temporada já tinha terminado, eis que um cortesão lhe perguntou: “Vossa Majestade gostaria muito de ver agora uma tourada?” Ao que a Rainha de Portugal lhe replicou: “Sem dúvida. E se isso fosse possível, assistiria penteada com a clássica mantilha branca das espanholas”.

Não foi preciso mais nada. O nobre camarista Duque de Veraguas, possuidor da mais afamada ganadaria de então em toda a Espanha, prontificou-se a fornecer um curro nas melhores condições para lide, sendo logo convidados para o efeito os famosos *diestros* Luiz Mazzantini, Lagartijo e Guerrita. A brilhante corrida teve lugar na praça de touros de Madrid, onde “não havia um lugar vago” debaixo da apoteótica ovAÇÃO. Por ocasião da lide do quinto touro, o único que não tinha ferro de Veragua e que pertencia à ganadaria de Morube, Mazzantini fez questão de oferecer a sorte à Infanta D. Isabel, que juntamente com a Rainha regente de Espanha e os Reis de Portugal se encontravam no camarote real. Desprevenida, a Infanta espanhola mostrou-se deveras indecisa e foi então que, num gesto verdadeiramente cavalheiresco, El-Rei D. Carlos, avaliando a sua perplexidade, não hesitou um segundo e, pondo-se de pé, inclinando um pouco para a frente a sua majestosa figura, lançou aos pés do toureio, com certeira pontaria, um esplêndido e lindíssimo alfinete de brilhantes que lhe garnecia a gravata.²⁰

Diz-nos Lourenço Cayolla: “A Infanta apertou-lhe reconhecida e efusivamente as mãos e os espetadores, passados os rápidos instantes em que haviam como que galvanizados de espanto e entusiasmo, levantaram-se dos seus lugares como um só homem e romperam a mais estrondosa aclamação que os meu olhos têm visto e os meu ouvidos têm ouvido. Homens, mulheres, velhos, crianças e até senhoras mais distintas e mais retraídas por educação e normas de etiqueta

¹⁹ BREYNER, Tomás de Mello, “Memórias” (1869-1890), Vol. I, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930, pp. 203-229

²⁰ GAMA, Luís Filipe Marques, “El Rei D. Carlos – Memória Viva”, Edições Inapa, Lisboa, 1991, pp. 148-170

de manifestações ruidosas, associaram-se ao barulho em geral. O grupo de andaluzes ao meu lado transformara-se num grupo de endemoninhados e o que, desde princípio, se salientara entre todos, berrava com toda a força dos pulmões: “Viva El Rey Caballero, que há salvado d’um compromisso a una senhora”. E D. Carlos agradecia, muito pálido, visivelmente emocionado, a mais vibrante e calorosa que sem dúvida recebera em toda a sua vida.”²¹

Estes episódios retratam bem a “afición” de D. Carlos e a forma como a tauromaquia era encarada pela sociedade portuguesa neste período. O monarca correspondia de facto ao tipo de grande lavrador progressista que então apareceu no sul do País. Eram geralmente grandes proprietários envolvidos no governo local, dados à filantropia, ao desporto (geralmente tauromaquia e caça) e também à arte, muito empenhados em experiência com novas espécies animais e vegetais e com a última tecnologia. D. Carlos dava-se muito bem com alguns deles, como José Pereira de Palha Blanco, o grande ganadeiro de Vila Franca de Xira, a quem visitou na sua Quinta das Areias ou Francisco Eduardo de Barahona Fragoso, filho do Visconde da Esperança que recebeu D. Carlos algumas vezes na sua casa de Évora. As relações destes latifundiários com a dinastia eram, aliás, muito antigas, como no caso da família do Visconde da Esperança, de Cuba, no Alentejo, que fora anfitrião de D. Maria II, ou de Carlos Relvas, na Golegã, que hospedou D. Luís.

Estes grandes lavradores formavam um grupo mais ou menos homogéneo, com um estilo de vida marcado pelas suas casas nobres, cheias de mobílias e equipamentos modernos. Tinham adotado costumes franceses e o hábito de frequentar clubes da cidade. Faziam uma temporada no campo com estadia em montes, seguida de outra temporada nas praias e termas, como nas Caldas da Rainha. O seu estilo de vida era de facto, muito parecido com o de D. Carlos.²²

Os dias de hoje

Em 1910, após o regicídio, a ganadaria da Casa de Bragança é vendida ao lavrador e ganadeiro andaluz, D. Antonio Flores, que, em 1929, vende novamente a vacada a Ramón Ortega Velasquéz. Em 1940 o sevilhano Francisco Chica Navarro, “Curro Chica” compra a Velasquéz a prestigiada ganadaria.

Em 1955, após o falecimento de Curro Chica, divide-se em duas partes, a parte que coube à viúva de Chica é vendida, em 1956, a Francisca García Villalón, esposa de D. Manuel Camacho. Foi neste momento que se perdeu para sempre a Ganadaria da Casa de Bragança, passando a denominar-se “D. Manuel Camacho Naveda” no ano de 1966, rebatizada depois, em 1984, anunciando-se

²¹ Idem

²² RAMOS, Rui, “D. Carlos 1863-1908”, Círculo de Leitores, S. I., 2006, p. 172-174

de “ganadaria de D. María Del Carmen Camacho García”, pastando nos campos andaluzes de Medina Sidónia.

No ano de 1965 extinguiu-se toda a origem Vasqueña da velha vacada, substituindo-se por sangue Nuñez, com a compra de vacas e sementais ao gandeiro D. Carlos Nuñez.

A outra parte, herdada pela mãe de Francisco Chica Navarro, D.^a María Navarro, é comprada em 1958 por Juan Salas Vaca e depois por este vendida, em 1966, a D. Marcos Nuñez, que a anuncia como “ganaderia de El Rincón de Los Barrios”, para, em 1968, passar a chamar-se de “Ganadaria de Marcos Nuñez”, eliminando-se todo o sangue Veragua, Ibarra, em suma Vasqueño, formando-se com vacas e sementais de D. Carlos Nuñez, procedentes do encaste com idêntico nome.



Imagen 6 – Exemplar da Ganadaria de María del Carmen Camacho,
gentilmente cedida pela atual proprietária, D. Silvia Camacho



**Imagen 7 – Reses da Ganadaria de María del Carmen Camacho,
gentilmente cedidas pela atual proprietária, D. Sílvia Camacho**



Imagen 8 – Tentadeiro da Ganadaria Maria del Carmen Camacho

Bibliografia

Manuscritos

- Museu-Biblioteca da Casa de Bragança – Arquivo Histórico da Casa de Bragança (AHCB).
Correspondência e Requerimentos 1881 a 1890, NNG 2539
Correspondência e Requerimentos 1891 a 1900, NNG 2540
Livro de registo, Fevereiro, 1893 a 12. Dezembro, 1907
“Propriedades do Alentejo: Notas 1889/Carlos Duque de Bragança”
Pequena agenda para moradas, com o alfabeto à direita e as propriedades entram na respectiva letra (9,5x6,5cm).
ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Cota: Colecção Martinho da Fonseca, D VI, Secção 3.^a, E 1, T 3, N.^o 15

Impressos

- BREYNER, Tomás de Mello. Memórias (1869-1890), Vol. 1, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930
CABRAL, Agostinho Augusto. Notícia Histórica e Estatística do Palácio e Real Tapada de Vila Viçosa/ Agostinho Augusto Cabral, s. n., Typographia Évora, S.I., 1889.
CONGRESSO VITÍCOLA NACIONAL DE 1895. Relatório Geral / Real Associação Central da Agricultura Portugueza, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896.

Tiago Salgueiro e Bernardo Patinhos

- ESPANCA, Pe. Joaquim José da Rocha. Memórias de Vila Viçosa. (Cadernos Culturais – 32 fascículos) Câmara Municipal de Vila Viçosa, Vila Viçosa, 1983-1987.
- EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA EM 1903 A 1904. Catálogo das Collecções Expostas por D. Carlos de Bragança (Fóra de concurso) – Esta exposição realizou-se no “Palacio de Crystal Portuense”, Imprensa Nacional, Lisboa, 1888.
- GAMA, Luís Filipe Marques da. El-Rei D. Carlos: Memória Viva. Edições Inapa, Lisboa, 1991.
- GONÇALVES, Pe. António Alberto (coord.), Almanach Histórico e ilustrado de villa viçosa para o anno de 1909. Minerva Commercial de José Ferreira Baptista, Évora, 1908.
- MONGE, Maria de Jesus. Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de Paço a Museu, s. n., Évora, 2003. Dissertação de mestrado em Museologia apresentada à Universidade de Évora (texto policopiado).
- ORTIGÃO, J. D. Ramalho, Costumes e Perfis. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1944
- RAMOS, Rui. D. Carlos 1863-1908, Círculo de Leitores, S. I., 2006.
- RAMOS, Rui. História de Portugal: a Segunda Fundação (1890/1926), VI vol. Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.
- RUAS, João “Rei D. Carlos, Duque de Bragança e “Príncipe Lavrador”, Revista Callipole n. 16, 2008,
- SILVA, Raquel Henriques da e MONGE, Maria de Jesus. El-Rei Dom Carlos, Pintor, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 2007.
- SILVA, Raquel Henriques da “Vila Viçosa num álbum de desenho de el-rei D. Carlos”, in Monumentos, n.º 27, IHRU, Lisboa, 2008.
- ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.). Nobreza de Portugal. Editorial Encyclopédia Lda., Lisboa, 1960.
- Collecção das Ordens do Exército do anno de 1890, Imprensa Nacional, Lisboa, 1890.

UM TOQUE DA FORTUNA: CATARINA PIRES FOLGADA, TIA DO 1.º DUQUE DE BRAGANÇA, AÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL (SÉCULOS XIV-XV)

António Rei, Ph.D.*

1. Introdução

1.1. Origem do Concelho de Redondo

O Concelho de Redondo surge, *ex nihilo*, num momento tardio, já na fase final do reinado de D. Dinis. O Rei-Lavrador criou o novo concelho por Carta de Foral dada em Santarém no dia 27 de abril de 1318¹.

O local onde foi decidida a construção do castelo era a elevação de terreno que, até aquele momento, fazia a delimitação entre os Concelhos de Evoramonte e Monsaraz². Retirando uma parte a cada um daqueles Concelhos era criado este novo Município, cujo núcleo urbano, que passaria a constituir a sede da nova divisão administrativa, foi edificado de raiz. A estrutura castrense e o povoado que nele se abrigava foram edificados na referida elevação de terreno, na qual se

* IEM / FCSH – UNL. Bolseiro FCT.

¹ Sobre o Foral primeiro de Redondo e alguns outros considerandos em volta dessa questão, v. Isabel Alves Moreira, “Foral de Redondo, doado por D. Dinis em 1318 (transcrição do documento)”, *Callipole* 16 (2008), C. M. V.^a Viçosa, pp. 15-18. A datação do Foral surge no final da transcrição documental, p. 18.

² Sobre as delimitações espaciais e as cronologias que inviabilizam completamente a lenda peregrina de que Redondo teria tido um Foral de D. Afonso III, v. José Pires Gonçalves, *Monsaraz e o seu Termo*, vol. II, pp. 353-357 e também já referido por Isabel Alves Moreira no artigo referido na nota anterior, p. 15.

encontrava um maciço afloramento rochoso, o chamado “Penedo Redondo”³, que seria de tal forma proeminente na paisagem que permitiria a fácil determinação dos limites colindantes daqueles outros Concelhos.

Existe ainda, na Carta de Foral, a particularidade de nele se indicar que o Castelo a construir, e que coroaria e protegeria a nova povoação, deveria seguir a planta do então recente Castelo de Alandroal⁴, povoação vizinha, e o qual fora construído entre 1294 e 1298, a mando do Mestrado da Ordem de Avis⁵.

2. Primeiras elites – a família Cobrombo

Num documento de finais do século XIV, relativo ao Concelho de Redondo, nomeadamente uma escritura de doação de terras aos Pobres Eremitas da Serra d’Ossa, datada de 3 de dezembro de 1385 (era de 1423), surge entre os homens-bons do Concelho e referido como Procurador do mesmo Concelho, um Afonso Annes Calombo⁶.

Sabendo-se que até há muito pouco tempo atrás era lido, e depois repetido, o nome de “Vicente Annes Cobrombo” como “Vicente Anes Colombo”, e que Colombo e Calombo são duas possíveis variantes de uma mesma palavra, existindo um patronímico comum “Annes” ou “Eanes” significando “filho de João”, e que ambos foram contemporâneos, temos que Afonso e Vicente seriam irmãos, filhos de um João Cobrombo, o qual seria, muito possivelmente, filho de um dos primeiros povoadores do novo Concelho. Detentores de uma propriedade chamada “do Cobrombo”, a que terão dado o nome da família; ou, pelo inverso, de onde tiveram nome, estaremos em presença de elementos que compunham a elite local desde o povoamento inicial do Concelho. Ou seja, aqueles irmãos seriam elementos já de uma terceira geração após os primeiros povoadores.

O avô daqueles, ainda jovem terá vindo para residir ou eventualmente para construir o próprio Castelo, e em função disso, receber algum privilégio que o tivesse colocado entre os primeiros elementos administradores do novo Concelho.

³ Isabel Alves Moreira, *Memórias Paroquiais da Villa de Redondo e seu termo*, C. M. de Redondo, 2008, tex.policop., 78 pp., ilustrad. Sobre o “penedo redondo”, v. p. 50, n. 72.

⁴ « [...] E eles an afazer assa custax hum castello en essa vila de Redondo tamанho como a cerca da vila do Alandroal e tam alto e tan ancho e com duas portas e en cada huma das portas douscubelos [...]», Isabel Alves Moreira, “Foral ...”, p. 18.

⁵ Sobre a construção do Castelo de Alandroal, e respetivos Mestres da Ordem de Avis envolvidos na obra, designadamente no início e na conclusão da mesma, respetivamente

• D. João Afonso e D. Lourenço Afonso, v. Maria Cristina Cunha, *A Ordem Militar Avis (Das Origens a 1329)*, Dissertação de Mestrado, FLUP, 1989, tex. policop., p. 49.

⁶ António Francisco Barata, *O Alemtejo histórico, religioso, civil e industrial no distrito de Évora. Portel, Redondo Reguengos e Vianna*, Évora, 1893, “Redondo”, pp. 31-47, p. 34.

O seu filho João, pai de Afonso e de Vicente, pelos lapsos cronológicos e geracionais, terá nascido já em Redondo por volta de 1320 – 1325, admitindo que o seu filho Afonso, que seria o primogénito, terá nascido cerca de 1350, pois em 1385 já aparece a exercer as funções de Procurador. Vicente, que seria o mais novo, teria nascido por volta de 1355. Sabendo nós que Vicente faleceu entre 1408, quando ainda se documenta vivo, e 1412, quando já era falecido, teria o mesmo falecido com uma idade entre 53 e 57, o que para a época era já uma idade avançada, a raiar a decrepitude.

3. Cobrombos e Folgados

Ora Vicente Anes terá casado nos anos finais do reinado de D. Fernando, algures entre 1380 e 1383, tendo passado já os vinte cinco anos, com uma rapariga, Catarina, de uma família, os Folgados, com presença consolidada nos concelhos da vertente norte da Serra d’Ossa, nomeadamente em Veiros e em Evoramonte⁷.

O casamento em causa, não terá sido muito prolífico, ou talvez tenham falecido muitas crianças, o que não era nada incomum, pois em 1408 a única filha sobreviva, Margarida Vicente, já casada, ainda não tinha tido filhos, e é possível que Vicente Anes não tenha, sequer, conhecido qualquer neto⁸.

4. 1408, instituição da Albergaria

Naquela ano de 1408, o casal Catarina e Vicente fizeram testamento, e nele instituíram a criação de uma Albergaria, a qual teria lugar no interior do Castelo, e para a qual deixavam um legado fundiário que permitiria a subsistência daquela mesma instituição. Designavam ainda como administrador da mesma a João Eanes Folgado, sobrinho de Catarina e residente em Evoramonte⁹.

No entanto, em 1412, pouco antes de falecer, Catarina Pires veio a alterar o teor do Testamento feito em 1408, apensando-lhe um Codicilo¹⁰. Nesse Codicilo ela fez reverter o usufruto dos bens destinados à Albergaria para as suas netas, possivelmente gémeas, Maria e Catarina, entretanto nascidas. E tal usufruto deveria manter-se em suas vidas.

⁷ Sobre a Presença dos Folgados em Veiros, v. Manuel Rolão, Famílias da Beira Baixa. Raízes e Ramos, III vols., E. Autor, Lisboa, 2007, vol. II, “Folgado Sub§1: Conde de Barcelos”, pp. 58-59; sobre a presença deles em Evoramonte, v. Isabel A. Moreira e José Calado, *Testamento de Catarina Pires Folgada (1408)*, SCMR, 2010, p. 15.

⁸ Isabel A. Moreira e José Calado, *Testamento de Catarina Pires Folgada (1408)*, SCMR, 2010, p. 16.

⁹ *Idem*, p. 15.

¹⁰ *Idem*, pp. 38-40.

5. Sobrevivência ou extinção do Concelho de Redondo

O nascimento do Concelho de Redondo obedecera a fatores políticos, o contexto de guerra civil entre o rei D. Dinis e o príncipe D. Afonso mas a localização escolhida colocara a povoação fora das principais redes viárias da região, algumas delas já existentes no período romano¹¹.

Este facto, a que se juntaram, no reinado de D. Fernando, ataques e pilhagens no âmbito das guerras com Castela, quer pela mão dos castelhanos, quer, também, levadas a cabo pelos ingleses, tão aliados que pareciam inimigos, sob o comando do Conde de Cambridge¹². Após 1385 houve também, durante cerca de vinte e seis anos, até 1411, a guerra com Castela, levada a cabo pela afirmação de rei português e contra a anexação de Portugal por Leão e Castela.

Não esqueçamos ainda que para além das guerras também as epidemias, as famosas “pestes”, grassavam um pouco por todo o lado, o que não terá, certamente, ajudado a manter a muito difícil situação de ocupação humana da povoação, e terá posto em causa mesmo a sobrevivência do Concelho.

É nesta conjuntura, dramática e de sobrevivência da povoação e do Concelho, que se insere a instituição daquela Albergaria, no ano de 1408, por iniciativa de Catarina Pires Folgada e de seu marido Vicente Anes Cobrombo. A Albergaria passaria a constituir um incentivo a que os mercadores em trânsito pousassem mais em Redondo, e aqui vendessem e comprassem, e, dessa forma, ajudassem a reanimar a economia local.

No entanto, Catarina Pires, no tal Codicilo produzido em 1412, se não retirou a base fundiária à Albergaria, acabou por vir a colocar o seu usufruto em favor das suas netas, presume-se que então recém-nascidas, e tal facto terá obstado a que aquele primeiro desiderato fundador tivesse tido um seguimento consistente e sequente nos anos seguintes.

Catarina Pires Folgada morre naquele mesmo ano de 1412, e continuava a manter-se a herdada conjuntura crítica, para a qual a instituição da Albergaria parecera poder vir a ser uma ajuda na obtenção de uma solução, mas em que a decisão final de Catarina viera coartar os possíveis efeitos benéficos.

6. Cortes de 1418 e decisão régia de D. João I

A gravidade da situação terá conduzido a que os representantes do Concelho de Redondo, nas Cortes que tiveram lugar em Maio e Junho de 1418, em Santa-

¹¹ A chamada “estrada real” que ligava, desde o período romano, Évora a Mérida, a sul da Serra d’Ossa, ainda hoje se constata, como caminho, a cerca de seis quilómetros a norte dos limites atuais da vila, a cerca de sete quilómetros do primitivo povoado em volta do castelo.

¹² Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, capítulo CXXXII.

rém¹³, tivessem pedido diretamente ao rei D. João I uma solução, sob pena de que, pela impossibilidade de lá continuarem a viver, ocorresse o abandono completo da população, ou seja, o seu ermamento.

Tendo o Rei de Boa-Memória confirmado aquela realidade por intermédio de um seu corregedor, deu por bem deferir o pedido, em 12 de Setembro daquele mesmo ano, decidindo, em prol da povoação de Redondo, que todo aquele que viajasse de Évora para Vila Viçosa ou Alandroal, ou em sentido inverso, teria obrigatoriamente que passar pela Vila de Redondo. Tal decisão foi acatada, e muito possivelmente a ela se terá devido o não abandono da povoação e a não extinção do Concelho¹⁴.

Estamos em crer que um dos representantes às Cortes, um dos Homens-Bons do Concelho de Redondo, tenha sido João Gonçalves, o genro de Catarina Pires Folgada, e representante de uma família onde se fundiam os Cobrombos, do sul da Serra d'Ossa, com os Folgados, que predominavam a norte da mesma Serra.

7. Os laços do sangue

João Gonçalves representava o Concelho, mas representava também, da elite local redondense de então, a uma família ou linhagem, que por um toque da fortuna, acabara próxima da nova Casa Real.

Catarina Pires era irmã de Inês Pires, a mãe de D. Afonso, que o tivera de D. João I, quando era então só Mestre de Avis. Ora tal parentesco fazia daquele D. Afonso, então Conde de Barcelos, e que mais tarde foi o primeiro Duque de Bragança, primo-irmão de Margarida Vicente, a mulher daquele João Gonçalves.

Até que ponto este “toque da fortuna”, porque não de todo premeditado, e que acabou relacionando familiarmente todos aqueles indivíduos, o monarca incluído, terá vindo a ser decisivo, naquele momento, para a sobrevivência de Redondo, como povoação e como sede de Concelho? Nunca saberemos; mas estamos em crer que sim, que terá sido mesmo importante a existência deste nexo familiar.

Para além das “malhas que o Império tece”, também existem as malhas que o Destino, a Fortuna ou o Fado, ou como lhe quiserem chamar, sem dúvida, tecem ...!

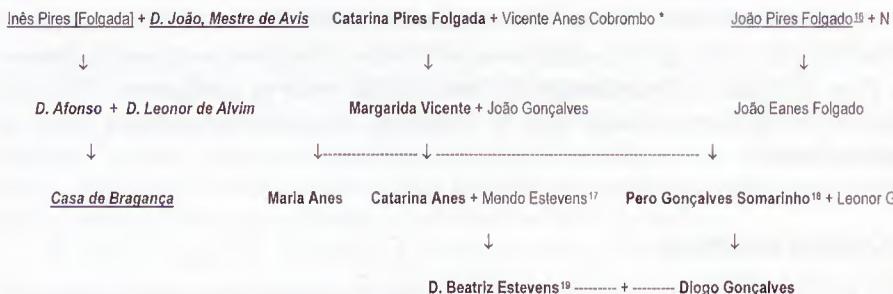
¹³ “Santarém, Cortes de (1418)”, *Dic. História de Portugal* (dir. Joel Serrão), VI vols., Porto, Figueirinhas, 1989, vol. V, p. 465.

¹⁴ Gabriel Pereira, *Doc. Históricos da Cidade de Évora*, ed. facsim, INCM, Lisboa, 1998, pp. 239-240: «A. 1418 – Deverá passar pela villa de Redondo quem transitar de Evora para Villa Viçosa ou Alandroal, e vice-versa».

PARENTESCO ENTRE ESTE RAMO DOS FOLGADOS E A CASA DE BRAGANÇA¹⁵
RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

FOLGADOS

Pero Esteves [Folgado], o Barbadão + Maria Anes



¹⁵ Para a reconstituição genealógica usámos: Fontes escritas – Chancelaria de *D. Manuel I*, liv. 30, fl. 131; *Testamento de Catarina Pires Folgada (1408)*, (v. supra notas). Bibliografia – Manuel Rolão, *Famílias da Beira Baixa* (v. supra notas).

EMIGRACIÓN EXTERIOR DE LA PENÍNSULA IBÉRICA DURANTE EL DESARROLLISMO EUROPEO. EL CASO EXTREMEÑO-ALENTEJANO

Moisés Cayetano Rosado*

Resumen

De 1955 a 1975 se vive en Europa Occidental una “Edad de Oro del sistema capitalista” con desarrollo desigual (desarrollismo), que propicia una fuerte emigración de trabajadores del campo a la ciudad, del Mediterráneo a Centroeuropa.

España y Portugal ocupan lugares de cabecera en ese traspase. Y Extremadura y Alentejo ven salir en la etapa cerca del 50% de su población. Las zonas industrializadas de sus países y de Francia, Alemania y Suiza son sus principales receptores.

Mano de obra joven que remite ahorros, significando un alivio para la economía de los lugares de origen, aunque no se haya conseguido el suficiente despegue en el desarrollo regional.

PALABRAS CLAVE: *Movimientos migratorios, Desarrollo desigual, Emigración a Europa, Portugal, España, Alentejo, Extremadura*

Abstract

From 1955 to 1975 in Western Europe it is experienced a “Golden age of the capitalist system” with uneven development which favours a strong migration of workers from rural to urban areas, from the Mediterranean to Central Europe.

* Doctor en Geografía e Historia. Profesor IES “Bárbara de Braganza”. Badajoz.

Spain and Portugal are the countries which are at the top of that people movement. And Extremadura and Alentejo see how almost a 50% of its population leave the region. Industrialized areas of their countries and in France, Germany and Switzerland are the main destinations.

A young workforce who sends savings, meaning a relief for the economy of the places of origin, however the regional development is still very low

KEY WORDS: *Migratory movements, Uneven development, Emigration to Europe, Portugal, España, Alentejo, Extremadura*

1. La “Edad de Oro” del sistema capitalista.

Una vez que las dificultades de la posguerra se van superando, los países del mundo occidental entran en una etapa de reconstrucción que, en un principio, sanea sus infraestructuras viarias, extractivas, industriales, para luego impulsar un desarrollo en el que Europa Occidental tendría un protagonismo sin precedentes. Y así, si el segundo quinquenio de los años cuarenta transcurre en medio de las calamidades y carencias que la II Guerra Mundial dejó como herencia, el segundo quinquenio permitirá ver la luz en medio de las dificultades: la reconstrucción está en marcha, el aparato productivo se reactiva; el resto de la década será claramente esperanzador y los signos de prosperidad estarán presentes de forma diáfana en países que habían estado marcados por las embestidas de la guerra, como es el caso de Alemania (RFA), Francia y Bélgica. Algo similar va a ocurrir en las periferias industriales de estados neutrales durante el conflicto, como Portugal y España, al tiempo que grandes zonas rurales de todos ellos experimentan un fuerte proceso de cambio, de mecanización y automatismos. Ello obligará a una movilidad poblacional sin precedentes del campo a la ciudad, de los países mediterráneos -menos desarrollados- a los centroeuropeos, de espectacular desarrollo.

Y así, a partir de finales de los años cincuenta se entra en lo que se ha dado en llamar “Edad de Oro” del sistema capitalista, que se caracteriza por los siguientes rasgos, fundamentalmente:

- Efectos positivos en el impulso económico motivado por los recursos externos recibidos, procedentes de los EE.UU. (Plan Marshall).
- Aumento espectacular de la inversión pública: infraestructura viaria, instalaciones educativas, sanitarias, asistenciales...
- Auge de la construcción privada: hoteles, comercios, centros de ocio y diversión; viviendas, urbanizaciones...
- Gran oleada de innovaciones tecnológicas relevantes.
- Sucesivos incrementos de la renta, tanto para empresarios como para asalariados, que impulsan respectivamente la inversión y el consumo.
- Acercamiento al pleno empleo.
- Consumo privado creciente, apoyado por el crédito bancario.

- Desarrollo del turismo interior y exterior.
- Estabilidad monetaria.
- Precios moderados, con contención de la inflación.
- Impulso a la investigación.
- Liberalización del comercio exterior y la inversión en el extranjero.
- Reducción de aranceles y de las trabas comerciales y de movimiento de capitales.
- Energía petrolífera (que impulsa toda la maquinaria productiva) barata.

Todo ello, eso sí, con una distribución espacial desigual: la riqueza y el desarrollo se concentran en áreas industriales de los países del norte y centroeuropeos, y en los bordes industriales de los países mediterráneos, lo que propiciará ese notable traspase poblacional apuntado más atrás: del campo a la ciudad, de las zonas rurales a las industriales, del sur al centro continental. El desarrollo desigual, el “desarrollismo”, no tendrá en cuenta un desenvolvimiento armónico del territorio, sino que “ahorra” recursos concentrándolos en puntos geográficos concretos, propiciando una macrocefalia con ramificaciones cada vez más raquínicas en las periferias del sur, una polarización: áreas expansivas-áreas deprimidas, con atracción demográfica y laboral en las primeras y expulsión poblacional las segundas. Superpoblación frente a desertificación.

En esta dinámica transcurren especialmente los años sesenta, esa “Edad de Oro” del desarrollismo que impulsó la movilidad de millones de trabajadores, en la búsqueda de un porvenir mejor que en sus lugares de origen, a la vista de unas diferencias territoriales cada vez más marcadas en el terreno laboral, económico, social, de servicios y de desenvolvimiento de futuro para sus descendientes.

Pero esta etapa vería síntomas de colapso, de agotamiento, a comienzos de los años setenta, cuando la concentración de mano de obra en las zonas de absorción va llegando a unos niveles superiores a la demanda real (contribuyendo a ello el automatismo y mecanización cada vez más precisa y necesitada de menos trabajadores para una mayor producción) y, en especial, cuando se rompe el ciclo de “energía petrolífera barata”, al subir espectacularmente el precio de los crudos a partir del otoño de 1973.

El 17 de octubre de 1973, la Organización de Países Exportadores de Petróleo deciden no exportar más a los estados que habían apoyado a Israel en la guerra que le enfrentó con Siria y Egipto (EE.UU. y sus aliados de Europa Occidental), al tiempo que encareció en un 17% el precio de venta: de 3 a 3'65 dólares el barril. A partir de 1974, este precio se cuadriplicará, alcanzando en 1976 los 12 dólares, dando lugar a una fuerte recesión en los países occidentales y aumentando extraordinariamente la inflación, con sus consecuencias de carestía, ruina de empresas menos competitivas, retramiento del consumo, falta de demanda generalizada, pérdidas de empleo, etc.

En noviembre de 1973, Alemania prohíbe taxativamente el empleo de mano de obra extranjera, a lo que seguirán otros países. Francia lo hará en julio de 1974 y Suiza en agosto de ese mismo año (salvo empleos temporeros en la vendimia y otras labores agrícolas por parte del primero y hostelería en el segundo). Así, los principales receptores de emigrantes del exterior cierran sus “fronteras laborales”, lo que arrastra a todos los demás.

La situación empeoraría más a partir de 1979, a raíz de la revolución iraní, multiplicándose el precio del petróleo hasta 1980 por 2'7, con lo que el barril alcanza los 32'4 dólares, que en 1981 -tras la Guerra Irán-Irak iniciada el 22 de septiembre de 1980- subirá a 39 dólares, lo que en la década se irían poco a poco moderando. Así, la “Edad de Oro” quedaría fulminada y los efectos del desarrollismo quedaron patentes en una economía rehén de los precios del crudo, con una producción industrial encarecida y concentrada en regiones enriquecidas en los años sesenta y primeros setenta, pero ahora hipotecadas por un desarrollo congelado y con unos altos índices de población laboral sin empleo, buena parte emigrada de las regiones agro-ganaderas y de los países mediterráneos, faltos endémicamente de planificación, latifundistas en sus regiones con más éxodo laboral, rentistas en gran medida de las remesas de esos emigrantes y artificialmente liberadas de la tradicional “legión de parados” gracias a esa emigración masiva que ahora se cortaba por completo.

2. Evolución de la población en el período.

En lo que respecta a nuestros dos países objeto de estudio en este trabajo - -España y Portugal- y las dos regiones transfronterizas concretas en que nos detendremos -Extremadura y Alentejo-, la evolución de la población en estos años del desarrollismo europeo muestra las siguientes características:

1. Los dos países ven crecer notablemente su población absoluta, como consecuencia de sus altos índices de natalidad, así como porque los movimientos poblacionales de ambos son sustancialmente interiores: del campo a la ciudad, de las zonas agrarias a los focos industriales (Madrid, Cataluña, País Vasco... en el caso español; cinturón metropolitano de Lisboa y Oporto, en el caso portugués).

2. Las dos regiones padecen una auténtica sangría migratoria, pues a las salidas exteriores -fundamentalmente a Europa- se une un impresionante trasvase hacia los núcleos industriales antes citados sin precedentes.

Así, la población española antes del comienzo del proceso migratorio general, iniciado alrededor de 1955 y mantenido hasta 1975, apenas sube de 28 millones de habitantes, llegando a 37 millones al final. La portuguesa se inicia con 8'5 millones y acaba con un millón más; porcentualmente, la mitad de aumento que España, debido a su mayor porcentaje migratorio exterior, como se verá.

Emigración Exterior de la Península Ibérica Durante el Desarrollismo Europeo

Por lo que respecta a nuestras dos regiones rayanas, los datos poblacionales de ambas son demoledores. La provincia de Badajoz pasa de 851.780 habitantes en 1950 a 635.375 en 1981; de significar el 3'03% de la población nacional en la primera fecha, pasa al 1'68%: casi la mitad. La provincia de Cáceres pasa de 549.077 a 429.593, lo que corresponde a 1'95% de los habitantes de España en 1950 y 1'14% en 1981. En cuanto a los tres distritos portugueses alentejanos, ocurre algo parecido: Beja bajó de 286.803 habitantes a 184.252, del 3'4% de la población portuguesa al 1'87%, similar a Badajoz; Évora disminuye sus 219.638 habitantes iniciales hasta 179.241, del 2'6% al 1'86 del total nacional, comportamiento que se agudiza en Portalegre, que de 196.993 habitantes pasa a 142.141, del 2'33% al 1'44% (CUADRO I).

Cuadro I. Población. Porcentaje participación provincial/distrital en su Estado

Año	ESPAÑA	BADA-JOZ	%	CÁCERES	%	PORTEGAL	BEJA	%	ÉVORA	%	POR-TALEG.	%
1950	28.117.873	851.780	3'03	549.077	1'95	8.441.312	286.803	3'40	219.638	2'60	196.993	2'33
1960	30.582.936	834.370	2'73	544.407	1'78	8.851.289	268.911	3'04	215.186	2'43	183.841	2'08
1970	33.956.047	687.599	2'02	457.777	1'35	8.568.703	201.502	2'35	175.286	2'05	143.903	1'68
1981	37.742.561	635.375	1'68	429.593	1'14	9.852.841	184.252	1'87	179.241	1'82	142.141	1'44
Km ²	504.645	21.766		19.868			92.391	10.225	7.393		6.065	
			4'31		3'94			11'07		8'00		6'56
Densidad en 1970	67'29		31'60		23'04		92'74		19'71		23'71	
												23'73

Fuentes: INE. España y Portugal. Elaboración propia.

Así, mientras España ve aumentar su población en esos veinte años en un 34'23% y Portugal en un 16'72%, Beja disminuye sus habitantes en un 35'76%, seguida de Portalegre en un 27'84%; Badajoz con 25'41%, Cáceres con 21'76% y finalmente Évora con 18'39% (CUADRO II). Estamos ante los porcentajes de bajada más fuertes de la Península, como corresponde a unas regiones con los más altos índices de paro laboral endémico, míseros salarios, más alta natalidad inicial, menos desarrollo económico, mayor concentración de latifundismo absentista y mínimamente productivo, ausencia de planificación productiva y una creciente mecanización en el campo que acaba con el poco empleo que las explotaciones extensivas generaban.

Cuadro II. Evolución de la población, 1950-1981

	Aumento o disminución	%
España	+9.624.688	+34'23
Badajoz	-216.405	-25'41
Cáceres	-119.484	-21'76
Portugal	+1.411.529	+16'72
Beja	-102.551	-35'76
Évora	-40.397	-18'39
Portalegre	-54.852	-27'84

Fuentes: INE. España y Portugal. Elaboración propia.

3. La sangría migratoria extremeña-alentejana.

Teniendo en cuenta que el éxodo campo-ciudad se adelanta sustancialmente al exterior (cuya incidencia significativa se ciñe a los años sesenta y primeros setenta), podemos contemplar un movimiento migratorio importante ya desde comienzos de los años cincuenta, que se mantiene hasta que la saturación del mercado laboral en las zonas industriales y la crisis de 1973 disuada de la aventura migratoria porque ya el paro hace estragos en el interior y porque los países centroeuropeos impiden nuevas llegadas de trabajadores ante la recesión que se instala y acentúa en todos ellos.

En los 25 años que van desde 1951 a 1975 el saldo migratorio (salidas menos retornos) que ofrecen las dos provincias extremeñas y los tres distritos alentejanos es el siguiente:

- Badajoz: 403.204 personas, un 47'3% de pérdida poblacional total.
- Cáceres: 268.219, un 48'85%.
- Beja: 140.719, un 49'06%.
- Évora: 80.362, un 36'59%.
- Portalegre: 86.933, un 44'13%.

En conjunto, estamos hablando de una pérdida de población que supera el 45% (CUADRO III). Si a ello unimos el crecimiento vegetativo que los emigrantes generan, y que al tratarse de una población joven, en edad fértil como se verá más adelante, es superior al de aquellos que no emigraron, podemos afirmar que la pérdida real supera al 50% de la población que se podría haber tenido de no darse el fenómeno migratorio. Es decir, en 1981 Extremadura alcanza los 1.064.768 habitantes, que posteriormente, en todo el siglo, no logrará superar: sin emigración habría subido de 2.200.000. Alentejo, en 1981 tiene 505.634 habitantes, que se estabilizan en los decenios posteriores: sin emigración superaría el millón. Eso sí, la presión laboral habría sido insostenible, pues estamos hablando de las regiones con mayor porcentaje de trabajadores desempleados, que van a encontrar acomodo en las regiones más desarrolladas de sus países respectivos (Madrid, Cataluña, País Vasco; área metropolitana de Lisboa) y en Europa, principalmente Francia, Alemania y Suiza, desde donde las reme-

Cuadro III. Saldos migratorios negativos provinciales/distritales

Período	Badajoz	Cáceres	Beja	Évora	Portalegre
1951-60	93.230	81.371	38.496	17.566	24.042
1961-70	237.407	142.324	87.679	53.861	51.369
1971-75	72.387	44.524	14.544	8.935	8.522
1951-75	403.024	268.219	140.719	80.362	86.933
% Pob. 1950	47'30	48'85	49'06	36'59	44'13

Fuentes: Anuarios estadísticos INE. Boletim Anual da SECP. Elaboración propia.

sas de divisa serán un balón de oxígeno para la economía nacional, regional y familiar, como veremos, y donde muchos encontrarán la prosperidad y un buen porvenir para sus hijos, aunque a costa del desarraigado, la identidad alterada, las penalidades de la nostalgia y el sacrificio de la dureza de unos primeros tiempos de difícil acomodo convivencial, social, cultural, familiar, etc.

4. Emigración exterior.

Aunque clandestinamente en el segundo quinquenio de los años cincuenta ya marchó hacia Europa un número importante de trabajadores, y también se mantenía una significativa emigración a América -sobre todo de portugueses-, no será hasta de década de los sesenta cuando se firmen los convenios laborales con los países receptores que permitan una emigración asistida por los organismos oficiales competentes, una emigración registrada, legal.

La prosperidad de la “Edad de Oro” europea, la necesidad de mano de obra no cualificada para la minería, la industria, la construcción, hostelería y peonaje en general que el desarrollismo acelerado propició, hizo que las ofertas se multiplicasen y que desde toda la cuenca mediterránea acudieran trabajadores a la zona metropolitana de París, la cuenca alemana del Ruhr, los prósperos cantones suizos de Zúrich, Berna y Ginebra, etc.

En los quince años que van desde 1961 a 1975, 1.311.883 españoles son asistidos por el Instituto Español de Emigración (IEE) y 940.182 portugueses marcharán también legalmente. Es el 4'29% de la población española de 1960 y el 10'62% de la portuguesa, lo que nos da idea de la importancia de la segunda, que más que duplica a la primera, con un importante componente hacia América -sobre todo desde sus islas de Azores y Madeira- como estudiaremos.

En cuanto a nuestras dos regiones, destacan las extremeñas, que rondan los 40.000 trabajadores emigrantes asistidos cada una, bajando en la alentejana a 14.413 Beja, 4.961 Évora y 3.401 Portalegre (CUADRO IV).

Cuadro IV. Emigración registrada al exterior

	Badajoz	Cáceres	Beja	Évora	Portalegre	España	Portugal
1961-65	18.131	8.085	1.111	200	329	541.104	194.072
1966-70	10.716	12.432	5.904	2.227	2.055	405.680	452.382
1971-75	12.709	18.521	7.398	2.534	1.017	365.099	293.728
Total	41.556	39.038	14.413	4.961	3.401	1.311.883	940.182

Fuentes: Anuarios Estadísticos IEE y Boletim Anual da SECP. Elaboración propia.

Por lo que se refiere a porcentajes del total nacional respectivo, la extremeña viene a suponer cada una alrededor del 3%; Beja supera escasamente el 1'5% del total portugués, quedando Évora en el 0'53% y Portalegre en el 0'36%. Eso

sí, si nos atenemos a la población residente en cada una, la cabecera la ostenta Cáceres, con el 7'17% emigrados al exterior de su total poblacional; Badajoz casi llega al 5%, que lo rebasa ligeramente Beja, quedando alrededor del 2% Évora y Portalegre (CUADRO V).

Cuadro V. Porcentaje de la emigración exterior

1961-1975	Badajoz	Cáceres	Beja	Évora	Portalegre	España	Portugal
% del total nacional	3'17	2'98	1'53	0'53	0'36	—	—
% de su pobl.de 1960	4'98	7'17	5'36	2'31	1'85	4'29	10'62
% de su emig. Total	13'41	20'89	14'10	7'90	5'68	—	—

Elaboración propia.

Los emigrantes al exterior significarían el 20'89% de la emigración de Cáceres, alrededor del 14% de Badajoz y Beja, del 8% de Évora y poco menos del 6% de Portalegre. Esto nos indica que la movilidad migratoria de ambas regiones es fundamentalmente interior, cercana, podríamos decir que “doméstica”, si bien no son pocos los emigrantes alentejanos que tras un primer “salto” a Lisboa marchan desde allí a Europa (especialmente Francia), y emigrantes extremeños que primero van a Madrid, luego se decidirán por un destino al extranjero.

Mención aparte merece la emigración clandestina. Aquellos que deciden marchan a la aventura, o llamados por familiares ya instalados fuera, sin contrato de trabajo en origen. Las estimaciones de las autoridades españolas y portuguesas, con datos de las naciones de recepción, sitúan esta emigración no controlada en un 36% de la asistida, lo que incrementa el número real de los que marcharon fuera de nuestras fronteras estatales (CUADRO VI).

Cuadro VI. Emigración exterior. Legales e ilegales

	ESPAÑA			PORTUGAL			TOTAL
	Legales	Ilegales	TOTAL	Legales	Ilegales		
1961-1965	541.104	240.846	781.950	194.072	135.860	329.932	
1966-1970	405.680	217.540	623.220	452.382	217.684	670.066	
1971-1975	365.099	265.251	630.350	293.728	197.655	491.383	
TOTAL	1.311.883	723.637	2.035.520	940.182	551.199	1.491.381	
%.....	64'45	35'55	—	63'04	36'96	—	

Fuentes: IEE (España). INE (Portugal). Con datos de los países de recepción Elaboración propia.

Pormenorizar datos regionales en este sentido resulta muy aventurado, pero los nacionales podrían ser extrapolados, con lo que el porcentaje puede mantenerse, y así los extremeños totales en Europa en esos 15 años superan los 100.000 y los alentejanos los 35.000. Varios miles más hacen cada año el trabajo agrícola temporero de la vendimia francesa y otras labores agrícolas, con estancia de entre 20 días y dos o tres meses, si bien es una estancia repetida por casi los mismos año tras año: no menos de 10.000 jornaleros extremeño-alentejanos hacen cada año esta labor.

5. Países de destino.

Volviendo de nuevo a la emigración asistida, es interesante constatar la afluencia de emigrantes a los tres destinos europeos más importantes: Francia, Alemania y Suiza, que casi acaparan por completo nuestro destino migratorio, junto a los puntos clave de América, destino significativo aún para Portugal (en especial para sus islas).

En los quince años de la gran demanda desarrollista, España asistiría a más de 380.000 trabajadores con destino a Alemania y otros tanto a Suiza, a los que sigue Francia, con más de 260.000. El resto de Europa recibe a unos 27.000 trabajadores españoles.

Los destinos americanos son menos significativos, sobresaliendo Venezuela, que por su potencial en la extracción de crudos mantiene cierta prosperidad: 78.747 trabajadores españoles reciben contrato de allá. Poco más de la mitad irán hacia Argentina y apenas superan los 20.000 con destino a EUA y a Brasil, quedando a la mitad Canadá.

Portugal registra una extraordinaria emigración dirigida a Francia, casi el doble de la española: 410.000 trabajadores. Sin embargo, Alemania recibe menos de la mitad: 127.000, y Suiza sustancialmente menos: 18.000. Es decir, la emigración portuguesa a Europa nutre básicamente la demanda francesa, en tanto que la española se reparte entre Alemania, Suiza y Francia. Pero Portugal sí va a seguir teniendo una oferta americana notable, sobre todo de Brasil (con 78.787 emigrantes asistidos, procedentes de toda su geografía del tercio norte e islas), EUA (110.213, siendo el 60% de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada y Horta), Canadá (89.796, procediendo el 65% de los anteriores lugares azorianos) y Venezuela (54.220, que provienen de Funchal en un 65%).

Por lo que se refiere a las provincias extremeñas, se dirige abrumadoramente a Alemania, Francia y Suiza, que suponen el 96% del total, con muy poca presencia en los destinos de los países americanos (el 0'33%). Y en cuanto a los distritos alentejanos, otra vez más se repite el abrumador protagonismo de la emigración hacia Europa (94'32%), concentrándose la mayoría en Francia y Alemania, que entre ambas acaparan el 81'3% del total (CUADRO VII).

En consecuencia, podemos decir que junto a la característica de una movilidad migratoria primordialmente dentro de su país por parte de Extremadura y Alentejo, las exterior se concentra en un número mínimo de destinos: Alemania, Francia y Suiza para Extremadura y Alemania y Francia para Alentejo, en consonancia con la tónica peninsular general, pues otros destinos europeos: Gran Bretaña, Holanda, Bélgica..., son de menos entidad, y los americanos se nutren fundamentalmente de trabajadores isleños por parte de Portugal y del norte de España y Canarias.

Cuadro VII. Emigración asistida por países de destino (1961-1975)

Procedencia	Francia	Alemania	Suiza	Res Eur.	Brasil	Argentina	EUA	Venez.	Canadá	Otros	Total
España	261.467	389.082	381.281	27.366	21.871	46.417	24.689	78.747	10.616	70.347	1.311.883
Portugal	410.052	127.272	18.077	22.230	78.787	10.613	110.213	54.220	89.796	18.922	940.182
Badajoz	7.240	20.209	13.383	546	42	84	10	12	8	22	41.556
Cáceres	14.509	9.932	11.966	2.544	20	52	4	4	3	4	39.038
Beja	5.722	6.305	566	1.132	59	s/d	124	20	420	65	14.413
Évora	2.354	1.693	224	448	58	s/d	38	12	49	40	4.916
Portalegre	1.704	707	195	389	146	s/d	73	8	119	60	3.401

(NOTA: el 60% de la emigración portuguesa a EUA es de Azores; el 65% de la venezolana, de Madeira, y el 65% de la canadiense, de Azores)

Fuentes: IEE (España). Estatísticas Demográficas y Boletim Anual da SECP (Portugal). Elaboración propia.

6. La gran oleada migratoria a Europa.

En definitiva, la emigración del período desarrollista se dirige fundamentalmente a Centroeuropa y en ella se ven envueltas las regiones y países con más atraso productivo, de agricultura tradicional de la que sobra mano de obra y proporciona jornales intermitentes y de miseria. La creciente industrialización, desarrollo de infraestructuras, boom constructivo y de servicios propios de una sociedad del bienestar (educación, sanidad, cultura, recreo...), demanda mano de obra que en los lugares de origen no la cubren. De ahí la oferta a los países menos desarrollados y dentro de ellos a las regiones menos favorecidas, en las que las necesidades básicas impulsan la búsqueda de un porvenir mejor allá donde se les ofrezca.

Para toda la emigración de la época en general, siguen encabezando la recepción de trabajadores emigrantes Alemania, Francia y Suiza, a los que siguen Gran Bretaña, Bélgica y Holanda. En cuanto a los países emisores, Italia, Turquía, Yugoslavia, España y Portugal, son los que más salidas experimentan. Y así, al final del proceso, con las fronteras migratorias cerradas, la "foto fija" de los trabajadores extranjeros censados en Centroeuropa -año 1976- asciende a más de cinco millones y medio, que si sumamos sus familiares inactivos (cónyuges e hijos) más los clandestinos no censados y temporeros intermitentes, se aproxima a diez millones de personas.

Los turcos censados en Alemania (80'3% de su total migratorio), los portugueses en Francia (79'3% de su total), los argelinos también en Francia (98'3% de su total), los españoles en Francia, Alemania y Suiza (84'2% de su total entre los tres) y los italianos igualmente en Francia, Alemania y Suiza (80'8% de su total entre los tres), son las comunidades emisoras más fuertes. Y, como quedó dicho, Alemania -con el 34'5% del total de trabajadores extranjeros censados en Europa- y Francia -con el 28'2%- encabezan a los receptores. Tras ellos quedan Gran Bretaña -que recibe un porcentaje muy alto procedente de fuera del Mediterráneo (el 88'1% de su total), en especial de sus antiguas colonias de India y Pakistán- y Suiza (CUADRO VIII).

Cuadro VIII. Origen y destino de los trabajadores emigrantes censados en Europa (1976)

Origen	Francia	RF Alemania	Suiza	Bélgica	Holanda	G. Bretaña	Otros	Total
España	204.000	111.000	68.900	30.000	16.000	24.000	2.100	456.000
Portugal	360.700	63.600	4.100	6.000	5.000	3.000	12.500	454.900
Italia	199.200	276.400	261.600	96.000	10.100	56.500	12.400	912.200
Grecia	5.000	118.800	5.200	10.000	2.200	10.500	—	151.700
Turquía	31.200	527.500	15.200	16.000	38.200	4.500	24.600	657.200
Argelia	331.100	1.400	—	3.500	—	500	200	336.700
Túnez	73.000	12.000	—	2.000	1.000	—	—	88.000
Marruecos	152.300	15.600	—	28.000	29.100	500	—	225.500
Yugoslavia	42.200	390.100	24.100	3.000	9.500	3.500	121.100	593.500
Total Medit.	1.398.700	1.516.400	379.100	194.500	111.100	103.000	172.700	3.875.500
+ otros trbj.	1.584.300	1.937.100	516.000	316.800	180.500	866.000	218.500	5.619.200

Fuente: SOPEMI (Système d'observation permanente des migrations). 1977. Rapport. OCDE. Conseil de l'Europe.

7. Sexo, edad y profesión en la emigración exterior.

Esta emigración hacia Europa presenta unas características, en cuanto a sexo y edad, muy diferente a las transoceánicas. Es fundamentalmente laboral y no familiar, lo que sí es la segunda, aunque posteriormente los que se asientan de forma definitiva procuran la reagrupación familiar que en principio en Europa no se facilita, pues su objetivo es lograr mano de obra que no se asiente en su territorio sino que retorne cuando no sea necesaria, o se renueve por otra más joven, de "refresco".

Así, mientras que en 1960 -año de inicio de las salidas más importantes- alrededor del 28% de la población peninsular tenía menos de 15 años, sólo el 1% de ese grupo emigra en el período desarrollista a Europa (en la de América constituye el 18%). Mayores de 55 años, que en la península suponen el 16%, marchan a destinos europeos no más de otro 1% (el 12% a Ultramar). Sin embargo, entre 15 y 54 años, el mejor período laboral de los trabajadores, suponen en Europa el 98% de los emigrados (el 70% en América), cuando en la población residente peninsular no superan el 55% de los habitantes (CUADRO IX).

También por sexos hay llamativas especificidades. En la emigración no europea la distribución es similar a la que se da en origen: 50'5% de hombres y 49'5% de mujeres, mientras que la continental resulta significativamente masculina: 82% frente a 18% (CUADRO IX). Esto refleja la inicial provisionalidad y temporalidad de la europea, frente a la más estable y definitiva de la ultramarina.

En cuanto a las profesiones de los emigrantes en su lugar de origen, la procedencia se reparte esencialmente entre los sectores primario y secundario, si bien casi la mitad se declaraban desempleados, siendo la mayoría de ellos en

Cuadro IX. Sexo y edad. Porcentajes.

Pobl. en 1960	España	Portugal	Emig. continental	Emig. no europ.
-15	27'3	29'2	1	18
15-54	56'5	54'6	98	70
55 y más	16'2	16'2	1	12
Sexo	Emig. Continental		Emig. no europea	
Hombres	82		50'5	
Mujeres	18		49'5	

Fuentes: Secretaría de Estado da Emigración. Boletim Anual.

Instituto Español de Emigración

realidad trabajadores jornaleros del sector agrario y mujeres sin empleo (CUADRO X), con muy poca representación del sector terciario, tan escaso en las comunidades menos desarrolladas.

Cuadro X. Situación laboral de los emigrantes.
Porcentajes (1961-75)

Sectores	ESPAÑA	PORUGAL
Primario	24	25
Secundario	30	20
Terciario	6	9
Sin empleo	40	46

Fuentes: Secretaría de Estado da Emigración. Boletim Anual
Instituto Español de Emigración

Las ocupaciones en el lugar de destino presentan ciertas especificidades por países de asentamiento que en Francia sobresalen en construcción (34'5%), y en servicio doméstico (26'0%) por lo que a las mujeres se refiere. En Alemania, el empleo es fundamentalmente en la industria: metalúrgica un 40% y química, papel y textil un 30%. En Suiza destacan la construcción (30%), la industria metalúrgica (25%) y la hostelería (26%). Datos todos ellos de la emigración española, que pueden extrapolarse a la portuguesa, de más difícil clasificación estadística (CUADRO XI).

Cuadro XI. Ocupaciones de los emigrantes en destino. Porcentajes.

FRANCIA	ALEMANIA	SUIZA
34'5 construcción	40 industria metalurg.	30 construcción
19'5 industria	30 ind. quím., papel, textil	26 hostelería
26'0 serv. doméstico	22 servicios	25 indust. metalúrg.
18'2 agricultura	8 construcción	7 agricultura
7'2 comercio		6 industria textil
		6 ser. Doméstico

Fuente: IEE

8. Emigración y desarrollo económico.

Esta voluminosa emigración laboral, sostenida durante todo el período desarrollista, además de suponer un alivio en la presión de la demanda de empleo interno, supuso una fuente de ingresos decisivos para los países mediterráneos, endémicamente rozando índices masivos de pobreza por parte de su población asalariada y de pequeños y medianos propietarios.

El emigrante, en especial si marcha en solitario, dejando a su familia en el lugar de origen, vive obsesionado con el ahorro, pues lleva en su pensamiento una cifra como condición del retorno, que desea cuanto antes, aunque muchos no pudieron cumplir sus objetivos y se vieron obligados a permanecer fuera, optando en el mejor de los casos por la reagrupación familiar. Pero esos años de la "Edad de Oro" del sistema capitalista, que impulsan la prosperidad en Centroeuropa, van a servir también para procurar un alivio a los emisores mediterráneos, que además recibirán de sus vecinos del norte una avalancha anual de turistas veraniegos, que impulsa el sector de la construcción, la hostelería, la restauración y los complejos de ocio y diversión, generando riqueza y empleos autóctonos en las zonas costeras. Si a ello unimos las inversiones de capital exterior que llevan aparejado, junto a otras inversiones en el impulso industrial de estos años, la Balanza de pagos se verá extraordinariamente favorecida.

Tradicionalmente deficitarios en Balanza comercial, la Balanza de transferencias (remesas de emigrantes fundamentalmente) y la de servicios (en especial turismo), enjugan con creces el déficit, cambiando a positivo el saldo de la balanza que las tres conforman: la Balanza por cuenta corriente. Si a ello unimos lo positivo de la Balanza por cuenta del capital (inversiones extranjeras, en especial), nos sale en definitiva una Balanza exterior de pagos rotundamente favorable, que posibilitaría las grandes inversiones en infraestructura y servicios de esos años de bonanza, si bien de forma desigual, al favorecer esencialmente a las zonas de la periferia del norte y noreste, siendo una vez más las cenicentas las áreas rurales, secularmente atrasadas, latifundistas y en proceso de "vaciamiento poblacional", como hemos ido viendo más atrás en el caso de Alentejo-Extremadura, extensible a Ribatejo, Beiras..., Castilla y León, Castilla-La Mancha, Andalucía...

La importancia de las remesas de emigrantes a nuestros dos países es tal que en muchos años cubren más de la cuarta parte del déficit comercial, y en el caso portugués hasta se llega en algunos años a superar dicho déficit, lo que ocurre en 1969, 1971, 1972 y 1973 (CUADRO XII). Es espectacular el caso de Portugal, pues la media de cobertura en el período supera el 50% de dicho déficit, quedando España en una cobertura del 25%: sólo el turismo en la costa mediterránea española tendrá el efecto de las remesas de emigrantes portuguesas, si bien las remesas tienen menos "servidumbres" que el turismo, al ser un dinero que llega sin exigencias de contraprestaciones en infraestructuras y servicios, que en nuestro caso dieron lugar a una explotación desmedida e incontrolada de

recursos naturales, parques naturales, bordes de costa, etc., depredados por la especulación urbanística.

Cuadro XII. Déficit comercial y remesas de emigrantes
(millones de pts. para España y millones de escudos para Portugal)

Años	Déf. C. port.	Remesas emig.	% cubierto	Déf. C. español	Remesas emig.	% cubierto
1961	7.972	1.489	18'68	16.723	6.958	41'61
1962	4.685	1.704	36'37	38.049	8.867	23'30
1963	5.296	2.371	44'77	60.202	12.051	20'02
1964	6.162	2.679	43'47	63.341	14.397	22'73
1965	8.526	3.378	39'62	104.199	18.042	17'31
1966	9.785	4.818	49'24	117.800	20.767	17'63
1967	9.564	6.267	65'53	106.407	19.803	18'61
1968	11.005	7.902	71'80	108.356	22.701	20'95
1969	11.191	11.812	105'55	128.572	28.175	21'91
1970	14.831	14.086	94'98	130.743	32.813	25'10
1971	18.532	18.848	101'71	110.379	38.517	34'90
1972	18.843	22.079	117'17	146.297	38.624	26'40
1973	22.430	26.452	117'93	198.933	53.007	26'65
1974	46.086	26.772	58'09	399.832	73.829	18'47
1975	40.766	21.623	53'04	572.387	58.099	10'15

Fuentes: Ministerio de Comercio (España). INE y Banco de Portugal.

En el aspecto negativo, estas remesas de emigrantes favorecerán la inflación, por aumento de la demanda consumista familiar y se invertirían preferentemente en bienes no generadores de riqueza y empleo, o de escasa consistencia, como compra de inmuebles familiares, montaje de negocios de autoempleo de subsistencia (bares, comercios, pequeños restaurantes, salas de fiestas...), pago de deudas, inversión bancaria a plazo fijo, etc.

Al terminar el período estudiado (1975), el saldo de los depósitos en la Cuenta de Ahorro Emigrante en las Cajas de Extremadura suponía alrededor del 6% del total nacional (1.089 millones de pesetas, de las 18.501 del total en las Cajas), el doble del porcentaje de emigrantes extremeños sobre el total español. Los datos de la Banca Privada, un tercio por encima de las Cajas Confederadas, no están desglosados por provincias, pero estimamos un comportamiento similar, lo que nos sitúa en un nivel importante de ahorro emigrante, reservado para el retorno o inversión tras alcanzar la cifra individualmente programada (CUADRO XIII).

En este 1975, las transferencias privadas de los emigrantes portugueses alcanzan la importante cifra de 21.623 millones de escudos, correspondiendo a Alentejo 645 millones de escudos, casi el 3% del total, duplicando, como en el caso extremeño, el ahorro con respecto al porcentaje de emigrantes nacionales (CUADRO XIV).

Cuadro XIII. Saldo depósitos Cuenta Ahorro Emigrantes. 1975

Entidades	Cuantía (en millones de pts)
Cajas de Extremadura	1.089
Cajas de España	18.501
% de Extremadura/España	5'89
Saldo en Banca privada	28.886

Fuentes: Confederación Española de C. de Ahorro.
Banco de España.

Cuadro XIV. Transferencias privadas en 1975

Destino	Cuantía (en millones de escudos)
Beja	408'4
Évora	110'5
Portalegre	96'2
ALENTEJO	645'1 (2'98% nacional)
PORUTGAL	21.623'0

Fuente: Banco de Portugal.

9. Regiones emisoras y de acogida. Situación antes y tras el proceso migratorio.

Este desahogo de la presión del paro en origen y la inyección económica de las remesas de emigrantes, siendo claramente factores positivos para las regiones emisoras de mano de obra, no significaron su despegue económico, como tampoco un hándicap para el desenvolvimiento de las receptoras, a las que se les detrae capital con dichas remesas y se les carga de servicios necesarios para la población extranjera (emigrantes y descendientes, con su necesidad de centros educativos, sanitarios, asistenciales, recreativos, de vivienda, etc.), sino que las situaciones iniciales de zonas más demandantes de mano de obra y zonas pobres que la ofrecen se perpetúa con el tiempo.

Así, estudiando un indicador tan significativo como el Producto Interior Bruto por habitante antes (1950) y después (1977) del boom migratorio en la Comunidad Europea, comprobamos que con 27 años de diferencia a la cabeza de la riqueza están los grandes receptores de emigrantes, como Ile de France, Hamburg (Alemania), Brabant (Bélgica) y otras regiones de los países de mayor afluencia. En cambio, a la cola están las zonas emisoras de España, Portugal y Grecia: Extremadura, Alentejo, Islas de Portugal, Algarve, Kriti (Grecia), Epeiros (Grecia), etc. -CUADRO XV-. Es decir, que el masivo proceso migratorio no significó un salto adelante para quien más población "excedentaria" perdió, sino que la situación desigual se ha mantenido, con pérdida -y eso es muy grave- de capital humano joven, en edad de procurar el reemplazo poblacional, dejando en origen una población notablemente envejecida, que constríñe por la

base la pirámide de edades, ensanchándola en la altura: las edades no productivas, necesitadas de más servicios asistenciales y que no propicia el reemplazo generacional, desertificando poblacionalmente el territorio.

Cuadro XV. Ranking PIB/POBL
(en dólares per cápita en la Comunidad Europea de 12 miembros -107 regiones-)

Núm. Región	PIB/POBL 1950	Núm. Región	PIB/POBL 1977
1 Ile de France	952	1 Hamburg (RFA)	13.953
2 Luxemburgo	868	2 Bremen (RFA)	11.126
3 Brabant (Bélgica)	859	3 Ile de France	10.394
4 South-East (GB)	776	4 Berlín (West)	9.928
5 Sjaell-Falst (Dinamarca)	758	5 Noord (Holanda)	9.906
6 Wallonie (Bélgica)	730	6 Sjaell-Falst (Dinamarca)	9.834
7 Hamburg (RFA)	709	7 Brabant (Bélgica)	9.081
8 West Midlands (GB)	660	8 Baden (RFA)	8.929
9 Lorraine (Francia)	659	9 Hessen (RFA)	8.587
10 Yorkshire (GB)	643	10...Jylland (Dinamarca)	8.473
11 Alsace (Francia)	629	11 Fyn (Dinamarca)	8.355
12 North West (GB)	622	12 Nordrhein (RFA)	8.355
96 Thessalia (Grecia)	112	96 Makedonia (Grecia)	2.178
97 Alentejo (Portugal)	110	97 Ionidi Nisoí (Grecia)	2.102
98 Thraki (Grecia)	109	98 Kriti (Grecia)	1.980
99 Ionioi Nisoí (Grecia)	109	99 Nisoí Algaioú (Grecia)	1.980
100 Peloponesos (Grecia)	108	100 Thraki (Grecia)	1.935
101 Epeiros (Grecia)	105	101 Epeiros (Grecia)	1.807
102 Kriti (Grecia)	104	102 Extremadura (España)	1.787
103 Galicia (España)	94	103 Centro (Portugal)	1.619
104 Ilhas Adjacentes (Portugal)	91	104 Alentejo (Portugal)	1.435
105 Algarve (Portugal)	88	105 Norte (Portugal)	1.368
106 Castilla-La Mancha (Esp)	83	106 Ilhas Adjacentes (Portugal)	895
107 Extremadura (España)	76	107 Algarve (Portugal)	789

Fuente: C.E. (Oficina: Estadísticas). Basic Statistics of the Community

Extendiendo los datos a países no pertenecientes a la Comunidad Europea, los ingresos por habitante que nos ofrecen en 1977 los mayores receptores europeos y los mayores emisores mediterráneos, nos muestran una vez más la diferencia de "llegada", tras toda la sangría migratoria del desarrollismo, de la "Edad de Oro del sistema capitalista". A la cabeza, Alemania, Francia y Suiza, seguidas de Bélgica, Holanda y Gran Bretaña; a la cola, España, Portugal, Grecia y los demás países que en el Cuadro VIII veíamos como grandes dispensadores de mano de obra para los anteriores (CUADRO XVI).

Hoy mismo, con otra nueva crisis golpeando duramente al Mundo, 50 años después de iniciarse la gran movilidad laboral, las diferencias siguen manteniéndose equidistantes, en tanto otro tráfico humano protagonizaron Europa del Este, África y Latinoamérica al final del siglo XX y comienzos del XXI, con iguales consecuencias, y con idéntico parón al dispararse las alarmas de la recepción.

Cuadro XVI. Ingresos por habitante (en dólares). 1976.

Países	Ingresos
RFA	6.219
Francia	5.068
Suiza	6.934
Bélgica	5.467
Holanda	5.109
Gran Bretaña	3.375
España	2.486
Portugal	1.524
Italia	2.706
Grecia	2.140
Turquía	757
Argelia	456
Túnez	626
Marruecos	362
Yugoslavia	1.209

Fuente: SOPEMI, 1977

10. Conclusiones.

Los años sesenta del siglo XX suponen una “Edad de Oro” para el sistema capitalista, que impulsa el desarrollo acelerado del mundo occidental. Los países de Centroeuropa experimentan un crecimiento que ya se hizo palpable a mediados de los años cincuenta y se prolonga hasta mediados de los setenta, en que la crisis económica mundial, disparada con la subida de los precios del petróleo desde 1973, corta la bonanza económica.

En esos años centrales de prosperidad, el impulso a las infraestructuras, la extracción minera, la industrialización, la urbanización de grandes espacios y la construcción de viviendas y lugares de recreo, hace que la demanda de mano de obra se dispare. De las zonas rurales hacia las urbanas y de los países mediterráneos al centro y norte de Europa, grandes masas de “capital humano” se desplazan buscando un porvenir que en origen tienen difícil.

Portugal y España serán dos de las naciones que entre 1961 y 1975 más se vean afectadas por el trasvase poblacional: casi el 11% de la población portuguesa y más del 4% de la española se envuelven en el proceso, siendo Alemania, Francia y Suiza los principales receptores.

Extremadura y Alentejo, que sufren fundamentalmente una emigración interior (a Madrid, Cataluña y País Vasco la primera, y al área metropolitana de Lisboa la segunda, con una pérdida global en esos quince años del 45% de sus habitantes -el 50% si contabilizamos desde 1955-), también se ven sumidas en el proceso de demanda europea. Con destino a Alemania, Francia y Suiza abrumadoramente más de 80.000 emigrantes extremeños asistidos por el IEE, y hacia Francia y Alemania casi los 23.000 emigrantes asistidos desde Alentejo. A ellos hay que unir casi un 40% más de ilegales, que marcharon sin contrato.

Moisés Cayetano Rosado

Esta emigración es extremadamente selectiva en cuanto a la edad, pues el 98% de los que llegan a Europa tienen entre 15 y 54 años: la mejor etapa laboral (ese corte de edades, en el lugar de origen, no supera el 55% de los habitantes). En cuanto al sexo, resulta significativamente masculina: el 82%. Ello denota no sólo las preferencias de las ofertas sino la “mentalidad” de provisionalidad de los emigrantes, deseosos de un pronto retorno, que luego no se hará realidad con la brevedad deseada, quedándose para muchos en definitiva estancia, al enraizarse los hijos (cuando logran los progenitores una vivienda, se reagrupan las familias) en el lugar de adopción.

Las profesiones de origen son variadas, pero destaca el peonaje sin cualificar, los trabajadores agrarios y las mujeres sin empleo. En el lugar de destino se ocuparán en la construcción, la hostelería, industria, minería... siempre en los puestos de más baja cualificación, peonaje en general.

Desde su destino, los emigrantes ahorrarán cuanto puedan -incluso pasando estrecheces y a veces miseria de alimentación y hospedaje- para remitirlo a sus pueblos, donde queda buena parte de familia y donde invierten en el pago de deudas, compra de viviendas, pequeños negocios (bares, comercios...), compra de tierras, etc. que suponen un balón de oxígeno para la economía peninsular, pues contribuyen con eficacia a equilibrar la Balanza exterior de pagos.

No obstante, las regiones emisoras, como Extremadura y Alentejo, presentan al final del proceso unos indicadores socio-económicos que les siguen situando en la cola del mundo occidental, en tanto las regiones receptoras estaban y siguen tras el proceso migratorio a la cabeza del bienestar. Lo mismo ocurre con los países de emigración y los que reciben al “capital humano”, si bien supusieron en definitiva una válvula de escape para el paro obrero endémico y una contribución al desarrollo general, aunque la mala planificación de política económica de la época de bonanza (desarrollismo) siguió primando a unas regiones (ricas y receptoras de la emigración interior) con menoscabo de otras (pobres y emisoras de mano de obra). De otra parte, esa pérdida de habitantes (los más jóvenes, en edad de tener descendencia) continúa siendo una muesca irrecuperable en la envejecida pirámide de edad de Alentejo, Extremadura y todas las zonas de emigración.

Fuentes y bibliografía

Fuentes

BANCO DE ESPAÑA

BANCO DE PORTUGAL

CE (Oficina: Estadísticas). Basic Statistics of the Community.

CONFEDERACIÓN ESPAÑOLA DE CAJAS DE AHORRO

INSTITUTO ESPAÑOL DE EMIGRACIÓN

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. España y Portugal.

MINISTERIO DE COMERCIO. España.

Emigración Exterior de la Península Ibérica Durante el Desarrollismo Europeo

OCDE. Système d'observation permanente des migrations (SOPEMI). Rapport. Conseil de l'Europe.

SECP. Boletim Anual y Estatísticas Demográficas. Portugal.

Bibliografía

- BAGANHA, Maria Irannis B.: "As correntes émigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economía nacional", *Análise Social*, vol. XXIX (128) 1994 (4.º), pp. 959-980.
- CAMPOS NORDMANN, Ramiro: *La emigración española y el crecimiento económico español*. IEE. Madrid, 1976.
- CARVALHO ARROTEIA, Jorge: *A emigração portuguesa, suas origens e distribuição*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Lisboa, 1983.
- CARVALHO ARROTEIA, Jorge: *A evolução demográfica portuguesa. Reflexos e perspectivas*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Lisboa, 1984.
- CAYETANO ROSADO, Moisés: *Emigración, telón de la pobreza*. Servicio de Estudios de la Emigración Extremeña. Badajoz, 1984.
- CAYETANO ROSADO, Moisés: *Movimientos migratorios extremeños en el desarrollismo español (1960-75)*. UNED-Mérida, 1986.
- CAYETANO ROSADO, Moisés: *Emigración asistida a Europa de la provincia de Badajoz durante el desarrollismo español (1961-1975)*. Caja de Ahorros de Badajoz, 1996.
- CAYETANO ROSADO, Moisés: *Emigración extremeña en el siglo XX. Del subdesarrollo heredado a los retos del futuro transfronterizo*. Junta de Extremadura. Mérida, 2007.
- CAYETANO ROSADO, Moisés: *La tierra devastada. Historia contemporánea en la Raya extremeño-alentejana*. O Pelourinho. Badajoz, 2009.
- DOLLOT, Louis: *Les migrations humaines*. Press Universitaires de France, 1971.
- ESPIAGO, Javier: *Migraciones exteriores*. Salvat Editores. Barcelona, 1985.
- GONÇALVES, Albertino y CUNHA MACHADO, José: "La emigración portuguesa hacia Francia en la segunda mitad del siglo XX: breve caracterización", *Migraciones y Exilio*, 3-2002, pp. 117-137.
- GUARDADO MOREIRA, María João y FERREIRA RODRIGUES, Teresa: "As Regionalidades Demográficas do Portugal Contemporâneo", *População e Prospectiva*. Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade, pp. 1-38.
- KLEE, Ernest: *Die Nigger Europas*. Patmos-Verlang. Düsseldorf, 1971.
- MOLLE, Willen y HASELEN, Hein Van: "Desigualdad regional y áreas asistidas en una comunidad europea de doce miembros", *Revista de Estudios Regionales*, 1980, pp. 153-198.
- PALAZUELOS MANSO, Enrique: *Fases del crecimiento económico de los países de la Unión Europea*. Instituto Complutense de Estudios Internacionales. Madrid, 2005.
- PORTO, Manuel: "La emigración y el desarrollo regional en Portugal", *Emigración y retorno* (Coord. José Cazorla Pérez). Instituto Español de Emigración, 1981, pp. 109-118.
- ROSADO VIEIRA, Rui: *O Associativismo Alentejano na Cidade de Lisboa no Século XX*. Edições Colibrí. Lisboa, 2005.
- VALERIO, Nuno (Coord.): *Estatísticas Históricas Portuguesas*. Instituto Nacional de Estatísticas, 2001.





Estudos do Património

Wolfgang Schmid

A FUNDAÇÃO DO MUSEU DE ARTE SACRA DE VILA VIÇOSA RARO EXEMPLO DE COOPERAÇÃO

Artur Goulart de Melo Borges*

A oito de Dezembro de 1955 foi inaugurado em Vila Viçosa, pelo arcebispo de Évora D. Manuel Trindade Salgueiro, com pompa e circunstância, um Museu de Arte Sacra.

A iniciativa ficou a dever-se à acção esclarecida dos dois párocos de então, o Padre António Pacheco de Barbosa Mendonça, reitor do Santuário de Nossa Senhora da Conceição, e o Padre José Inácio Dias Duarte, da paróquia de São Bartolomeu. Para o efeito, obtiveram a anuência e indispensável apoio do arcebispo D. Manuel Mendes da Conceição Santos, virtuoso e activo prelado da igreja eborense, a quem se ficou a dever a sugestão do local apropriado para a instalação do Museu, a igreja do antigo convento de Santa Cruz, no centro histórico da vila. A escolha do local, segundo a opinião do prelado, deveu-se ao facto de não ser necessário para o culto, representar um valor patrimonial pela sua disposição arquitectónica e conteúdo, e possibilitar condições de segurança para o objectivo em causa.

Foi encarregue do projecto de museologia e da organização consequente o Padre João António de Deus, de reconhecida acção pastoral e dedicação ao património em geral e, em especial, à arte sacra. Para a consecução dos seus objectivos teve o apoio permanente e prestimoso do Grupo dos Amigos de Vila Viçosa, sempre apostado na valorização e desenvolvimento da sua terra.

Durante todo o processo de instalação, dois factos poderiam ter tido interferência no andamento do projecto, o que, felizmente, não aconteceu. A 30 de Março de 1955 morre o arcebispo D. Manuel Mendes da Conceição Santos, que fora sempre um apoiante entusiasta da obra do Museu. Daí o ter sido o seu sucessor, D. Manuel Trindade Salgueiro, antístite de grande prestígio nacional, a continuar

* Coordenador do Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora

o empenho no projecto e a proceder à inauguração do Museu. Outro facto, ficou a dever-se à transferência, por motivos pastorais, do Padre José Inácio, pároco de São Bartolomeu e um dos fundadores, sendo substituído pelo Padre Edmundo Alves, que veio a assumir integralmente o projecto do seu antecessor.

Inaugurado o Museu a oito de Dezembro, festa da Imaculada Conceição, dia maior de Vila Viçosa, os párocos Padres António Mendonça e Edmundo Alves assinam, dois dias depois, um acordo, documento fundamental que consagra e explicita a constituição e as condicionantes do novo museu.

Apesar de breve, o texto do acordo assinala os pontos essenciais:

1 – O nome do Museu

Foi tal o empenho manifestado pelo arcebispo falecido que foi resolvido dar ao museu o seu nome, passando assim a chamar-se Museu de Arte Sacra D. Manuel Mendes da Conceição Santos. Era uma merecida e justa homenagem pública perante uma figura de grande valor humano, pastoral e cultural.

2 – O acervo do Museu

Para funcionar como tal, um museu necessita de um acervo, uma colecção ou colecções de obras de acordo com o seu próprio objectivo, no caso presente de arte sacra. Só assim poderá ter carácter permanente e não apenas galeria de exposições temporárias. Tal foi a preocupação dos fundadores e do organizador do projecto museológico. Assim, o acordo estabelecido determina e especifica o conteúdo do acervo:

- o núcleo fundamental é constituído por objectos que já não servem ao culto e que estejam nas igrejas ou respectivas arrecadações. Sobretudo, todos aqueles que, por não estarem a ser utilizados, estão em risco de se deteriorarem.
- Outras alfaias de culto que mereçam ser expostas, mesmo que estejam em uso, e que, por isso mesmo, poderão ser requisitadas *ad hoc* para as celebrações, pelos respectivos párocos.
- Objectos de particulares. Todas as pessoas ou instituições que tenham peças de arte sacra e que queiram expô-las poderão fazê-lo, através de um protocolo a realizar com o museu, uma vez aceite o seu interesse no âmbito do projecto museológico. Permite-se assim que muitos possam dar o seu contributo para a valorização da arte sacra em favor da comunidade.

3 – Regime de propriedade

Uma vez que o acervo é constituído por objectos das mais diversas proveniências, todos eles continuam a ser propriedade das respectivas igrejas. O mesmo acontece, no caso dos Particulares, em que os objectos são cedidos ao museu a

título de depósito, continuam propriedade de quem os cedeu, obedecendo às condicionantes assinaladas no respectivo protocolo e documento de entrega.

Apenas serão propriedade do museu as peças que lhe forem oferecidas ou as que o museu vier a adquirir para o seu espólio.

4 – Extinção

Se o museu vier a ser extinto, competirá ao Bispo dar destino ao que é propriedade da instituição. Todas as outras peças serão entregues aos respectivos proprietários.

O original do acordo foi entregue à Câmara Eclesiástica diocesana e dele foram feitas três cópias, uma para cada um dos párocos e outra para o próprio museu.

Ao acordo foi apenso o Inventário do Museu de Arte Sacra de Vila Viçosa (documento anexo), em quinze folhas dactilografadas e rubricadas. Dele fazem parte 395 peças, ordenadas consoante as proveniências e respectivos quantitativos, a saber:

- 96 – da própria Igreja do Convento de Santa Cruz
- 89 – da Igreja de São Bartolomeu
- 77 – da Igreja de Nossa Senhora da Conceição
- 35 – da Igreja de Nossa Senhora da Lapa
- 23 – da Igreja dos Capuchos
- 47 – da Igreja de Nossa Senhora da Esperança
- 2 – da Igreja de Santo António
- 10 – da Igreja de Santa Catarina, de Pardais
- 4 – da Igreja de Santiago de Borba
- 4 – da Misericórdia de Vila Viçosa
- 1 – da Igreja de Santa Ana, de Bencatel
- 1 – da Igreja de São Romão
- 6 – depósitos de particulares

Infelizmente, tal inventário não tem as características hoje exigidas, o que implicaria no mínimo uma ficha para cada peça, com descrição, cronologia, matéria, técnica, dimensões e fotografia. É uma simples lista de objectos demasiado sucinta, que indica o nome, a matéria e, às vezes, a técnica e a datação. Torna-se, portanto, muito difícil identificar peças, sobretudo com nomes iguais e características semelhantes, em relação às respectivas proveniências.

A fundação do museu e o respectivo acordo permitem salientar um conjunto de características fundamentais que transformam a iniciativa num modelo exemplar e devem ser um incentivo a uma acção persistente de continuação e valorização de tão notável património. São evidentes as seguintes:

1 – carácter pioneiro do Museu

O mais antigo museu da diocese é o Museu de Arte Sacra da Sé de Évora, instituído pelo Decreto-Lei de 24 de Maio de 1930. Instalado provisoriamente na Sala Capitular, foi programada a sua transferência para a ala norte da sobrenave esquerda da Catedral. Todavia, após longos anos de obras pela Direcção dos Monumentos Nacionais, só terminaram os arranjos museológicos em 1976 e essas novas instalações apenas foram inauguradas em 22 de Maio de 1983.

Exceptuando este, mais nenhum existia na arquidiocese em 1955. Além disso, o aprofundamento do conceito de património e sua valorização, só a partir das últimas décadas do século passado foi objecto de aturadas investigações e um alargamento de estudos e maior consciencialização em consonância com a democratização do ensino e a abertura de novos cursos universitários. Portanto, em 1955, a instalação do Museu de Arte Sacra de Vila Viçosa, apesar da precariedade da sua montagem museográfica, foi verdadeiramente pioneira, manifestando a visão esclarecida dos seus fundadores.

2 – Valorização da arte sacra

A escolha do acervo do museu deixa entrever a preocupação primeira em proteger e conservar uma série de objectos que não estavam a ser utilizados, nem eram vistos e, geralmente, estavam arrecadados em condições pouco convenientes, em risco de se perderem. Todavia, todos estes objectos tinham exercido a sua função, faziam parte dos ritos e das celebrações, encomendados a artistas e artesãos com o esforço e o empenho dos fiéis. Embora tudo seja perecível, manter tais objectos nas melhores condições possíveis, é uma atitude de respeito pela fé dos antepassados e por aquilo que eles representaram na vida religiosa da comunidade. Esta é uma ideia que tem ganho cada vez mais consistência, ao mesmo tempo que é cada vez maior o número de comunidades que dela tem tomado consciência efectiva.

Em 1955, não era tanto assim, de modo que é de louvar a iniciativa de fazer um museu onde tantos objectos poderiam ser devidamente valorizados e onde seriam um factor de dinamização da história e da vivência religiosa das comunidades, inclusive nas múltiplas abordagens da evangelização.

3 – Cooperação

Um dos factores essenciais que ressalta desta iniciativa é o trabalho de colaboração, sempre o mais adequado e imprescindível para atingir o objectivo desejado. Primeiro, em toda a elaboração e desenvolvimento do projecto, uma cooperação interparoquial, às vezes tão difícil de conseguir quando as entidades se fecham nos seus pequenos domínios e sucessos individuais. O museu de arte sacra de Vila Viçosa bem mereceu este entendimento, capaz de atrair a anuência

de toda uma população que a sentiria como um objecto que lhe pertence e onde poderia fruir a história e a arte que ele encerra.

Esta cooperação interparoquial para ser eficaz alargou-se, todavia, às entidades locais que proporcionaram o seu apoio a vários níveis: quer do Município, quer da Misericórdia, quer, sobretudo, do Grupo de Amigos de Vila Viçosa, que acompanhou de modo directo e eficiente todo o processo.

Por este sentido de actualidade e pioneirismo, pelo empenho conseguido na valorização da arte sacra e pelo desinteressado, confiante e alargado trabalho de cooperação, entre entidades religiosas e civis, atrevi-me a classificar como exemplar a fundação do Museu de Arte Sacra de Vila Viçosa. É verdade que, após isso e durante quase seis décadas da sua existência, bastante atormentada tem sido a sua história. Todavia, os factores essenciais que caracterizaram a sua fundação, continuam a ser imprescindíveis para lhe iluminar o caminho de um futuro melhor, tanto mais que a riqueza da sua arte sacra lá continua para ser entendida e apreciada por todos.

ANEXO

INVENTÁRIO DO MUSEU DE ARTE SACRA DE VILA VIÇOSA

IGREJA DE SANTA CRUZ – Freguesia de S. Bartolomeu

Número de registo	Objectos
1	– Crucifixo, – pau santo e imagem de marfim do séc. XVII
2	– Imagem do Anjo Custódio de Portugal, – madeira estofada do séc. XVI
4	– Imagem de Sant’Ana e a Virgem, – madeira estofada do séc. XVII
5	– Imagem de S. Tomaz de Vila Nova, – madeira estofada do séc. XVII
6	– Imagem de Santa Rita, – madeira estofada do séc. XVII
9	– Imagem de S. Miguel, – madeira estofada do séc. XVIII
10	– Imagem de S. João Baptista, – madeira estofada do séc. XVII
19	– Imagem da Senhora do Rosário, – madeira estofada do séc. XVII
20	– Imagem de Santa Rita, – madeira estofada com pinturas a preto e orlas de ouro do séc. XVIII
21	– Imagem da morte de S. José, – madeira estofada do séc. XVII
22	– Imagem de Santo, – madeira estofada do séc. XVII
23	– Imagem de S. Nicolau, – madeira estofada do séc. XVII
29	– Portas de Oratório, – madeira pintada com motivos da Paixão do séc. XVIII
30	– Idem
31	– Virgem Dolorosa, – cartão pintado e policromado do séc. XVIII
33	– Imagem de S. Sebastião, – madeira estofada do séc. XVIII
34	– Imagem de Santo Agostinho, – madeira policromada do séc. XVII
38	– Caideirinha de água benta e issope, – metal amarelo do séc. XVIII
39	– Mocho de madeira e couro dom pregarias do séc. XVIII
40	– Tocheiro de madeira pintada com emblema da Confraria das Almas do séc. XVIII
41	– Idem mais cinco, quatro dos quais estão na Igreja de S. Bartolomeu
42	– Quadro de tela representando Cristo Caído do séc. XVIII
43	– Quadro de tela representando a Virgem Dolorosa do séc. XVIII
44	– Estante de coro de madeira com o pé torsido do séc. XVIII
45	– Crucifixo pintado sobre a cruz de madeira do séc. XVIII
48	– Quadro de tela representando um Santo Bispo do séc. XVIII
49	– Quadro de tela representando a Fuga para o Egito do séc. XVIII
50	– Quadro pintado sobre madeira, pequeno, um calvário do séc. XVIII
fl.2:	
51	– Quadro de tela sobre o Calvário do séc. XVIII
52	– Quadro de tela representando Cristo Ressuscitado do séc. XVIII
53	– Estante de coro de madeira de talha pintada do séc. XVII
54	– Bacia de esmolas em metal amarelo do séc. XVIII
55	– Idem
69	– Cruz processional de talha dourada do séc. XVIII

- 104 – Moldura de talha pintada e dourada para espelhos do séc. XVIII
105 – Idem
107 – Credencia de talha dourada do séc. XVIII
109 – Cadeirão do Antigo coro das freiras de S.ta Cruz, tem a letra “P” do séc. XVII
110 – Idem – tem a letra “S”
112 – Urna da exposição de Quinta Feira Santa de talha prateada do séc. XVIII
113 – Órgão de madeira pintada a Charão e talha dourada, trabalho indo-português do séc. XVII
114 – Banco de madeira com assento de couro e pregarias do séc. XVIII
115 – Idem
116 – Idem
123 – Imagem de Sant’Ana em madeira estofada do séc. XVII
124 – Imagem de S. Joaquim em madeira estofada do séc. XVII
127 – Baldaquino em forma de livro para o SS.mo, forrado de couro com motivos e ferragens douradas e bordado a ouro no interior, do séc. XVII
129 – Quadro a óleo sobre tela, com Descida da Cruz do séc. XVIII
135 – Vitrina com dois corpos de vidro, feitas em 1955
136 – Idem
137 – Idem com um dos corpos só em madeira
138 – Idem
139 – Idem
141 – Cruz processional de prata lavrada da Irmandade das Almas do séc. XVII
174 – Resplendor da Imagem de N. Senhora com onze estrelas pequenas e uma grande em prata do séc. XVIII
189 – Capacete de S. Miguel em prata trabalhada do séc. XVIII
190 – Idem
234 – Balanças de S. Miguel, correntes, braços e pratos de prata do séc. XVIII
237 – Campainhas de metal amarelo, (duas) do séc. XVIII
238 – Missais de altar (quatro) encadernados a couro e com pregarias de metal do séc. XVIII
239 – Estantes de missal (duas) de madeira pintadas de vermelho e com decorações do séc. XVIII
241 – Espelhos de sacristia (dois) com molduras de talha dourada do séc. XVIII
255 – Imagem de roca de N. Senhora com vestidos de sedas antigas do séc. XVIII

fl. 3:

- 256 – Quadro de tela com a Imaculada Conceição do séc. XVIII
261 – Plintos de madeira (14)
283 – Baú de couro e pregarias do séc. XVIII
291 – Casula e Dalmáticas de seda branca bordadas a ouro, D. João V do séc. XVIII
292 – Casula de seda verde com sebasto de veludo do séc. XVII
294 – Casula de seda branca com flores a matiz do séc. XVIII
319 – Frontal de púlpito de seda branca com sebastos vermelhos e franja e galão dourado, séc. XVII
320 – Colcha de seda antiga com galões verdes do séc. XVIII
321 – Véu de cálix de seda bordada a ouro do séc. XVII
324 – Véu de estante de damasco preto e ouro com galões dourados do séc. XVII
326 – Lâmpada de metal amarelo do séc. XVIII
328 – Bolsa de corporais, branca bordada a ouro e galão dourado do séc. XVIII

fl. 4:

IGREJA DE S. BARTOLOMEU

- 3 – Imagem de N. Senhora, madeira policromada do séc. XVII
7 – Imagem de S. Sebastião, pedra policromada do séc. XV
8 – Imagem da Virgem com o Menino, madeira estofada do séc. XVI
14 – Imagem de S. João Evangelista, madeira estofada do séc. XVII
17 – Imagem de N. Senhora, madeira estofada do séc. XVII
18 – Crucifixo de marfim e cruz de madeira do séc. XVII
26 – Oratório de talha dourada e grades laterais de ferro do séc. XVIII
32 – Imagem de Santo Inácio de Loiola, madeira estofada do séc. XVII
37 – Imagem do Menino Jesus, madeira pintada do séc. XVIII
46 – Livro de coro do séc. XIX
47 – Relicário de metal dourado do séc. XVIII
111 – Talha de um altar lateral da Igreja de S. Bartolomeu do séc. XVII
119 – Idem, representando uma aranha do séc. XVII
120 – Presépio de barro policromado da escola de Machado de Castro do séc. XVIII
121 – Caixa forrada de couro para mitra do séc. XVIII
122 – Jarra de porcelana branca com motivos em relevo e dourados do séc. XVIII
125 – Talha dourada representando uma águia do séc. XVII
126 – Idem
128 – Baldaquino do Sagrado Viático, em forma de Livro forrado de couro com ferragens douradas do séc. XVII
143 – Caldeirinha e issope de prata simples do séc. XVII
144 – Cadeira de espaldar com assento de veludo do séc. XVIII
145 – Lanterna de prata da Irmandade do SS.mo do séc. XVIII
146 – Idem
148 – Custodia de prata dourada com trabalhos em relevo e medalhões com baixos relevos do séc. XVII
151 – Galhetas de prata do séc. XVII
152 – Idem
153 – Idem do séc. XVIII
154 – Idem
156 – Fivelha de prata lavrada com pedras de cores do séc. XVIII
157 – Cálix de prata dourada e patena do séc. XVII
158 – Cálix de prata dourada com desenhos gravados do séc. XVII
160 – Insignias da Paixão em prata do séc. XVII
161 – Turíbulo e naveta de prata do séc. XVII
162 – Naveta de prata do séc. XVII

fl. 5:

- 165 – Purificador de prata do séc. XVII
172 – Resplendor de imagem prata lavrada com pedras vermelhas do séc. XVIII
173 – Bastão de prata lavrada do séc. XVIII
175 – Idem em forma de cruz com bandeira de S. João Baptista do séc. XVIII
178 – Coroa pequena de prata trabalhada do séc. XVIII
179 – Coroa de N. Senhora de prata lavrada do séc. XVIII
180 – Resplendor da imagem de Cristo de prata lavrada e com pedras do séc. XVIII
181 – Resplendor de prata lavrada e com pedras e em forma de meia lua do séc. XVIII

- 183 – Idem de prata lavrada em forma circular do séc. XVIII
184 – Idem de prata lavrada em forma de meia lua do séc. XVIII
185 – Idem
187 – Cruz paroquial em madeira preta com a imagem de marfim e incrustações de prata do séc. XVII
188 – Cálix de prata trabalhada com a patena e copa dourada do séc. XIX
191 – Inscrição de prata com as letras: H E F M D I Q M B C do séc. XVIII
192 – Coroa de N. Senhora de prata lavrada do séc. XVIII
194 – Crucifixo, cruz de prata e imagem de marfim do séc. XVIII
195 – Coroa de N. Senhora de prata dourada com trabalhos da renascença do séc. XVII
196 – Idem do Menino Jesus
197 – Custodia (só a parte superior) de prata simples do séc. XVIII
199 – Resplendor de prata trabalhado com seis pedras do séc. XVIII
200 – Idem com duas pedras e algumas estrelas na ponta dos raios do séc. XVII
201 – Idem com uma pedra
202 – Idem de prata trabalhada
203 – Idem
204 – Idem pequeno com 3 [pedras]
205 – Idem de prata lisa
206 – Idem de prata trabalhada do séc. XVII
211 – Missal forrado de veludo verde com ferragens de prata do séc. XVII
213 – Sacra de altar de prata lavrada do séc. XVIII
214 – Idem
215 – Resplendores (quatro) de prata trabalhada do séc. XVII
220 – Cruz de prata da mão de Santo António do séc. XVIII
221 – Resplendor de prata trabalhada do séc. XVIII
222 – Idem
223 – Idem
224 – Bastão de prata lisa do séc. XVIII
225 – Resplendor de prata trabalhada do séc. XVIII

fl. 6:

- 227 – Coroa de N. Senhora de prata trabalhada do séc. XVIII
229 – Coroa de prata trabalhada terminando em pomba do séc. XVIII
230 – Coroa de prata trabalhada do séc. XVIII
276 – Rosário de pedras azuis e douradas do séc. XVIII
282 – Tábua pintada representando um Santo do séc. XVIII
284 – Relicário em forma de custodia com o Coração de Jesus do séc. XVIII
296 – Véu de sacrário bordado a ouro do séc. XVIII
299 – Casula verde e sebasto vermelho do séc. XVII
300 – Manto de imagem seda tecida a matiz do séc. XVIII
304 – Casula de seda tecida a matiz e ouro do séc. XVIII
310 – Pluvial vermelho de lhama e ouro do séc. XVII
311 – Pluvial de damasco branco dourado do séc. XVII
313 – Frontal de seda bordado a cores do séc. XVIII
315 – Reposteiros (dois) de seda rameada com franja vermelha do séc. XVIII

IGREJA DE SANTO ANTÓNIO

- 65 – Imagem de S. Jerónimo de madeira pintada do séc. XVII
226 – Lâmpada do SS.mo de metal amarelo do séc. XVII

fl. 7:

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VILA VIÇOSA

- 13 – Imagem de Santo, madeira estofada do séc. XVII
15 – Imagem de s. José, madeira estofada, faz parte duma Sagrada Família do séc. XVII
16 – Imagem de N. Senhora de madeira estofada e faz parte duma Sagrada Família do séc. XVII
27 – Imagem de N. Senhora das Dores de cartão pintado, do séc. XIX
28 – Imagem de S. João Evangelista de cartão pintado, do séc. XIX
35 – Imagem de Santo Apóstolo de madeira estofada do séc. XVII
36 – Imagem de Santo, madeira estofada do séc. XVII
56 – Talha de altar, pedaço muito arruinado do séc. XVIII
57 – Talha moderna em bom estado
58 – Imagem de S. José com o Menino de madeira pintada do séc. XVIII
59 – Imagem de S. João Batista de madeira pintada do séc. XVIII
60 – Berço com o Menino Jesus, do séc. XIX
66 – Imagem de S. Domingos madeira estofada do séc. XVIII
67 – Cruz Processional de pau-santo e aplicações de metal amarelo do séc. XVII
68 – Bacia de estanho digo de esmolas de metal amarelo do séc. XVIII
76 – Castiçal de madeira de talha do séc. XVIII
77 – Idem
78 – Cruz dos Condenados pintada na própria madeira, do séc. XVIII
81 – Sacrário de madeira dourada em forma de globo do séc. XVIII
84 – Talha pintada (pedaço) do séc. XVIII
85 – Abaixa-voz de madeira pintada e dourada do séc. XX
86 – Oratório de talha dourada e policromada do séc. XVIII
87 – Crucifixo de madeira trabalho de influência oriental do séc. XVII
117 – Pedestal de talha dourada com cabeças de anjos do séc. XVII
140 – Cruz Processional de prata lavrada com resplendor dourado imagem de Cristo pintada na cor natural, pertencia à Confraria de S. Pedro do Clero, do séc. XVII
150 – Píxide de prata dourada e lavrada é da Irmandade do SS.mo da Matriz do séc. XVIII
155 – Galhetas (um par) de prata caneladas do séc. XIX. da Irm. do SS.mo da Matriz
159 – Custodia de prata lavrada e dourada. No pé a figura da Esperança do séc. XVIII
163 – Turíbulo de prata lavrada D. João V, do séc. XVIII
164 – Naveta, idem
168 – Cálix de prata lisa da Irm. do SS.mo da Matriz

fl. 8:

- 182 – Relicário em forma de cruz de prata dourada. Pertencia à antiga Irm. da Cruz de Cristo dos Agostinhos é do séc. XVI-XVII
198 – Salva de prata aos gomos e com inscrição no fundo e pertence à Irm. dos Passos do séc. XVI
216 – Resplendor de prata trabalhada em forma circular e pertence à Irm. dos Passos

- 217 – Cruz Paroquial de prata canelada com capiteis coríntios e dois medalhões renascença com símbolos eucarísticos pertence à Irm. do SS.mo da Matriz do séc. XVII
218 – Missal forrado de veludo vermelho e faltam-lhe as ferragens de prata, é da capela de S. Luís do séc. XVII
244 – Jarra de porcelana com flores em relevo em mau estado do séc. XVIII
249 – Idem, de louça dourada do séc. XVIII
250 – Castiçais (dois) de madeira de talha prateada do séc. XVIII
253 – Estante de coro de madeira de talha dourada, estilo D. Maria do séc. XVIII
257 – Jarras (duas) de porcelana branca com flores douradas e em relevo do séc. XVIII
259 – Baú de couro e pregarias da Irm. do SS.mo da Matriz do séc. XVIII
263 – Plintos (dois) de madeira pintada e talha do séc. XVIII
266 – Crucifixo (só a imagem) de madeira do séc. XIX
280 – Cruz Processional de talha dourada (só existe a parte superior) do séc. XVIII
285 – Castiçais (quatro) de madeira prateada do séc. XVIII
286 – Manto de N. Senhora, de seda rameada a matiz e ouro do séc. XVIII
287 – Dalmática de lhama branca e galão de ouro e vermelho do séc. XVII
288 – Idem
289 – Idem
280 – Idem de seda branca com sebastos de brocado dourado do séc. XVII
293 – Casula de seda branca com sebastos de veludo vermelho formando uma cruz nas costas do séc. XVII
297 – Escapulário de N. Senhora do Carmo bordado a ouro do séc. XVIII
298 – Casula de seda branca com sebastos de brocado vermelho do séc. XVII
303 – Casula de seda branca bordada a ouro e matiz do séc. XVIII
306 – Bandeira do andor de N. Senhora da Boa Morte de seda castanha bordada a ouro do séc. XVIII
307 – Páleo de Procissão de brocado de ouro e cor roxa da Irm. da Cruz de Cristo dos Agostinhos, do séc. XVII
308 – Pluviais (sete) de cor roxa de brocado de ouro do séc. XVII
309 – Casula de brocado vermelho com sebastos de brocado amarelo do séc. XVII
314 – Pluvial de brocado vermelho com sebastos e capuz de brocado amarelo do séc. XVII
316 – Dalmáticas (duas) de seda branca com sebastos de veludo vermelho bordado a ouro e matiz do séc. XVI-XVII

fl. 9:

- 317 – Casula de seda branca com sebastos de veludo vermelho bordado a ouro e matiz do séc. XVI-XVII
329 no objecto 322 – Manto de N. Senhora de damasco branco com desenhos tecidos a ouro e a matiz do séc. XVIII
79 – Imagem de S. Francisco de madeira estofada e em mau estado do séc. XVII
pertence à Igreja da Esperança

fl. 10

SANTA CATARINA DE PARDAIS

- 133 – Crucifixo de madeira do séc. XVII
142 – Custodia de prata dourada com pedras do séc. XVIII

Artur Goulart de Melo Borges

- 271 – Gomil de estanho do séc. XVIII
- 273 – Naveta de metal amarelo do séc. XVIII
- 274 – Turíbulo de metal amarelo do séc. XVIII
- 275 – Jarras (quatro) de porcelana branca com pinturas douradas do séc. XVIII

SANTIAGO DE BORBA

- 12 – Imagem da Senhora da Conceição, escultura grande de madeira estofada do séc. XVII
- 24 – Anjo pequeno que serve de tocheiro de madeira estofado do séc. XVII
- 25 – Idem
- 279 – Imagem da Mãe dos Homens, escultura grande de madeira esetofada do séc. XVII

MISERICÓRDIA DE VILA VIÇOSA

- 72 – Imagem de santo de madeira estofada do séc. XVII
- 73 – Imagem de santo de madeira estofada do séc. XVII
 - Imagem do Senhor preso à coluna do séc. XVIII
- 106 – Baldaquino do Viático, em forma de livro forrado de veludo ferragens douradas com pinturas no interior do séc. XVII

BENCATEL

- 248 – Imagem de S. Miguel de madeira estofada do séc. XVIII

SÃO ROMÃO

- 186 – Custódia de prata trabalhada do séc. XVIII

DEPÓSITOS DE PARTICULARRES

- 132 – Imagem de Nossa Senhora, madeira encerada do séc. XVI pertence ao Ex.mo Senhor Dr. Palmeiro
- 193 – Resplendor de prata com pedras brancas e verdes e com o Espírito Santo em forma de pomba em pedras do séc. XVIII é depósito de Pardais
- 301 – Manto de seda cinzenta tecido a matiz e galão prateado, depósito de Joaquim António Cordeiro, séc. XVIII
- 302 – Manto de tafetá de seda natural com desenhos estampados, do séc. XVIII-XIX.
Depósito de Joaquim António Cordeiro

fl. 11:

- 318 – Colcha de brocado verde do séc. XVII, depósito de Joaquim António Cordeiro
- 323 – Véu de estante de veludo vermelho do séc. XVII, deposito de Joaquim António Cordeiro
- 131 – Imagem da Pietá, barro policromado do séc. XVIII, oferta do Rev. P. José Matias Rosa

fl. 12:

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA LAPA da FREGUESIA MATRIZ DE VILA VIÇOSA

- 134 – Lanternas (catorze) de lata pintada e vidro do séc. XVIII
- 149 – Pinhas (quatro) de prata lavrada do andor da Senhora da Lapa séc. XVIII

- 242 – Prato de galhetas de estanho do séc. XVIII
243 – Galhetas (um par) de estanho do séc. XVIII
246 – Pedestal de talha dourada e policromada do séc. XVIII
247 – Galhetas (um par) de estanho do séc. XVIII
251 – Presépio de barro cozido com oito figuras do séc. XVIII
252 – Anjos, cabeças (sete) em talha e faziam parte do andor de N. S. da Lapa do séc. XVIII
260 – Quadro, pintura sobre madeira do séc. XVI-XVII
264 – Relicário em forma de busto de santo com pedestal dourado do séc. XVII
267 – Imagem de s. João Nepomuceno de madeira pintada do séc. XVIII
277 – Anjos (dois) em talha e eram do andor da Senhora da Lapa do séc. XVIII

fl. 13:

IGREJA DOS CAPUCHOS DA FREGUESIA MATRIZ DE VILA VIÇOSA

- 11 – Imagem da Senhora da Conceição. Madeira estofada do séc. XVII
70 – Relicário em madeira de Santo Aurélio do séc. XVIII
71 – Idem de S. Desidério
88 – Imagem de S. José, madeira estofada do séc. XVII
89 – Imagem do Menino Jesus, madeira estofada do séc. XVII
90 – Imagem da Virgem de madeira estofada do séc. XVII
100 – Tábua pontada e moldura de talha dourada, do séc. XVII
101 – Idem com a Imagem de S. Boaventura
102 – Idem de um santo franciscano com capa e báculo
103 – Idem de um santo franciscano tendo nas mãos uma cruz e um rosário
108 – Credencias (duas) de talha dourada do séc. XVIII
117 – Pedestal de talha dourada do séc. XVII
130 – Tábuas pintadas (quatro) com o martírio de santos franciscanos do séc. XVII
240 – Imagem de s. Francisco de madeira pintada do séc. XVII
245 – Idem de barro policromado do séc. XVIII
254 – Imagem de Santa Catarina de barro policromado do séc. XVIII
270 – Credencia de madeira e talha dourada do séc. XVIII
272 – Tábua pintada com a ladinha de N. Senhora do séc. XIX
281 – Mísula de talha dourada do séc. XVII-XVIII

fl. 14:

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA DA FREGUESIA MATRIZ

- 61 – Imagem de S. José, barro policromado, serve de relicário do Agnus Dei, do séc. XVIII
62 – Imagem de Santo António, madeira pintada do séc. XVIII
63 – Relicário de madeira em forma de busto de mulher e tendo no peito um crânio, do séc. XVII
64 – Imagem de N. S. da Conceição, madeira estofada do séc. XVIII
75 – Urna de Quinta Feira Santa madeira de talha dourada do séc. XVIII
80 – Imagem de Santo Amaro, escultura de madeira do séc. XVIII
82 – Voto, moldura e tábua pintada do séc. XVIII
83 – Imagem de Santo António em madeira do séc. XVII
147 – Cofre e chave de prata e guarnições douradas, pesa 900 gr, do séc. XVII

- 166 – Cálix Ministerial em prata e pesa 550 gr. do séc. XVII
167 – Manípulo de campainha de prata lavrada do séc. XVIII
169 – Fivela de prata em forma de laço do séc. XVIII
170 – Caixa de S. Roque de prata e pesa 40 gr. do séc. XVIII
171 – Cabaça e corrente de prata pesa 30 gr. é da imagem de S. Roque do séc. XVIII
176 – Cruz com fita de prata é da imagem de S. João e pesa 120 gr. do séc. XVIII
177 – Cruz de prata e pesa 20 gr. do séc. XVII
207 – Coroa aberta dos Santos Reis, de prata do séc. XVIII
208 – Idem
209 – Coroa aberta das Santas Rainhas, de prata do séc. XVIII
210 – Idem
212 – Custodia de prata trabalhada da mão de Santa Clara, pesa 470 gr. do séc. XVIII
219 – Bastão de prata simples com báculo trabalhado do séc. XVIII
228 – Setro de N. S. da Conceição de prata lavrada, pesa 230 gr. do séc. XVIII
231 – Resplendor da Senhora do Mundo, prata lavrada do séc. XVIII, pesa 350 gr.
232 – Resplendor de S. Francisco, prata trabalhada, pesa 250 gr., do séc. XVIII
233 – Resplendor de prata cinzelada do séc. XVII
235 – Coroa de N. Senhora do Ó de prata lavrada, pesa 450 gr. do séc. XVIII
236 – Idem terminando em forma de pomba do séc. XVII
258 – Quadro (gravura) com árvore genealógica dos franciscanos, do séc. XVII
262 – Cruz Processional de pau-santo, da irmandade da Cruz de Cristo dos Agostinhos, do séc. XVII
265 – Coroa da Virgem, aberta, prata trabalhada do séc. XVIII
268 – Lanternas de procissão (seis) de pau-santo e metal amarelo da Cruz de Cristo, do séc. XVII

fl.15:

- 269 – Tocheiros de procissão (dois) de pau-santo e metal amarelo da Cruz de Cristo do séc. XVII
272 – Tocheiros (dois) de madeira pintada de verde e com bases entalhadas do séc. XVIII
295 – Casula de brocado branco e ouro de tecido oriental do séc. XVII
305 – Véu de cálix de brocado de ouro com galão de renda dourada do séc. XVIII
312 – Capa de Asperges de brocado branco e ouro tecido oriental do séc. XVII
322 – Véu de Cálix bordado a matiz do séc. XVII
325 – Véu de Cálix de bretanha de linho bordado a ouro e matiz do séc. XVIII
327 – Bolsa de corporais de seda bordada a matiz do séc. XVIII.

O LIVRO DAS PLANTAS DAS FORTALEZAS, CIDADES E POVOAÇÕES DO ESTADO DA ÍNDIA ORIENTAL, DA BIBLIOTECA DO PALÁCIO DUCAL DA CASA DE BRAGANÇA, VILA VIÇOSA

Inácio Guerreiro*

Apresentação da obra

Na Biblioteca do Palácio Ducal da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, conserva-se um importante códice cartográfico dos meados do século XVII, de autor português anónimo, composto por 104 cartas e plantas, manuscritas e coloridas, desenhadas em 121 fólios em papel, com as dimensões de 27,0 X 41,6 cm, 16 das quais ocupam duas páginas, correspondentes ao verso e rosto de dois fólios, a que foi atribuído o número “1471” de inventário. Ocupando quase toda a folha do frontispício, ornado por moldura simples, está inscrito o seu título completo: *LIVRO DAS PLANTAS, DAS, FORTALEZAS, CIDADES, E POVOACOIS DA INDIA, ORIENTAL, CÔ AS DEMOSTRACÕES, DO MARITIMO DOS REINOS, E PROVINCIAS DONDE, ESTÃO, CITVADAS, E OVTROS, PORTOS PRINCIPAIS, DAQVELAS PARTES.* As cartas e plantas do códice encontram-se em bom estado de conservação, mas a encadernação, em carneira castanha sobre empaste de cartão, carece de restauro.

A primeira referência para a história deste códice deve-se ao Visconde de Santarém (1791-1856), exilado em França após a Guerra Civil, brilhante pioneiro da historiografia da Cartografia, a quem, segundo afirma, o manuscrito foi «comunicado em Paris em Setembro de 1841». Procedeu o ilustre historiador

* Investigador aposentado do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.

nessa oportunidade à descrição sumária do livro, só conhecida, todavia, após a primeira edição de alguns dos seus estudos, em 1919.¹

Segundo uma legenda datada de 13 de Fevereiro de 1842, inscrita em duas litografias que se guardam na British Library, em Londres, Eugène de Froberville, eventualmente o próprio gravador francês das gravuras, afirma que elas foram extraídas do “Livro das Plantas das Fortalezas...”, «*comunicado pelo Sr. Visconde de Santarém*», donde se conclui que nesse ano o códice ainda se encontrava em Paris². Na mesma Biblioteca existe um manuscrito da autoria de J. Holmes em que vêm referidas as ditas litografias ou outras da mesma origem, extraídas do mesmo códice e incorporadas naquele organismo em Outubro de 1846³. Mas, o maior interesse deste registo provém do facto de alguém ter anotado por baixo, a lápis, referindo-se evidentemente ao “Livro das Plantas”, que se tratava do manuscrito de um catálogo de vendas em leilão [Cochran’s Ms.345], comprado por H. Bohn, que mais tarde o vendeu ao Barão de Moncorvo, Embaixador de Portugal na Inglaterra⁴.

Perde-se entretanto o rastro da obra, até que Albino Lapa informa, em artigo publicado em 1945, sem indicar em que altura e em que circunstâncias, que o códice veio de Londres para Portugal e foi oferecido a el-rei D. Carlos (1863-1908)⁵. Presume-se que tenha sido desde logo incorporado no valioso acervo bibliográfico da Biblioteca do Paço Ducal.

Na pesquisa realizada em várias instituições portuguesas com o objectivo de coligir material iconográfico para compor a sua extensa e útil obra, em quatro volumes, *Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar* (1956), Luís Silveira analisou o *Livro das Plantas...* em Vila Viçosa. Este códice deve ter causado a melhor impressão ao autor, que logo anunciou o louvável intuito de promover a sua publicação.⁶ Intento que só veio a concretizar-se em 1991, na edição do livro com a reprodução a cores de todas as cartas e plantas, em formato reduzido, e com um estudo introdutório, sob a égide do Instituto de Investigação

¹ Visconde de Santarém, *Estudos de Cartografia Antiga*, Volume I, Lisboa, 1919, pp. 236-8.

² British Library, *Map Room*, «Maps. 4.d.38», Cf. Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Volume V, Lisboa, 1960, p. 74.

³ British Library, «Add. MS. 20753».

⁴ Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, *op. cit.*, p. 74. O embaixador em Londres era então o Barão de Torre de Moncorvo, Crisóstomo de Morais Sarmento (1788-1851), natural da Baía de Todos os Santos. A compra do livro deve ter sido anterior a 13 de Julho de 1847, data em que a rainha D. Maria II atribuiu ao diplomata português o título de “visconde”.

⁵ Albino Lapa, «No Palácio de Vila Viçosa», *Século Ilustrado*, n.º 383, Lisboa, 5 de Maio de 1945, p. 12.

⁶ Luís Silveira, *Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Vol. I, Lisboa, 1956, p. 16.

Científica Tropical⁷. Silveira já tinha publicado no volume III da *Iconografia...* uma grande parte das cartas e plantas do códice.

Atlas e livros do Estado da Índia Oriental

O “Livro das Plantas das Fortalezas” insere-se num vasto conjunto de obras da mesma índole, elaboradas por cartógrafos portugueses no final do século XVI e ao longo do século XVII, principalmente durante a primeira metade desta centúria. Intitulados “Livros” e “Atlas” do “Estado da Índia Oriental”, estes códices obedeciam ao objectivo de dar a conhecer, em primeiro lugar, ao poder político e administrativo de Portugal e seus agentes na Ásia e na Insulíndia, o conjunto de cidades e fortificações marítimas que os Portugueses foram erguendo por toda a ribeira do Índico, num vasto território por onde se exerceu a sua acção, que se estende do Cabo da Boa Esperança até Macau e Timor. Algumas das obras, de que é exemplo o códice que analisamos, incluíam também cartas marítimas e das regiões onde essas cidades e fortalezas se ergueram, com a finalidade primordial de garantir a segurança das rotas e a protecção dos aglomerados e comércio marítimo que nessas áreas se estabeleceram.

Os “Atlas” eram constituídos exclusivamente por cartas náuticas, topográficas e plantas; os “Livros” remontam ao século XVI, eram organizados na forma de textos descriptivos e passaram a ser acompanhados de cartas e plantas, por vezes de retratos dos governantes e relações de armadas da Índia, no século seguinte, mormente a partir dos anos trinta. O primeiro códice conhecido tem por título *Livro das cidades, e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da India [...]*, data de c. 1582 e deve ter sido preparado por volta de 1582, em obediência a ordens emanadas da Corte de Filipe II para o vice-rei da Índia. Na verdade, quando o monarca castelhano ocupou o trono de Portugal, aumentou a insegurança política das rotas marítimas e das posições portuguesas no oceano Índico. A Inglaterra e a França reforçaram hostilidades no Atlântico contra as armadas lusitanas da carreira da Índia e em 1596/7 os Holandeses inauguraram a sua persistente navegação na rota do Cabo da Boa Esperança e desenvolveram no século seguinte violenta acção armada contra os estabelecimentos portugueses do Oriente⁸. A sua presença, depois seguida pela navegação britânica, determinou um esforço suplementar na luta ancestral que os Portugueses travavam desde a sua chegada ao Índico com as sociedades rivais muçulmanas da vasta região.

⁷ Idem, *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental [...]. Contribuição para a História das Fortalezas dos Portugueses no Ultramar*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1991.

⁸ Cf. Maria Emilia Madeira Santos, «O Problema da Segurança das Rotas e a Concorrência Luso-Holandesa antes de 1620», *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXII, 1985, pp. 121-159; também editado pelo Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, do Instituto de Investigação Científica Tropical, «Série Separatas», N.º 160, Lisboa, 1984.

A defesa desse território exigia medidas da Corte, que estava ciente dos eventuais riscos da indesejável concorrência. A conservação das fortalezas, reforço das guarnições e defesas, e construção de novas fortificações são temas repetidamente abordados nas crónicas e nos documentos coetâneos. O poder real considerava imprescindível o recurso não apenas aos textos descritivos do tipo do que referimos, mas igualmente aos respectivos desenhos, como consta do seguinte passo da carta do secretário da casa real, Diogo Velho, de 5 de Abril de 1598, que em nome do rei avisava o governo da Índia ser necessário enviar à Corte, com a maior urgência, «*a traça de todas as fortalezas desse Estado, para Sua Majestade as ver, e haver cá notícia delas*⁹. A partir do início de seiscentos, talvez na sequência de trabalhos executados em cumprimento da ordem real, ou por outras acções da iniciativa de vice-reis e governadores do território, começam a surgir e circular pelo Estado da Índia desenhos de várias fortalezas, mesmo das mais afastadas da sede do poder do Estado, como Moçambique e Mombassa. É natural que os cartógrafos oficiais em Goa tivessem desde logo aproveitado estes desenhos para compor as suas coleções. Em 1610, o cosmógrafo luso-malaio, Manuel Godinho de Erédia, assina o primeiro atlas conhecido com plantas e vistas das «*Praças das Conquistas de Portugal Feytas por ordem de Ruy Lourenço de Tavora Vizo rei da India*». Saliente-se que das vinte plantas que formam o atlas feito por ordem expressa do governante, apenas as duas últimas constituem levantamentos executados pelo próprio Erédia, sendo as restantes baseadas em desenhos anteriores de autores desconhecidos¹⁰.

Esta prática mantém-se ao longo da centúria, como já dissemos, mas cedo surge uma nova categoria de obras mistas, nas quais os textos descritivos são associados aos desenhos ou plantas das cidades e fortalezas. Esta modalidade deve-se, ainda, à necessidade que o poder real sentia de conhecer inteiramente o estado das fortificações e cidades da Índia, expostas à ameaça crescente da navegação e da conquista holandesas, e culmina no meio da década de trinta. Em 1632, o rei Filipe III de Portugal ordenava ao vice-rei, conde de Linhares, que lhe enviasse «*as descripções de todas as costas, portos, abras, surgidouros desse Estado...com as mais declarações que na mesma carta se relatam*». O governante encarregou da tarefa o cronista oficial do Estado da Índia e guarda-mor da Torre de Tombo de Goa, António Bocarro, que na monção de 1635 enviava ao rei, em duas vias, o resultado do trabalho realizado, cujo texto fez anteceder por uma dedicatória ao monarca com as seguintes palavras:

⁹ Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, *Arquivo Português Oriental*, doc. 337, Nova Goa, 1885, p. 885. Cit. Por Rui Carita, *O Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia da Biblioteca da Fortaleza de São Julião da Barra*, ed. do Ministério da Defesa Nacional e Edições Inapa, Lisboa, 1999, p. 23.

¹⁰ Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, *op. cit.*, Vol. IV, P. 48.

«O Conde de Linhares Viceréyme encarregou a dar cumprimento a huma carta de V. Magestade porque lhe ordena mande a V. Magestade estas plantas de todas as Fortalezas que há neste Estado com as descripçoes particulares de tudo o que nellas há, que deva saber-se para se ter notícia de todas as couzas que convenha obrar em seu melhoramento [...]» Noutro passo deste texto preambular, o cronista avança alguns comentários sobre as dificuldades que encontrou para se desempenhar da incumbência com a brevidade requerida. Formula um juízo de valor sobre os desenhos que acompanham a descrição, afirmando não corresponderem ao trabalho que imaginou, o qual «dezejava, com as plantas arrumadas, e demarcadas, e compassadas por petipê, o que nunca foy possível pela grande falta, que há neste Estado de Pessoas Scientes nas ditas Artes, mormente sendo as fortalezas em tanta copia».

Em suma, garante o valor das descrições que elaborou, mas não avalia a boa qualidade técnica dos desenhos das plantas que juntava, cuja autoria não revelou¹¹. Volvido um século, Cunha Rivara inscreveu o códice no catálogo da Biblioteca Pública de Évora, levantando a hipótese de se tratar do mesmo livro da Casa Cadaval,¹² referido por Barbosa Machado.

O autor dos desenhos das plantas das cidades e fortalezas foi Pedro Barreto de Resende, secretário do 4.º Conde de Linhares, D. Miguel de Noronha, enquanto vice-rei da Índia (1629-1635). As circunstâncias da sua colaboração neste trabalho encontram-se esclarecidas pelo próprio Resende, no preâmbulo dum códice igualmente da sua autoria, que se conserva em Paris, de que falaremos noutro passo. Afirma Resende que as descrições em texto são da autoria de António Bocarro, cronista do Estado da Índia, que as executou com «*immenso trabalho, cuidado e disvello de que eu fuy testemunha*». Esclarece em seguida que «*o vice-rei conde de Linhares, na sequência de uma ordem recebida da casa real para que fosse executado um livro de plantas de todas as fortalezas, remeteu essa decisão ao dito cronista para que o fizesse. Todavia, Bocarro terá respondido que «as descripções faria elle por ser cousa tocante ao seu offício, mas que as plantas era impossível podellas elle fazer se lh'as eu não desse, por ter já a maior cantidad d'ellas»*; e, continua Resende, «*ordenando-me o Conde meu Senhor que o fizesse, desisti de certos intentos que tinha e as dey como condição que me desse ele descripções d'ellas*»¹³.

Resulta claro que, partindo do núcleo descritivo das fortalezas de Bocarro, Pedro Barreto de Resende renovou o «certo intento» de compor outro códice

¹¹ Barbosa Machado transcreve a dedicatória de um exemplar que então consultou na Livraria do Duque de Cadaval, in *Bibliotheca Lusitana*, Tomo I, Lisboa 1747, pp. 221-2

¹² Cunha Rivara, *Catalogo dos Manuscriptos da Biblioteca Pública Eborense*, Tomo I, Lisboa 1850, pp. 302-6

¹³ Armando Cortesão, *Cartografia e Cartógrafos Portugueses*, vol. II, Lisboa, 1935, p. 102; também transcrito in Armando Cortesão e A. Teixeira da Mota, *P.M.C.*, Vol. V, pp. 60-61

com novas ilustrações a que deu o título de *Livro do Estado da Índia Oriental*, c. 1635, de que se conhecem alguns exemplares, com diferenças formais por vezes acentuadas e com desenhos nem sempre do seu traçado. No exemplar que hoje se guarda na Biblioteca Nacional de Paris¹⁴, afirma ter introduzido novos dados e aperfeiçoamentos aos textos de Bocarro e aditou novas plantas, tendo acrescentado ainda uma colecção de 44 retratos de governadores e vice-reis da Índia, e uma lista de armadas da carreira da Índia de 1497 a 1635. Este *Livro* revela afinidades no conteúdo com outro que se guarda na Biblioteca da Fortaleza de São Julião da Barra, concelho de Oeiras, com o título: *Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da India*, já citado (n.º 9). Esta obra colectiva e anónima, elaborada em dois tempos distantes entre si, com uma parte formada pelo frontispício e 22 cartas que A. Teixeira da Mota atribuiu ao cartógrafo Manuel Godinho de Erédia, c. 1620, completada por outra parte com mais 55 cartas debuxadas alguns anos depois, de autor(es) não identificado(s), com flagrantes semelhanças com os desenhos do *Livro do Estado da Índia Oriental* de Resende. Tal como este, o códice de S. Julião da Barra é formado por textos descritivos, lista de armadas, retratos de vice-reis e governadores, e plantas de cidades e fortalezas, embora não coincidentes.

Este historiador elencou quinze obras afectas aos temas que acabámos de referir, que agrupou em três categorias distintas segundo os seus conteúdos. Incluiu no terceiro grupo “Outras Obras” o *Livro de Vila Viçosa* de que nos ocupamos, formado como ficou dito por cartas náuticas, cartas topográficas regionais, plantas de cidades e fortalezas e vistas de costas e portos, sem qualquer aparato descritivo.

As cartas marítimas

As doze cartas náuticas agrupadas no início do códice cobrem uma vasta área geográfica que se estende da região do Cabo da Boa Esperança, na África Austral, até à China, incluindo a Insulíndia. Ou seja, compreende todo o vasto proscenio por onde se derramava o território do Estado da Índia. De traçado que parece enquadrar-se no conhecimento geográfico que remonta aos meados de seiscentos, as cartas constituem o núcleo mais importante desta obra. Dotadas de rumos da agulha tirados a partir de rosas-dos-ventos de oito ou dezasseis pontas, as cartas estão dotadas de escalas de léguas e dispõem de elucidativa nomenclatura dos acidentes da costa e das ilhas, com maior incidência na identificação dos rios e pontas. Por vezes aludem a episódios vividos no local, de que são exemplos as legendas inscritas na carta da Terra do Natal, identificando o «Penedo das fontes daonde se perdeo a nao S. Alberto, Ano 1593», e na carta

¹⁴ B.N.Paris, *Ms. Portugais I*, em dois volumes, um com as plantas das fortalezas, outro com os retratos dos vice-reis da Índia, Cf. Rui Carita, *op. cit.*, p. 23, (n.º 97). Deste códice existe um *facsimile* completo na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa.

da Ilha de Samatra e região de Singapura, onde de lê «*Canal da Conceição de N. Sra. descuberto o anno 1633 por Pº Bertolo.*»¹⁵. As cartas apresentam igualmente indicações úteis para os navegadores, como a localização de baixos; fundos e resultados numéricos de sondagens; ou informações sobre distâncias terrestres, fluviais e marítimas entre cidades importantes ou centros de comércio assinaláveis, tais como «*DAMASCO. des jornadas de Alepo e seis de Ierusalem*» e «*Babilonia. 7 dias de navegação a Bacora pelo R.Eufrates*» (Carta 11, ARABIA).

Um rápido exame a estas cartas náuticas revela que o seu autor – se foi apenas um o desenhador de todas -, se baseou em protótipos de origem distinta para executar os seus desenhos. Contudo, não se trata de um copista comum, mas de um cartógrafo com formação na sua arte ou, mais provavelmente, de uma oficina cartográfica onde se concentravam modelos de cartas para utilização em obras do tipo deste código¹⁶. Se atentarmos nas cartas com os números 8, 11 e 13 do código, correspondentes às regiões das ilhas de Madagascar -Comores, península da Arábia, e Reino do Orixá-Costa do Gergelim, constatamos que apresentam semelhanças flagrantes com o traçado de duas cartas náuticas de João Teixeira Albernaz I, de 1649, destinadas à navegação do Índico, eventualmente os dois últimos exemplares da extensa obra deste notável cartógrafo. Estas cartas, que se conservam na Biblioteca Nacional de Paris, revelam grande perfeição para a época e há sinais claros de que parte de uma delas foi utilizada pelo célebre geógrafo e cartógrafo francês Jean Baptiste Bourguignon d'Anville (1697-1782) em 1761, logo, cerca de um século depois do desenho de João Teixeira¹⁷. Também a carta número 15 do código apresenta grandes afinidades no que respeita à área representada (Estreito de Malaca – Ilha de Samatra), traçado e legendas, com uma carta de um atlas de André Pereira dos Reis, de 1654. Entre as legendas inscritas em toda a área insular, encontra-se a referência, a que já aludimos, ao canal descoberto por Pº Bertolo. ou Berthelot, piloto e cartógrafo francês ao serviço do Estado da Índia, a quem se atribui a descoberta do *canal da Conceição de N. Sra.*, em 1633. Esta legenda e outras de vários canais daquele arquipélago são iguais em ambas as cartas e sugerem que os seus autores utilizaram certamente o mesmo protótipo, prática aliás corrente nas oficinas do seu tempo.

¹⁵ Refere-se certamente a Pedro Berthelot, ou Pierre Berthelot, um navegador e cartógrafo de origem francesa, natural de Honfleur, que, após bom acolhimento em Goa, em 1629, foi nomeado piloto e cosmógrafo-mor pelo vice-rei, conde de Linhares. Participou em várias expedições navais antes e depois de professar como carmelita descalço, com o nome de Frei Dinis da Natividade. Por se recusar a renunciar à sua fé, foi sacrificado pelo rei do Achem, juntamente com 24 portugueses participantes numa expedição ao norte de Samatra, em 1638. Foi beatificado em 1900. (Cf. A. Teixeira da Mota, *P.M.C.*, Vol. V, p. 69).

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 75.

¹⁷ Visconde de Santarém, *op. cit.* Vol I, p. 30.

Pedro Berthelot, cosmógrafo-mor da Índia, assinou em 1635 nove cartas que mais tarde foram integradas no exemplar do *Livro do Estado da Índia Oriental* [...] de Pedro Barreto de Resende que hoje se guarda na British Library, Londres, com a referência «Sloane MS.197»¹⁸. Entre estas cartas, não coloridas e de traçado distinto das cartas marítimas do códice de Vila Viçosa, há, todavia, uma que evidencia grande semelhança com a carta n.º 16 deste manuscrito. Como Berthelot foi considerado piloto hábil, com experiência de navegação naquela região de que nos legou cartas de apreciável valor, é lícito conjecturar que este cartógrafo do duque de Linhares pudesse ter sido o autor dos traçados que serviram de base ao desenho da carta de Vila Viçosa. Mas, se assim sucedeu, não passou de um caso isolado, visto que as restantes cartas de seu desenho se mostram antiquadas relativamente aos traçados correspondentes do códice do Paço Ducal¹⁹. Refira-se, ainda, que a carta n.º 5 do códice, *Descripção dos Rios de Cvama*, (região do Zambeze), denota manifesta analogia com outra do *Livro de Resende* em Londres

As cartas topográficas

Além das cartas náuticas, o códice integra igualmente cartas regionais topográficas, de que são exemplo os dois desenhos da Ilha de Ceilão, com os números 75, a duas páginas, e 76, a uma só página. De formatos e estilos tão distintos, os respectivos originais foram certamente debuxados por mãos diferentes e em épocas diversas. O primeiro ostenta uma legenda de autor num rectângulo emoldurado e é o único em todo a obra de Vila Viçosa cuja criação está patenteada, embora sem data da execução do desenho: «*Ilha de Ceilam por Cipriano Sanchez delineada*». O cartógrafo português Cipriano Sanches Vilavicêncio, que assinava as suas obras apenas por “Cipriano Sanches”, exerceu a sua actividade no final do século XVI e nos primórdios de seiscentos. Na charneira dos dois séculos, delineou e assinou uma carta de Ceilão, cujo paradeiro actual se desconhece, mas que alguns anos depois do desenho teve ampla divulgação na Europa através dos atlas impressos a cores da escola holandesa; primeiro no *Atlas* de Mercator-Hondius, de 1606²⁰, depois na edição francesa do *Atlas* de Janssonius, de 1641²¹. Há ainda uma cópia grosseira, da mesma origem, não colorida, feita

¹⁸ As cartas de Berthelot foram incluídas na 2.ª parte do citado *Livro de Resende*, associadas a abundantes plantas de fortalezas, das quais grande parte veio a servir de base às plantas inseridas no códice de Vila Viçosa.

Cf. P.M.C., Vol. V, pp. 68-9.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 76.

²⁰ *Gerardi Mercatoris Atlas sive Cosmographicae Meditationes de Fabrica Mundi et Fabricata Figura*, Excusum in aedibus Iudoci Hondij Amsterdami, 1606, pp. 343-4. (Cit. P.M.C., Vol. III, p. 111).

²¹ *Le Nouveau Theatre du Monde ou Nouvel Atlas*, Tome Troisième, Amstelodami apud Ioannem Ianssonium, 1641 (*Ibidem*, p. 112).

por um italiano e guardada na Biblioteca Nacional de Viena de Áustria.

Cotejando as diversas cópias existentes, verifica-se que têm em comum o formato da ilha – um pentágono irregular – e a legenda de autor mais ou menos composta. A caligrafia das cartas apresenta por vezes acentuada dissemelhança, aproximando-se, contudo, nos exemplares de Vila Viçosa e do Atlas de Mercator-Hondius. Este aspecto permite levantar a hipótese de ter sido a cópia de Vila Viçosa obtida a partir do exemplar gravado do atlas, ou de ambos derivarem de um protótipo comum. Mas há diferenças noutros aspectos, que se traduzem por dimensões diferentes, melhor português, legendas e decoração mais simplificadas e nome do autor escrito de forma mais moderna na carta do Paço Ducal, observações que levaram o almirante Teixeira da Mota a inclinar-se para uma terceira hipótese, talvez a mais viável: «*ter a carta gravada sido feita de um original hoje perdido, devendo-se ao gravador as várias palavras estropiadas ou espanholizadas, e depois a carta de Vila Viçosa foi dela copiada por um português que arranjou convenientemente o novo título e corrigiu a língua-gem.*

E termina o sábio almirante com estas judiciosas palavras: «*Seja como for, podemos pelo menos estar certos de que a carta de Vila Viçosa foi desenhada por um português o qual reproduziu, quer directa quer indirectamente, um original português.*»²²

Acrescentaremos nós que a carta de Ceilão com o n.º 75 do códice de Vila Viçosa é sem dúvida a reprodução de melhor qualidade de quantas chegaram aos nossos dias de um padrão original que provavelmente levou descaminho e foi traçado por volta de 1600 pelo cartógrafo português Cipriano Sanches Vilavicêncio.

A hidrografia de D. João de Castro

O códice de Vila Viçosa inclui quinze desenhos que mostram grandes afinidades com as Tábuas dos *Roteiros* de D. João de Castro (1500-1548), governador e quarto vice-rei da Índia. Seis deles, numerados de 53 a 58, baseiam-se claramente nos desenhos do *Roteiro de Goa a Diu*, também por vezes chamado *Roteiro da Costa da Índia*; os outros nove (com os n.ºs 20 a 28) radicam-se distintamente no conhecido *Roteiro do Mar Roxo*, a obra mais divulgada do célebre governante do antigo Estado da Índia.

D. João de Castro permaneceu na Índia por dois períodos, tendo realizado no primeiro destes lapsos temporais duas viagens marítimas (1538-9 e 1541) com o intuito de reconhecer os pontos geográficos e as condições de navegação na costa do Industão e Mar Vermelho. Procurou colher directamente informações seguras sobre a configuração das baías, enseadas, estuários, portos, cidades

²² P.M.C., Vol. III, p. 113.

e povoados. Há testemunhos importantes sobre as suas preocupações de carácter geográfico, cartográfico, hidrográfico e científico, ao anotar a bordo do navio informações e desenhos dos acidentes da orla marítima e vistas de terra desenhadas a partir do navio. A sua *opera omnia*, hoje reunida e publicada em quatro grossos volumes, espelha a grandeza deste eminente navegador, administrador e cientista.²³ Os esquisso que traçou durante as referidas jornadas foram depois delineados com maior rigor, por sua mão, ou por algum desenhador ao seu serviço, e deram origem às “Távoas” ou tábuas integradas nos citados *Roteiros* da sua autoria. Chegaram aos nossos dias em diversas cópias que em forma de códices, atlas e colecções de imagens se conservam em instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, como a Torre do Tombo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional de Portugal e British Library.

Na primeira dessas viagens, D. João de Castro comandou uma galé integrada numa esquadra do vice-rei D. Garcia de Noronha, seu cunhado, em socorro à cidade de Diu. A armada saiu de Goa em Novembro de 1538, subiu a costa do Industão e chegou a Diu em Fevereiro do ano seguinte. Além da minuciosa descrição hidrográfica das mais importantes partes da costa que percorreu, e que serviram de base ao *Roteiro* que então compôs, o futuro governador deixou importantes informações de raiz histórica e esboçou as quinze tábuas ou cartas de todos os portos e entradas de rios que ilustraram o seu texto. Não sabemos como chegaram ao autor do *Livro de Vila Viçosa* seis das tábuas do *Roteiro de Goa a Diu*; desconhecemos igualmente em que exemplar ou exemplares desta obra o autor se baseou para traçar as imagens de *RIO DANDA*, *BECOIM Cifardão*, *RIO QVELEÇIM*, *DABVL*, *RIO BETELE* e *RIO DE CARAPATÃO*, mas as suas afinidades não permitem dúvidas sobre a filiação de tais reproduções²⁴.

Também as nove cartas de números 20 a 28 daquele códice mostram uma estreita correlação com as tábuas do *Roteiro do Mar Roxo*, composto em 1541 pelo futuro governador da Índia. D. João de Castro participou na poderosa esquadra sob o comando do novo vice-rei, D. Estêvão da Gama, que foi ao Mar Vermelho naquele ano. Na dedicatória deste *Roteiro* ao príncipe D. Luís, D. João de Castro, que comandou um galeão, esclarece o objectivo com que abraçou o empreendimento, dizendo:

«Pello que assentei de chamar a este liuro Roteiro, em ho qual se contem a viagem, que fizeram os Portugueses, partindo desta cidade de Goa, atee Soez, que é no fim e stremidade do Mar Roxo; com o sitio e pintura de todo

²³ Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, (ed. crítica), *Obras Completas de D. João de Castro*, 4 Vols., Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Coimbra, 1968-1982.

²⁴ O *Roteiro de Goa a Diu* foi publicado pela primeira vez por Diogo Köpke sob o título *Primeiro Roteiro da Costa da Índia; desde Goa até Dio: narrando a viagem que o Vice-Rei D. Garcia de Noronha fez em socorro desta ultima cidade. 1538-1539. Por Dom João de Castro, Governador e Vice-Rei que depois foi, da India, com estudo introdutório, notas e índice*, Porto, 1843, As quinze tábuas são reproduzidas num álbum à parte.

o Syno Arabico. Ho qual atee aqui nam digo ser per alguma nação conquistado; mas nem sabido a longura, e distancia de suas prayas dos moradores que viuem e nauegam dentro delle. [...] tractarei somente dos Ventos, Mares, Portos... pêra facilidade e proueito dos que nauegam»²⁵.

Também neste caso D. João de Castro desenhou os originais de vários portos, angras, cidades, vistas da costa, fundeadouros, fundos e sondas. Os desenhos devem ter sido depois delineados e coloridos por mão talentosa de eventual auxiliar. As tábuas finais foram mais tarde reproduzidas por diversos desenhistas e cartógrafos. O cartógrafo João Teixeira Albernaz I, o mais notável do seu tempo, inseriu, pela primeira vez, uma carta geral do Mar Roxo no seu *Atlas Universal* de 1630, (carta n.º 13), com o traçado do Mar Vermelho segundo os dados hidrográficos consubstanciados no *Roteiro do Mar Roxo*, com a seguinte legenda: *DESCRIPÇÃO DO MAR ROXO E SEUS PORTOS CÓFORME O ROTEIRO DO VIZOREI DÔ Iº DE CASTRO.* Além do traçado em moldes modernos do Mar Vermelho, a carta acolhe os planos de onze portos (Suez, Toro, Xarmecocelmat, Gidid, Quilifit, Farat, Arequea, Suaquem, Fuxa, Dradart, Maçuá) e da entrada daquele mar²⁶. Um simples cotejo das plantas dos portos do Mar Vermelho do código de Vila Viçosa e dos planos da carta de Albernaz põe em evidência a manifesta analogia dos seus traçados. Exceptuando a caligrafia dos seus autores, tudo é condizente nos respectivos desenhos: forma, nomenclatura, latitudes, fundos, sondagens dos canais e ancoradouros. Na planta de Massuá do código (n.º 20) há uma referência explícita a um ancoradouro utilizado pelo autor do Roteiro, «Aqui surgiu D. João de Castro», igual a outra do *Atlas Universal*. Dir-se-ia que os planos de Albernaz ou da sua oficina, baseados nas tábuas do *Roteiro do Mar Roxo*, bem poderão ter servido de modelo ao autor do código da Casa Ducal. Esta hipótese aufera maior consistência, como veremos adiante, ao constatarmos que algumas das plantas das fortalezas e cidades do mesmo código se baseiam nos desenhos de João Teixeira.

Provavelmente é idêntica a origem das plantas dos portos da costa da Índia do código, atrás referidas, embora não se encontrem contempladas no atlas. Albernaz devia conhecê-las porque reproduz no seu Atlas uma carta da região (n.º 11) na qual inscreveu a seguinte legenda: «*DESCRIPÇAÕ DA COSTA DA ÍNDIA E SEUS PORTOS DE GOA ATÉ DIO CÓFORME AO ROTEIRO DO VIZOREI DÔ IOÃO DE CASTRO.* Contudo, esta carta não figura no código de Vila Viçosa, que contempla outra da mesma região mas de autor diferente e de inferior qualidade; acresce que apenas se encontra nela um plano, o do poso e porto de Surrate, que não integra aquele código.

²⁵ Cit, em P.M.C., Vol.I, p. 139.

²⁶ O Atlas de João Teixeira Albernaz I, 1630, conserva-se na Biblioteca do Congresso, Washington, com a cota «Case 9, D, 6, Deck 1». Cf. P.M.C., Vol. IV, p. 111.

As plantas das cidades e fortalezas

O grupo mais numeroso e homogéneo de ilustrações do códice de Vila Viçosa é constituído por plantas de cidades e fortalezas. Cobre a imensa área territorial que vai de Sofala a Manila, nas Filipinas, abrangendo a Insulíndia com as Molucas, Banda e Amboino. São sessenta e nove plantas coloridas, ocupando individualmente uma página do códice. Pelas características do seu delineamento, uma grande parte delas parece proceder do atrás referido *Livro do Estado da Índia Oriental*, de Pedro Barreto de Resende, c. 1636, da Biblioteca Nacional de Paris.

Como já referimos, o capitão Pedro Barreto de Resende, após o regresso ao reino em 1635, no termo do governo do vice-rei, o duque de Linhares, de quem foi secretário, concluiu a execução deste *Livro* já em curso, para o qual tinha reunido abundantes elementos, textos e desenhos, durante a sua comissão de serviço na Índia. No prólogo do citado exemplar de Paris, o autor escreveu:

«...Alem da emenda destas contas leva este-livro mais do que o Chronista [António Bocarro] mandou a S. Magde –Todas as fortalezas que há em todas as costas da India apontadas, quer sejam de Mouros quer de Enimigos da Europa de que eu tive noticia, e que pude alcançar desde o Cabo da Boa Esperança até o Japão e Manilha...».²⁷

A segunda parte desta obra de Resende é, de facto, constituída por 70 plantas manuscritas, a cores, de fortalezas do Oriente, desde Sofala a Manila, algumas das quais não dependiam da administração portuguesa. Mas, não se pode garantir que os desenhos saíram directamente do punho de Resende. Na verdade, ao confrontar os traçados das plantas deste *Livro* de Resende com equivalentes delineamentos do mesmo autor nos *Livros* de Londres e Évora, Teixeira da Mota concluiu que não são do seu traçado as plantas do *Livro do Estado da Índia Oriental*, de Paris. Este historiador baseia a sua ilação na acentuada dissemelhança que o códice de Paris apresenta em relação aos restantes, embora tenha constatado que todos se apoiaram nos mesmos protótipos, pois, segundo afirma:

«... o estilo é outro, o desenho mais cuidado e a letra diferente, sendo de salientar que neste códice de Paris, ao contrário do que sucede naqueles, todas as plantas têm o título artisticamente escrito dentro de elegantes molduras. Além disso, o desenho mostra-se bastante aliviado, pela redução dos símbolos da vegetação, menores proporções das casas e dos muros das fortalezas, etc.».²⁸

²⁷ P.M.C., Vol. V, p. 65.

²⁸ Idem, p. 66.

Qualquer que tenha sido o autor dos desenhos do códice de Paris, não restam dúvidas de que foi também neles que se baseou o autor de uma significativa parte das plantas do códice de Vila Viçosa. Não há motivos para duvidar das afirmações de Resende quanto à origem dos desenhos, pelo que podemos considerá-lo ao menos o autor dos protótipos e, assim, embora indirectamente, o co-autor das plantas que serviram de base ao códice do Paço Ducal.

Uma análise e confronto entre estes desenhos e os do *Livro de Paris*²⁹ permite entrever que há incontestável afinidade no estilo, na caligrafia, no simbolismo e na informação neles contida. Como outro autor constatou, as plantas de fortalezas do códice de Vila Viçosa com os n.^{os} 46 – (*S.ª de Asserim*), 95 – (*Formosa*), 96 – (*Manila*), 97 – (*Amboino e Banda*), 98 – (*Ilha das Naus*), 100 – (*Surrate*), 101 – (*Tavanapatão*), 102 – (*Ende Menor*), 103 – (*Molucas*) e 104 – (*Jacarta Moderna*) enquadram-se perfeitamente no estilo e composição dos desenhos das plantas correspondentes daquele *Livro*.

Ainda da autoria de Pedro Barreto de Resende, mas de execução mais tardia, há um exemplar do *Livro do Estado da Índia Oriental*, de 1646, que se guarda na British Library, a que já fizemos referência.. A obra está dividida em três partes, sendo a primeira dedicada a todos os vice-reis que governaram o Estado da Índia até 1634, com os seus retratos e notas históricas da acção governativa de cada um deles; a segunda composta pelas plantas de todas as fortalezas desde o Cabo da Boa Esperança até Chaul; e a terceira consagrada às fortificações portuguesas existentes de Goa, «*Metropoli & cabeza de Todo o Estado*», até à China. Resende adverte, mais uma vez, que juntou algumas plantas de fortalezas que não pertenciam à Coroa portuguesa mas, segundo declara, «...se puzerão [no livro] somente por curiosidade...». No conjunto, formam 66 plantas que neste caso parecem ser da mão do próprio Resende³⁰. A planta n.º 62 do códice de Vila Viçosa, embora mais aligeirada no tocante à ganga ornamental, recebeu no que é essencial nítida influência do traçado n.º 40 do *Livro* de Londres. Há outros exemplos desta identidade que se repete em vários desenhos. Assim, é possível estabelecer afinidades entre os desenhos de Resende em Londres e as planta do códice do Palácio Ducal com os seguintes números de ordem: 18 – (*Ilha de Moçambique*), 19 – (*Ilha de Mombaça*), 39 – (*Barem*), 62 – (*Ilha de Goa*), 76 – (*Manar*), 77 – (*Ilha de Ceilão*), 78 – (*Negumbo*), 79 – (*Columbo*), 80 – (*Caleture*), 81 – (*Gale*), 84 – (*Batecalou*), 85 – (*Triquinimale*), 88 – (*Ilhas Maldivas*), 89 – (*Achem*) e 99 – (*Paleacate*)³¹. Saliente-se que na nomenclatura de algumas plantas correspondentes em ambos os códices notam-se por vezes erros comuns, mormente nos títulos, que demonstram o parentesco que há entre eles, ou que os seus autores recorreram a padrões similares. É o caso dos títulos

²⁹ Em parte publicados em *P.M.C.*, Vol. V, estampas 583 e seguintes.

³⁰ Algumas publicadas em *op. cit.* Vol. V, estampas 580 B,E,H, e 582 G,I.

³¹ *Idem*, Vol. V, estampas 588 F,G,H,I; 599 A,C,E,G; e 590 A,B,C,D.

de “Bonda e Aubino” (97) por *Banda e Amboino*, “Endevisor” por *Ende Menor* (102), e “Daleacate” por *Paleacate* (99).

Já aludimos atrás a outras obras que directa ou indirectamente poderão ter servido de modelo ao autor do códice de Vila Viçosa. Entre elas avulta o *Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da India*, da Biblioteca da Fortaleza de São Julião da Barra, provavelmente a obra pioneira deste tipo de compilações de carácter informativo sobre o património e a administração do antigo Estado da Índia. Obras que hoje constituem apreciáveis fontes para a história da presença lusa no Oriente. De autor anónimo e sem data de execução explícita, esta obra tem sido atribuída ao cartógrafo luso-malaio Manuel Godinho de Erédia.; Teixeira da Mota, que se debruçou sobre as 77 plantas que a compõem, admitia que são o resultado da actividade de dois compositores distintos, sendo Erédia o desenhador de 22 das plantas e das restantes partes que integram o códice (relação das armadas da Índia, retratos dos vice-reis), a que se juntaram, anos depois, mais 55 desenhos de um copista desconhecido. Admite que este desenhador pudesse ter utilizado uma obra de Pedro Barreto de Resende, mas de origem diferente dos códices de Paris e Londres deste autor³².

No final do século passado, Rui Carita volta a este assunto no estudo introdutório à edição *facsimile* do *Lyvro* de S. Julião da Barra. Lembra que o espólio ou tudo o que restava de cartas e plantas de Erédia poderia ter sido incorporado no palácio do vice-rei, em Goa, por uma ordem do conde de Linhares, em 1629. Esta conjectura legitima a hipótese de Pedro Barreto de Resende ter depois executado uma parte do seu afamado núcleo de plantas e cartas com base nos desenhos de Erédia e outros³³.

O que parece certo é que as plantas das fortalezas que integram o códice de Vila Viçosa, n.º 61 – (*Bardês*), 63 – (*N.º S.º do Cabo*), 64 – (*Mormugão*) e 91 – (*Região de Malaca*), são representações muito similares dos traçados equivalentes do *Lyvro* de S. Julião da Barra³⁴.

Outro cartógrafo cujos padrões poderão ter servido ao autor do códice do Paço Ducal foi João Teixeira Albernaz I. Saíram certamente da sua mão as plantas do *Livro de Bocarro* no exemplar desta obra que se encontra em Madrid; são do seu traço os planos da carta do Mar Vermelho do *Atlas* de Washington, 1630, que deram origem às plantas equivalentes do códice; refira-se ainda que lhe podem ser atribuídas, directa ou indirectamente, outras plantas utilizadas pelo autor do *Livro* de Vila Viçosa.

Na verdade, existem quatro exemplares praticamente iguais de um atlas de autor anónimo e sem data, que Teixeira da Mota atribuiu, sem grande margem de erro, a este cartógrafo, propondo o ano de c. 1648 para a sua feitura.³⁵ Os exem-

³² P.M.C., Vol. V, pp. 72-73.

³³ Rui Carita, *op. cit.*, p. 29.

³⁴ P.M.C., Vol. V, estampas 585 E,G, 581 I, e 590 E.

³⁵ P.M.C., Vol. IV, pp. 145-6; mais tarde, embora sem alterar a data, este autor notou que os atlas são de um tipo criado c. 1630, (*Idem*, Vol.V, p. 81).

plares conservam-se na Biblioteca Estadual de Munique (1), na Biblioteca Nacional de Viena (2), e na Biblioteca Nacional de Paris (1). Cada um contém 23 mapas regionais ou plantas de fortalezas, manuscritos e coloridos, sendo o primeiro a *Plataforma da Ilha de Moçambique* e o último a *Planta da Cidade de Cochim*.³⁶ O formato igual destes exemplares, iguais frontispícios e tipos de letra indicam que terão sido desenhado pelo mesmo técnico ou na mesma oficina, em tempo próximo. Assinale-se ainda que existem grandes afinidades de estilo entre estas plantas e os protótipos utilizados nos códices de Manuel Godinho de Erédia e de Pedro Barreto de Resende. O que confirma as influências que passam entre gerações de cartógrafos. Assinale-se, ainda, que o cartógrafo João Teixeira cultivou este tipo de representação de plantas de cidades e fortalezas do Oriente (e outras) enquanto esteve activo, pois ainda no ano de 1649 assinou uma grande carta em pergaminho, hoje na Biblioteca Nacional de Paris, na qual fez figurar oito planos, do povoado e fortaleza de Sofala à fortaleza de Mascate, na costa da Arábia³⁷. Embora com diferenças detectáveis nos pormenores do debuxo, não é difícil notar as analogias com os desenhos do código do Paço Ducal.

Mas, um exame mais atento a este *Livro* indica que há nele cartas e plantas de raiz diversa e debuxadas por mãos diferentes. Parece certo que foram dois os autores dos desenhos, trabalhando eventualmente na mesma oficina, e dispondo de um número apreciável de protótipos ou padrões de múltipla proveniência. Há no notável conjunto do código de Vila Viçosa uma boa parte que revela acentuada semelhança, no estilo, contornos e caligrafia, com as obras de João Teixeira Albernaz I, mas não é possível atribuir a sua autoria a este cartógrafo. Nem ao seu neto, João Teixeira Albernaz II, que lhe sucedeu na «dinastia», mas que não cultivou tanto estes desenhos e estava a começar a actividade quando o seu avô faleceu.

Ecos do livro na Europa

Refiram-se ainda, a terminar, os reflexos do *Livro das Plantas* na Europa.

Conservam-se na Biblioteca Nacional de Viena de Áustria uma colecção de 47 decalques de cartas e plantas do Oriente, do século XVII, numeradas de 1 a 47. Essas reproduções, em base de papel, são por vezes a lápis, outras vezes a tinta vermelha ou preta e estão integradas no volume n.º 281 de uma ampla colecção de cartografia conhecida por «Atlas Stosch»³⁸. Teixeira da Mota examinou os decalques e comparou-os com as cartas e plantas do código do Paço Ducal, tendo concluído que, à excepção de dois, correspondentes aos números 30 e 40, «todos os restantes foram aparentemente decalcados do Livro das Plantas de Vila Viçosa». Fundamenta a sua opinião no facto de ter constatado em tal cotejo,

³⁶ Todos reproduzidos em P.M.C., Vol. IV, estampas 511 [1 a 12] e 512 [13 a 23].

³⁷ P.M.C., Vol. IV, estampa 513.

³⁸ P.M.C., Vol. V, p. 76.

«que a parte desenhada tem sempre as mesmas dimensões, que a posição relativa das rosas-dos-ventos e dos troncos-de-léguas é a mesma, que os títulos, legendas e nomenclatura (com as suas peculiaridades ortográficas, e até tipos de letras) são iguais, e que há coincidência na figuração do relevo e vegetação». E remata com a convicção de que «Não pode, pois, haver dúvida de que os decalques foram feitos sobre o códice de Vila Viçosa.»³⁹.

Mais importante do ponto de vista formal, parece ser a coleção de 16 cartas e plantas do Oriente, de origem portuguesa, que se guarda na Biblioteca Medicea Laurenziana de Florença. As cartas encontram-se associadas a outros espécimes da mesma natureza, atribuídos ao cartógrafo holandês Vingboons. Foram desenhadas em base de papel fixado a tela, são manuscritas e coloridas e encontram-se em mau estado de conservação por terem estado expostas durante muito tempo no palácio de “Villa Castello”, perto de Florença.

Um autor holandês, F.C.Wieder, tinha-se referido fugazmente a estas cartas, atribuindo-lhes a origem portuguesa, em 1932⁴⁰. Teixeira da Mota procedeu à sua análise no final de cinquenta, quando recolhia por toda a Europa elementos sobre o património cartográfico português com vista à execução dos *P.M.C.* Tal como no caso dos decalques em Viena, e usando o mesmo método comparativo com as cartas e plantas do códice de Vila Viçosa, este historiador não só confirmou a sua origem lusitana, mas concluiu que foram delineadas sem dúvida com base no *Livro das Plantas*. Mas alargou a sua pesquisa, procurando a razão porque se encontram as cartas inseridas no conjunto das cartas de Vingboons e deu-se conta de que estas poderiam ter sido levadas para Itália pelo príncipe herdeiro da Toscana, futuro grão-duque, Cosimo III, após a célebre viagem que realizou pela Europa, em 1667-9.⁴¹ É conhecido o interesse de Cosimo III por matérias relacionadas com a cartografia e engenharia militar e sabe-se que, durante a permanência no nosso país, o príncipe estabeleceu contactos com um matemático português que lhe terá mostrado uma obra com fortalezas da Índia. Julga-se que o matemático terá sido Luís Serrão Pimentel, ao tempo engenheiro-mor e cosmógrafo-mor do reino, que passou então a corresponder-se com o já grão-duque Cosme de Médici. Pimentel ofereceu então ao visitante ilustre o manuscrito de uma obra de Pedro Nunes e dois livros sobre engenharia militar da sua autoria.⁴² Nas dedicatórias destas três obras o cosmógrafo-mor refere-se ao intercâmbio científico criado com o grão-duque.

³⁹ *Idem*, vol. V, p. 76.

⁴⁰ F. C. Wieder, *Monumenta Cartographica*, Haia, 1932, pp. 89-90 e 130.

⁴¹ A relação desta viagem foi publicada por Angel Sanchez Rivero, *Viagem de Cosme de Médici por España y Portugal (1668-1669)*, Madrid, s.d.

⁴² As obras de Luís Serrão Pimentel são a *Arx Medicea* e o *Extractum Ichonographicum*, que se conservam hoje na Biblioteca Nacional de Florença, com as referências «Palat. 825» e «Palat. 910».

O interesse que o príncipe demonstrou pela cartografia na visita a Lisboa está referido na relação da viagem, de Angel Sánchez, onde se afirma que o matemático com quem se avistou lhe mostrou um volumoso livro sobre fortalezas da Índia, o qual, segundo Teixeira da Mota, poderia bem ter sido uma obra de Bocarro ou de Resende. Aliada a esta curiosidade de Cosme III pode estar o intercâmbio de livros então estabelecido entre o grão duque e o engenheiro-mor. Nesta linha de acontecimentos, Teixeira da Mota argumenta que «É possível supor que mais tarde lhe enviasse para Florença um livro ou atlas do Oriente, o qual podia muito bem ter sido (embora não se lhe veja hoje qualquer dedicatória) o que está agora em Vila Viçosa». Em abono desta conjectura está o facto de existirem, tanto nas cartas de Florença como nos decalques de Viena, algumas anotações em língua italiana com letra do séc. XVII, hipótese que tornaria «compreensível que Cosimo III tivesse mandado executar por um italiano cópias de algumas das suas cartas, a fim de serem expostas na Villa Castello, juntamente com as Cartas de Vingboons, que trouxe da Holanda». É naturalmente uma hipótese de trabalho; uma conjectura urdida em premissas verosímeis e fiáveis, a aguardar o sempre desejado ensejo da prova documental.

Conclusão

A presença dos Portugueses no Oriente desde o final do século XV até aos meados do século XX foi rica em acções de carácter comercial, administrativo, cultural, científico, religioso e por vezes bélico, cujos ecos se repercutem hoje nas múltiplas memórias que o passado nos legou. Crónicas oficiais ou privadas, literatura de viagens, obras técnicas e científicas e um incomensurável acervo documental, registam os episódios mais marcantes dessa ação colectiva nos diversos ciclos temporais da secular permanência. Desde logo, as viagens da mais extensa e mais demorada ligação marítima entre os povos, institucionalizada desde o ocaso de quinhentos com o nome de «carreira da Índia», um trajecto que esteve intimamente relacionado com o fundamento de uma das actividades da arte de navegar: a cartografia. Com o domínio das comunicações marítimas e a ocupação de algumas posições costeiras na ribeira do Índico, surgem as cartas marítimas ou náuticas, cartas regionais ou topográficas, plantas e planos de fortalezas e cidades, e desenhos panorâmicos de costas, portos e cidades, reunidos a partir do século XVII nos “Livros do Estado da Índia Oriental”. Embora esta actividade se tivesse desenvolvido sobretudo a partir dos anos trinta dessa centúria, podemos constatar que ela se radica em obras quinhentistas, como a crónica *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia, dos meados do século, obra pioneira no uso de desenhos de fortalezas e retratos de governadores e vice-reis a ilustrar a narrativa; ou, no final de quinhentos, a primeira obra descritiva das fortalezas do Estado da Índia, não acompanhada de desenhos.

Nos *Livros* do Estado da Índia Oriental, as cartas náuticas de cunho hidrográfico são em menor número do que as plantas das fortalezas e cidades. Estas

plantas representam fortificações, algumas já existentes antes do domínio português e depois devidamente adaptadas, mas na maior parte dos casos erguidas de raiz pelos Portugueses; algumas destas eram projectadas em Lisboa, mas na maior parte dos casos eram desenhadas por arquitectos e engenheiros militares que para o efeito se deslocavam ao Estado da Índia. Entre estes, são representativos os nomes de Pedro Massai de Frias, Domingos de Toral, Inofre de Carvalho, Cosme de Lafetá e João Baptista Cairato. No final de quinhentos, com o advento da concorrência holandesa no Índico e o consequente crescimento da insegurança nas rotas e nos territórios de domínio português, surgem as naturais preocupações da Coroa com o estado das fortificações e defesas, origem das primeiras ordens régias de remessa dos seus traçados para o reino.

Durante a primeira metade do século XVII, regista-se o aparecimento dos principais *Livros* deste género, alguns em obediência a ordens régias, outros por iniciativa dos autores. O seu conteúdo variava entre a simples descrição e notas sobre a situação das fortalezas, e a composição, mais heterogénea, com relações das armadas da Índia, colecções de retratos dos governadores e vice-reis daquele Estado e colecções de cartas de navegação, cárta topográficas e plantas de fortalezas e cidades. Entre os seus autores contam-se os nomes de cartógrafos de prestígio, como Manuel Godinho de Erédia, o mais antigo, João Teixeira Albernaz I, o digno representante da mais famosa «dinastia» de cartógrafos portugueses, os “Teixeira”, Pedro Barreto de Resende, o mais prolífico no cultivo deste género de actividade, António de Maris Carneiro, e o cronista António Bocarro para a parte descritiva. Não esquecendo, claro, a obra inspiradora do vice-rei, cientista e hidrógrafo, D. João de Castro.

O *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, da Biblioteca do Paço Ducal da Casa de Bragança, constitui um importante códice que se integra naturalmente naquele tipo de obras, de que é, legitimamente, um dos derradeiros representantes. Este códice não se encontra assinado, mas é notória a dissemelhança de estilos, caligrafias e traçados que caracteriza algumas das cartas e plantas que o compõem, o que valida a conjectura de que a sua autoria deve ser dupla ou colectiva. Quanto à data, que também está omisa, é possível, por informação colhida nas próprias cartas e pela comparação destas com os traçados de obras similares, anteriores e posteriores à sua execução, atribuir-lhe, aproximadamente, a de c. 1650, proposta por Teixeira da Mota.

Durante a sua já longa existência, é provável que o *Livro* tenha passado a Itália ainda no século XVII, para a posse do grão-duque da Toscana, Cosme III de Médici (1642-1723), a quem terá sido enviado após a visita que fez a Portugal em 1668-9. Se for este o caso, terá servido de modelo aos decalques e cópias de cartas de mão italiana, que dele se extraíram e conservam hoje respectivamente em Viena de Áustria e em Florença. Do seu percurso europeu, apenas podemos garantir a passagem por França, onde o já por vezes chamado «pai da cartografia», Visconde de Santarém, o viu, examinou e dele redigiu notícia, aliás só conhecida da comunidade portuguesa após a publicação dos seus *Estu-*

dos de Cartografia Antiga, já entrado o século vinte. De Paris passou a Londres onde o barão de Torre de Moncorvo, e embaixador de Portugal, o adquiriu em leilão, no decénio de quarenta do século XIX. Desconhece-se a data e as circunstâncias em que esta obra ingressou na instituição que hoje a conserva, a Biblioteca do Paço Ducal da Casa de Bragança. Albino Lapa, em 1945, limitou-se a referir que foi oferecida a el-rei D. Carlos (1863-1908), sem mencionar a data e as circunstâncias em que ocorreu a oferta.

O códice adquiriu visibilidade através da edição organizada por Luís Silveira, sob a égide do Instituto de Investigação Científica Tropical de Lisboa, vinda a lume em 1991, e pela sua exibição em algumas importantes exposições, como a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, realizada em Lisboa, 1983, sob o tema *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*, com o alto patrocínio do Conselho da Europa.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Luís de, e GUERREIRO, Inácio, *Catálogo da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura*, Vol. I (Jerónimos I), Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 1983.
- CARITA, Rui, *Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia da Biblioteca da Fortaleza de São Julião da Barra*, ed. fac-simile do Ministério da Defesa Nacional e Edições INAPA, Lisboa, 1999.
- CID, Isabel, (ed.) *António Bocarro, O Livro das Plantas de todas as Cidades e Povoações do Estado da India Oriental*, 3 vols., INCM, Lisboa, 1992.
- CORTESÃO, Armando, *Cartografia e Cartógrafos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, 1935.
- e ALBUQUERQUE, Luís de, (ed. crítica), *Obras Completas de D. João de Castro*, 4 vols., Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Coimbra, 1968-1982.
- e MOTA, Avelino Teixeira da, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, 5 vols., ed. da Comissão do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960.
- DIAS, Pedro (Int.), *António Mariz Carneiro. Descrição da Fortaleza de Sofala e das mais da Índia*, Lisboa 1991.
- LOBATO, Manuel, «Fortalezas do Estado da Índia: do centro à periferia», in *Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, CNCDP, Porto, 1994.
- MOREIRA, Rafael, (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, in *Portugal no Mundo*, dir. de Luís de Albuquerque, vol. VII, Publicações Alfa, Lisboa, 1989.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, *Archivo Português Oriental*, Nova Goa, 1885.
- , *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*, Lisboa, 1850.
- SANTARÉM, Visconde de, *Estudos de Cartografia Antiga*, 2 vols., Lisboa, 1919.
- SANTOS, Maria Emilia Madeira, «O Problema da Segurança das Rotas e a Concorrência Luso-Holandesa» in *Revista da Universidade de Coimbra*, n.º 32, Coimbra, 1985.
- SILVEIRA, Luís, *Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultamar*, 4 vols, Lisboa, 1956.
- (pref.) *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1991.

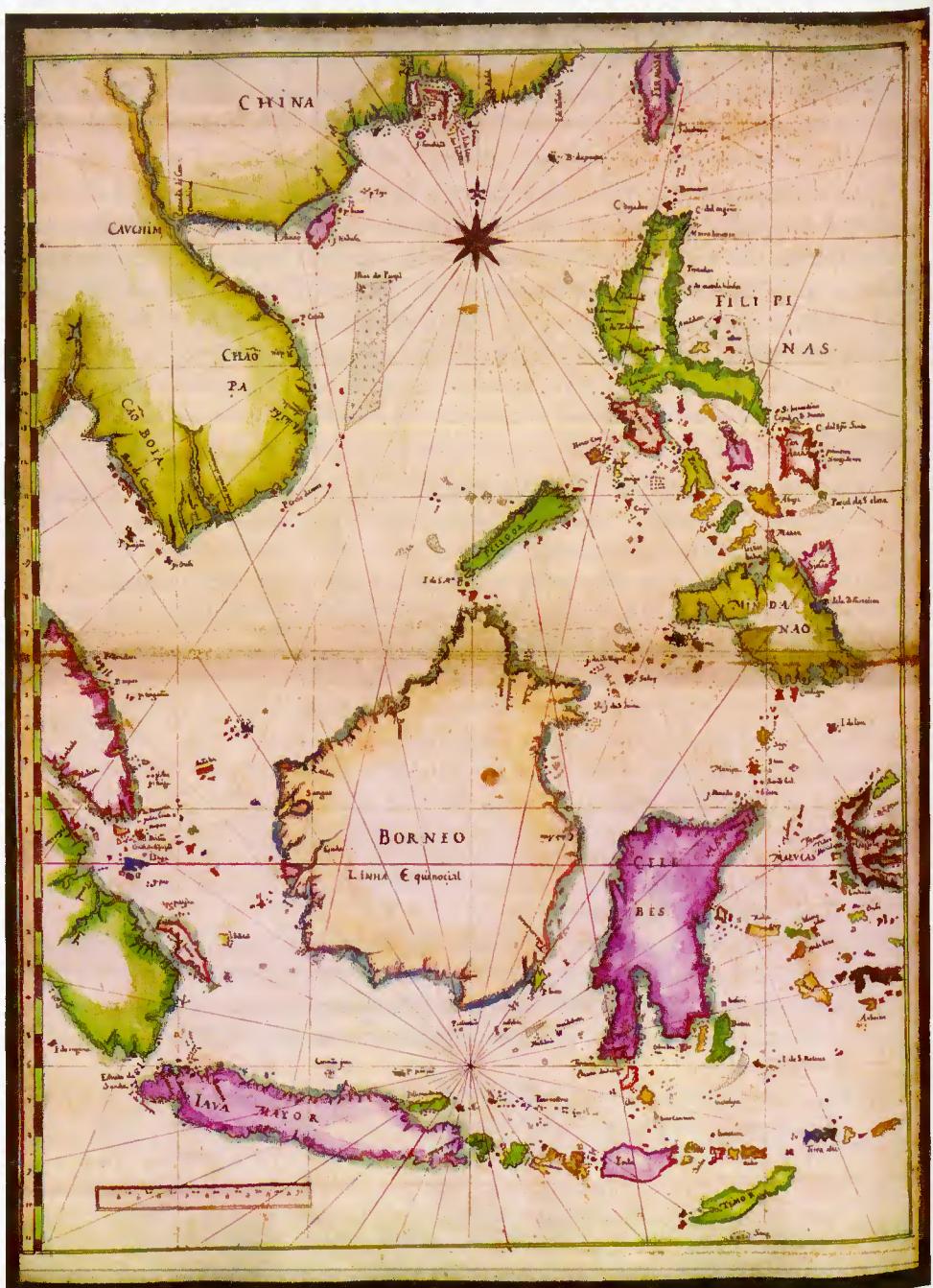


Fig. 1 – Carta náutica da Insulíndia e Extremo Oriente, (n.º 16 do Códice de Vila Viçosa).

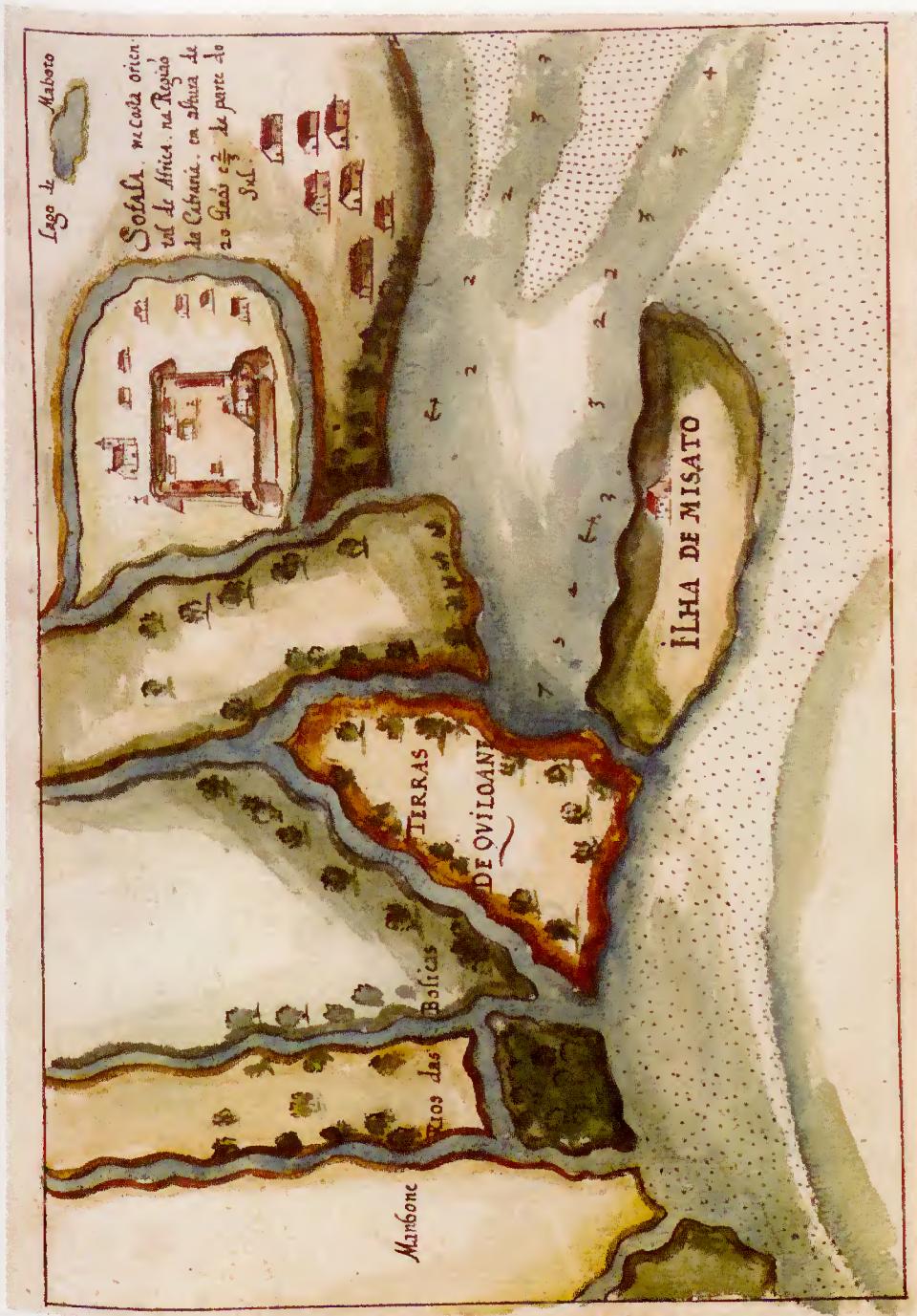


Fig. 2 – Planta da Fortaleza de Sofala e região confinante, (n.º 17 do Códice de Vila Viçosa).

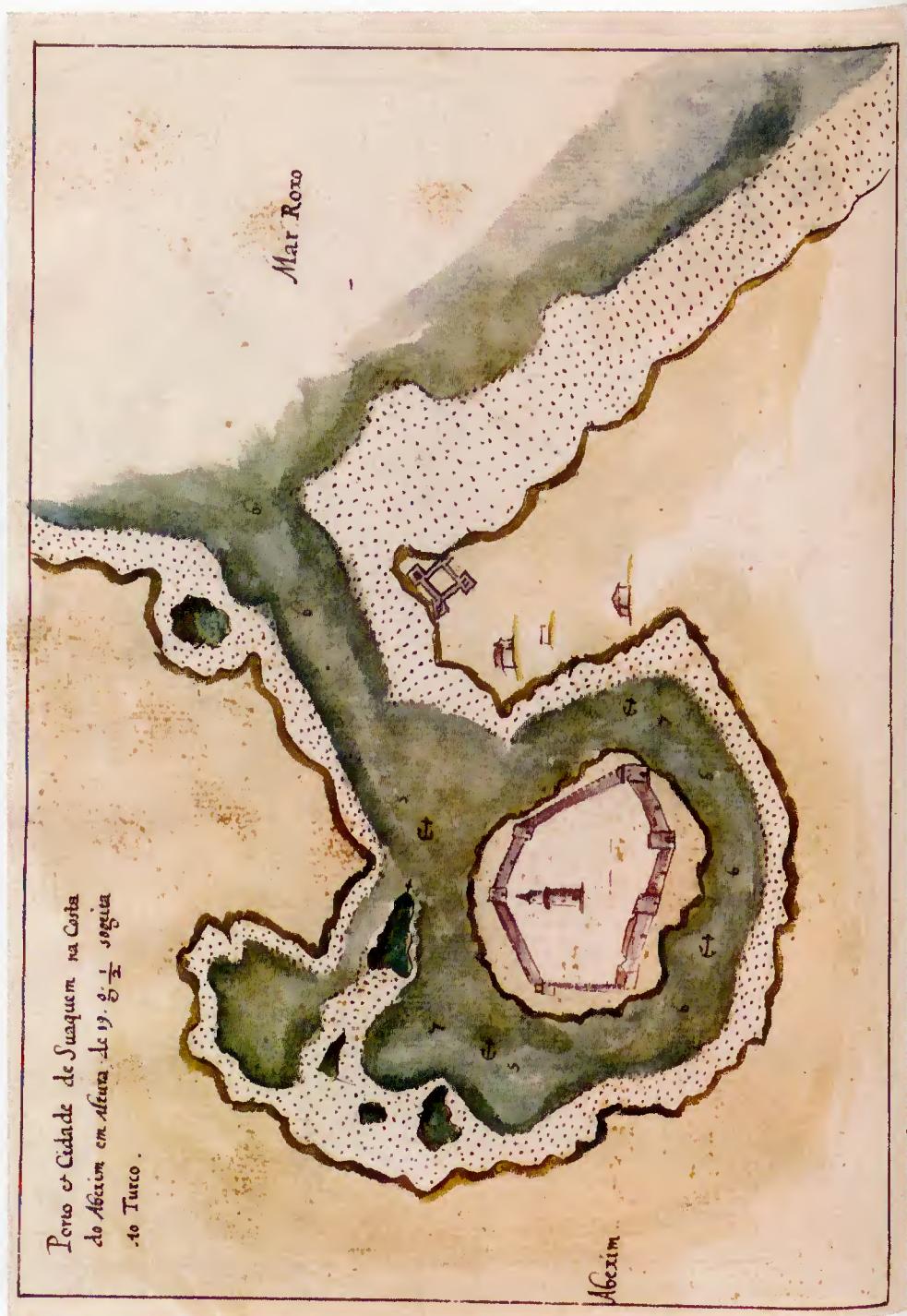


Fig. 3 – Tábua do Porto e Cidade de Suaquem, no Mar Roxo, (n.º 21 do Códice de Vila Viçosa).



Fig. 4 – Planta da Fortaleza e Cidade de Diu, no Guzerate, (n.º 41 do Códice de Vila Viçosa).



1953-1962, UMA DÉCADA DE VILA VIÇOSA

(2.ª parte: 1956-1958)

Joaquim Saial

Como se depreende do título acima, este artigo vem no seguimento do publicado na Callipole n.º 20, de 2012. Para que o leitor possa perceber melhor a presente sequência, caso não tenha acesso ao texto anterior, aqui ficam dois excertos da introdução que então escrevemos:

1953-1962. Dentro destas balizas, cabem os meus primeiros anos de Vila Viçosa. Não de viver na terra, que tal nunca aconteceu até hoje, mas de ali ir, sempre e muitas vezes. De “ir à terra”, essa coisa bem portuguesa e, diga-se, quase sempre saborosa. Após 62, houve uma passagem minha de três anos por África, contada em livro, e depois... Bem, depois, regressado em final de 65, a vila já era outra coisa. O Terreiro de Santo António, da casa natal, parecia um tanto mais pequeno, alguns familiares e amigos haviam morrido, outros tinham zarpado para novos horizontes. (...) Faremos este passeio pela memória de Vila Viçosa dos meados do século XX ano a ano, baseados sobretudo na leitura detalhada dos desaparecidos *Diário Popular* e *Diário de Notícias* de New Bedford, Massachusetts, EUA (jornal americano de língua portuguesa), com recurso eventual a outras fontes¹. (...)

Os quatro anos sobrantes serão tratados na Callipole n.º 22, em 2014.

¹ Estes jornais continuam a constituir as bases da escrita de 1953-62, ‘uma década de Vila Viçosa’, embora no caso do *Diário Popular* os dados sejam agora muito mais parcos. A excelente recepção que a primeira parte deste trabalho teve junto dos leitores não corresponde portanto a diversidade de investigação – a qual é, tanto antes como agora, apenas um vislumbre do material existente sobre estes anos de Vila Viçosa, primeiro avanço investigativo que poderá (deverá) ser continuado e melhorado pelo autor ou por outro que tome a tarefa em ombros.

1956

No início de Março, ou pouco antes, falecia em Vila Viçosa o proprietário José da Silva, viúvo e pai de Maria da Silva Cochicho e Vicência Toscano, esta avó do Dr. Jeremias Toscano².

Ideia recorrente durante alguns anos, a criação de um Museu da Restauração no castelo nunca se concretizou³. Mas ia sendo lembrada, aqui e ali, como no *Diário de Notícias* de New Bedford de 17 de Maio de 1956⁴, em notícia enviada para a América pela Agência Noticiosa de Informação (ANI). Dizia então o articulista anónimo que “no velho castelo de Vila Viçosa, habitação de reis⁵” se iria concretizar por iniciativa do Dr. António Luís Gomes⁶ um Museu de Restauração “em figuras de cera”. Imitando os museus Grévin⁷ e Toussant (sic)⁸, ocuparia várias salas do castelo. Ali se veriam numerosos quadros com as figuras em vulto e tamanho natural...

Em 20 de Maio de 1956, o *Diário Popular*⁹ dedicava largo espaço a questões da cantina escolar de Vila Viçosa, assinalando a sua considerável acção no apoio às crianças da terra que frequentavam estabelecimentos oficiais de ensino. O equipamento começara a funcionar em 1 de Dezembro de 1940, com o nome de Cantina D. Amélia de Bragança, vocacionado para atender diariamente 30 filiadas da Mocidade Portuguesa Feminina. Vivia então apenas de subsídios particulares como o da oferta mensal de 10 litro de azeite, a cargo da Fundação da Casa de Bragança e de doações de beneméritos da terra. Em 1947 já ali se dava de comer a crianças dos dois sexos, sob o nome de Cantina Escolar Oficial das Escolas Primárias. No ano de que estamos a tratar – com doações de particulares em legumes e da Fundação da Casa de Bragança em azeite e dinheiro – fornecia 170 a 180 almoços diários e um suprimento de leite “a 50 beneficiários fisicamente mais débeis”. Esta iniciativa glosava a chamada “Gota de leite” instituída na Bélgica durante a I Guerra Mundial, pela rainha Elizabeth, esposa de Alberto I. A

² *Diário de Notícias* de New Bedford, 02.03.1956, p. 5. Jeremias Toscano (1927-1996) foi médico prestigiado de Vila Viçosa, onde exerceu clínica. Tem busto em mármore, da autoria do escultor José de Paula, inaugurado a 19.09.1999, na placa ajardinada do Largo Mouzinho de Albuquerque que se situa junto à casa onde viveu e teve consultório. Sua irmã, a primeira esposa e alguns dos filhos e netos também seguiram actividade na área da saúde.

³ Ver nota 8 do texto anterior, em *Callipole* n.º 20.

⁴ P. 4.

⁵ De facto, nunca ali viveram reis mas apenas por algum tempo duques de Bragança.

⁶ Ver nota 35 do texto anterior, em *Callipole* n.º 20 sobre o então Presidente do Conselho de Administração da Fundação da Casa de Bragança.

⁷ Fundado em 1882, situa-se no Boulevard Montmartre, 10, Paris.

⁸ Museu Madame Tussauds, criado em meados da década de 30 dos anos de 1800, em Londres. Possui hoje mais de uma dezena de filiais espalhadas pelo Mundo.

⁹ P. 9.

distribuição de leite às crianças necessitadas das escolas, também existente em França, iniciara-se em Vila Viçosa em Junho de 1954, fora entretanto interrompida e recomeçara em Janeiro de 1955 e continuava a ser efectuada, mais uma vez à custa da Fundação da Casa de Bragança – tornando-se assim Vila Viçosa uma das localidades pioneiras nesta área em Portugal. Desde Abril do ano anterior que a cantina funcionava em construção que ainda hoje existe, feita a expensas do Estado, na avenida dos Duques de Bragança, junto ao também novo edifício da escola feminina. Durante o ano de 1955 facultara 35.556 refeições, 6540 das quais de leite, com receitas provenientes da já citada fundação, da Câmara Municipal e da Caixa do Povo, para além da quotização dos alunos das escolas oficiais. Porém, nos últimos dois anos, não recebera qualquer subsídio do Estado...

A 14 de Junho, transferido da Vidigueira, Francisco António Covas Guerra tomou posse como chefe de secretaria da Câmara Municipal¹⁰. E de 24 desse mês a 2 de Julho efectuava-se a 4.ª edição do concurso de ruas e janelas floridas. O inverno fora de frio e geadas e não se previa que a actividade tivesse a grandiosidade de beleza de prélrios anteriores. A iniciativa, do grupo “Amigos de Vila Viçosa”, contava com o contributo do Secretariado Nacional da Informação (SNI) que oferecia a placa de bronze para afixar na rua mais florida¹¹.

Cerca de um mês depois, no início de Julho, o arcebispo de Évora e o sub-secretário da Assistência inauguravam na Misericórdia de Vila Viçosa um dispensário materno-infantil¹². Quase na mesma altura, a convite do Conselho de Administração da Fundação da Casa de Bragança, o Dr. Luís de Oliveira Guimarães, colaborador do *Diário Popular*, realizou na sala de leitura do Paço Ducal uma conferência subordinada ao título “O conde de Arnoso”¹³. Ainda nesse mês de Julho¹⁴, na herdade de Aldeias, São Romão, de José Vitorino Mendes, morria o seu carreiro Manuel Cristo, solteiro, de 39 anos, apanhado pelo rodado da viatura que conduzia e de onde caiu.

“Vila Viçosa exemplifica a restauração de Portugal, antiga e moderna” é o título de longa reportagem da autoria de José António Marques, realizada após viagem feita à terra, “a convite da Fundação da Casa de Bragança¹⁵”, no início de Setembro. O texto é altamente elogioso para a localidade, não se poupando o autor a laus à mesma:

¹⁰ *Diário Popular*, 14.06.1956, p. 17.

¹¹ Ibidem.

¹² *Diário de Notícias* de New Bedford, 06.07.1956, p. 2.

¹³ *Diário Popular*, 13.07.1956, p. 9. Fidalgo prestigiado, Bernardo Pinheiro Correia de Melo, conde de Arnoso (1855-1911), teve entre outros importantes cargos o de oficial às ordens e secretário particular do Rei D. Carlos. O texto da conferência foi publicado em 1958 pela FCB, em 32 pp., com esta mesma designação.

¹⁴ *Diário de Notícias* de New Bedford, 19.07.1956, p. 5.

¹⁵ *Diário Popular*, 05.09.1956, p. 4.

Casas lindamente pintadas e arranjadas, janelas floridas, numa exibição de coloridos frescos e cativantes, tudo harmonizado com exemplar cuidado e requinte, Vila Viçosa dá ao forasteiro uma nota alegre de apurada beleza, de sossego, de bem-estar e arranjo que é justo salientar e aplaudir. E quando se compara com outras terras, talvez mais agitadas mas, com certeza, muito menos conduzidas no sentido de se respeitar a tradição melhorando tudo com uma ideia de actualidade, esta histórica vila alentejana, tão intimamente ligada às alternativas da independência de Portugal, surge-nos como lugar de encanto e calma. Tão calma e tranquila que até o zumbido das moscas terá a vantagem de quebrar o silêncio em que esta boa gente se compraz!...

Continua o texto com referências ao Paço Ducal e ao então presidente do Conselho de Administração da Fundação da casa de Bragança, Dr. António Luís Gomes que, com “tal arte e dedicação, tem servido a formosa terra e o País de maneira inesquecível e digna dos mais rasgados louvores”. E fala vagamente de quadros, citando Carlos Reis e o Rei D. Carlos, para além de com ingenuidade aludir à armaria “completa com espadas e espadalhões suficientes para nova arremetida que fosse necessária à defesa da pátria...” O Terreiro do Paço também não é esquecido, nem a estátua equestre do Restaurador, “inaugurada há meia dúzia de anos” – enganando-se o escriba na contagem que daí a pouco ia perfazer 13 anos¹⁶.

A parte final do trabalho vai no sentido da anterior:

Mais haveria que lembrar nesta passagem por Vila Viçosa, se o nosso objectivo fosse a propaganda local. Em cada rua, por qualquer lado surge um apontamento sugestivo, aparece uma vista que se fixa com interesse.

Para os turistas que pouco mais querem que passcio e boa comida, Vila Viçosa é terra que não se pode esquecer para uma próxima excursão; para os artistas e pintores que andam em busca do curioso e pitoresco, que sonham belezas e as desejam passar à tela ou ao cartão, Vila Viçosa também exige ficar na lista... Porque é bonita, tem muito que ver, admirar e pintar e... até porque nesta vila se pode trabalhar à vontade, sem gritaria nem mirones incomodativos. Gente calma, boa e educada, que aprecia sem molestar, que ao forasteiro artista presta a homenagem do melhor silêncio.

Se nos satisfaz tal compostura comove-nos também recordar que a essa terra muito deve a Arte: era de Vila Viçosa o portentoso pintor Henrique Pousão, glória da pintura portuguesa!

¹⁶ Prevista a sua inauguração para 1940, no âmbito das comemorações centenárias levadas a cabo nesse ano, a estátua só teve descerramento a 8 de Dezembro de 1943, depois de ter sido apontada a cerimónia para o dia 1 – o que não sucedeu, para evitar ofender convidados espanhóis. A data política, acabou por dar lugar à religiosa, mais consensual.

Embora simpático para com Vila Viçosa, o artigo de quase duas colunas estava no entanto bastante incompleto. Não se falava ali, por exemplo, nem do castelo nem de Florbela Espanca ou de Bento de Jesus Caraça... esta, mais compreensível falha, dada a perigosidade para o autor da citação do nome do matemático calipolense...¹⁷ Dias depois, a 14 de Setembro¹⁸, na famosa secção do *Diário Popular* “Cartas ao Director”, um natural da terra reprovava o facto, dizendo:

Lamento ter de fazer um pequeno reparo ao artigo publicado no seu jornal sob o título “Vila Viçosa...”. Devo desde já informar que sou calipolense e que para mim, como para qualquer outro natural desta linda vila é sempre grato ler elogios acerca da nossa terra natal. No entanto, esqueceu-se certamente o articulista de dois vultos bem conhecidos, um dos quais como artista lírica de alto valor: o dr. João (sic) Bento Caraça¹⁹, individualidade de carácter esclarecido, e Florbela Espanca, poetisa de génio imortal.

Aparte estes dois nomes grandes, outras pequenas faltas notei. No entanto, foi-me simpático esse pequeno artigo, que bem maior podia ser, pois matéria-prima não falta àquela pequena-grande vila – Um calipolense agradecido.
João Fernando de M. Teles.

No início de Outubro teve de ser internado no hospital de Évora o trabalhador calipolense Francisco Fernandes Capitão, por ter levado forte marrada no maxilar, colhido por um touro durante as festas do Alandroal²⁰. Perto do final do ano, uma aguarela de 1910, pintada pela Rainha D. Amélia e pertencente ao Paço Ducal de Vila Viçosa foi exibida por iniciativa de António Luís Gomes em Lisboa, no Salão dos Aguarelistas da Sociedade Nacional de Belas Artes²¹. E em Dezembro, a imagem da padroeira de Portugal, Nossa Senhora da Conceição, descia a Lisboa (acompanhada da sua irmandade) para grandiosa peregrinação que reuniu na capital algumas centenas de milhares de pessoas²². E volta

¹⁷ Lembramos que o notável matemático (Vila Viçosa, 1901 – Lisboa, 1948), fora militante do Partido Comunista Português e que devido às suas ideias políticas e sociais, opostas às do regime vigente, fora preso pela PIDE e demitido compulsivamente do lugar de professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

¹⁸ P. 6.

¹⁹ Gralha ou desconhecimento do autor da reclamação. Bento de Jesus Caraça teve um filho, esse sim, de nome João, doutorado em Física Nuclear pela Universidade de Oxford. Foi Director do Serviço de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian até Dezembro 2011 e professor catedrático convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. É actualmente o director do Centro Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian, em Paris.

²⁰ *Diário de Notícias* de New Bedford, 04.10.1956, p. 2.

²¹ *Diário de Notícias* de New Bedford, 10.12.1956, p. 3.

²² *Diário de Notícias* de New Bedford, 14.12.1956, p. 1.

a falar-se no busto de homenagem à renascentista Públia Hortênsia de Castro mandado fazer ao escultor Numídico Bessone pela Fundação da Casa de Bragança mas que só seria inaugurado em 1960²³.

A Fundação da Casa de Bragança publicou ou reeditou com interesse para Vila Viçosa os seguintes materiais: reedição de uma coleção de bilhetes-postais com quadros do Rei D. Carlos; BAIÃO, António e COELHO, P. M. Laranjo (sócios efectivos da Academia de Ciências de Lisboa) – *Duas Conferências no Paço Ducal de Vila Viçosa “Vasco da Gama e as suas Expedições à Índia (com documentos novos)”* e “D. João IV e o Diplomata D. Vasco Luís da Gama – 5.º Conde da Vidigueira – 1.º Marquês de Nisa”; BRANCO, Prof. Luís de Freitas (no primeiro aniversário da morte do autor) – *D. João IV, Músico*; CARNEIRO, Rev. Dr. Pinto – *Os Duques de Bragança, Elogio Fúnebre Profereido nas Solenes Exéquias Promovidas pela Fundação da Casa de Bragança no Panteão dos Agostinhos de Vila Viçosa em 5 de Novembro de 1955*; COUVREUR, Eng. Raul da Costa – *Uma reprodução em cobre de moeda de retrato datada de 1650, com a efígie de D. João IV e a “Conceição”*; GUIMARÃES, Luís de Oliveira – *O Conde de Arnoso*; MATOS, Dr. Luís de (leitor de Português na Universidade de Paris) – *A Corte Literária dos Duques de Bragança no Renascimento*; PINTO, Augusto Cardoso (director do Museu Nacional dos Coches) – *A Cruz Processional da Capela de D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra*; RENDEIRO, Fr. Francisco – *Elogio Fúnebre do Arcebispo de Évora D. Manuel Mendes da Conceição Santos*, proferido durante a missa de Requiem celebrada na Capela Ducal do Paço de Vila Viçosa, em 9 de Julho de 1955.

Os Bombeiros Voluntários de Vila Viçosa, que até aqui possuíam exígues instalações na Rua Alfériz Marcelino, n.º 30/32, passaram para espaço mais condigno na Rua Dr. Oliveira Salazar em 19 de Abril²⁴. Nuno Osório de Barros era neste ano (bem como em 1957 e 1958) presidente da Direcção dos BVVV. Filipe Nery Cunhal de Almeida foi o comandante das instituições de 1955 e parte de 1958.

Durante este ano foram mestres da Sociedade Filarmónica União CalipoleNSE os senhores Francisco Silva (a partir de Março, por pouco tempo) e João Valente (ainda nesse ano e até 1965).

²³ *Diário de Notícias* de New Bedford, 20.12.1956, p. 3.

Ver nota 67 do texto anterior, em *Callipole* n.º 20.

²⁴ NETO, Victor M. *Os Bravos Bombeiros de Callipole (1937-2012)*, Vila Viçosa, 2012. Antes disso, situaram-se no local o Teatro Municipal e o Cine-Teatro de Vila Viçosa. Aí estiveram por meio século os bombeiros da terra, até passarem para o actual quartel, feito de raiz e inaugurado em 9 de Dezembro de 2007.

1957

“Novamente em Vila Viçosa – Calipole Patria Mea” é o título de longo texto a duas colunas do calipolense Albino Lapa²⁵ no *Diário Popular* de 25 de Abril²⁶. Homem de Vila Viçosa, foi fácil a Lapa fazer um retrato relativamente fiel da sua terra de nascimento. E parece-nos que, tal como no artigo do ano anterior, de José António Marques, terá sido a Fundação da Casa de Bragança a patrocinar a viagem – pelo menos se atendermos ao sugestivo parágrafo que a dado passo ele inclui:

Com todos estes atributos [de Vila Viçosa, antes enumerados] e outros, de inegável confronto, bem faz a Benemérita Fundação da Casa de Bragança, pela voz sempre oportuna do Dr. António Luís Gomes, a irem de alongada, de quando em quando, os que se dedicam às Artes, às Letras e à Investigação Histórica, às terras de Vila Viçosa, onde um esplendoroso cenário de riquezas nunca vistas os esperam.

Cita o plumbíto uma série de figuras calipolenses de relevo: o *Rei D. João IV*, a filha *D. Catarina*, Rainha de Inglaterra, *D. Constantino de Bragança*, Vice-Rei da Índia, *Gomes Freire de Andrade*, 1.º conde de Bobadela, capitão-general do Rio de Janeiro e Minas Gerais do Brasil²⁷, *Martinho (sic) [Martim] Afonso de Sousa*, descobridor de terras no Brasil e governador da Índia e *Públia Hortênsia de Castro*. E enumera os edifícios ou outras construções marcantes da terra, alguns com breves descrições: o Paço Ducal, o remanescente do paço de

²⁵ Albino Lapa (1898-1968). Biografia elaborada por Rita Correia, Hemeroteca Municipal de Lisboa; está referenciado como jornalista e ensaísta, com uma prolífica e diversificada obra, onde figura a temática da polícia. No universo da imprensa, a sua assinatura pode encontrar-se nas páginas de periódicos como: *A Revista* (1929-31, que chegou a dirigir); *A Revista* (1932-33, que co-dirigiu com Júlio do Amaral); *O que eu sei. Letras, arte e ciência* (1934, com uma muito breve passagem pela direcção), *Diário de Lisboa* (Suplemento Literário, 1930-40); *Policia Portuguesa. Revista Ilustrada* (1937...); *Boletim das Pescas* (Separata, 1953-1959); *Revista Portuguesa de Medicina* (Separata, 1954). Da sua bibliografia fazem parte as obras: *A questão dos painéis: esboço histórico e bibliografia* (1928); *Voluntários reais do comércio de Lisboa* (1936); *Vitor Cordon* (1939); *Conselheiro Ramada Curto* (1940); *Pedro Fernandes de Queirós: o último navegador português que descobriu no ano de 1606 as ilhas do Espírito Santo – Novas Hébridas* (1951); *Livro dos reis e presidentes da República* (1954); *A palavra “Lisboa” na história do jornalismo* (1956); *Dicionário de Calão* (1959, com prefácio de Aquilino Ribeiro); *Subsídios para a História da Polícia de Segurança Pública do Porto* (1955); *Governadores civis de Portugal* (1962); *História da Polícia de Lisboa* (196?); *Os Pescadores da Vila de Peniche*; *Dicionário de Pseudónimos*, compilado por Maria Teresa Vidigal (1980). Usou como pseudónimo Frei Albino de Vila Viçosa.

²⁶ P. 9.

²⁷ Terá nascido em Juromenha.

D. Jaime, Jardim do Bosque, Terreiro do Paço, estátua equestre, Panteão dos Agostinhos, igreja das Chagas “genuinamente manuelina²⁸”, segundo ele, castelo, igreja da padroeira, igreja da Esperança, Panteão das duquesas de Bragança²⁹ e pequena igreja de São Tiago. Por fim, detém-se na descrição do acervo do Paço Ducal, em particular a rica biblioteca que refere com minúcia. Trata-se de mero artigo de divulgação, bem escrito mas que no entanto falha nas escassas referências ao castelo ou à igreja de Nossa Senhora da Conceição e no esquecimento de várias figuras importantes da história e cultura de Vila Viçosa...

Ainda em Abril, mas a 26, a convite da FCB, o Dr. Armando Manuel Marques Guedes, filho do professor doutor Armando Marques Guedes, catedrático da Universidade Técnica de Lisboa, realizou em nome do pai a conferência “A Aliança Inglesa sob o signo da Dinastia de Bragança”, na Sala de Leitura do Paço Ducal³⁰.

À época, alguns problemas iam afligindo a terra – que, no entanto, se ia renovando, como temos vindo a ver. Por exemplo, escrevia-se no *DP* em Maio³¹ que nos anteriores quinze meses o fornecimento de energia eléctrica decorrerá de forma irregular, com graves prejuízos para a indústria existente e coarctando a possibilidade de surgimento de outras. É que a actual central estava saturada. Havia então um contrato de fornecimento de energia com a fábrica Sofal que tinha na altura 30 anos de vigência (e que terminara em 1956...). Nos últimos três anos, a Câmara Municipal, acompanhada pela Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos tentara resolver o problema, sem resultados práticos. E o contrato até fora renovado recentemente pelo subsecretário da Indústria, mas as obras de modernização da central, devido a problemas burocráticos, não avançavam, tal como a ampliação da rede e consequente derivação de linhas para as freguesias.

Mas os progressos também se iam sentido na vila. No caso do reequipamento dos Bombeiros Voluntários, por exemplo³². Assim, na mesma altura, estes receberam uma automaca a que deram o nome da Rainha D. Amélia e um pronto-socorro, a que foi posto o de “Guida” e do qual foi madrinha a menina Maria Margarida Brasão Osório de Barros, filha do então presidente da direcção da corporação, Nuno Pereira Osório de Barros. Podemos ler em *Os Bravos Bombeiros de Callipole*³³ que a FCB recompensou o gesto do baptismo da automaca com o nome da esposa de D. Carlos através da doação de 1000\$00...

²⁸ De facto com várias presenças estilísticas, mormente a renascentista de que o portal é exemplo.

²⁹ Que se situa na Igreja das Chagas.

³⁰ *Diário Popular*, 26.04.1957, p. 8.

³¹ *Diário Popular*, 16.05.1957, p. 5.

³² Ibidem.

³³ Ver nota 24.

Mas a maior novidade do ano foi a inauguração do Cine-Teatro a que já nos referimos detalhadamente na primeira parte deste artigo, no n.º 20 de *Callipole*. Dado o interesse para os leitores locais, reproduzimos aqui integralmente a notícia saída no *DP* sobre a inauguração a 29 de Julho deste importante equipamento cultural que ainda hoje existe em funcionamento, renovado em anos recentes³⁴ e sobre uma exposição de fotografia na sede dos “Amigos de Vila Viçosa”:

UM CINE-TEATRO EM VILA VIÇOSA – No passado dia 29, foi inaugurada nesta importante vila alentejana uma magnífica casa de espectáculos, denominada “Cine-Teatro Florbela” (sic), e situada na principal artéria – Avenida Duarte Pacheco –, com lotação de 600 lugares³⁵.

O espectáculo inaugural compreendeu um programa de variedades. O novo cine-teatro dispõe de aparelhagem de cinemascópio.

Com este importante empreendimento, ficou Vila Viçosa com uma sala de espectáculos à altura das suas nobres tradições.

Na casa dos “Amigos de Vila Viçosa” encontra-se patente ao público uma interessante exposição fotográfica que revela bem o êxito alcançado, este ano, em tornar florida esta localidade. Esta exposição, que tem sido muito visitada, está aberta ao público até ao dia 14 do corrente.

Um mistério, com data mais antiga referida para este ano de 1957, é o das balizas temporais de início e término de construção da chamada “Casa Dr. Barata do Santos”, erigida na segunda parte dos anos 50 na Rua António Joaquim de Barros. Com autoria principal dos arquitectos Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira (em grande peso do primeiro), colaborações dos arquitectos Luís Moreira e Pedro Vieira de Almeida, fundações e estruturas de João José Jacinto e construção de José Barreiros, configura-se como peça de modernidade clássica e até hoje motivo de múltiplas e interessadas romarias de arquitectos e professores e estudantes de arquitectura que a citam com fervor nas suas aulas, em colóquios da área ou em teses de mestrado e doutoramento – pela sua perfeita integração em ambiente de delicada topografia e significativo melindre cultural, através da dinâmica e espontaneidade da utilização dos espaços (nomeadamente o escritório de advocacia do encomendador, familiar do arquitecto Nuno Portas, que se autonomiza em relação ao resto do conjunto, assim definindo duas zonas interligadas mas afinal distintas) e pela sábia aplicação de materiais da zona. Mas consultados variados textos e teses universitárias relativamente recentes sobre esta temática (uma delas orientada por Nuno Portas), verificámos enorme discrepância de dados relativamente às datações do começo e final da obra (e ambos sem contestação visível por parte de cada um dos actores). Aqui ficam pois

³⁴ *Diário Popular*, 08.07.1957, p. 5.

³⁵ No *DP* de 03.08.1953, p. 3, dizia-se que o cinema teria 700 lugares.

algumas das citadas referências, começando pelas existentes no clássico manual de arte portuguesa do século XX do nosso ex-professor Dr. José-Augusto França, conhecido pela seriedade dos seus trabalhos.

Indicada como sendo de 1957-1959

- FRANÇA, José-Augusto – *A Arte em Portugal no Século XX*, ed. Livraria Bertrand, Lisboa, 1974, pág. 451.
- Página da Internet mantida pelo núcleo de Arquitectura do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, lista revista e completada pelo arq. Nuno Teotónio Pereira, <http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/prjobr/prjobr.htm>

Indicada como sendo de 1958-1962 ou...

- RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A Casa Unifamiliar Burguesa na Arquitectura Portuguesa – Mudança e Continuidade no Espaço Doméstico na Primeira Metade do Século XX*, Vol. I, dissertação de doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004, tese orientada pelo Arq. Nuno Portas – NOTA: na pág. 8-542, o autor dá as datas 1958-1962 / na pág. 8-546, as datas são 1957-1959.
- FARIAZ, Hugo José Abrantes Teixeira Lopes – *La Casa: Experimento y Matriz – La Casa de Ofir (1958), de Fernando Távora, y la Casa de Vila Viçosa (1962), de Nuno Portas y Nuno Teotónio Pereira, en el Proceso de Revisión crítica de la Arquitectura Moderna en Portugal*, 2011, tese de doutoramento em Arquitectura apresentada ao Departamento de Proyectos Arquitectónicos – Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid – Universidad Politécnica de Madrid, tese orientada por Yago Bonet Correa e Jorge Filipe Ganhão da Cruz Pinto – NOTAS: na pág. 141 diz-se que a casa foi projectada entre 1958 e 1960 e que foi concluída em 1962. Indicam-se as colaborações dos arq. Luís Moreira e Pedro Vieira de Almeida.

Indicada como sendo de 1959-1963 ou...

- LOURENÇO, Inês de Almeida – *Reciprocidades Domésticas – Habitação no Contexto Sul Europeu dos Anos 1950*, dissertação de mestrado integrado em Arquitectura, apresentado ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011, tese orientada pelo Prof. Dr. Jorge Figueira, pág. 49.
- CAMPOS, Carlos Miguel Freire – *Nuno Portas – Diálogos entre Teoria e Prática (1957-1974)*, dissertação de mestrado integrado em Arquitectura, apresentado ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011, tese orientada pelo Prof. Dr.

Nuno Alberto Leite Rodrigues Grande. NOTA: em várias páginas do texto, as datas são 1959-1963; mas na pág. 165 lê-se 1958-1963.

- VÁRIOS AUTORES – *O Ser Urbano nos Caminhos de Nuno Portas* (catálogo da exposição com o mesmo nome), ed. Leya, 2013, pág. 122.

Indicada como sendo de 1960-1963

- DIAS, Manuel Graça – *Uma Casa do seu Tempo – A Propósito de uma Edificação Moderna no Centro Histórico [de Vila Viçosa]*, Revista Monumentos n.º 6 – Março 1997, pág. 67. NOTA: indicam-se as colaborações dos arq. Luís Moreira e Pedro Vieira de Almeida, fundações e estruturas de João José Jacinto e construção de José Barreiros.

Para resolver esta imprevista e intrincada discrepância de datas, contactámos o arquitecto Nuno Portas através do amigo comum e seu colega, também calipolense, Manuel Lapão. A resposta do autor acabou por apontar para nova versão, de 1958-1961. Assim, aqui ficam também registadas estas balizas temporais, tal como todas as outras, para efeitos documentais³⁶.

A Fundação da Casa de Bragança publicou ou reeditou com interesse para Vila Viçosa os seguintes materiais: AMZALAK, Prof. Dr. M. B. (prefácio) – *Correspondência de El-Rei D. Manuel II com o Dr. Maurice L. Ettinghausen sobre "Os Livros Antigos Portugueses"*; COUTO, João – *A cruz de Vila Viçosa: monografia histórica, redigida à vista de documentos inéditos existentes na Biblioteca Real da Ajuda, pelo oficial da mesma biblioteca / Rodrigo Vicente de Almeida*, 2.ª ed.; RUIVO, Dr. Mário – *D. Carlos de Bragança, naturalista e oceanógrafo* (texto de conferência integrada nas comemorações do 50.º aniversário da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, realizada no Paço Ducal de Vila Viçosa).

1958

Os fundos bibliográficos que temos vindo a consultar para esta resenha memorialística dos anos 50 e início dos 60 de Vila Viçosa, são parcos para o ano de 1958. De qualquer modo, os dados neles recolhidos aqui seguem.

Morre em 9 de Março em Vila Viçosa, o médico cirurgião João Estêvão de Morais Sarmento, casado com Inês Emília Sousa da Câmara, membros da famí-

³⁶ Durante a conversa sobre a casa Barata Santos, o arquitecto Nuno Portas lembrou duas curiosidades relativas à mesma: uma delas é que as gárgulas tão características que pontuam a construção foram feitas em Vila Viçosa, na empresa marmorista Dias Ramos que existia abaixo da igreja de São João Evangelista, do mesmo lado; a outra é que em pelo menos numa parede exterior da residência (que implica caixa de ar e parede interior) foi utilizado desperdício de mármore, material inovador na altura com essa aplicação.

lia Sousa da Câmara com casa solarenga quase fronteira ao edifício da Câmara Municipal, na Praça da República.

A 13 do mesmo mês, o Paço Ducal abria as suas portas para almoço a uma personagem singular... e de todo dispensável na terra dos Bragança: Carmen Polo Franco³⁷, esposa do ditador espanhol Francisco Franco, conhecida por chiste como “Collares”, porque estimava esse adereço de pescoço. Educadamente, também lhe chamavam “la Señora”, o que na Espanha do caudilho equivalia mais ou menos a primeira-dama. Vinda da fronteira do Caia, o seu interesse imediato era passar uns dias de férias na Madeira, para onde se deslocaria no paquete “Vera Cruz”. Chegou a Vila Viçosa a meio do dia, de automóvel, seguida por comitiva no qual se contavam a filha, María del Carmén “Nenuca”, marquesa de Villaverde, José Nasolini, embaixador de Portugal em Madrid e esposa, Fernando María Castiella y Maíz, ministro espanhol dos Assuntos Exteriores e esposa e ainda a esposa do ministro espanhol do Interior, Alonso Veja. Na fronteira, entre outros, apresentaram-lhe cumprimentos o inspector Porto Duarte, em representação do chefe da PIDE, o chefe da delegação da alfândega Dr. António José Pereira, e os tenentes Ferreira e Baptista, comandantes da Guarda Fiscal e Polícia de Segurança Pública de Elvas. Com uma “simpatia” exemplar, mãe e filha não se dignaram sair do automóvel em que viajavam para receber as saudações das autoridades portuguesas... Acompanharam o grupo desde a raia o embaixador de Espanha em Lisboa e D. Manuel de Bragança e esposas (o segundo, em representação da Casa de Bragança). Outras personalidades figuraram no almoço que se realizou numa das salas da armaria do antigo Paço de D. Jaime, das quais destacamos o presidente da Câmara Municipal, Eng. Leopoldo Portas e o Dr. João de Figueiredo, conservador do palácio e espoa³⁸. Após a refeição e uma visita ao paço e ao castelo, a comitiva seguiu para Lisboa e Sintra, onde a esposa do caudilho ficou alojada no palácio de Seteais, local onde recebeu os cumprimentos do pessoal da embaixada do seu país em Lisboa. O marquês de Villaverde, genro dos Franco, chegou na mesma altura a Lisboa, mas por via aérea, para se juntar à esposa e à sogra³⁹. Chovia em Vila Viçosa, nessa tarde já longínqua, mas ainda houve um grupo de algumas dezenas de corajosos que afrontou a intempérie para ver sair do automóvel as duas espanholas, nos seus chapelinhos pretos, a mãe de saia e casaco de pesada seda verde e a filha envergando “tailleur” de “tweed” cinzento...

Em 28 de Março de 1958, o toureiro José Trincheira, conhecido como “Leão do Alentejo”, tomou alternativa de matador de touros em Cáceres, Espanha. Natural de Borba mas cedo residente em Vila Viçosa, foi adoptado como calipolense. Teve por padrinho de alternativa o toureiro venezuelano César Gi-

³⁷ María del Carmen Polo y Martínez-Valdés (Oviedo, 1900 – Madrid, 1988).

³⁸ Mas não o presidente do Conselho de Administração da Fundação da Casa de Bragança, Dr. António Luís Gomes, que se encontrava convalescente de recente operação.

³⁹ *Diário Popular* e *Diário de Lisboa*, ambos de 13.03.1958 e igualmente p. 1.

rón e o malagueño Manolo Segura foi testemunha, numa corrida em que se lidaram toiros de Pablo Romero. O grande sucesso desse dia, que resultou em duas orelhas e saída em ombros, proporcionou-lhe temporada de luxo, com corridas por toda a Espanha e início de carreira profissional de prolongado êxito.

A 2 de Dezembro instala-se no País a empresa industrial Atlas Copco de Portugal, Lda. Pouco depois chegavam os primeiros compressores VT4Dd que com diverso material de perfuração tiveram aplicação generalizada em pedreiras nacionais, inclusive de Vila Viçosa, localidade onde a Atlas Copco instalou uma delegação em 1960 que deu grande impulso à extracção dos mármores locais.

A 18 de Dezembro, o *Diário Popular* publica um texto de Alfredo Marques intitulado “Devia recordar-se no centenário do seu nascimento o pintor Henrique Pousão”⁴⁰, ilustrado com a fotografia de uma pintura ali não identificada (trata-se de um dos quadros pintados pelo artista em França, em 1881, *Aldeia de Saint-Sauves*). Apesar de insistir na tecla ainda hoje repisada do “Pousão impressionista”, Alfredo Marques faz um historial acertado do malogrado pintor calipolense, ramatando o artigo com as seguintes frases:

Prestou-lhe, porém, o País a homenagem de que era credor? Cremos que se lhe deve muito. Não se perpetuou ainda a sua memória em termos de reconhecimento. A lápide de mármore na casa onde nasceu, em Vila Viçosa, e o pequeno monumento ali erigido são escassos testemunhos de admiração. Representam pouco como consagração, para quem tanto valeu⁴¹.

Estamos, no entanto, a tempo de levar mais adiante as homenagens ao moço pintor, agora que vai correr o centenário do seu nascimento. As mais expressivas manifestações do nosso apreço devem consistir na divulgação da obra e da personalidade de Pousão.

A realização de estudos sobre a sua pintura, a edição de reproduções dos seus trabalhos, a organização de exposições itinerantes das suas obras, para além de outros actos, facultariam o conhecimento do que foi este singular pintor, que aos 25 anos reunia, em valor artístico, uma galeria de méritos mais elevada do que a de muitos consagrados.

Em primeiro lugar, deve-se, portanto, tornar conhecida de Portugal a obra de um dos maiores pintores portugueses; depois, perpetuar o nome e a glória, em monumento condigno, numa das artérias do Porto, onde Pousão fez brilhantemente o seu curso⁴². Estas funções podem caber na competência da

⁴⁰ P. 1 do suplemento “5.ª feira à tarde”.

⁴¹ Não temos a certeza se nesta altura já tinha sido dado a uma das artérias de Vila Viçosa o nome do pintor (Alameda Henrique Pousão), mas estamos em crer que sim.

⁴² Pelas suas palavras, percebe-se que Alfredo Marques desconhecia que já existira essa vontade no Porto mas que a concretização da mesma se gorara. Pensado para ali em 1934, o monumento acabou por ser erigido em Vila Viçosa, a 20 de Março de 1943, quase uma década depois de se ter iniciado a recolha de fundos na capital do Norte. A este respeito, ver SAIAL, Joaquim – Henrique Pousão – entre o Porto e Vila Viçosa, in *Diário de*

Academia Nacional de Belas Artes e na do Museu Soares dos Reis, para não
lembarmos outras instituições⁴³.

Embora pertencente ao concelho de Alandroal, a fonte das Bispas e a sua água sempre foram estimadas pelos calipolenses. Foi precisamente neste ano de 1958 que a Junta Autónoma das Estradas, no seguimento de renovação da estrada Vila Viçosa-Alandroal construiu a escadaria que leva à nascente, a protecção da fonte e os bancos adjacentes de pedra, destinados ao descanso dos crentes nas propriedades curativas daquelas águas ferruginosas que se diz serem benéficas no tratamento de anemias, escrofulismo e doenças de fígado e digestivas.

A Fundação da Casa de Bragança publicou com interesse para Vila Viçosa os seguintes materiais: COSTA, Dr. Sousa (sócio efectivo da Academia de Ciências de Lisboa) – *D. Catarina de Bragança (Rainha de Portugal, à face do Direito)*; GOMES, Dr. António Luís – *D. Carlos e D. Luís Filipe – Palavras de evocação e apreço* (allocução na Rádio Televisão Portuguesa em 1 de Fevereiro de 1958) – com um estudo do professor Delfim Santos da letra do Rei.

NEMÉSIO, Vitorino, publica “Florbela”, in *Conhecimento da Poesia*, Brasil, Universidade da Baía, 1958.

Notícias, 22.04.1989, p. “Memória” ou *Henrique Pousão – entre o Porto e Vila Viçosa, a atribulada história de um monumento*, in *Callipole* 17, p. 161, 2009. Este segundo artigo é quase idêntico ao anterior, apenas com uma ou outra precisão e imagens melhoradas e a cores.

⁴³ Neste mesmo ano de 1958, mais autores se referiram a Henrique Pousão. Um deles foi o sempre saudoso antigo director desta revista, Dr. Manuel Inácio Pestana, em *O Comércio do Porto*, de 28 de Outubro, com *Aproxima-se o centenário do pintor Henrique Pousão*; no *Primeiro de Janeiro* do primeiro dia do ano, Roberto Nobre também a ele se dedicara, ao escrever o artigo *Pousão impressionista?*.

NOVAS PERSPECTIVAS DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO URBANO: PLANOS ESTRATÉGICOS E DISTRITOS CULTURAIS

Licínio Lampreia*

Resumo

Este trabalho ambiciona apresentar uma breve síntese que sirva de mote e de ponto de partida para compreender os antecedentes, o enquadramento e as motivações que estão subjacentes às novas tendências e objectivos acerca da forma como as instituições tutelam o património, tendo como foco iluminador a problemática da gestão cultural do património, assim como abordar exemplos representativos do tratamento e caracterização do património através de novos instrumentos de gestão, sem esquecer a sua ligação com o caso de Vila Viçosa. Pretende-se, pois, estender o olhar a diversos territórios e a novas linguagens do conceito de património, sobretudo no que respeita ao seu aproveitamento produtivo, e oferecer um conjunto de temas de reflexão para a compreensão da evolução conceptual e dos progressos empreendidos em relação às políticas de gestão e de protecção, a todos aqueles que, como nós, partilham as preocupações de atitudes de cidadania que se traduzam na valorização e na conservação do património.

Palavras-chave: Património, gestão, planos estratégicos, distritos culturais, difusão

* Por decisão pessoal, o autor deste texto não escreve de acordo com o novo Acordo Ortográfico.

1. O significado e a relevância do conceito de património nos séculos XX e XXI

O tema património, na ordem do dia dos tempos actuais, é um fenómeno de presença constante nos discursos científico, político e mediático, convertendo-se numa problemática de importância nacional e universal que, associada às grandes questões dos dias que correm, se vai tornando referência no imaginário das instituições e da sociedade.

A crescente importância e universalidade das preocupações relativas ao património associa-se, em grande parte, a atitudes de democratização, de cooperação à escala mundial, de revalorização e de defesa do património e traduziu-se, em 1972, na adopção, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciéncia e a Cultura (UNESCO), do texto da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural.

Ultrapassando, claro está, o enfoque da análise do tema central deste artigo, torna-se premente pelo menos um curto apontamento sobre a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural.

Não é possível abordar no âmbito deste trabalho o papel da cooperação internacional e o percurso subjacente a cerca de quarenta e dois anos de história relativa à implementação da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Por isso, do vasto leque de temas limitar-nos-emos a analisar o enquadramento histórico, os pressupostos conceptuais e normativos da Convenção, assim como alguns aspectos mais relevantes, mas necessariamente breves e limitados na sua trajectória, tendo como referência o ponto de arranque e a situação actual.

Em termos resumidos, trata-se de um instrumento de carácter normativo, aprovado pela Conferência Geral da UNESCO que tem como objectivo nuclear a protecção do Património Cultural e Natural, portador de “*valor universal excepcional*”.

Ao analisar o texto da Convenção de 1972 deparei com o preâmbulo que expressa de forma inequívoca propósitos e objectivos que animavam os países fundadores a assegurar a protecção do seu património natural e cultural e que, depois, encorajaram também os que se incorporaram neste projecto nos anos posteriores. Essas páginas falam da necessidade de fomentar a cooperação internacional relativamente à conservação do património cultural e natural do mundo, assim como de promover a participação das populações locais na sua protecção. E, no meio destes desígnios, este documento referia também, a necessidade de incentivar os Estados-Membros a estabelecer planos de gestão e sistemas de monotorização sobre o estado de conservação dos sítios do Património Mundial.

O texto articula-se, entre outros, em torno de dois eixos fundamentais: o conceito de “*Valor Universal Excepcional*”, que deve ser solidamente fundamentado; a necessidade de mobilizar a comunidade internacional para contribuir

eficazmente para a sua protecção, sem esquecer que os bens se encontram sob a soberania do país onde se localizam.

Uma das características mais originais desta Convenção é a de reunir num mesmo documento, noções de protecção da natureza e de preservação de bens culturais.

A Convenção sobre a protecção do património mundial, cultural e natural, continua ancorada na Europa², mas as suas amarras são suficientemente sólidas e com inúmeras ramificações internacionais, quer pelo número de Estados signatários, quer pela sua cobertura geográfica, à escala planetária.

Como é amplamente reconhecido, ao longo do seu percurso a Convenção tem desempenhado um papel meritório, forjando uma forma de solidariedade internacional inédita no âmbito dos bens culturais e naturais mais relevantes para a humanidade, através de muitos exercícios de imaginação e de um labor continuado e persistente. É neste preciso contexto, que se pode entender hoje o papel da UNESCO, cujo pano de fundo em que se circunscreve a sua história é a concepção de espaços e de tempos de colaboração, tendo funcionado como intermediária de distintas formas de comunicação e de informação.

Hoje, a cerca de 42 anos de distância, a Convenção do Património Mundial de 1972, e todo o resultado da sua evolução nas últimas décadas, assim como do seu enriquecimento e alteração de perspectivas conceptuais, metodológicas e normativas, é considerado um paradigma do que constitui um trabalho regular e bem sucedido em benefício da salvaguarda, cooperação e democratização do património mundial.

A prática tem mostrado que a Convenção foi gerando uma notória capacidade de traduzir valores culturais como forma de respeito intercultural e que hoje, mais do que nunca, permite formular as bases de uma ética contemporânea na tarefa colectiva de identificação e de preservação do património, sem abandonar a causa para a qual foi originariamente criada e sem perder de vista a sua coerência e o seu mandato fundacional.

A adesão à Convenção de um grande número de Estados, entre os quais Portugal³, assim como o crescimento constante da lista dos bens classificados como património mundial, comprovam inequivocamente a paulatina importância da protecção e da gestão do património.

É conveniente ter em atenção que os processos físicos e os instrumentos de conservação dos bens inscritos na Lista do Património Mundial melhoraram substancialmente nos últimos anos, mas também não podemos esquecer que existe um vasto património que não se encontra classificado e que também deverá merecer uma atenção e uma protecção adequada.

² O contexto em que foi concebida, aplicada e difundida a maior parte da teoria patrimonial contemporânea é o europeu.

³ Portugal ratificou a sua adesão à Convenção do Património Mundial em 30.09.1980.

Em termos mais gerais, e no âmbito conceptual a que nos estamos a referir, na sociedade hodierna, o conceito de património extravasa o objecto, o tesouro histórico e estético para se situar numa concepção mais ampla e global que inclui, nomeadamente, o contexto físico, social e cultural. Ora, se o património tem um carácter global, é indispensável que essa característica também seja tida em consideração nos seus estudos e na sua gestão.

Este conceito de património evolui desde um conjunto de elementos de valor artístico, histórico e cultural, que devem ser protegidos, para se converter num factor primordial, susceptível de dinamizar e potenciar o desenvolvimento de cidades e de territórios.

Trata-se, acima de tudo, do primado do reconhecimento do valor do património, entendido como referência e compreensão do sentido de pertença e de identidade de uma comunidade.

Por outro lado, as novas perspectivas e abordagens de gestão do património, sobretudo, a relação que se estabelece entre a sua gestão e o aproveitamento produtivo do mesmo, no âmbito do espaço urbano, concedem particular destaque à conexão entre o património e a criatividade, de forma a reposicionar as cidades no panorama nacional e internacional através do desenvolvimento de diversos programas e de estratégias direcionadas para uma dupla dimensão⁴:

- Conceber a cultura e o património como motores do desenvolvimento sócio-económico (aproveitamento cultural e produtivo);
- Redefinir ou criar uma *imagem de marca* (utilização do património como uma ferramenta que permita expressar um conceito representativo e consistente do “*seu todo*”, susceptível de possibilitar um melhor entendimento com as suas diversas audiências).

Acompanhando a evolução do conceito de património, as tendências emergentes da sua gestão não se circunscrevem estritamente no âmbito dos bens culturais singularmente considerados, mas têm também uma expressiva presença nas cidades e em espaços rurais que concebem diversas estratégias de renovação da sua imagem, conferindo especial realce para a coexistência da⁵:

⁴ Para uma visão de conjunto sobre a actual gestão do património, vide a proposta de Celia Martínez Yáñez, “Los Nuevos Planteamientos de la Gestión del Patrimonio Cultural en el ámbito urbano: planes estratégicos y distritos culturales”, in Revista Electrónica de Patrimonio, n.º 1, Diciembre, 2007, p. 2.

⁵ Vide idem, *Los Nuevos Planteamientos de la Gestión del Patrimonio Cultural (...)*, p. 2.

- Gestão criativa e integral do património;
- Correlação da gestão com outras actividades culturais e económicas que devem ser perspectivados de forma articulada, de modo a imprimir uma nova perspectiva cultural, económica, social e identitária a um determinado bem.

Convém ter em atenção que a gestão do património encontra-se, em parte, associada ao desenvolvimento dos serviços das instituições que o tutelam e à estabilização e especialização das equipas de gestão. Como é convicção generalizada, hoje em dia é muito importante gerir de forma profissional e criteriosa o património, para prevenir e evitar os perigos para a integridade e autenticidade física e estética do mesmo, para obter rendibilidade social (cultural e económica), sem colocar em causa a sua sustentabilidade, e para optimizar e aproveitar de forma eficiente, racional e criteriosa todos os recursos associados à preservação do património (recursos humanos, equipamentos, edifícios, orçamentos, etc.). O lado conceito da gestão do património dos nossos dias está, portanto, muito longe da tradicional ideia de um labor norteado pelo voluntarismo, pela intuição e pelo aleatório.

No contexto descrito, a actual forma de encarar a actividade cultural e a gestão do património entrou numa rota de especialização e de profissionalização e os conceitos sócio-culturais da mesma relacionam-se, especialmente, com o território, o património, a economia, a comunicação, a produção artística e o apoio à criação.

De forma sucinta, podemos considerar que estas áreas e a sua ligação, tornaram-se questões prioritárias na actual gestão do património cultural, que longe de concentrar-se nos bens culturais em si mesmos, presta também particular cuidado a aspectos relacionados com a comunicação, a relação entre o legado cultural e a cultura contemporânea, o “marketing”, a criação de novos produtos e serviços de consumo e a atracção do turismo, nas suas distintas tipologias e variantes.

Ao definirmos deste modo os objectivos primordiais da gestão do património, e sem pretendermos aqui definir um modelo, estamos a apontar claramente para um mecanismo mais abrangente que a mera projecção do património no mercado e mais próximo da filosofia das instituições com responsabilidades nesta matéria, que crie as condições propícias à valorização económica do património e à sua gestão mista, ou seja, de índole público e privado.

Neste modelo, a preservação do património e a sua contextualização num âmbito mais amplo, ultrapassa as fronteiras da tutela e deve ser projectada para a sociedade no seu conjunto, incluindo as futuras gerações.

Frente a este universo de usuários que abarca toda a sociedade, no sentido mais amplo possível, a gestão deve conceber-se em função de uma determinada tipologia de usuários, ainda que esta seja muito ampla e heterogénea.

Neste sentido, importa ter em consideração as seguintes vertentes propulsoras⁶:

- Conhecer para *quem* e de que *modo* o património é importante;
- Considerar o carácter polivalente do património (que pode ter distintos tipos de usos compatíveis, pelo que é importante uma relação de usos e usuários, actuais e possíveis do mesmo).

Resulta, pois, incontornável sublinhar que saber quem usa o património e que proveito retira dele é crucial para ordenar esta utilização e garantir o seu proveito futuro.

Por outro lado, a actual gestão do património deve orientar a sua acção e a sua preocupação de acordo com os seguintes princípios:

- Dinamizar;
- Facilitar;
- Promover;
- Estudar;
- Fruir;
- Privilegiar a adaptabilidade em detrimento do conservacionismo;
- Caminhar do sectorial para o global.

A finalidade central deste conjunto de princípios é a de transmitir uma mensagem positiva sobre os valores dos bens culturais, veicular a sua utilidade para os cidadãos, turistas e visitantes e dotar o património de umas potencialidades mais visíveis e duradouras.

Resultado da heterogeneidade dos modelos de gestão e da correlação desejável entre património e outras políticas culturais, é notória a variedade de modelos de gestão do património cultural existentes na actualidade.

No entanto, podemos vislumbrar determinados princípios orientadores convergentes que nos ajudam a perspectivar as principais características da gestão do património urbano, objecto deste trabalho. Poderíamos referir vários as-

⁶ Vide idem, *Los Nuevos Planteamientos de la Gestión del Patrimonio Cultural (....)*, p. 3.

pectos para explicar os elementos fundamentais das práticas de gestão, mas apenas me debruçarei sobre os mais óbvios⁷:

- Construir uma organização do património que permita a sua conservação e valorização;
- Permitir modelos de gestão e protecção mais flexíveis do que os estabelecidos através da legislação em vigor;
- Estabelecer novos vínculos entre património cultural e economia mediante a criação de modelos alternativos de referência que estudem e avaliem, através de diversos indicadores, a relação entre ambos;
- Dinamizar a cooperação entre os distintos agentes e instituições que convergem nas diferentes acções relacionadas com a gestão dos bens culturais (estabelecer vínculos com a iniciativa privada e conceder-lhe um maior protagonismo na gestão dos mesmos);
- Fomentar a participação dos cidadãos e a coesão social, assim como os processos de interpretação e de valorização do património;
- Identificar nascentes recursos patrimoniais e obter o máximo benefício do carácter plural do património (mediante programas e planos que impliquem quer a sua protecção efectiva, quer a sua sustentabilidade económica e cultural);
- Introduzir na difusão e gestão do património as novas tendências culturais da sociedade actual, assim como a utilização das novas tecnologias que ligam o património como herança do passado com os gostos e interesses da sociedade dos nossos dias;
- Perspectivar o património como valor social e económico, constituindo um motor de desenvolvimento de outros sectores da economia da cidade e do território;
- Formular novas metodologias de planificação integrada e criar novas ofertas culturais geradoras de riqueza, como é o caso do turismo.

Com esta nova forma de entender a gestão do património, abrem-se, pois, novas possibilidades para a sua utilização e multiplicam-se os agentes que participam na sua conservação e preservação.

No entanto, isso não deveria significar um esvaziamento das competências das instituições, locais e nacionais com responsabilidades nesta matéria, mas antes o reforço do seu papel no sentido de actuar como facilitadoras e intermediárias desses novos agentes e interesses e de garantir o caráter público, a conservação e a difusão do património.

⁷ Vide idem, "Los Nuevos Planteamientos de la Gestión del Patrimonio Cultural (...), p. 3.

2. Planos estratégicos e distritos culturais

Na renovação da forma de conceber a gestão do património, os *planos estratégicos* e os *distritos culturais*, encaminhados para situar a cultura como um eixo central do desenvolvimento das cidades, ocupam lugar privilegiado, revestido um carácter interdisciplinar.

Muitas são as possibilidades práticas de aplicação de uma estratégia na vertente do património. Um dos mecanismos mais eficazes para responder de forma articulada aos reptos que o mesmo enfrenta são os planos estratégicos.

Entre os principais objectivos dos *planos estratégicos* importa destacar os seguintes⁸:

- A valorização da cultura, no sentido lato do termo, através de um conjunto de actuações, coerentes e articuladas entre si;
- A conservação do património cultural e a conciliação entre tradição, criação e inovação;
- O fomento do acesso às novas tecnologias ou novas formas de criação, produção e consumo cultural, bem como a promoção das produções culturais locais, industriais ou artesanais;
- A correlação entre cultura e comunicação e a cultura e qualidade de vida.

As vantagens destes planos face a outras iniciativas, com finalidades similares, podem sintetizar-se da seguinte forma:

- Permitem um vasto consenso social, necessário para a sua implementação;
- Experimentam uma assinalável persistência no tempo;
- Permitem uma notória flexibilidade e versatibilidade na sua aplicação.

Ainda neste campo, os aspectos básicos que devem ser respeitados na elaboração de um plano estratégico devem ser os seguintes:

- **Diagnóstico**, que consiste no inventário e na análise da situação real da cidade, susceptível de determinar as suas fragilidades, muitas vezes oculistas, e as suas potencialidades;
- **Visão estratégica**, de acordo com uma visão prospectiva sobre a evolução preconizada para a cidade, mediante um conjunto reduzido e objectivo de pressupostos;

⁸ Vide idem, "Los Nuevos Planteamientos de la Gestión del Patrimonio Cultural (...), p. 3.

- **Linhas estratégicas ou estratégias integrais**, entendidas como um vasto leque de vertentes de trabalho a adoptar para alcançar as finalidades previamente definidas.

O próprio projecto deverá prever as bases para a continuidade do Plano Estratégico, identificando indicadores de acompanhamento para cada uma das linhas, assim como os mecanismos de correcção e as responsabilidades dos distintos órgãos.

Convém ter em atenção que o plano deverá potenciar o património não apenas no contexto imediato em que se situa, mas também na globalidade do território em que se insere e onde se produzam efeitos induzidos.

Junto aos planos estratégicos das cidades, outra ferramenta importante são os *distrítos culturais* que se enquadram num contexto mais amplo da dimensão e da análise das cidades e dos territórios. Em termos resumidos, o conceito de distrítos culturais consiste, essencialmente, num processo de desenvolvimento económico alicerçado na cultura.

Como já se afirmou, a ideia de distrito cultural pode aplicar-se a muitas outras actividades produtivas do território turístico e cultural, como um modelo de sinergias entre municípios de uma área determinada, sobretudo de áreas rurais que sejam capazes de encontrar um projecto comum de desenvolvimento local sustentado.

Para que a existência numa cidade de pequenas empresas e agentes que se ocupem da vertente económica do património possa ser considerada um *distríto cultural*, e para que alcance os melhores resultados, devem respeitar-se uma série de características, de entre as quais destacamos as seguintes:

- A existência de um conjunto considerável de actividades e de pequenas empresas económicas que se relacionem entre si e que valorizem a vertente económica do património;
- A imagem da cidade deverá ser apreendida como um activo essencial e como um capital simbólico, do qual os elementos mais relevantes são os relacionados com o património, de modo a potenciar o seu valor e a imprimir uma pujante visibilidade;
- O modelo configurado pelos valores patrimoniais e pelos agentes neles implicados deverá ser capaz de criar emprego e riqueza, adoptando um sistema de desenvolvimento local ancorado na cultura.

Os aspectos de síntese mais salientes da gestão cultural e patrimonial no seio dos distrítos culturais e dos planos estratégicos são os seguintes:

- Permitem centrar os esforços num contexto muito mais amplo, no qual o património e a cultura actuam como indutores de novos sectores económicos e de indústrias culturais, como o ponto de encontro entre a economia, a cultura e a sociedade;
- A gestão cultural tende a fomentar a interacção existente entre património e cultura com outros sectores económicos emergentes, nomeadamente as tecnologias da informação e comunicação, a publicidade, a construção, as actividades de restauração, etc., sem esquecer o mecenato na área do património;
- Melhorar a percepção da cidade e do património como um factor de desenvolvimento económico dirigido pelos aspectos culturais, que devem ser geridos de forma articulada por agentes económicos, não económicos e institucionais, combinando a capacidade para gerar novas indústria e produtos culturais com a sua conservação.

3. A difusão do património

Passemos, agora, a abordar esta problemática desde a perspectiva da difusão do património, que é, aliás, uma das alavancas da sua gestão.

Convém ter em atenção de que se trata de uma questão estratégica porque permite converter o objecto patrimonial em produto patrimonial e estabelecer o indispensável vínculo entre o património e a sociedade.

Ainda neste campo, resulta interessante analisar a difusão do património, entendida como gestão, cultural e mediadora, entre o património e a sociedade.

GESTÃO: Visto que pressupõe un processo complexo que abarca: documentar, valorizar, interpretar, manipular, produzir e divulgar (não apenas o objecto em si, mas sobretudo um modelo comprehensível e assimilável de determinado bem, na sua relação com o seu passado histórico e o seu meio presente).

CULTURAL: Porque se trata de obra do HOMEM, do passado ou do presente, que convive e tem influência no cidadão dos nossos dias, constituindo parte da sua história e, portanto, da sua identidade.

MEDIADORA: Já que requer uma técnica e um suporte material independente do objecto e alheia ao receptor.

Neste esquema da dinâmica da gestão patrimonial, observamos que as várias relações da difusão assumem, basicamente, uma múltipla vertente, com vista a permitir condições de acessibilidade à fruição do património por parte da sociedade e a facilitar a transferência de conhecimento.

De entre as estratégias a que a difusão presta particular atenção, a sensibilização da sociedade é, por certo, a que melhor pode corresponder à sua finalidade última, pretendendo chamar a atenção para conceitos de fragilidade (o património encontra-se vulnerável a muitas ameaças e vicissitudes e a sua destruição apresenta, por vezes, perdas irreparáveis), pertença (o património pertence à sociedade) e perdurabilidade (o património deve ser legado às gerações futuras).

4. Um breve olhar sobre o património de Vila Viçosa

O contexto acima descrito sugere que a conservação dos bens patrimoniais do concelho de Vila Viçosa deverá constituir um desígnio prioritário e que um mecanismo integral de gestão é uma das mais importantes ferramentas ao serviço das instituições que tutelam o património, permitindo dotá-las de um verdadeiro sentido de propósito, de direcção e de consecução, de forma a poder intervir eficazmente perante situações inesperadas e a adoptar as medidas correctoras necessárias.

O conjunto de reflexões, os tópicos e os princípios orientadores constantes do presente documento, baseado na experiência do autor, na informação relevante recolhida e na análise dos documentos e da literatura sobre esta problemática, pretendem constituir um contributo para a elaboração do modelo de gestão do património local.

Nesta conformidade, é necessário mitigar o risco da perda de autenticidade e integridade do conjunto urbano, arquitectónico e artístico de Vila Viçosa, bem como da alteração de alguns dos seus elementos históricos constitutivos, características e sítio de memória, assim como as pressões a que está submetido o património na actualidade, nomeadamente a evolução da vida social e humana e as concepções de progresso que valorizam o efémero e o transitório e que provocam a sua paulatina e constante deterioração.

De acordo com os pressupostos acima expostos, é, pois, imperioso conceber um Plano de Gestão que contemple a visão global e configure a ação conjunta entre a administração municipal e a população de Vila Viçosa, alicerçado no propósito de que o futuro desta localidade está no seu património, que a sua preservação passa necessariamente pela colaboração entre as partes implicadas e que é possível conjugar tradição e modernidade.

Enfim, é fundamental promover o desenvolvimento de instrumentos que garantam a investigação, a conservação e a aposta no valor das várias vertentes do património de Vila Viçosa e permitam consolidar uma adequada gestão.

Por outro lado, parece-nos oportuno apresentar uma breve símula dos valores patrimoniais de Vila Viçosa, com base no documento de inclusão de Vila Viçosa na lista indicativa dos bens portugueses candidatos a património mundial da UNESCO (Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2008). Por isso, seleccionámos os que nos parecem mais significativos, em função das fontes, dos estudos disponíveis e da sua singularidade e autenticidade.

A identidade local bebeu de muitas fontes. Fomos, ao longo da história, receptores e emissores de cultura; temos as nossas raízes na Península Ibérica e na Europa. Por outras palavras, devemos encontrar a nossa personalidade e a nossa identidade numa rede de muitas malhas.

Neste sentido, o património histórico, cultural, artístico, urbanístico e arquitectónico de Vila Viçosa é uma herança extraordinária que resulta de circunstâncias históricas excepcionais e de momentos significativos da História de Portugal.

No que concerne ao *ambiente cultural e artístico*, a “vila ducal é um dos locais mais importantes do reino no século XVI”⁹ e um centro de projecção de poder, como seria certamente a Casa e “Estado” de Bragança, desempenhando em momentos cruciais da vida de Portugal uma importante função política, cultural e social, o que teve uma influência formadora sobre as evoluções posteriores. A vila paçã está directa e materialmente vinculada à tradição humanística e cultural dos séculos XVI e XVII, sendo o “berço” da emergência da cultura humanística em Portugal.

Acresce que a vila calipolense foi sede da “corte de província” da dinastia dos Braganças e foi um palco privilegiado de desenvolvimentos ideológicos, culturais e literários e o principal centro de estudos virados para a música, a literatura e a arte.

Por outro lado, a “Casa de Bragança constitui um fervoroso e indefectível centro de afirmação dos valores patrióticos e da memória e identidade nacionais, assumindo-se como foco da exitosa conspiração contra o domínio filipino, que triunfou no 1.º de Dezembro de 1640”¹⁰.

Em síntese, esta vila alentejana criou um contexto sociológico gerador de hibridismos culturais, com especial destaque para a arte, a música, a ciência e a religião.

Todas estas razões tornam verdadeira a expressão metafórica que considera esta vila alentejana a “vila ducal”, numa aliança que se manteria ao longo dos tempos.

Sob o ponto de vista da singularidade da formação e do reordenamento da forma urbana, esta vila alentejana pode ser considerada “o primeiro exemplo na Península Ibérica, apenas seguido pela via de Lerma, em 1601, e talvez na Europa de uma perfeita vila ducal renascentista”¹¹

⁹ Veja-se Manuela MENDONÇA, *A Casa de Bragança: Uma Corte Alternativa?*, in Actas das I Jornadas de História de Vila Viçosa, Lisboa, 2005, p. 53.

¹⁰ Licínio LAMPREIA, (Coordenação), *documento de inclusão de Vila Viçosa na lista indicativa dos bens portugueses candidatos a património mundial da UNESCO*, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2008, p. 17.

¹¹ Rafael MOREIRA, *Uma Cidade Ideal em Mármore: Vila Viçosa, a primeira corte ducal do renascimento português*, in Monumentos N.º 6, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997, p. 50.

Esta vila foi o primeiro local em Portugal, e um dos primeiros na Europa, em que as ideias urbanísticas do Renascimento italiano foram postas em prática, em consonância com os princípios expostos por Alberti, seguindo a poucos anos de distância o pioneirismo de Pienza.

Vila Viçosa foi uma das primeiras vilas concebida e construída unicamente como sede de uma “*corte ducal*” do Renascimento português, de forma original e por vontade política.

A especificidade das transformações e expansões urbanísticas, com particular destaque para a forma urbana que adquiriu na passagem de burgo medieval para vila aberta e moderna, constitui uma verdadeira refundação ducal e renascentista e uma notável exceção na história urbana portuguesa. Apresenta um traçado regular dos mais raros de Portugal, constituindo um notável exemplo de urbanismo erudito e geométrico.

A expansão do Estado Novo (1940-43), outra significativa intervenção e modernização urbanística, cujo aspecto mais relevante consistiu na expansão da Praça da República, transformada em grandiosa alameda.

Estes factos sugerem que Vila Viçosa sofreu várias operações de transformação urbanística, alicerçadas todas elas no rigor e na geometria, constituindo um espaço urbano que sintetiza diferentes formas de urbanismo.

Podemos atestar a similitude em termos de simetria que existe em tais intervenções, o que constitui um rasgo muito característico e distintivo das transformações urbanísticas que experimentou Vila Viçosa.

Esta simetria, que subjaz em vários passos do discurso do Arquitecto Manuel Teixeira, encontra-se presente na povoação da alcáçova, no arrabalde medieval, na expansão quinhentista e na obra do Estado Novo.

O tecido urbano e as tipologias arquitectónicas do centro histórico conservam-se perfeitamente, mostrando os máximos exemplos da estratégia urbanística e arquitectónica ducal.

Na vertente do **património arquitectónico**, o Palácio Ducal constitui o principal motivo de interesse dos visitantes que procuram Vila Viçosa, representando um núcleo singular, entre todos os palácios portugueses, pela riqueza da sua história e dos seus valores arquitectónicos e artísticos. Trata-se do primeiro palácio renascentista do país, senão da Península Ibérica, e representa um dos mais importantes conjuntos arquitectónicos e artísticos de Portugal, constituindo um modelo arquitectónico indispensável para a compreensão de uma tipologia da arquitectura civil dos séculos XVI e XVII: o Palácio.

Os edifícios foram objecto de uma rigorosa atenção nas suas interrelações com o contexto urbano; não tratados isoladamente, mas articulados e inseridos no tecido unitário da vila. Cada monumento tende, de facto, a constituir-se co-

mo elemento de um conjunto concebido como um todo e inserido de forma harmoniosa na envolvente urbana.

Se o património arquitectónico pode ser considerado um vector fundamental, é importante ter em conta a singularidade dos programas decorativos, com especial destaque para a utilização do mármore na arquitectura (com a sua pureza de linhas clássicas sublinhada pelo revestimento marmóreo), para os detalhes decorativos e para a cantaria, passando pela decoração a fresco e azulejo dos interiores.

Um dos mais ricos acervos de pintura mural de fresco e têmpera que se encontra na paisagem artística portuguesa é, certamente, o que subsiste em Vila Viçosa, tanto no seu majestoso Paço Ducal, como em outros edifícios religiosos e aristocráticos. Como escreveu o Prof. Doutor Vítor Serrão, “*trata-se de um notável conjunto pictórico, quase todo datável do século XVII, maioritariamente fiel aos cânones estéticos do Maneirismo italianoizante*”¹².

Por razões religiosas e históricas bem conhecidas, Vila Viçosa constitui um modelo exemplar de vocação e influência religiosa. Como é evidente, a principal singularidade situa-se ao nível da Igreja de Nossa Senhora da Conceição que adquiriu uma importância única, a nível nacional, quando em 1646 é declarada solenemente pelo rei D. João IV, em decisão tomada em Cortes, “*solar da Padroeira de Portugal*”. Além de Padroeira, Nossa Senhora da Conceição é considerada doravante Rainha de Portugal.

Relegando agora para primeiro plano a componente do património geológico, nesta vila o mármore está omnipresente, evidenciando uma excepcional continuidade histórica da indústria do mármore, que remonta à época romana. As várias reestruturações de Vila Viçosa, o volume e a qualidade dos edifícios, onde domina o tom branco, evidenciam a proliferação deste produto natural, assim como uma secular tradição e inovação na arte de trabalhar o mármore. Trata-se de um recurso geológico que apresenta características naturais e duradouras únicas e irreprodutíveis, com diversas variedades e versatilidade de aplicações.

No que tange ao património natural e paisagístico, a singularidade do ordenamento da paisagem de Vila Viçosa, segundo a Prof.^a Doutora Aurora Carapinha (II Jornadas do Património de Vila Viçosa – 2004) ocupa no panorama português uma posição de destaque, não só pela complexidade do processo, como também pela unidade que o mesmo apresenta, que vai desde o jardim à paisagem. Ao esboçar os valores naturais e paisagísticos é importante inseri-los no contexto de prevalência de uma política de ordenar o espaço exterior, numa estética muito renascentista da cidade na sua relação directa com o campo, dando

¹² Vítor SERRÃO, *A Pintura Fresquista à sombra do Mecenato Ducal*, in *Monumentos* N.º 6, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997, p. 15.

aos dois elementos uma notória continuidade. Vila Viçosa é também importante porque podemos estar perante o primeiro exemplo de um ordenamento da paisagem, um espaço que se organiza para viver a cidade e para se viver da cidade.

Referências bibliográficas

- CARAPINHA, Aurora, *Os Vergéis do Paço Ducal*, in Monumentos N.º 6, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997.
- CUNHA, Mafalda Soares da, *Redes clientelares da Casa de Bragança, 1560-1640*, Tese de Doutoramento em História Económica e Social Moderna, Universidade de Évora, Évora, 1997.
- ESPANCA, Joaquim José da Rocha, 1983. *Memórias de Vila Viçosa*. Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa.
- ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal IX Distrito de Évora, concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, 2 tomos, Lisboa, Academia de Belas-Artes, 1978.
- FERNANDES, José Manuel, *A Cidade de Mármore*, in Callipole N.º 12, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004.
- LAMPREIA, Licínio Rocha Cardoso (Coordenação), *Documento de inclusão de Vila Viçosa na lista indicativa dos bens portugueses candidatos a património mundial da UNESCO*, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2008.
- MANIQUE, António Pedro e PROENÇA, Maria Cândida, *Didáctica da História – Património e História Local*, Texto Editora, Lda., Lisboa, 1994.
- MARGAÇA, Carlos, *Os Forais de Vila Viçosa, Uma Tentativa de Comparação*, in Actas das Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa, Lisboa, 2005.
- MENDONÇA, Manuela, *A Casa de Bragança: Uma Corte Alternativa?*, in Actas das Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa, Lisboa, 2005.
- MOREIRA, Rafael, *Uma Cidade Ideal em Mármore: Vila Viçosa, a primeira corte ducal do renascimento português*, in Monuments N.º 6, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997.
- SERRÃO, Vítor, *A Pintura Fresquista à sombra do Mecenato Ducal*, in Monuments N.º 6, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997.
- SERRÃO, Vítor, *Giraldo de Prado, Cavaleiro-Pintor do Duque de Bragança D. Teodósio II*, in Callipole N.º 12, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004.
- TEIXEIRA, José, *O Paço Ducal de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança.
- TEIXEIRA, Manuel C., *Vila Viçosa, Cidade Erudita*, in Callipole N.º 12, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004.
- YÁÑEZ, Celia Martinez, "Los Nuevos Planteamientos de la Gestión del Patrimonio Cultural en el ámbito urbano: planes estratégicos y distritos culturales", in Revista Electrónica de Patrimonio, n.º 1, Diciembre, 2007.



O IMPACTE DAS PEDREIRAS INACTIVAS NA FAUNA, FLORA E VEGETAÇÃO DA ZONA DOS MÁRMORES: PROBLEMA OU BENEFÍCIO?

David Germano¹, Luís Lopes^{1,2,3}, Carlos Pinto Gomes^{1,4,5},
António Pedro Santos^{1,4,5} e Ruben Martins^{1,2}

Resumo

Nos concelhos de Vila Viçosa, Borba e Estremoz a indústria extractiva e transformadora do mármore desempenha um importante papel no desenvolvimento económico nesta região conhecida por Zona dos Mármores (ZM). É impossível visitar qualquer dessas localidades sem se reparar na presença das inúmeras pedreiras a céu aberto que marcam a paisagem. Na ZM os indícios de extração do mármore remontam à época romana, mas foi no início do século XX que se implementou e cresceu definitivamente. Como tal, não será difícil imaginar a forte proliferação de pedreiras que ocorreu desde então. Refletindo sobre os prós e contras que uma indústria desta dimensão traz para a região é expectável que, a certa altura, surjam as importantes e atuais questões relacionadas com o ambiente. É um facto que muitas das pedreiras abertas ao longo do tempo se encontram inativas há décadas, não se observando quaisquer tentativas de reabilitação ambiental das áreas ocupadas. Tendo em conta essa realidade, torna-se compreensível questionar acerca dos impactes sobre os habitats naturais e semi-naturais e respetiva biodiversidade existentes nessas áreas. No entanto, até há pouco tempo a informação acerca das comunidades faunísticas e flo-

¹ Universidade de Évora; ²Departamento de Geociências – Escola de Ciências e Tecnologia;
³Centro de Geofísica de Évora (CGE); ⁴Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento – Escola de Ciências e Tecnologia; ⁵Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas (ICAAM).

rísticas presentes nesses locais era praticamente inexistente. O presente artigo dá a conhecer algumas das considerações e conclusões de um estudo recente que teve como objetivo avaliar a evolução da recuperação ecológica em várias pedreiras inativas distribuídas pelos concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa. Tal estudo centrou a atenção nas aves (avifauna), na flora e na vegetação, selecionadas como indicadores de resiliência em pedreiras inativas. Revela que as pedreiras inativas e a natureza envolvente formam uma paisagem em mosaico que beneficia e promove a diversidade da avifauna assim como o desenvolvimento de novos biótopos (distintas áreas dentro de um mesmo habitat), contribuindo ainda para uma maior variedade de comunidades vegetais, que podem ir desde a vegetação característica de habitats rochosos até às comunidades dependentes de habitats aquáticos ou higrófilos providenciados por várias dessas pedreiras. De acordo com os autores do estudo, a elevada diversidade paisagística poderá ser potenciada pelo desenvolvimento de projetos que apliquem medidas de reabilitação, gestão e monitorização adequadas.

Abstract

The mining and processing of marble industry plays an important role in economic development in the Vila Viçosa, Borba and Estremoz counties, region known as the Marble Zone (MZ). It's impossible to visit any of these locations without noticing the presence of numerous open quarries highlighting the landscape. The extraction of the marble back to Roman times, but it was only in the early twentieth century that was implemented and definitely grew. So, isn't difficult to imagine the strong proliferation of quarries that has occurred since then. Reflecting on the pros and cons that an industry of this size brings to the region is expected that, at some point arise the important and current issues related to the environment. It is a fact that many of the quarries over time lie dormant for decades, not observing any attempts or environmental rehabilitation of the affected areas. Given this reality, it becomes understandable the question about the habitats and biodiversity impacts existing in these areas. However, until recently the information about the floristic and faunistic communities present in these locations was virtually non-existent. This article sets forth some of the considerations and conclusions of a recent study that aimed to evaluate the evolution of ecological recovery in many inactive quarries distributed by counties Estremoz, Borba and Vila Viçosa. This study focused attention on the birds, flora and vegetation, selected as indicators of resilience in inactive quarries. Reveals that the inactive quarries and surrounding nature forming a landscape mosaic that benefits and promotes the diversity of birdlife as well as the development of new biotopes (distinct areas within a habitat), thus contributing to a greater variety of plant communities, which may range from the characteristic vegetation of rocky habitats to communities dependent on aquatic or hygrophilous habitats provided by several of these quarries. The high landscape di-

biversity may be enhanced by the development of projects that implement rehabilitation, management and monitoring measures.

Introdução

O World Business Council for Sustainable Development (2011a), refere que a extração de matérias-primas da crosta terrestre provoca impactes inevitáveis sobre a natureza, uma vez que a remoção dos solos e as alterações na topografia afetam inevitavelmente os ecossistemas locais e as bacias hidrográficas. Também Oliveira (2008a) afirma que as atividades extractivas a céu aberto levam à destruição do solo, da vegetação e, consequentemente, da fauna. Segundo o mesmo autor, as superfícies rochosas de grande declive e sem solo dificultam a fixação de vegetação, prejudicando a sua regeneração espontânea. O clima mediterrânico, característico da região que acolhe a ZM, também contribui para o agravamento dos problemas referidos, já que a ele se associam constrangimentos ambientais tais como a escassez hídrica e as elevadas temperaturas estivais (Oliveira, 2008a).

A observação de uma pedreira ou qualquer outro local de exploração a céu aberto, permite perceber facilmente que tal atividade interfere com a qualidade dos meios físicos e ecológicos dos locais explorados. Segundo Moura *et al.* (2007), os principais impactes ocorrem ao nível:

- da geologia (impacte significativo e irreversível dada a finitude do recurso geológico, não renovável à escala humana);
- do solo (ao nível do uso, das características físico-químicas e biológicas, da organização das camadas, estrutura e textura);
- da hidrologia (alteração da drenagem superficial, possibilidade de contaminação por partículas sólidas e hidrocarbonetos, alteração dos caudais de águas subterrâneas, possível contaminação dos aquíferos por óleos e hidrocarbonetos);
- dos ecossistemas, da fauna e da flora (eliminação/alteração de biótopos, dispersão de comunidades faunísticas, alterações comportamentais da fauna, eliminação/redução do coberto vegetal, dificuldades na regeneração natural da vegetação);
- da paisagem (criação de escombreiras, depósitos de lamas, crateras e edificação de infraestruturas);
- das poeiras, do ruído e das vibrações (contaminação temporária do ar por partículas sólidas, poeiras e gases; vibrações e poluição sonora que podem afetar a fauna residente).

Vários dos impactes acima descritos confirmam-se na ZM, já que uma primeira observação em diversos locais de extração aponta para efeitos consideráveis sobre os habitats e sobre a biodiversidade.

Um dos principais problemas decorrentes do abandono de pedreiras na ZM é a possível deterioração da qualidade da água devido à contaminação do aquí-

fero Estremoz – Cano, que o Instituto da Água, IP (2001) inclui na classe de vulnerabilidade V1, correspondente a um “risco alto” de contaminação (Midões *et al.*, 2006). Outro problema que aparenta resultar do abandono de pedreiras na ZM é a ocupação, erosão e degradação dos solos, o que associado aos constrangimentos ambientais do clima mediterrânico pode contribuir para o declínio da vegetação e da fauna autóctones e dificultar o estabelecimento de nova vegetação, complicando a recuperação natural dos ecossistemas (Pascual *et al.*, 2000; Afonso, 2011). Aos problemas já mencionados junta-se o impacte visual e paisagístico causado pelas escombreiras e cavidades das pedreiras inactivas, formando relevos artificiais, respectivamente positivos e negativos, com flancos pronunciados e altamente contrastantes com a topografia regional.

Ainda assim, existe a possibilidade de que a inatividade prolongada de pedreiras na ZM tenha resultado em impactes positivos, tais como a criação de novos biótopos e habitats para espécies que habitualmente não se encontrariam nesses locais. De facto, muitos investigadores afirmam que as pedreiras não são, necessariamente, um fator limitante para a biodiversidade. Por exemplo para Lucas *et al.* (2011), a paisagem resultante de explorações como as pedreiras pode providenciar uma variedade de oportunidades para a vida selvagem, mesmo nas áreas mais ativas.

Quanto aos impactes negativos mencionados anteriormente, na sua maioria podem ser mitigados através do desenvolvimento e execução de planos de recuperação/reabilitação que podem resultar em benefícios ambientais e sociais significativos, se aplicados com eficácia (WBCSD, 2011a) e após comprovação da sua viabilidade económica.

Reabilitação ecológica de pedreiras inactivas em países mediterrânicos

Em Portugal, a reabilitação ambiental de pedreiras inactivas é uma realidade pouco enraizada, ao contrário do que sucede em países como a Alemanha, a França, o Canadá ou a Nova Zelândia, para citar alguns dos mais experientes (consultar Brodkom, 2000; WBCSD, 2009a; *Canadian Land Reclamation Association/Association Canadienne de Réhabilitation des Sites Dégradé*). Na verdade, esta é uma lacuna recorrente em grande parte dos países de clima mediterrânico, no entanto, no sentido de contrariar esta realidade tem-se desenvolvido e levado a cabo diversos estudos pioneiros. O projeto de “Eco-Recuperação de Pedreiras – um esquema integrado envolvendo a Extremadura e o Alentejo, realizado no longínquo ano de 1993, foi seguramente uma das primeiras abordagens aos problemas ambientais causados pela indústria extractiva de mármores no Alentejo e de granitos em Espanha. O referido estudo contou com a participação da Universidade de Évora através do Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento e do Departamento de Geociências em colaboração com a Universidade da Extremadura. Na altura realizou-se uma plantaçao piloto no flanco SW de uma escombreira na zona das Cabanas, Vila Viçosa, de onde se concluiu que havia um elevado potencial de colonização de gramí-

neas como o talha-dente (*Piptatherum miliaceum*), palha-da-Guiné (*Hyparrhenia hirta*) e braquipódio (*Brachypodium phoenicoide*).

Já no Século XXI, o projeto ECOQUARRY, teve como principal objetivo a implementação à escala real das últimas novidades em restauração ambiental de pedreiras em condições mediterrânicas (Peiró & Calzada, 2006; Oliveira, 2008b; ECOQUARRY, 2004-2007).

No que diz respeito a parâmetros como a flora e vegetação já existem casos de sucesso em que foi possível integrar pedreiras na paisagem natural, quer a nível nacional quer internacional. Como exemplos apontam-se dois casos em Espanha, um na Catalunha (no âmbito do projeto ECOQUARRY), em que se conseguiu reabilitar 20% da área afetada através da revegetação com espécies autóctones e da promoção da sucessão natural da flora (WBCSD, 2010) e outro em Málaga, onde se conseguiu a restauração completa da floresta e dos matos típicos mediterrânicos através da revegetação com espécies autóctones (como a azinheira, o carrasco, a oliveira, o alecrim, o tomilho ou a esteva), o que possibilitou a recuperação de condições naturais, fator importante na promoção do aumento da biodiversidade e do valor ecológico (WBCSD, 2009b).

Relativamente à recuperação ou promoção da diversidade faunística, nomeadamente da avifauna, também existem casos em que através da recuperação ecológica de pedreiras se obtiveram bons resultados. Por exemplo, no sudeste de França a reabilitação de uma pedreira localizada numa área de migração com grande interesse ecológico conduziu à criação de um “ecopólo”, posteriormente constituído sítio Rede Natura 2000 (WBSCD, 2009c), e numa pedreira em Toledo (Espanha) criaram-se habitats específicos para a avifauna aquática, resultando num incremento considerável deste tipo de espécies (WBSCD, 2009d).

Também em Portugal se encontram casos de sucesso, como os que ocorreram em pedreiras localizadas no Parque Natural da Arrábida (dominado pela floresta mediterrânea), onde se procedeu à restauração da paisagem com o objetivo de se gerir e promover a ocupação da fauna, na qual se destacam espécies como a Felosa-do-mato (*Sylvia undata*), Melro-de-peito-branco (*Turdus torquatus*) ou Melro-azul (*Monticola solitarius*) (WBSCD, 2011b). À semelhança dos casos anteriores, também aqui se utilizaram espécies autóctones de modo a recriar os habitats mediterrânicos.

Todos os casos relatados anteriormente constituem exemplos muito úteis e importantes por ocorrerem em regiões que se assemelham bastante à ZM, tanto ao nível do clima como ao nível da vegetação.

O caso das pedreiras inactivas da zona dos mármores

Para planear e executar um projeto que consiga retornar um ecossistema degradado à situação original, tendo em vista a sua recuperação, é essencial conhecer o real estado ecológico das zonas degradadas, tal como as condições de referência. Porém, o conhecimento acerca da real situação ecológica das pedrei-

ras inativas da ZM é escasso e/ou desatualizado. O estudo desenvolvido por Germano (2013) constitui a base para o presente artigo. Este trabalho contribui para o aumento de informação sobre a situação ambiental e estado da biodiversidade nesses locais. Estes dados poderão ser importantes para futuros projetos de recuperação/reabilitação ambiental. A investigação realizada em doze pedreiras inativas selecionadas na ZM (distribuídas pelos concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa), centrou-se em três parâmetros específicos que foram utilizados como indicadores do estado ecológico desses locais: a flora, as comunidades vegetais e a avifauna. Através da análise destes indicadores – a diversidade, a dinâmica e o potencial no caso da vegetação; a abundância e diversidade no caso da avifauna – pretendem-se obter informações acerca do processo de recuperação ecológica natural nessas pedreiras.

Caracterização das pedreiras analisadas

Nas pedreiras escolhidas para análise da avifauna e vegetação, facilmente se distinguem duas áreas: uma zona de extração propriamente dita (cavidade) e uma zona periférica onde se situam as oficinas, instalações sociais e outras infraestruturas de apoio, que se mantêm erguidas na maior parte das pedreiras analisadas. Trata-se de explorações a céu aberto nas quais se optou pelo desmonte em poço, tal como é habitual na ZM.

A Tabela I apresenta uma descrição paisagística de cada uma das pedreiras, no que diz respeito ao tipo de biótipos e ao nível de perturbação antrópica, apenas baseada na observação direta.

Tabela I – Breve descrição paisagística das doze pedreiras inativas analisadas. É referida a tipologia de biótopos presentes e ponderado o nível de perturbação antrópica. Adaptado de Germano, 2013.

PEDREIRA	ÁREA ANALISADA (ha)	TIPO DE BIÓTOPO	NÍVEL DE PERTURBAÇÃO
1	≈ 7	Terrestre e aquático	Pouco perturbada
2	≈ 4	Terrestre e aquático	Pouco perturbada
3	≈ 4	Terrestre e aquático	Pouco perturbada
4	≈ 1	Maioritariamente aquático	Relativamente perturbada
5	≈ 1	Maioritariamente aquático	Relativamente perturbada
6	≈ 1	Maioritariamente aquático	Relativamente perturbada
7	≈ 3	Exclusivamente terrestre	Pouco Perturbada
8	≈ 7	Terrestre e aquático extenso	Pouco perturbada
9	≈ 5	Maioritariamente aquático	Perturbada
10	≈ 2	Exclusivamente terrestre	Sem perturbação (isolada)
11	≈ 5	Terrestre e aquático	Sem perturbação (isolada)
12	≈ 7	Terrestre e aquático extenso	Sem perturbação (isolada)

Quanto a efeitos resultantes de alguns impactes ambientais já referidos, observaram-se alterações estruturais na geologia e no solo, ocupação do solo e acumulação de resíduos sob a forma de material rochoso (escombeiras), maquinaria/engenhos ou infraestruturas de apoio, destruição, alteração e/ou criação de biótopos, redução do coberto vegetal e possível dificuldade na sua regeneração natural, alterações comportamentais da fauna e outros efeitos sobre a biodiversidade e evidentemente, alterações no aspetto paisagístico (Fig. 1).



Figura 1 – Cavidade atualmente em exploração por duas empresas que em setembro de 2013 se encontra com oitenta e cinco metros de profundidade. Repare-se como no espaço onde se desenvolve regularmente a atividade extractiva não é possível a fixação de qualquer planta, no entanto nos patamares, ainda que de reduzidas dimensões, dos pisos já explorados é possível ver um coberto vegetal incipiente. Registe-se que no inverno de 2012/2013 a pedreira mais profunda esteve com laboração suspensa e o nível freático subiu até quase atingir o patamar correspondente à pedreira menos profunda. Nas pedreiras ativas são usuais e frequentes os bandos de Pombo-das-rochas (*Columba livia*) que ai encontram condições óptimas para nidificarem. Fotografia de Luís Lopes.

Apesar de existirem pedreiras ativas próximas da maior parte dos locais analisados, estes demonstraram ser pouco perturbados/afetados por ruídos, vibrações ou poeiras. Como o tempo de inatividade varia entre as pedreiras analisadas, estas foram organizadas em três grupos: no Grupo I reuniram-se pedreiras inativas há menos de 10 anos, no Grupo II reuniram-se pedreiras inativas num período entre 10 a 22 anos (inclusive) (Fig. 2), e no Grupo III reuniram-se pedreiras inativas há mais de 22 anos (Fig. 3).



Figura 2 – Uma das pedreiras analisadas, inativa num período entre 10 a 20 anos. Destaca-se a vegetação aquática, bem desenvolvida. No entanto, o coberto vegetal ainda se encontra pouco desenvolvido nas escarpas mais íngremes e zonas mais pedregosas. Fotografia de David Germano.



Figura 3 – Uma pedreira inativa há mais de 22 anos. A recuperação do coberto vegetal é bem visível, mesmo nas áreas mais pedregosas e nas escarpas mais íngremes. Este local proporciona um excelente biótopo aquático, quer para a avifauna, quer para as comunidades vegetais. Na fotografia podemos ver uma borrazeira-branca (*Salix salviifolia* subsp. *australis*), acompanhada por caniçais de *Phragmites australis* e tábuas-estreitas (*Typha angustifolia*) e juncais representados pelo junco *Scirpoides holoschoenus*, dos quais se falará mais à frente. Fotografia de David Germano.

Principais considerações e conclusões sobre os resultados do estudo

A influência das pedreiras inativas na Avifauna

No que diz respeito às espécies identificadas, apesar de se poder dizer que são as esperadas para a região, tendo em conta o conjunto de biótopos e habitats disponíveis, ao que tudo indica, as pedreiras analisadas e as áreas envolventes parecem albergar uma grande diversidade de aves. Durante o estudo foram identificadas cinquenta e três espécies, das quais seis têm o estatuto de espécie quase ameaçada, de acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (2005). São elas a Águia-calçada (*Aquila pennata*), a Águia-cobreira (*Circaetus gallicus*), o Picanço-barreteiro (*Lanius senator*) (Fig. 4), o Andorinhão-real (*Apus melba*), o Papa-moscas-cinzento (*Muscicapa striata*) e o Rouxinol-domato (*Cercotrichas galactotes*). Uma, o Chasco-ruivo (*Oenanthe hispanica*), tem o estatuto de espécie vulnerável segundo o mesmo documento. Algumas dessas espécies, como a Águia-calçada e a Águia-cobreira são consideradas aves de interesse comunitário cuja conservação requer a designação de zonas de proteção especial, encontrando-se abrangidas pelo Anexo A-I da Diretiva Aves, juntamente com outras das espécies identificadas como o Guarda-rios (*Alcedo atthis*), a Cotovia-dos-bosques (*Lullula arborea*) e a Felosa-do-mato (*Sylvia undata*). Na verdade, a maioria das espécies do elenco é fauna estritamente protegida, de acordo com Anexo II da Convenção de Berna.

O elenco de aves identificadas é constituído por espécies características dos mais variados biótopos ou habitats, locais que, na maior parte das vezes, não se associam diretamente a áreas dominadas por pedreiras ou outros locais relacionados com a atividade extractiva. Por exemplo, do elenco fazem parte algumas espécies características de áreas agrícolas, o que não é surpreendente devido ao rápido desenvolvimento do estrato arbustivo ocorrido nas pedreiras inativas. À semelhança do descrito num estudo à avifauna nidificante em montados de sobreiro e azinho (Cardoso *et al.*, 2002), foram identificadas espécies de carácter residente como a Milheirinha (*Serinus serinus*), o Melro (*Turdus merula*), o Chapim-azul (*Parus caeruleus*) ou a Toutinegra (*Sylvia melanocephala*). Foram também identificadas espécies como a Carriça (*Troglodytes troglodytes*) ou o Rouxinol (*Luscinia megarhynchos*), que geralmente preferem áreas de matagal denso, galerias ribeirinhas ou manchas florestais com rios associados (Godinho *et al.*, 2010), e que encontram um bom habitat de substituição na conjugação de biótopos aquáticos e florestais proporcionados pelas pedreiras. A presença de espécies como a Alvóela-branca (*Motacilla alba*) (Fig. 5), o Rouxinol-do-mato (*Cercotrichas galactotes*), o Chasco-ruivo (já referido) ou o Melro-azul (*Monticola solitarius*) (Fig. 5), identificadas exclusivamente nas antigas zonas de extração de material rochoso e que, geralmente, são espécies associadas a leitos de rios e ribeiras dominados por rochas e escassa vegetação emergente enraizada (Godinho *et al.*, 2010), também encontraram nestas pedreiras um bom habitat alternativo.

Efetivamente, a riqueza demonstrada em termos de avifauna é uma indicação da existência de um processo de recuperação ecológica em decurso nestas pedreiras. Estes locais aproximam-se progressivamente de uma situação menos perturbada, à medida que aumenta o seu período de inatividade, o que demonstra a resiliência do ecossistema uma vez cessada a atividade mineira. É claro que, para tal, tem contribuído o declínio da atividade humana. O facto de atualmente serem locais menos perturbados pelo homem, contribui para uma aproximação às condições ecológicas originais. Ainda assim, apesar de se verificar um ligeiro aumento da riqueza e da diversidade de aves nas pedreiras inativas há muito, o tempo de inatividade parece não ter tido influência significativa na avifauna residente.

Um facto interessante é os dados indicarem que, além de não afetar negativamente a avifauna residente, a existência de pedreiras parece desempenhar um papel muito importante na promoção da riqueza e diversidade da avifauna local. Quando analisadas de forma isolada, as pedreiras inativas apresentam índices de diversidade considerados normais, semelhantes aos obtidos em áreas naturais próximas que servem de referência enquanto locais isentos de atividade extrativa. São índices de diversidade semelhantes aos alcançados em estudos como o de Underhill (1992), que avaliou as comunidades de aves em pedreiras abandonadas do nordeste de Inglaterra. No entanto, o cenário altera-se quando estas pedreiras inativas são consideradas parte integrante de uma paisagem mais complexa e heterogénea, da qual também fazem parte as áreas naturais envolventes – as tais áreas ou locais de referência. No caso da ZM, a paisagem formada por essas duas componentes – paisagem em mosaico – parece beneficiar claramente a diversidade da avifauna. De facto, os valores de diversidade avifaunística (período de Primavera/Verão) registados nas áreas em mosaico (constituídas pelas pedreiras e natureza envolvente) encontram-se acima dos valores referidos para avifauna das florestas temperadas, situando-se mesmo próximo de valores obtidos em estudos realizados em diversos ambientes tropicais (Mäder *et al.*, 2007; Barbosa & Almeida, 2008; Dario, 2008), nos quais também é destacada a influência do mosaico de ambientes. À semelhança do referido por Barbosa & Almeida (2008), a diversidade verificada na paisagem constituída pelas pedreiras inativas e natureza envolvente poderá estar relacionada com a função desempenhada pelo mosaico de ambientes, que proporciona diversas áreas de transição ambiental. Existem teorias defensoras de que a abundância de espécies é potenciada em habitats estruturalmente mais complexos e heterogéneos (e.g. manchas florestais alternadas com áreas abertas) (consultar Andren *et al.*, 1997). Para os defensores dessas teorias, esse tipo de habitats permite uma boa diversificação de áreas de refúgio, alimentação e nidificação, ao contrário de habitats exclusivamente homogéneos ou pouco heterogéneos.

Como tal, tudo aponta para que a paisagem em mosaico, constituída pelos novos biótopos gerados nas pedreiras e pela natureza envolvente, tenha viabilizado o aparecimento de novas espécies (especialmente nas áreas de extração), resultando no aumento da riqueza e diversidade da avifauna local. Podemos re-

ferir, como exemplo, o Pato-real (*Anas platyrhynchos*) (Fig. 5), a Galinha-d'água (*Gallinula chloropus*) ou o Guarda-rios (*Alcedo atthis*), espécies que ocorrem nas pedreiras estudadas devido à formação de biótopos aquáticos nas crateras das pedreiras (quer por retenção de águas freáticas ou por acumulação da água das chuvas). Enquanto sistemas aquáticos, estes locais podem suportar uma elevada diversidade de comunidades de aves aquáticas, mesmo quando diminutos ou dispersos (Reino, 2000). Também o Pombo-das-rochas (*Columba livia*) ou o Melro-azul (*Monticola solitarius*) são bons exemplos de espécies que parecem ter aumentado a sua frequência pela mesma razão, uma vez que se tratam de espécies que demonstram preferência por biótopos rochosos e de encostas escarpadas, como os que se criaram nas antigas áreas de extração. Desta forma, dada a sua contribuição para a riqueza da avifauna local, torna-se evidente a influência das pedreiras enquanto parte integrante da paisagem em mosaico o que concorda com James & Wamer (1982) que afirmam que um meio mais heterogéneo, resultante da variedade de biótopos criados, promove a presença de certas espécies de aves com necessidades específicas de sobrevivência.



Figura 4 – Águia-calçada (*Aquila pennata*), Águia-cobreira (*Circaetus gallicus*) e Picanço-barreteiro (*Lanius senator*), três exemplares captados nas pedreiras analisadas com estatuto de espécie quase ameaçada (Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, 2005). Fotografias de David Germano.



Figura 5 – Fêmea de Pato-real (*Anas platyrhynchos*), Alvóela-branca (*Motacilla alba*) e Juvenil de Melro-azul (*Monticola solitarius*). Estes três exemplares captados nas pedreiras analisadas pertencem as espécies associadas a biótopos aquáticos. No caso da Alvóela-branca e do Melro-azul, são espécies que preferem zonas aquáticas dominadas por rochas e escassa vegetação emergente enraizada (Godinho et al., 2010), tal como ocorre nestas pedreiras. Fotografias de David Germano.

Durante os trabalhos de campo identificaram-se ainda répteis, peixes, anfíbios e insectos representados nas figuras 6 e 7 e que demonstram a diversidade faunística que albergam os biótopos providenciados pelas pedreiras inativas.



Figura 6 – Dois exemplares de Cágado-mediterrâneo (*Mauremys leprosa*), Cobra-de-água-viperina (*Natrix maura*) e Perca-sol (*Lepomis gibbosus*). Fotografias de David Germano.



Figura 7 – Rã-verde (*Pelophylax perezi*), Lagartixa-do-mato ou Sardanisca-algerina (*Psammodromus algirus*) e macho de Libélula-escarlate (*Crocothemis erythraea*). Fotografias de David Germano.

A influência das pedreiras inativas na Flora e Vegetação

Antes de mais é importante definir o conceito de *flora*. A flora de um território é, essencialmente, o conjunto total de espécies vegetais presentes nesse território. Esta é o resultado dos fatores ambientais atuais e do todo o processo histórico desenvolvido ao longo das épocas geológicas (Pérez, 2007). Então qual a diferença entre a flora de um território e a sua vegetação? Vegetação é referente às comunidades vegetais (agrupamentos entre as várias espécies) que cobrem as áreas estudadas. O coberto vegetal natural é resultado de vários fatores como o material geológico, o solo, o clima e a ação antrópica (Pinto-Gomes & Paiva-Ferreira, 2005). Para estudar a vegetação de um território é imprescindível o conhecimento da flora desse território (Pinto-Gomes & Paiva-Ferreira, 2005; Pérez, 2007). Já o conhecimento acerca da vegetação torna-se relevante dada a sua

importância enquanto recurso natural e elemento chave para o equilíbrio do ecossistema. Tal conhecimento pode fornecer dados importantes sobre o estado ecológico em que se encontram as pedreiras inativas analisadas.

A identificação da flora e espécies vegetais nos terrenos das pedreiras analisadas permitiu a elaboração de elenco florístico composto por duzentas e catorze plantas. Entre elas, encontram-se espécies que têm um especial interesse ao nível da conservação dada a sua raridade ou vulnerabilidade no território nacional, e em alguns casos, até pela importância cultural e patrimonial que têm para a região, o que certamente contribui para a valorização dos locais em questão. Como exemplo temos a malva-trilobada (*Lavatera triloba*), uma planta endémica do sul da Península Ibérica que apesar de ocorrer no Alentejo e Algarve, é uma espécie muito rara em território nacional, surgindo sempre com populações muito reduzidas nos locais onde vive (Pinto-Gomes e Paiva-Ferreira, 2005). Temos outro exemplo na presença do *Narcissus fernandesii*, um narciso endémico da Península Ibérica (abrangido pelos Anexos B-II e B-IV da Diretiva Habitats) que o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) inclui entre as espécies muito ameaçadas, e da qual existem registos em Samora Correia (provavelmente já extinta), na bacia do Sado e na zona de Vila Viçosa, em que a população se encontra ameaçada precisamente pela atividade extrativa. A borazeira-branca (*Salix salviifolia* subsp. *australis*) é outra planta a ter em atenção, quer por se tratar de um endemismo lusitano (abrangido pelos Anexos B-II e B-IV da Diretiva Habitats), quer por ser um tipo de salgueiro que, segundo o ICNB, é mais vulnerável nas zonas ribeirinhas degradadas (biótopos semelhantes às margens das zonas alagadas nas pedreiras inativas onde foi identificada). Também se torna importante referir algumas espécies relevantes em termos da cultura local e até regional, como a bela-luz ou tomilho-vulgar (*Thymus mastichina*), um endemismo ibérico importante pela sua utilização como erva aromática, ou o orégão, que no caso particular das pedreiras analisadas se trata da espécie *Origanum macrostachyum*, endemismo exclusivo do SW da Península Ibérica (Franco, 1971-1984) e que não se encontra referido na maioria das floras. O orégão é muito utilizado como erva aromática no território estudado, sendo um dos símbolos da cozinha regional. Esta espécie torna-se importante dada a sua raridade a nível nacional, ao contrário do que ocorre com o orégão-comum (*Origanum virens*), espécie mais habitual.

Entre a flora identificada nas pedreiras, encontram-se espécies representativas do clima que marca a ZM, que se situa nos andares climáticos Mesomediterrânico e Termomediterrânico do macroclima Mediterrâneo Pluviestacional Oceânico (Monteiro-Henriques, 2010; Rivas-Martinez, 2007). Podemos referir como exemplos, entre outras plantas, o espinheiro-preto (*Rhamnus oleoides*), o lentisco (*Pistacia lentiscus*) ou a murta (*Myrtus communis*), assim como algumas comunidades vegetais como os cardais *Galactito tomentosae-Cynaretum humilis*, os carrascais *Myrto-Quercetum cocciferae*, os juncais *Trifolio resupinata-Holoschoenetum*, os silvados *Lonicero hispanicae-Rubetum ulmifolii* ou os tojais-estevais *Ulici eriocladi-Cistetum ladaniferi*. Já a presença de espécies

como o medronheiro (*Arbutus unedo*), o sobreiro (*Quercus suber*) e a giesta (*Cytisus baeticus*) são provas de uma influência mais húmida no ombrotípico desse território. Plantas como o espargo-bravo-maior (*Asparagus aphyllus*), o espargo-bravo-menor (*Asparagus acutifolius*), ou o tojo (*Ulex eriocladus*), são também muito características do clima marcadamente mediterrânico que se faz sentir na área analisada.

Se, por um lado, muitas das espécies identificadas espelham os aspectos climáticos do território estudado, também elas são um espelho da localização geográfica da ZM, e por isso se comprehende que esta apresente uma flora tipicamente mediterrânica. A presença frequente da oliveira (*Olea europaea* var. *europaea*) em várias pedreiras analisadas é disso um bom exemplo. No caso particular da área estudada destacam-se ainda plantas características como o estevão (*Cistus populifolius*), o sanganho (*Cistus psilosepalus*), a azinheira (*Quercus rotundifolia*), a borazeira-branca (já referida) ou a agrimónia-bastarda (*Sanguisorba hybrida*), tal como o espargo-bravo-menor, a giesta ou o sobreiro, já referidos anteriormente.

No que à vegetação diz respeito, foram identificadas nas pedreiras vinte e oito associações vegetais. Ora, a associação (vegetal) é uma unidade básica e fundamental utilizada na Fitossociologia, a ciência que estuda as comunidades vegetais. Na verdade, a associação trata-se de um tipo de comunidade vegetal que possui qualidades florísticas particulares (como espécies características), além de particularidades ecológicas, biogeográficas, sucessionais, históricas e antrópicas (Rivas-Martínez, 1996). Tal como ocorre com a flora, também as comunidades vegetais presentes nas pedreiras analisadas espelham o clima mediterrânico.

Na análise à flora e à vegetação verificou-se, por um lado, a existência de uma estreita relação entre as plantas e a natureza rochosa inerente às pedreiras, e por outro, uma relação direta entre a vegetação e a ação antrópica dessas superfícies, bem representada pela exploração do mármore. Também é possível distinguir um padrão evolutivo na vegetação observada nas pedreiras analisadas. O estudo aponta para uma colonização inicial por vegetação nitrófila (prefere solos ricos em nitratos), que em vários locais se deveu à ocorrência de pastoreio. Como exemplos temos os arrelvados dominados pelo pampilho-aquático (*Asterriscus aquaticus*) ou os arrelvados xerofíticos de arroz-dos-telhados (*Sedum album* var. *micranthum*), cuja constante presença nas pedreiras se deve à abundância de locais rochosos de natureza calcária. À medida que o tempo passou, desenvolveu-se o estrato herbáceo e pré-arbustivo, composto essencialmente por plantas como o alecrim-das-paredes (*Phagnalon saxatile*), o azedão (*Rumex induratus*), a táveda (*Dittrichia viscosa*), as perpétuas (*Helichrysum stoechas*), o talha-dente (*Piptatherum miliaceum*), assim como por arrelvados de panasco (*Dactylis hispanica* subsp. *lusitanica*), frequentemente acompanhados pelo funcho (*Foeniculum vulgare* subsp. *piperitum*) ou pelo orégão (no caso de solos mais húmidos, profundos e férteis). Nas pedreiras com zonas temporariamente encharcadas podemos encontrar vegetação anfíbia como o poejo (*Mentha pule-*

gium) ou o junco (*Scirpoides holoschoenus*), característica de biótopos mediterrânicos húmidos (Rivas-Martínez *et al.*, 2002; Costa *et al.*, 1998; Salazar & Valle, 2004; Pinto-Gomes & Paiva-Ferreira, 2005; Costa, 2006; Pérez, 2007). Nos locais permanentemente encharcados encontram-se fragmentos de salgueirais de borrazela-branca ou tamargais de tamargueira-africana (*Tamarix africana*), frequentemente acompanhados de caniçais dominados pelos caniços (*Phragmites australis*) e pela tábua-estreita (*Typha angustifolia*), dos quais se falará mais à frente.

O decorrer dos anos e a baixa perturbação humana possibilitaram o desenvolvimento de comunidades arbustivas e pré-florestais, tais como os silvados de silva (*Rubus ulmifolius*), frequentes nos locais mais húmidos, os matos fragmentados de roselha (*Cistus crispus*) e sanganho-mouro (*Cistus salvifolius*) (Fig. 8), ou até os matagais pré-florestais formados por plantas como o espargo-bravo-menor, o zambujeiro (*Olea europaea* var. *sylvestris*), o lentisco (*Pistacia lentiscus*), a cornalheira (*Pistacia terebinthus*), a azinheira, o sanguinho-das-sabedas (*Rhamnus alaternus*) ou a salsaparrilha (*Smilax aspera*), para citar algumas das espécies mais características. Também estas são comunidades vegetais típicas de ecossistemas mediterrânicos (Costa *et al.*, 1998; Rivas-Martínez *et al.*, 2002; Pinto-Gomes & Paiva-Ferreira, 2005; Costa, 2006; Pérez, 2007; Pereira, 2009).

Como seria de esperar, nas áreas naturais que circundam as pedreiras encontram-se fragmentos dos bosques de azinho ou de sobre, assim como carrascais da associação *Myrto-Quercetum cocciferae*, que nas zonas abertas cedem a posição aos matos atrás referidos, aos arrelvados dominados pelo panasco ou a comunidades dominadas pelo pampilho-aquático.

Apesar das áreas analisadas ainda se encontrarem afastadas do clímax ecológico, torna-se evidente que o potencial da vegetação nas zonas mais secas são os bosques de azinho pertencentes à associação designada por *Rhamno laderoi-Quercetum rotundifoliae*, enquanto o potencial nas zonas mais húmidas parece corresponder aos bosques de sobre pertencentes à associação *Asparago aphylli-Quercetum suberis*.

Outra das conclusões alcançadas no estudo foi que o tipo de associações vegetais que se desenvolvem nas pedreiras depende do período de inatividade em que a pedreira se encontra e da natureza dos biótopos que cada pedreira proporciona. Por exemplo, no cimo das escombreiras mais antigas e com solos pouco profundos (pedreiras dos Grupos II e III) é onde os arrelvados de panasco e as comunidades de talha-dente acompanhadas pelo funcho ocorrem com maior frequência. No entanto, se existir muita rocha exposta, como nas pedreiras mais recentes (Grupo I), essas comunidades surgem acompanhadas por uma associação mediterrâника, tipicamente colonizadora de locais muito pedregosos (denominada *Phagnalo saxatilis-Rumicetum indurati*) que nas superfícies analisadas se encontram dominadas pelo azedão, sendo uma associação pouco presente nas pedreiras inativas há mais tempo (Grupo III e algumas do Grupo II) devido à pouca rocha exposta. Ainda assim, pode surgir em qualquer pedreira com es-

combeiras rochosas de frente escarpadas e rochas fissuradas. É também nas escombeiras das pedreiras inativas há menos tempo (Grupo I) que se verifica a dominância da comunidade representada pela táveda e pelo talha-dente (denominada *Inulo viscosae-Piptatheretum miliacei*) que alterna com comunidades dominadas pelo asterisco-da-água (denominadas *Velezio rigidae-Astericetum aquatica*). Nas pedreiras, a presença destas comunidades justifica-se porque a maioria destas associações é típica de substratos rochosos (consultar Rivas-Martínez *et al.*, 2002; Pinto-Gomes e Paiva-Ferreira, 2005; Costa, 2006). O arroz-dos-telhados, por exemplo, encontra-se frequentemente em áreas onde repõem blocos poeirentos de rocha descoberta, sendo muito comum na maioria das pedreiras.

Independentemente do período de inatividade em que a pedreira se encontra, se existirem áreas mais húmidas, como ocorre em algumas escombeiras ou taludes terrosos, é normal encontrarem-se fragmentos de silvados de *Rubus ulmifolius*, acompanhados pelas comunidades de orégão. É também nas áreas mais terrosas e húmidas que crescem, de forma espontânea, matagais onde se destacam arbustos como o carrasco (*Quercus coccifera*) ou pequenas árvores como o zambujeiro, por exemplo. Na verdade, estes matagais são uma etapa de evolução ecológica, cujo percurso aponta na direção dos bosques de sobre e azinho, anteriormente referidos.

As zonas aquáticas existentes na maioria das pedreiras também influenciam o tipo de associações vegetais encontradas. Por exemplo, os charcos permanentes que se formaram nas cavidades ou noutras áreas conduziram ao crescimento de vegetação aquática, como comunidades de algas dominadas por *Chara vulgaris* (Fig. 9). É nas margens desses charcos (zonas anfíbias) que se encontram, com frequência, os fragmentos dos salgueirais de borrazeira-branca acompanhados pelas comunidades secundárias de tamargueira-africana, pelos caniçais de tábua-estreita e caniços, ou pontualmente, por juncais representados pelo junco *Scirpoides holoschoenus*.



Figura 8 – Três exemplares do género *Cistus*, plantas arbustivas típicas dos matos mediterrânicos presentes nas pedreiras analisadas. Da esquerda para a direita temos a flor de sanganho-mouro ou estevinha (*Cistus salvifolius*), a flor de esteva (*Cistus ladanifer*) e a flor de rosela (*Cistus crispus*). Fotografias de David Germano.



Figura 9 – A imagem da esquerda mostra a comunidade de algas da espécie *Chara vulgaris*, presentes em todas as pedreiras analisadas com zonas alagadas. A imagem da direita espelha a beleza do matagal mediterrânico, bem representado numa das pedreiras inactivas há mais de 22 anos. Prevê-se que, por sucessão ecológica, estes matagais cedam o lugar aos bosques de sobre ou azinho. Fotografias de David Germano.

Após a análise efetuada à dinâmica da vegetação, prevê-se que a tendência seja a substituição da maioria destas comunidades e consequente evolução para os pré-bosques e bosques de sobre e azinho, tal como foi anteriormente referido. Isto, se a baixa perturbação humana se mantiver.

O estudo da vegetação também permite tecer algumas considerações acerca dos habitats que se desenvolveram, parcial ou totalmente, nas áreas ocupadas pelas pedreiras inativas. Torna-se importante realizar uma apreciação dos habitats naturais e semi-naturais desenvolvidos porque a preservação da biodiversidade depende da conservação e manutenção da variedade de habitats existentes (Alves *et al.*, 1998; Pereira, 2009). Tal como já foi referido, o “abandono” a que estas pedreiras foram sujeitas possibilitou o desenvolvimento de habitats diferentes daqueles que originalmente se podiam encontrar. Para a identificação desses habitats, o estudo baseou-se na Diretiva Habitats, respeitante à conservação dos habitats de interesse comunitário, da flora e da fauna selvagens, que resultou na constituição de uma rede ecológica de zonas especiais de conservação, conhecida como Rede Natura 2000¹.

Tendo em conta o referido, seguem-se alguns habitats identificados (consultar Associação Lusitana de Fitossociologia, 2004), cujo desenvolvimento beneficiou da existência de pedreiras que se encontram sujeitas a uma paragem prolongada da atividade extractiva:

¹ De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 é “um instrumento de gestão territorial para salvaguarda e valorização dos Sítios e ZPE do continente e a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável” (*in* <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/plan-set/P-setor-RN>).

- habitats de água doce com comunidades de *Chara* sp. pl., proporcionados pelas cavidades alagadas das pedreiras analisadas;
- fragmentos de pradarias húmidas mediterrâneas de ervas altas da *Molinio-Holoschoenion*, desenvolvidos em zonas temporariamente encharcadas de várias pedreiras analisadas;
- comunidades derivadas de *Sedum album*, desenvolvidas nas escombreiras, frentes escarpadas e blocos rochosos, e que ocorrem após a exploração do mármore;
- fragmentos de prados rupícolas calcários da *Alyssso-Sedion albi* (prioritários para a conservação), que ocorrem nos terrenos pedregosos destas pedreiras;
- fragmentos de prados secos seminaturais e fácies arbustivas em substrato calcário (*Festuco-Brometalia*) que ocorrem nas áreas com algum solo, sendo prioritários para a conservação dada a sua importância como habitats de orquídeas.

Considerações finais

As pedreiras inativas analisadas, enquanto componentes essenciais da paisagem em mosaico, contribuíram para o aumento da biodiversidade em vários locais da ZM. Sabendo que a diversidade da avifauna depende de vários fatores como a disponibilidade de alimento e de locais adequados para nidificação ou refúgio, percebe-se que a recuperação natural da vegetação verificada nestas pedreiras tem sido muito importante. É esta recuperação que permite a formação de diversos habitats, ricos em áreas de nidificação, alimentação e refúgio, indispensáveis para a avifauna residente.

Tudo indica que a monitorização e gestão das pedreiras inativas pode beneficiar enormemente a conservação da avifauna, ainda mais, se se tiver em conta a grande quantidade de pedreiras em idênticas condições existentes na ZM, e o seu potencial enquanto habitat para diversas espécies. Segundo Underhill (1992), uma boa pedreira para aves é a que potencia a diversidade geral da comunidade avifaunística através do aumento da riqueza de espécies e sua abundância relativa, tal como ocorre nas pedreiras analisadas.

Tendo em conta os resultados divulgados relativos à avifauna, torna-se importante que se desenvolvam estudos semelhantes que abordem outras classes faunísticas. De facto as áreas ocupadas por pedreiras inativas podem suportar uma grande diversidade de fauna, albergando inúmeras espécies de anfíbios, répteis, mamíferos, insetos e, inclusive, peixes. O conhecimento mais completo da fauna residente poderá ser muito importante na compreensão da dinâmica ecológica e do valor natural real destes locais, além de contribuir para o escasso conhecimento que existe em Portugal acerca dos habitats proporcionados por pedreiras inativas. Para já, e no que à ZM diz respeito, fica a ideia de que as pedreiras analisadas seriam excelentes candidatas à transformação em zonas de in-

teresse ecológico, como polos para a observação da avifauna natural ou locais de educação ambiental e promoção da biodiversidade.

Como resposta à questão inicial, formulada no título deste artigo, pode-se afirmar que o impacte das pedreiras inativas na fauna, flora e vegetação da ZM não é um problema tão grande como se poderia inicialmente pensar. Segundo os dados do estudo, os benefícios decorrentes da existência de pedreiras inativas são visíveis tanto na diversidade da avifauna como na diversidade da vegetação. Tal como defendem Lucas *et al.* (2011), as pedreiras não têm de ser, necessariamente, um fator limitante para a biodiversidade, pois a paisagem resultante pode facultar um leque de oportunidades para a vida selvagem, até nas áreas mais ativas.

Apesar de tudo, é importante referir que os locais analisados só teriam a beneficiar com o desmantelamento ou remoção de infraestruturas de apoio, maquinaria e outros engenhos, que permanecem em algumas áreas florestais ou aquáticas de várias pedreiras. A execução de medidas de reabilitação da vegetação, assim como a monitorização e gestão ambiental desses locais, trariam benefícios como a promoção da biodiversidade, a harmonização entre as pedreiras e a vida selvagem e a valorização do aspeto paisagístico. Tudo em prol do património natural da região.

No entanto, há que ter sempre em conta que qualquer projeto de reabilitação ecológica deverá respeitar certas premissas decisivas para o sucesso da recuperação. Por exemplo, a recuperação das áreas inundadas deverá assentar na conservação dos biótopos/habitats aquáticos e na preservação do equilíbrio ecológico; a revegetação deverá ser sempre com espécies autóctones (WBCSD, 2010, 2009b, 2011b); o solo deverá ser melhorado, enriquecido e provir de áreas próximas com vegetação similar de modo a evitar a introdução de espécies alóctones (WBCSD, 2009b, 2010). Isto para citar alguns dos princípios mais importantes, tendo em conta que o ideal será sempre uma reabilitação autossustentável, com pouca intervenção humana, que promova a sucessão natural e que respeite a natureza dos ecossistemas locais.

De acordo com Bastos & Silva (2005), este tipo de reabilitação de espaços afetados pela atividade extractiva contribui para a conceção de soluções inovadoras com mais-valias económicas, ambientais ou socioculturais, que podem passar por estratégias variadas como o desenvolvimento de projetos ecoturísticos, a criação de sítios de valor ecológico e cultural, de educação ambiental ou de recreio e lazer.

Agradecimentos

Ao Rui Machado e ao Sérgio Godinho aqui ficam os agradecimentos pelo crucial contributo nos trabalhos de campo sem o qual a monitorização e identificação da avifauna teriam sido bem mais difíceis.

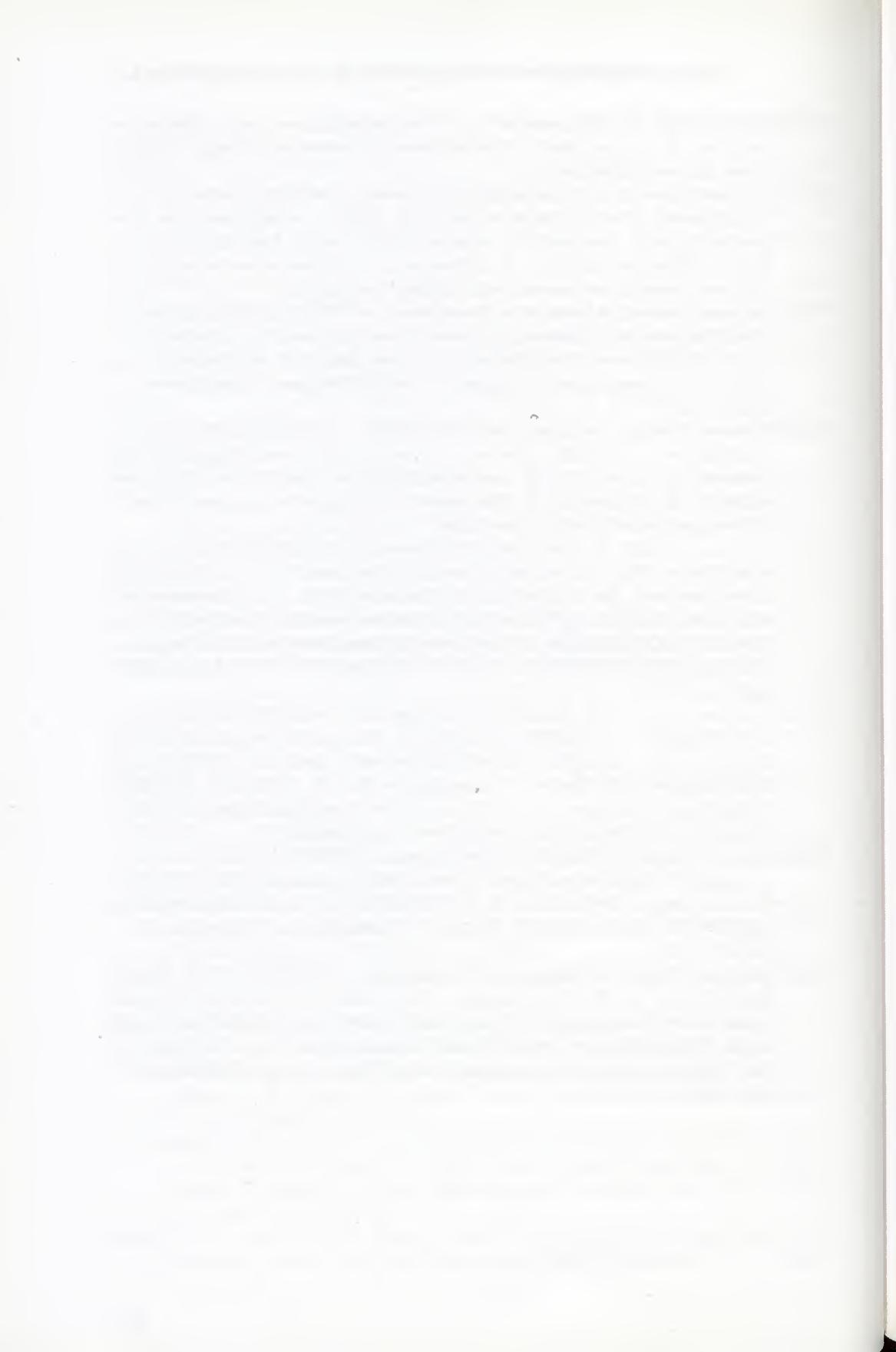
Referências bibliográficas

- AFONSO, A. (2011). *Estudo da microbiologia dos solos em pedreiras revegetadas: caso de estudo da pedreira da Secil, no Outão.* Tese de Doutoramento em Biologia (Microbiologia). Departamento de Biologia Vegetal, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Lisboa. 164pp.
- ALVES, J.; Espírito-Santo, M.; COSTA, J.; GONÇALVES, J.; & LOUSÃ, M. (1998). *Habitats naturais e seminaturais de Portugal continental. Tipos de habitats mais significativos e agrupamentos vegetais característicos.* Instituto da Conservação da Natureza (ICN), Lisboa. 167 pp.
- ANDREN, H.; DELIN, A.; & SEILER, A. (1997). Population responses to landscape changes depends on specialization to different landscape elements. *Oikos*, 80 (1): 193-196.
- Associação Lusitana de Fitossociologia – ALFA (2004). Tipos de habitat naturais e semi-naturais do Anexo I da Directiva 92/43/CEE (Portugal continental): Fichas de caracterização ecológica e de gestão para o Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Relatório. Lisboa. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/plan-set/hab-1a9>
- BARBOSA, A. F.; & ALMEIDA, A. F. (2008). Levantamento quantitativo da avifauna em uma mata de Araucaria e Podocarpus, no Parque Estadual de Campos do Jordão, SP. *IF Série Registros*, 33: 13-37.
- BASTOS, M.; & SILVA, I. (2005). Restauração, reabilitação e reconversão na recuperação paisagística de minas e pedreiras. Artigos e Publicações, VISA Consultores. Disponível em http://www.visaconsultores.com/htm/artigos_publicacoes.htm
- BRODKOM, F. (2000). *As boas práticas ambientais na indústria extractiva: um guia de referência.* Divisão de Minas e Pedreiras, Instituto Geológico e Mineiro. Disponível http://www.lneg.pt/CienciaParaTodos/edicoes_online/diversos/praticas_ambientais
- CABRAL, M. (coord.); ALMEIDA, J.; ALMEIDA, P.; DELINGER, T.; FERRAND de ALMEIDA, N.; OLIVEIRA, M.; PALMEIRIM, J.; QUEIROZ, A.; ROGADO, L.; & SANTOS-REIS, M. (eds) (2005). *Livro vermelho dos vertebrados de Portugal.* Instituto da Conservação da Natureza (ICN), Lisboa. 660 pp.
- Canadian Land Reclamation Association/Association canadienne de réhabilitation des sites dégradés – CLRA/ACRSD. Reclamation Stories [on-line]. Sítio na internet da CLRA/ACRSD. Disponível em <http://www.clra.ca/reclamation%20stories.html>
- CARDOSO, M.; QUINTA-NOVA, L. C.; & MONTEIRO, F. Q. (2002). Caracterização das comunidades de aves nidificantes em montados de sobro e azinho a Oeste de Évora. Poster. In *I Colóquio sobre Flora e Fauna dos Montados*, Grândola, 27-29 Setembro.
- Convention on the Conservation of European Wildlife and Natural Habitats (Convenção de Berna). *Appendix II: Strictly protected fauna Species.* Disponível em <http://conventions.coe.int/Treaty/FR/Treaties/Html/104-2.htm>
- COSTA J.C., NETO C., AGUIAR C., CAPELO J., ESPÍRITO SANTO M.D., HONRADO J., PINTO-GOMES C., MONTEIRO-HENRIQUES T., SEQUEIRA M. & LOUSA M., (2013). Vascular plant communities in Portugal (Continental, the Azores and Madeira). *Global Geobotany*, 2: 1-180.

- COSTA, J.; AGUIAR, C.; CAPELO, J.; LOUSÃ, M.; & NETO, C. (1998). Biogeografia de Portugal Continental. *Quercetea*, 0: 5-56.
- DARIO, F. R. (2008). Estrutura trófica da avifauna em fragmentos florestais na Amazônia Oriental. *ConScientiae Saíde*, 7 (2): 169-179.
- Ecotecnología medioambiental para la restauración de canteras de caliza – ECOQUARRY (2004-2007). Departament de Fisiología, Facultat de Biología, Universitat de Barcelona (coord. gen.). Barcelona. Disponível em <http://www2.ub.edu/ecoquarry/index.htm>
- FRANCO, J. (1971-1984). *Nova Flora de Portugal (Continente e Açores)*. Vol. 1 e 2. Edição do Autor, Lisboa.
- GERMANO, D. L. C. (2013). *Análise da evolução da recuperação ecológica em pedreiras de mármore inativas no anticlinal de Estremoz: Avifauna, Flora e Vegetação*. Tese de Mestrado em Qualidade e Gestão do Ambiente (especialidade em Ecologia e Gestão Ambiental). Universidade de Évora, Évora. 169 pp.
- GODINHO, C.; RABAÇA, J. E.; & SEGURADO, P. (2010). Breeding bird assemblages in riparian galleries of the Guadiana River basin: the effect of spatial structure and habitat variables. *Ecological Research*, 25 (2): 283-294.
- Instituto da Água, I. P. – INAG (2001). Plano nacional da água (PNA). Vol. 1, 546 pp.
- Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade – ICNB (s.d.). *Narcissus fernandesii*. Fichas de caracterização e gestão das espécies constantes no Anexo II da Diretiva habitats – Flora. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/rn-plan-set/flora/narcissus-fernandesii>
- Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade – ICNB (s.d.). *Salix salvifolia* subsp. *australis*. Fichas de caracterização e gestão das espécies constantes no Anexo II da Diretiva habitats – Flora. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/rn-plan-set/flora/salix-salvifolia-ssp-australis>
- JAMES, F. C.; & WAMER, N. O. (1982). Relationships between temperate forest birds communities and vegetation structure. *Ecology* 63: 159-71.
- LUCAS, G.; MICHELL, P.; & WILLIAMS, N. (2011). It's Official: Quarrying Adds to Biodiversity. *Agg-Net.com*, pp. 25-29.
- MÄDER, A.; SANDER, M.; Casa Jr., G. E.; Almeida, R. G.; & Leitão, P. (2007). Diversidade de aves costeiras como ferramenta no monitoramento de densidade demográfica litorânea e seus impactos ambientais. Xi Rabu, São Leopoldo. *Livro de Resumos* (Cd). 1 pp.
- MIDÕES, C.; Falé, P.; Henriques, P.; & Vintém, C. (2006). Alguns indicadores geológicos e ambientais indispensáveis ao reordenamento da atividade extractiva: o caso do Anticlinal de Estremoz. *Actas do VIII Congresso Nacional da Água*, Figueira da Foz, Portugal, 13-17 Março. Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos.
- Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (2005). Anexo A-I: Espécies de aves de interesse comunitário cuja conservação requer a designação de zonas de proteção especial. In Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro. *Diário da República*, n.º 39 – 1ª Série-A, pp. 1687-1689. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.
- Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (2005). Anexo B-II: Espécies animais e vegetais de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação. In Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro.

- reiro. *Diário da República*, n.º 39 – 1ª Série-A, pp. 1692- 1701. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.
- Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (2005). Anexo B-IV: Espécies animais e vegetais de interesse comunitário que exigem uma proteção rigorosa. In Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro. *Diário da República*, n.º 39 – 1ª Série-A, pp. 1701- 1705. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.
- MONTEIRO-HENRIQUES, T. (2010). *Fitosociologia e paisagem da bacia hidrográfica do rio Paiva e das bacias contíguas da margem esquerda do rio Douro, desde o Paiva ao rio Tejo (Portugal)*. Tese de doutoramento em Arquitectura Paisagista. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. 306 pp.
- MOURA, A. (coord.); CARVALHO, C.; ALMEIDA, I.; SAÚDE, J.; RAMOS, J.; AUGUSTO, J.; et al. (2007). *Mármore e Calcários ornamentais de Portugal*, [S.I.], 383 pp.
- OLIVEIRA, G. (2008a). *Recuperação ecológica de pedreiras – um caso de estudo na Serra da Arrábida*. Disponível em http://naturlink.sapo.pt/Investigacao/Projectos/content/Recuperacao-Ecologica-de-Pedreiras--um-caso-de-estudo-na-Serra-da-Arrabida?bl=1&viewall=true#Go_1
- OLIVEIRA, G. (2008b). *O projeto Ecoquarry – ecotecnologia para a restauração ambiental de pedreiras calcárias*. Disponível em http://naturlink.sapo.pt/Investigacao/Projectos/content/O-projecto-ECOQUARRY--Ecotecnologia-para-a-Restauracao-Ambiental-de-Pedreiras-Calcarias?bl=1&viewall=true#Go_1
- PASCUAL, J.; GARCIA, C.; HERNANDEZ, T.; MORENO, J.; ROS, M. (2000). Soil microbial activity as a biomarker of degradation and remediation processes. *Soil Biology & Biochemistry*, 32 (13): 1877-1883.
- PEIRÓ, M. J.; & CALZADA, R. V. (2006). La restauración ecológica en minería: el proyecto Ecoquarry. *Cemento Hormigón*, 891: 16-23.
- PEREIRA, M. (2009). A Flora e Vegetação da Serra de Monsaraz (Alto Alentejo-Portugal). *Guineana*, 15: 1-316.
- PÉREZ, M. A. (2007). *Estudio de flora y vegetación del entorno de Doñana*. Tesis Doctoral. Departamento de Biología Ambiental y Salud Pública, Facultad de Ciencias Experimentales, Universidad de Huelva. Huelva. 540 pp.
- PINTO-GOMES, C.; & PAIVA-FERREIRA, R. (2005). *Flora e vegetação do Barrocal Algarvio (Tavira-Portimão)*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRA), Faro. 354 pp.
- REINO, L. M. (2000). Diversidade da Avifauna Invernante do Baixo Alentejo. *Silva Lusitana*, 8 (2): 229-238.
- RIVAS-MARTÍNEZ, S. (1996). Geobotánica Y Climatología. Discurso de posse Dr. H.C., Universidad de Granada. Serv. Publ. Universidad de Granada. Granada.
- RIVAS-MARTÍNEZ, S. (2007). Mapa de series, geoseries y geopermaseries de vegetación de España. [Memoria del mapa de vegetación potencial de España]. *Itinera Geobotanica*, 17: 5-436.
- RIVAS-MARTÍNEZ, S.; DÍAZ, T.; FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, F.; IZCO, J.; LOIDI, J.; LOUSÁ, M.; & PENAS, Á. (2002). Vascular plant communities of Spain and Portugal. Addenda to the syntaxonomical checklist of 2001. *Itinera Geobotanica*, 15 (1-2): 5-922.
- SALAZAR, C.; & VALLE, F. (coord.) (2004). *Series de vegetación edafohigrófica de Andalucía*. Junta de Andalucía. Consejería de Medio Ambiente. Sevilla. 179 pp.

- Underhill, M. (1992). *The bird communities of three disused quarries on the Magnesian limestone of Durham county*. Masters thesis in Advanced Ecology. Durham theses, Durham University.
- World Business Council for Sustainable Development – WBCSD (2009a). *Quarry rehabilitation: The Holcim experience. 20 years of rehabilitation in New Zealand*. Cement Sustainability Initiative (CSI). Quarry Rehabilitation: Case Studies, Other case studies. 3 pp. Disponível em <http://wbcstdcement.org/index.php/quarry-rehabilitation/quarry-rehabilitation-case-studies>
- World Business Council for Sustainable Development – WBCSD (2009b). *Italcementi: Rehabilitation in a Mediterranean climate*. Cement Sustainability Initiative (CSI). Quarry Rehabilitation: Case Studies, Other case studies. 5 pp. Disponível em <http://wbcstdcement.org/index.php/quarry-rehabilitation/quarry-rehabilitation-case-studies>
- World Business Council for Sustainable Development – WBCSD (2009c). *Quarry rehabilitation: a CEMEX experience. Learning while rehabilitating*. Cement Sustainability Initiative (CSI). Quarry Rehabilitation: Case Studies, Other case studies. 3 pp. Disponível em <http://wbcstdcement.org/index.php/quarry-rehabilitation/quarry-rehabilitation-case-studies>
- World Business Council for Sustainable Development – WBCSD (2009d). *Quarry rehabilitation: The Holcim Spain experience. Biodiversity conservation during active operation*. Cement Sustainability Initiative (CSI). 3 pp. Disponível em <http://oldwww.wbcstd.org/Plugins/DocSearch/details.asp?DocTypeId=24&Objec tId=MzU1NzQ&URLBack=%2Ftemplates%2FTemplateWBCSD%2FLayout.asp%3Ftype%3Dp%26MenuItem%3DMjQ5%26doOpen%3DI%26ClickMenu%3DLeftMenu>
- World Business Council for Sustainable Development – WBCSD (2010). *Quarry Rehabilitation: a CEMEX experience. Ecological rehabilitation in Mediterranean conditions*. Cement Sustainability Initiative (CSI). Quarry Rehabilitation: Case Studies, Case studies in the CSI Guidelines on Quarry Rehabilitation document. 4 pp. Disponível em <http://wbcstdcement.org/index.php/quarry-rehabilitation/quarry-rehabilitation-case-studies>
- World Business Council for Sustainable Development – WBCSD (2011a). *Guidelines on quarry rehabilitation*. Cement Sustainability Initiative (CSI), WBCSD, Conches-Geneva, Switzerland. 32 pp. Disponível em [http://wbcstdcement.org/pdf/CSI%20Guidelines%20on%20Quarry%20Rehabilitation%20\(English\)_Dec%202011.pdf](http://wbcstdcement.org/pdf/CSI%20Guidelines%20on%20Quarry%20Rehabilitation%20(English)_Dec%202011.pdf)
- World Business Council for Sustainable Development – WBCSD (2011b). *Quarry Rehabilitation: a SECIL experience. Valorization of biodiversity*. Cement Sustainability Initiative (CSI). Quarry Rehabilitation: Case Studies, Case studies in the CSI Guidelines on Quarry Rehabilitation document. 4 pp. Disponível em <http://wbcstdcement.org/index.php/quarry-rehabilitation/quarry-rehabilitation-case-studies>



A INSTITUIÇÃO E A GEOGRAFIA DIOCESANA ELVENSE NO CONTEXTO DA FUNDAÇÃO DAS ORDENS RELIGIOSAS¹

Nuno Grancho*

A intenção de se erigir uma diocese tendo Elvas por sede de bispado, surge com o Cardeal D. Henrique, enquanto arcebispo de Évora (1540-1564), ainda que fosse apenas concretizada no terceiro quartel do século XVI, já no reinado de D. Sebastião. Analisemos, antes de mais, a conjuntura que determinou a criação do bispado elvense.²

¹ O presente estudo constitui-se em parte, como resultado da tese de mestrado consignada ao tema *A Extinção da Antiga Diocese Elvense. O Exemplo histórico artístico de S. Domingos de Elvas*, tendo-se procedido a algumas alterações do texto original, resultantes de investigações posteriormente desenvolvidas, as quais julgamos pertinentes incluir.

* Mestre em História da Arte. Investigador do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE). Doutorando em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

² Veja-se Fortunato de ALMEIDA, na sua obra *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1968, p. 8 e Carlos Moreira de AZEVEDO, *História Religiosa de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 191. Segundo a obra de João DIAS, *Gentes e Espaços*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, p. 239, o autor refere com base numa informação (1635) do Cónego e escrivão da Sé de Elvas, António Gonçalves de Novais, ser de iniciativa de D. Manuel I, o projecto de reforma eclesiástica, na qual se incluía a criação da Diocese de Elvas, ainda que o mesmo não tenha tido qualquer desenvolvimento. Uma outra referência, contida no estudo de Artur Goulart de Melo BORGES, “A Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Elvas”, in *Monumentos*, Revista semestral do património construído e da reabilitação urbana, n.º 28, Dezembro de 2008, p. 104, diz-nos ser a criação da Diocese de Elvas, um projecto do primeiro Arcebispo de Évora, o Cardeal D. Henrique, avançando o ano de 1555, para o início do mesmo.

Assistimos, no reinado de D. João III, a um significativo crescimento demográfico, ao mesmo tempo que se verifica um expressivo aumento de número de saídas do país, dada a necessidade de colonizar o imenso território brasileiro, não sendo despicantes as questões comerciais, que por si só contribuíram para uma significativa movimentação de pessoas. Neste contexto, impunha-se, numa primeira fase, uma reorganização do aparelho administrativo e, numa segunda, uma organização da administração eclesiástica, que levaria a uma maior intervenção do Estado na esfera religiosa, notória na intromissão da gestão de alguns mosteiros, num certo controlo do clero secular, no desenvolvimento das instituições de carácter social, culminando com a reestruturação geográfica das dioceses.³

A reorganização eclesiástica pretendia uma maior racionalização e equilíbrio dos territórios diocesanos, um melhor aproveitamento financeiro das rendas e, uma maior viabilidade e eficácia dos governos episcopais, junto das igrejas e leigos.⁴ Consciente da necessidade dessa mesma reestruturação administrava da Igreja, D. João III, propõe ao papa Paulo III a realização de um estudo para criação de novos bispados, resultando na nomeação de uma comissão, a qual elabora um plano de trabalho, fundamentado nos censos populacionais (1527-1532), tendo em atenção três importantes factores, a saber: as rendas eclesiásticas, o número de fogos e, a distância a que cada unidade administrativa se encontrava da nova sede proposta.⁵

Interessa sublinhar, o facto de que os trabalhos da referida comissão não se circunscreveram apenas aos bispados já autorizados, mas antes, à totalidade do país, fornecendo ao monarca um projecto completo da reforma da divisão eclesiástica em Portugal, na qual se incluía a futura diocese de Elvas, na opinião de José Alves Dias.⁶

A aplicação prática de tão complexa reforma, impunha a necessidade de uma prudente condução de todo o referido processo, tanto quanto a Igreja portuguesa, demonstrar-se-ia avessa a tais reestruturações, já que as mesmas iriam repercutir-se supostamente, de um modo desfavorável para a referida instituição. Neste sentido, D. João III, aproveitando o momento em que se encontravam vagas as dioceses, inicia gradualmente a já citada reforma, nomeando novos bispos, mais afectos às medidas a implementar.⁷

³ Cf., p. 402.

⁴ Cf. *Ibidem*, p. 415.

⁵ Cf. João José Alves DIAS, *Gentes e Espaços*, (...), p. 417.

⁶ Cf. *Idem*.

⁷ A possibilidade de nomeações de bispos mais adeptos das alterações delineadas pelo monarca D. João III e, concluídas pelo seu sucessor D. Sebastião, nomeadamente a criação do bispado de Elvas, no reinado anteriormente referido, não constitui uma novidade estratégica para a coroa, em questões eclesiásticas de grande fragilidade como as referidas, antecedentes idênticos já tinham sido adoptados por D. Afonso III, na discórdia com

Assim, podemos avançar o ano de 1543, como a data em que o monarca inicia a reorganização eclesiástica dos territórios diocesanos, aproveitando, como já foi referido, o facto das dioceses de Braga e Coimbra se encontrarem vagas nesse mesmo ano.⁸ De todo este processo, interessa-nos particularmente a criação da diocese de Elvas, com a qual se dava por terminado todo o processo de administração eclesiástica em Portugal. Encontramos referenciados, para o caso da constituição da diocese em análise, os argumentos tidos por parte da comissão pontifícia, a quando da realização dos trabalhos encomendados por D. João III, o que vem dar maior sustentabilidade, à hipótese de ser a diocese elvense parte integrante desse mesmo projecto.

Como já referimos, este foi um processo nem sempre pacífico entre o poder régio e eclesiástico, o que por vezes resultou em quezilhas, resolvidas apenas com a intervenção da Santa Sé. É disso exemplo o conflito gerado quando D. Sebastião, no ano de 1568, solicita a D. João de Mello e Castro⁹, arcebispo de Évora, assim como, ao cabido da dita Sé, que se proceda ao desmembramen-

D. Julião, bispo do Porto, devido aos privilégios e liberdades eclesiásticas na dita cidade, opondo a Igreja e a Nobreza, tendo-se associado ao referido bispo, o arcebispo de Braga e os bispos de Coimbra, Guarda, Viseu, Lamego e Évora. A hostilidade entre a coroa e o poder eclesiástico, chegaram a deter contornos pontificais, apenas terminando com a morte dos bispos opositores e, a sua substituição, por outros mais próximos do monarca, segundo consta da obra de Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, Vol. I, pp. 188-189.

⁸ Interessa referir, pela importância que apresenta neste contexto, uma medida que antecede a reorganização eclesiástica iniciada com D. João III e, que nos reporta ao ano de 1514, reinado de D. Manuel I. Trata-se da troca de três pequenos territórios no Alentejo (Campo Maior, Ouguela e Olivença), até então sob administração do bispado de Braga, transitando para o bispado de Ceuta, que possuía a administração de territórios entre o Rio Minho e o Rio Lima.

⁹ D. João de Mello e Castro, segundo arcebispo de Évora, natural de Vila Viçosa é filho de D. Pedro de Castro e de D. Brites de Mello. A sua esmerada educação passou pelo Paço do Bispo de Évora, D. Afonso de Portugal. A sua ascensão eclesiástica iniciava-se em 1549, com a nomeação e, respectiva confirmação, como Bispo de Silves, transitando em 1564, para a cidade de Évora, na qualidade de arcebispo, cargo de que toma posse a 19 de Janeiro do ano seguinte. No decorrer do seu mandato realiza pontuais obras na Sé Catedral e no paço arcebispal, sendo também do seu mandato o lançamento da primeira pedra do Colégio da Companhia de Jesus. São de sua autoria as primeiras constituições do bispado do Algarve (impressas em Lisboa no ano de 1554), as segundas constituições do arcebispado de Évora (impressas em Évora por André de Burgos, no ano de 1565), resultantes da sua iniciativa em convocar Sínodos em Fevereiro de 1565, ao que se seguiram os sínodos de 1569 e 1574. De salientar ainda a autoria de duas obras, a *Doutrina Christã*, impresso em Lisboa e, *Princípios e fundamentos da christandade ou diálogos com um breve summario de lembranças do que cada hum deve guardar no estado da vida que tomou* (reimpresso em Évora por André de Burgos, em 1565). Foi D. João de Mello e Castro o primeiro presidente da Mesa do Desembargo do Paço, por nomeação do rei D. Sebastião. Faleceu a 9 de Agosto de 1574, sendo sepultado na Capela da Ceia do Senhor, na Sé de Évora. Sobre esta figura cf. António Francisco BARATA, *Memória histórica sobre a fundação da Sé de Évora e suas antiguidades com os esboços chronologicos – biographicos dos Bispos e Arcebispos d'ella*, Évora, Minerva Comercial, 2.ª edição, 1903, (1.ª edição, 1876), pp. 53-55.

to dos territórios da sua jurisdição para a criação do bispado de Elvas, tendo o mesmo arcebispo recusado ceder os territórios necessários.

A insistência por parte do monarca, suscitaria uma nova recusa por parte de Évora, que decide levar a questão à Santa Sé, tendo sido nomeado para o efeito, o Dr. Manuel Fialho, que, na qualidade de procurador do Cabido, se encontrava na corte pontifícia no ano de 1568. Sabemos, contudo, que o Papa Pio V, face à desobediência do arcebispo eborense em ceder os territórios necessários para a formação da diocese elvense, expede um breve, no qual ordena que o mesmo, em nome da santa obediência, apresente com a maior celeridade as motivações justificativas de tal rejeição.

Desconhecemos o teor da resposta apresentada a Pio V, porém, sabemos que no ano de 1570 é eretta a diocese elvense, pela bula *Super cunctas*, a estância do rei D. Sebastião, sendo a mesma composta por territórios desmembrados da diocese de Évora e da diocese de Ceuta, correspondentes a Juromenha, Landroal, Veiros, Monforte, Barbacena, Vila Fernando, Vila Boim, Fronteira, Cabeço de Vide, Alter Pedroso, Alter do Chão e Seda, assim como, a Olivença, Campo Maior e Ouguela, respectivamente.

Segundo nos dá a conhecer a bula edificadora da diocese elvense, os referidos territórios ficariam perpetuamente desmembrados das dioceses de Ceuta e Évora, «com todas as mencionadas povoações com os seus termos e territórios, castelos, casais e lugares, bem como com o clero, povo e pessoas, com mosteiros e igrejas, lugares pios e benefícios eclesiásticos, com ou sem cura de almas, seculares ou regulares e de quaisquer ordens;»¹⁰ tal como «todos os frutos, rendimentos, proventos, dízimos, oblatas, emolumentos e direitos»¹¹, ainda que os direitos e proventos apenas tivessem aplicação aos casos de Elvas, Juromenha, Landroal, Veiros, Campo Maior, Olivença e Ouguela ficando livres de pagamentos as restantes povoações. O bispo de Elvas, detentor do direito ao exercício de jurisdição na totalidade dos territórios desmembrados, ficava perpetuamente submetido à jurisdição e superioridade episcopal metropolitana de Évora.

A bula de edificação da diocese elvense é bastante elucidativa quanto às razões que determinaram a escolha de certos territórios para a criação da mesma, entre eles, a excessiva distância das vilas de Olivença, Campo Maior e Ouguela, a cem léguas da diocese de Ceuta, acrescido ainda, do espaço geográfico castelhano, que as separava, acentuando ainda mais essa noção de distanciamento.¹² Para o caso da diocese de Évora, então composta por oitenta circunscrições administrativas e significativas povoações, esta, dificilmente seria governada

¹⁰ Cf. *Ibidem*. p. 181.

¹¹ Cf. *Idem*.

¹² Cf. *Idem*. A título exemplificativo, o autor refere ainda os perigos e as dificuldades com que se deparavam os Bispos, nas viagens empreendidas à cidade de Ceuta, capital de bispado, factores que limitavam a praticabilidade dos exercícios que lhe estavam inerentes, pelo que durante consideráveis períodos de tempo, os mesmos não visitavam pessoalmente a séde do seu bispado.

pelo seu arcebispo, tendo em conta a sua vastidão territorial.¹³ Por outro lado, a definição de novas igrejas catedrais, em lugares relevantes e, onde se verificasse um aumento da população, constituíam um importante contributo no crescimento da devoção por parte das populações e, consequentemente um importante auxílio para a salvação das almas.

Deveremos ainda ter em atenção, a situação geográfica da cidade de Elvas, localizada entre as vilas de Olivença e Campo Maior, sendo constituída por aproximadamente três mil casas, distinguindo-se ainda pelo número e nobreza dos seus moradores, assim como, por deter uma igreja matriz de linhas nobres, reunindo deste modo as premissas necessárias para a sua elevação a sede episcopal, como nos refere o documento eclesiástico referenciado.¹⁴

Em termos avaliativos dos valores provenientes dos direitos e proventos dos territórios de Olivença, Campo Maior e Ouguela, estes ascendiam à importância de quatro mil e quinhentos cruzados, montante bastante superior aos seiscentos e vinte cruzados das povoações e lugares desmembrados da Diocese de Évora, os quais só poderiam ser recebidos com a visita pessoal do bispo elvense a esses lugares, sendo da sua responsabilidade a administração dos referidos rendimentos, devendo a sua aplicação ser feita na fábrica da dita igreja, prevento a sua ampliação, reparação e aquisição de paramentos e ornamentos.¹⁵

A escolha para Sé Catedral da igreja de Santa Maria na cidade de Elvas, prendia-se com o facto de ser um exemplar arquitectónico com a dignidade necessária ao seu novo estatuto, todavia, tinha como padroeiro D. Francisco de Melo, conde de Tentúgal, razão que mereceu a sua rápida rectificação, sendo mencionado na bula, pelos cardeais pontifícios, a concessão do seu padroado a D. Sebastião, rei de Portugal, assim como, a todos os seus sucessores o direito do dito padroado e, da apresentação junto da Santa Sé, de pessoa competente para bispo de Elvas.

Relativamente a D. Francisco de Melo, seus herdeiros e sucessores, ficaria reservado, a título perpétuo, a apresentação ao bispo de pessoa competente para um dos canonicatos e prebendas, sendo que ambos os direitos não poderiam ser suprimidos pela Sé, por qualquer juiz ou comissário, mesmo no desempenho de qualquer autoridade, onde se incluía os auditores das causas da Igreja Romana.¹⁶

¹³ Cf. *Ibidem.*, pp. 181-189. Segundo o estudo apresentado na obra *Nova História de Portugal. Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, devemos salientar o facto da Diocese de Évora, no conjunto das dez, à data existentes em Portugal continental, segundo os censos mandados realizar no decorrer do reinado de D. João III, apresentarem a referida diocese em primeiro lugar no que respeita à área territorial, com aproximadamente 25.724 Km², contrariamente ao ultimo lugar que a mesma ocupa no tocante à densidade populacional, não ultrapassando 1.4 fogos/ km².

¹⁴ *Idem.*, pp. 182.

¹⁵ *Idem.*, pp. 185.

¹⁶ *Idem.*

A criação da Diocese de Elvas, última etapa de um moroso processo de reorganização da administração eclesiástica em Portugal no século XVI, demonstrou ser um importante contributo de enriquecimento histórico para esta cidade, mas também, para todos os territórios por ela abrangidos. Neste seguimento, interessa salientar os acontecimentos que julgamos pertinentes no âmbito do percurso evolutivo da mesma diocese, os quais serão apresentados seguidamente, tendo em atenção a sua ordem cronológica.

A informação contida na obra de Carlos Moreira de Azevedo, remete-nos para o ano a seguir à erecção da diocese de Elvas (1570), a criação do cabido, sendo este, contemplado com as dignidades de deão, chantre, arcediago, mestre-escola e tesoureiro, assim como doze cânigos, dois de meia prebenda e os restantes de prebenda inteira.¹⁷ Ainda, neste mesmo ano, seria erigido o paço episcopal, orçado em dezasseis mil cruzados, segundo nos refere Fortunato de Almeida, iniciado por D. António Mendes de Carvalho, primeiro bispo de Elvas, à semelhança da criação do citado cabido e,¹⁸ que julgamos ter transitado para o governo do seu sucessor D. António Matos de Noronha.

Pese embora o carácter prático que reveste a questão do *domus episcopalis* elvense, a sua resolução haveria de permanecer em aberto por aproximadamente duas décadas, como atesta a mercê de El Rei D. Sebastião, passada a favor de D. António Mendes de Carvalho no sentido de lhe serem atribuídas casas «*em quanto as não tiverem de seu*»¹⁹. Acrescente-se ainda um outro pedido feito por parte do dito prelado ao Papa Gregório XIII, para que fosse desobrigado de fazer casas episcopais, pedido este rejeitado, segundo carta assinada no ano de 1579 pelo Doutor António Pinto.²⁰

Apenas em 1587 se viria a proceder à aquisição de «*uns chãos com seos alicerces de casas com seos quintaes à Porta do Bispo, que partem com casas d'El-Rei, e com a torre da cadeia, e com o muro da cidade por detraz, com toda a pedraria, madeira, telha e mais pertenças*»²¹. A dificuldade com que nos deparamos, proveniente da total ausência de documentação que permitisse um estudo mais aprofundado do edifício em análise, é apenas colmatada por alguns estudos por nós conhecidos no âmbito dos artistas em actividade na cidade no período correspondente ao último quârtel do século XVI e início do século seguinte, nomeadamente na fábrica da Sé.²²

¹⁷ Carlos Moreira de AZEVEDO, (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, (C-I), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 102.

¹⁸ Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, Vol. II, p. 619.

¹⁹ Para uma análise mais aprofundada veja-se Victorino d'ALMADA, *Elementos para um Diccionario de Geographia e Historia Portuguesa: Concelho d'Elvas e extintos de Barbacena, Villa-Boim e Villa Fernando*, Elvas Typografya elvense, 1889, p. 184.

²⁰ *Idem. Ibidem.*

²¹ *Idem.*, p. 185.

²² Veja-se designadamente Mário CABEÇAS, *A Transfiguração Barroca de um Espaço*

Após a criação das dignidades que permitem assistir ao governo do prelado elvense, o mesmo bispo, procedeu à convocação do primeiro sínodo diocesano, em 1572, no qual se aprovaram as constituições diocesanas do arcebispado de Évora, pelas quais se havia de reger o governo eclesiástico de Elvas, nos próximos sessenta e três anos. A reunião deste órgão consultivo, verificar-se-ia por mais três vezes, no decorrer dos anos de 1633, 1652 e 1720, com correspondência aos bispados D. Sebastião de Matos de Noronha, D. Manuel da Cunha e D. João de Sousa Castelo Branco, respectivamente.²³

Dos três últimos sínodos realizados, interessa-nos particularmente, o realizado pelo quinto bispo de Elvas, D. Sebastião de Matos de Noronha, o qual se reveste de particular relevância, dado terem sido aprovadas as primeiras Constituições do bispado de Elvas, no ano de 1633, as quais no ano seguinte, após a atribuição das licenças do Santo Ofício e do Desembargo do Paço, passaram a entrar em vigor, conforme os sagrados cânones do Concílio Tridentino, pelas quais se passava a reger o governo eclesiástico do bispado de Elvas.²⁴

Arquitectónico. A Obra setecentista na Sé de Elvas, Vol. I, (dissertação de mestrado em Arte Património e Teoria de Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Lisboa, FLUL, 2011, pp. 40-59. Devemos acrescentar que o edifício hoje em posse da Polícia de Segurança Pública, manteve alguns dos seus elementos arquitetónicos e decorativos, possibilitando a visualização de algumas das suas características iniciais. Nesse sentido, a inexistência de um eixo de simetria acentuado pelo espaçamento irregular dos vãos de ambos os níveis da composição, respeitando, ainda assim, a forma hierárquica, acrescidos dos vãos de sacada no andar nobre, emoldurada de forma simples, constituem de igual modo características recorrentes da arquitetura portuguesa de finais de quinhentos. Uma eventual atribuição ao paço episcopal de Elvas de um modelo arquitetónico único, não nos parece provável tendo em conta que as predominâncias tipológicas no período filipino eram essencialmente três, todas suas contemporâneas: o palácio dos marqueses de Castelo Rodrigo (Lisboa), de filiação em protótipos toledanos; o palácio dos duques de Bragança (Vila Viçosa), onde já se visualizam todas as potencialidades expressivas do estilo maneirista e, por fim, a fachada do Paço da Ribeira, de influência internacional por exceléncia, no contexto da arquitectura civil em Portugal. O exemplar elvense aqui em análise, bastante mais modesto, parece-nos seguir as características comuns à geografia ibérica, que à data constituía indiscutivelmente «um atrativo suplementar para uma élite cortesã culturalmente castelhanizada», na opinião de Miguel Soromenho. Tal atribuição parece-nos fazer tanto mais sentido quanto sabemos ter sido D. António Mendes de Carvalho e, sobretudo, D. António Matos de Noronha, primeiro e segundo bispo de Elvas, respectivamente, conhecidos adeptos da união dos Estados Ibéricos. Para um maior desenvolvimento desta questão cf. Miguel SOROMENHO, *A Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX. A Arquitectura do ciclo filipino*, Lisboa, Fubu Editores, 2009, pp. 78-81.

²³ Carlos Moreira AZEVEDO, Dicionário de História Religiosa de Portugal, (...), p. 103.

²⁴ Cf. *Primeiras Constituições Sinodales do Bispado d'Elvas feitas e ordenadas pelo Illusterríssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Sebastião de matos Noronha Quinto Bispo d'Elvas e do Conselho de Sua Magestade*, Lisboa, Lourenço Craesbeeck, 1635. Realizou-se o referido Sínodo na Sé Catedral de Elvas, durante os dias 8, 9, 10 e 11 de Maio de 1633, onde estiveram presentes D. Sebastião de Matos de Noronha, as dignidades que

A questão do seminário diocesano de Elvas, é uma temática pouco abordada pelos diversos autores, quase sempre de um modo superficial, com exceção feita a José Pereira Paiva Pitta, autor da única obra dedicada exclusivamente àquela instituição. Segundo o autor, tudo indica ter sido D. António Pereira da Silva, décimo segundo bispo eleito, o primeiro a tentar erigir um seminário em território diocesano, prevendo, para esta finalidade, o recurso às rendas pertencentes ao extinto convento de Nossa Senhora da Conceição, na vila de Olivença.²⁵

Ainda assim, a fundação de seminário diocesano, não conheceu qualquer desenvolvimento no referido mandato, passando para o seu sucessor D. João de Sousa Castelo Branco, que consegue, por provisão de D. João V (datada de 13 de Setembro de 1727), licença para reedificar o referido convento de religiosas em Olivença e, ali fundar o seminário. A interferência deste instituto com a defesa da praça de Olivença, seria o mote às dificuldades levantadas pelo Governador de Armas, as quais ditariam novamente o seu adiamento.²⁶

Com a nomeação de D. Baltasar de Faria Villas-boas, o processo ganha novo desenvolvimento, suplicando a Sua Santide, para que as rendas inerentes ao antigo convento de Nossa Senhora da Conceição, em Olivença, revertessem a favor do desejado seminário. A sua morte levava a mais uma suspensão do projecto seminaria, cabendo ao sucessor, D. Lourenço de Lencastre, a efectivação do mesmo. O extinto colégio da Companhia de Jesus, em Elvas, passaria a poder albergar o seminário da diocese elvense, antes de receber as devidas bulas (expedidas a 26 de Fevereiro de 1759), cumprindo-se as disposições saídas do Concílio de Trento, no âmbito da educação e instrução de matéria eclesiástica.²⁷

De todas estas circunstâncias, anteriormente focadas, a perda da jurisdição eclesiástica do território de Olivença e seu termo, no decorrer do governo de D. José da Costa Torres, revelar-se-ia, como a mais nociva de toda a existência diocesana, já que economicamente, correspondia a uma elevada percentagem de dízimos recebidos pelo prelado elvense, correspondentes a dois terços do rendimento total.

Com base na correspondência trocada entre D. José da Costa Torres e D. João de Almeida de Melo e Castro, à data, secretário de Estado de Negócios de Guerra, sobre os rendimentos eclesiásticos e problemas resultantes do des-

constituem o cabido, Piores, Reitores e Vigários das igrejas seculares e regulares. No decorrer do mesmo Sínodo foram apresentadas as primeiras Constituições pelas quais se passa a reger o bispado e, nomeados os examinadores e Juízes Sinodais, entre os quais destacamos o Padre Mestre Frei António da Natividade, Prior do Convento de S. Domingos, assim como todos os seus sucessores, assim como, o Padre Frei Diogo de Ataíde, Pregador Geral da Ordem de S. Domingos.

²⁵ José Pereira Paiva PITTA, *Breve Memória do Seminário Diocesano de Elvas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878, p. 7.

²⁶ *Ibidem*, pp. 7-8.

²⁷ *Ibidem*, pp. 8-9.

membramento do território de Olivença da Diocese de Elvas e, posterior união ao Bispado de Badajoz, permite-nos um conhecimento bastante realístico da difícil situação em que se encontrava a Diocese de Elvas neste inicio do século XIX. Assim, «*a terça parte de todos os Dízimos, que entrão no dito Celeiro (...) a decima quinta parte de metade dos mesmos Dízimos destinada pera a sustentação do Culto Divino da sua Cathedral»* e «*certas rendas de trigo, e dinheiro provenientes de fazendas situadas na sobredita Villa, e seu território e aplicadas á conservação do Seminario Episcopal*» até então administradas pela mitra elvense, em virtude de diversas bulas apostólicas.

Apesar das sucessivas tentativas por parte do bispo de Elvas em inverter a presente situação, estas, não lhe retiravam a clarividência da sua condição de chefe de uma diocese menor e, como tal, consciente de que as suas tomadas de posição não teriam suficiente impacto junto da corte de Madrid, tornando-se urgente um claro posicionamento por parte do príncipe regente de Portugal, nomeadamente, junto do papa. Por outro lado, Castela via-se fortalecida com o apoio da Santa Sé, atitude contestada por parte de D. José da Costa Torres, que se via impossibilitado de transmitir ao seu sucessor um bispado ileso, tal como o havia herdado.²⁸

Como se fazia prever, Pio VII a instâncias do monarca espanhol, emite um breve, executado pelo núncio em Madrid, a 30 de Junho de 1803, pelo qual separa definitivamente da jurisdição episcopal de Elvas o território de Olivença, unindo este último à diocese de Badajoz, facto, que D. José da Costa Torres se vê pressionado a aceitar, com a permissão do príncipe regente D. João VI. Ainda assim, a questão da perca do território oliventino estava longe de estar resolvida do ponto de vista eclesiástico, dado o acordo estabelecido com o governo de Madrid, no qual ficaria firmado o pagamento ao prelado elvense, da quantia de cinco mil escudos, o qual nunca se chegou a efectuar.

Em 1804, o provisor do bispado de Badajoz, Gabriel Rafael Blasques Preto, na qualidade de procurador do prelado, devidamente autorizado por cédula real, toma posse do mencionado território, que incluía juntamente com a vila de Olivença, as povoações de S. Jorge, S. Domingos, S. Bento, Vila Real e Tálega, passando o mesmo a ser formalmente incorporado juntamente com os seus habitantes na diocese de Badajoz.

O bispo de Elvas, informado por carta assinada pelo mencionado provisor do bispado de Badajoz, contesta, alegando que o pontífice se referia ao tratado de 6 de Junho de 1801, no qual não se incluía o lugar de Vila Real, pertencente ao termo de Juromenha e não de Olivença, constituindo tal apropriação uma injustiça e, nesse sentido, D. José da Costa Torres dá conhecimento ao ministro e secretário de Estado, António Araújo de Azevedo, que remete o dito assunto para o corpo diplomático.

A questão de Olivença, perduraria até ao governo de D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, 23.º Bispo de Elvas, a quando da emissão da bula

²⁸ *Idem.*

cunctis ubique nota, por Pio VII, no ano de 1808, autorizando a anexação da quarta parte dos rendimentos da mitra de Beja, até que haja uma resolução de carácter definitivo. Previa ainda, a referida compensação do prejuízo causado à Mesa Episcopal de Elvas, o estabelecimento do montante a pagar ao Vigário Capitular, porém, encontrando-se vaga a Sé de Elvas no ano de 1829, D. Luís da Cunha Abreu e Melo, arcebispo de Beja, recusa-se a efectuar o pagamento acordado,²⁹ ainda que o seu antecessor, D. Frei Joaquim do Rosário, houvesse dado consentimento para a referida pensão.³⁰

Seria no reinado de D. Miguel I, que, no seguimento de uma representação do cabido de Elvas, o monarca emite dois avisos expressos, datados de 17 de Setembro de 1829, nos quais declara a sua vontade em ver efectuados os pagamentos das devidas pensões à Mesa Episcopal de Elvas, sendo os mesmos dirigidos ao bispo de Beja e, um outro ao deão e cabido de Elvas.³¹ A vontade expressa pelo monarca no cumprimento da compensação ao bispado elvense, leva-nos a questionar se este é unicamente uma medida de justiça, ou por serem já conhecidos os laços ideológicos que unem a cidade de Elvas, ao absolutismo miguelista.

Através da documentação analisada, não obtivemos qualquer informação da eficácia da medida expedida pelo monarca, porém, dificilmente terá sido executada pelo bispo de Beja, pelo menos até 1834, aumentando ainda mais a improbabilidade, deste ano em diante, dado o distanciamento que ganhava o dito processo, mas sobretudo, pelas novas realidades políticas e sócio-culturais vividas em Portugal.

Relativamente à eventual repercussão no quotidiano diocesano, de acontecimentos como as invasões francesas, ou a guerra civil, que opunha D. Pedro e D. Miguel, a documentação analisada revelou-se-nos pouco expressiva. Todavia, para o caso das Invasões Francesas, segundo uma carta pastoral de Junho de 1808, de Domingos Gomes de Carvalho, Cónego na Sé e Provisor da diocese, (na ausência do Bispo), apela em seu nome à obediência e à paz, por parte da população da cidade de Elvas. Na catedral chega-se a celebrar um *Te Deum* pela protecção divina recebida, e pela salvação dos soberanos e toda a Família Real portuguesa. Neste mesmo edital de 1808, refere-se as tropas francesas como *impíros e roubadores* e, em uma outra pastoral datada de 1811 como «os *taes Christianissimos roubando os altares, profanando os Templos, e os vasos sagrados*» atribuindo-se-lhes igualmente a destruição das casas e a devastaçāo dos campos pelo fogo. Como referia D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Perdigão na dita pastoral: «*Vândalos por imitação, Bárbaros por sistema*»³²

²⁹ Cf. *Idem*, e Carlos Moreira AZEVEDO, *op. cit.*, p. 102.

³⁰ Cf. *O Elvense*, 31 de Agosto de 1882, 3.º ano, n.º 16.

³¹ Cf. Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, Vol. III, p. 11.

³² Cf. Domingos Gomes de CARVALHO, *Edital pelo Qual o Reverendo Doutor Provisor do Bispado de Elvas por Ordem do Excellentissimo Bispo Daquelle Diocese, fez publicar huma acção gratulatoria nos tres dias successivos 29 e 30 de Novembro e o 1.º de Dezembro de 1808 pela Restauração do Feliz Governo de S.A.R, Elvas, 1808*, e José

O bispo D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, no período da ocupação francesa, faz fixar uma pastoral (assinada na Quinta de S. Caetano), datada de 27 de Agosto de 1808, na porta da catedral, assim como, nas restantes Igrejas da sua diocese, no qual se podia ler um claro apelo à concórdia, união e tranquilidade, da qual dependia a salvação do Estado e a felicidade. Face a uma situação de extrema dificuldade, sobretudo, para a parte subjugada, o bispo elvense conseguia pela via diplomática, travar o impulso devastador dos invasores e, mais tarde, após a capitulação de Junot, a ocupação da cidade de Elvas pelos espanhóis, ao mesmo tempo que impedia a ira dos elvenses sobre as tropas francesas.³³

A presença das tropas napoleónicas em território nacional estiveram na origem das contribuições pagas pela Igreja portuguesa e, muito particularmente pela Diocese de Elvas, tendo-se recorrido à prataria religiosa existente nas igrejas e conventos, para depois de cunhadas em moeda, via Erário Régio, financiarem as despesas com a guerra.³⁴

Para a questão das Guerras Liberais (1831-1834), verificamos uma idêntica ausência de estudos no contexto elvense, ainda assim, obras mais abrangentes permitem-nos formular uma ideia precisa a respeito do posicionamento da cidade de Elvas face aos referidos acontecimentos.³⁵ Assim, conhecida como a Praça-forte do Reino de Portugal, a cidade de Elvas teve sempre uma fiel e próxima relação com a facção absolutista, representada por D. Miguel, expressa, por diversas vezes na unanimidade por parte dos habitantes elvenses, em manifestações de apoio à causa miguelista, mas também, à pessoa de D. Miguel, de que é exemplificativo a relação dos festejos por ocasião do seu aniversário, no ano de 1829, existente no Arquivo Histórico Municipal de Elvas.³⁶

Joaquim ANDRADE, *Exhortações pastorais do bispo d'Elvas D. José Joaquim da Cunha d'Azevedo Coutinho aos seus Diocesanos, aos quais recomenda a defesa da Religião, do Soberano, e da Pátria*, Lisboa, Impressão Regia, 1811.

³³ Domingos Gomes CARVALHO, *Estado crítico em que se encontra a Igreja de Elvas no tempo do Governo Francez*, Lisboa, s/ed., 1808, p. 4.

³⁴ Tivemos oportunidade de desenvolver com maior profundidade esta temática, a qual resultou na publicação de um estudo por nós realizado. Veja-se Nuno GRANCHO, “A prata elvense nas contribuições de 1807-1808 e 1834”, in *Revista de Artes Decorativas*, n.º 5, 2011, Porto, Universidade Católica, 2011, pp. 107-132.

³⁵ No contexto das Guerras Liberais, na cidade de Elvas, interessa referir a obra do elvense Eurico Gama, *Elvas entre Dois Fogos: Liberais e Absolutistas*, pese embora, tenhamos optado pela omissão da mesma dado esta, não fazer referência à questão do quotidiano na Diocese elvense.

³⁶ Cf. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ELVAS, *Major José Baião*, Ms. 1018. Um mês após o envio dos avisos régios, para o bispo de Beja, assim como, ao Deão e Cabido de Elvas, seguido do ofício que reconhecia institucionalmente como rei de Portugal D. Miguel I, datado de 16 de Outubro de 1829, tinham lugar na cidade de Elvas (26 de Outubro de 1829) os festejos que assinalavam o aniversário do referido monarca, que tiveram como promotores a Câmara da referida cidade, diversas corporações e os seus

Segundo, o mesmo documento, integraram os referidos «votos públicos», instituições como a «Câmara, Magistrados, Chefes, e Corporações Civis, Militares, e Ecclesiasticas, Seculares e Regulares, e quanto Povo pôde caber».³⁷ Duas outras provas documentais, nomeadamente dois ofícios, um primeiro do Governador da Praça, conde de Barbacena, datado de Julho 1831 e, um segundo, de Outubro do mesmo ano, do então Governador marquês de Tancos, onde se oficializa a «firmesa e entusiasmo» patentes nas tropas de guarnição da Praça de Elvas.³⁸

Caberia ainda a D. Miguel a nomeação de D. Frei Ângelo de Nossa Senhora da Boa-Morte, último bispo eleito da Diocese de Elvas, segundo escolha feita em 1832, tendo a tomada de posse por procuração tido lugar ano seguinte. Esta eleição não teve qualquer efectivação, dado não ter sido reconhecida por D. Pedro IV, o reconhecimento do bispo apenas se verificou em 1841, por decreto régio datado de 20 de Julho do mesmo ano.³⁹

Ainda que se verifiquem procedimentos idênticos, com a vitória do Liberalismo, nomeadamente com a celebração solene de um *Te Deum* na Catedral de Elvas, como acto de Fidelidade, Obediência e Vassalagem a Sua Majestade D. Maria II, prática litúrgica bastante corrente em acontecimentos de primeira importância, não partilhamos porém da opinião de Eurico Gama, que na sua obra *Elvas entre Dois Fogos: Liberais e Absolutistas*, refere que os poderes instituídos da cidade são resultantes das circunstâncias do seu tempo e não de uma verdadeira convicção política.

A partir de 1852 o bispado de Elvas entra num período de vacância, durante o qual o seu governo fica à responsabilidade de um Vigário Capitular até à

habitantes, que viam no monarca o fim do inimigo e a total restituição da paz. Na documentação analisada, faz-se alusão ao içar de bandeiras em todas as fortalezas, a muitos foguetes, ao repique de sinos, aos alegres vivas, às paradas militares, a grandes concentrações de elvenses, à actuação de bandas de música, representações teatrais, danças, discursos e, nas principais vias da cidade, ricas e vistosas cobertas. Fazia igualmente parte do programa comemorativo o habitual *Te Deum*, ao qual assistiram o Governador da Praça, o Governador do Forte de Nossa senhora da Graça, a Câmara, Magistrados, Chefes, Corporações Civis e Militares, Ecclesiásticos, Seculares, Regulares e o Povo, os quais, seguidamente, transitaram pelas ruas, transportando a real efígie de El Rei D. Miguel I. Os festejos decorreram até ao dia 31 do dito mês e ano.

³⁷ *Idem.*

³⁸ *Idem.*

³⁹ Carlos Moreira AZEVEDO, *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, (...), p. 103. Pese embora, a renitência por parte de D. Pedro VI, na aceitação de D. Frei Ângelo, a qual se prende com questões do foro político, em virtude deste prelado ter sido nomeado por D. Miguel, na obra de José Pereira Paiva PITTA, *op. cit.*, p. 50, diz-nos que no inicio do ano de 1834, em virtude das perseguições de que era alvo na cidade de Lisboa, D. Frei Ângelo acabaria por procurar alguma segurança na cidade de Elvas, instalando-se inicialmente no Convento de Santo António, extra-muros, passando posteriormente a instalar-se na cidade, onde permanece até 12 de Junho do dito ano, abandonando a cidade na companhia de António de Sousa Macedo, vice reitor do seminário diocesano.

sua extinção, ocorrida em 1881. Este interregno eclesiástico de vinte e nove anos, denunciava por si só, a intenção do Estado português em extinguir a mitra elvense, dada a recusa do mesmo, com base na Concordata vigente, em eleger novo bispo.⁴⁰

Uma circular régia de 2 de Outubro de 1872, revela-se bastante elucidativa quanto à intenção do Estado português, circunscrever o número de dioceses que devem subsistir. Resumindo, tratava-se de um levantamento com o intuito de se proceder a uma nova estruturação eclesiástica, pelo que se pedia a maior brevidade ao Vigário Capitular, um parecer acerca do mesmo assunto.

A resposta dada pelo Vigário Capitular, salientava as mais-valias da cidade de Elvas e a importância da religião, aproveitando a ocasião para acentuar a necessidade de ampliar os meios de subsistência do referido bispado, apresentando para o mesmo efeito as suas próprias sugestões.

«Nesta Dioceses havia trez conventos de Religiosas sofrivelmente dotados e bem administrados, porem todos trez acabarão, ou por fallecimento da ultima religiosa, ou pela sahida voluntaria da ultima supestite, os rendimentos destes conventos estão entregues a Repartição da Fazenda e por esta são administrados dos rendimentos d'algum destes trez conventos pode muito/ bem algum ser aplicado a Cathedral para/ sustentação do culto e clero da mesma sem [...]do Thesouro, nem o osta que o quadro pesoal seja hum pouco diminuto porque não he para admirar que as Cathedraes de Província não equallem o esplendor de huma Patriarchal ou de huma Bazilica. Os rendimentos de outro dos conventos findos pode ser aplicado a Mitra e por este lado se acimenta a amplitude episcopal diocesana sem que se augmente a despeza do Thezouro.

Os rendimentos do terceiro dos conventos que acabarão por si mesmos podem/ muito bem ser aplicados ao seminario desta Diocese e em elles dar maior amplitude e, desenvolvimento ao mesmo Seminario, principalmente em preparativos, em que tambem se possão instruir estudantes seculares que se destinão ao altar, visto que nesta Diocese não há Liceo algum dos que existem nesta Província são a grande distancia.

Pelo Tratado de 1801 a Mitra d' Elvas perdeu huma das mais preciosas pedras do seu ornato e iurisdição passando Olivença e suas dependências para o Reino d' Hespanha e a jurisdição ecclesiastica para o Bispado de Badajoz e o seminario prdeu seus rendimentos que tambem passarão para o Bispado de Badajoz mais ainda não foi indemnizado, e he esta,/ como parece a occasião mais própria para/ a indemnização.».

Nesta passagem documental é realçada, a importância que o território eclesiástico de Olivença detinha na sustentação económica do culto e clero da Catedral elvense, assim como, do próprio seminário diocesano. O facto de nunca se

⁴⁰ *Idem.*

ter compensado a diocese, leva o Vigário Capitular, a reforçar uma vez mais as sérias dificuldades com que subsiste, pelo que, em sua opinião, seria esta a conjuntura para se proceder à esperada e necessária indemnização.

A par da resposta favorável à manutenção da diocese elvense, por parte do Vigário Capitular, a sociedade civil, organiza-se e faz entregar um requerimento com 655 assinaturas, por intermédio do Cónego Barradas, ao reverendo núncio apostólico, em Lisboa, para a conservação do bispado de Elvas, sendo esta mesma iniciativa repetida pelo prior da matriz de Campo Maior, que soma o número de duzentas assinaturas.⁴¹

Tais iniciativas não tiveram qualquer impacto junto do Estado português, nem junto da Santa Sé, onde em reunião de «*Cardeaes da Santa Igreja Romana, reunidos em Congregação especial para tratar d'este assumpto, e examinado todo elle com madura deliberação, de Seu motu proprio, Sciencia certa e na plenitude da Sua Auctoridade Apostólica, Ha por bem declarar que das dedezesete actuaes Dioceses existentes, suprime e extingue para sempre as cinco de Aveiro, Castello Branco, Elvas, Leiria e Pinhel, com suas Cadeiras Episcopales, Dignidade, titulo, natureza e essência de Cathedraes; por modo que em tempo algum possam assumir tal denominação, ou n'ellas ser alguém provido e constituido Bispo;*»⁴²

A 30 de Setembro de 1881, Leão XIII, expede a bula *Gravissimum Christi*, que extingue a diocese de Elvas, juntamente com as de Aveiro, Castelo Branco, Leiria e Tomar, assim como, o priorado do Crato. A 4 de Setembro de 1882 procede-se à sentença executória da bula papal lavrada pelo cardeal D. Américo, bispo do Porto, interrompendo de forma definitiva os trezentos e onze anos de existência da diocese, correspondentes a 25 bispos, que se regeram por constituições sucessivamente aprovadas e renovadas por quatro sínodos Diocesanos.⁴³

Determinava ainda «*o Santo Padre que as Igrejas Cathedraes extintas sejam para sempre anexadas*»⁴⁴ sendo a Diocese de Elvas anexada à de ra,⁴⁵ «*tudo porém na conformidade das deliberações tomadas na reunião dos Prelados do Reino de acordo com os Ministros de Sua Magestade Fidelíssima*».⁴⁶

⁴¹ Cf. *O Elvense*, 1881, n.º 35 a 37.

⁴² Cf. *O Elvense*, 24 de Setembro de 1882, 3.º ano, n.º 178. As doze dioceses subsistentes foram as de Lisboa, Braga, Évora, Guarda, Beja, Bragança, Miranda, Coimbra, Lamego, Portalegre, Porto, Faro e Viseu.

⁴³ Cf. Carlos Moreira AZEVEDO, *Dicionário da História Religiosa em Portugal*, (...), p. 103.

⁴⁴ Cf. *O Elvense*, 24 de Setembro de 1882, 3.º ano, n.º 178.

⁴⁵ No mesmo periódico podemos verificar as restantes anexações: a de Aveiro anexada à de Coimbra, Castelo Branco a Portalegre, Leiria à de Coimbra e, Pinhel à diocese da Guarda.

⁴⁶ Cf. *O Elvense*, 24 de Setembro de 1882, 3.º ano, n.º 178.

Contributos para a implementação de casas religiosas na Diocese de Elvas

O papel que o prelado elvense deteve na instalação das ordens religiosas no seu território, prende-se, em nossa opinião, por questões tão diversas quanto a cronologia abrangida pelas dezasseis fundações conventuais contabilizadas na geografia diocesana em análise (século XIII a XVII), sendo que para o efeito, apenas foram tidas em consideração as primeiras fundações, de conventos e mosteiros, existentes no território aqui em estudo.

Contudo, sendo a erecção da diocese de Elvas da segunda metade do século XVI, parece-nos evidente, que o dinamismo económico, social e cultural verificado para o caso de Elvas mas, também, de Campo Maior e Olivença – o qual perduraria sensivelmente até finais da primeira metade do Século seguinte – constituíram motivações suficientemente apelativas às ordens religiosas que ali se instalaram em número significativo entre finais de quinhentos e meados da segunda metade de seiscentos.

Sendo a diocese de Elvas o factor contextualizador desta investigação, não podemos deixar de incluir a totalidade das casas religiosas, as quais ainda que fundadas em datas anteriores à sua criação, foram herdadas, assumindo por essa via, a legitimidade necessária para serem incluídas no âmbito deste estudo. Por outro lado, o legado conventual herdado dos territórios desmembrados das dioceses de Évora e Ceuta, constituíam a maioria das fundações existentes na antiga diocese elvense, justificando em nossa opinião a inclusão da totalidade das fundações das ordens religiosas.

Em resultado do levantamento efectuado, com base em três obras de diferentes autores, contabilizámos o total de dezasseis diferentes referências religiosas em territórios pertencentes à antiga diocese de Elvas, constituindo, estas, a base contextualizadora deste trabalho.⁴⁷

⁴⁷ A nossa aproximação ao número de conventos e mosteiros existentes no antigo território da Diocese de Elvas, tiveram por base algumas obras de diferentes autores e cronologias, que vão desde do século XVIII ao século XXI. Neste sentido, destacamos João Baptista CASTRO, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 2.ª edição, Lisboa, Officina Patriarcal de Luiz Francisco Ameno, 1763. Referente à primeira obra, esta, apresenta algumas lacunas, no sentido em que não refere a totalidade dos mosteiros e conventos existentes, ou que existiram na geografia a que nos remete o estudo em causa, nomeadamente, dois conventos de religiosas situados nas vilas de Campo Maior e Olivença. Devemos juntar ao anterior, dois outros autores, Rui Rosado VIEIRA, *Centros Urbanos no Alentejo Fronteiriço: Campo Maior, Elvas e Olivença*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, obra referente aos três maiores centros urbanos do território diocesano, marginalizando todo o restante território. Esta obra, constitui-se como o único estudo, onde nos é referido um convento feminino em Campo Maior, ainda que não apresente uma referência precisa à sua designação ou orago. Por fim, a obra do oliventino Luis Alfonso Limpo PÍRIZ, *Memorial del Antiguo Convento de la Concepción en la Villa de Olivenza*, Badajoz, Edição do Autor, 1999, a qual se restringe às fundações de conventos e mosteiros que tiveram lugar na vila de Olivença.

A par das questões territoriais das dioceses de Ceuta e Évora, o crescimento populacional e o poder económico, constituíram os factores prevalecentes na elevação de Elvas à categoria de cidade e de diocese, no decorrer do século XVI, mas que tem antecedentes no século XV, quando Elvas inicia um significativo crescimento, justificativo dos 1. 916 vizinhos que apresenta, em meados da primeira metade de quinhentos, segundo o levantamento mandado executar pelo monarca D. João III, ao qual aludimos anteriormente.⁴⁸

Segundo o cronista João Cascão, que por ocasião da digressão de D. Sebastião ao Alentejo e Algarve, no ano de 1573, a cidade de Elvas registava um número aproximado de 3. 500 vizinhos, crescimento significativo, tendo em conta a quase duplicação do número de habitantes, num espaço de tempo de apenas quatro décadas, tornando-se, esta, o maior número contabilizado entre as décadas de trinta e setenta do século XVI, decrescendo para um total de 2. 500 vizinhos no ano de 1635, segundo uma descrição dos aglomerados do bispado de Elvas.⁴⁹

Em relação directa com a questão populacional, encontra-se o poder económico, mas também, a localização geográfica da própria cidade, importantes contributos para as questões anteriormente referidas, as quais no seu conjunto, permitiram todo o desenvolvimento ocorrido no decorrer do século XVI até meados do século XVII.

Neste sentido, Elvas dispunha de cursos de água e boas terras agrícolas, elementos naturais importantes para o desenvolvimento desta área geográfica, nomeadamente a partir de meados do Século XV, coincidindo deste modo com o período em que Portugal e Castela passam a deter o domínio das principais rotas marítimas da economia global.⁵⁰

Acresce ainda, um outro factor, que se prende com o facto da cidade de Elvas se encontrar no final do circuito português de uma via internacional, que ligava Lisboa ao interior de Castela e, desse modo à restante Europa, contribuindo para a permanência de inúmeras e variadas gentes, desde as comitivas reais ao mais comum viajante, que tivesse Lisboa como destino ou ponto de partida.⁵¹ A via internacional, constituía por estas mesmas razões, uma mais-valia pa-

⁴⁸ Rui Rosado VIEIRA, *op. cit.*, p. 23.

⁴⁹ *Idem*.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 18.

⁵¹ *Ibidem*, pp. 18-20. Campo Maior e Olivença, territórios integrantes da diocese elvense, acabavam por usufruir, ainda que em diferentes proporções, quando comparadas com a cidade de Elvas, da sua situação estratégica geográfica, na medida em que ambas se situavam na fronteira de Portugal com Castela. Neste sentido, a referida via internacional, depois de Elvas e, antes de entrar em Castela por Badajoz, apresentava uma bifurcação, sendo que por Norte, no sentido de Campo Maior e Ouguela, se estabelecia a ligação a Castela por Albuquerque e, a partir desta à cidade de Salamanca e Valladolid, cidade esta última, que fora sede da corte castelhana, entre 1601 e 1606, capital do Império Espanhol, razões que justificam, em parte, ser este o itinerário mais aconselhado no Século XVI,

ra toda esta geografia de fronteira, entre Campo Maior e Olivença mas, sobretudo, para Elvas.

Assim, tendo presente o conjunto de fundações religiosas na diocese elvense, verificamos que numa totalidade de dezasseis, exceptuando três – uma datada do século XIII e duas do século XV – a larga maioria das referidas fundações, situavam-se indiscutivelmente no período áureo dos três maiores grupos urbanos do bispado (Elvas, Campo Maior e Olivença), ou seja, no decorrer do século XVI e XVII.

A relação directa, entre fundações religiosas e um período de crescimento excepcional da sede do bispado, permite-nos equacionar com alguma sustentação, que a procura desta área territorial por parte das ordens religiosas, se justifica na medida em que mais facilmente encontravam uma clientela com suficiente poder económico, para patrocinar obras pias em troca da salvação da alma.⁵²

Relativamente à distribuição das ordens religiosas, podemos concluir que oito se verificam antes da criação da diocese, das quais seis em territórios desmembrados à diocese de Évora e, apenas dois estabelecidos dentro do que era a antiga geografia diocesana de Ceuta. Por outro lado, tendo em conta que do conjunto das mesmas oito fundações, pré-diocesanas, cinco se encontram dentro da cronologia abrangida pelo período de desenvolvimento da geografia em análise, mais ainda se acentua, o seu carácter económico, na edificação destes mosteiros e conventos, que na sua maioria foram por iniciativa particular.

Relativamente às restantes oito fundações religiosas, pós-diocesanas, verificamos uma maior concentração em relação directa com a hierarquia dos aglomerados urbanos, tal como no conjunto anteriormente analisado, porém, denota-se um equilíbrio conseguido no que se refere às fundações em territórios desmembrados da diocese de Évora e Ceuta, ambos com quatro instituições regulares, assim como, um idêntico equilíbrio no tocante à sua distribuição pelos três principais núcleos urbanos, cada qual com duas fundações religiosas.

Tal perspectiva, permite-nos olhar para o território diocesano, como um importante factor nivelador do número de conventos e mosteiros erigidos na cidade de Elvas e nas vilas de Campo Maior e Olivença, situação que não verificamos anteriormente, dado se tratar de territórios pertencentes a duas diferentes

segundo o *reportório dos caminhos*, para efectuar a viagem entre as cortes de Portugal e Espanha. Por outro lado, Albuquerque passava a deter, por esta altura, alfândega própria, constituindo-se ainda como local de passagem do correio trocado entre as referidas cortes ibéricas. Acresce, ainda, um outro trajecto a Sul, que para além de estabelecer a ligação entre Elvas e Olivença, permitia ainda uma diferente entrada em Castela, através de Valverde e Zafra, que passando por Cáceres, onde entroncava com a *Via de la Plata*, permitia aceder por Norte a Salamanca e, pelo Sul a Sevilha, Málaga e Granada.

⁵² Rui Rosado Vieira chama igualmente à nossa atenção para a questão da expulsão dos judeus de Castela, em finais do século XV, facto que muito contribuiu, em sua opinião, para impulsionar a fundação de algumas Ordens Religiosas em Elvas no decorrer dos séculos XVI e XVII. Cf. Rui Rosado VIEIRA, *op. cit.*, p. 86.

metrópoles diocesanas, as quais divergiam enormemente quanto à área geográfica e sobretudo, em aspectos de cariz económico e de prestígio eclesiástico.

Pese embora uma notória influência dos principais centros urbanos, o território diocesano contava com outros pólos populacionais, os quais, ainda que secundários face aos anteriores, necessitavam igualmente de uma presença de comunidades religiosas, como um importante contributo para a necessidade espiritual da população, paralelamente, ao papel desempenhado pelo clero secular.

Assim, destacam-se as vilas de Alter do Chão, Fronteira e Monforte, para as quais registámos a existência de apenas uma fundação para cada núcleo, sendo no caso de Monforte uma fundação pré-diocesana. Ainda no âmbito das três fundações atrás referidas, duas verificam-se no decorrer do século XVI e, uma terceira, no século seguinte, ou seja, três instituições, resultantes do período de maior expansão da sede diocesana.

O número superior de fundações religiosas no período posterior à criação do bispado de Elvas, correspondentes aos séculos XVI e XVII, justifica-se em certa medida, pelo desenvolvimento ocorrido nos três grandes centros urbanos da diocese, os quais, pela sua superioridade em número de habitantes e, pela concentração de riqueza na posse de algumas famílias, mas sobretudo, de um franco desenvolvimento comercial, permitiu a edificação e a sustentabilidade da maioria das fundações, que integram o conjunto em análise.

Não podemos deixar de referir o papel desempenhado por alguns bispos, ainda que este constitua um factor secundário, comparativamente com os critérios de ordem económica referidos. Sendo oito as fundações pró diocesanas, distribuídas por seis diferentes governos episcopais, destaca-se o bispo D. Manuel da Cunha, mandato no qual registamos a existência de três fundações religiosas e, apenas uma para cada um dos restantes cinco bispos⁵³. São as refe-

⁵³ A ausência de estudos bibliográficos dos diversos prelados elvenses e, a escassez de informação encontrada referente a D. Manuel da Cunha, não nos permite a percepção necessária, no tocante ao seu percurso. Ainda assim, encontramos nas obras analisadas, algumas informações biográficas, nomeadamente, na obra de José Pereira da Paiva Pitta, *Boletim Eclesiástico da Diocese de Elvas* (Ano I, n.º 4, Abril de 1877) e, *A Capela Real: um espaço de conflitos (Séculos XVI a XVII)*, estudo de autoria Diogo Ramada Curto.

No primeiro estudo, encontramos uma referência feita ao traslado da provisão de doação que fez D. Manuel da Cunha da Ermida de Santiago, na cidade de Elvas, aos padres da Companhia de Jesus, o que, por si só, nos indica a presença do 6.º bispo à frente da diocese elvense em Março de 1653. Todavia, na segunda obra, referida anteriormente, o autor alude à presença de D. Manuel da Cunha, como capelão mor de D. João IV, informação confirmada no estudo de Ignácio de Carvalho e SOUSA, “Catalogo dos Bispos de Elvas”, in AAVV, *Collecçam dos Documentos, Estatutos e Memorias da Academia Real da História Portugueza*, Lisboa, Officina de Paschoal da Silva, 1721. A documentação permitem-nos, com as devidas reservas, acentuar a duplicidade de cargos que manteve entre c.1641 e 1658, ano em que deixa o bispado da diocese elvense. A acumulação do bispado, com o prestigiado cargo de capelão mor de D. João IV, permitiria utilizar a influência de que dispunha no desempenho deste, em questões relacionadas com o bispado de que era representante.

ridas três fundações o colégio de Santiago Maior (Companhia de Jesus), o convento S. João de Deus (Ordem Hospitaliera de S. João de Deus), ambos na cidade de Elvas e, convento S. João de Deus na vila de Olivença, pertencente à ordem anteriormente referida.

Os bispos D. António e D. Sebastião de Matos de Noronha, eleitos por Filipe I e Filipe III, foram os principais rostos de uma campanha movida contra a Companhia de Jesus em Elvas, que viu negada a licença régia para edificação do colégio por quatro décadas consecutivas (1604-1644). Iniciada por D. António de Matos de Noronha, a contestação ganhou maior proporção no governo de D. Sebastião, seu sobrinho, conseguindo retirar da posse dos padres Jesuítas a fazenda legada em testamento por D. Aldonça e seu marido, Diogo de Brito, para construção do referido colégio. Neste aspecto, a documentação é bastante reveladora, designadamente, nas razões que D. Sebastião de Matos de Noronha alega para que se não dê licença para edificação colégio da Companhia de Jesus na cidade de Elvas. Assim, da exposição enviada a Filipe III, o bispo elvense sugere que o monarca,

*«nam deve conceder, porque pedindo a já no Concelho de Madrid Dona Jo-
anna Coutinha, 2.ª mulher e testamenteyra de Diogo de Britto. Magestade
lha negou avendo por escuzado o ditto requerimento .em. 27. de Mayo de
.1616. como consta da/ petiçam e despacho junto. Depois disso tornarão os
ditos Padres da Companhia pedir a Vossa Magestade no mesmo Concelho
de Madrid esta propria licença a qual. Vossa Magestade. lhe negou, avendo
por escusado o ditto requerimento por carta de 22. de Novembro de .1621. E
sendo negada duas vezes a ditta licença por. Vossa Magestade. injustamente
e sem fundamento torna o supplicante. nesta petição fazer .3.ª vez o mesmo
requerimento; principalmente quando as razoes que elle nesta petição alle-
ga, se allegaram já a Vossa magestade nos outros requerimentos pello que
nam avendo (como não ha) razam algua se novo que seja concludente e [es-
fica...] nenhum lugar fica ao supplicante (?) pera fazer este requerimento.*

*E o que nesta petiçam allega dizendo que o fundamento porque Vossa Ma-
gestade negou esta licença quando da outraves se pedio, soy por parecer
que a ditta fazenda de Dona Aldonça de Diogo de Brito seu marido, se po-
dia applicar conforme seus testamentos ao casamento de orfas da ditta ci-
dade, e que esse fundamento não he certo».5446*

Concluindo,

*«Principalmente porque se entende que [...] ao que Vossa Magestade teve
pera negar a ditta Licença soy entender que não era necessário na ditta ci-*

⁵⁴ A.H.M.E., *Fundo Colégio Jesuíta de Elvas – “Livro Da Fundação do Colégio, Relação do Principio do Colégio que se há-de fazer em Elvas de que são fundadores Diogo de Brito fidago da casa del rey, e Dona Aldonça sua primeira mulher”*, s/d, MSS. 78, fl. 8 v.

dade edificarse este collegio, por aver nella outros mosteyros de Religiosos bastantes para a capacidade da mesma cidade, que he o motivo que Vossa Magestade tomou pera negar semelhantes licenças pera se edificarem mosteyros em outros Lugares deste Reyno, e esta razão e motivo esta ainda em seu vigor, e contra ella se não allega nem pode allegar cousa em contrario. (...) E todas as razões que concluem não se aver de edificar Collegio, militão pera não se aver edificar Residencia, de que nesta peticam tratam porque nem o nome da casa nem o numero mayor, ou menor dos Religiosos della podem alterar os ditos despachos dados, porque qualquer numero de religiosos faz comunidade e convento; principalmente que os ditos Padres podem começar com. 12. e depois crescerem a mayor numero, como se tem visto em outras casas que neste Reyno edificrão.

E lembra-se a Vossa Magestade que por sua provisão cujo treslado aqui se assenta mandou Vossa Magestade ao Curador da Corte que secrestasse os bens, e rendas, que a ditta dona Aldonça deixou pera este Collegio, e os ditos Padres possuyam; fundando se Vossa Magestade nesta provisam em ter negado esta licença aos ditos Padres pello que estando o negocio já nestes termos com menos funamento podem fazer requerimento e pedir a dita licença a qual Vossa Magestade lhe deve negar mandando que nella se ponha perpetuo silencio». ⁵⁵

Assim, o poder económico de que Elvas usufruía e, consequentemente, Campo Maior e Olivença, constituíam, na nossa perspectiva, um factor determinante para a instalação de conventos e mosteiros no território diocesano, contudo, o bispado acabaria por usufruir, naturalmente, desse mesmo poder, na medida em que se passava a constituir por territórios suficientemente atractivos, pelas doações e dízimos, que um significativo crescimento populacional poderia assegurar, tanto quanto a Igreja, se constituía como a instituição modelar da sociedade portuguesa.

Para um entendimento das diferentes ordens religiosas existentes em territórios da antiga diocese elvense, impõem-se-nos uma clara percepção das características que as definem e consequentemente, dos factores geográficos, estratégico-militares, ou mesmo, sócio-culturais, que paralelamente a uma tão extensa cronologia, contribuem de algum modo, directa ou indirectamente, para a sua implementação.

Posto isto, encontramos no espaço geográfico em análise, cinco diferentes congregações religiosas, sendo estas, a ordem de S. Domingos, S. Francisco, S. Paulo, Companhia de Jesus e Hospitalários de S. João de Deus, o que nos levou a optar por uma análise individualizada de cada uma das ordens religiosas, ao mesmo tempo que assumimos como critério, a cronologia das primeiras fundações.⁵⁶

⁵⁵ *Idem*, fl. 8 v – 9.

⁵⁶ No âmbito das cronologias das primeiras fundações das ordens religiosas na cidade de

A ordem fundada por Domingos de Gusmão constitui a primeira comunidade religiosa a ocupar o território que viria a integrar a diocese de Elvas. Sob o orago de Nossa Senhora dos Mártires, o convento dos frades dominicanos, constituía a primeira expressão de uma nova filosofia de evangelização fortemente apoiada por uma exigente preparação cultural, pelo voto de pobreza voluntária e, pela localização extra-muros, na convicção de que estes eram a visualização pragmática dos novos conceitos de modernidade religiosa a conquistar as mentalidades medievais intra-muros.

Se estes três factores permitiam a sustentabilidade do objectivo primeiro da comunidade dominicana, a pregação, por outro lado, deveremos analisá-la na perspectiva de uma nova estratégia de evangelização, que obrigava a questionar um clero secular e regular, instalado e com práticas sócio-culturais e morais condenáveis, tanto quanto, alheadas das realidades e necessidades quotidianas dos seus crentes.

Tal cenário de proximidade, permitiu aos frades pregadores um imediato sucesso junto das populações, não obstante alguma hostilidade, sobretudo, por parte das altas hierarquias do clero secular, um pouco por todo o território nacional.

Os Franciscanos, constituíam juntamente com os frades pregadores, as ordens religiosas mais emblemáticas dentro dos mendicantes, afirmando-se estas como as mais influentes durante toda a Idade Média. Pese embora, a pobreza, a cultura e a pregação, se constituíssem como os pilares estruturantes de ambas as congregações, a sua aplicação prática divergia entre ambas. Se no caso dos Franciscanos, a pobreza voluntária, era vivida de forma absoluta, no caso dos dominicanos, a pobreza e a cultura, constituíam um processo para alcançar o fim da pregação, merecendo a designação de Ordem dos Pregadores.

Ainda no âmbito das ordens de S. Domingos e S. Francisco, deveremos ter em atenção as comunidades de religiosas, as quais não constituindo uma exceção às próprias Constituições que as definem, apresentam um processo, ainda assim, distinto das comunidades de religiosos. Por outro lado, vivendo as religiosas em clausura, não deixava de estar presente a oração, a vida comunitária e a pregação, contudo, esta última, era feita por via da oração e penitência, processo distinto, mas com a mesma finalidade: anunciar o Evangelho de Deus com o exemplo das suas próprias vidas.

Em suma, a pregação como identidade de ambas as ordens mendicantes referidas, é comum a todas as comunidades religiosas, sejam elas masculinas ou femininas, sendo eventualmente mais directa, no caso das primeiras, assumindo

Elvas, não podemos deixar de mencionar uma outra situação relativa aos religiosos Agostinhos Descalços, os quais na opinião de Victorino d'Almada tiveram pretensão de ali se instalar, tentativa imediatamente contestada pelos Capuchos da Província da Piedade, que exercem influências junto do príncipe D. Pedro. A petição apresenta por estes, fundamentava-se no facto dos primeiros não apresentarem licença para erigirem casa, levando os segundos a obter resposta favorável por parte da Casa da Suplicação a 12 de Junho do ano de 1674. Cf. Victorino d'Almada, (...), pp. 120-121.

um carácter mais místico, se assim o entendermos, quando analisada no contexto das comunidades femininas.

A presença dos frades paulistas em Elvas, remonta ao início do século XV, quando ainda sob a designação de eremitas da Pobre Vida de Jesus Cristo, se instalaram no termo da dita cidade. De uma vida eremítica dedicada à contemplação, passamos a visualizar a partir de 1578, já sob o título de S. Paulo, uma vida comunitária que considera, também ela, a pregação, passando a integrar as denominadas ordens mendicantes.

A Companhia de Jesus, surge como a ordem religiosa da Contra-Reforma, por excelência, residindo na acção educativa, nos exercícios espirituais, na pregação e na missão, os principais ministérios desta congregação. Coincide a sua implementação em Portugal, no início da Idade Moderna, com um período de acentuado declínio do clero regular, as quais «*andavam depravadas em forma da sua regra*» em parte justificados pelos «*esplendores do renascimento literário e do luxo faustoso que o deslumbramento e riquezas da Índia meteram em Portugal*».⁵⁷

Finalizamos, esta sumária análise, com a Ordem Hospitaliera de S. João de Deus, que tal como se designa era uma Congregação religiosa, equiparável a ordem, destinada a socorrer os mais enfermos, quer numa perspectiva médica, quer espiritualmente. Após a Restauração de Portugal, passam a administrar os Hospitais Militares do reino – passando o Prelado a deter o título de Enfermeiro-Mor – detendo uma primordial importância no auxílio aos soldados portugueses feridos em batalha.

A aplicação destas diversas filosofias religiosas, à realidade diocesana elvense, expressa-se desde logo numa presença numérica de edificações da ordem de S. Francisco, bastante superior, quando comparadas com as demais ordens religiosas enumeradas, constituindo estas, precisamente, metade do número total de conventos e mosteiros em análise neste estudo. Relativamente à sua distribuição, contrariamente às restantes ordens, esta é bastante transversal, pelo que podemos encontrar-las em Elvas, capital diocesana, ou em outros centros urbanos relevantes, como Campo Maior e Olivença, mas também, em vilas secundárias como são os exemplos de Alter do Chão, Fronteira e Monforte.

Entre os oito registos encontrados referentes à ordem de S. Francisco, podemos ainda proceder a uma subdivisão em comunidades de religiosos e de religiosas, sendo as primeiras em maior número, com um total de cinco e apenas três o número verificado para o ramo feminino.

Observando a ordem de S. Domingos, apenas encontramos duas fundações, ambas erigidas na cidade de Elvas, constituindo-se, naturalmente, por uma fun-

⁵⁷ Cf. Francisco RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assisiência em Portugal: A Fundação da Província Portuguesa 1540-1560*, Tomo I, Porto, Apostolado da Imprensa, 1931. Referencia feita por D. Fernando de Farão, filho do mordomo-mor da rainha, por ocasião das Cortes de Évora de 1544.

dação de religiosas e uma de religiosos, apresentando estas, uma cronologia bastante díspar entre si, mas também, no conjunto das dezasseis instituições, tendo em conta o ano de 1267, como data de fundação do convento de Nossa Senhora dos Mártires, pertença da família dominicana.

Tal cronologia, permitiu ao convento de S. Domingos, um percurso de algum paralelismo ao de Elvas, durante aproximadamente seis séculos, o mesmo período de tempo, sensivelmente, correspondente à existência de Elvas cristã. Acresce, porém, uma outra particularidade associada a esta mesma fundação religiosa, que se prende com o facto da mesma, constituir a primeira fundação no espaço territorial que futuramente viria a constituir a diocese elvense, o que se verificou durante um século e meio.

Tendo em conta, tratar-se de uma fundação religiosa pré diocesana, à data parte integrante da diocese de Évora, mais se afirma esta fundação dominicana, quando examinadas as restantes fundações desta ordem, existentes na dita diocese eborense. Assim, após um atento exame à obra de João Baptista de Castro, concluímos tratar-se da primeira comunidade religiosa da ordem de S. Domingos a ocupar o espaço territorial abaixo da linha do Tejo, seguida de Évora no ano de 1286.⁵⁸

Os Paulistas, registam apenas uma fundação conventual em toda a geografia diocesana, à semelhança da Companhia de Jesus, ambas situadas na cidade de Elvas. Se a estas, juntarmos as duas fundações dominicanas, a que nos dedicamos anteriormente, concluímos, que para os casos em que se verifica apenas uma fundação de uma determinada ordem, em território diocesano, ou duas, tendo em atenção as comunidades femininas, as mesmas incidem na totalidade dos casos, na sede de bispado.

A Ordem Hospitalária de S. João de Deus, apresenta um total de três fundações situadas na cidade de Elvas e nas vilas de Campo Maior e Olivença, os três principais núcleos urbanos, compreensível, dada administração dos Hospitais Militares por parte da dita ordem religiosa e, por estarmos na presença de três importantes Praças de Armas da fronteira portuguesa, factor por si só, justificativo da sua presença.

Estudos

- ALMADA, Victorino d', *Elementos para um Diccionario de Geographia e Historia Portuguesa: Concelho d'Elvas e extintos de Barbacena, Villa-Boím e Villa Fernando*, Elvas Typografya elvense, 1889.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1968.
- AZEVEDO, Carlos Moreira de, *História Religiosa de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

⁵⁸ Cf. João Baptista CASTRO, (...), pp. 99-101.

- BARATA, António Francisco, *Memória histórica sobre a fundação da Sé de Évora e suas antiguidades com os esboços chronologicos – biographicos dos Bispos e Arcebispos d' ella*, Évora, Minerva Comercial, 2.ª edição, 1903.
- CABEÇAS, Mário, *A Transfiguração Barroca de um Espaço Arquitetónico. A Obra setecentista na Sé de Elvas*, Vol. I, (dissertação de mestrado em Arte Património e Teoria de Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Lisboa, FLUL, 2011.
- DIAS, João, *Gentes e Espaços*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.
- DIAS, João José Alves, *Nova História de Portugal. Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, Vol V, Lisboa, Presença, 1998.
- GRANCHO, Nuno – *A Extinção dos Conventos na Antiga Diocese Elvense: o exemplo histórico-artístico de S. Domingos de Elvas*. (Dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Lisboa, FLUL, 2010.
- PÍRIZ, Luis Alfonso Límpio, *Memorial del Antiguo Convento de la Concepción en la Villa de Olivenza*, Badajoz, Edição do Autor, 1999.
- RODRIGUES, Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência em Portugal: A Fundação da Província Portuguesa 1540 -1560*, Tomo I, Porto, Apostolado da Imprensa, 1931.
- SOROMENHO, Miguel, *A Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX. A Arquitectura do ciclo filipino*, Lisboa, Fubu Editores, 2009
- VIEIRA, Rui Rosado, *Centros Urbanos no Alentejo Fronteiriço: Campo Maior, Elvas e Olivença*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

Periódicos

- BORGES, Artur Goulart de Melo, “A Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Elvas”, in *Monumentos*, Revista semestral do património construído e da reabilitação urbana, n.º 28, Dezembro de 2008, pp. 102-113.
- GRANCHO, Nuno, “A prata elvense nas contribuições de 1807-1808 e 1834”, in *Revista de Artes Decorativas*, n.º 5, 2011, Porto, Universidade Católica, 2011, pp. 107-132.
- SOUSA, Ignácio de Carvalho e, “Catalogo dos Bispos de Elvas”, in AAVV, *Collecção dos Documentos, Estatutos e Memorias da Academia Real da História Portugueza*, Lisboa, Officina de Paschoal da Silva, 1721.
O Elvense, 1881, n.º 35 a 37.
O Elvense, 31 de Agosto de 1882, 3.º ano, n.º 16.
O Elvense, 24 de Setembro de 1882, 3.º ano, n.º 178.

Fontes impressas

- ANDRADE, José Joaquim, *Exhortações pastorais do bispo d'Elvas D. José Joaquim da Cunha d'Azevedo Coutinho aos seus Diocesanos, aos quais recomenda a defesa da Religião, do Soberano, e da Patria*, Lisboa, Impressão Regia, 1811.
- CARVALHO, Domingos Gomes de, *Edital pelo Qual o Reverendo Doutor Provisor do Bispado de Elvas por Ordem do Excellentíssimo Bispo Daquelle Diocese, fez publicar huma acção gratulatoria nos tres dias successivos 29 e 30 de*

A Instituição e a Geografia Diocesana Elvense no Contexto da Fundação

Novembro e o 1.º de Dezembro de 1808 pela Restauração do Feliz Governo de S.A.R, Elvas, 1808.

CARVALHO, Domingos Gomes, *Estado critico em que se encontra a Igreja de Elvas no tempo do Governo Francez*, Lisboa, s/ed., 1808.

CASTRO, João Baptista, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 2.ª edição, Lisboa, Officina Patriarcal de Luiz Francisco Ameno, 1763.

PITTA, José Pereira Paiya, *Breve Memória do Seminário Diocesano de Elvas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878.

Primeiras Constituições Sinodales do Bispado d'Elvas feitas e ordenadas pello Illustríssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Sebastião de matos Noronha Quinto Bispo d'Elvas e do Conselho de Sua Magestade, Lisboa, Lourenço Craesbeeck, 1635.

Fontes manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ELVAS

Major José Baião, MSS. 1018.

Fundo Colégio Jesuítas de Elvas, MSS. 78.



UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O POVOAMENTO ROMANO NO CONCELHO DE VILA VIÇOSA

André Carneiro*

1. Âmbito do presente estudo

O propósito do presente artigo centra-se na tentativa de ensaiar uma interpretação sobre o povoamento romano no concelho de Vila Viçosa. Resulta de um projecto mais alargado, consubstanciado na tese de doutoramento intitulada *Povoamento rural no Alto em Alentejo em época romana. Vectores estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia*¹, onde para cada concelho da área em estudo se procedeu a um inventário comentado de cada um dos sítios arqueológicos de época romana conhecido ou identificado, antecedido de alguns comentários de enquadramento geográfico e historiográfico. Portanto, o presente artigo pretende divulgar o capítulo então apresentado sobre o concelho de Vila Viçosa. Apenas se procedeu a algumas correcções de frases ou raciocínios que se entendeu clarificar, respeitando-se o que então foi escrito.

Note-se ainda que o estudo citado visava proceder a uma síntese de conhecimentos sobre os sítios com ocupação romana em todo o distrito de Portalegre e ainda nos actuais concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa. Para tanto foi necessário consultar todas as fontes de informações possíveis, mesmo as não publicadas, como relatórios de trabalhos arqueológicos, teses académicas ou planos efectuados em âmbito autárquico (Planos Directores Municipais, Planos de Pormenor, etc.). Em cada concelho foram feitas algumas prospecções para procurar confirmar essas informações no terreno e para proceder à geo-

* CHAIA/Universidade de Évora

¹ Carneiro, 2011. O texto relativo ao concelho de Vila Viçosa publica-se no volume II, pp. 337-348.

-referenciação de coordenadas, visto que um dos propósitos passava também para criar um modelo de análise territorial em Sistema de Informação Geográfica². Note-se contudo que os trabalhos de prospecção no terreno foram muito localizados e raramente feitos de forma sistemática (dada a enorme extensão territorial em estudo), pelo que só pontualmente foram identificados sítios inéditos (nem esse era o propósito metodológico do presente estudo). Portanto, a informação coligida permite proceder, pela primeira vez, a uma leitura de conjunto de toda a área geográfica e de cada concelho em particular.

2. O concelho de Vila Viçosa: do território físico ao território mitificado

Vila Viçosa constitui um dos mais pequenos concelhos do Alentejo, com apenas 194,62 km² de área. Por circunstâncias várias, sobretudo de âmbito fisiográfico, trata-se de um território muito dividido e compartimentado, com cinco freguesias e uma vincada diversidade de paisagens.

No concelho termina a formação geológica conhecida como Anticlinal de Estremoz, que na sua orientação noroeste/sudeste corre paralela à Serra d’Ossa, embora com características geológicas muito diferentes. O anticlinal condiciona fortemente o relevo do concelho, assumindo-se como verdadeira espinha dorsal que, com as suas oscilações muito dobradas, modela de forma muito vigorosa a paisagem. A pressão tectónica que originou esta formação conduziu à presença de curvas de nível muito acentuadas e de grandes elevações que, como a Serra da Vigária, constituem bloqueadores naturais de circulação. Como nos concelhos vizinhos, em Vila Viçosa temos vales muito cavados e curvas de nível muito acentuadas, contrariando a imagem pré-concebida de um Alentejo plano.

Este panorama também é válido – *mutatis mutandis* – para as restantes áreas do concelho onde o anticlinal não se manifesta, mas em que temos uma periferia fortemente cavada, mostrando as tremendas pressões tectónicas que se manifestaram na modelação da paisagem. Na área leste do concelho, para lá de Pardais e já na área de S. Romão, o relevo encontra-se acentuadamente declinado. A circulação entre pontos vizinhos é muito difícil, sendo escassas as áreas de transitabilidade. As ribeiras de Borba e da Asseca correm muito encaixadas, rolando entre as fragas xistosas com grande estrépito no Inverno, mas secando quase totalmente no Verão. Como os declives são pronunciados, e os subsolos xistosos predominam, os solos não se encharcam de água, que escoa directamente para os cursos de água que, por isso, aumentam significativamente o seu caudal. Aqui a paisagem é dominada pelos afloramentos de xisto e pelas estevas, que monopolizam o coberto vegetal. Neste extenso corredor, paralelo a leste ao anticlinal de Estremoz, encontramos os grandes povoados da Idade do Fer-

² Ferramenta de análise essencial para os estudos de território, mas que infelizmente ainda não é muito utilizada na Arqueologia em Portugal. Estes trabalhos de inserção de dados em sistema SIG foram realizadas por Joana Valdez, a quem muito agradeço.

ro e de época republicana, como o Castro da Bria ou o fortim do Outeiro Pintado. Mas não se cartografa o povoamento imperial, acomodado em torno de ambientes menos inóspitos.

Todavia, a grande força transformadora da paisagem ocorreu nas décadas mais recentes: mas ainda do que nos concelhos vizinhos de Estremoz ou Borba, em Vila Viçosa a extracção de mármore criou um definitivo impacto na percepção do espaço. A área ocupada pelas pedreiras é muito extensa, dominando toda a faixa ocidental e o corredor central do território. A qualidade do mármore e a sua pureza são aqui de um índice muito elevado, conferindo a Vila Viçosa e a Pardais uma reputação mundial. Observa-se uma variação em relação ao âmbito extremocense e borbense, pois a partir da zona de Peixinhos (no limite sudeste do aglomerado urbano da sede de concelho) e até Pardais ocorrem os designados mármores escuros da Ruivina, formados em ambiente redutor sobrejacente aos mármores “clássicos”. Esta mancha declina para sudoeste em direcção a Bencatel, Barro Branco e terminando a norte na zona da Glória de Estremoz, sendo por isso muito localizada. A diversidade marmórea em tão curtas extensões é outro traço indicador desta heterogeneidade já mencionada.

Infelizmente, é também a continuidade desta exploração para os tempos actuais que nos veda a percepção da realidade que teria ficado de tempos romanos. A intensidade no aproveitamento dos mármores, em escala industrial na segunda metade do século XX, levou à delapidação das evidências anteriores. Onde anteriormente teríamos os cortes superficiais, temos agora profundas crateras; onde se encontravam os pontos de povoamento, estão agora pavilhões industriais. Tirando o caso na pedreira da Vigária, onde ficaram vestígios que foram devidamente salvos, em outros locais de exploração não temos quaisquer informações sobre o que terá ficado dos tempos romanos.

Um universo geralmente ignorado no concelho, porque ofuscado pela relevância concedida aos mármores, centra-se na existência de outros importantes recursos geológicos e mineralógicos. Em vários pontos do espaço calipolense existem relatos sobre explorações de filões de minério ou de outras rochas ornamentais para além do mármore. O caso mais conhecido será a mina de Miguel Vacas junto a Pardais, onde durante o século XIX se procedeu à exploração de cobre, de chumbo e de zinco. O local é conhecido mundialmente pela ocorrência de cristais de malaquite, aqui acorrendo especialistas no domínio da Geologia com a intenção de os ver. Estes pontos de afloramento de mineralizações são bastante frequentes no anticinal, embora nem sempre ocorram com densidade suficiente para propiciar uma exploração mais efectiva.

Em outros locais também se referem explorações mineiras, como na Serra das Correias e em Coroados, já próximo de Juromenha, em elevações em cujo sopé se situa a *villa* da Torre do Cabedal. Também na mina de Veiros ou de Vieiros, já próximo de Pardais, se fez extração em galerias. E em notícias antigas fala-se de “os altos das Ferrarias com muitos poços de exploração de minas de

cobre do tempo dos Romanos; e para o poente está o outeiro da Almagreira com a sua mina de ferro manganés, tendo mais perto de si o vilar mais pequeno”³, próximos também de Pardais.

Outra riqueza do concelho é a fertilidade dos seus solos, que aliás originaram o seu topónimo. Ricos vales, com solos barrentos e argilosos (demonstrados pela existência de uma denominação de “Barro Branco”), predominam em todo o território, exponenciados pela densa rede hidrográfica. A agricultura de horta atinge aqui elevados índices, propiciando um policultivo muito intenso. É certo que em algumas áreas os terrenos estão condicionados pelo relevo ou pela exploração dos mármoreis, mas nos espaços livres as possibilidades são muito grandes.

Assiste-se ainda a uma rede hidrográfica orientada para a bacia do Guadiana. Alguns cursos apresentam grande caudal, como a ribeira de Muros, que por vezes serpenteia de forma muito cavada entre as depressões xistosas. Do lado oposto, o principal curso é a ribeira de Tera, que por vezes circula com grande estrépito na base da Serra d’Ossa. Em todo o concelho encontramos aquíferos, por vezes muito abundantes, como por exemplo acontece em Bencatel, onde a toponímia actual fossilizou várias “azenhas”⁴.

Embora a sede de concelho tenha sempre sido um reconhecido pólo de produção de saber e conhecimento, essencialmente originadas na órbita eclesiástica, nunca se assistiu a um olhar mais profundo sobre o conhecimento do passado romano que permitisse romper a cortina da tradicional leitura da existência de *Callipole* e de um santuário a Proserpina. Em Vila Viçosa o passado confunde-se com a lenda, e esta alimentou uma mitologia local que acabou sempre por prevalecer sobre um estudo mais sério e sustentado que permitisse comprovar, de facto, as pretensas antiguidades heróicas. Tendo sido lugar de depósito de materiais e elementos provenientes de outros locais, incluindo os do santuário de *Endovelico*, a vila acabou por nunca se constituir como uma entidade criadora de um saber mais estruturado em torno do conhecimento concreto das realidades de terreno. Desta forma existem várias extrações abusivas, construídas a partir de materiais emblemáticos que aqui foram depositados, mas que provavelmente não foram aqui encontrados (como as epígrafes de Proserpina ou o marco miliário da via XII), referenciando-os como emblemas de um ilustre passado local, que assim legitimava uma grandeza contemporânea. Esta projecção do presente no passado, ou a apropriação de materiais recolhidos no entorno mas não na localidade, sustentando uma história mítica local, acabou por ser mais lesiva do que benéfica, pois misturou o plano da realidade com o da lenda, contribuindo para o afastamento de um efectivo conhecimento histórico.

A obra em que mais claramente vemos este propósito é, contudo, a mais útil pela profusão de informações de campo nela contida. Mas são dados empolados, artificialmente engrandecidos e utilizados em favor do enaltecimento do

³ Espanca, 1983: 33. Todas as citações são retiradas do fascículo n.º 2 salvo menção em contrário.

passado local. Com redacção iniciada em 1865 e publicação em 1885, as *Memórias de Vila Viçosa* do Padre Joaquim José da Rocha Espanca⁴ são ainda hoje o melhor testemunho para o conhecimento dos achados e realidades de terreno, mas onde é tarefa complexa destrinçar o facto da lenda. Porventura a passagem mais emblemática será a da ligação da colonização do Alentejo às narrativas bíblicas, com os descendentes de Jafet, filho de Noé, a entrarem na região a partir de 2800 da Criação do Homem, ou 1200 a.C.⁵, fundando então Vila Viçosa. Esta mistura entre ficção e realidade segue de perto, aliás, a via já trilhada por André de Resende, de quem utiliza abundante informação. Mas a obra é de uma utilidade por conceder informação sobre um conjunto de sítios entretanto devorados pelo crescimento das pedreiras, e que desta forma ficaram unicamente testemunhados pela prosa de Espanca⁶.

Este profundo trabalho de tessitura de um passado mítico alicerçado nas evidências de terreno mais notáveis (independentemente da sua proveniência) poderia ter desencadeado um movimento de estudos, de referencias e de análise que envolvesse a massa crítica que a vila sustentava. Mas ficou como exemplo isolado, como paradigma reflexivo futuro que não deixou descendência. À sua sombra alicerçou-se a memória mítica de um passado grandioso, sem que nada fosse feito no terreno para procurar comprovar essa lembrança. Encontramos em outros concelhos outros paralelos: em Portalegre, por exemplo, com a memória transferida de uma mítica *Medobriga* a partir do testemunho de Frei Amador Arrais; mas talvez o local onde este fenômeno se tornou mais emblemático seja precisamente aqui, em Vila Viçosa, onde o paradigma ainda hoje persiste, pairando sobre a perspectivação do que foi o passado local.

Por estes motivos o efectivo conhecimento de terreno dos testemunhos locais é muito precário, contrastando-se a pretensa grandiosidade do passado – para mais irremediavelmente perdida pelo avançar das pedreiras – com a parca informação que o presente possibilita. Deste contraste desmotivante resulta um vazio de investigação; os dois únicos documentos existentes demonstram e lamentam este paradoxo⁷.

Os trabalhos de terreno mais recentes são escassos e genericamente não publicados. Na década de oitenta o Grupo de Estudos da Serra d’Ossa (GEO) pretendeu concretizar uma *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Viçosa*. Aparentemente por falta de condições logísticas o projecto não teve seguimento. Da mesma forma, embora o primeiro Plano Director Municipal de 1995 não

⁴ Espanca, 1983.

⁵ Página 20 e seguintes.

⁶ Por exemplo, as descrições em torno de Bencatel e de Pardais (p. 30-33).

⁷ PDM Vila Viçosa – Revisão 2005 (ProEngel – projectos de arquitectura & Engenharia); Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Vila Viçosa – História urbana de Vila Viçosa, GTL Vila Viçosa, 1999-2001 (autoria de Paula Mendes Rosado).

apresente descriptores na área do património arqueológico, entre 1998 e 1999 terão sido conduzidos alguns trabalhos na sequência da sua primeira revisão, conduzidos por Manuel Calado, mas que também não foram noticiados, sendo que a revisão de 2005 não os inclui. Por estes motivos, considera-se que o volume de informações existente sobre o concelho encontra-se ainda muito longe de poder fornecer uma informação fiável e representativa.

3. Catálogo de sítios romanos no concelho de Vila Viçosa

1. Vigária⁸

CMP 426 / CNS 5835 e 29083

Na área administrativa da empresa estão em exposição os vestígios encontrados: blocos de mármore com cunhas de extração e rolos de mármore, talvez para posterior talhe de colunas e sarcófagos. Não há memória de existência de quaisquer indicadores de povoados ou de necrópoles, apenas das evidências de exploração, pois os afloramentos apresentavam cortes e negativos de extração, que se encontravam a uma cota superficial muito elevada e foram imediatamente destruídos pelo início da laboração contemporânea. Também se encontravam à superfície capiteis e colunas inacabados, além de uma estátua de um togado, também inacabada (hoje guardada em armazém).

O elemento mais emblemático será talvez o baixo-relevo com a figuração de uma divindade aquática que foi encontrado *in situ*, sendo então removido em bloco. Sob o elemento brotava uma nascente, que na sua escorrência se depositava em uma cavidade, formando então uma piscina natural.

A laboração iniciou-se pelo menos em meados do século I d.C., a julgar por materiais soltos aqui recolhidos⁹. Na obra de P.^o Espanca apenas surge uma menção a este local indicando o achado de sepulturas¹⁰.

⁸ Ao Eng. Barros, da Solubema, agradeço a amável visita guiada ao local e todas as informações gentilmente prestadas sobre a paisagem existente antes do início da exploração da pedreira actual.

⁹ RP 6/244: fragmento de *terra sigillata* galo-romana com marca GEMINV e um fragmento de cerâmica de paredes finas pré-flaviano.

¹⁰ “Em 1886 [...] na herdade da Vigária, próximo do Monte do Barrinho, grande lajões de piçarra e de mármore de um jazigo redondo com cinco metros de diâmetro. Fui vê-lo a 8 de Março; e observei que no centro jaziam muitos crâneos, tibias e tornozelos, cobertos de pedras grossas colocadas sem ordem, parecendo cadáveres mortos numa batalha. Mais abaixo estava um túmulo já arrombado.” (Espanca, 1983: 81).

2. Herdade do Padrãozinho

CMP 427 / CNS 1310

Conjunto muito vasto (no total, 189) de sepulturas intervencionadas e dadas a conhecer por Dias de Deus, Henrique Louro e Abel Viana¹¹ pertencentes a um “complexo” “conjunto de necrópoles”, como afirmaram. Dois conjuntos com sepulturas de inumação espacialmente distantes em 200 metros (necrópole n.º 1 com 54 sepulturas, das quais apenas cinco com espólio, denunciando uma cronologia muito tardia, e n.º 3, não intervencionada e com topos de sepulturas aflorando), e também dois conjuntos espacialmente próximos, mas com rito de incineração, sendo as coberturas feitas com lajes, com tegulas ou com pedras sobre as urnas: aparentemente uma ainda da Idade do Ferro (necrópole n.º 2, com sete sepulturas); na necrópole n.º 4 foram escavadas 128 sepulturas de incineração com grande diversidade formal e de espólio. Destaca-se a grande quantidade de materiais depositados, em especial de artefactos em metal. Desconhece-se o ponto de povoamento correlacionado, embora se mencione um local com “vestígios de cimentos de edifícios” onde existiriam silhares de granito e um capitel em mármore¹². Quanto à(s) necrópole(s), trata(m)-se de um conjunto fulcral que merece(m) uma reavaliação, de modo a entender esta longuíssima diacronia de um espaço funerário onde uma vasta comunidade se fez tumular.

Outras referências: RP 6/246; Viana, 1953; Viana & Deus, 1955; Alarcão, 1968: 2; Nolen, 1985; Frade & Caetano, 1993.

3. Fonte da Horta do Soares

CMP 427

Fonte térrea que os locais consideram como romana. A seguir ao período da Reforma Agrária, um tractor colocou à vista uma laje de mármore de grandes dimensões. Logo nesse momento foi feita uma escavação, tendo sido encontrado uma necrópole romana na baixa do terreno, junto da fonte. No local não se encontram vestígios, embora no momento da visita¹³ a vegetação impedisse uma correcta observação.

Referência: Inédito.

¹¹ 1955: 570 e 577, nota 2.

¹² Viana & Deus, 1955.

¹³ 24.03.2008.

4. Pomar d'El Rei CMP 427 / CNS 5286

Necrópole correspondente à *villa* da Torre do Cabedal. As primeiras referências são muito antigas, mas passaram despercebidas:

“Pomar d’El-Rei

Na herdade da Torre do Cabedal. Quando ha poucos annos se demoliu um forno que havia defronte da entrada do casal, achou-se um fragmento de campa romana em que apenas se liam estas letras:

Lael

F.an

S.t.

Foi enviada à secção archeolog. da Biblioth. municipal.¹⁴

Muito recentemente foram descobertas e escavadas clandestinamente mais sepulturas, por ordem da proprietária.

Outras referências: RP 6/247.

5. Torre do Cabedal

CMP 427

Um dos mais monumentais e ignorados sítios do Alto Alentejo. Conhecido de há muito, escavado sem que alguma memória tivesse sido produzida, mas hoje remetido ao silêncio.

A *villa* romana encontra-se sob a atalaia reconvertida em casa de habitação, “un gran área residencial, que debería ocupar la plataforma donde se construyó el caserío de la actual propiedad”¹⁵. As estruturas apresentam uma impressionante monumentalidade e estado de conservação, mas a profusão de elementos construídos torna complexa uma interpretação. Identifica-se parte de um edifí-

¹⁴ Almada, Vol. 45: Pica-Porta. O autor menciona, na mesma entrada, que “O Pe Carvº na Chorog. Port., tratando de V Viçosa diz que no pomar del Rei havia a ermida de S. Paio no seu tempo”. Notícia da descoberta e impressões de terreno dadas pelo autor em *O Elvense* n.º 52, 05.Junho.1881, p. 2 [coluna de notícias]. Mais tarde surge divulgada da seguinte forma:

“26. Fragmento de uma campa romana (de marmore branco) em que distinguem as seguintes letras da inscrição:

Lael....

.F.an...

...ST...

[...] encontrada [...] no entulho proveniente da demolição de um forno, no Pomar de El-Rei, da herdade da Torre do Cabedal, concelho de Villa Viçosa. [...]” (Pires, 1901: 216). Ver também IRCP n.º 457.

¹⁵ Reis, 2004: n.º 125.

cio termal, notando-se ainda uma *natatio* com duas pequenas escadarias laterais, entre outros espaços mais difíceis de relacionar.

Outra notícia surge proveniente de um correspondente de Leite de Vasconcelos, Lereno Antunes: “Sou e resido em Elvas, e pela minha vida de lavrador (agricultor) percorro muito os campos onde tenho encontrado muitos restos arqueológicos de que desejo que V. Ex.^a tome conhecimento [...].

Existe na herdade de Torre de Cabedal, vestígios de uma luxuosa e grande “villa” romana. Foi rendeiro muitos anos desta herdade meu pae, e por s/ morte continua-a explorando minha mãe e irmãos. Ha anos perto do monte levantaram os arados um bocado de mosaico; e, motivado talvez mais pela minha curiosidade, procedeu-se a escavações, conseguindo por-se a descoberto o pavimento de mosaicos de um balneário romano muito bem conservado, com primorosos desenhos, destacando-se à roda do ralo, que era de marmore e estava deslocado, uma cercadura com peixes. Pouco mais se escavou, e por motivo de minhas ausências longas, não se continuaram mais os trabalhos. Sempre foi meu desejo que estes mosaicos fossem para o Museu Municipal de Elvas. Infelizmente assim sucedeu. Digo infelizmente porque a pessoa, que na sua qualidade de conservador do museu, dirigi os trabalhos de levantamento, não conseguiu que fosse retirado convenientemente e hoje vejo com muita magoa minha, a impossibilidade de se reconstituirem, e terem que se perder algumas partes por ser retirado muito fragmentado, sendo hoje um quebra-cabeças sem resultado a sua reconstituição.

Eu desejava que o local fosse visto por pessoa entendida, porque me parece que devem dar resultado, umas explorações metodicas e bem dirigidas. Em tempos convidei, quando ainda no Museu Ethnologico o Dr. Virgilio Correia, que fora meu condiscípulo, mas a sua prometida visita nunca chegou a realizar-se. Não sendo meu desejo entrar em descripções e suposições não quero deixar de dizer que o monte da Torre de Cabedal tem uma torre muito antiga cuja época não sei determinar, e que bastante perto existem mais duas, e ao redor tem sido descobertas muitas sepulturas, uma ou umas das quais deram bastantes peças de vidro, que possuo, que existem muitos alicerces, e o terreno está cheio de fragmentos de telha romana, argamassas, etc.”¹⁶

Mais tarde o local foi intervencionado em extensão, daí que algumas estruturas estejam hoje visíveis. Contudo, nenhum registo existe sobre estes trabalhos, nunca publicados. O referido mosaico, com figurações piscícolas, encontra-se hoje na colecção do antigo Museu de Arqueologia de Elvas.

¹⁶ Correspondente 152; carta de 10-02-1926 (738).

6. Lagoa¹⁷

CMP 440

Único local da área regional em que ainda se encontram *in situ* vestígios de exploração do mármore em época romana: alinhamentos de orifícios para inserção de cunhas e o negativo da remoção de um sarcófago. O local foi poupado pelas explorações industriais modernas que o rodeiam em todas as direcções, mas a integração contextual perdeu-se.

7. Vilares da Galharda

CMP 440 / CNS 5137

A realidade de Bencatel é confusa, dada a diversidade de notícias sobre sítios romanos no seu termo. Para uma análise mais concreta, convém proceder à individualização das referências.

Vilares da Galharda corresponde certamente a um *vicus marmorarius*, ou seja, um povoado dedicado à exploração do mármore. Não há qualquer evidência de monumentalidade que aponte para uma *villa*, mas em contrapartida são bem impressivas as evidências de laboração.

Área estimada em quatro hectares, muito próximo da linha de água e de recursos aquíferos. Uma mancha quase contínua com bem conservados materiais de construção¹⁸: muitos tijolos, alguns quase inteiros, tegulas e poucos imbrices, muitos blocos pétreos (xistas com sinais de terem sido utilizados em construção e blocos marmóreos, possíveis restos inacabados de laboração). É visível uma plataforma que talvez se deva a construções¹⁹ no subsolo.

Já surge mencionado em notícias antigas, com indicadores concordantes com os actualmente visíveis: “Dá-se este nome a uma porção de terra de lavoura pertencente à Herdade da Galharda [...]. Aqui as ruínas são mais abundantes do que nas hortas e cerrados vizinhos, cobrindo elas quase toda a superfície do solo; [...] nos Vilares, assim como na herdade das Nogueiras (fora das hortas)²⁰,

¹⁷ Agradeço a Luís Lopes a visita ao local e todas as explicações técnicas prestadas.

¹⁸ Curiosamente, de alguma forma de corrobora a afirmação de Mário Saa (1956: 119): “Os «vilares» representam assentos de antigas povoações romanas, de maior ou menor extensão, mas notáveis, onde, de tempos a tempos aparecem legendas latinas e objectos de toda a espécie. O chão é juncado, em vasta área, de fragmentos de tegula.” Ou seja, são de facto os fragmentos de cerâmica de construção que se encontram omnipresentes por vasto campo.

¹⁹ A curva de nível é tão marcada que está definida na CMP 440.

²⁰ Nogueiras, já no concelho de Borba, é uma propriedade onde existe um local de ocupação romana com evidentes indicadores de exploração do mármore (Carneiro, 2011: 04.13, p. 54-55 vol. II). Contudo, talvez se trate de uma *villa*, dada a presença da cerâmica de importação que se encontra ausente em Galharda.

não só há ladrilhos e telhões com alguns mármores talhados, mas também muitíssima pedra miúda e alguma grossa.”²¹ Do local conhecem-se algumas epígrafes funerárias.²²

Outras referências: RP 6/245; Saa, 1956: 119-122.

8. Aldeia das Freiras

CMP 440

Numerosas referências a vestígios situados a sul de Bencatel, variando entre “Aldeia das Freiras” e “Fonte das Freiras”.

Espanca menciona que “Na Fonte das Freiras, desde o nascente até cerca da vila do Alandroal, estava outro vilar, onde aparecem vestígios de telhões, mármores e moedas romanas.”²³ Adiante descreve outros achados, com mais pormenor, incluindo o que interpreta como “um grande pórtico”, uma possível estrutura cultural e um edifício que interpreta como “termas ou banhos”²⁴. Na segunda foi encontrada “uma sereia” e a dedicatória ao par *Fontano et Fontanae*, conforme notícia confirmada por José Leite de Vasconcellos²⁵, o que pode confirmar a existência de uma estrutura de âmbito cultural que o anterior autor apontava. Finalmente, existe ainda uma inscrição paleocristã descrita pelo autor²⁶. Quanto a Mário Saa, também dedicou alguma atenção aos «Vilares», não os distinguindo da Galharda, como se fossem uma mancha contínua, e prolonga-

²¹ Espanca, 1983: 72. O mesmo autor refere achados de sepulturas na pág. 79.

²² IRCP n.º 438, de âmbito votivo e dedicada a *Fontano et Fontana*, e IRCP n.º 451. Existe também uma inscrição paleocristã, o epitáfio de *Domitia*, que terá sido encontrada no mesmo local da anterior (Alves Dias & Gaspar, 2006: n.º 110, com bibliografia).

²³ 1983: 32.

²⁴ Espanca, 1983: 80. Um pouco antes (p. 74) o autor mencionara “ladrilhos de arcadas pequenas”, eventualmente de termas. É esta a passagem: “Iº – Uma grande pedra de doze palmos de comprimento por três de largura, a qual tinha no centro dos extremos uma cavidade como de rodízio ou couceira de porta, e junto dessa cavidade outra menos para gato de ferro. Era inquestionavelmente ali um grande pórtico. [...]. 4º Uma outra não apurada a cinzel ou escoda estava empinada e sobre ela tinham posto os trabalhadores um busto de mármore, cuja cabeça padecera a lesão de uma lasca tirada na face esquerda, compreendendo boca, nariz e olho direito. [...] várias pedras grossas junto do pórtico referido e ao longo dos alicerces de uma capela ou templo, indicando serem bases sobre que se erguiam colunas ou grossas pilasstras. Seria aqui algum templo de *Fontano* e *Fontana*?... Deus o sabe. Na traseira deste edifício apareceram alguns canos de chumbo em perfeita conservação. Eram aquedutos de pequena porção de água e, segundo parece, de umas termas ou banhos quentes, pois mais adiante estava um tanquinho ou banheira de argamassa duríssima, além de cinzeiros perto dos canos. [...] admirei novos mármores, inculcando serem alicerces de outros [...] tábuas de mármore alvíssimo talhado à serra, pedaços de cornija, florões de cimento [...]”

²⁵ 1905: 256; ver também Carneiro, 2009-2010: XXIII.

²⁶ Espanca, 1983: 78; ver também Alves Dias & Gaspar, n.º 110.

gando-os para Santa Ana, onde radica a dedicatória votiva, mas que (conforme já adiantei)²⁷, em prospecções neste último local nada de relevante encontrei. Quanto a Aldeia das Freiras, o autor afirma alguns dados que na essência reparam as indicações de Espanca²⁸.

Apesar das várias prospecções e de inquéritos junto da população, não foi possível confirmar este conjunto de notícias. Como se comprehende, torna-se difícil interpretar estes achados desconexos, na medida em que não é determinável se estão relacionados com o ponto de povoamento anterior (como uma sua extensão) ou funcionam como uma área de prestação de serviços e equipamentos públicos para os trabalhadores da laboração do mármore – hipótese que pessoalmente prefiro, e então teríamos nos arredores de Bencatel um verdadeiro núcleo com características semi-urbanas, na linha de um *vicus marmorarius*.

Note-se que deste local, ou do anterior, são provenientes várias epígrafes, incluindo a já referida dedicatória votiva. A diversidade de dedicantes é muito significativa²⁹: encontram-se cidadãos da tribo *Galeria*, indígenas e libertos, em diversidade etnogénica que certamente estará relacionada com a actividade nas pedreiras, que atrairia para este lugar gente das mais variadas proveniências, algumas de competências muito especializadas no trabalho de talhe e escultura.

9. Santa Ana

CMP 440

Local onde, segundo a tradição, se implantou o primitivo aglomerado urbano de Bencatel, e onde ainda se encontram os alicerces da antiga ermida, hoje sobrepujada por uma irrelevante construção agrícola. Na base da elevação encontra-se uma nascente com elevado caudal, brotando do chão.

Mário Saa refere que “Onde realmente houve muita pedra mármore de aparelho, como ainda se vê por fragmentos, foi no local da extinta ermida de S.^{ta} Ana, 1,5 km. a sul do sinal geodésico da Galharda”³⁰, relacionando o templo cristão com uma estrutura pagã de invocação ao par *Fontanus* que, como já vimos, foi recolhido em Aldeia das Fréiras, de onde a distância ainda é significativa. Todavia, existe também menção à descoberta de sepulturas: “No estio de

²⁷ Carneiro, 2009-2010: XXIII.

²⁸ Saa, 1956: 122: “O *opus signinum*, os fragmentos de *tegula* e *imbrex*, pedaços de silharía marmórea, e cacos de objectos do uso doméstico, dispersam-se, aí, numa área de dezenas de hectares, na margem esquerda do pequeno ribeiro, mas caudaloso, que, nascendo no lugar de Bencatel, afluí ao Lucefécir, com 5 km. de curso. Move muitas azenhas. Nas suas origens há um terreno denominado as *Fontanas*.” Pela menção às “azenhas” percebe-se que se refere a este local.

²⁹ Para as epígrafes ver IRCP n.º 438, n.º 443, n.º 452, n.º 455 e n.º 467. Ver também os comentários em Lambrino, 1967.

³⁰ Saa, 1956: 123.

1877, o lavrador de Santa Ana, Manuel Gomes Caeiro, mandando murar a horta da herdade e abrir um leito novo ao ribeiro para lhe não devastar a dita horta, achou muitas sepulturas com tigelas (disse ele) à cabeceira de cada uma [...].”³¹

A visita ao local não permitiu confirmar qualquer ocupação anterior em época romana, não se observando nenhum vestígio.

10. S. Marcos

CMP 440 / CNS 2704

Um dos locais em que mais é possível avaliar a dimensão da perda causada pela laboração recente do mármore. A antiga ermida, pretérita sede de procissões relacionadas com o gado e a transumância, ergue-se ainda solitária, em meio às crateras produzidas por uma das mais activas áreas de exploração de mármore nesta região³². Situação bem diferente até aos anos cinquenta: “A «cidade» dos Vilares, como aqui se diz, existira em torno da capela ou ermida de S. Marcos. A «cidade» desenvolvia-se para leste da capela, por terrenos extraordinariamente impregnados de fragmentos de telhas, no largo espaço que compreende Fonte da Moura e Fonte Soeiro. Colunas de mármore (pedra da região), silharia, pavimentos do costumado mosaico policrómico (em profusa quantidade), ladriłhos, objectos, inscrições, tudo aí aparece, e muito mais apareceu noutras idades, como referem monografias locais.³³”

Localmente foram confirmadas estas informações. Assim, todos os vestígios encontravam-se a leste do monte, onde hoje estão as pedreiras. Não há testemunho de elementos arqueológicos para oeste e norte, onde se situa uma horta e uma extensão ainda liberta. Junto às casas ali existentes foram encontradas algumas sepulturas, onde estavam ossadas com um recipiente cerâmico no topo. Em 1966 foi encontrada uma pulseira de ouro, entretanto perdida. Mais para sul, junto à Fonte da Moura, no monte ainda existente (mas onde nada é visível no terreno), encontrava-se o possível sítio de habitação, havendo referência a pedras trabalhadas e a um lagar.

O testemunho obtido interpretou a presença da laboração antiga no local de acordo com a existência uma área de ocorrência de mármore onde as placas afloram ao alto, e não em bancadas, e portanto, cuja extração é mais simples por ocorrer superficialmente em laminação natural.

³¹ Espanca, 1983: 79.

³² Duzentos metros a sul encontra-se a que actualmente ostenta o poço de exploração mais profundo, neste momento superior a cento e trinta metros.

³³ Saa, 1956: 138.

11. Monte das Freiras

CMP 440

Uma epígrafe funerária daqui proveniente indicando um contexto de necrópole. Não se conhece o local exacto do achado, nem algum eventual ponto de povoamento correspondente. Na atribuição do topónimo talvez exista alguma confusão com a Azenha das Freiras.

Referências: IRCP n.º 445.

12. Fonte Soeiro

CMP 441 / CNS 4634

De concreto encontra-se pelo menos um testemunho de ocupação romana no local. Situa-se mesmo junto ao aglomerado de Fonte Soeiro. Fica no vale que corre no seguimento de S. Marcos, mas entre os dois pontos a distância é ainda significativa. A mancha de materiais corresponde a um acidente topográfico muito amplo, uma lomba que quebra o relevo e que marca o local onde seguramente existirão construções. Aqui se encontra numerosa cerâmica de construção (tegulas, imbrices e tijolos), escória, vários tipos de cerâmica comum, fragmentos de ânforas lusitanas e *terra sigillata* hispânica. No meio da tapada murada encontra-se um grande silhar. Diz-se também que por aqui aparece “cimento branco”, eventualmente *opus signinum*. A mancha de materiais é claramente cortada pelo uso actual do terreno: a leste pela estrada de acesso às casas de Fonte Soeiro e a norte pelo limite das pedreiras. O sítio é atravessado por um caminho recto, em longa linha definida por árvores, e que se conta localmente que “dava caminho para Espanha”. Hoje estão conservados menos de cem metros do traçado.

Nas propriedades em volta há também notícias várias. A parcela a oeste denomina-se Covões e refere-se também o achado de vários materiais. Entre as duas, e mais acima topograficamente, existem notícias que apontam para a existência de uma necrópole de incineração, entretanto destruída.

13. Pardais

CMP 441 / CNS 4641

São numerosas as notícias sobre o passado romano de Pardais. Aliás, a própria denominação parece provir da deturpação de “paredais”, como já Mário Saa apontara.

Os testemunhos são-nos deixados pelo P.^o Espanca: “Na planície de Pardais, que desce o outeiro da Torre até à fonte do Soeiro, e principalmente na herdade da Fonte da Moura, há também vestígios de povoação Romana e bastante notáveis. Segundo o testemunho de um antigo lavrador, apareceu na dita herdade da Fonte da Moura, cerca de 1824, uma campa, cujo epitáfio terminava

pelo usual romano STTL [...]. Na eminência da mesma Pardais, situada ao poente do bairro chamado – Aldeia – e da planície da Fonte da Moura, ou ao sul da moderna Igreja Paroquial, esteve outro vilar, cujas ruínas são bem reconhecíveis e ocupam uma área de não menos de quinhentos metros em quadro, estendendo-se mais para o sul em direcção à herdade, que tem o nome de Santa Helena ou Misericórdia. Deste vilar ou do precedente era um capitel de ordem coríntia, que se acha encalhado à porta de umas casas do bairro das Casas Novas.”³⁴ O autor fala explicitamente na “margem direita da ribeira”, diferenciando assim este núcleo do de S. Marcos ou da Fonte Soeiro, e nesta zona haveria “tantos os ladrilhos e telhões Romanos, que formam camadas de uns sobre outros, indicando serem relíquia de sumptuosos edifícios. Todo o terreno ocupado por eles não mede menos de um quilómetro quadrado.”³⁵

Efectivamente parte da aldeia parece assentar sobre um aglomerado anterior, mas nas prospecções feitas não se encontraram vestígios. Do local conhecem-se mosaicos, colunas de mármore e canos de chumbo que estão em depósito no Museu da Fundação Casa de Bragança em Vila Viçosa.

Embora a menção não seja inequívoca, presume-se que do local seja também proveniente uma epígrafe votiva dedicada a *Salus*³⁶.

4. Interpretação possíveis sobre o povoamento romano no concelho

Em leitura geral, o concelho de Vila Viçosa apresenta um apreciável conjunto de sítios romanos. Mais do que o registo numérico até impressiona mais a extensão que cada um deles ainda apresenta (sendo que muitos foram já devorados pelas pedreiras de mármore), indicando portanto uma intensa presença de gentes romanas na região.

O dado mais curioso e porventura mais surpreendente que pode ser retirado da arquitectura do povoamento romano neste concelho reside no seguinte: à exceção de Torre de Cabedal – inserida já em contexto paisagístico e fisiográfico diferente, nas margens do Guadiana – nenhum sítio calipolense pode ser claramente interpretado como *villa*, a categoria de sítios predominante em todo o Alentejo.

Em seu lugar, temos três grandes classes de sítios: necrópoles e/ou sepulturas; pedreiras/locais de extração; e uma categoria indefinida que poderíamos genericamente designar de povoados extensos ou, mais especificamente, de um *vicus marmorarius*. Torna-se, portanto, aliciente discutir o que poderiam ter sido estes sítios.

³⁴ Espanca, 1983: 32.

³⁵ Espanca, 1983: 33.

³⁶ Almeida, 1964; IRCP n.º 375; Carneiro, 2009-2010: XXVI.

Olhando para as descrições deixadas pelos autores que os procuraram recensear no terreno – ou seja, o P.^e Espanca e também Mário Saa, embora este último pareça replicar a informação do primeiro – temos aparentemente uma realidade linear: os «vilares», povoados que ocupam uma extensão gigantesca no terreno, embora o primeiro dos autores se esforce sempre por individualizar os principais núcleos, particularizando e circunscrevendo geograficamente estas realidades³⁷.

O que teríamos aqui? Desde logo, um dado pouco habitual no mundo romano: a aparente convivência próxima entre espaços de laboração e espaços de povoamento, mas também o aparecimento de indicadores de monumentalidade em pontos específicos. Não são muito diversos, consistindo em capiteis e em um pé de estátua³⁸ (notando-se a ausência de mosaicos³⁹); e se é certo que o autor fala em “ladrilhos e telhões Romanos, que formam camadas de uns sobre outros, indicando serem relíquia de *sumptuosos edifícios*”⁴⁰, menciona esta sumptuosidade no sentido da abundância e da quantidade (a propósito de ladrilhos e telhões), não no sentido dos indicadores de requinte e de qualidade que remetam para ambientes áulicos de uma *villa*. Em todos os sítios sublinha-se a grande dispersão territorial dos vestígios de superfície. E escreve-se “Lugarejos e aldeias romanas”, mas nunca se alude à existência de palácios ou edifícios monumentais⁴¹. Destaca-se a presença de mármore, mas tratam-se de blocos informes ou com marcas de talhe, resultantes certamente da laboração e do corte. No restante, os elementos de superfície são os omnipresentes “telhões” e ocasionalmente moedas. O facto de por vezes se indicar que as ruínas são bem reconhecíveis pode levar a pensar na existência de alicerces ou de topos de muros aflorando, que captariam a atenção de curiosos que, em alguns casos, terão em-

³⁷ Por exemplo: “Em resumo: há dois vilares em Pardais” (Espanca, 1983: 33). Ou seja, a perspectiva inverte-se ao restante da obra: mais do que aglutinar diversas realidades, procurando enaltecer a grandiosidade passada, Espanca centra-se na autonomização dos distintos pontos de povoamento, separando-os e olhando-os como realidades diferenciadas e desconectadas geograficamente. Claro que a perspectiva também é panegírica, mostrando assim como a região foi densamente povoada na Antiguidade e como o mármore atraiu tantos habitantes, mas o que se torna curioso (para a época e para o perfil da obra) é precisamente a inversão da perspectiva.

³⁸ [...] “pé de estátua pequena de cér avermelhada, e que não há nestes sítios” que foi recolhida na Herdade de Nogueiras no concelho de Borba (Espanca, 1983: 72).

³⁹ Apenas Mário Saa indica “profusa quantidade” de “mosaicos policrómicos” em relação ao núcleo de São Marcos/Fonte da Moura/Fonte Soeiro próximo de Pardais; mas em seguida cita “monografias locais” (Saa, 1956: 138), seguramente o P.^e Espanca, pelo que presumo que escrevesse sem conhecimento de terreno da realidade, o que aliás também me parece válido para a sua descrição de Bencatel. No Museu de Vila Viçosa guardam-se fragmentos de mosaicos com a designação genérica de “Pardais”, o que impede a correspondência com um ponto em concreto.

⁴⁰ Espanca, 1983: 33; itálico da minha responsabilidade.

⁴¹ Espanca, 1983: 65, n.º 1.

preendido acções de depredação dos elementos materiais. Mas a tónica é sempre colocada no «vilar» ou «povoação», termos neutros que apontam para povoados em lugar de *villae*, sendo que esta última hipótese, mesmo devidamente crivado o texto, nunca é apontada pela prosa do autor.

O único ponto onde a descrição centra-se em estruturas de aparato encontra-se em Azenha das Freiras, a sul de Bencatel: um ambiente termal, com poço, canalizações, aqueduto, banheiras; e também um santuário com uma epígrafe votiva, um pórtico e “colunas ou grossas pilastras”. Eventualmente um balneário com templo, espaços públicos servindo os *marmorarii* laborando em volta?

Note-se que eu não pretendo negar a existência de *villae* no epicentro da exploração marmórea neste concelho. O que me parece importante sublinhar é que, olhando para os diversos pontos de povoamento cartografados, os indicadores da existência de *villae* são, afinal, efectivamente escassos. Mosaicos, de facto, existem em Torre do Cabedal – claramente uma estrutura fundiária, distante em termos económicos deste universo – e em Pardais, mas aqui a sua proveniência não está definida (Fonte Soeiro?). Indicadores de monumentalidade são alguns – vários capitéis enunciados por Espanca – mas a sua origem tanto pode residir em ambientes áulicos privados, como em edifícios públicos ou semi-públicos pertencentes a unidades de povoamento que prestassem serviços congregando os habitantes e trabalhadores das pedreiras.

Mas olhando de outra perspectiva, a discussão entre *villae* e povoados abertos/*vicus* nesta área remete para uma outra, mais ampla, e que tem a ver com a estratégia de exploração económica de um recurso fundamental para o mundo romano (no sentido mais amplo do termo).

No fundo, o que aqui se discute é o modelo de gestão e de organização da exploração marmórea. Presumir que existem *villae* neste espaço é partir da premissa de que esta laboração se alicerçava em iniciativa privada, no âmbito de *domini* que, no lugar de optar por investimentos de cariz agro-pecuário, direcionavam a sua atenção para o mármore. Partir do princípio que existiam povoados, ou *vici*, será admitir que esta gestão se efectuava em âmbito público ou em parcerias público/privadas, o que implicava a existência de áreas de laboração e pontos de povoamento que prestassem serviços a todos os intervenientes no processo, desde o escravo incumbido das tarefas mais pesadas, ao *marmorarius* especializado, ou ao legado que receberia os impostos e taxas. Mas implicava também edifícios que prestassem serviços a todas estas pessoas, edifícios que encontramos na descrição de Espanca a propósito de Azenha das Freiras e que poderão corresponder a espaços de âmbito público – ou pelo menos *não correspondem apenas a espaços de âmbito privado*, podendo efectivamente ser prestadores, funcionando em outro tipo de enquadramento diferenciado em relação ao que os investigadores tradicionalmente neles vêem.

O acomodamento das imensas moles humanas que laboravam nestes espaços teria de ser conseguido através de povoados dispersos, que ocupavam certamente uma larga extensão no terreno. Os mesmos que ainda se conseguem identificar em alguns pontos, como Galharda ou Fonte Soeiro, e que em outros

lugares parecem ter desaparecido por completo, engolidos pelo avanço das pedreiras ou sepultados sob núcleos urbanos actuais. Mas onde eles sobreviveram os indicadores são semelhantes: largas extensões (em Galharda muito ampla, com hectares) com acidentes topográficos criando plataformas artificiais (situação também mencionada por Espanca) com cerâmica de construção, fragmentos de mármore e um ou outro elemento diferenciador (mais variação em Fonte Soeiro do que em Galharda). Embora a amostra seja escassa, parece não haver grandes variações em relação à descrição de Espanca. Mas sobretudo nota-se a proximidade em relação a dois componentes fixos: as pedreiras, sempre contíguas, e os abundantes recursos hídricos. É uma congregação que já seria esperada, ou seja, os sítios aproximam-se em função destes recursos estratégicos, deixando de haver uma repartição equilibrada da propriedade, o que conduziria ao ajuntamento de uma grande densidade populacional em espaços reduzidos.

Infelizmente o silêncio epigráfico é aqui penoso, porque uma boa forma de avaliar este universo seria através de inscrições que nos permitissem perceber quem aqui laborava (e indirectamente, como estas unidades funcionavam), ou ainda se existia alguma superintendência ou uma cadeia de produção. Não é contudo esse o caso. Mas as poucas epígrafes demonstram-nos a heterogeneidade social aqui presente, com gentes de distintas origens, fundos e filiações, que conviviam juntas em espaços onde se exigiam diversas competências e se criavam múltiplas oportunidades.

A evolução para o final do mundo clássico não está testemunhada em Vila Viçosa, à excepção de um importante documento: a inscrição paleocristã de Azenha das Freiras descrita por Espanca⁴² e cujo contexto seria conveniente averiguar. A sua simples presença indica-nos uma continuidade de povoamento, e eventualmente também na laboração das pedreiras. Se for possível relacioná-la com o suposto ambiente termal descrito pelo autor, será crível supor a transformação do local em basílica paleocristã ou, pelo menos, na existência de um ambiente funerário formal que enquadrasse este testemunho solitário. Outro elemento pertencente a esta época é a peça de encaixe de cancela embutida na fachada da capela de Santiago, cuja proveniência seria curioso averiguar⁴³.

Claro que para a obtenção de uma visão mais profunda do povoamento romano de Vila Viçosa temos ainda muito trabalho de campo. Muitas informações deixadas por Espanca não puderam ser confirmadas, faltando em alguns casos já a memória toponímica, não correspondente com a paisagem actual. Extensas áreas apresentam um incómodo vazio, sendo que em alguns casos a fertilidade dos solos e a densidade da rede hidrográfica fazem supor que existam unidades

⁴² 1983: 78; ver também Alves Dias & Gaspar, n.º 110 e Wolfram, 2011: 295.

⁴³ Conta-se que foi encontrada juntamente com sepulturas revoltas no local; sendo assim, sob o actual templo poderia encontrar-se um edifício de culto paleocristão, o que seria um indicador muito interessante para o local, hoje na periferia de Vila Viçosa. Primeira notícia em Caeiro (1983; estudada em Wolfram, 2011: 286).

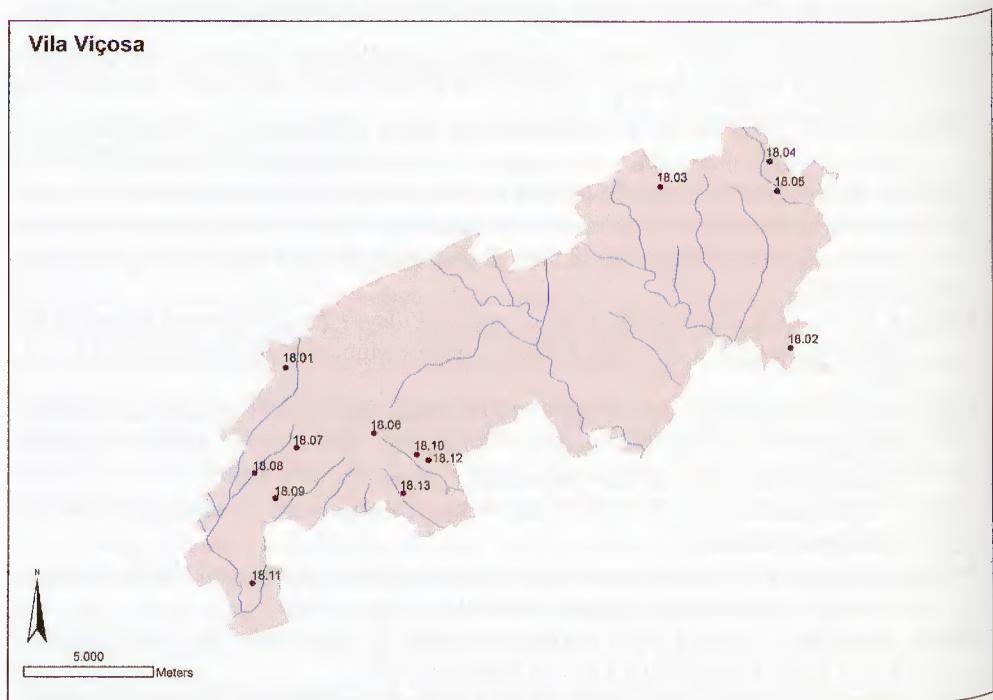
de povoamento não identificadas. E sobretudo urge realizar prospecções em torno de Bencatel e de Pardais, confirmando as informações de Espanca, construindo uma nova noção da rede de sítios, percebendo as descontinuidades existentes ou as eventuais presenças de áreas de ocupação diferenciadas ou complementares. Desta forma é necessário superar os vazios e modo a perceber o que efectivamente se passou no *pagus marmorarius* calipolense, seguramente uma das mais originais manifestações de uma estratégia de povoamento muito específica e original.

Bibliografia

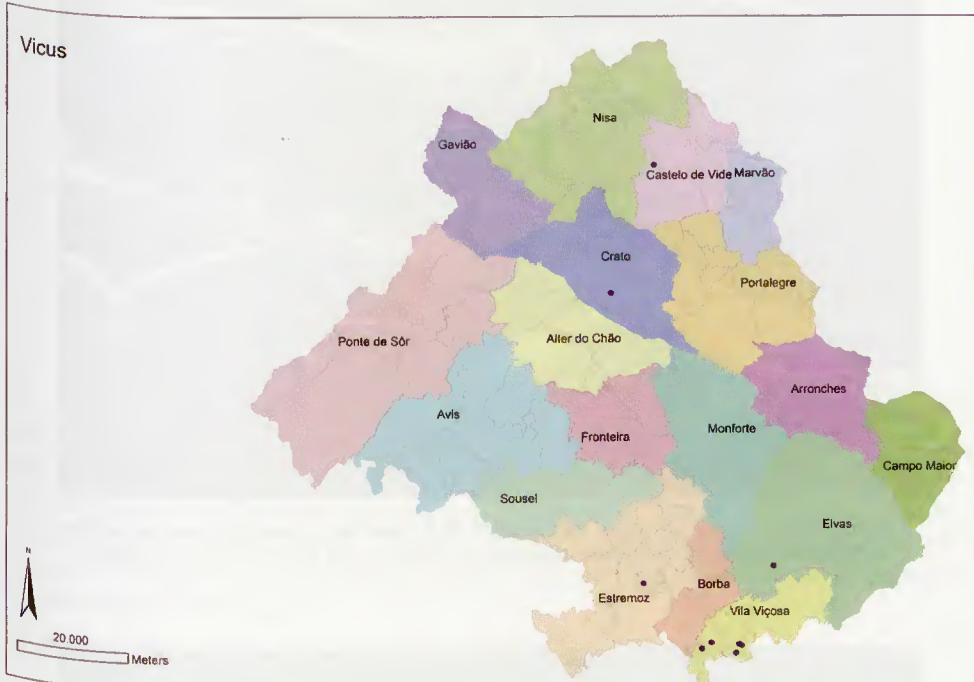
- Alarcão, Jorge de (1968) Vidros romanos de Museus do Alentejo e Algarve. *Conimbriga VII*, Coimbra, p. 7-39.
- Almeida, Fernando de (1964) Uma inscrição inédita, dedicada à deusa Salus. *O Arqueólogo Português*, Série IV, vol. 5, p. 454-459.
- Alves Dias, Maria Manuela & Gaspar, Catarina (2006) *Catálogo das inscrições paleocristãs do território português*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa.
- Caeiro, José Olívio (1983) – Três elementos arquitectónicos medievais do Alentejo. *Al-Madan*. I.^a série, n.^o 1, p. 14-15.
- Carneiro, André (2009-2010) A cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em época romana: uma leitura de conjunto. *Hispania Antiqua* n.^o 33-34, p. 237-272.
- Carneiro, André (2011) *Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana. Vectores estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia*. Dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Évora, 2 volumes [polí-copiado].
- Espanca, Pe. J. J. da Rocha (1983) *Memórias de Villa-Viçosa*. (Cadernos Culturais de Vila Viçosa no 1 a 35), Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa [1.^a ed. 1885].
- Frade, Helena & Caetano, José Carlos (1993) Ritos funerários romanos no nordeste alentejano. *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 847-873.
- IRCP = Encarnação, José d' (1984) *Inscrições Romanas do Conventus Pacencis*. Coimbra, IAFLUC.
- Lambrino, Scarlat (1967) Catalogue des inscriptions latines du musée Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*, Série III, n.^o 1, p. 123-217.
- Nolen, Jeannette U. Smit (1985) Cerâmica comum de Necrópoles do Alto Alentejo. Vila Viçosa, Fundação da Casa de Bragança, 1985.
- Pires, Antonio Thomaz (1901) Catalogo do Museu Archeologico de Elvas. *O Arqueólogo Português* VI, p. 209-236.
- Reis, Maria Pilar (2004) *As termas e os balneários romanos da Lusitânia*. (Studia Lusitana 2), Mérida, Museo Nacional de Arte Romano.
- RP = Alarcão, Jorge de (1988) *Roman Portugal*. Londres, Warminster, & Phillips.
- Saa, Mário de (1956-1967) *As grandes vias da Lusitânia: O itinerário de Antonino Pio*. Lisboa, Ed. do Autor, 6 volumes [Tomo I, 1956; Tomo II, 1957; Tomo III, 1960; Tomo IV, 1963; Tomo V, 1964; Tomo VI, 1967].

- Wolfram, Mélanie (2011) *Uma síntese sobre a cristianização do mundo rural no sul da Lusitania. Arqueologia – Arquitectura – Epigrafia.* Dissertação de doutoramento em História, na especialidade de Arqueologia apresentada à FLUL/Université Paris IV Sorbonne, 3 volumes [policopiado].
- Vasconcellos, José Leite de (1905) *Religiões da Lusitânia.* 2o vol., Lisboa, INCM [reimp. 1989].
- Viana, Abel (1953) Notas de Arqueologia alto-alentejana. Cerâmica luso-romana do Museu Arqueológico de Vila Viçosa. *A Cidade de Évora*, ano X (33-34), Jul.-Dez., p. 235-258.
- Viana, Abel & Deus, António Dias de (1955) Nuevas Necrópolis celto-romanas de la region de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*, Vol.28, p. 33-68.

Imagens



1. Sítios romanos no actual concelho de Vila Viçosa



2. Sítios considerados como possíveis *vici* no Alto Alentejo (Carneiro, 2011).

Aos referenciados em Vila Viçosa juntam-se: Barragem da Póvoa (Castelo de Vide); Chocanal (Crato, com epigrafia); Monte da Nora (Elvas); Senhora dos Mártires (Estremoz)



3. Marcas de extração romana na pedreira de Lagoa: em primeiro plano, negativos de cunhas; em segundo plano, negativo de extração de um possível sarcófago.



4. Elemento paleocristão embutido na Igreja de Santiago em Vila Viçosa

A FÁBRICA E A SOCIEDADE SOFAL DE VILA VIÇOSA – O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO E SEUS INTERVENIENTES

Armando Quintas*

RESUMO: Instalada em Vila Viçosa, a Sociedade Fabril Alentejana Lda., agregou em torno do seu projecto industrial o capital das elites locais com a mais-valia da transformação dos produtos da terra que as suas propriedades produziam criando um negócio de escala regional. Tendo-se afirmado como uma moderna indústria na fileira da moagem e na produção de azeites, num período de grande incremento do sector industrial Português.

Palavras-Chave: Vila Viçosa, Indústria de Moagem, Sofal

1 – A Constituição da sociedade e os seus sócios iniciais:

A sociedade Fabril Alentejana Lda. (Sofal) foi fundada em Vila Viçosa por escritura pública de 8 de Outubro de 1921.¹

Constituída como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada com um capital social de 900 contos dividido por quarenta e oito sócios iniciais, sendo os seus objectivos comerciais a exploração e produção de azeite, transformação de cereais e panificação, além de outras produções que não requeressem autorização especial por parte do governo.

* Mestre em Gestão e Valorização do Património Cultural (Erasmus Mundus TPTI). Membro do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS – UE)

¹ Arquivo Distrital de Évora (A.D.E.), Cartório Notarial de Vila Viçosa, Lv. 756, fl. 74v-87v
Veja-se também a transcrição feita pelo autor, incluída no final deste artigo

Este capital constituído por quotas mínimas de 5 contos, as quais garantiam um voto na assembleia geral, estava distribuído da seguinte forma:

Nome	Residência	Ocupação	Quotas (em contos)
Manuel Sousa da Câmara	Lisboa	Prof. Universitário	50
Luís Correia Bulhão	Bencatel	Proprietário	50
Sebastião de Herédia	Lisboa	Industrial	100
António Maria da Costa Simões	Vila Viçosa	Secrt. Administração Concelho	15
João Artur da Costa Simões	Lisboa	1.º Of. Dos correios e telégrafos da Guiné	20
António Silvestre Rosa	Vila Viçosa	Proprietário	20
António Augusto de Matos Costa	Vila Viçosa	Proprietário	15
Inácio Falcão da Gama Pombeiro	Vila Viçosa	Proprietário	15
Manuel da Encarnação Janeiro	Elvas	Proprietário	10
Maria Teresa Costa Lobo	Vila Viçosa	Proprietário	10
António Maria Lobo Vidigal Salgado	Vila Viçosa	Proprietário	15
João António dos Santos	Vila Viçosa	Proprietário	10
Francisco da Encarnação Silva Faleiro	Vila Viçosa	Proprietário	15
Hermenegildo Augusto Barradas	Bencatel	Proprietário	10
Maria da Conceição Costa Nogueira	Lisboa	Proprietário	5
Joaquim Lourenço Torrinha	Vila Viçosa	Farmacêutico	5
Miguel Falcão da Gama Pombeiro	Vila Viçosa	Funcionário Público Aposentado	5
Francisco de Abreu Barbosa Bacelar	Vila Viçosa	Tesoureiro da Fazenda Pública do Concelho	5
António José Cordeiro	S. Romão	Proprietário	5
Rafael de Matos Boim	Vila Viçosa	Comerciante	5
Maria Luísa Soeiro	Vila Viçosa	Proprietário	5
João Cândido Coelho	Vila Viçosa	Cap. Reg. Cavalaria 10	5
Manuel Maria Orelhas	Vila Viçosa	Secr. das Finanças Aposentado	5
Manuel Maria de Matos	Silves	Proprietário	5
Francisco de Assis Cravo	Vila Viçosa	Proprietário	5
Joaquim Maria da Rosa Palma	Évora	Padre	5

Antonino Raul da Mata Gomes Pereira	Vila Viçosa	Tenente, Reg. Cavalaria 10	45
Gabriel Sérgio Osório de Barros	Vila Viçosa	Proprietário	45
João Falcão Ramalho Ortigão	Vila Viçosa	Militar reformado	45
André Gomes Pereira	Vila Viçosa	Proprietário	15
João Augusto do Couto Jardim	Vila Viçosa	Médico	10
Humberto Montenegro Fernandes	Borba	Advogado	10
João da Silva Figueiredo	Vila Viçosa	Funcionário Municipal	15
António Carlos de Matos Azambuja	Vila Viçosa	Of. do Registo Civil	30
José da Silva Figueiredo	Vila Viçosa	Médico	15
Inácio da Conceição Rosa	Vila Viçosa	Proprietário	10
Joaquim José Amaro	Vila Viçosa	Tesoureiro Municipal	10
João da Silveira Sousa Leitão	Borba	Proprietário	50
Luís da Costa Campos	Vila do Conde	Proprietário	40
Filipe de Sousa Silveira Costa Leitão	Lisboa	Proprietário	40
Luís Henriques Chartres de Azevedo	Leiria	Proprietário	10
Guiomar Aguiar da Silveira Menezes	Vila Viçosa	Proprietário	40
José Veladas da Silveira Belo	Alandroal	Proprietário	15
José Vicente Ferreira	Alandroal	Proprietário	5
Manuel Coelho Paiva	Alandroal	Proprietário	5
Francisco José Camões	Alandroal	Proprietário	5
António José Martins	Alandroal	Proprietário	10
José Cardoso Galhardas	Alandroal	Proprietário	15

Grande parte destes sócios identificados como proprietários pertenciam à burguesia agrária e ainda que diversificassem os seus negócios era na exploração dos produtos da terra (azeite, cereais, cortiça, aguardente e vinhos) que retiravam o grosso dos seus rendimentos.²

² A.H. De Oliveira Marques (coord.), Nova História de Portugal, Vol. X, Editorial Estampa, 2004, pp. 169-170

Para alguma da publicidade aos seus negócios ver:

Anuário Comercial de Portugal – 1906, Lisboa, Tipografia do Anuário, 1906, p. 1239

Almanach Historico Illustrado de Villa Viçosa para o ano de 1909 coordenado por Alberto Gonçalves e Joaquim José Amaro, Évora, Tipografia Minerva Comercial, 1908, pp. 20,32

Anuário Comercial de Portugal de Portugal – 1913, Vol. II, Lisboa, Tipografia do Anuário, 1913, pp. 1713-1715, 2840-2842

Anuário Comercial de Portugal – 1924, Vol. II, Lisboa, Tipografia do Anuário, 1924, pp. 3540-3543

Eram os grandes lavradores e latifundiários, que possuíam rendimentos acima da média, estando frequentemente incluídos nas listas dos maiores contribuintes dos concelhos bem como nas listas de eletores e elegíveis aos cargos políticos, numa época em que para se votar era necessário saber ler e escrever e cujo voto tinha tido até 1911 um cunho censitário, exigindo um mínimo de fortuna para ser exercido.

Também exploravam o comércio e alguma indústria transformadora, representando companhias de seguros e da banca e destacando-se sobretudo no exercício de cargos públicos e de instituições assistencialistas e de classe ou ainda nos lazeres.

Sem querer fazer uma análise exaustiva ao percurso desta elite podemos destacar os seguintes exemplos: No comércio estavam presentes com loja de ferragens, mercearias, comércio de adubos e moagem – sócio Silva Faleiro para 1909 e 1913, loja de móveis e edição de bilhetes postais ilustrados – sócio Amaro para 1913 e ainda estabelecimento de ferragens para o mesmo ano – sócio Antonino Gomes Pereira³

Podemos ainda destacar a constituição de cooperativas e sociedades comerciais, como a cooperativa de consumo “Cooperativa Calipolense” constituída em 1920 para fornecimento a custos mais baixos de géneros alimentícios aos sócios (Silva Faleiro, Torrinha e outros) e a “Comercial do Alentejo Lda” em 1921 para comercio de cereais, azeites e vinhos (Ramalho Ortigão, Costa Simões, Gabriel de Barros, Antonino Gomes Pereira e outros)⁴

Na indústria, Francisco de Assis Cravo estabelecido com uma fábrica de cortumes ao sítio dos Pelames que recebera de herança em 1903 ou ainda a constituição da “Sociedade dos Mármoreos de Vila Viçosa Lda.” pelo ano de 1928, sociedade por quotas com um capital social de 310 contos divididos por 15 sócios, dos quais duzentos e vinte pertenciam a sócios fundadores da Sofal como Ramalho Ortigão, Guiomar Sousa Menezes, André Gomes Pereira, Antonino Gomes Pereira e Gabriel de Barros.⁵

Nos seguros tinham representação na vila “Comércio e Indústria” e “Fomento Agrícola” em 1913 pelos sócios Costa Simões e Amaro respectivamente e “Portugal Previdente” em 1924 por este último.⁶

Os bancos Lisboa & Açores e Banco do Alentejo estavam representados em 1913 pelo sócio Salgado, enquanto que os bancos A. Piano Júnior & Companhia, Banco do Alentejo, Banco Economia Portuguesa, Banco do Faial, Banco Fomento Nacional, Banco Internacional de Comércio, Banco Lisboa & Açores, Banco do Minho, Banco Nacional Ultramarino, Banco Português – Brasileiro, Banco

³ Almanach op. cit. p. 33; Anuário – 1913, op. cit. pp. 2840-2843

⁴ A.D.E., Cartório Notarial de Vila Viçosa, Lv. 752, fl. 46v-49v, Ibidem, Lv 755, fl.1-4

⁵ Ibidem, Lv. 894, fl. 1-6, Lv. 777, fl. 26-33v

⁶ Anuário – 1913, op. cit. p. 2840, Anuário – 1924, op. cit. p. 3541

Popular Português, Borges & Irmão, Banco Credit Franco-Português e Banco Espírito Santo eram representados em 1924 por Rafael de Matos Boim.⁷

No que ao exercício de cargos diz respeito, podemos referir para Vila Viçosa a Administração do Concelho, a Câmara Municipal e o Senado e para Alandroal a Câmara daquela vila.

Na Administração do Concelho a presidência foi ocupada respectivamente por Vidigal Salgado entre 1879 e 1883, por André Gomes Pereira em 1906, por parte de Matos Costa em 1907 e ainda Inácio Pombeiro para o ano de 1924.⁸

A comissão da Câmara Municipal fora composta da seguinte forma: Vidigal Salgado presidente na década de 50 do século XIX, Matos Costa como vereador em 1899 e presidente em 1915, Inácio Pombeiro como presidente em 1921, Silva Faleiro, Rafael de Matos Boim como vereadores em 1925 bem como Joaquim Torrinha Vice-Presidente do Senado Municipal, Matos Costa novamente presidente da Câmara em 1925 e Ramalho Ortigão presidente entre 1933 e 1946.⁹

Para o Alandroal Silveira Belo como presidente da Câmara em 1904, cargo que voltará a ocupar entre 1937 e 1942.¹⁰

Para as associações assistencialistas temos o caso da Misericórdia de Vila Viçosa onde Matos Costa fizera parte da comissão administrativa em 1899 e Inácio Rosa fora presidente do Hospital em 1913; a associação de socorros mútuos Monte Pio Nossa Senhora da Conceição na qual Silva Faleiro fora presidente em 1909 e a confraria do Santíssimo Sacramento e irmandade da Cruz de Cristo de Vila Viçosa nas quais António José Cordeiro e André Gomes Pereira exerceram respectivamente nesse mesmo ano o cargo de juiz.¹¹

Em termos de associações de classes refira-se o sindicato agrícola de Vila Viçosa.

⁷ Ibidem

⁸ Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa (A.H.M.V.V.), NG 592-596 – Mandatos de Pagamentos, Livro de pagamentos n.º 592

Ibidem, Livro de Testamentos, 936/TSR.34

Almanach op. cit. p. 33

A.H.M.V.V., Livro de Testamentos, 950/TSR. 48

⁹ Ibidem, NG 592-596 – Mandatos de Pagamentos, Livro de pagamentos n.º 592

Ibidem, Copiadores da Câmara, registo de correspondência e editais expedidos (1915.03.15 – 1921.12.30)

Ibidem, NG 327-331 – Copiador da Câmara, Correspondência expedida

Maria Antónia Pires de Almeida, *O poder local do Estado Novo à Democracia – Presidentes de Câmara e Governadores Civis, 1936-2012*, Lisboa, 2013

¹⁰ A.D.E., Cartório Notarial, Lv. 898, fl. 3-5

Maria Antónia Pires de Almeida, op. cit.

¹¹ Anuário Comercial de Portugal – 1899, Lisboa, Tipografia do Anuário, 1899, p. 951, Anuário – 1913 op. cit. 2841

Almanach op. cit., pp. 20, 23,27

Constituído em 1899, do qual faziam parte como sócios fundadores André Gomes Pereira, Vidigal Salgado, Matos Costa e Inácio da Conceição Rosa, cuja configuração para 1913 era a seguinte: Inácio da Conceição Rosa como Presidente, António Silvestre Rosa como secretário e Joaquim José Amaro como membro do Conselho Fiscal. Para 1924 a constituição seria: André Gomes Pereira como presidente da Assembleia Geral, Silva Faleiro como presidente da Direcção, Matos Costa como secretário e Joaquim Torrinha como Tesoureiro, continuando Amaro no conselho Fiscal.¹²

Por último podemos destacar os lazeres com a gestão da praça de touros de Vila Viçosa.

A praça vinha sendo explorada desde 1898 pela firma “António Silveira e Costa”, constituída a 31 de Julho desse ano por Matos Costa em parceria com António Carlos da Silveira Menezes, marido de Guiomar da Silveira Menezes, grande lavrador em Vila Viçosa e S. Romão.

Com a morte do marido em 1919 a firma altera-se para “Viúva Silveira e Costa”, sendo dissolvida em 1928, comprando Guiomar por dezoito contos a parte do sócio Costa com todo o recheio da praça.¹³

Como pudemos observar pelos exemplos acima, estes indivíduos era parte da elite local que desempenhavam cargos e que possuíam capital suficiente para investimentos que lhes permitissem elevar os lucros através de negócios ligados à exploração agrícola e ao comércio dos seus produtos.

A Sofal terá assim funcionado como estratégia para aumentar esses mesmos rendimentos através de uma grande estrutura industrial que concentrasse a transformação dos seus produtos a uma escala muito maior do que até então se vinha fazendo, era uma aposta em indústrias já conhecidas, a par de novas actividades que se mostrassem lucrativas.

A matéria-prima para a fabrica seria assim facilmente adquirida pois grandes lavradores que eram, poderiam fornecer em grandes quantidades quer trigo quer azeitona das suas propriedades, recebendo em troca, a custos controlados um produto transformado de valor acrescentado.

A esse respeito elucidam-nos os directores da fábrica Matos Costa e Silveira Belo quando escrevem à Bolsa Agrícola a propósito de um diferendo sobre atribuição de trigo ocorrido no ano de 1926:

¹² A.D.E., Cartório Notarial, Lv. 577, fl. 26v-34

Anuário – 1913 op. cit. 2842, Anuário – 1924 op. cit. 3542

¹³ A.D.E., Cartório Notarial de Vila Viçosa, Lv. 686, fl. 18v-20v, Ibidem, Lv. 992, fl. 1-3v
Almanach op. cit. pp. 25,33

Anuário – 1913 op. cit. p. 2842, Ibidem 1924 op. cit. 3542

A.H.M.V.V., Livro de Testamentos, 937/TSR35

Ibidem, 37/CCC.21 – Copiador da Câmara, registo de correspondência expedida (1915.03.15 – 1921.12.30)

“A sociedade é essencialmente uma sociedade de agricultores que visam em especial a farinação dos trigos do concelho do Alandroal, que por sua extensão e pela larga cultura de trigo que nela se faz, é pode dizer-se o celeiro do distrito de Évora”¹⁴

Sobre a constituição da sociedade e da sua organização, refere-nos João Garcia Correia, antigo operário da Sofal que terá sido João Falcão Ramalho Ortigão o incansável organizador e promotor de todo este projecto industrial.¹⁵

Nascido em Tavira em 18 de Abril de 1892, ingressou no exército onde curso a arma de Cavalaria e foi também piloto aviador, industrial e comerciante, funda a Comercial do Alentejo, a Sofal, a Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa, estando ainda envolvido em outros negócios, sendo presidente da Câmara Municipal e também representante na Câmara Corporativa dos concelhos rurais do Ribatejo, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve entre 1933 e 1946 e ainda director da Federação Nacional dos Industriais de Moagem (F.N.I.M.) da qual fora fundador em 1934.¹⁶

Tendo sido ou não Ramalho Ortigão o mentor deste projecto o facto é que ele fora por muito tempo director técnico da fábrica e possuía relações privilegiadas com outros indivíduos influentes que a par do contexto da época vão permitir que a Sofal possa surgir, contexto esse, local e nacional onde estão incluídas política e relações familiares.

Desde logo a presença no projecto de Manuel de Sousa da Câmara, natural de Vila Viçosa e filho de António Pereira da Nóbrega de Sousa da Câmara. Proprietário e professor universitário mas também deputado, Governador Civil de Évora entre Dezembro de 1917 e Março de 1918 e ainda ministro da agricultura no efémero governo de Tomé de Barros Queirós que durara de Maio a Agosto de 1921, exactamente cerca de 3 meses antes da constituição da Sofal. Ligação privilegiada em contexto de protecção económico e de forte concorrência no sector dos trigos e moagem.

O facto de Antonino Gomes Pereira, militar bem integrado no regime a partir da ditadura militar, estar no governo como ministro do interior de Salazar na década de 30 em simultâneo quer com o lançamento do condicionamento industrial do Estado Novo quer com Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas que estará muitas vezes em Vila Viçosa onde tinha boas rela-

¹⁴ Processo de licenciamento industrial 3 I.P.T. n.º 19, de “uma fábrica de moagem de farinha espoada, lagar de azeite, extracção de óleos de bagaço por dissolventes, fábricas de sabão e refinação de azeite de Sociedade Fabril Alentejana Lda”, Vol. 1, in Arquivo da Direcção Regional da Economia do Alentejo

¹⁵ António Rosa, Sociedade Fabril Alentejana (SOFAL) O passado de uma grande unidade industrial de Vila Viçosa, 1.ª parte in Revista Callipole 14, 2006, pp. 247-257, Ibidem, 2.ª parte, 15, 2007, pp. 277-286

¹⁶ http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/o/ortigao_joao_falcão_ramalho.pdf

ções com as autoridades locais, elemento chave para as obras de valorização urbana que terão lugar.

Outro factor importante são as relações familiares entre sócios, pessoas já conhecidas entre si, algumas com negócios em conjunto: Ramalho Ortigão casou-se com Alzira Gomes Pereira, filha de André; Inácio Falcão da Gama Pombeiro, irmão de Miguel, é cunhado pela parte da sua irmã Bárbara Elisa Falcão da Gama Pombeiro de Manuel Diogo da Silveira Menezes, este irmão de António Carlos da Silveira Menezes, marido de Guiomar Aguiar da Silveira Menezes, uma das fundadoras da sociedade; João da Silveira Sousa Leitão pela parte da sua irmão Ana Isabel da Silveira e Couto Leitão, cunhado de Luís Henriques Chartres de Azevedo Visconde de S. Sebastião e por parte da sua outra irmã Maria José Leitão da Costa Campos, cunhado de Luís da Costa Campos, estes dois últimos senhores também sócios fundadores.

Esta proximidade revela uma estratégia que pode ser compreendida como tentativa de manter em mãos conhecidas a gestão da firma e dai que os estatutos fossem claros ao preverem que em caso de alienação de qualquer quota por parte dos sócios, a direcção da sociedade tivesse sempre o direito de preferência.

2 – Da indústria moageira à Sofal

A constituição da Sofal e a instalação da fábrica no antigo convento, foram o culminar de uma situação favorável que vinha tornando competitivo este tipo de investimento.

As leis do proteccionismo cerealífero de 1889 e 1899, além de garantirem um preço fixo aos produtores na venda do trigo nacional, garantiam também à moderna moagem um lucro fixo que era conseguido através da progressiva modernização tecnológica como forma de ultrapassar a concorrência.¹⁷

Esta prática de constituição de sociedades comerciais para transformação dos produtos da terra por parte das elites agrárias foi um fenómeno recorrente na região e podemos encontrar-lo na fundação de outras fábricas de moagem, como o caso da Companhia Elvense de Moagens a Vapor de Elvas, da Fábrica dos Leões de Évora ou dos Moinhos de Santa Iria de Beja, apenas para referir alguns dos mais importantes centros de moagem do Alentejo.¹⁸

¹⁷ Jaime Reis, A lei da fome: as origens do proteccionismo cerealífero 1889-1914 in Análise Social, ano XV, n.º 60 (1979), pp. 745-793

¹⁸ Diário do Governo n.º 266 de 20-11-1988, pp. 2571-2572

Arlindo Senda, A formação das elites políticas e sociais na contemporaneidade Elvense (1850-1920) in Elvas Caia, Revista Internacional de Cultura e Ciência, n.º 2, Câmara Municipal de Elvas, 2004, pp. 132-152

Paulo Eduardo Guimarães, Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960) Edições Colibri, 2006, pp. 99,100,178

Até ao século XX as fontes disponíveis nada nos indicam sobre moderna indústria em Vila Viçosa: o cadastro geral dos geradores a vapor presentes nas fábricas portuguesas (decreto de lei 30 de Junho de 1884) não regista qualquer maquinaria a vapor para o concelho; a Exposição Nacional das Indústrias, realizada em 1888 na Avenida da Liberdade em Lisboa também não nos revela qualquer traço de modernidade nos stands expostos por parte dos Calipolenses presentes.¹⁹

Rocha Espanca nas suas Memórias de Vila Viçosa, escritas em finais do século XIX, também nada refere apesar de consagrar um capítulo à indústria, a qual é entendida como produção artesanal e o Inquérito Industrial de 1890, que contabiliza 320 moagem para o distrito, 38 das quais para o concelho de Vila Viçosa, apenas nos apresenta os tradicionais motores hidráulicos instalados nos moinhos e azenhas.²⁰

A primeira máquina conhecida para o concelho e aplicada à moagem, surge por volta de 1907 com a firma Semedo & C.ª constituída a 15 de Janeiro entre António Semedo Pereira Tenente de Cavalaria 10, José Mariano Soeiro proprietário, Cesário dos Anjos Oliveira serralheiro mecânico, estes de Vila Viçosa e António José Neves proprietário, de Terena.

A sociedade tinha a funcionar uma fábrica de moer farinha no sítio da Carreira das Nogueiras em prédio de Augusto Caeiro de Matos Azambuja e contava com uma máquina a vapor locomóvel que fazia girar os moinhos, cujo responsável pela manutenção era o sócio Cesário.

Esta sociedade é dissolvida a 6 de Março de 1910 com a venda da fábrica a Francisco da Encarnação Silva Faleiro, futuro sócio da Sofal, que segundo o Anuário Comercial de Portugal ainda era o seu proprietário pelo ano de 1913.²¹

Entre o período que medeia esta firma e a constituição da Sofal não se conhecem indícios de indústrias que manifestem traços de modernização tecnológica, nem os manifestos de autorização de exportação de géneros para fora do concelho, em virtude da carestia do pós-guerra nos dão qualquer informação a esse respeito.

¹⁹ A.D.E., Governo Civil de Évora, Secção J, Série 03 – Concessão de licença para montagem de fábricas 1897 e 1917, M.º 621, n.º 1556 – Livro de registo de declarações feitas no governo civil do distrito por possuidores de geradores e recipientes a vapor, 1884

Catálogo da Exposição Nacional de Indústrias Fabris, Associação Industrial Portugueza, Imprensa Nacional, 1888, Vol. II, p. 310

²⁰ Joaquim da Rocha Espanca, Memórias de Vila Viçosa, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1985, Vol. 28, pp. 112-120
Inquérito Industrial de 1890, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, Vol. III, pp. 465-541

²¹ A.D.E., Cartório Notarial de Vila Viçosa, Lv. 914, fl. 22-25, Ibidem Lv. 719, fl. 6-8
Almanach op. cit. p. 33
Anuário – 1913 op. cit. 2841

Esses manifestos, na prática guias de marcha passados pela Administração do Concelho, apenas nos mostram para o ano de 1920, que as exportações eram constituídas por remessas de produtos artesanais e produtos agrícolas, destacando-se os azeites canalizados de grosso modo para Lisboa, as peles para a Terrugem e a cal para Elvas e Badajoz, quanto à farinha, pouca e proveniente dos moinhos e azenhas.²²



Panorâmica da vila, a partir do Castelo, ao fundo
a Fábrica Sofal, anos 20/30

Fonte: Colecção do Grupo Amigos de Vila Viçosa

3 – A fábrica Sofal na década de 20: sua constituição e organização

Assim chegamos à instalação da fábrica Sofal que marca o arranque da grande indústria em Vila Viçosa, já que as oficinas existentes não possuíam nem dimensão nem tecnologia comparável e a única indústria que irá rivalizar em termos de importância económica, a indústria de extracção e transformação de mármores era por esta altura praticamente inexistente.

²² A.H.M.V.V., Diversos, Termos de manifesto do imposto de exportação nos termos da lei 999 de 15 de Julho de 1920

A fábrica foi desde início instalada no antigo convento de S. Paulo embora possa ter existido a ideia de montar a moagem na rua da Guarda, rua Martins Afonso de Sousa, antiga Heliodoro Salgado já que ali se encontrava um prédio onde tinha funcionado em tempos uma moagem e um lagar de azeite de António Carlos da Silveira Menezes.

Mas tal não se terá concretizado pois tratavam-se de dois conjuntos de prédios diferentes, vendidos ambos em 1922 pela sócia Guiomar, o primeiro deles onde funcionara a moagem e lagar a Francisco Borrego e o segundo constituído por dois prédios e um quintal vendido à Sofal, deste último desconhecendo-se a função atribuída pela sociedade.²³

Em relação ao convento propriamente dito, este depois de várias funções que teve após a extinção das ordens religiosas passara para a propriedade municipal em 1867, sendo vendido em 1919 a Salvador Lourenço Torrinha e mulher, comerciantes que passam a ser “senhores e possuidores de um edifício em ruínas – extinto convento de S. Paulo constituído por igreja, coro, claustros e respectivas serventias” com a finalidade de ali instalarem uma fábrica de moagens e de electricidade, exigindo a câmara a conclusão das obras em quatro anos.

No entanto logo no ano seguinte, o casal acaba por vender este edifício em partes iguais e pelo valor de mil duzentos e dez escudos a Manuel de Sousa da Câmara, Luís Correia Bulhão e António Maria da Costa Simões, os quais futuros sócios entrarão assim na sociedade com uma quota em espécie.²⁴

A escolha do convento de S. Paulo deveu-se a uma questão pragmática motivada pela técnica industrial aplicada a este tipo de indústria.

A moderna indústria de moagem que se vinha afirmando em toda a Europa, necessitava de espaços amplos com estruturas maciças ao nível das fundações que permitissem tanto a ampliação em altura como suportassem o peso da grande maquinaria com recurso à moderna técnica da utilização do betão armado, fossem edifícios construídos de raiz ou edifícios sem função como o caso dos conventos depois de extintas as ordens religiosas e comprados ao desbarato, normalmente em hasta pública.

Esta grande indústria será apetrechada com a melhor tecnologia à época com destaque para o sistema Austro – Húngaro que organiza a moagem com base numa linha de produção aperfeiçoada, disposta por andares, utilizando grande maquinaria, tendo como finalidade a produção de farinha fina através da moagem do núcleo do grão, utilizando para isso cilindros de metal ao invés das mós de pedra das azenhas e moinhos.

Farinha esta muito apreciada pela panificação dos grandes centros urbanos, o que levava a que estas moagens fossem instaladas próximas do caminho de ferro e das estações ou levassem ao surgimento de ramais que servissem estas indústrias.

²³ A.D.E., Cartório Notarial de Vila Viçosa, Lv. 758, fl. 24v-26v, Ibidem, fl. 36-39v

²⁴ Ibidem, Lv. 753, fl. 39-41

Outra característica importante desta indústria prende-se com a energia motriz utilizada, já não as energias da água e do vento, condicionadoras da indústria ao nível do território e falíveis pelas condições climatéricas e ambientais, mas as energias do vapor e posteriormente da electricidade o que permitem uma maior autonomia e um elevado índice de produção contabilizado já na ordem de várias toneladas diárias.

Para o caso de Vila Viçosa, a 1.^a fase do desenvolvimento da fábrica Sofal inicia-se oficialmente com a constituição da sociedade e culmina com a obtenção do respectivo alvará, um processo moroso que só estará concluído em finais de 1924, laborando a fábrica até lá de forma “provisória”.²⁵

A constituição da sociedade dá-se a 8 de Outubro de 1921, mas a fábrica já poderia estaria a laborar antes dessa data ainda que fosse de forma precária pois já em 24 de Setembro, Sebastião de Herédia em correspondência ao Ministro do Trabalho solicita que sejam concedidos alvará e licença para a sociedade continuar “com a construção da fábrica a fim de pôr em laboração pelos processos de prensas hidráulicas para a extracção física de azeite de azeitona, extracção química do azeite de bagaço pelo sulfureto de carbono empregando um gerador de 60Hp e motor a vapor de 25Hp, farinação com 6 cilindros fornecidos pela casa suíça Buhler, padaria mecânica com 2 amassadores e dois fornos, com os aparelhos de farinação e padaria accionados por um motor de gás pobre de 90Hp”.

Com este pedido dá-se início formal ao processo de licenciamento, sendo o requerimento para pedido de alvará submetido a 3 de Novembro aos serviços da 4.^a Circunscrição Industrial com sede em Évora.

Nova correspondência do mesmo Herédia ao Ministro do trabalho de 23 de Novembro onde acrescenta “...desejando explorar as indústrias olefólicas e fabri-co de farinha [...] empregando-se durante a época da fabricação do azeite de azeitona (período de 2 meses o máximo) 34 homens, para trabalhar a extracção química 10, devendo-se empregar na moagem (fábrica de farinha), querendo funcionar, 8, vem requerer com as respectivas disposições legais, lhe seja pas-sado o alvará de licença para poder explorar as referidas indústrias em que são empregados os seguintes motores e caldeiras:

Uma caldeira proveniente de França, construída por Gabisol, Fils & Com-pagnie, Nauvay em 1914 com 6 metros cúbicos de capacidade, um motor a va-por de 8Hp da casa constructora Gacla de Paris, um motor a gás pobre de 8Hp de proveniênciA Alemã.

Para extracção química a quantidade de sulfureto de carbono depurado com depósito próprio é o máximo de 7000 litros”

Em relação ao projecto da fábrica a empresa responsável fora a firma Buh-ler Hermanos de Madrid, representante da empresa Buhler da Suíça, cujas plantas

²⁵ Processo de licenciamento industrial op. cit., vol. I

produziu entre Janeiro e Fevereiro de 1922, sendo a fábrica descrita como "fábrica de harinas para moler 18.000 kg de trigo blando en 24 horas".²⁶

O responsável técnico pela execução do projecto terá sido o moleiro mecânico Ângelo Garcia y Garcia natural de Ferreira do Alentejo, filho de Ildefonso Garcia y Garcia e de Jacoba Maria da Paz.

O seu pai terá sido um engenheiro espanhol, natural de Santander e responsável pela montagem de diversas moagens em Espanha e em Portugal.²⁷

A licença municipal para obras é passada pela Câmara a 21 de Setembro de 1922, sendo presidente o sócio Inácio Falcão da Gama Pombeiro, tendo sido aprovada na sessão de 9 de Setembro "licença à Sociedade Fabril Alentejana Lda de Vila Viçosa para proceder às restantes obras de reparação e alterar a frente do edifício dentro de um ano.."

Em Dezembro será a vez do alvará publicado na imprensa regional, informando sobre os inconvenientes deste tipo de indústria e estabelecendo o prazo de 30 dias para possíveis reclamações.

"Faço público que a Sociedade Fabril Alentejana Lda., com sede em Vila Viçosa requereu licença para laboração e exploração na sua fábrica situada no largo Machado dos Santos [...] das seguintes indústrias: extracção física de azeite, extracção química do azeite do bagaço de azeitona e moagem de cereais, nas quais vão empregar um gerador a vapor de 6 metros cúbicos de capacidade [...] dois motores de vapor respectivamente com as potências de 25Hp e 9Hp, um motor de explosão a gás pobre com a potência de 75/85Hp e 52 operários. Na extracção química do azeite de bagaço de azeitona vai ser empregado sulfureto de carbono, sendo este armazenado em depósito próprio com a capacidade de 7000 litros.

Estas indústrias compreendidas na 1.^a e 3.^a classe da tabela anexa ao decreto n.º 8364 de 25 de Agosto de 1922 e cujos inconvenientes são: cheiro, barulho e perigo de incêndio..."

O processo arrasta-se pelos anos de 1923 e 1924, dado que na vistoria de Maio de 1923 os inspectores encontram algumas irregularidades, inconvenientes a corrigir para a próxima vistoria a solicitar dentro de 4 meses, tempo que se alarga quer por pedido da empresa em terminar as obras quer pela falta de pessoal dos serviços técnicos, sendo a vistoria realizada apenas em 9 de Julho de 1924.

Superada a burocracia, o alvará é finalmente concedido a 11 de Dezembro de 1924, com o n.º 5080 publicado em Diário do Governo n.º 303, 2.^a série de 29.11.1924.

Assim a sociedade fica apta a explorar as já referidas indústrias de produção de azeite e extracção de bagaço e moagem de cereais, com a ressalva que

²⁶ Ibidem, Vol. II

²⁷ António Rosa op. cit., 1.^a parte, p. 249

estas eram as indústrias legalizadas podendo-se mencionar ainda o caso da panificação e da saboaria.

Para a primeira, as referências desaparecem depois da correspondência inicial de Sebastião de Herédia, não consta do alvará e não existem informações sobre a sociedade no que toca a panificação na Vila.

Da saboaria, tributária da produção de azeite e da extracção do bagaço por aproveitamento dos seus restos, só se conhece a legalização da actividade para a década seguinte.

Em finais de 1931, Ramalho Ortigão inicia o processo de legalização desta instalação informando que a saboaria é constituída por dois caldeiros de ferro com a capacidade aproximada de 1500 litros cada, cujo aquecimento é fornecido por uma derivação de vapor retirada da instalação geral da fábrica e instalados num edifício de alvenaria, com o pavimento do primeiro andar em cimento armado e não dispondo de outros maquinismos, alem de moldes de madeira para secagem, empregando um operário e cuja produção teria sido iniciada em Setembro passado.

Mas poderia esta actividade já ter funcionado no passado, já que no ano de 1922, os cabeçalhos publicitários tipo incluídos na folhas da correspondência regular da sociedade fazem menção à actividade “Sabão Sistema Marseilly”

As actividades exploradas pela sociedade até ao final da década serão alargadas à refinação de azeites e à produção de electricidade para luz e força, sendo de todas elas as mais importantes esta última a par da moagem.²⁸

Em relação à moagem, a memória descritiva de 24 de Junho de 1924 refere-nos que a fabrica estava equipada com os seguintes mecanismos:

- “12 cilindros – 50 cm de comprimento por 22 cm de diâmetro
- 1 dito – 60 cm de comprimento por 22 cm de diâmetro
- Bandeja – 206 cm de comprimento, 1, 25 cm de largura e 30 cm de altura
- Despontadora – comprimento 181 cm, largura 60 cm, altura 150 cm
- Satinadora – comprimento 92 cm, largura 75 cm, altura 155 cm
- Sassores – 1 com 234 cm de comprimento por 20 cm de largura – superfície 4680 cm², 1 com 234 cm de comprimento por 30 cm de largura, superfície 7020cm³
- Cepilhadora – 125 cm de comprimento com 50 cm de diâmetro
- Desatadores -comprimento 50 cm, diâmetro 32 cm
- Divisor de salvados . 50 cm de comprimento por 30 cm de diâmetro
- Plansichters – 4 com 220 cm de comprimento, 60 cm de largura e 51 cm de altura. Superfície de cada um 13200 cm², 2 com 220 cm de comprimento por 40 cm de largura e 51 cm de altura, superfície de cada um 8800 cm²

²⁸ Atestado da repartição de finanças de Vila Viçosa de 28 de Setembro de 1935 a propósito das indústrias que vinham sendo exploradas desde 1925 in Processo de Licenciamento industrial op. cit., Vol. I

Peneiros para repasse do trigo – 1 com 240 cm de comprimento, 80 cm de largura e 110 cm de altura, outro com 230 cm de comprimento, 85 cm de largura e 130 cm de altura,

Peneiros para farinha – comprimento 150 cm por 65 cm de diâmetro cada um
Aparelhos de limpeza combinada – comprimento de 130 cm, largura 115 cm e altura 118 cm

Centrifugo – comprimento 220 cm, diâmetro 60 cm”

Esta actividade teria ganho relevo no conjunto das várias indústrias existentes na fábrica e no final da década a sociedade já possuía uma pequena rede de depósitos onde a sua farinha era vendida à comissão:

Em Vila Viçosa contava com depósito de Joaquim José Amaro na Praça da República, em Bencatel com Manuel Pereira Fradinho e em Pardais com Manuel Joaquim Casas Novas.

Fora do concelho, em S. Tiago Rio de Moinhos e Ourada ambos do concelho de Borba, com depósito respectivamente de Manuel da Silva Bento e Isidoro Dias, no concelho de Alandroal com depósitos nas localidades de Capelins, S. Tiago Maior e Terena, depósito também em Redondo e ainda em Terrugem, concelho de Elvas.²⁹

Em relação à electricidade, sendo comum na província, a associação de várias actividades como forma de rentabilizar os investimentos, a expansão para esta nova actividade pode ser vista como forma de aproveitar esta nova fonte de energia, não só para incrementar a produção industrial mas como forma de realizar novos investimentos.

Apostando na iluminação pública das localidades de noite quando a laboração se reduzia ou se suspendia passa a ser recorrente na região e a par de Vila Viçosa, os casos da Companhia Elvense de Moagens a Vapor de Elvas ou da Moagem e Eletricidade de Arraiolos são disso exemplo, pois um pouco pela província onde não foi viável a constituição de uma fábrica dedicada unicamente à produção de electricidade uma a Central Tejo em Lisboa ou uma Companhia Eborense de Electricidade em Évora, eram em grande parte as moagens ou outras fábricas que asseguravam os primórdios da eletrificação dos concelhos.

Em Vila Viçosa a produção de electricidade por parte da fábrica Sofal de Vila Viçosa já existia pelo ano de 1925 como atestam as finanças sobre as actividades praticadas e no ano seguinte a quando do diferendo com a Bolsa Agrícola, os directores da empresa suplicam: “...pedimos é que não nos seja tolhido o direito de laborar, [...] porque sendo a nossa a única fábrica da região a punição afectaria a iluminação da vila visto que a fábrica é fornecedora da energia eléctrica”

²⁹ Ofício 211 de 12.10.1925 in Copiador de Correspondência enviada da Bolsa Agrícola de Évora, 2.º Semestre de 1925.

Correspondência com a Bolsa Agrícola de 07.06.1928, 07.07.1928 e 25.05.1929 in Processo de Licenciamento Industrial op. cit., vol. I

Em 1927 podemos observar o destaque dando à electricidade no contrato de fornecimento de água entre a Misericórdia e o farmacêutico Vítor do Monte de Vila Viçosa.

A Misericórdia permitia que o farmacêutico se abastecesse de água de um poço que lhe pertencia, sempre que a instituição dele não necessitasse, mas apenas nas horas de fornecimento de energia eléctrica por parte da empresa fornecedora, ou seja à noite, tendo em atenção que o valor de 1\$80 escudos o metro cúbico poderia subir de futuro devido ao preço da electricidade que no momento tinha por custo 2\$02 escudos o Kilowatt.³⁰

Assim podemos afirmar que a electricidade vista inicialmente como uma curiosidade se vai implementar lentamente como uma necessidade da vida quotidiana, motivando e alterando sociabilidades, como são o caso dos cinemas e promovendo lentamente a indústria depois de uma primeira fase que passou sobretudo pela iluminação pública e que mais tarde ao entrar nas indústrias vai possibilitar a criação de companhias de produção e distribuição com escala regional.

Para o caso de Vila Viçosa só bem mais tarde, já após a guerra se abastece-ram as indústrias com rede pública, pois as pedreiras nesta época ainda eram de pequena dimensão e as que dela necessitavam recorriam a fontes de energia autónoma.

Ao finalizar a década, a sociedade sofre uma reestruturação interna ao nível dos estatutos e a configuração do seu capital altera-se um pouco, talvez por estratégias de controlo da gestão da empresa e também um pouco pela crise que possa ter sofrido, decorrente do contexto internacional da grande depressão.³¹

Assim a configuração da sociedade passa a ser a seguinte:

Nome	Quotas (em contos)
Guiomar Aguiar da Silveira Menezes	115
João da Silveira Sousa Leitão	105
André Gomes Pereira	95
Luís Correia Bulhão (Herdeiros)	50
Inácio Falcão da Gama Pombeiro	50
José Veladas da Silveira Belo	50
Francisco de Assis Cravo	40
João Falcão Ramalho Ortigão	40
Luís da Costa Campos	40

³⁰ A.D.E., Cartório Notarial de Vila Viçosa, Lv. 990, fl. 24-25

³¹ A.D.E., Cartório Notarial de Vila Viçosa, Lv. 991, fl. 39-48

A Fábrica e a Sociedade Sofal de Vila Viçosa

Gabriel Sérgio Osório de Barros	30
António Silvestre Rosa	20
António José Cordeiro	20
António Maria Lobo Vidigal Salgado	15
Francisco da Encarnação Silva Faleiro	15
Joaquim Parreira Espada Calapez	15
José Silva Figueiredo	15
João da Silva Figueiredo	15
Francisco José Camões	15
Feliciano de Jesus	15
José Mariano Soeiro	15
Maria Teresa Costa Lobo	10
Hermenegildo Augusto Barradas	10
Miguel Falcão da Gama Pombeiro	10
Humberto Montenegro Fernandes	10
Joaquim José Amaro	10
António José Martins	10
António Maria da Costa Simões	5
Joaquim Lourenço Torrinha	5
Francisco de Abreu Barbosa Bacelar	5
Rafael de Matos Boim	5
Maria Luísa Soeiro	5
José Cândido Coelho	5
Joaquim Maria Rosa Palma	5
Antónino Raul da Mata Gomes Pereira	5
Filipe de Sousa Couto Leitão	5
José Vicente Ferreira	5
Manuel Coelho de Paiva	5
Zulmira Alzira Azambuja	5
José Vaz Sengo	5

ANEXO A – Escritura Pública de fundação da Sofal

“Constituição de Sociedade por cotas

No dia oito de Outubro de mil novecentos e vinte um, em Villa Viçosa, rua Miguel Bombarda, edifício com o numero quarenta e nove de policia, sede do sindicato Agricola n'esta villa, onde eu Joaquim Parreira Espada Callapez, notário publico e escrivão do segundo officio do Juizo de direito d'esta commarca chamado vim, aqui perante mim compareceram como outorgantes os excelentíssimos senhores Luiz Correia Bulhão, casado, proprietário e residente na freguezia de Sant'Anna de Bencatel, propriedade da Faia, por si e como representante do senhor Doutor Manuel de Sousa da Camara, casado, proprietário, professor no Instituto Superior de Agronomia, morador em Lisboa, largo do Andaluz desesseis primeiro, qualidade esta que provam com a original procuração que n'este acto apresentam, – Don Sebastião de Heredia, casado, industrial, residente em Lisboa, travessa do Abarramento de Peniche, numero vinte nove, por si e como bastante procurador do senhor José Augusto Nunes Ramos, solteiro, maior, solicitador forense n'esta commarca e residente em Borba – António Maria da Costa Simões, casado, secretário da administração d'este concelho, residente n'esta villa por si e como bastante procurador de seu irmão senhor João Arthur da Costa Simões, casado, primeiro oficial dos correios e telegraphos da província da Guiné e actualmente residente em Lisboa, rua Bernardino Ribeiro numero cincoenta e dois, segundo – António Silvestre Rosa, casado, proprietário, residente n'esta villa – António Augusto Mattos Costa, casado, proprietário também residente n'esta villa por si e também como bastante procurador do senhor doutor Manuel Maria de Mattos, casado, proprietário e residente na cidade de Silves, de dona Maria Theresa Costa Lobo, viúva, proprietária, residente n'esta villa, de dona Maria da Conceição Costa Nogueira, viúva, proprietária e residente em Lisboa, rua Bernardo Lima, numero cinco, rez-do-chão e de João António dos Santos, casado, proprietário e morador na Sancha, freguezia de Cilladas d'este concelho; Ignácio Falcão da Gama Pombeiro, solteiro, maior, proprietário e residente n'esta villa, – António Maria Lobo Vidigal Salgado, casado, proprietário e residente n'esta villa, – Francisco da Encarnação Silva Faleiro, também casado, proprietário e residente n'esta villa, – Hermenegildo Augusto Barradas, casado, proprietário e residente na freguezia de Sant'Anna de Bencatel, – Joaquim Lourenço Torrinha, casado, pharmaceutico, residente n'esta villa por si e como bastante procurador do Padre Joaquim Maria Rosa Palma, solteiro, maior, secretário do Seminário de Évora, donde reside e do senhora dona Maria Luiza Soeiro, solteira, maior, proprietária e residente n'esta villa – Miguel Falcão da Gama Pombeiro, casado, funcionário aposentado e residente n'esta villa – Francisco de Abreu Barbosa Bacelar, casado e tesoureiro da fazenda publica d'este concelho, também residente n'esta villa – António José Cordeiro, casado, proprietário e residente no monte da Brioa, freguezia de São Romão, – Rafael de Mattos Boim, casado comerciante, residente n'esta villa, – José Cândido Coelho, casado, capitão médico veterinário no regimento de cavalaria numero dez, residente n'esta villa, – Manuel Maria Orelhas, solteiro, maior, secretário das finanças aposentado, também residente n'esta villa, – Francisco d'As-

sis Cravo, casado, proprietário e também residente n'esta villa, — Antonino Raul da Matta Gomes Pereira, casado, tenente do regimento de cavallaria numero dez, também residente n'esta villa, — Gabriel Sergio Osório de Barros, casado, proprietário e também residente n'esta villa, João Falcão Ramalho Ortigão, casado, tenente de cavallaria, piloto aviador, também residente n'esta villa, — André Gomes Pereira, casado, proprietário, também residente n'esta villa, — Doutor João Augusto do Couto Jardim, solteiro, maior, médico municipal n'este concelho também residente n'esta villa, — Doutor Humberto Montenegro Fernandes, casado, advogado e residente em Borba, — Doutor João da Silva Figueiredo, casado, funcionário municipal n'este concelho e também residente n'esta villa, — Doutor António Carlos de Mattos Azambuja, solteiro, maior, official do registo civil n'este concelho e também residente n'esta villa, — Doutor José da Silva Figueiredo, solteiro, médico, também residente n'esta villa, — Ignacio da Conceição Rosa, proprietário, também residente n'esta villa, — Joaquim José Amaro, casado, tesoureiro da camara municipal d'este concelho, igualmente residente n'esta villa, — Doutor João da Silveira da Sousa Leitão, casado, proprietário e residente em Borba, por si e como bastante mandatário dos senhores Luiz da Costa Campos, casado, proprietário e residente accidentalmente em Vila do Conde, rua Bento de Freitas setenta e seis, Luiz Henriques Charters de Azevedo Visconde de São Sebastião, casado, proprietário e morador em lugar de El-Rei, Leiria e de Filipe de Sousa Silveira Costa Leitão, casado, proprietário e residente em Lisboa, rua do Salitre numero cincuenta e seis e accidentalmente em Leiria, — Dona Guiomar de Aguiar da Silveira e Menezes, viúva, proprietária d'esta villa, — José Velladas da Silveira Bello, — José Cardoso Galhardas, Manuel Coelho de Paiva, António José Martins, residente no monte do Pigeiro, freguezia de Nossa Senhora do Rosário e Francisco José Camões residente no monte de Nabaes, estes casados e Doutor José Vicente Ferreira, solteiro, maior, proprietário digo, todos estes proprietários e residentes no Alandroal.

Declara-se que o outorgante António Augusto de Mattos Costa ainda figura como procurador do senhor Manuel da Encarnação Janeiro, casado, proprietário e residente no monte do Padrão concelho e comarca d'Elvas.

Todos os outorgantes são meus conhecidos e das testemunhos idóneas adeantes mencionadas e no fim assignadas e os que representam a qualidade de mandatários apresentam n'este acto as respectivas procurações passadas em forma legal e com poderes expressos dos mandantes para os representarem n'esta escriptura as quais arquivo para os devidos effeitos. Em seguida por todos elles outorgantes, uns por si e outros por si e também nas qualidades que representam, foi dito perante mim notário: Que haviam formado entre todos uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede no extinto convento de São Paulo, situado no largo Machado dos Santos d'esta villa, e que se regerá pelos estatutos que n'este acto se apresentam e que passo a descrever assiduamente: "Estatutos da Sociedade Fabril Alentejana Limitada" — Capítulo Primeiro = Denominação, sede, objectivo, duração= Artigo Primeiro = Nos termos da legislação em vigor e d'estes estatutos é criada uma sociedade por cotas, com a denominação de Sociedade Fabril Alentejana Limitada — Artigo Segundo — A sua sede é em Villa Viçosa, podendo estabelecer sucursais ou filiais quando e onde a sua direcção determinar — Artigo terceiro — o seu objecto é principalmente, a exploração das industrias oleícola, da farinação e panificação de

cereais, e derivados, e, secundariamente qualquer outros ramos da industria e cereais, para os quais a lei não exija autorizações especiais.

Artigo quarto – a duração é por tempo indeterminado, e o começo, para todos os efeitos, conta-se desde hoje. = Capítulo segundo = capital social, fundo de reserva= Artigo quinto – o capital social é de novecentos mil escudos, correspondente às cotas dos sócios, que são as seguintes: Doutor Manuel de Sousa da Camara, cincuenta mil escudos, – Luiz Correia Bulhão, cincuenta mil escudos, – Don Sebastião de Herédia, cem mil escudos, – António Maria da Costa Simões, quinze mil escudos, – João Arthur da Costa Simões, quinze mil escudos, – António Silvestre Rosa, vinte mil escudos, – António Augusto de Mattos Costa, quinze mil escudos, – Ignacio Falcão da Gama Pombeiro, quinze mil escudos, – Manuel da Encarnação Janeiro, dez mil escudos, – Dona Maria Thereza Costa Lobo, dez mil escudos, – António Maria Lobo Vidigal Salgado, quinze mil escudos, João António dos Santos, dez mil escudos, – Francisco da Encarnação Silva Faleiro, quinze mil escudos, – Hermenegildo Augusto Barradas, dez mil escudos, – Dona Maria da Conceição Costa Nogueira, cinco mil escudos, – Joaquim Lourenço Torrinha, Miguel Falcão da Gama Pombeiro, – Francisco de Abreu Barbosa Baçelar, – António José Cordeiro, Rafael de Mattos Boim, dona Maria Luiza Soeiro, José Cândido Coelho, – Manuel Maria Orelha, – doutor Manuel Maria de Mattos, – Francisco d'Assis Cravo, – Padre Joaquim Maria Rosa Paiva, cinco mil escudos cada um, – Antonino Raul da Matta Gomes Pereira, – Gabriel Sergio Osorio de Barros, e João Falcão Ramalho Ortigão, quarenta e cinco mil escudos cada um, André Gomes Pereira, quinze mil escudos, – Doutor João Augusto do Couto Jardim e Doutor Humberto Montenegro Fernandes, dez mil escudos cada um, – Doutor João da Silva Figueiredo, quinze mil escudos, – Doutor António de Carlos Matos Azambuja, trinta mil escudos, – Doutor José da Silva Figueiredo, quinze mil escudos, – Ignacio da Conceição Rosa, dez mil escudos, Joaquim José Amaro, dez mil escudos, – Doutor João da Silveira Sousa Leitão, cincuenta mil escudos, – Luiz da Costa Campos e Philippe de Sousa Costa Leitão, quarenta mil escudos cada um, – Luiz Henriques Charters d'Azevedo, visconde de São Sebastião, dez mil escudos, dona Guiomar de Aguiar da Silveira Menezes quarenta mil escudos, – José Velladas da Silveira Bello, quinze mil escudos, – Doutor José Vicente Ferreira, Manuel Coelho de Paiva e Francisco José Camões cinco mil escudos cada um; António José Martins, dez mil escudos e José Cândido Galhardas, quinze mil escudos, total novecentos mil escudos. – Parte do capital no valor de duzentos e vinte e cinco mil escudos é representada pelo prédio do extinto convento de São Paulo, instalação, máquinas, géneros e mais activo, e pertencem aos sócios doutor Manuel de Sousa da Camara, Luiz Correia Bulhão, Dom Sebastião de Heredia, António Maria da Costa Simões e João Arthur da Costa Simões, os quais transferem para a presente sociedade todos os seus direitos em co propriedade, na rigorosa proporção da sua subscrição, não se comprehendendo nessa parte do capital cinco mil escudos da totalidade e da cota d'este último sócio. = As restantes cotas foram por valor aos demais sócios subscritas a dinheiro, tendo-se realizado no acto d'esta escriptura metade da cota de cada um dos referidos sócios, no valor de trezentos e trinta e sete mil e quinhentos centavos. A entrada da segunda parte de cada uma d'estas cotas deve realizar-se na sede da sociedade, dentro do prazo de sessenta dias, a partir da data d'esta escriptura, para o que cada um dos sócios se obriga à sua

execução da sua entrega. Paragrapho unico – se qualquer dos sócios não efectuar a realização da prestação da segunda prestação no prazo indicado, o caso será exposto à Assembleia Geral que sobre ele se pronunciará – Artigo sexto – o capital social indicado no artigo anterior poderá ser reservado uma ou mais vezes, sempre que a Assembleia Geral o deliberar, por proposta da direcção, ouvido o conselho fiscal e quando pelo efeito disposto no artigo terceiro – haja n'isso conveniência. Artigo sétimo – Em todos os aumentos do capital, os sócios reservam-se o direito de preferência na respectiva subscrição que nunca poderá ser em fracção inferior a cinco mil escudos. A divisão d'este novo capital será nestas bases, quanto possível, proporcional à suas cotas. Artigo oitavo – não serão exigidas prestações suplementares, se porem a sociedade carecer de fundos alem do capital social, qualquer dos sócios poderá fazer empréstimos ou suprimentos, que em reunião se determinarem, ao juro anual do mercado. Artigo nono – A cessão de qualquer cota a estranhos só poderá realizar-se com o prévio conhecimento da sociedade, a qual poderá amortizar, achando-se nas circunstâncias legais de o fazer. Não sendo autorizada, qualquer dos sócios dos sócios poderá individualmente, adquirir a cota que se pretenda alienar, para o que todos fica assegurado o direito de preferência pelo valor realizado acrescido do correspondente da correspondente parte do fundo de reserva. Se mais de um sócio quiser usar d'este direito, far-se-ha a divisão entre os os preferentes como for legalmente possível.

Artigo décimo – é dispensado o consentimento especial da sociedade para a cessão de partes de uma cota a favor de um associado ou para a divisão de cotas por herdeiros, ou representantes dos sócios.

Artigo décimo primeiro – no caso de falecimento de um sócio os seus herdeiros ou representantes exercerão em comum os direitos do falecido, enquanto a respectiva cota se achar indivisa, nunca podendo podendo dividir em fracções inferiores a cinco mil escudos. Artigo décimo segundo – Para o fundo de reserva legal serão retirados anualmente pelo menos cinco por cento dos lucros, até que representem a quinta parte do capital. – Paragrapho unico – alem d'este fundo de reserva poderá haver qualquer outro, que, sob, proposta da direcção, a assembleia geral delibere criar. Capítulo Terceiro – Administração Social e Fiscalização – Artigo décimo terceiro – A administração da sociedade será exercida por três directores efectivos e três suplentes, eleitos pela assembleia geral de três em três anos com possibilidade de reeleição. Artigo décimo quarto – cada director efectivo receberá uma retribuição anual de duzentos escudos e todos uma percentagem sobre os lucros líquidos de seis por cento, divididos entre si e sempre que a verba para dividendos aos sócios for superior a seis por cento do capital social.

Artigo décimo quinto – no impedimento ou ausência de um ou mais directores efectivos, por tempo inferior a dez dias, serão chamados enquanto durarem os suplentes pela ordem de votação, e, quando a votação for igual, será chamado o mais idoso. Paragrapho primeiro – sempre que for possível, deverá comparecer um director na fábrica diariamente. Paragrapho segundo – os directores suplentes receberão a mesma remuneração dos efectivos, na proporção do tempo em que servirem, e ficarão sujeitos aos mesmos encargos – Artigo décimo sexto – As reuniões da direcção effectuam-se ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que forem necessárias. Artigo décimo sétimo – À direcção serão conferidos amplos

poderes para a gerência social, nos termos gerais dos direitos d'estes estatutos, incluindo os de recorrer ao crédito para mais rápido andamento dos negócios da sociedade. Artigo décimo oitavo – À direcção incube especialmente: Primeiro – representar a sociedade em juizo e fora d'elle, activa e passivamente, Segundo – resolver sobre todos os direitos e interesses da sociedade, Terceiro – Adquirir bens e direitos imobiliários, materiais e utensílios e tudo quanto seja necessário aos fins mencionados no artigo terceiro, Quarto – Nomear e contratar gerentes technicos delegando n'elles os poderes necessários ao cumprimento do seu mandato, e bem assim nomear e contratar todo o pessoal que careça. Quinto – Arbitrar os vencimentos dos gerentes technicos e mais pessoal tanto da sede como de fora, podendo esses vencimentos serem fixos, determinados por percentagens sobre os produtos ou sobre os lucros, ou constituídos cumulativamente por ordenados fixos e percentagens. Artigo décimo nono – Para a sociedade ficar obrigada basta que os respectivos actos sejam em nome d'ella assignados por dois directores, mas a correspondência aos simples documentos de expediente poderão ser assignados por um só director. Paragrapho primeiro – Ficam excluídos os casos em que a direcção dê procuração em nome da sociedade. Paragrapho segundo – A direcção poderá delegar um ou todos os poderes que lhe competem num só dos seus membros, que será nomeado director gerente e cuja assignatura, isoladamente, derijará a sociedade em conformidade aos poderes que lhe hajam sido concedidos. Paragrapho terceiro – A direcção não poderá usar a firma senão para os fins sociais, com expressa exclusão da abonação, fianças, letras de favor e semelhantes. Artigo vigéssimo – o conselho fiscal será constituído por seis membros, sendo três efectivos e três suplentes, que serão eleitos pela assembleia geral por triénio e reelegíveis. Artigo vigéssimo primeiro – o conselho fiscal reunir-se-há ordinariamente uma vez por mez e extraordinariamente sempre que os interesses da sociedade o exigirem. Artigo vigéssimo segundo – na falha ou impedimento de algum ou alguns dos membros efectivos do conselho fiscal, proceder-se-há conforme ao determinado no artigo décimo quinto para a direcção. Artigo vigéssimo terceiro – a remuneração do conselho fiscal será de dez escudos por cada membro e por cada reunião a que assistir. Artigo vigéssimo quarto – A contribuição devida pelo exercecío dos cargos de direcção e do conselho fiscal serão consideradas encargos da sociedade.

Capitulo Quarto = Assembleia Geral = Artigo vigéssimo quinto – A soberania da sociedade pertence à assembleia geral e as suas deliberações serão obrigatorias para todos os sócios. Artigo vigéssimo sexto – É permitida a representação por mandado quando conferido por qualquer forma escrita, bastando em caso de dúvidas sobre as assignaturas, o reconhecimento da assembleia da meza da assembleia geral. Paragrapho único – A apresentação dos mandatos será feito à meza da assembleia geral no acto da reunião. Artigo vigéssimo sétimo – Os incapazes, menores e as sociedades serão representados pelas pessoas a quem a sua representação legalmente incumbiu. Artigo vigéssimo oitavo – a meza da assembleia geral compor-se-ha do um presidente, de um vice presidente e dois secretários eleitos entre os sócios de três em três anos, podendo ser reeleitos. As suas falhas ou impedimentos suprir-se-hao nos termos do paragrapho segundo e terceiro do artigo cento e oitenta e dois do código comercial. Artigo vigéssimo nono – A assembleia geral ordinária será convocada pelo presidente da mesa e reunir-se-ha pelo menos uma vez cada anno até ao fim

do mês de Outubro para aprovação das contas e mais fins legais ou estatutários. Artigo Trigéssimo – A assembleia extraordinária reunir-se-ha sempre que a direcção ou o concelho fiscal a convocarem ou então em virtude de requerimento fundamentado dirigido ao presidente da mesa, por um número de sócios que represente pelo menos um terço do capital social. Artigo trigéssimo primeiro – Compete ao presidente da mesa da assembleia geral, alem das funções do seu cargo: rubricar as folhas e assignar os termos de abertura e encerramento dos livros das actas da direcção, do conselho fiscal, da assembleia geral e o livro de posse. Artigo trigéssimo segundo – É da exclusiva competência da assembleia geral extraordinária deliberar sobre a alteração dos estatutos, reintegração, aumento do capital social, transformação, dissolução e liquidação da sociedade. Artigo trigéssimo terceiro – As assembleias gerais ordinárias e extraordinárias funcionarão regularmente achando-se presentes ou representados, sócios aos quais pertença uma terça parte do capital social excepto quando se trate da transformação, dissolução e liquidação da sociedade, porque então as deliberações só serão válidas quando tomadas por sócios que representem dois terços do capital conforme ao disposto no paragrapho primeiro do artigo cento e trinta e um do código comercial. Artigo trigéssimo quarto – quando uma assembleia não puder constituir-se por insuficiênciia do capital, convocar-se-há nova reunião que se realizará dentro de trinta dias imediatamente seguintes e nunca antes de quinze, reconhecendo válidas as deliberações que se tomarem, qualquer que seja o quantitativo do capital representado sem prejuízo do disposto no paragrapho primeiro do artigo do artigo cento e trinta e um do código comercial. Artigo trigéssimo quinto – A cada cinco mil escudos correspondente um voto. Artigo trigéssimo sexto – Todas as votações excluindo as eleições serão feitas pela forma que a assembleia resolver. Paragrapho único – vencerá sempre a maioria dos votos, em relação ao capital dos sócios presentes ou representados. Artigo trigéssimo sétimo – As deliberações da assembleia geral são comprovadas por actos lançados em livro próprio e assignadas pelos membros da meza.

Capitulo Quinto – Balanço e Contas – Artigo Trigéssimo oitavo – No fim de cada ano social proceder-se-ha a um inventário e balanço. Artigo trigéssimo nono – Os lucros líquidos verificados por balanço terão a seguinte aplicação: Primeiro – A percentagem mínima de cinco por cento para contribuição ou reintegração do fundo de reserva legal. Segundo – As percentagens que a assembleia geral determinar para fundos de reserva e quaisquer outros fins. Terceiro – As percentagens que a assembleia geral determinar para retribuição à direcção e ao conselho fiscal. Quarto – A verba que for dedicada para dividendos aos sócios, proporcionalmente ao valor das cotas. Capitulo Sexto – Disposições Geraes – Artigo Quadragéssimo – A assembleia geral que for convocada para tratar da dissolução, regulará o modo de proceder à liquidação e partilha sem prejuízo do disposto no artigo cento e trinta e um do código comercial. Artigo quadragéssimo primeiro – O ano social começará em um de Agosto de cada ano e terminará em trinta e um de Julho do ano seguinte. Paragrapho único – o primeiro ano social começa na data d'esta escriptura. Artigo Quadragéssimo segundo – A sociedade dissolve-se por qualquer dos fundamentos previstos na lei. Artigo Quadragéssimo terceiro – Em todo o omissso regularão as disposições da lei de onze de Abril de mil novecentos e vinte e mais legislação aplicada. Nada mais contêm os transcriptos apresentados.

N'este acto foi-me apresentado a certidão passada pela repartição de comercio em vinte oito de Outubro ultimo na qual consta não estar inscripta no registo de sociedades anónimas ou sociedade por cotas alguma com denominação idêntica à constituída por estas escripturas. Declara-se que o sócio senhor Luiz Correia Bulhão outorga ainda como procurador de sua esposa Joana Lopes Bulhão que vive na sua companhia e como procurador não só do senhor doutor Manuel de Sousa da Camara, mas também de sua esposa dona Maria Luiza Mardel de Sousa da Camara que também vive em sua companhia e o sócio senhor António Maria da Costa Simões, outorga também como procurador de sua esposa dona Eugénia do Carmo d'Almeida Bota Simões, que também vive com ele, as quais procurações apresentam n'este acto a forma legal e que arquivo. São estes sócios e respectivas esposas os proprietários em partes iguais do extinto convento de São Paulo, situado no largo Machado dos Santos, freguezia de São Bartolomeu d'esta villa e descrito na conservatória no livro b – décimo primeiro a folhas cento e oito verso, sob o número quatro mil, duzentos e nove e com o qual entram para a sociedade no valor de no valor de mil duzentos e dez escudos, em que o avaliaram, assim como entram para a sociedade com máquinas, géneros e mais activo que já se encontram naquele edifício, nos quais o sócio Camara tem o valor de quarenta e nove mil quinhentos e noventa e seis escudos e noventa e seis centavos, o sócio Don Sebastião o valor de cem mil escudos, o sócio Bulhão quarenta e nove mil quinhentos e noventa e seis escudos e e noventa e seis centavos, o sócio António Simões quatorze mil quinhentos e noventa e seis escudos e noventa e seis centavos e ainda o sócio Arthur Simões dez mil escudos, sendo assim o valor total dos seus objectos de duzentos e vinte três mil setecentos e oitenta escudos e novecentos e oitenta e oito centavos. Que neste acto me foi também apresentado o conhecimento numero quarenta do pagamento da respectiva contribuição de registo por titulo anexo datado de hoje, dia em que foi pago na tesouraria pública d'este concelho, cujo conhecimento também arquivo. O selo devido é da importância de mil trezentos e cincocenta e três escudos, que vai pago por estampilhas. Foram testemunhas presentes João António Martinho, alfaiate e Francisco da Silva Nepumoceno, carpinteiro, ambos casados, cidadãos portugueses, residentes n'esta villa e meus conhecidos, que assignaram com os outorgantes depois d'esta escriptura ser lida perante todos, em voz alta por mim referido notário que a escrevi e assigno. Contas: sahida, quarenta escudos e cincocenta centavos, sala duzentos e vinte cinco escudos, sacos sete escudos e vinte cinco centavos, documentos, duzentos e trinta e seis escudos e setenta e seis centavos. Ressalvo os nomes que dizem = Lobo= décimo nono=, e as entrelinhas = João António dos Santos, casado, proprietário, morador na Sancha, freguezia de Cilladas, d'este concelho = freguezia Nossa Senhora do Rosário = casado=.

Luiz Correia Bullhão; Sebastião de Heredia; António Maria da Costa Simões; António Silvestre Rosa; António Augusto Mattos Costa; Ignácio Falcão da Gama Pombeiro

António Maria Lobo Vidigal Salgado; Francisco da Encarnação Silva Faleiro; Hermenegildo Augusto Barradas; Joaquim Lourenço Torrinha; Miguel Falcão da Gama Pombeiro

Francisco de Abreu Barbosa Bacelar; António José Cordeiro; Rafael de Mattos Boim

A Fábrica e a Sociedade Sofal de Vila Viçosa

José Cândido Coelho; Manuel Maria Orelhas; Francisco d'Assis Cravo
Antônio Raul da Matta Gomes Pereira; Gabriel Sergio Osório de Barros
João Falcão Ramalho Ortigão; André Gomes Pereira
João Augusto do Couto Jardim; Humberto Montenegro Fernandes
João da Silva Figueiredo; Antônio Carlos de Mattos Azambuja; José da Silva Figueiredo
Ignacio da Conceição Rosa; Joaquim José Amaro; João da Silveira Sousa Leitão
Guilherme Aguiar da Silveira e Menezes; José Velladas da Silveira Bello
José Cardoso Galhardas; Manuel Coelho de Paiva; Antônio José Martins; Francisco José Camões
José Vicente Ferreira; João Antônio Martins; Francisco da Silva Nepumeceno
O notário Joaquim Parreira Espada Calapez»



A CASA DE FRESCO DE SANCHES DE BAENA (PARTE 2)

DIAGNÓSTICO DE ANOMALIAS, SUAS CAUSAS E EFEITOS

Milene Gil^{1,2,3}, Rosário Martins^{1,4}, Maria Luísa de Carvalho³,
Cátia Souto¹, Luís Dias¹, Stephane Longelin³, Ana Cardoso⁵,
José Mirão^{1,6} e António Candeias^{1,3,4}

Introdução

A *Casa de Fresco* do antigo Palácio da família dos Sanches de Baena pertence a um conjunto de estruturas hídricas construídas entre o século dezasseis e dezasseis em Vila Viçosa, sob o prestígio crescente da vizinha Casa Real de Bragança (Lampreia, 2007). Para quem ainda não conheça, trata-se de um pequeno espaço de lazer semi – subterrâneo (com cerca de 2.75m por 3.99m) localizado no interior da nora que abastecia a horta do solar (Fig.1). Com um varandim sobre a cisterna, é o testemunho de um gosto nobre e exuberante que se traduziu na decoração ainda hoje vigente. Esta, constituída por estuques, embrechados e pintura mural, encontra-se ameaçada de perda devido ao parcial abandono do local e à falta de manutenção da estrutura arquitetónica. Entre os danos mais prementes encontram-se os que têm origem nas condições ambientais presentes e nos seus efeitos.

¹Laboratório HERCULES, Universidade de Évora, Évora, ²Centro de Física Atómica da Universidade de Lisboa, Lisboa, ³Centro de Química, Universidade de Évora, Évora, ⁴Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas, ⁵Laboratório de Conservação e Restauro José de Figueiredo, Instituto dos Museus e da Conservação, Lisboa, ⁶Centro de Geofísica de Évora.

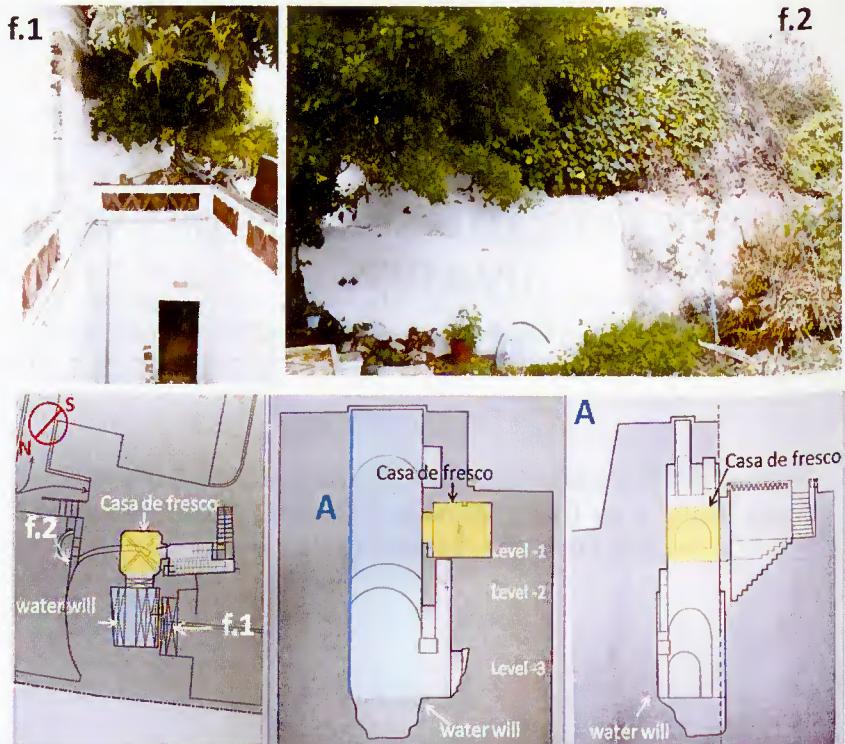


Fig. 1. Vistas parciais e localização na estrutura da *Casa de Fresco* (aut. CMVV)

Os frescos localizados na abóboda estão particularmente atingidos, apresentando em quase toda a sua extensão biodeterioração, fissuras, destacamentos e lacunas causadas por formações salinas à superfície e entre os estratos de argamassa (eflorescências e sub-eflorescências). Como salvar e restaurar um conjunto como este constitui um desafio que só pode ser realizado com um profundo entendimento dos fatores de deterioração, sua origem e mecanismos de atuação. Este foi o principal objetivo da presente pesquisa realizada, em campo e em laboratório, no âmbito do projeto *PINTURAMURAL2D: Deterioração e Diagnóstico de Pinturas Murais em risco no Alentejo* do laboratório HERCULES da Universidade de Évora.

1. Diagnóstico e contextualização da problemática em estudo

Entre as anomalias que afetam as pinturas murais, encontram-se as formações salinas e a biodeterioração (Fig. 2). As eflorescências salinas são visíveis à superfície da camadas cromáticas e nas lacunas sob a forma de crostas duras globulares, escorregiços e véus esbranquiçados que, de translúcidos a compactos, occultam

parcialmente ou na totalidade a composição. Em luz rasante, são percetíveis abaulamentos causados pelas sub-eflorescências (Fig.3). As formações salinas são também responsáveis pelas atuais perdas de adesão e destacamentos parciais entre a camada de reboco superficial (comummente designada de *intonaco*) e as camadas subjacentes (o *arricio*). Biodecaimento é visualmente identificado pela presença de manchas de coloração verde a verde acastanhado (Fig.2). Esta anomalia está preferencialmente localizada entre ou no topo das camadas de reboco.

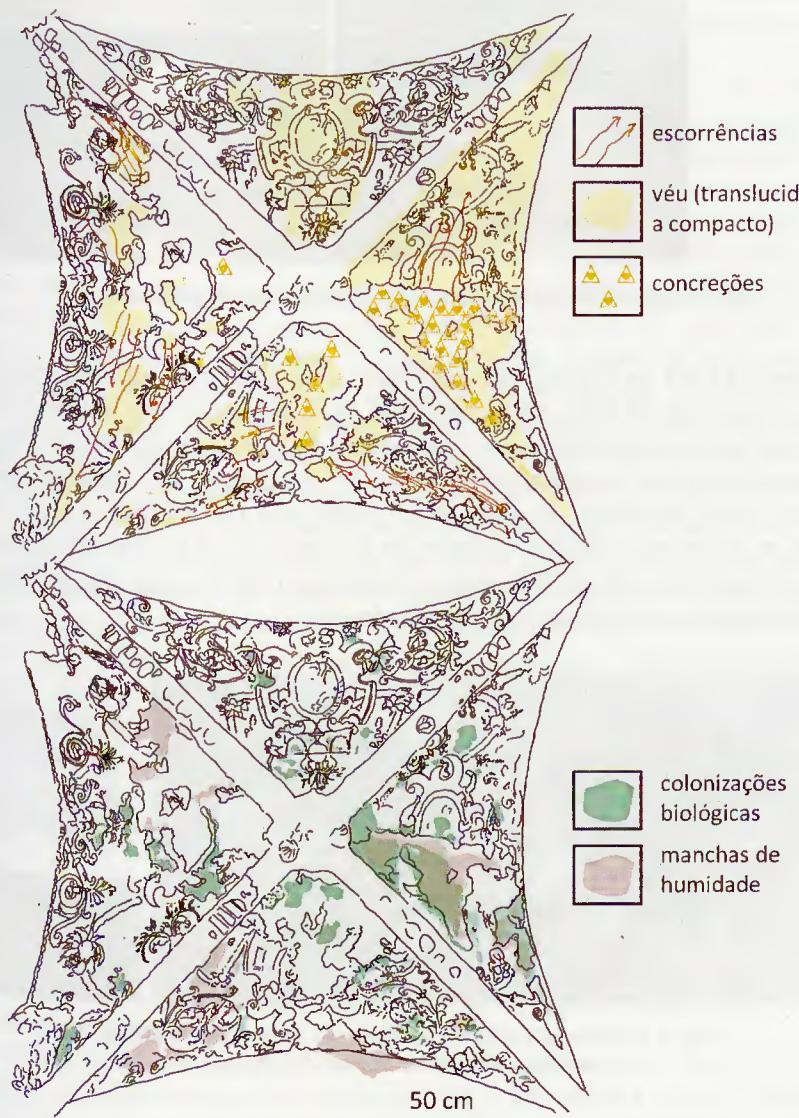


Fig. 2. Documentação gráfica do estado de conservação: tipologia de sais e biodegradação (aut.M Gil2012).



Fig. 3. Observação em luz rasante das pinturas murais (foto M.Gil11)

Sendo a Casa de Fresco uma construção semi – subterrânea e estando adjacente a uma fonte de água, os mecanismos de deterioração que afetam este espaço resultam inevitavelmente da penetração de água com diferentes origens, tais como humidade ascensional, infiltrações e condensações. Manchas daí decorrentes estão presentes nas camadas cromáticas e nos rebocos e, em vários pontos, os pigmentos parecem também ter sido arrastados ou alterados pela humidade (Fig.4). Por ultimo, não foram observados materiais provenientes de antigas intervenções de restauro nas pinturas murais.



Fig. 4. Pormenor decorativo afetado por alteração cromática e manchas de humidade (foto MGil2011)

É do conhecimento geral que a ação de agua conjuntamente com sais solúveis é uma das principais (e mais danosas) causas de deterioração em paredes nas quais os materiais constituintes possuem normalmente porosidade aberta e

elevada, facilitando desta forma o acesso de líquidos e de gases (Arnold e al,1987; Piqué e al,1992; Hammer,1995). Na prática, todas as paredes contêm sais solúveis, quer dispersos dentro dos materiais porosos ou concentrados localmente. Existem várias fontes de sais inorgânicos (por exemplo, águas subterrâneas, materiais de construção de origem, poluição atmosférica, metabolismo biológico, etc). Talvez a mais óbvia seja os próprios materiais originais de construção empregues na alvenaria e na decoração. A Casa de Fresco é uma construção tradicional feita com pedra, tijolos e argamassas de cal. Estes podem ser vistos nalgumas das lacunas mais profundas dos rebocos na abóbada de aresta e, pelo exterior, na alvenaria atualmente desprotegida (Fig.1).

O suporte pictórico é igualmente feito com argamassas de cal, numa das quais foi adicionado material betuminoso (Gil e al., 2011). Todos estes materiais podem conter sais inorgânicos que podem cristalizar em profundidade (subeflorescências) ou à superfície (eflorescências). Humedecimento e secagem são as duas condições essenciais para que ajam ciclos de cristalização e dissoluções de sais. Estes tendem a cristalizar em diferentes áreas consoante a porosidade e coesão das camadas assim como consoante a suas propriedades deliquescentes e hidroscópicas. Tal como a atividade microbólica, este tipo de dano não é linear quer em frequência ou intensidade (Hammer, 1995). Ambos são processos dinâmicos que podem possuir diferentes velocidades de decaimento. Os fenômenos visíveis na *Casa do Fresco* podem ser o fim (ou não) de um processo mais longo. A fim de avaliar a dinâmica de atuação, levou-se a cabo a monitorização das condições ambientais (humididade relativa e temperatura) dentro do espaço de Março 2011 a Março 2012. As medições foram acompanhadas por uma supervisão regular e registro fotográfico periódico das superfícies. Complementarmente foram recolhidas micro-amostras das diferentes tipologias de sais presentes para apurar a sua composição e origem; das colonizações biológicas para a identificação das espécies, e por ultimo de oito micro-amostras de camadas cromáticas suspeitas de haverem sofrido alteração cromática devido a estes dois fatores.

Os resultados obtidos, que de seguida se apresentam de forma sumária, permitiram compreender melhor os mecanismos de deterioração que afetam as pinturas murais de forma a projetar uma estratégia de conservação adequada para a sua recuperação futura.

2. Resultados e discussão

Os elevados teores de humidade relativa (HR) e suas variações são a principal fonte dos fenômenos físicos, químicos e de biodegradação que afetam os materiais constituintes das pinturas.

As medições realizadas demonstram que ao longo do ano os níveis de HR variaram em média entre os 75 e 90% (Fig.5). A HR chega a quase 99% em dias de chuva ou com o tempo nublado. É de notar que durante o ano de monitorização não houve ocorrência das intempéries sentidas no inverno de 2013, facto que elevaria a taxa de incidência rondar com mais frequência os quase 100%.

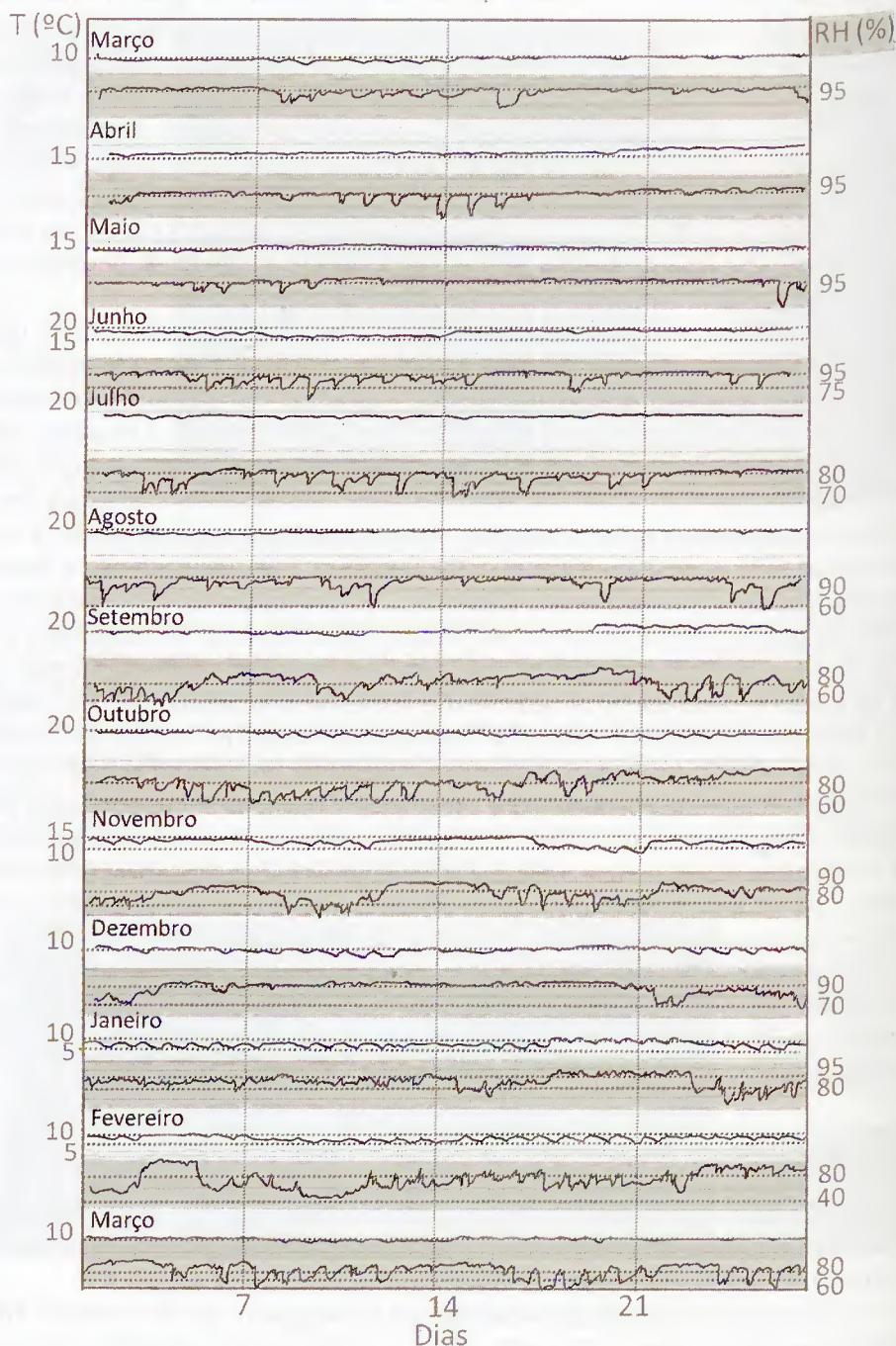


Fig. 5. Monitorização das condições ambientais: valores de Humidade relativa (HR %) e de temperatura (T °C) e suas variações entre Março2011 a Março 2012

A *Casa de Fresco* é um espaço salvaguardado da exposição direta do sol. A única luz que atinge as superfícies é através da porta de rede metálica, que permite a circulação de ar no interior. Flutuações que variam de 10 a quase 40% foram registadas durante todo o ano. Estas estão normalmente associadas à presença de vento e não particularmente com as estações do ano, como seria de esperar.

A evolução anual do clima mostram que a temperatura ambiente é mais estável variando de 5 a 15 °C durante o outono/inverno e 15-20 °C durante a primavera/verão. O seu aumento nem sempre resulta numa diminuição correspondente na humidade relativa do ar. Portanto, a periodicidade das cristalizações/dissoluções de sais deve ser atribuída às alterações de HR.

Os únicos sais identificados foram carbonatos de cálcio ou carbonatos de cálcio e de magnésio. Estes são oriundos das argamassas do suporte pictórico e muito possivelmente da alvenaria. O fenómeno da sua formação parece assemelhar-se à formação de estalactites em grutas. O fenómeno aparenta ser lento e gradual sendo as formas atualmente vigentes muito possivelmente resultado de anos de atuação (Fig.1 e Fig.6).

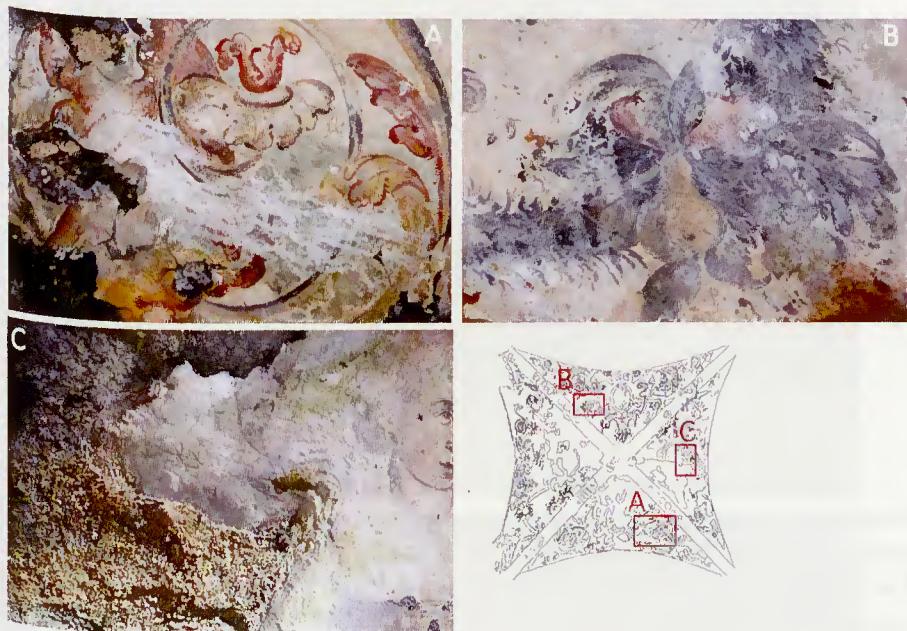


Fig. 6. Pormenores da morfologia de sais presentes na *Casa de Fresco*:
a) escorrências, b) véus e c) crostas

Os fatores responsáveis por este fenómeno são as infiltrações de água que atingem a abóbada, devido aos danos estruturais do edifício pelo exterior, e as condensações que parecem desenvolver durante a noite e particularmente após

precipitação. A presença de água à superfície das camadas cromáticas é facilmente reconhecível ao toque. A evaporação de água e, consequentemente a cristalização de sais deve ocorrer quando há uma diminuição dos valores de HR.

O teor elevado de humidade ambiental e as condensações à superfície da abóbada criam as condições para o desenvolvimento microbiológico, tendo sido isoladas 32 estirpes de bactérias e 34 de fungos (Rosário e al, 2009) (Fig.7). As estirpes predominantes de bactérias são bacillus Gram+ e Gram-, do gênero *Bacillus* e *Pseudomonas* respetivamente enquanto no caso dos fungos, são as estirpes do gênero *Cladosporium* e *Penicillium*.

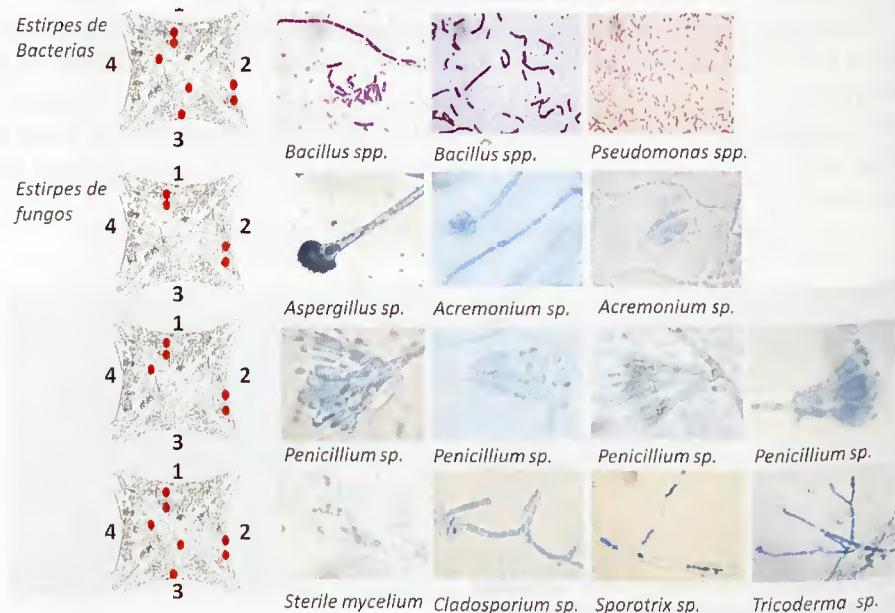


Fig. 7. Biodegradação: estirpes de fungos e de bactérias identificadas e isoladas em laboratório (foto M.Rosário 2011)

O betume originalmente adicionado à segunda camada de reboco (arricio) como impermeabilizante, devido à sua natureza orgânica, aparenta ser igualmente suscetível a biodegradação (Miller e al,2000; Barletta e al,1986) (Fig.8). Apesar de na bibliografia haver ainda poucos estudos sobre os mecanismos de degradação deste material, sabe-se que presença de oxigénio e de humidade podem provocar o decréscimo de elasticidade e o aumento da sua fissuração e desprendimento. Esta situação juntamente com a cristalização de sais entre os estratos de argamassa e abaixo das camadas cromáticas parecem estar na origem das faltas de adesão e consequentemente das lacunas presentes. Nas fotografias tiradas periodicamente durante o ano de monitorização, não se detetou modificações significativas da aparência das pinturas, sugerindo mais uma vez que se trata de um fenómeno que tem vindo a progredir lentamente ao longo dos anos. As úni-

cas diferenças observadas é no grau de obscurecimento dos detalhes da composição consoante o grau de humedecimento das superfícies pintadas (Fig.9).



Fig. 8. Estratigrafia das pinturas murais: o material de natureza betuminosa foi adicionado à argamassa de cal e areia da segunda camada de *arricio* (foto M. Gil2012)



Fig. 9. Pormenor da decoração com e sem humidade de condensação à superfície (foto M.Gil2011/2012)

A ação conjunta da pressão da cristalização dos sais e a do crescimento de hifas de fungos, é igualmente responsável pela progressiva perda da coesão dos cristais do ligante das argamassas e das camadas cromáticas mais frágeis. Esta poderá ser a principal causa do desaparecimento quase total dos acabamentos feitos com pigmentos verdes e azuis e cal (e eventualmente com algum material orgânico). Dessa pintura efetuada numa fase mais avançada de carbonatação, permanecem vestígios nos diversos pormenores decorativos, especialmente nas ramagens, frutos e nos *putti* parcialmente metamorfoseado em folhagem.

No que toca a alterações cromáticas causadas pelas condições ambientais, o esmalte parece ser o pigmento mais afetado. Este foi detetado nas asas dos anjos misturado com um ocre vermelho (um pigmento terra facilmente reconhecível pela presença de ferro, sílica e alumínio na sua composição) e sozinho nas cartelas (Fig. 4).

O esmalte é um vidro de sílica e potássio moído no qual o cromóforo é o cobalto que confere uma tonalidade azul intensa. Tanto o cobalto como o potássio tendem aparentemente a ser lixiviados, ou seja a serem extraídos da estrutura vítreia, quando o pigmento é exposto durante anos a humidade no estado líquido e gasoso (Daniilia e al, 2009; Robinet e al, 2011). A consequência percertível é a perda da sua cor azul para uma tonalidade acinzentada, resultante de uma série fenómenos químicos e físicos.

Os carbonatos básicos de cobre de cor verde (malaquite) e azul (azurite) identificados no estudo prévio encontram-se parcialmente alterados para um óxido de cobre de cor preta conhecido como tenorite (M.Gil e al, 2011). Contudo, nem todas as áreas dos pormenores decorativos negro acinzentadas são produtos de alteração (ex. dos ramos de vinha). Negros de carbono (possivelmente carvão vegetal) foram também identificados em laboratório. A colocação de uma base escura previamente à pintura com malaquite e azurite era uma prática usual e recomendada entre os artistas (Cennini, 1922 er.; Howart, 2003; Daniilia e al, 2009). A intenção era de aumentar o poder de cobertura destes dois pigmentos e simultaneamente realçar a sua tonalidade.

3. Notas finais

A deterioração por sais é antiga e continua a ser um problema insolúvel ao nível da conservação. No caso da *Casa de Fresco*, a situação é ainda mais complexa devido à presença generalizada de fungos e de bactérias de diferentes estirpes. Com este estudo, foi possível perceber que a abóbada pintada é afetada por humidade de infiltração e de condensação que ao longo dos anos tem acionado e promovido: a) os mecanismos de dissolução de carbonatos de cálcio e de magnésio presentes na estrutura mural e sua cristalização à superfície e entre os vários estratos de argamassa; b) a proliferação das colonizações biológicas. O fenómeno da cristalização de sais ocorre de forma lenta o que indica um começo longínquo tendo em conta o grau elevado de degradação do conjunto mural e argamassas subjacentes.

Qualquer ação a tomar no futuro deverá ter em conta o mecanismo de atuação destes dois fatores e seus efeitos a curto, médio e longo prazo sobre os materiais pictóricos. Mais do que nunca torna-se necessária a conjugação de esforços de vários profissionais para garantir a sua recuperação e fruição.

Agradecimentos

À Fundação para a Ciência e Tecnologia pelo suporte financeiro (Bolsa de Pós-Doutoramento SFRH/BPD/63552/2009) através do programa QREN-POPH-tipologia 4.1, co-participada pelo fundo social Europeu (FSE) e fundo nacional (MCTES). Os autores gostariam igualmente de agradecer à Santa Casa da Misericórdia, na pessoa do Senhor Provedor Dr. Jorge Rosa, pela recetividade ao estudo; às técnicas Paula e Helena do Lar da Mesericórdia e às conservadoras - restauradoras Inês Cardoso e Maria Olivêira pelo apoio dado em campo; ao fotógrafo profissional Manuel Ribeiro pela aquisição e montagem da fotografia panorâmica e, por ultimo, à Câmara Municipal de Vila Viçosa pelo interesse na divulgação deste estudo.

Referencias bibliográficas

- Arnold, A., Zehnder, K.1987. Monitoring wall paintings affected by soluble salts. Conservation of wall paintings. In: *Conservation of wall Paintings, Preprints*. Courtauld Institute and Getty Institute, London, pp.103-135.
- Barletta, R.E., Bowerman, B.S., Davis, R.E. and Shea C.E.,1986. Biodegradation testing of Bitumen, BNL-NUREG38999 [accessed 29 October2012]. Available at <http://www.osti.gov/bridge/servlets/purl/6825903-VfRXF5/6825903.pdf>.
- Cennino Cennini, The Bookof the Art: a contemporary Practical Teatise on Quattrocento Painting. London: George Allen&Unwin, Ltd,1922
- Daniilia, S., Minopolou, E., 2009. A study of smalt and red lead discolouration in *Antiphonitis* wall paintings in Cyprus. *Applied Phys A*, 96: 7001-711.
- Piqué, F., Dei, L. and E. Ferroni, Physicochemical aspects of the deliquescence of calcium nitrate and its implication for Wall paintings conservation, *Studies in conservation* 37 (1992)217-227.
- Hammer, I. 1995. Preservation of wall paintings and other architectural surfaces affected by salts. In: *Western Medieval Wall Paintings. Studies and Conservation Experience, Preprints*. Sighisoara, Romania, pp. 29-41.
- Gil, M., Serrão, V., Silva, A., Mirão, J., Valadas S., Martins, R., Candeias, A.2011. A Casa de Fresco dos Sanches de Baena – elementos de estudo para o seu conhecimento. *Callipole*, 19:253-266
- Howard, H.2003. *Pigments of English Medieval Wall Paintings*. London:Archeotype Publication.

A Casa de Fresco de Sanches de Baena

- Miller, W., Alexander, R., Chapman, N., McKinley, I., Smellie, J.200. *Geological disposal of radioactive wastes and natural analogues* (series in international business and Economics). Pergamon, Kiddington, Oxford
- M.R. Martins, S. Fialho; M. Lima; S. Valadas, A. Candeias; J. Mirão; A.S. Silva; D. Tavares, M. Botto, Diagnóstico da biodeterioração por fungos e bactérias nas pinturas murais da Casa de Fresco de Sanches Baena (Vila Viçosa, Portugal), *Conserverar Património*, N.º 9, 2009, pp. 27-35
- Robinnet, L., Spring, M., Pagès-Camagna, S., Vantelon, D., Trecera, N., 2011. Investigation of the Discoloration of smalt pigment in Historic paintings by Micro-X-Ray Absorption Spectroscopy at the CoK-Edge. *Analytical Chemistry*, 83:5145-5152.



JOSÉ AFONSO

REFERÊNCIA MATRIZ DA NOVA MÚSICA PORTUGUESA

Eduardo M. Raposo*



Na passagem dos 27 anos da morte de José Afonso e dos 40 anos do 25 de Abril, assinalamos esta data desta forma (singela mas rigorosa) enquanto investigador e grande apreciador da obra e da postura estética e ética do génio maior da música ligeira portuguesa e um dos grandes criadores universais da *World Music* que foi e é José Afonso. Esta afirmação não é feita de ânimo leve: nos últimos 18 anos desenvolvemos diversa investigação onde Zeca Afonso é objecto de estudo; como aconteceu há sete anos com a realização da conferência “José Afonso – o Canto da Utopia”, na Casa da Música, por ocasião dos 20 anos da sua morte – única grande homenagem que lhe foi prestada em Portugal – e

* Doutorado em História. Director da Revista *Memória Alentejana*

Callipole – Revista de Cultura n.º 21 – 2014, pp. 261-278.

que posteriormente originou um recital que apresentamos, com seis elementos em palco; ou noutros trabalhos onde José Afonso é a figura central e a matriz, respectivamente com a realização das dissertações de teses de mestrado e doutoramento, tendo a primeira dado origem aos livros, em três edições (duas pelo jornal *Público*) *Canto de Intervenção 1960-1974* – resultando também aqui um recital homônimo realizado em dezenas de salas de espetáculo (Évora, Badajoz, Santarém, Coimbra, Almada, Seixal, Moita, Baixa da Banheira, Feijó, Laranjeiro, Sobreira, Montemor-o-Novo, Reguengos de Monsaraz, Moura, Mora, Alvito, Castro Verde, etc) e a *Cantores de Abril. Entrevistas a Cantores e outros Protagonistas do «Cante de Intervenção»* (Edições Colibri, 2000), com a 2.^a edição distribuída pelo Público no passado dia 25 de Abril e posteriormente, no âmbito doutoramento, a dissertação “Fundamentos Históricos da Poesia Luso-Árabe (no século de Almutâmide) na Nova Música Portuguesa. O Amor e o Vinho” (onde o presente artigo muito foi “beber”). Resumindo: um exaustivo e apaixonante trabalho baseado na leitura atenta e análise dos seus poemas (José Afonso); audição de José Afonso, de temas gravados e musicados (mais de cento e setenta); pesquisa e análise em (cerca de quatro centenas de páginas de) processos nos Arquivos da PIDE/DGS – entre mais de 80 processos relativos a cantores de intervenções e figuras do contexto; pesquisa em arquivos privados, entre eles os da própria Associação José Afonso; pesquisa em 21 periódicos especializados, da época (finais da década de 60 e princípios de 70) ou a realização de um conjunto de entrevistas a três dezenas de figuras no contexto da música portuguesa, nomeadamente a Zélia Afonso, assim como a leitura e estudo de todas as fontes escritas existentes.

Assim, este trabalho feito com rigor e paixão, permite-nos, enquanto conhecedores da obra do Zeca Afonso, e enquanto Alentejano, ter um grande prazer em publicar um artigo de investigação numa das mais prestigiadas revistas de cultura como é a *Callipole*, onde temos o prazer de propor aos leitores esta viagem pela Vida e pela Obra desta figura maior da nossa música, que não obstante numa fase inicial da sua vida estar tão ligado a Coimbra, posteriormente o Sul, o Alentejo e o Algarve, vão ser decisivos na evolução da sua Vida e da sua Obra – onde a autoria do tema que foi senha da revolução do 25 de Abril é apenas um exemplo. José Afonso, partiu há 27 anos na cidade banhada pelo Sado, um dos grandes rios do Sul.

Introdução ao tema

Cantar foi sempre um acto de celebrar a vida. Reportando-nos à nossa civilização ocidental que floresceu nas margens do Mediterrâneo, encontramos os mais variados exemplos: cantava-se nos jogos olímpicos gregos, nos teatros de Roma onde persiste a cultura greco-latina. Mas quando o Islão faz na Península Ibérica a síntese das civilizações mediterrânicas, encontramos os grandes poetas andalusinos e luso-árabes cantando, evocando o Amor e a Natureza.

Encontramos (o nosso) Almutâmide, poeta-rei nascido em Beja em meados do século XI, príncipe em Silves e depois rei em Sevilha, corte essa, onde no contexto do al-Andalus, de uma forma mais completa, terá ocorrido o apogeu civilizacional que o Islão possibilita ao fazer na Península Ibérica a síntese de todas as civilizações mediterrânicas. (TORRES, Entrevista: 2006) E se no período califal Córdova suplanta Bagdad, posteriormente nos pequenos reinos taifas, este período áureo tem continuidade e desenvolve-se, descentralizando saber, ciência, arte, música, poesia. Nesse intenso período e nas décadas posteriores, onde a poesia tem um papel fundamental, encontramos cerca de 40 poetas de grande qualidade num curto período histórico de menos de 150 anos só na região do Garbe – que então correspondia ao actual território português a Sul de Coimbra (conquistada pelo cristão Sisnando em 1064).

Almutâmide, filho e pai de poetas, o mais universalmente conhecido e admirado poetas luso-árabes, figura nas *Mil e uma Noites*, e sua poesia, assim como a de outros grandes poetas deste período, ilumina toda a lírica portuguesa, como verificamos lendo Luís de Camões – também cantado pelo Zeca Afonso.

Afonso X soube rodear-se de sábios e de artistas e foi dos monarcas cristãos mais cultos e que manteve das cortes de Córdova e Sevilha essa continuidade literária e civilizacional, onde o seu neto D. Dinis foi “beber” a delicadeza de uma corte onde os jograis entoavam cantigas de Amor, de Amigo, de Escárnia e Maldizer.

Gil Vicente, em muitas das suas peças que encenou em vida, cantava a modernidade do Portugal da Expansão Marítima, cantava o “ser português”, quando a partir da corte do “Príncipe Perfeito” desabrochou em todo o seu fulgor essa dualidade, como do “mouro e do celta que nos habita” (RAPOSO, 2007: 63), esse entrecruzar de sangue que nos possibilitaram chegar à Índia e ao fim do mundo, deambular por culturas tão diversas mas tão próximas porque a elas nos adaptámos e soubemos ter a capacidade de amar a beleza e as mulheres do mundo inteiro, de igual para igual, miscigenando (nos) em todas as paragens por onde Luís Vaz de Camões e Fernão Mendes Pinto deambularam em deslumbrado, algo tabu para outros povos europeus.

Foi essa herança civilizacional “bebida” em Averróis e noutras sábiros peninsulares e num legado multissecular de ciência e saber que nos possibilitou a Portugal, e em menor dimensão a Espanha, realizar a Expansão Marítima – mas sobretudo nós e não a França ou a Inglaterra. O apelo de África, para que alguns temas de José Afonso nos remetem, surge de uma forma inequívoca: “Fiquei terriblemente ligado àquela realidade física que é a África, aquilo tem de facto qualquer coisa de estranho, uma força muito grande que nos seduz”. (RIBEIRO, 1994:38).

Depois de Bocage, chegamos ao século XIX, onde a par do Romantismo irrompe em Coimbra uma expressão poética e musical muito diversa do fado de Lisboa e que se veio a denominar por *Canção de Coimbra*, Coimbra onde já no século passado, o pioneirismo evolutivo de António Menano e Edmundo Betencourt no canto e Artur Paredes na guitarra (que foram a sua face mais visível

duma geração diversa e multifacetada) temos esse período decisivo conhecido pela “geração de oiro” dos anos 20.

Quarenta anos depois, na passagem dos anos 50 para 1960, assistimos a um novo ciclo histórico em Coimbra: à osmose da *Canção de Coimbra* a algo diverso, revolucionário, como as lutas académicas que paralelamente vão acontecer, ciclo esse protagonizado por Fernando Machado Soares, Luís Goes, António Portugal, Adriano Correia de Oliveira, pelo poeta Manuel Alegre e José Afonso, quando se dá início ao movimento do *Canto de Intervenção* de que o autor de *Cantigas do Maio* foi o “pai” espiritual.

Como dizia Mahmud Darwich, o poeta nacional da Palestina: “a poesia de intervenção primeiro é poesia e só depois é que é de intervenção”, o que é cantado durante este período de 1960 a 1974 é a poesia de grande qualidade, que toma, por aspectos variados, um carácter interventivo. Se fosse poesia menor teria sido esquecida.

A “Canção de Coimbra”

Como tinha acontecido no final do século XIX com Hilário e nos anos 20 de novecentos, com a “Geração de oiro” – a tríade constituída por António Menano, Edmundo Bettencourt (que J. Afonso considerava “o maior cantor de Coimbra de todos os tempos”) e Artur Paredes, nos anos cinquenta vamos encontrar uma nova geração que vai revolucionar a forma de compor e de cantar. António Portugal e António Brojo tocam, e os nomes cimeiros do fado desta década são José Afonso, Fernando Rolim, Luís Goes e Fernando Machado Soares. Este último, seria o que tinha ideias mais avançadas quando começou a haver muitas conversas sobre o fado, a guitarra e a necessidade de evolução, de adaptação aos novos tempos. «Antes propriamente da balada e do canto, foi a guitarra – e foi o António Portugal que fez duas ou três variações com dissonâncias, que nessa altura era quase considerado um acto subversivo.» (RAPOSO, *Idem*:53)

Curiosamente, como podemos constatar pelo elucidativo depoimento de Manuel Alegre «O José Afonso nessa altura cantava o fado tradicional e até tinha uma certa relutância à mudança. Nessa altura ele era um bocado partidário da ‘arte pela arte’. Depois, quando se dá a viragem, tem um papel decisivo, assim como o Portugal, na guitarra e na composição e o Adriano a cantar e também a compor. E há esse encontro da poesia e da música em 60/61/62. E, depois disso, evidentemente, o José Afonso, viria a ser o grande génio dessa transformação, embora não tenha começado por ele.» (*Idem, Ibidem*)

Mas, se Machado Soares iniciou a renovação do fado na década de cinquenta, António Portugal revolucionou a guitarra, José Afonso iniciou um percurso que o vai levar a romper com o fado de Coimbra, trocando a guitarra pela viola e designando as suas canções por baladas, termo que apenas serviria para as distinguir do fado Coimbrão, que ainda conforme Manuel Alegre «(...) quanto a mim, atingiu uma fase de saturação. Achava-o muito sebentarizado, como

que uma lição que se receita de cor, pouco amplo nos termos e nos propósitos, um condimento mais na panóplia turística coimbrã.».(*Idem, Ibidem*)

José Afonso no mundo de Coimbra

José Manuel Cerqueira dos Santos Afonso (Aveiro, 2 de Agosto de 1929 – Setúbal, a 23 de Fevereiro de 1987) desde muito novo se embrenha no fado, e logo em 1953 grava – com os seus companheiros – os seus primeiros dois discos de fados de Coimbra. Desde o 6.º ano, no liceu D. João III, em Coimbra, onde conheceu António Portugal e Luís Goes – ambos um pouco mais novos que ele – inicia-se um percurso musical comum, que será definitivamente interrompido em 1962, quando José Afonso troca o acompanhamento à guitarra pela viola – primeiro de José Niza e Durval Moreirinhas e depois de Rui Pato, que o acompanha em 7 discos, durante 7 anos (1963-69) – e direciona-se para a balada.

Primeiro houve uma fase mais tradicional na obra do cantor, mas pouco conhecida, a que este refere da seguinte forma. «Gravei uns faditos de Coimbra» (*Idem, Ibidem*: 54)

Acerca deste primeiro período do percurso de José Afonso, refere-nos José Niza acerca de uma curiosa digressão que fizeram, com outros músicos, no âmbito da Tuna Académica a Angola – onde o Zeca para além de cantar fados, fazia parte do Conjunto Ligeiro da Tuna, onde cantava canções como “Adeus Mouraria”, o seu maior sucesso, acompanhado ao piano, baixo, bateria, acordeão e guitarra eléctrica. Músico deste conjunto era o próprio José Niza, que evoca a “farra” que foi o regresso – em que conheceram a Natália Correia – noitadas «(...) com violas, vinho e poesia: o Zeca cantava; e a Natália – cabelos ao vento, deusa grega, nessa altura e sem exagero, uma das mulheres mais belas do planeta – dizia poemas.» (*Idem, Ibidem*: 55). Como consequência Zeca terá composto uma balada que falava do mar, mas que nunca foi gravada, mas dois anos depois gravava a *Balada de Outono*, inaugurando uma nova fase como José Niza nos afirma: «(...) a mais rica da música popular portuguesa do séc. XX.» (*Idem, Ibidem*)

No contexto do fado de Coimbra grava 8 temas repartidos por três discos – dois 78 R.P.M. em 1953 e um EP em 1956 – de diversos autores. *Fado das Águias*, do próprio José Afonso, mas também dois temas (música e letra) de António Menano e de Carlos Figueiredo, Ângelo Araújo, Tavares de Melo, Paulo de Sá, autores respectivamente de um tema cada, e ainda um tema popular açoreano musicado pelo Zeca, todos publicados pela editora Alvorada. Em 1960, José Afonso inicia uma nova fase com *Balada de Outono*. É a fase das baladas, quando o fado de Coimbra atinge uma fase de saturação, daí que tenha usado o termo balada, como refere: «Designei as minhas primeiras canções por baladas, não porque soubesse exactamente o significado deste termo, mas para as distinguir do fado de Coimbra, que comecei por cantar e que, quanto a mim, atingira uma fase de saturação (...)» (*Idem, Ibidem*: 54)

Segundo José Niza, o Zeca Afonso, não possuindo uma voz potente como a de Machado Soares, ou de barítono como a de Luís Goes, tinha, no entanto, um

estilo próprio, dando expressão às palavras de forma intimista, próximo de Bettencourt (que considerava o melhor cantor de Coimbra de todos os tempos). «Acompanhá-lo à guitarra era um gosto e um gozo: (claro que) não desafinava, «atacava» a «tempo», deixava-se levar pelo acompanhamento, facilitando e favorecendo um jogo, um balanço (talvez africano), entre a voz e os instrumentos» (*Idem, Ibidem*)

José Afonso faz um percurso a partir do fado, renovando a balada – que anteriormente já era cantada em Coimbra – agora com novas características, nomeadamente a viola de acompanhamento e ocasionalmente conhece Rui Pato, então com 15 anos, que o irá acompanhar até 1969. Com ele grava, em 1962 *Baladas de Coimbra* e no ano seguinte, um segundo EP com o mesmo nome, que inclui *Os Vampiros* e *Menino do Bairro Negro*. Iniciava assim a sua fase de intervenção.

Adriano Correia de Oliveira, que chegara a Coimbra em 1959, após fazer uma breve passagem pelo fado de Coimbra, marca profundamente o processo de renovação ao encetar uma profícua colaboração com a poesia de Manuel Alegre, a guitarra de António Portugal, a viola de Rui Pato e a sua voz inigualável. Era o encontro da música e da poesia no dizer de M. Alegre, que adianta «Já não chegava a canção dolente, nostálgica, muitas vezes saudosista. Era preciso dar a volta ao fado.» (*Idem, Ibidem*). Foi o que fizeram, e Alegre, partindo do fado tradicional, que falava da capa como mortalha, transformou-o numa bandeira de esperança, onde estava presente a revolta com uma carga poética, estética e até ideológica. Foi assim que escreveu os versos:

Capa negra/Rosa negra/Rosa negra/Sem roseira/Abre-te bem nos meus ombros/Como ao vento/Uma bandeira/Abre-te bem nos ombros/Vira costas à saudade/Capa Negra/Rosa Negra/Bandeira de liberdade. (Idem, Idem: 53)

Adriano Correia de Oliveira, por seu lado, faz ruptura com o fado tradicional, mudando o ritmo, a letra, e ao mesmo tempo que faz convergir a tradição e a modernidade no seu trabalho, que sofre assim uma mudança – estética, ética e ideológica. Adriano, parece-nos, reúne neste trabalho e nesse hino de protesto dos estudantes em que logo se tornou *Trova do Vento Que Passa*, três aspectos fundamentais onde modernidade e tradição surgem ligadas: reminiscências do fado, nesta trova que é já claramente *canto de intervenção*. (*Idem, Idem: 54*)

Rui Pato e o acompanhamento a viola

Já em 1952 José Afonso participava activamente na vida académica, como se pode comprovar pela sua inclusão, em representação da Faculdade de Letras, na lista das “esquerdas” à eleição para a Direcção da Associação Académica de Coimbra.

As dificuldades económicas levam-no, contudo, já com família, a dedicar-se ao ensino entre 1955 e 1961, leccionando sucessivamente em Mangualde,

Aljustrel, Lagos, Faro, Alcobaça, ficando depois três anos em Faro, antes de estar outros três em Moçambique, de onde regressa em 1967. Em 1963, relata-nos José Niza, José Afonso chega a Coimbra vindo do Algarve, e queria mostrar umas coisas “novas” aos amigos e pediu uma viola, no “Brasileira”, e então o pai de Rui Pato, o jornalista Rocha Pato, amigo do Zeca, diz-lhe:

«Só se formos a minha casa: o meu filho anda a aprender guitarra clássica e podes tocar com a viola dele». Assim aconteceu, Rui Pato começa a tocar, o Zeca entusiasma-se e diz: «É este puto que vai gravar comigo!» (*Idem, Idem*: 54). E gravou três EP's, três LP's e um single, num total de 49 temas, e só não gravou mais porque em 1969 Rui Pato foi proibido pela PIDE de se deslocar a Londres, para a gravação do álbum *Traz Outro Amigo Também*, devido à sua participação na Crise Académica de 1969.

O mar e a luz, passeios de barco em companhia de novos amigos – como a Luiza Neto Jorge, o Barahona da Fonseca e o António Ramos Rosa, entre outros – foi uma fase decisiva para a vida e a arte de José Afonso, como o próprio nos diz:

«O conhecimento da Zélia, num lugar do Algarve, reconciliou-me com a água fresca e com os tons maiores. Passei a fazer canções maiores.» (RIBEIRO, *Idem*:81) Desse encontro terá surgido o poema “Maria”, dedicado a Zélia, um dos mais belos de toda a sua obra poética. O Zeca gravou-o em 1964 em *Cantares de José Afonso*, mas não surgiu em CD.

Neste período, os tons claros do Sul começam a fazer-se “sentir” na arte musical e poética de José Afonso e como o próprio refere: “Foi uma fase de euforia extremamente gratificante e das coisas mais felizes da minha vida. Escrevi na altura «Tenho barcos tenho remos» de um barco que utilizávamos.» (*Idem, Idem*:35)

Destas vivências por terras meridionais resulta o EP *Cantares de José Afonso*, em que José Afonso é autor da totalidade das letras e das músicas.

O regresso a África

O contacto com outras realidades possibilitou-lhe experiências diferentes das do meio estudantil. O *Menino do Bairro Negro*, terá nascido no Porto, cidade que o próprio José Afonso considerou fundamental para o seu percurso. Estes contactos terão sido importantes para a progressiva evolução do seu percurso musical, inaugurando uma nova e decisiva fase da música portuguesa e posteriormente uma das mais importantes obras da música universal.

O regresso a África é uma decisão difícil até porque o Zeca sabia «(...) que ia ser um veículo de transmissão ideológica de uma classe dominante» (RAPOSO, *Idem*:57), mas esta estada em Moçambique ter-se-á revelada, em muitos pontos, mais positiva que a expectativa inicial, pois a sua aprendizagem política ter-se-á dado em África, como aliás refere:

«o meu baptismo político começa em África. Estava a dois passos do opri-mido»



Com acompanhamento por Rui Pato, grava ainda e sucessivamente: *Baladas e Canções* (1967), *Cantares do Andarilho* (1968), *Contos Velhos Rumos Novos*, (1969) e *Menina dos Olhos Tristes*, no mesmo ano.

Traz Outro Amigo Também (1970), onde é acompanhado por Carlos Correia (Bóris) – que substitui Rui Pato, proibido de se deslocar a Londres com o Zeca para gravarem este trabalho.

O artífice da renovação da música portuguesa a partir da tradição

Nesta fase da obra de José Afonso – que preenche uma década, que a grosso modo podemos designar pelo período das baladas – Zeca continua a liderar a renovação da música portuguesa, interpretando o que diz Gabriel Celaya numa composição de Paco Ibañez. «La Poesia Es Una Arma carregada de Futuro» (*Idem, Idem*:58)

«A contestação, a sublimação do que vale a pena conservar, a negação do absurdo, cântico ora revoltoso ora sereno, o sarcasmo e a ironia, como em *Canta Camarada Canta* – no single *Menina dos Olhos Tristes*. A juventude estudantil vê em José Afonso, o trovador, “o arauto, o aedo, o humilde, o múltiplo, o doce, o soberbo cantador da revolta e da bonança» (*Idem, Ibidem*)

Não canta para uma élite previamente determinada nem para uma camada social em particular. Canta para todos: mesmo que tenha mais audiência na camada estudantil, as suas canções podem ser entendidas por todos, mesmo por aqueles que só conhecem as suas composições populares como *Resineiro*, *San Macaio*, *Maria Faia*, e outras – incluídos nos albuns referidos – principalmente do folclore das Beiras e do Açores, recriando duma forma notável velhos temas tradicionais.

Conforme Urbano Tavares Rodrigues, em José Afonso a evolução processou-se de uma maneira válida e invulgar. (*Idem, Ibidem*). A construção da música a partir da música popular portuguesa, a instrumentação surge verdadeiramente notável, a apontar um bom caminho a seguir, a propósito do álbum *Cantares do Andarilho*, publicado em 1968, onde se pode referir particularmente a composição *Vejam Bem*. Mas no trabalho seguinte, *Contos Velhos Rumos Novos*, de 1969, a

balada parece ganhar nova dimensão, parece tentar a sua emancipação, com a introdução de novos sons – não apenas com o magnífico acompanhamento à viola de Rui Pato, mas uma nova riqueza instrumental com a inclusão de trompa e as repercuções. Este disco vem enriquecer o património musical português.

O trabalho seguinte, *Traz Outro Amigo Também*, de 1970, tem menos variedade temática e instrumental, limitado às cordas, talvez por pretender dar maior relevo à voz. Encontramos canções de temas rurais – *Maria Faia*, canções filiadas na balada – folk – *Traz outro amigo também* ou *Verdes são os campos*, de Luís de Camões, e canções de contestação – como *Epigrafe para a arte de furtar*, de Jorge de Sena.

As novas gerações de cantautores, compositores e intérpretes

José Afonso e Adriano Correia de Oliveira, embora com percursos muito próprios – foram os precursores do *canto de intervenção*. Semelhante protagonismo teve Luís Cília, no exílio – uma figura decisiva na luta anticolonialista através da canto e da dinamização sociocultural, injustamente “apagada” da nossa História recente – bem como poeta Manuel Alegre.

Depois deles, influenciados directa ou indirectamente, surgiram muitos outros cantores, compositores e *cantautores*... chamamos-lhe a nova geração, mais para os distinguir dos precursores, originários da *Canção de Coimbra*, do que por uma questão geracional, pois alguns deles eram quase da mesma idade de Adriano Correia de Oliveira – nascido em 1942 – mas todos mais novos que José Afonso – nascido em 1929. Embora alguns já anteriormente cantassem, é na segunda metade, ou mesmo no final dos anos sessenta, nomeadamente com o programa televisivo Zip-Zip que se vêm a afirmar.

Intérpretes e *cantautores* como Manuel Freire, José Jorge Letria, Francisco Fanhais, Francisco Naia, José Barata Moura são algumas das vozes que marcaram o *Canto de Intervenção*, sobretudo entre finais de 60 e o 25 de Abril. Entretanto, do exílio, chegam-nos as vozes de José Mário Branco, Sérgio Godinho e Tino Flores. Posteriormente, uma “terceira geração” surge e afirma-se já em plenos anos setenta: António Bernardino, António Macedo, António Pedro Braga – conhecido por A P Braga –, Vieira da Silva, Carlos Alberto Moniz, Deniz Cintra, Fausto Bordalo Dias, Janita Salomé, José Fanha (poeta e *diseur*) Maria do Amparo, Nuno Gomes dos Santos, Rui Mingas, Pedro Barroso, Teresa Paula Brito, Samuel, Vitorino, entre outros.

A ruptura musical operada no Outono de 1971

No ano de 1971 termina o período da balada. A viragem dá-se com *Cantigas do Maio*, normalmente considerado com um marco decisivo na obra de José Afonso: um dos seus melhores disco que representa o enveredar para formas de acompanhamento mais enriquecidas e elaboradas em termos instrumentais. O

mesmo acontece com o primeiro LP de José Mário Branco, *Mudam-se os Tempos, Mudam-se as Vontades*, assim como é também o caso do primeiro disco de Sérgio Godinho, o EP *Romance de um Dia na Estrada* – que no ano seguinte dá origem ao EP *Os Sobreviventes*. Adriano Correia de Oliveira grava *Gente de Aqui e de Agora*, com música e produção de José Niza., completando este quarteto de trabalhos discográficos que se vieram a revelar-se decisivos para renovação originando a génese da Nova Música Portuguesa.

A viragem e renovação é marcada pelo José Mário Branco. (...) Como nos diz João Paulo Guerra (RAPOSO, 2000:81) «Este tipo de música que até aí não seria tecnicamente muito elaborada(...)”(...embora existissem algumas canções bem construídas, do ponto de vista da melodia e das harmonias...)” (...) anteriormente o Zeca Afonso cantava com o Rui Pato, que o acompanhava à viola». (*Idem, Ibidem*)

Com o Adriano passava-se algo de semelhante na sua parceria com José Niza, que assina as músicas bem como a orquestração e direcção musical de *Gente de Aqui e de Agora*. E a «(...)entrada em “cena” do José Mário Branco representa um enriquecimento, somou as potencialidades todas da orquestração, não só nas suas canções como nas canções que orquestrou para o Zeca, nomeadamente no álbum *Cantigas do Maio*, introduzindo um grande enriquecimento sonoro nesse tipo de música, às vezes com efeitos extraordinários simples – como é o caso do acompanhamento da «Grândola, Vila Morena», o facto de pessoas a pisarem um saco de saibro e depois aquele efeito multiplicado no estúdio enriqueceu bastante. Efeitos desse tipo representaram uma grande viragem com a entrada do José Mário Branco, tanto pelo que fez e ajudou a fazer, até porque serviu de exemplo para os outros.” Como é óbvio, este disco e mais os outros três já referidos, e editados quase em simultâneo, ficaram como referência fundamental para a música portuguesa” (RAPOSO, 2007:86)

Cantigas do Maio e a génese da Nova Música Portuguesa

Como nos diz José Cordeiro: (*Ibidem, Ibidem*) “Verifica-se neste trabalho, aliás, como acontecera já anteriormente «(...)a canção objectivada num mundo real, palpítante, dramático; a função da canção como material de maneio que não é só ideológico; a procura de uma expressão própria (...);» a linguagem simples, imagens claras, melodia cativante são aspectos que caracterizam este disco, onde, para além de todas as inovações instrumentais, desde a orquestração aos arranjos sabiamente dirigidos por José Mário Branco, a voz de José Afonso, todavia, continua ainda a ser o grande meio – com um bom timbre, uma colocação precisa e sonoridade plena que atinge a maturidade, é «(...) a voz que expressa “tudo” porque não é só veículo, mas a condição base da canção» (*Idem, Ibidem*)

Aproveitou-se neste disco, inteligentemente, a experiência, a «modernidade de conceitos» e a participação de José Mário Branco e Carlos Correia, de onde resulta um tratamento específico e rigoroso de cada trecho de um grande rigor técnico. Sendo um trabalho de equipa, de conjunto, introduz novos instrumentos

como a darbuka, o bongo berbere, as tumbas, o adufe, o tamborim brasileiro, a guimbarda e os apitos de fole, além de efeitos especiais, como os passos no areal, tudo isto, para além dos instrumentos habitualmente utilizados, como a guitarra, a guitarra baixo, o trompete, a flauta, o piano, o órgão e o acordeão, compõem um conjunto que resulta instrumentalmente perfeito e ajustado às intenções dos poemas. «Procurou-se mais o som total que a «medida» convencional de instrumentos de sopro ou cordas que dariam uma plasticização clássica.» (*Idem, Ibidem*)

Assim, a qualidade musical foi servida por uma outra, com os meios postos à disposição (recorda-se que este disco foi gravado em França, o que acontecia pela primeira vez) assim como a excelência dos músicos participantes: Michel Delaport, Christian Padovan, Tony Branis, Jacques Granier, Francisco Fanhais e José Mário Branco. As fixas são: *Senhor arcanjo*, *Cantigas de Maio* (a partir de refrão popular), *Milho Verde*, (popular), *Cantar Alentejano*, *Grândola Vila Morena*, *Maio Maduro Maio*, *Ronda das Mafarricas*, (de António Quadros, o pintor e José Afonso), *Mulher da Erva* e *Coro da Primavera*. A letra e a música é praticamente toda de sua autoria, à excepção de «Milho Verde», que é um tema popular com arranjos de José Mário Branco e «Ronda das Mafarricas» que é um poema da autoria de António Quadros (pintor), mas com música do Zeca, assim como a música e letra do tema que dá o título ao disco, ainda que seja sobre letra de refrão popular.

Sendo de realçar, para além da qualidade global do trabalho, a excelência da composição *Maio Maduro Maio*, decerto a mais lírica das composições, tendo o ponto de partida em raízes folclóricas, mas que apresenta uma mensagem de amor pessoal; *Coro da Primavera*, onde há uma homogeneidade total entre poema e música, com uma temática sem subterfúgios, onde tudo se congrega para conseguir um clímax emotivo, ou a intuição popular do poema, da lírica e de imagens muito simples – no tema *Cantigas de Maio*, onde «(...) o refrão deve ser o “toque” e “moral” de uma história que se canta em roda, tal como o camponês o faz.» (*Idem, Ibidem:87*)

Assim se pode constatar que «(...) *Cantigas do Maio* constituem a forma mais nobre e representativa da canção portuguesa, como tudo quanto anteriormente José Afonso concebeu e realizou. As reminiscências coimbrãs não se notam, embora elas tivessem marcado profundamente o seu começo e das quais se tem, progressivamente afastado. Por outro lado, o conhecimento «profundo» da expressividade musical portuguesa está patente da primeira à última composição. Trata-se de mais que uma busca de uma prova absoluta e notável.» (*Idem, Ibidem*)

José Afonso, logo após a saída deste seu fundamental trabalho, afirmava, na sua forma peculiar de desprendimento e grande sentido de humor que o caracterizava, depois de se referir à especulação sobre a criação a possível criação de escola, frisando que nunca teve essa intenção, preferindo o «espírito» dos cantadores populares, daqueles de que fala Aquilino Ribeiro, que possivelmente não sabiam porque cantavam. Cantavam por prazer, improvisando e inventando

com uma viola ou com um realejo. E finaliza “Canto estas canções porque não sei cantar outras. Se as canções têm ou não interesse, isso pertence a quem escuta.» (*Idem, Ibidem*), para logo se demarcar do baladeiro «(...)Prefiro que se diga cantigueiro ou cantadeiro. Baladeiro supõe a existência de um determinado género, como o soneto, a canção ou o romance... eu apenas quero cantar.» (*Idem, Ibidem*)

Diria ainda, relativamente a *Cantigas do Maio*:

«Tive uma série de dificuldades para o gravar, desde a preparação até à própria gravação. Aconteceram uma série de imprevistos (que não interessa referir aqui) e que me deixaram demasiado cansado. De qualquer modo, creio que foi a melhor coisa que fiz até agora.» (*Idem, Idem*: 88) Nesta entrevista considerou um óptimo trabalho o disco de José Mário Branco, *Mudam-se os Tempos, Mudam-se as Vontades* e ainda a respeito de *Cantigas do Maio*, acaba por assumir a dificuldade que em trabalhos futuros se lhe depara para atingir a qualidade deste álbum. “Posso considerar este trabalho o melhor que fiz, mas creio que não voltarei a fazer outro assim.» (*Idem, Ibidem*)

Hoje sabemos que não foi assim. A excelência de *Cantigas do Maio*, um dos melhores trabalhos discográficos de José Afonso, não desvaloriza o seguinte *Venham mais cinco*, ao nível de arranjos ou orquestração e não impediu que viesse a realizar outros trabalhos, porventura diferentes, mas não com um nível inferior a este.



A Nova Música Portuguesa

A renovação da música portuguesa, iniciada por José Afonso em Coimbra – sempre na busca do perfeccionismo, do experimentalismo, inovando mas não esquecendo, não perdendo de vista as raízes da nossa música popular, tradicional, numa verdadeira simbiose entre a modernidade e a tradição, o que aliadas às características peculiares da sua voz, do seu estilo único de cantar, assim e só assim se percebe a genialidade da sua obra, como temos vindo a referir. E essa renovação tem continuidade na contemporaneidade como nomes e projectos decisivos da música portuguesa como Janita Salomé – que Zeca, pelas suas excepcionais capacidades únicas de interpretação e canto considerava o discípulo em que mais esperanças depositava – Vitorino, Sérgio Godinho – simultaneamente ecléctico e versátil, disponibilidade de renovação constante e de trilhar novos caminhos, o que faz de Sérgio provavelmente o mais consistente continuador de José Afonso, que ele sintomaticamente considera «O meu herói...» (GALOPIM, 2006: 121), Rui Veloso, Fausto, Trovante e Luís Represas, Brigada Victor Jara, João Afonso, Francisco Naia, Eduardo Ramos, só para citar onze percursos que estudamos no âmbito do doutoramento e que consideramos representativos e paradigmáticos.

Conscientes de outros importantes caminhos musicais desde o Fado contemporâneo: Camané, Dulce Pontes, Marisa, Mafalda Arnaut, Cristina Branco, Ana Sofia Varela, Ricardo Ribeiro ou Aldina Duarte, António Zambujo e a fusão do fado com a canção urbana, onde Sérgio Godinho está presente como autor e José Mário Branco como compositor e director musical; os movimentos hip-hop, o rap, os The Weasel e outros, mas também os projectos que melodicamente se situam na tradição do Zeca e do Adriano, mais antigos (Amélia Muge), ou os mais recentemente surgidos como os Couple Coffee.... Ou ainda ou grupos na área do pop-rock como os Clã, os Xutos e Pontapés, mais antigos ou os mais recentes como os bejenses Virgem Suta, entre outros...

De referir também o universo musical do fado contemporâneo – ou o Mestre da Guitarra Portuguesa – António Chainho, alentejano de S. Francisco da Serra, Santiago do Cacém ou mais recentemente o jovem e virtuoso tocador da viola campaniça Pedro Mestre e a sua ligação forte ao *Cante Alentejano*. Referência ainda para Paulo Ribeiro, *cantautor* e compositor de Beja, um jovem grande senhor da música portuguesa, que no seu disco *Aqui tão perto do Sol* interpreta dois temas de Almutâmide: “Sem Ti” e “Afã.”, a que Eduardo Ramos designa, respectivamente por, “Sem Ti a minha graça” e Eu só quero que me fale” e em 2011 dirigiu um excelente espectáculo de homenagem a Manuel da Fonseca, intitulado “Aldeia Nova”, no centenário do seu nascimento.

Ou outro virtuoso guitarrista como Pedro Jóia, não esquecendo outras figuras maiores como Júlio Pereira ou Pedro Caldeira Cabral. Ou ainda Jorge Palma, Mafalda Veiga, ou a poesia e a música de raiz tradicional interpretada por formações musicais como os “Gaiteiros de Lisboa” ou “Ronda dos Quatro Ca-

minhos”. E, como produtor, orquestrador, director musical, referência decisiva, esse grande artífice da música portuguesa: José Mário Branco.



Notas finais

Perceber o fio condutor com os cantores que no século XXI interpretam / ou interpretam-se, eles próprios poetas e “escritores de canções” – o que afinal é exactamente a mesma coisa – perceber que o Janita, o Vitorino, cantores do Sul e cantores do Amor como o Sérgio Godinho, o Rui Veloso, ou o Fausto, que cantando o Amor canta-o cantando o mar, ou o Trovante e o Luís Represas o canta “perdidamente”, ou o Naia cantor da saudade dos alentejanos na diáspora da sua Matria, ou o Eduardo Ramos, alaudista da medivalidade-luso-árabe, ou o João Afonso “cantautor” de si próprio, reinterpretando o génio do tio Zeca ...

Afinal, falar de José Afonso, falar da Nova Música Portuguesa é falar da beleza que é uma marca perene, desde os primórdios deste país até aos nossos dias, da beleza da grande poesia que, simultaneamente se tornou elo agregador da comunidade na aspiração do ressurgimento nacional; aconteceu, como em vários períodos históricos com Camões, aconteceu com os poetas como Alegre, Sophia, Florbela, Natália Correia, Gedeão, com José Afonso (a “Grândola Vila Morena” – símbolo e senha do 25 de Abril).

Após o 25 de Abril de 1974, e depois de um breve interregno durante o curto e extraordinário período do PREC em que o *canto livre*, pelas compreensíveis razões do momento apostou no imediatismo do texto e na mensagem directa e panfletária, esse importante movimento que foi o *Canto de intervenção*, agora sem a necessidade de se direcionar para a luta pela liberdade, pelas razões óbvias, reencontrou a sua verdadeira essência poética que muito provavelmente radica no período Luso-Árabe e que o Zeca Afonso, com uma postura necessariamente intervintiva (porque o “estado da Nação” a isso obrigava os homens livres e libertos como ele) foi e é a matriz.

A grande poesia é a razão de ser, o lirismo da nossa poética que Almutâmine cantou quase 10 séculos antes de José Afonso. Se Vitorino canta a “Laurinda” do nosso Cancioneiro Popular, o irmão Janita Salomé vai até Marrocos ao encontro dum passado milenar comum, a Brigada Victor Jara reinterpreta o nosso rico Cancioneiro, Fausto canta o Amor e a Saudade na “Expansão”, Sérgio Godinho, “escritor de canções” e Rui Veloso, cantam o universo romântico urbano e Francisco Naia “cantor do Sul”, mantém viva, para os 500 mil alentejanos radicados nos arredores de Lisboa, a pureza dos poetas populares e do seu *Cante*. Ao mesmo tempo, a nova geração, protagonizada por João Afonso, com um percurso e um projecto próprio, canta o Zeca e reinterpreta o legado do *Canto de Intervenção* nos dias de hoje.

O que mais nos importa é a Poesia. Claro que a Poesia se se ficar apenas pela sua beleza lírica, se não for também veículo e meio, para a além da indispensável essência e riqueza intrínseca, poderá não cumprir este papel intervencionista. Mas em 60 e inícios dos anos 70 houve uma conjugação ímpar que marcou um tempo histórico, a que Manuel Alegre sintetiza sabiamente: “deu-se o encontro da poesia e da música” que constituiu então (...) o verdadeiro vanguardismo estético português (...)» (RAPOSO, 2000: 62 e 63). A intervenção sem a força e a beleza da grande Poesia, seja ela erudita ou popular, é algo datado, como atrás ficou dito.

Hoje, 40 anos depois de 1974, na contemporaneidade, a *Nova Música Portuguesa*, de que José Afonso é a referência matriz, sem tudo o que foi referido, não seria o que de mais sério e criativo acontece no panorama musical português e consubstancia um sério contributo para a *World Music*.

Bibliografia

Discografia

José Afonso, Brigada Víctor Jara, Eduardo Ramos, Fausto Bordalo Dias, Francisco Naia, Janita Salomé, João Afonso, Luís Represas, Manuel Rocha, Rui Veloso, Sérgio Godinho, Trovante, Vitorino e ainda Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire, Francisco Fanhais, José Jorge Letria, José Mário Branco e Paulo Ribeiro

Imprensa diversa

Arquivos: Públicos ANTT – PIDE/DGS

Processos individuais referentes a: José Afonso; Adriano Correia de Oliveira; António Bernardino, António Macedo, António Pedro Vicente; António Portugal, António Vieira da Silva; Carlos Paredes; Fernando Lopes Graça; Fernando Machado Soares; Francisco Fanhais, Francisco Naia; José Barata Moura; José Bernardino; José Carlos de Vasconcelos; José Jorge Letria; José Mário Branco; José Niza; Luís Cília; Manuel Alegre; Manuel da Fonseca, Manuel Freire; Michel Giacometti; Nuno Gomes dos Santos; Paulo Sucena; Rui Pato

Particulares

Associação José Afonso, Arquivos particulares de Francisco Fanhais, Francisco Naia, Luís Cília, Manuel Freire, Rui Curto

Fontes Orais

Entrevistas:

Adalberto Alves, Benedicto García Villar António Borges Coelho, António Pedro Vicente Cláudio Torres, Eduardo Ramos, Eugénio Alves, Fialho Gouveia, Francisco Fanhais, Francisco Naia, João Afonso, Janita Salomé, João Paulo Guerra, José Barata Moura, José Carlos de Vasconcelos, José Jorge Letria, José Mário Branco, José Niza, Luís Cília, Luís Represas, Manuel Alegre, Manuel Freire, Mário Vieira de Carvalho, Nuno Gomes dos Santos, Paulo Sucena, Ruben de Carvalho, Rui Curto, Sérgio Godinho, Tino Flores, Zélia Afonso.

- AFONSO, José – **Quadras Populares**. 7.^a ed. Lisboa: Ulmeiro, 1999.
——— **Cantares**. (3.^a ed). Lisboa: AA EE de Lisboa, s.d.
- ALEGRE, Manuel – **O Canto e as Armas**. Porto: Nova Realidade, 1967.
——— **30 Anos de Poesia**. Pref. de Eduardo Lourenço. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner – **Antologia. Mar**. 5.^a ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.
- ANÓNIMO ÁRABE (Séc. X) – **O Jardim das Carícias**. Trad. de Fernando Ilharco Morgado. Paris: Farândola, 1995.
- ALVES, Adalberto – **Al-Mu'tamid, Poeta do Destino**. 2.^a ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.
- **Arabesco: da Música Árabe e da Música Portuguesa**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1989.
- **Ibn 'Ammâr al-Andalusî. O Drama de um Poeta**. Lisboa: Assírio e Alvim, 2000.
- BARROS, João – **Pequena História da Poesia Portuguesa** – (Biblioteca Cosmos, Dir. de Prof. Bento de Jesus Caraça, n.^o 4, 2.^a secção, Número 1, Artes e Letras). Lisboa: Edições Cosmos, 1941.
- BRAGA, Jorge Sousa, (Org.) – **O Vinho e as Rosas Antologia de Poemas sobre a Embriaguez**. Lisboa: Assírio & Alvim. 1995.
- BRANCO, João de Freitas – **A música na obra de Camões**. (Biblioteca Breve/Vol. 42). Instituto da Cultura Portuguesa: Lisboa, 1979.
- CAMÕES, Luís de – **Poesia lírica**. sel. e introd. de Isabel Pascoal; Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses. s.l.: Editora Ulisseia, 1984.
- CARVALHO, Mário Vieira de – **Estes Sons, Esta Linguagem**, col. Polémica n.^o 20. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- **O essencial sobre Fernando Lopes-Graça**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1989.
- CASTELO-BRANCO Salwa el-Shawan – **1988 Yearbook for Traditional Music**: sl.: UNESCO, s.d.
- (Coord.), **Portugal e o mundo: o encontro de culturas na música**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- BRANCO, Jorge Freitas – **Vozes do povo: a folclorização em Portugal**. Oeiras: Celta, 2003.

- CORREIA, Mário – **Música Popular Portuguesa – um ponto de partida.** Porto: Centelha, 1984.
- Adriano Correia de Oliveira – **Vida e Obra.** Porto: Centelha, 1987.
- CARVALHO, José Pinto Ribeiro de – **História do Fado.** 5.^a ed. Lisboa: Dom Quixote, 2003.
- CARVALHO, Ruben de – **As Músicas do Fado.** Porto: Campo das Letras, 2005.
- CIDADE Hernâni (Ord., pref. e notas) – **Poesia Medieval I. Cantigas de Amigo.** 5.^a ed. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- DARWICH, Mahmud – **O Jardim Adormecido e outros poemas.** sel. e trad. de Albano Martins. Porto: Campo das Letras, 2002.
- DUARTE, António A. – **A Arte Eléctrica de Ser Português. 25 Anos de Rock'n Portugal.** Lisboa: Livraria Bertrand, 1984.
- ESPANCA, Florbela – **Sonetos.** 2.^a ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988.
- GALOPIM, Nuno – **Retrovisor. uma biografia musical de Sérgio Godinho.** Lisboa: Assírio & Alvim, 2006.
- GIACOMETTI, Michel – **Cancioneiro Popular Português.** Lisboa: Círculo dos Leitores, 1982.
- GODINHO, Sérgio (Transcrições musicais de João Cabrita) – **55 Canções. Partituras, Letras, Cifras.** Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.
- GOUVEIA, Miguel – **Escritas do Maio. Escrever sobre José Afonso.** Porto: Profedições, 2007.
- GUERREIRO, M., Viegas – **Para a história da literatura popular portuguesa.** Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, sd.
- LEÇA, Armando – **Música Popular Portuguesa.** (Col. Folclore e Pedagogia). Porto: Editorial Domingos Barreira, s.d.
- LETRIA, José Jorge – **A Canção Política em Portugal.** Lisboa: Ulmeiro, 1987.
- **A Canção como Prática Social.** col. Ensaios/2. Lisboa: Edições Ró, 1981.
- LOPES, Maria Teresa Rita – **Pessoa por Conhecer.** (2 vols.). Lisboa: Editorial Estampa, 1990.
- MACHADO, José Alberto Gomes [et al.] Org. – **Gil Vicente e Évora nos alvores de Quinhentos.** (Actas de Colóquio). Évora: Centro de História da Arte Universidade de Évora e Calcidoscópio, 2005
- MARÍN, Francisco Marcos – **Poesía Narrativa Árabe y Épica Hispánica. Elementos Árabes en los Orígenes de la Épica Hispánica.** Madrid: Editorial Gredos, 1971.
- MESQUITA, Ana – **Os Vês pelos Bês. Rui Veloso. Biografia.** s.l.: Prime Books, 2006.
- MOUTINHO, José Viale (Coord.) – **José Afonso – textos e canções.** Porto: Paisagem Editora, 1975.
- **Memória do canto livre em Portugal.** Lisboa: Editora Futura, 1975
- **O nosso amargo cancioneiro.** 2.^a ed. Porto: Livraria Paisagem, 1973.
- NAZARÉ, João Ranita da, **Música tradicional portuguesa – Cantares do Baixo Alentejo.** Lisboa: Instituto da Cultura Portuguesa, 1979.
- NEFZAUI, Xeique – **O Jardim das Delícias.** Trad. Orlando Loureiro Neves. Lisboa: Veja, 1996.
- NEJAR, Carlos – **Livro de Gazéis.** Lisboa: Moraes Editores, 1983.
- NIZA, José – **Fado de Coimbra.** Vol. I e II. Lisboa: Edoclube, 2000.
- (Textos e organização, livro de apoio da colectânea), **José Afonso.** Lisboa: Movieplay, sd.
- (livrete do Cd), **De Capa e Batina,** Lisboa: Movieplay, 1996.
- O'HARA, J. D. – **Poesia.** Trad. M. Oliveira. Lisboa: Editorial Verbo, 1978.

- OLIVEIRA, António Resende – **O Trovador Galego-Português e o seu Mundo**. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.
- OSÓRIO, António – **A Mitologia Fadista**, col. Horizonte/25. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
- PIDAL, Ramon Menéndez – **Poesía Árabe y poesía Europea. Con Otros Estudios de Literatura Medieval**. 5.^a ed. Espasa-Calpe: Madrid, s.d.
- **Poesía Jugralesca y Juglares. Aspectos de la Historia Literaria y Cultural de España**. 3.^a ed. Espasa-Calpe: Madrid, 1949.
- PIMENTEL, Alberto – **A Triste Canção do Sul. Subsídios para a História do Fado**. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- RAMOS, Inês (Org.) – **Os dias do Amor. Um poema para cada dia do ano**. Lisboa: Ministério dos Livros, 2009.
- RAPOSO, Eduardo M., – **Cantores de Abril. Entrevistas a cantores e outros protagonistas do «Canto de Intervenção»**. (2.^a ed. distribuída pelo Público). Lisboa: Edições Colibri, 25 de Abril de 2014.
- **Canto de Intervenção 1960-1974**. 3.^a ed. Lisboa: Público, 2007.
- (Coord.) – **Recordar Adriano Correia de Oliveira**. Seixal Comissão de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira, 1992.
- **O canto e o cante, a alma do povo**. Revista de Estudios Extremeños. Badajoz. Tomo LXII. III (Sept. – Diciemb. 2006) 1009-1034.
- “*O cante – alma do povo alentejano e a sua resistência ao poder. 1.^º Congresso do Cante Alentejano*”, Beja: Comissão Organizadora, 1997.
- Entrevista a Eduardo Ramos “Senti que uma luz iluminou a minha arabilidade latente”. Memória Alentejana. Dup. 23/24. (2008) 30-32.
- RIBEIRO, Rogério – **José Afonso – andarilho, poeta e cantor** (catálogo da Exposição). Lisboa: Associação José Afonso, 1994.
- SALVADOR, José A. – **Livra-te do medo, estórias e andanças do Zeca Afonso**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1984.
- SARAIVA, Arnaldo – **Canções de Sérgio Godinho**. 2.^a ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 1983.
- SIDARUS, Adel, SORAVIA, Bruna (Org.) – **Literatura e Cultura no Gharb al-Andalus**. (Simpósio Internacional, Lisboa, Abril de 2000). Lisboa: Hugin Editores, 2005.
- TELES, Viriato – **Zeca Afonso. As Voltas de um Andarilho**. 3.^a ed..Lisboa: Ulmeiro, s.d.
- THOMÁS, Pedro Fernandes – **Velhas Canções e Romances Populares Portugueses**. Coimbra: França Amado Editor, 1913.
- VALE, Dr. Manuel do, [et al.] – **Festas Bacanais: Conversão do primeiro canto d'Os Lusíadas do Grande Luís de Camões ... no ano de 1589** (Apres. Fernanda Frazão). Lisboa: Apenas Livros, 2007.
- VASCONCELOS, J. Leite – **Etnografia Portuguesa**. Vol. IV, Lisboa: Imprensa Nacional, 1958.
- ZEKRI, Mostafa – **Itinerários da poesia. Poetas Árabes no Gharb al-Andalus**. Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002.
- 1.^º Congresso do Cante Alentejano**. Boletim do Congresso do Cante Alentejano. Lisboa: Casa do Alentejo (1997).



Homenagem a Túlio Espanca

TÚLIO ESPANCA

CENTENÁRIO DO NASCIMENTO

VILA VIÇOSA, 8.5.1913 – ÉVORA, 8.5.2013

Rui Arimateia

Introdução

Orgulho-me de pertencer ao grupo de colegas e de amigos que trabalharam e conviveram de perto com Túlio Espanca. No local de trabalho ou em viagens de estudo, com projectos comuns à volta da História, de Évora e do Património.

É minha e nossa responsabilidade passar, e em primeira mão, a quem não conheceu pessoalmente Túlio Espanca, o testemunho da sua vida e da sua obra, daquele que nos orientou, nos inspirou, nos acompanhou no despertar e no desenvolver para as realidades da História de Évora, do Alentejo e da Cultura.

A Biografia de Túlio Espanca está por fazer, e a sua obra por estudar, uma vez que até agora apenas tem havido alguns contributos de menor monta.

Este meu trabalho terá algum mérito se contribuir para desvendar um pouco da vida e da obra de Túlio Espanca para aquelas gerações de estudantes e investigadores da História, da Arte e da Cultura, nomeadamente as orientadas para as problemáticas eborense e alentejana. Como anexos serão incluídas informações sobre a produção bibliográfica de Túlio Espanca sobre Vila Viçosa, assim como serão divulgadas as partes das suas “Memórias” de juventude relacionadas com Vila Viçosa.

Utilizei como fontes de informação principais, os depoimentos orais e escritos deixados por Túlio Espanca ou que sobre ele, a sua personalidade e ou a sua obra, nos foram deixados por pessoas que com ele privaram, pessoal ou profissionalmente.

Em relação aos textos da autoria da Túlio Espanca e retirados dos seus “Diários” ou “Memórias” é bom referir que os mesmos são depoimentos escritos por um jovem, que na altura dos escritos tinha uma idade compreendida entre os 17 e os 22 anos, possuidor de reduzidíssimos estudos académicos, o que demonstra um aturado trabalho de leituras e de um exercício persistente da escrita. É extremamente interessante acompanhar a evolução da linguagem escrita de Túlio Espanca, de ano para ano, observando nós a progressiva complexificação do seu pensamento e da sua escrita a par de um gradual desaparecimento de erros ortográficos e de palavras inventadas e por vezes sem nexo. Não obstante a riqueza dos seus depoimentos, das suas visões da vida, são extraordinárias e únicas para compreendermos Évora e o Alentejo dos inícios do século XX.

1. As Origens

Em 1913, no dia 8 de Maio, deu-se o nascimento de Túlio Espanca em Vila Viçosa numa casa da Rua do Angerino. Filho de José de Jesus da Rocha Espanca (sapateiro de profissão) e de Maria Rosa Alberto. Nasceu na mesma casa que sua prima madrinha Florbela Espanca. A casa referida é hoje inexistente porque foi demolida por volta de 1940.

Neste ano de 1913, e no próprio dia 8 de Maio, Túlio Espanca é *baptizado*, sendo madrinha a sua prima Florbela Espanca. Temos o testemunho do próprio Túlio Espanca:

“(...) sou afilhado de Florbela e foi justamente por isso que recebi o sobrenome de Alberto já que por essa altura Florbela casou com Alberto Moutinho, seu primeiro marido. O baptismo foi civil porque na década de 10, depois da República, era muito corrente os jovens de famílias sobretudo de política avançada (como era o caso de meu Pai e do meu Tio) só serem registados. Portanto ela foi, realmente, minha madrinha no Registo Civil.”

[in “Há tanta ideia perdida”/Suplemento, 4 de Dezembro de 1981]

Viveu ainda temporariamente com a sua avó Joana Fortunata (até à altura em que foi viver para Évora), numa casa do Largo Mariano Prezado, em Vila Viçosa.

Por volta de 1918/1919 deu-se a chegada da família de Túlio Espanca a Évora, ficando temporariamente alojada numa estalagem no Largo do Senhor Jesus da Pobreza (antigo Colégio de meninas de N.^a Sr.^a da Piedade, gerido então pelo Arcebispado).

Túlio Espanca teve cinco irmãos: Natal – nascido em Évora a 27 de Setembro de 1903; Demóstenes Apeles – nascido em Évora a 1 de Abril de 1908; Ote-
lo – nascido em Vila Viçosa a 1 de Novembro de 1910; Sócrates – nascido em Vila Viçosa a 25 de Abril de 1916; e Joana Fortunata – nascida em Évora a 20 de Maio de 1919 (tendo falecido prematuramente, também em Évora, com 19

anos de idade). Todos os rapazes foram “baptizados”, por registo, pelo seu tio, pai de Florbela, José Maria Espanca, homem de natureza agnóstica e bastante culto, que escolheu nomes clássicos para os sobrinhos. À sobrinha Joana, por sua vez, foi-lhe posto o nome da avó paterna.

Acerca da sua passagem pelo ensino oficial, nos “Diários” de Túlio Espanca, em apontamentos referentes aos dias 26 e 28 de Maio de 1935, aquando de algumas festas realizadas na Escola Primária de S. Mamede, podemos ler este seu depoimento:

«Evocar páginas de S. Mamede, é sentir a nostalgia aguda da saudade invadir o meu coração e minh' alma. / Amo tanto as lembranças infantis que vertiginosas perpassam em cavalgadas de sonho ante a minha memória... hó amo tanto a época inegualável da Escola!..»

Túlio frequentou a instrução primária na Escola de S. Mamede onde, em 8 de Julho de 1926, concluiu as provas de exame da 4.^a classe do ensino primário, com a classificação final de “Suficiente”.

Túlio Espanca foi extremamente motivado pelos seus tempos de Escola, daí que nunca tenha deixado de escrever, de ler, de exercitar a palavra escrita até ao extremo de, nos primeiros cadernos dos seus “Diários”, ele escrever uma primeira passagem a lápis e posteriormente passar todo o texto a tinta, e são centenas de páginas manuscritas.

O antigo bairro de S. Mamede, em Évora, foi o local privilegiado para as brincadeiras e aventuras dos irmãos Espanca, na sua meninice.

Desde a idade infantil que Túlio interveio culturalmente no seu meio social. Assim há notícia de, nos finais dos anos 20, ele próprio, na companhia de seus irmãos e de um grupo de amigos “armarem” uma “casa de espectáculos”.

Aqui brincavam aos *Circos*, encarregando-se Natal, o mais velho dos irmãos, da caracterização e assumindo o papel de *palhaço-rico*; Otelo era o *palhaço-pobre*. As representações tinham lugar num quintal da casa do sr. Poeta sita na Rua dos Cogominhos.

Brincavam igualmente com fantoches (marionetas de luva e de suspensão); chegaram, inclusivamente, a organizar um pequeno “teatrinho de comicidade”, primeiramente numa pequena divisão, abandonada e escusa, nos baixos da igreja de S. Mamede; depois, junto ao Largo do Amauriz, fundaram outro teatrinho de marionetas em casa do sr. Percheiro (residente na antiga Rua de S. Mamede n.º 19A, actual Rua Tenente Raul d’Andrade), na altura com funções de Comissário da Polícia nesta cidade. Por volta dos anos de 1926-27, por convite do filho deste, companheiro de brincadeiras dos irmãos Espanca, chegaram a armar uma pequena casa de espectáculos – e note-se que estamos a referir-nos a brincadeiras de jovens de 13, 14 e 15 anos de idade.

Nestas actividades as tarefas e as responsabilidades encontravam-se divididas: Otelo, que na altura era aprendiz de marceneiro na antiga carpintaria e marcenaria «Sociedade de Mobílias Limitada» (com porta aberta na Rua da República

n.º 38 e onde hoje se encontra o edifício da Caixa Geral de Depósitos), estava encarregado de tornear as cabeças dos bonecos; Demóstenes, que desde muito novo se dedicou à pintura e ao desenho, assumia as funções de cenógrafo e pintava as cabeças dos bonecos; e Joana, a irmã mais nova, encarregava-se de fazer os fatinhos dos bonecos. Todos manipulavam os bonecos, todos participavam na produção e na realização dos espectáculos: faziam a publicidade, com tambor, pelas redondezas (sempre com atenção especial não fosse aparecer a polícia...) e ainda vendiam os ingressos de entrada, igualmente editados e reproduzidos por eles.

Assim, naquela Évora com tantas tradições de teatro de amadores, mais um grupo de natureza cultural surgia espontaneamente... Ainda em Setembro de 1929, Túlio e Sócrates Espanca apareciam como proprietários de um *Teatro Rissota*, onde eram apresentados ao público *tres enormes actos repletos de gargalhada*, inclusive com a edição “artesanal” de *cartaz-programa* de apresentação.

2. A Construção da Personalidade

Túlio Espanca começou a trabalhar muito cedo. Com 14 anos teve o seu primeiro trabalho *braçal*, como gostava de dizer. Foi empregado numa fábrica de transformação de cortiça existente no Bairro de S. Mamede, mais concretamente na Rua das Alcaçarias, (onde hoje funcionam os Serviços Sociais da Universidade de Évora). Foi também aprendiz de chapeleiro, em loja situada na Praça Luís de Camões, actual n.º 36-38, pertença de um Sr. Lima, de Lisboa. Até ir para o serviço militar, foi ainda aprendiz de barbeiro, numa barbearia que ficava no cimo da Rua de Aviz, aos n.ºs 14-18, estabelecimento hoje desaparecido e transformado em loja de fanqueiro.

Otelo e Túlio, aprenderam música na Escola de Amadores de Música Eborense, fundada em 11 de Novembro de 1887. No princípio dos anos 20 do século passado esta colectividade de cultura e recreio tinha a sua sede social no edifício do extinto Convento das Mónicas, em S. Mamede, onde se instalara em 2 de Julho de 1896, depois de beneficiado por algumas obras de adaptação. Muitos anos mais tarde este edifício viria a alojar a Escola do Magistério Primário Évora, nela funcionando, hoje, os Cursos de Professores do 1.º Ciclo da Universidade de Évora. Entusiasmados ao ouvirem os frequentes ensaios nocturnos da Filarmónica, muito perto de sua casa, resolveram ir aprender música. Ensinava solfejo e instrumentos o professor José Dionísio. Escolheram o clarinete, instrumento que aprenderam com facilidade, chegando mesmo a sair com a Banda, isto por volta de 1928-29, pouco antes do ingresso de ambos, como voluntários, no serviço militar.

No dia 1 de Dezembro de 1930, escreveu Túlio Espanca no seu “Diário”:

“Gloria ao grande dia, salvé nobre patria que demonstrás-te o teu indomito poder, expulçando á ponta de espadachim, os opressores castelhanos. Já lá vão duzentos e noventa anos, no entanto o povo heroico portugues não o esquece, e comemora-o em grita, elevando a vós tonitrante da Liberdade. In-

tima satisfação senti, em o meu batismo de filarmonico ser nessa data briosa para a nação, saindo a banda da Sociedade pelas cete menos um quarto, entoando entusiasticamente o belo Ino da Restauração, seguida pelos hurrás da multidão delirante, compondo-se a filarmonica de quarenta e dois elementos, dispostos em cete filas, indo-mos cumprimentar, pelo itenerario que seguimos, o quartel General, o posto da Policia, na rua occidental de Diana, a Camara Municipal, tão soberbamente eluminada por centenas de lampadas, que parecia dia, a redação do Democracia do Sul, e por fim a direção do Notícias d'Évora. A nossa entrada na Praça do Geraldo, foi duma impomencia enesquecivel, o povo enchia os passeios, o taboleiro a arcaria medieval, brilhando uma claridade estupenda, assim como eu brilhava de farda a aspirante da Marinha, bonet elegantissimo, e palido de comoção. Eu, meu irmão Othelo tambem impecavel, Raul Pires e João Barradas, passeamos pelos pontos principais da cidade, chegando ao auge dum militar me fazer respeitoso, a continencia. Varias tunas, academicas e civis, andaram em toques pelas ruas, de instrumentos de corda."

Túlio foi desde sempre muito cedo dado à leitura, sendo durante muitos e muitos anos o mais assíduo leitor da Biblioteca Pública de Évora.

Lia muito, trabalhava e escrevia. E conversava muito, tinha o *dom* da conversação, era um comunicador nato. Tinha uma predilecção muito especial por se passear pelas ruas de Évora e de conversar com pessoas suas conhecidas – e quantos eram os seus conhecidos!...

Para onde quer que fosse levava sempre um livro.

Desde a mais tenra juventude que lia o que lhe vinha parar às mãos, indistintamente a princípio, pois que não possuía uma formação académica, criteriosamente, uns anos mais tarde. Assim, foi a pulso que constituiu um leque muito variado de conhecimentos, criando por ele próprio uma enciclopédica formação de autodidacta nas áreas da História, da Arte e da Cultura. Possuidor de uma memória prodigiosa, Túlio Espanca foi organizando a matéria prima que, em estado bruto, tinha à sua volta e que esteve na origem de uma obra única e imprescindível para todo o estudioso da História de Évora e do Alentejo.

No ano de 1930, com a idade de 17 anos, Túlio Espanca organizou num caderno, manuscrito em folhas quadriculadas e a lápis, um conjunto de textos de sua autoria a que daria o nome de “Arte e História / Évora / Curiosidades Antigas que desaparecem”. Incluindo ainda um pequeno estudo sobre a “*Mui Nobre e Leal Família Espanca*”.

Descreve ele nesse seu escrito de juventude *Algumas Notícias de 1929*, vários edifícios ou partes de edifícios que nesse ano foram demolidos e ou modificados. Na última parte do documento, Túlio Espanca apresenta um pequeno estudo sobre a origem do apelido Espanca. [Ver anexo I]

Este conjunto de notícias que Túlio Espanca nos fez chegar insere-se no conceito que muitos anos depois o Prof. Vitor Serrão viria a trabalhar denominando-o como “Cripto História da Arte”:

«O conceito de Cripto-História da Arte, ou seja, o reforço do testemunho memorial com recurso à ‘obra de arte morta’, e com novo ênfase ao papel do ‘fragmento’ e do ‘índicio’ como parcela de unidades perdidas; o conceito ajuda a alargar a visão do Património remanescente aduzindo-lhe a memória e o testemunho daquele que, devido a cataclismos ou à inciúria, já desapareceu – sem que tenha deixado de fazer parte integrante de um tecido que urge reconstituir como testemunho integral de identidades. É por isso que o fragmento (a obra parcialmente destruída, ou deslocada, ou refeita) é uma fonte essencial de reconstituição das correntes evolutivas do património e das artes, assume hoje uma grande importância para uma política de gestão integrada e integral do nosso Património.»

[Vítor Serrão, in O PATRIMÓNIO COMO OPORTUNIDADE E DESÍGNIO. CIÊNCIA, SOCIEDADE E CULTURA CONFERÊNCIA 1: PATRIMÓNIO E HISTÓRIA DA ARTE, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios
^ – Univ. Coimbra, 18 de Abril de 2009.]

O gosto pelos livros e pelas *velharias* provinha-lhe, como Túlio Espanca não se cansava de referir, de seu tio João Maria Espanca, antiquário em Vila Viçosa, e pai de Florbela Espanca. Esse seu tio, João Maria, possuía uma pequena biblioteca; emprestava-lhe livros que Túlio *devorava*, estudando principalmente os temas ligados à História e à Arte. Era, de facto, a seu tio que atribuía toda a sua apetência para a escrita e para a História da Arte.

Dele disse Túlio Espanca:

«Era um homem ímpar, um erudito. Foi ele que introduziu o cinema no Alentejo, montando a primeira sala de projecções. Foi um grande fotógrafo dos fins do século passado, o padroeiro da banda de Vila Viçosa, e ainda pintor “naif”...»

3. Os Anos do Despertar

No dia 16 de Dezembro de 1935, a propósito das suas influências literárias, Túlio Espanca escreve no seu “Diário”:

«Muito jovem ainda, naquela infância que as leituras romanescas de Conan-
-Coyle, Arnoud Galopim ou Michél Zévaco, nos prendem completamente, nos
ofuscaram os sentidos e o nosso maior prazer é antegosar a imitação dos heróis
semi-deuses d’aqueles obras, tentei rivalizar Passavant, Francinett ou Sherlok
Holmes, realizando apuradas peregrinações sob aguaceiros medonhos, in-
cursões nocturnas em locais perigosíssimos, penetrações em Conventos,
egrejas, fortes, escaladas arriscadas e lutas titanicas para o triunfo coroar de
glória a missão que propuzéra cumprir. / Almas românticas existem poucas e,
eu, sonhador plumítico [Nota: quereria Túlio Espanca dizer platónico?], ado-
rador coerente do belo, da virtude, da natureza inteira, como protésto de dedi-

cação amiga, aos leais companheiros que me auxiliaram nesta historia salutar e culta "o térmo será ambiguo, contudo é a expressão pura da verdade", aqui lhes deixo tributado o meu reconhecimento.

Túlio Espanca»

Em 1931, a 25 de Fevereiro, Túlio Espanca assentou praça no Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1, em Évora (aquadramento junto à Praça 1.º de Maio), como voluntário. Abandonou a vida militar em 1933, tendo sido licenciado como cabo condutor. Durante a permanência nas fileiras, além de desenvolver a profissão de barbeiro, tornando-se *oficial* na arte, desenvolveu uma vocação muito particular, a do desenho. Tendo sido notada esta habilidade por oficiais seus superiores, foi convidado a decorar com pinturas e desenhos as paredes da Bateria n.º 1, com acontecimentos guerreiros dos portugueses na Grande Guerra de 1914-1918.

"No quartel existia uma pequena biblioteca, onde fui consultar muitos livros. Entretanto conversava com os colegas sobre História e Arte. Curiosamente por causa disso, puseram-me uma alcunha... que até era lisonjeira... chamavam-me o Cabo Estilo. Eu só falava em estilos, em arquitectura, em arte, em poesia...".

[in "Ler e Aprender", Évora, 1988].

No dia 6 de Setembro de 1936, Túlio Espanca casou civilmente com Engrácia Maria de Oliveira Espanca. O casamento teve lugar na casa dos pais de Túlio, na Travessa dos Peneireiros, n.º 2 em Évora.

Nas «Memórias» de Túlio Espanca e referente a este acto, pode ler-se:

"Realisou-se o meu consorcio de amôr com Engracia Maria Quental d'Oliveira, na minha residencia, Travessa dos Peneireiros n.º 2. Efectuou o acto o oficial do Registo Civil sr. Carneiro Fialho, apadrinhando meu irmão Demostenes, Mário Jacinto Machado e D. Celeste Teixeira Alves.

Cerimonia num cunho acentuadamente familiar, apenas compareceram meus pais, irmãos (com excepção do Socrates que fôra a Montemôr cumprir um contrato de trabalho), a mãe dela, o irmão mais novo Jerónimo e a formosa Maria Luisa Alves de Castro.

Após o tradicional cópo d'água, o Demostenes fotografou-nos no ridente jardim de Diana, sendo o jantar na mais franca harmonia."

Em 1939, associou-se no Grupo Pro-Évora (sócio n.º 265, com a quotização mensal de 1\$00 – em 1993 era o sócio n.º 37) e inscreveu-se nesse mesmo ano no I Curso de Cicerones, organizado por esta Associação, para dar resposta às inúmeras solicitações que chegavam ao Grupo para mostrar as riquezas patrimoniais de Évora a visitantes nacionais e estrangeiros. Túlio Espanca foi o primeiro classificado. Esta frequência no Curso de Cicerones iria mudar decisivamente a sua vida e a sua orientação e vocação profissionais.

Túlio Espanca exerceu, até 1940, a profissão de oficial de barbeiro, na Barbearia A. Marques e Irmão situada na Praça do Giraldo n.º 60 em Évora.

Dizia-nos ele:

"Eu tinha um grupo de clientes (professores e outros), que esperavam na barbearia para irem para a minha cadeira. Ora eu era o pior de todos e não percebia porque todos queriam ir para a minha cadeira, até que um dia me disseram 'é que é raro ouvir um barbeiro falar das coisas que você fala. Normalmente, falam de escândalos, boatos, mortes e você fala de arquitetura, de arte e de história'." ...".

[in "Ler e Aprender", Évora, 1988].

Como exemplo do seu conhecimento profundíssimo sobre a história de Évora, passo a referir uma descrição que, na *Conta-Corrente*, faz Vergílio Ferreira sobre um episódio passado em Évora, acerca da erudição famosa de Túlio Espanca:

«(...). Há lá em Évora o Sr. Espanca, homem erudito das coisas eborenses que jamais deixou sem resposta uma pergunta que lhe fizéssemos. Um dia, li na Fénix Renascida (4 volumes) do século XVII uma referência aos excelentes vinhos de Évora. Como no meu tempo não havia lá vinhos, caí na imprudência de falar no caso ao Sr. Espanca. O que eu fui dizer. Inundou-me de tal forma sobre os vinhos que ali houve outrora, que ao fim da explicação eu já me sentia quase bêbado. A gente interrogava-o sobre uma pedra mais destacada de uma rua ou viela e ele tinha logo uma informação abundante que metia reis e batalhas e servidores subalternos em torno da pedra em questão. Nós sonhámos o sonho impossível de o encavacarmos com uma pergunta impertinente a que não soubesse responder. Até que um dia o Infante lhe pôs esta questão:

– Senhor Espanca: qual é a diferença entre as arruelas e os besantes? São duas rodelas, dizia, absolutamente iguais com o feitio de queijinhos de cabra. Espanca encordoou. Não sabia. Foi um dia glorioso para nós. Espanca, afinal, não era em tudo divino. Tinha as suas ignorâncias mortais.»

[Vergílio Ferreira, in «Conta-Corrente – 3», Livraria Bertrand, Lisboa, 1983 (passagem referente ao ano de 1981 – 15 de Março (domingo), às págs.277-278).]

4. O Cicerone Municipal

Em 1940, no dia 15 de Julho, Túlio Espanca iniciou funções, como Guia-Intérprete, nos Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Évora. O Vereador da Câmara Municipal de Évora e Presidente da Comissão Municipal de Turismo, Dr. António Bartolomeu Gromicho, tinha convidado Túlio Espanca para preencher o lugar de Guia-Intérprete, cargo que se encontrava livre.

Do “Diário” de Túlio Espanca, referindo-se ao período entre os dias 6 e 15 de Julho desse ano, é retirado o seguinte depoimento:

“Por proposta do sr. Presidente da Comissão Municipal de Turismo, Honório Costa e com o apoio unânime dos restantes membros da Comissão, Ex.^{mos} Srs. Dr. Felicio Caeiro, dr. Lopes da Silva, Antonio Cabral, Antonio Borges Barreto e Basílio da Costa Oliveira, foi apresentada em Sessão Camararia, a minha candidatura para o lugar de Guia Interprete e Cicerone da Comissão de Inicativa.

Aceite a nomeação, fui empossado na tarde de 15 do mesmo mês, no gabinete do Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara, eng. Miguel Soares. Leu, como é habito, o compromisso de honra e a eleição, o secretario da dita Câmara sr. dr. Lopes Dias, tendo por testemunhas os funcionários públicos snrs. Coêlho e Vilão.”

No mesmo ano de 1940, no dia 16 de Julho, em artigo publicado no *Notícias d’Évora*, com o título “Comissão Municipal de Turismo”, pode ler-se:

“Foi nomeado cicerone da Comissão Municipal de Turismo, de Évora, o sr. Túlio Espanca, um dos melhores classificados no curso de cicerones, organizado pelo Grupo Pro-Évora e a quem foi atribuído o prémio pecuniário de [150\$00] instituído pelo sr. dr. Mac-Brid. / Estamos certos que os turistas encontrarão em Túlio Espanca um bom guia turístico.”

Esta brilhante classificação no Curso de Cicerones teve como consequência imediata o convite para colaborar com um trabalho de sua autoria no semanário *O Arraiolense*. Aceitou e fez publicar entre Junho e Novembro do ano de 1939, oito artigos sob o título genérico de “*Breve descrição Histórica de Vila Viçosa*”. [Ver Anexo II] Foram as primeiras publicações que há notícia escritas através da pena de Túlio Espanca em publicações periódicas.

Ainda durante o ano de 1940, dos “Diários” de Túlio Espanca, referindo-se aos dias 4, 5 e 6 Setembro:

“Estagiei em Lisboa com destino única e exclusivamente à Exposição Histórica do Mundo Portuguez que visitei detalhadamente. Visitei também os museus de S. Roque e famosa capela de S. João Batista, na igreja, o de arte sacra de São Nicolau; dos Côches; Sé depois do restauro românic; Mosteiro dos Jerónimos, etc, etc.”

Em 1942, por ofício datado de 30 de Outubro, dirigido ao Ex.^{mo} Senhor Director Geral de Administração Política e Civil, o Presidente da Câmara Municipal de Évora, Dr. Miguel Rodrigues Bastos procura regularizar a situação do funcionário guia-intérprete Túlio Espanca. Aí se refere:

A Câmara Municipal de Évora ha muito necessitava ter nos seus serviços de turismo uma pessoa que aliasse a uma bôa apresentação um certo grau de cultura, afim de poder desempenhar as funções de guia interprete. Numa cidade como Évora a existencia de um funcionário desta categoria foi jul-

gada imprescindível e procedeu-se á escolha da pessoa que poderia, com agrado, desempenhar-se do logar em que ia ser investido. Essa escolha recaiu no primeiro classificado no curso de cicerones – iniciativa que com brilho vem sendo mantida pelo valoroso grupo Pró-Évora.

Decorria o ano de 1962 quando o folheto de divulgação turística editado pela Comissão Municipal de Turismo de Évora foi galardoado com um Troféu S.N.I. – Secretariado Nacional de Informação (da autoria de António Duarte, 1961) – “Prémio Melhor Desdobrável 1962”. Este folheto cujo design foi da autoria de Lima de Freitas, teve o texto e a orientação de Túlio Espanca.

Também as visitas guiadas por Túlio Espanca tiveram lugar e muito êxito em Vila Viçosa, organizadas pelo Centro Cultural Popular “Bento de Jesus Caraça”, noticiadas pelo jornalista eborense Silva Godinho e publicadas no diário “Notícias de Évora” [Ver Anexo III].

5. O Editor

No ano de 1942, Túlio Espanca foi nomeado editor do primeiro número do Boletim da Comissão Municipal de Turismo, *A Cidade de Évora*, que durante os cinquenta anos seguintes ele acompanharia e assumiria ininterruptamente, zelando pela sua regularidade e alta qualidade, e que prontamente alcançou um prestígio de primeira grandeza no panorama das letras, artes e história nacionais, pelos estudos nele publicados.

Em 1943, em Março, no segundo número do Boletim “A Cidade de Évora”, Túlio Espanca faz publicar um dos seus primeiros grandes trabalhos: “*As pinturas da catedral de Évora em 1537 e o Retábulo flamengo da capela do Esporão*”.

Já em 1944, no dia 22 de Outubro é publicado no “Notícias d’Évora” um artigo da autoria do Dr. Celestino David intitulado “Um Novo Prometedor – Efeitos da acção Pró-Évora”, em que refere:

«Os escritos deste moço, deixando prever que ele teria, no futuro, melhor actuação e melhores produções, apuradas que fossem as boas qualidades que possuía, precederam alguns trabalhos aparecidos no Boletim “A Cidade de Évora”, dos quais, o último, agora publicado em separata de simpático arranjo gráfico, marca um passo adeante no valimento de autor.

“*As pinturas da catedral de Évora em 1537 e o Retábulo flamengo da capela do Esporão*”, plaque devida a Túlio Espanca, é a revelação dum trabalhador paciente e de um estudioso animado de boa vontade, que muito nos promete e em quem há que saudar um daqueles que, compreendendo a iniciativa do Curso de cicerones, em boa hora criado e felizmente mantido pelo grupo Pro-Évora, fizeram esse curso com brilho e indiscutível proveito da cidade”.

[Celestino David – “Um novo prometedor – Efeitos da acção Pro-Évora” in “Notícias de Évora”, 22 de Outubro de 1944.]

Desde 1944 até ao ano de 1987, Túlio Espanca faz publicar, trinta e sete *Cadernos de História e Arte Eborense*, separatas dos seus estudos aparecidos nas páginas de *A Cidade de Évora*.

Diz-nos Túlio Espanca:

*"(...) quando da fundação ou criação do boletim "A Cidade de Évora", tiveram intervenção profunda e fundamentalmente o director e reitor do Liceu, dr. Bartolomeu Gromicho, director do Grupo Pro-Évora, o dr. Celestino David, escritor e poeta como nós todos conhecemos, vogal do turismo e secretário-geral do Governo Civil, Joaquim Câmara Manuel, também investigador de certo mérito, também vereador, e esses três foram os criadores do Boletim "A Cidade de Évora" simultaneamente à minha pessoa. Fizeram-se reuniões na Câmara com a ideia de fundação de um Boletim com aquelas características, mais ou menos, e começaram depois as dificuldades da sua sustentação. O título foi dado pelo dr. António Bartolomeu Gromicho, que era vereador, portanto efémero, os outros eram vogais de uma comissão, efêmeros, e então apontaram-me o dedo e disseram-me: "Aqui o Túlio Espanca pode ser o editor". Eu já tinha publicado vários trabalhos ligeiros no *Notícias d'Évora* (eu comecei a escrever em 1939 no *Arraiolense*, uma memória...mas depois em 1941-42 criei uma secção, "Évora de Antanho", no 'Notícias d'Évora', que teve um certo interesse e tocava realmente assuntos preciosos para a cultura e que se prolongou. Esse grupo dos quatro, são sempre os quatro, aparecem como detentores dos títulos e da colaboração, ficámos incumbidos de contactar diferentes colaboradores.*

E então a Câmara faz a seguinte sugestão: temos director, temos colaboradores, mas temos que ter um editor. O que a Câmara não pode ser é editora, tem que ser uma entidade, uma pessoa. Aqui o Espanca parece reunir condições pelo que já publicou (isto aqui é elogio à minha pessoa), pode ficar como editor porque o editor não é para substituir todos os anos ou de dois em dois ou de três a três anos, que são as periodicidades das Câmaras, do Turismo. Fui nomeado editor da publicação e caiu sobre mim toda a responsabilidade, porque o editor pode ser realmente perpétuo.
(...)."

[in "O Giraldo", Ano IV, n.º 78, pág. 10, Évora, Outubro de 1990
(entrevista de Dr. Afonso de Carvalho com Túlio Espanca)]

Também sobre a sua terra natal, Vila Viçosa, Túlio Espanca fez publicar alguns estudos notáveis. [Ver Anexo IV]

6. O Investigador

Em relação a esta importante faceta de Túlio Espanca deixo um depoimento do Prof. Vitor Serrão, que durante anos o acompanhou nos seus trabalhos e investigações sobre História da Arte:

«A forte personalidade de Espanca é conhecida de todos quantos hoje em dia, estudam e comungam os valores patrimoniais portugueses, sequenciais de idênticas preocupações de rastreio em globalidade. À matriz da sua obra científica, que abrange duas centenas de títulos, e que o tornam no maior especialista da História da Arte alentejana, aliava uma alma generosa, sensível, um discurso luminoso, não apenas dentro de uma perspectiva «elitista» para académicos e demais estudiosos, mas como uma globalidade de testemunhos multiformes, todos eles vivos e perenes e, portanto, dignos da maior atenção dos estudiosos. Espanca era, indiscutivelmente, historiador de arte de invulgar craveira e rigorismo científico, pois à metodologia da pesquisa aliava uma rara sensibilidade de percepção do facto artístico, e por isso a sua marca pedagógica e metodológica influiu em muitos dos mais jovens investigadores, assim como a sua obra monumental sobre o Alentejo (visionada como espaço histórico e vivencial coerente e não como um mero conjunto de monumentos regionais importantes) se assume como marco de consulta insubstituível. Não foi um mero investigador esforçado nem um mero historiógrafo de âmbito regional (apesar de assim ter sido considerado por alguns mediocres da nossa praça, em opiniões redutoras e injustas, devidas decerto ao facto de ter tido uma origem humilde, um estatuto autodidacta, e uma postura de resistente).

(...).»

[Vítor Serrão, “A propósito de desaparecimento dos historiadores de arte Túlio Espanca e Adriano de Gusmão”, in «Vértice», Ed. Caminho, Novembro-Dezembro, n.º 93, II Série, Lisboa, 1994 (pág. 90)]

7. O Reconhecimento Público

No decorrer do primeiro semestre de 1949 e por iniciativa do Presidente da Câmara Municipal de Évora, Eng.º Henrique da Fonseca Chaves, Túlio Espanca foi nomeado Conservador dos Monumentos Nacionais do Distrito de Évora, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 36.698 de 29 de Dezembro de 1947, feito publicar no *Diário do Governo* pela Direcção Geral da Fazenda Pública.

A partir de 1949, Túlio Espanca publica diversos Guias sobre a cidade e a região; é solicitado para colaborar em dezenas de jornais e revistas regionais; promove visitas guiadas para milhares de turistas visitantes da cidade; organiza várias séries de Visitas Guiadas aos monumentos, primeiro da Cidade e logo após do Distrito de Évora; é ele o guia privilegiado que acompanha monarcas, presidentes de República e outras altas individualidades que visitam Évora; foi ele que concebeu e organizou dezenas de Exposições históricamente-artísticas; é a ele que estudantes, investigadores e curiosos se dirigem quando pretendem informações sobre qualquer assunto de Arte e História de Évora e do Alentejo. É um nunca mais acabar de situações que este homem notável acompanhou durante mais de meio século, com uma total e desinteressada dedicação à cidade de Évora e ao Alentejo.

Em 29 de Maio de 1982 foi Túlio Espanca contemplado com o *Prémio Europeu da Conservação dos Monumentos Históricos*, da Fundação F.V.S. de Hamburgo, pela actividade desenvolvida durante quarenta anos em favor da preservação dos monumentos e cidades do Alentejo.

Quando o informaram da atribuição do Prémio, Túlio Espanca considerou-o mais como uma homenagem à Cidade de Évora do que à sua própria pessoa, revelando a sua modéstia e o seu amor pela terra adoptiva.

A concessão deste Prémio Europeu para a Defesa dos Monumentos Históricos foi considerada como uma prova de que a nível internacional Túlio Espanca era tido como um entre os melhores no seu campo de investigação e de intervenção.

A Academia Nacional de Belas-Artes, reconheceu, em 1982, o grande valor de Túlio Espanca, tendo-o nomeado e homenageado com uma Medalha de Mérito. Ainda em 1982, a Câmara Municipal de Évora agraciou-o com a Medalha de Ouro da Cidade. Neste mesmo ano, o Presidente da República concedeu-lhe a honrosa condecoração de Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada. Finalmente a Universidade de Évora atribui-lhe o grau académico de Doutor *Honoris Causa* em 1 de Novembro de 1990. Foi o reconhecimento da academia universitária eborense do mérito cultural de Túlio Espanca, o qual dedicou toda a sua vida a ler e a investigar nas bibliotecas e arquivos, assim como igualmente protagonizou um intensíssimo trabalho de campo, em que o objecto privilegiado da sua dedicação foi a história artística e cultural da cidade de Évora e do Alentejo. Este Doutoramento, foi conferido pelo Senado da Universidade eborense na área científica de *História da Cultura Portuguesa*.

Já em 1997, no dia 27 de Setembro, Túlio Espanca foi homenageado no Dia Mundial do Turismo, na cidade do Porto, por proposta da Região de Turismo de Évora, tendo-lhe sido atribuída, a título póstumo, a Medalha de Mérito Turístico.

O mais recente reconhecimento público a Túlio Espanca, ocorreu em Vila Viçosa, no dia 11 de Maio de 2013, aquando das Comemorações do Centenário do seu nascimento, em que foi postumamente agraciado com a Medalha de Praça do Município de Vila Viçosa pelas mãos do seu Presidente, Eng.^o Luís Caldeirinha Roma, em sessão solene no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

8. O Cidadão

Poderá muito justamente dizer-se que Túlio Espanca foi o Autor que mais contribuiu para a divulgação do Património Cultural de Évora e do Alentejo.

A par de ilustres figuras tais como Joaquim Augusto Câmara Manuel, Armando Nobre de Gusmão, Jerónimo de Alcântara Guerreiro, Júlio César Baptista, José Filipe Mendeiros, Mário Tavares Chicó, João António Rosa, Manuel Carvalho Moniz, António Silva Godinho, Celestino David, Henrique da Silva Louro, António Bartolomeu Gromicho, José Pires Gonçalves, Joaquim Francisco Torrinha, Manuel Inácio Pestana e muitos outros que seria fastidioso citar,

Túlio Espanca destacou-se como sendo um erudito local, seu contemporâneo, e que desempenhou um papel fundamental na procura e na caracterização de uma imagem para Évora e para o Alentejo, nomeadamente a partir dos anos de 1940, altura em que inicia o trabalho como guia intérprete na Comissão Municipal de Turismo, e altura em que trabalha os Arquivos Históricos da Câmara Municipal de Évora, realizando um hercúleo trabalho de sistematização, leitura e inventariação de documentos históricos que lhe viriam a permitir compreender e trabalhar na sua globalidade a História da Cidade.

Refere-se-lhe o Prof. Dr. Vítor Serrão: «*Túlio Espanca foi um dos grandes historiadores da arte portuguesa de sempre, o nosso mais acertado inventariante do acervo patrimonial, e grande homem dos valores do espírito e da cultura viva.*»

[in “A Cidade de Évora”, II Série, N.º 1, 1994-95, pág. 39]

Haverá que continuar a estudar e a trabalhar a personalidade e a Obra de Túlio Espanca, figura ímpar da nossa Memória e da nossa História, responsável pela desocultação e posterior publicação e divulgação de incontáveis documentos, de factos históricos, de memórias há muito esquecidas, verdadeiro *operário da escrita* e co-responsável pela preservação da Cidade de Évora, das suas ambiências histórico-culturais, a par com o Grupo Pro-Évora e o Município Eborense, cujo corolário foi a Classificação de Évora como Património Mundial per a UNESCO em 25 de Novembro de 1986.

Túlio Espanca deixou escrito nos seus “Diários”, importantes referências para conhecermos o ambiente sociocultural de Évora da primeira metade do século XX. Refiramos a existência de diversos cadernos datados entre 1930 e 1940, onde nos descreve as suas aventuras juvenis; onde nos faz descrições de Évora, dos seus monumentos e, naquela altura, das suas ruínas...; onde nos apresenta em traços vividos as principais manifestações cívicas, públicas, militares e políticas do seu tempo. Faz-nos igualmente o retrato das suas relações familiares; dos seus namoricos; dos desportos e jogos que praticava; das suas viagens; descreve-nos os cinemas e os teatros, as festas e as romarias que presenciava e frequentava; fala-nos da sua vida como militar voluntário e como músico amador na Escola dos Amadores de Música Eborense. Tempos de intensas relações de sociabilidade.

Também Túlio Espanca escreveu sobre Vila Viçosa, nas suas “Memórias”, páginas de grande significado e carinho, como poderemos ler no Anexo V.

9. Túlio Espanca e Florbela Espanca

Túlio Espanca acompanhou com imensa ternura a obra de sua prima madrinha Florbela; considerava-a como um dos grandes vultos da Literatura Portuguesa contemporânea.

Diz-nos Túlio Espanca:

«(...).

Recordo-me bem de Florbela. Primeiro, como primo direito, tive muitos contactos com ela, sobretudo em Évora onde meu Tio João Maria Espanca alugou uma casa quando os filhos (o Apeles e a Florbela) vieram frequentar o Liceu. Casa que foi mantendo permanentemente mobilada de coisas antigas para negócio, pois que a sua principal ocupação era de antiquário. Ora eu, como já disse, vivia em Évora pelo que os contactos eram regulares.

(...).

Saltando um pouco no tempo, perto da morte de Florbela, já eu me apercebia da importância do seu nome literário; já conhecia os dois livros então publicados (*Livro de Mágicas e Soror Saudade*). Ia regularmente a casa de meu tio que entretanto tinha mudado para a Rua João de Deus. Recordo-me perfeitamente da dificuldade que Florbela tinha em dormir; já nessa altura tomava verenal com muita regularidade, por conselho do próprio marido.

Nesse período, estando ela sem a companhia do marido – que havia ficado em Matosinhos – lembro-me muito bem de ela estar a ler ao Pai e à Madrasta (*Henriqueta de Almeida Espanca*), estando eu presente e outras pessoas, alguns dos Sonetos que foram mais tarde incorporados na “Charneca em Flor”. Ainda recordo – e é curioso que nunca me esqueci – de ela o ter dedicado à Janela do Garcia de Resende.

Aliás, dessa altura sensivelmente, evoco um episódio engraçado. Ainda que jovem, eu tinha as minhas pretensões a literato. Então escrevinhava uns livrinhos manuscritos infantis. Agarrei um que tinha sido preparado um dia antes e que era todo ilustrado e iluminado a tintas de anelina com várias cores e então trouxe um exemplar: – “O Pipocas n.º 1”. Ofereci-o á Florbela Espanca. Era a minha homenagem. Quando ela leu o título gostou, Porém, ao ler o subtítulo – Pipocas, revista infantil ilustrada, escrita e composta por Túlio Espanca, o mais jovem romancista Português – achou muita graça e disse: – “está muito bem, modéstia à parte; então este vou guardá-lo com muita ternura”.

(...).»

[in “Há tanta ideia perdida”/Suplemento, Vila Viçosa,
4 de Dezembro de 1981 (págs. I e II)]

10. Depoimentos de várias personalidades sobre Túlio Espanca

«E assim, pedra a pedra, Túlio Espanca foi construindo os robustos alicerces do que viria a ser o seu monumental edifício, erguido numa escala nacional – o Inventário Artístico do concelho e distrito de Évora, (...) o coroamento de uma vida dedicada ao estudo dos valores culturais da cidade que o autor conhece como ninguém, tal a envergadura do trabalho assumido e executado. (...).» –

[Adriano de Gusmão, in “Belas Artes” – Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes, 3.ª Série, N.º 1, Lisboa, 1979. Lisboa (págs.107-109)]

«A passagem de Túlio, com a qual, infantilmente, não me conformo, deixava-nos um hiato horrível, escuro e árido, que dificilmente será preenchido não só porque se perdeu uma fonte de água límpida, onde se iam colher ensinamentos que deliciavam o nosso sentimento estético, como também se desatou o nó de uma amizade transparente e acalentadora, de um Homem que o soube ser com H grande, desde o começo até ao final da estrada da vida que lhe calhou em sorte viver. (...).»

[Joaquim Torrinha, in “Callipole”, N.º 2, 1994,
Revista de Cultura da Câmara Municipal de Vila Viçosa]

«A obra de Túlio Espanca, transmitida oralmente e por escrito, já não é pertença exclusiva sua. Pertence à história e, com a cidade, cuja grandeza canta, é património mundial. (...).»

[Joaquim Chorão Lavajo, *Laudatio de Túlio Alberto da Rocha Espanca*,
Doutoramento *Honoris Causa* de Túlio Espanca, na Universidade de Évora,
em 1 de Novembro de 1990]

«Era um homem muito sereno, de porte elegante e fino. Lembro-me que as pessoas o olhavam na rua com aquela deferência e admiração que se devem às figuras portadoras de nobreza de carácter e na quais adivinhámos um saber secreto e antigo. Nos últimos anos, o seu ar patriarcal e o facto de ser conhecido até das massas, faziam com que fosse olhado com ternura, reconhecimento e amizade.»

[Apeles Espanca – texto inédito, 18 de Maio de 1993]

«A necessidade de pensar a cidade, de a compreender ainda hoje como lugar de convivência, de entendimento da natureza social e humana, modo de conjugar a praxis com a poiesis, defesa dos valores da urbanidade, todos estes pressupostos contribuem para a afirmação de uma obra que em Túlio Espanca encontra uma vida para lhe dar corpo.»

[Celestino Froes David – “O homem, a obra e a cidade” in “A Cidade de Évora”, N.º 1, 2.ª Série, Ed. Câmara Municipal de Évora, 1994-95]

«O nosso guia em Évora não poderia ser mais completo: o Sr. Túlio Espanca. Irmão de Florbela Espanca, a portuguesíssima Florbela dos ‘olhos buscando os teus por toda a parte’, de quem se vê, numa das praças de Évora, um busto: obra do escultor Diogo de Macedo. Túlio é o irmão mais moço da já imortal Florbela. Não há valor ou aspecto da cidade a que seja estranho. Tanto sabe informar-nos sobre o que a arquitectura tem de mais grandioso quanto sobre o que a arte do doce guarda de mais miúdo.»

[Gilberto Freyre, in “Aventura de Rotina: Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção”,
Ed. Livros do Brasil, Lisboa, 1953]

«Houve já quem acusasse Túlio Espanca de anticlerical, por lamentar nas suas visitas a igrejas monumentais ou declaradas imóveis de interesse público a falta de cuidado, o desleixo e até a venda de peças religiosas das igrejas. Afinal não fazia mais do que lamentar a falta de cumprimento das leis canónicas, que responsabilizam os párocos e reitores de igrejas, pela conservação, defesa e salvaguarda do património eclesiástico, e proíbem a venda ou transacção de qualquer obra de arte religiosa ou até qualquer peças das igrejas sem licença do Prelado.»

[José Filipe Mendeiros, in “A Cidade de Évora”, N.º 1, 2.ª Série, 1994-95]

«Homem de discurso fluente e luminoso, Túlio Espanca encantava com a mais rigorosa lição ou com a mais ligeira história da História, os mais exigentes auditórios, o mais humilde dos ouvintes. Túlio Espanca sabia fazer isso porque era um sábio de muitos saberes, porque era um homem do povo, de trato afável e despretencioso. (...).»

[Manuel Branco – Maio 1993, texto inédito lido no Congresso sobre o Alentejo]

«Ainda de bibe e calção, conheci Túlio Espanca e tornei-me seu amigo. Já lá vão bastantes anos! Ele é historiógrafo. Primo direito da grande poetisa Florbela, mas isso não o faz assumir-se numa posição distante em frente dos outros. Trabalhou toda a vida. Já foi condecorado. Creio que ambos almejamos a mesma coisa: um Alentejo com total autonomia administrativa e decisória, embora sob a bandeira de Portugal.»

[Antunes da Silva – Jornal I – Diário, Livros Horizonte, Coleção “Obras de Antunes da Silva”, n.º 8, Lisboa, 1987]

«Ele é a enciclopédia viva da cidade. Quer saber-se alguma coisa – alguma data, algum pormenor de palácio, seja o que for – por toda a parte o conselho é o mesmo: o sr. Túlio sabe. (...) Ele é a memória viva desta terra. (...).»

[Alice Vieira – in “Évora: viver o passado com os olhos do presente – 2”, “Diário de Notícias” (Reportagem), Lisboa, 2 de Fevereiro de 1987]

«O presente volume é o sétimo do Inventário Artístico de Portugal. Abrange o Concelho de Évora compreendendo a própria cidade, e constitui uma contribuição essencial para o cadastro do património artístico dum dos focos mais notáveis e originais da arte portuguesa através dos séculos.»

[Reinaldo dos Santos, in “Preâmbulo” do “Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora”, VII, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1966]

«Há lá em Évora o Sr. Espanca, homem erudito das coisas eborenses que jamais deixou sem resposta uma pergunta que lhe fizéssemos. (...). A gente

interrogava-o sobre uma pedra mais destacada de uma rua ou viela e ele tinha logo uma informação abundante que metia reis e batalhas e servidores subalternos em torno da pedra em questão.»

[Vergílio Ferreira, in “Conta-Corrente”, n.º 3,
Livraria Bertrand, Lisboa,1983]

«De Túlio Espanca fica uma imagem de imorredoura candura e dignidade, uma imagem profundamente tolerante, espírito democrático de alma aberta e ternurenta, uma imagem pedagógica de contagiente informalidade...»

[Vítor Serrão, in “Apresentação” de Espanca, Túlio – ÉVORA, Col. “Cidades e Vilas de Portugal”, N.º 16, Editorial Presença, Lisboa 1993]

Conclusão

O caminho traçado por Túlio Espanca com tanto esforço, abnegação e sacrifício, para bem de todos os eborenses, calipolenses e alentejanos, não deverá nem poderá ser interrompido.

Cabe a nós aceitar o seu testemunho e o seu legado que tão generosamente nos deixou e persistirmos paciente e corajosamente na sua preservação.

Todas as palavras de homenagem que nos dias de hoje podermos proferir sobre Túlio Espanca serão insuficientes. Há que passar à acção, nomeadamente divulgando a sua obra imorredoura, assim como o seu exemplo de generosidade e abnegação, mesmo de sacrifício pessoal e familiar.

Podemos dizer que o que caracterizou principalmente Túlio Espanca foi a sua maneira de contar a História e de desocultar e interpretar a Arte, através do seu “olhar inteiro”, da sua perspicácia e do seu rigor, do seu espírito indagador e autenticamente científico.

Parafraseando a parábola bíblica, Túlio Espanca foi como aquela semente que caiu em solo extraordinariamente fértil e arável. Primeiramente em Vila Viçosa, mercê das suas origens familiares, e lembremos as figuras tão importantes para a sua formação interior – o Padre Joaquim Espanca (historiador), o seu tio João Maria Espanca (antiquário) e Florbela Espanca (poeta) –, e posteriormente em Évora, a sua terra de adopção, em que podemos a título de exemplo referir a importância do Grupo Pro-Évora, da Comissão Municipal de Turismo, da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, do Museu e de todas as personalidades responsáveis por estas instituições de cultura, que tiveram um importância decisiva no desenvolvimento da sua formação e personalidade.

Túlio Espanca devotou a sua vida à História e à Arte, só sendo possível esta entrega porque também o envolvimento familiar assim o propiciou e auxiliou. Não queria deixar de deixar expressa uma palavra de reconhecimento à sua esposa, D. Engrácia de Oliveira Espanca e aos seus filhos Apeles Gilberto, Florbela Cândida e Maria Joana, que o auxiliaram na sua empresa hercúlea e lhe permitiram, ao marido e ao Pai, uma paz de espírito que forneceu a Túlio

Espanca aquela disponibilidade mental, psicológica e espiritual (que muitos de nós ainda conheceram) e que por sua vez lhe facilitou crescer em harmonia com os seus desígnios mais profundos e de ter sido quem foi. Um obrigado sincero e reconhecido a todos.

Para terminar gostaria tão só de citar uma afirmação do Prof. Joaquim Chorão Lavajo, na *Laudatio* de Túlio Alberto da Rocha Espanca na sessão solene do seu Doutoramento *Honoris Causa* na Universidade de Évora:

"A obra de Túlio Espanca, transmitida oralmente e por escrito, já não é pertença exclusiva sua. Pertence à história e, com a cidade, cuja grandeza canta, é património mundial."

ANEXOS

[Anexo I]

Arte e História / Évora / Curiosidades Antigas que desaparecem

Chaminé antiga – Em Novembro de 1929 foi derrubada a baixo uma velha fábrica de fundição, situada no Largo de S. Domingos, para a travessa do Calvário, onde se elevava uma altíssima chaminé de tijolo com a data de 1764, ao centro.

Pórtico derrubado – Em Março de 1929, passou por algumas reformas uma casa na quina da Rua dos Lagares, ao lado do mosteiro do Calvário sendo demolidas duas janelas antigas e o pórtico de igual formato ao do Largo Luís de Camões.

Cerca do Palácio Soure – Nos meses de Abril ou Maio, por ameaçar ruína, a Câmara de Évora, mandou derrubar a velha cerca do Palácio dos Condes de Soure, situada na Carreira do Menino Jesus, passando pelo mesmo tempo o Palácio por grandes reformas, instalando-se aí o comissariado da polícia.

Em Julho de 1930, foi demolida uma formosa casa do século dezoito, situada no Pátio Salema, que colava com a elegante arcada.

As Catacumbas – Existiam umas velhas casas no Largo de Alconchel, que nos princípios de 1930, foram demolidas, ficando soterrada a entrada das remotíssimas catacumbas subterrâneas eborenses, assim como um poço também comunicando com os buracos trágicos.

Cartucha – Em Maio de 1930, uma fáscia caiu no campanário do mosteiro da Cartuxa, caindo o campanário pequeno, com uma comprida cruz de ferro, ficando desfeitoso.

Páteo do Salema – Nos meses de Setembro e Outubro de 1930, no velho Largo do Salema, desenterraram-se dois arcos com varanda em cima e rodeado de colunas jónicas, dando um aspecto interessante e digno da antiguidade, merecendo a Câmara sinceros louvores pelas grandes obras de reedição em vários monumentos e igrejas eborenses.

Egreja da Misericórdia – Nos meados de Outubro deliberou-se a colocação do brasão de Portugal na fachada deteriorada da igreja da Misericórdia, onde antigamente estava, e fora arremegada abaixo em 1927, durante uma revolução militar em Lisboa, esborrando uma bomba, ali posta por anarquistas ou vandalsadores.

Porta d'Avis – Em começos de 1930, a centenária Porta Fernandina d'Avis, a única ainda existente dessa época, e a ermida colada de Nossa Senhora do Ó, foi bastante restaurada, por ameaçar ruína.

[Sobre o apelido Espanca] – Espanca era o apelido duma família burguesa já existente no tempo de D.João I. No ano de 1578, Jaime e Cristovão Espanca, respectivamente pae e filho, pertenciam ao exército colossal do jovem rei D. Sebastião. Morreram ambos na terrível batalha de Alcacer Quivir, sem deixarem descendência. Na época da dominação castelhana, Filipe II, deu em benesse a Nuno Passinha o apelido de Espanca, por este auxiliar o monarca em várias coisas desconhecidas.

Mui Nobre e Leal Família

Segundo afirmava o Padre Joaquim da Rocha, a nobre família dos Espancas foi creada no ano de 1604. Quando morreu, em 1896 deixou por dizer o nascimento da família, herdando importantes documentos sua mãe, que ainda vivia, juntamente a uma «harvore» com todas as biografias dos nossos antepassados, figurando também já João Maria e José da Rocha Espanca. O Padre Joaquim foi autor de vários livros históricos tais como: *A Porta dos Nós de Vila Viçosa*, *História de Vila Viçosa*, etc., e mais que eu não tenho conhecimento.

Joaquim da Rocha Espanca nasceu em Vila Viçosa, desconheço a data, e faleceu na mesma Vila em 1896. Só dito meus avôs porque para trás nada mais posso indicar, se não tivesse sucumbido tão depressa o primo do meu pae talvez que a «harvore» dos Espancas nos pertencesse a nós, portanto começo pelo tio do padre Joaquim, meu avô. José Maria Espanca nasceu em 1830, morreu a 11 de Abril de 1883. Tendo por mulher Joana Fortunata Pires que nasceu na Ourada em 11 de Novembro de 1830 e faleceu em Vila Viçosa no dia 5 de Dezembro de 1917. Tiveram dois filhos: João Maria, nasceu em 2 de Fevereiro do ano de 1866; José da Rocha, nasce no dia 12 de Dezembro de 1863.

João Espanca casou com D. Mariana Inglesa, de quem não teve filhos. Florbela, filha de Antónia Lobo, nascida a 8 de Dezembro de 1895, com enorme aptidão para os sonecos do qual conheço um de gram apreço (*Soror Saudade*). Apeles Demóstenes nascido na povoação dos seus maiores a 10 de Março de 1897. Com enorme jeito para o desenho, este malogrado mancebo, quando tirava o «brevet» de piloto aviador, foi-se despenhar com o seu hidroavião no Tejo, defronte da admirável jóia portuguesa, Torre de Belém. Morte desastrosa como a do heróico Sacadura Cabral, pois por mais buscas que se efectuassem no local do sinistro, não foi possível encontrar-se o corpo do meu primo. Infeliz rapaz que se matou tão jovem apenas com 30 anos, amargurados pelos infelizes amores que concentrou, a uma formosa criatura riquíssima, que faleceu de indissível e sarcástica doença em Lisboa. Desapareceu Apeles aos 6 de Junho de 1927. Em 1900, João Maria, que era divorciado da primeira mulher, juntou-se com Henriqueta Almeida, com quem casou, mais tarde. Nesse mesmo ano José da Rocha Espanca, juntou-se com Maria Rosa, de Santa Maria de Maxede. Em 27 de Setembro de 1903 nasceu Natal na cidade de Évora. Demóstenes Apeles nascido também em Évora a 1 de Abril do ano de 1908. Exímio desenhador, talvez venha a ter um futuro prometedor. A 1 de Novembro de 1920, nasceu Otelo em Vila Viçosa. A 8 de Maio do ano de 1913, nasceu na mesma habitação de Apeles Espanca, Túlio, também artista para desenho, história e arte monumental. Sócrates nascido na mesma casa na igual vila a 27 de Abril do ano de 1916. Na idade de 8 anos já este moço fazia engraçadíssimas caricaturas podendo aos treze anos, competir com muitos desenhistas do país.”

[Anexo II]

Artigos publicados no Jornal “O ARRAIOLENSE”:

ESPANCA, Túlio – Breve descrição histórica de Vila Viçosa – Período nebuloso da fundação da vila até ao Mestre d’Aviz, in “O Arraiolense”, 4.º Ano, N.º 166, Arraiolos, 30 de Junho de 1939.

ESPANCA, Túlio – Breve descrição histórica de Vila Viçosa – O fronteiro Alvaro Gonçalves e o Mestre de Aviz, in “O Arraiolense”, 4.º Ano, N.º 171, Arraiolos, 5 de Agosto de 1939.

ESPANCA, Túlio – Breve descrição histórica de Vila Viçosa – Misérias e esplendores dos Braganças. Da conquista de Azamôr à catástrofe de Alcacer-Kibir, in “O Arraiolense”, 4.º Ano, N.º 173, Arraiolos, 19 de Agosto de 1939.

ESPANCA, Túlio – Breve descrição histórica de Vila Viçosa – As fortificações quinhentistas. A catástrofe de Alcácer-Kibir. Rendição do castelo em 1580. Domínio Estrangeiro. Gloria e miséria de D. Duarte. Os tumultos de 1637, in “O Arraiolense”, 4.º Ano, N.º 174, Arraiolos, 23 de Setembro de 1939.

ESPANCA, Túlio – Breve descrição histórica de Vila Viçosa – A restauração Nacional. Origem da dinastia Brigantina. Invasões espanholas. Os novíssimos baluartes. Campanhas da Independência. O memorável assédio de 1665, in “O Arraiolense”, 4.º Ano, N.º 175, Arraiolos, 30 de Setembro de 1939.

ESPANCA, Túlio – Breve descrição histórica de Vila Viçosa – Vitoria de Montes Claros. Inauguração do Panteão Ducal. Visita de D. Catarina de Inglaterra. A Guerra da Sucessão. Pompas do rei Magnanimo. Insigne Colegiada de N.ª Sr.ª da Conceição. Época de D. José, in “O Arraiolense”, 4.º Ano, N.º 177, Arraiolos, 14 de Outubro de 1939.

ESPANCA, Túlio – Breve descrição histórica de Vila Viçosa – Atentado contra D. José. Vila Viçosa corte de D. João VI. Revolta contra o jugo Francês. Guerra Peninsular. Lutas Políticas, in “O Arraiolense”, 4.º Ano, N.º 179, Arraiolos, 28 de Outubro de 1939.

ESPANCA, Túlio – Breve descrição histórica de Vila Viçosa – O Regimem Liberal e decadencia de Vila Viçosa. Visitas Reais. Nova mas efemera gloria. O Regicídio. Biografias sucintas por ordem alfabética, in “O Arraiolense”, 4.º Ano, N.º 166, Arraiolos, 30 de Junho de 1939.

[Anexo III]

O CENTRO CULTURAL BENTO DE JESUS CARAÇA E VILA VIÇOSA
Silva Godinho

O Centro Cultural Popular Bento de Jesus Caraça, cuja existência constitui permanentemente homenagem a esse insigne calipolense, grande matemático e democrata português, ao tê-lo por patrono, vem, dizíamos, desenvolvendo meritória actividade que é de justiça realçar, tanto mais que tão prestimosa obra não se limita à terra onde se encontra instalada a sede – Vila Viçosa –, pois muitas das suas iniciativas visam o melhor conhecimento do Alentejo e das suas gentes e, de forma especial o dos artistas populares alentejanos.

Com efeito, para além de biblioteca, salas de estudo com cursos de alfabetização, publicação de livros e do jornal "Há Tantas Ideias Perdidas", defensor dos verdadeiros interesses de Vila Viçosa e seu termo, o Centro Cultural Popular Bento de Jesus Caraça tem ainda procurado divulgar, através de conferências e homenagens, a vida e obra dos mais ilustres filhos da Vila Museu, nomeadamente a poetisa Florbela Espanca e o pintor Henrique Pousão. No seu curto mas já brilhante historial regista iniciativas com grande projeção, como os Encontros de Poetas populares Alentejanos, a Feira do Barro de Vila Viçosa e os Encontros de Olaria do Alto Alentejo, certames que têm sido autênticas chamadas de atenção para as potencialidades artísticas de Vila Viçosa, terra até então praticamente só lembrada pelo seu famoso Palácio Ducal.

Mas, para além de tão intensa e diversificada actividade cultural a exigir muito esforço e tenacidade, nem sempre compreendidos, o Centro Cultural Popular Bento de Jesus Caraça deu início, na Primavera de 1982, a um programa de visitas guiadas, denominado "Passeios Culturais", com o propósito de dar melhor a conhecer Vila Viçosa, cuja importância política, social e artística foi bem notória até meados do séc. XVII e se revive hoje nos seus monumentos, vindo depois o declínio com a retirada para Lisboa dos duques de Bragança, por motivo da Revolução de 1640. Pelo seu interesse e ineditismo local, a avaliar pelo crescente número de interessados nas visitas, os Passeios Culturais constituem já um acontecimento anual, tanto mais que têm contado com a colaboração, como guia, do historiador e crítico de arte Túlio Espanca que, com reconhecida erudição, empresta vida e cor a cada obra de arte ao narrar o seu historial, o que faz de improviso e forma fluente e escorreita.

O 2.º Ciclo de Passeios Culturais, dividido em três ateliantes jornadas, teve início no dia 7 de Maio com visitas ao Convento de S. Francisco dos Capuchos e ermida de Santiago, encerrando no próximo dia 29 com programada visita à ermida de S. Bento.

Se o primeiro passeio guiado por Túlio Espanca foi atrativo em arte e convívio, como por certo será o terceiro e último, o segundo, realizado no dia 14 de Maio, alcançou idêntico interesse, mas teve a particularidade de, graças às diligências do Centro Bento de Jesus Caraça, fazer desafiar e franquear as portas do Convento de Santa Cruz, o que não se registava há anos segundo nos asseguraram muitos circunstantes já nada jovens e que, de certo modo ansiosos, nesse dia ali fizeram a sua inédita entrada. Acrescenta-se que o Convento de Santa Cruz, outrora tão vasto que a comunidade chegou a ser constituída por noventa religiosas, para além do seu interesse monumental e histórico, guarda e esconde aos olhos do mundo, na penumbra do silêncio sepulcral em que jaz esquecido, um — pasme-se! — notável e bem exposto museu de arte sacra que reúne — segundo Túlio Espanca — as melhores peças de ourivesaria existente no concelho. E, isto, num país em que tanto se fala da necessidade de atrair o turista...

Não obstante as dificuldades que defronta, o Centro Cultural Popular Bento de Jesus Caraça está prestando um importante contributo para o melhor conhecimento do valor monumental e artístico de Vila Viçosa, onde — recorde-se — não há apenas o Palácio e o Castelo para admirar.

Esperamos que este curioso movimento pró-Vila Viçosa não só seja compreendido pelas entidades competentes como por elas apoiado, para que se conjuguem esforços no sentido de tão monumental e histórica vila possa vir a ganhar novas atrações turísticas, bastando para já patentear algumas igrejas e conventos dignos de interesse e se encontra encerrados a sete chaves, entre os quais o convento de Santa Cruz e, como é óbvio, o seu admirável museu de arte sacra.

in Notícias de Évora, N.º 24.929, Évora, de 24 de Maio de 1983 (pág. 1).

[Anexo IV]

BIBLIOGRAFIA DE E SOBRE TÚLIO ESPANCA RELACIONADA COM VILA VIÇOSA

Revista “A CIDADE DE ÉVORA”

ESPANCA, Túlio – *Achegas iconográficas para a história da pintura mural no distrito de Évora: (...) Vila Viçosa – Ermida de S. João Baptista, Ermida de S. Domingos; Ermida de S. Bento*, in “A Cidade de Évora”, n.º 56 (Jan-Dez. 1973): 93, 107-112.

ESPANCA, Túlio – *Estudos Alentejanos: (...) José Francisco de Abreu, ilustre arquitecto do barroco alentejano; Igreja de Nossa Senhora da Lapa de Vila Viçosa; Hospital do Espírito Santo e Casa da Misericórdia da Vila Viçosa; Fontes e Chafarizes de Vila Viçosa; (...)*, in “A Cidade de Évora”, n.º 58 (Jan-Dez. 1975): 180-203.

ESPANCA, Túlio – *Evolução artística dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, Redondo e Borba*, in “A Cidade de Évora”, n.º 56 (Jan-Dez. 1973): 113-135.

ESPANCA, Túlio – *Figuras gradas e casario antigo dos arruamentos de Vila Viçosa*, in “A Cidade de Évora”, n.º 57 (Jan-Dez. 1974): 201-281.

ESPANCA, Túlio – *Mosteiros de Vila Viçosa*, in “A Cidade de Évora”, n.º 53-54 (Jan-Dez. 1970-71): 15-147.

ESPANCA, Túlio – *Notícia de quatro igrejas comendatárias da Ordem de Avis – (...) Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*, in “A Cidade de Évora”, n.º 55 (Jan-Dez. 1972): 173-174, 221-238.

ESPANCA, Túlio – *Nova Miscelânia: (...) Diário da viagem do Bispo de Beja D. Manuel do Cenáculo a Vila Viçosa, em 1785; (...)*, in “A Cidade de Évora”, n.º 63-64, Évora, 1980-81: 163-193.

“CADERNOS DE HISTÓRIA E ARTE EBORENSE”

(Separatas de “A Cidade de Évora”)

ESPANCA, Túlio – *Mosteiros de Vila Viçosa e Visitação da Catedral de Évora em 1537*, in “CADERNOS DE HISTÓRIA E ARTE EBORENSE”, XXVI, Évora, 1970.

ESPANCA, Túlio – *Casas Antigas de Évora – Supressão do Mosteiro de Santa Clara – Convento da Serra d’Ossa – Notícia de Quatro Igrejas Comendatárias da Ordem de Avis*, in “CADERNOS DE HISTÓRIA E ARTE EBORENSE”, XXVII, Évora, 1972.

ESPANCA, Túlio – *Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora – Achegas Iconográficas para a História da Pintura Mural no Distrito de Évora – Evolução Artística dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, Redondo e Borba – Vida, Morte e Ressurreição do Mosteiro de Santo António de Montemor-o-Novo*, in “CADERNOS DE HISTÓRIA E ARTE EBORENSE”, XXVIII, Évora, 1973.

ESPANCA, Túlio – *Destroçar do Mosteiro de Santa Mónica de Évora – A Comenda de Vera Cruz de Marmelar – Real Convento de S. Francisco de Estremoz – Figuras Gradadas e Casario Antigo dos Arruamentos de Vila Viçosa*, in “CADERNOS DE HISTÓRIA E ARTE EBORENSE”, XXIX, Évora, 1974

ESPANCA, Túlio – *Estudos Alentejanos, 1.ª Série*, in “CADERNOS DE HISTÓRIA E ARTE EBORENSE”, XXX, Évora, 1975.

OUTROS TEXTOS DE TÚLIO ESPANCA SOBRE VILA VIÇOSA

ESPANCA, Túlio – *Évora e o seu Distrito*, Ed. Livraria Nazareth, 1.^a Edição, Évora, 1959.

ESPANCA, Túlio – *Évora e o seu Distrito*, Ed. Livraria Nazareth, 2.^a Edição, Évora, 1967.

ESPANCA, Túlio – *Terras do Distrito de Évora*, Ed. (de 20 pagelas para apoio a Visitas Guiadas) pela Comissão Municipal de Turismo de Évora, Évora, 1969. (0–”O Distrito de Évora–Sua importância e originalidade na História da Arte Portuguesa”; 17–”Vila Viçosa, Solar da Padroeira”).

ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal, IX – Distrito de Évora – Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, (2 Volumes), Ed. Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1978.

ESPANCA, Túlio – *Pintura Mural do Alentejo*, in “Congresso sobre o Alentejo”, I (Actas, 1.^º Vol.), Évora, 1985 (págs.264-271).

ESPANCA, Túlio – *Vila Viçosa*, in “Jornal dos Primeiros Encontros de Poesia de Vila Viçosa”, N.^º 2, Vila Viçosa, Maio, 1984 (págs.1 e 4).

ESPANCA, Túlio – *José Francisco de Abreu, Mestre de Pedraria do Barroco Alentejano*, in “Actas” do III Congresso sobre o Alentejo/Semeando Novos Rumos, Elvas, 1989 (págs. 317-321).

ESPANCA, Túlio – José Francisco de Abreu, Mestre de Pedraria do Barroco Alentejano, in “Callipole”, Revista de Cultura, N.^º 1, Ed. Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1993 (págs.91-94).

ARTIGOS SOBRE VILA VIÇOSA EDITADOS POR TÚLIO ESPANCA NA “CIDADE DE ÉVORA” MAS NÃO DE SUA AUTORIA

LOURO, Henrique da Silva – *Inscrições sineiras dos Concelhos de Alandroal, Borba, Vila Viçosa e Reguengos de Monsaraz*, in “A Cidade de Évora”, n.^º 47 (Jan-Dez.1964): 29-42.

PESTANA, Manuel Inácio – *Movimento demográfico da Matriz de Vila Viçosa nos séculos XVI e XVII*, in “A Cidade de Évora”, n.^º 63-64 (1980-81): 285-302.

TORRINHA, Joaquim Francisco Soeiro – *Azulejaria antiga de Vila Viçosa (subsídios para a sua história)*, in “A Cidade de Évora”, n.^º 45-46 (Jan-Dez.1962-63): 113-137.

TORRINHA, Joaquim Francisco Soeiro – *Um notável boticário calipolense do século XVII (1665). [Manuel Gomes]*, in “A Cidade de Évora”, n.^º 61-62 (1978-79): 275-281.

ARTIGOS SOBRE TÚLIO ESPANCA EDITADOS EM VILA VIÇOSA (Revista “CALIPOLE”)

FAUSTINO, António Augusto Charrua – *Memória de Túlio Espanca*, in “Callipole”, Revista de Cultura, n.^º 2, Ed. Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1994 (págs.151-159).

TORRINHA, Joaquim – *Necrológio ao Doutor Túlio Espanca (no primeiro aniversário da sua morte – 1913-1993)*, in “Callipole”, Revista de Cultura, n.^º 2, Ed. Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1994 (págs. 257-258).

[Anexo V]

MEMÓRIAS DE TÚLIO ESPANCA SOBRE VILA VIÇOSA

1930
Dezembro

DIA 7. Domingo magnifico, indo Demostenes a Vila Viçosa assistir á tradicional festa ^a Nossa senhora da Conceição

Efemérides de 1932
Março

DIA 26. Visitei Vila Viçosa terra de minha naturalidade após uma ausencia de 14 anos.

Ano de 1935
Janeiro

DIA 6. Fui novamente a Vila Viçosa tirar uns clichés fotográficos de seus principais monumentos e visitar minha priminha namorada Ludovina d'Almeida. Meus tios, em virtude de uma chamada urgente tinham partido precipitadamente no dia anterior para a «Nóra», vasta propriedade no concelho de Borba, do sr. Luba [????], segundo marido da tia Carolina. Apropriei-me dum interessante album fotográfico começado pelo malogrado e saudoso primo Apéles, com assuntos artísticos de Portugal, África Ocidental e América do Sul «Brazil», monterias na Guiné, paisagens marroquinas, vistas de avião, perspetivas de bordo, o Grande Oceano; algumas jovens enamoradas do Apéles, etc., etc.; outros de alto interesse nacional: Batismo do «Santa Cruz» idroavião que gloriosamente terminou a imortal travessia do Atlântico, pelos heroicos portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral; o «Carvalho Araújo» conduzindo o aparelho, as recepções magnificentes no Rio de Janeiro, etc.

Abrial

DIA 28. Imponentissima peregrinação a Vila Viçosa onde passeei com o divino amôrzenho.

Setembro

DIA 8. Inicio das deslumbrante festevidades dos Capuchos de Vila Viçosa. Na camioneta da manhã entre a numerosa colónia de Calipolenses com residencia em Evora, eu, meus irmãos Socrates, Otelo que veio de licença da Amadôra e Demostenes, actualmente empregado na vila de Reguengos, seguimos para o veneravel torrão puéril que nos recebeu justamente engalanado com repiques de sinos, festança, cantares, musica e foguêtes.

As filarmónicas dos Amadôres d'Evora e do Alandroal, saudando o pôvo e os forasteiros, percorria as principais ruas, subindo-mos aos adarves da muralha fernandina junto á quadrangular Torre de Homenagem e ao torreão meio soterrado do Carracena Vélho. Visitei como de costume o épico castélo de D. Diniz, para olhar de longe, a velha Praça de Olivença tão vilmente esbulhada do nosso património territorial e, nos impropriamente chamados Pácos da Duquesa D. Leonor de Bragança, degolada pelo marido in-

famado D. Jaime II em flagrante adultério, admiramos os preparativos pirotécnicos do fôgo prêso para o arraial noturno.

Há noite as iluminações foram vistosas e os concertos agradaram.

Com o Manuel Afonso «O Néné» de Borba, passei um serão agradabilíssimo.

DIA 9. Prosseguiam os Capuchos que concluiram a 11 com um lindo fôgo de arteficio. Antes do almôço com o Otélo e Demostenes, tomei banho no lago dos Agostinhos, vestindo o ‘mailot’ que o Apéles usará ainda môço e, após a refeição aguardamos as filarmónicas de Almada e Municipal de Estremôz que no concerto disputaram rijamente a primazia.

Pela tarde eu e meus irmãos, Manuel, da Aviação da Amadôra e Inacio Gálo noivo da prima Dalila, comemos uma arrôba de melão com vinho puro da frasqueira do ultimo, abastado lavradôr calipolense. Tiramos um grupo fotográfico na varanda do tio Espanca com o Kodak do Demostenes.

Outubro

DIA 25. Em Dezembro do anterior ano como nestas Memorias se disse, chegou a Evora o busto de Florbela Espanca obra notável do estatuario Diogo de Macêdo ficando porém arrumado num caixote nas caves do arruinado Palacio de D. Manuel.

A comissão nomeada para levantamento do monumento, numa álea do belo jardim Público, desinteressou-se desta nobre e justíssima homenagem a prestar áquela brilhante figura da poesia portuguesa, reunindo-se então, um grupo de estudantes calipolenses da Universidade de Lisbôa que se foi avistar com o sr. Antonio Férrer, director do Secretariado de Propaganda para lhe pedir cooperação na ideia de Florbela sér homenageada antes em Vila Viçosa terra de sua naturalidade.

O «Diário de Lisbôa» no suplemento literário, pela pena do jornalista e escritor nosso conterraneo Albino Lapa, dizia em pomposos caracteres. «Uma ideia em marcha». O busto de Florbela Espanca vai sér erigido em Vila Viçosa.

Em clamoroso brado de alerta dias depois, o «Notícias d'Évora» intensificava o protesto desta ideia em parte injusta pois que, sendo V. V. rica e próspera não contribuira nada absolutamente na subscrição nacional para levantamento do monumento a uma sua filha tão celebrizada.

Nobres linhas de protesto surgiram então na pena brilhante de Bourbon e Menezes, Joaquim Camara Manuel, Nizetd'Atayde, Joaquim Reis, Azevêdo e, alguns jornais da Província, Brados do Alentejo e Rabéca de Portalegre em palavras insuspeitas bradavam contra tal atitude.

Aguardo com impaciencia o caminhar desta campanha que no intimo apoio. Evora com dificuldades nescias e tólas esquecia tão generosa consagração que devia áquela scintilante figura que a cantou nos mais belos sonêtos de sua alma. Então que Vila Viçosa o encantador torrão dos Braganças alevante bem alto o seu nome imortal homenageando-a com um busto marmoreo ou de bronze para a posteridade evocar com ternura a enexquécivel Sóror Saudade.

Ano de 1936

Março

DIA 15. O grupo de honra do Sport Lisbôa e Évora deslocou-se em excursão a Vila Viçosa para se defrontar com o recentemente reorganizado grupo local de foot-ball.

D. Nuno, indo eu com o Socrates visitar meus tios e admirar os pitorêscos recantos e os preustimosos monumentos da notavel vila bragantina.

Com o sr. Nolasco, antiquário importante com estabelecimento na Rua da Sé, em Lisboa e, Porfirio Teotónio entretemo-nos em passeios galantes e na cópofonia tradicional, após o movimentado desafio de foot-ball que deu a victoria ao grupo visitante muito embora a técnica e a sua inferioridade desportiva fôsse manifesta.

Efemérides Memorialistas de 1936
Março

DIA 15. Ultima visita ao torrão natal em solteiro.

Efemérides Memorialistas 1937
Agosto

DIA 16. Férias accidentadas.

Embarcados na camioneta da Empresa Martins, ás oito e meia prefixas rodamos normalmente até Vila Viçosa o burgo natal e quartel-general das nossas pesquisas e aventuras.

Eu e Sócrates iamos na perspétiva de visitar os locais arrabáldinos interessantes e tódas as demais povoações circunvisinhas com características ou monumentos históricos dignos de aprêço.

Achegádos ao formôso válviçoso que numa azáfama se elevava com permanentes melhoramentos e, após os cumprimentos protocolares absolutamente indespensaveis, munidos dum potente binóculo que pertencera ao Ministerio do Ar Francês e duma maquina fotográfica «Nágel», rompêmos pelos rochosos caminhos do Paraizo onde descancâmos na veneranda ermida do Seculo XVI, contemplando a montanha agráste de penêdos, ante o sussurro cristalino das aguas do seu imenso vale. Descidos ás ruinas inermes do antigo convento dos Capuchos sob um calór abrazadôr, em respeito quasi cenobítico perante umas parêdes denegridas e robustissimas na sua vetustêz, evocamos a caridade simples dos monjes anacorêtas e o contraste das maldades dos terrênos.

Regressados, com demóra nos revelins do Castelo, entrados pela Porta de Olivença e, olhando os pórticos ogivais de marmore branco do há muito derruido Páço do castelo de Homenagem, dos primeiros Duques de Bragança, abancamos na casa do tio João Maria defronte duma deliciosa sôpa de tomate, seguindo-se variadissimas espécies de frutas.

Após uma hora de repouso, fômos visitar o velho Álamo, viveiro afamado e mui querido do Apéles e da Flôrbela, não o conhecendo meu irmão e, na volta, com o Porfirio Teotónio percorrêmos minuciosamente o Bairro Operario feliz creaçao dum grande homem – Ramalho Ortigão – presidente da camara de Vila-Viçosa.

De volta a cas tivemos a agradavel surpresa de encontrar o nosso grande amigo Manuel Cordeiro, furriel-mecânico do Grupo de Aviação Républica, Amadôra, que tambem se encontrava de licença em casa dos pais, humildes pessoas de bem.

Deliberado sem delongas um passeio pedestre a Bórba, ridente vila transtagana, cognomizada a Sintra do Alentejo, comendo velósmemente uns feijões com batatas, partimos numa admiravel disposição de espirito, não sem têrmos subido ao cômoro e ermida de São Bento, despedir da vélhinha terra dos nossos avôengos.

Atalhando caminho pela Tapada-Real, admirando o monumental pórtico da mesma, do tempo de D. João V, metêmos á estrada e, sem novidade de maior entrâmos na pitoresca povoação afamada pelos seus vinhos, seus arrabaldes e pela sua fonte das Bicas.

DIA 17. Hás oito e meia eu e Manuel entramos no lago dos Agostinhos tomado a banhoca matinal. O Socrates alegando impericia em natação ficava como sempre, admirando os nossos mergulhos de peixe.

Estava um dia lindíssimo duma visibilidade rara, apenas prejudicada pelo calor quasi canicular. Com dois jumentos aparelhados e apetrechados para longa caminhada, iniciámos a marcha para Jerumenha, antiga vila e praça forte na idade-média, términuz da nossa excursão.

Outubro

DIA 3. Visitei Vila Viçosa na companhia do sr. Frederico Lage oficial reformado, esposa e filho.

Percorridas as principais obras d'arte (Palacio Ducal – Panteão dos Agostinhos, conventos da Chagas, Santa Cruz e Esperança, Castelo, Matriz–Lapa, São bartolomeu e Misericórdia) regressamos ao entardecer a Évora no automovel de aluguer do sr. José Soares.

Efemérides do Ano de 1938

Maio

Encantadôra volta num automovel de praça convidado pelo sr. Peixôto, guarda livros da Companhia Eborense de farinhas, pela Azaruja, vila sem monumentos mas muito rica, Évora-Monte com as suas roqueiras construções e Extremôz, tomindo nesta linda cidade a camioneta para Vila-Viçosa onde se iniciava a importante feira de Maio, no seu vastíssimo Carrascal.

Setembro

DIA 6. Partimos para Vila Viçosa: o Manuel acompanhou de comboio, seus tios com casa no Barreiro e, eu segui na camioneta da tarde.

O Sócrates aguardava-me para ser percorrida a velha almedina do castelo e os mais vetustos monumentos calipolenses.

Algumas notas sobre o Ano Aureo de Portugal – 1940

Em Março, com o meu amigo e compadre Joaquim Conceição, estive no torrão natal de visita aos vetustos monumentos. O castelo medieval «D. Diniz e D. Fernando» estava em grandes obras de restauro e reintegração; reintegração demasiadamente contudente, pois destruia-se toda a obra exterior da época da Restauração em holocausto aos muros fernandinos, entre a torre de Menagem e a Porta de Évora, chamada no meio, o Carracêna velho.

Agosto

DIA 26. Em missão turística, acompanhei a Vila Viçosa o ilustre visitante portuense sr. dr. Antonio Aurélio de Araujo, percorrendo-mos todos os monumentos e o belo palacio ducal bragantino, cujo recheio preustoso de variadíssimas épocas, é o mais completo e rico de todos os palacios reais portugueses.



Túlio Espanca, Vila Viçosa, 1970



Homenagem a Bento de Jesus Caraça

Professional
and established

DE VILA VIÇOSA PARA O MUNDO

João Caraça

Em nome da Família de Bento de Jesus Caraça gostaria de agradecer comovidamente a homenagem à sua vida e à sua obra, que hoje aqui nos congrega, à Câmara Municipal de Vila Viçosa, ao seu Presidente, Luís Filipe Roma, ao Presidente da Assembleia Municipal, ao Director da Revista Callipole, Licínio Lampreia, pelo perfil cuidado e sensível que nos traçou, bem como à Equipa que instalou a Casa Museu; à Fundação Mário Soares, ao seu Presidente Mário Soares, e a Alfredo Caldeira pelo belo projeto museológico da Casa Museu; à Fundação da Casa de Bragança, ao Presidente da Comissão Administrativa, Marcelo Rebelo de Sousa, pela disponibilidade da casa onde nasceu Bento de Jesus Caraça.

Quero também sublinhar a importância e a atualidade desta evocação.

Nesta viçosa e leda cidade escutam-se hoje em dia palavras terríveis que assolam com violência o presente de todos: insegurança, desemprego, crise, corrupção, desconfiança, medo...

Quando, há 50 anos, se perguntava aos jovens o que pretendiam do mundo, a resposta era imediata: – a paz!!

Hoje, obtemos uma reação muito diferente. Tudo o que se pretende é um emprego!!

Podemos, portanto, perguntar: então, a liberdade? E os nossos direitos? E a nossa felicidade?? Será que a globalização nos fez a todos parceiros? Que vão continuar alegremente emparceirados pelos tempos fora? Como se os valores tivessem deixado de ter importância?

Não, há que ter a audácia de propor alternativas ao discurso único dominante!

«Em tempos de mistificação universal dizer a verdade é um ato revolucionário» dizia George Orwell nos anos 1940. Em tempos de especulação, de fraudes e deceções, como os de hoje, dizer a verdade é afirmar que não há certezas absolutas,

porque há incerteza, porque o mundo está sempre a mudar e que, por isso, é preciso interrogá-lo continuamente: a natureza, a sociedade, nós-próprios, a razão funda pela qual existem respetivamente, ciência, ciências sociais, filosofia e humanidades. Não há receitas prontas para o consolo das almas: o único conforto obtém-se querendo saber sempre mais, não deixando nunca de interrogar, de ter uma atitude de abertura face ao exterior.

É esta a mensagem da cultura integral do indivíduo, que BJ Caraça coloca como o problema central do nosso tempo, em 1933. Mas não o será também hoje, em pleno século XXI??

O mundo talvez não seja hoje melhor do que aquele em que Bento de Jesus Caraça viveu, na primeira metade do século XX. Mas tal não deriva de ele não ter lutado denodadamente contra a ignorância, contra a superstição obscurantista, contra o medo que então grassava.

«O que o mundo for amanhã, é o esforço de todos nós que o determinará. Há que resolver os problemas que estão postos à nossa geração e essa resolução não a poderemos fazer sem que, por um prévio esforço do pensamento, procuremos saber, por uma análise fria e raciocinada, quais são esses problemas, quais as soluções que importa dar-lhes – saber donde vimos, onde estamos, para onde vamos.» Estas, são palavras luminosas contidas na “*Cultura Integral do Indivíduo*”.

É nestes termos que a evocação da figura de Bento de Jesus Caraça é importante. Porque, mais do que nunca, se torna imprescindível compreender o mundo em que vivemos, bem como as escolhas que se configuram. Porque, igualmente mais do que nunca, temos necessidade de interrogar e aprender, observar e experimentar, ao longo de toda a nossa vida. A cidadania implica a participação.

Bento de Jesus Caraça diz-nos claramente que ou se aprofundam as bases científicas do conhecimento sobre a sociedade, sobre a natureza e sobre o próprio homem, e simultaneamente se promovem o espírito crítico e a participação cívica, ou, em alternativa, assistiremos primeiro à contestação lenta e depois, logo a seguir, à destruição rápida e inexorável do edifício da ciência e dos saberes argumentativos e, com eles, da legitimidade da própria ordem em que assenta a regulação da nossa sociedade. É que as novas oligarquias nunca desprezam a eficiência técnica: antes a estimulam no quadro de uma combinação com a ignorância política e a superstição. As novas são como as velhas oligarquias: são sempre oligarquias!!

«A política do medo não atingiu apenas uma determinada camada social ou profissão. Não, essa política foi a todos os sectores da vida nacional e a todos os núcleos de atividade privada e pública, procurando transformar-nos num povo aterrado, reduzido à condição deprimente de passarmos a vida a desconfiar uns dos outros. Mas o que é mais curioso, nesta questão, é que, ao fim e ao cabo, não se conseguiu apenas que os pequenos tenham medo uns dos outros e dos grandes, ou os indivíduos tenham medo das instituições. O próprio Estado foi vítima do seu jogo e acabou por ser tomado de medo dos cidadãos. Pois não é verdade que é a Polícia política quem supervisa, hoje, o recrutamento dos funcionários e até dos investigadores científicos? Porque é senão por medo, que se gasta mais com a segurança do que com a instrução primária? E porque é ainda, senão por medo, que se não fazem eleições livres? De forma que,

temos de o concluir, a primeira coisa a fazer para sermos gente é extrair o medo dos corações dos portugueses, fazendo deles homens generosos e fortes, libertados da grijlha da mais aviltante das escravidões» diz-nos Bento de Jesus Caraça em «*Aspectos do Problema Cultural Português*», na sessão realizada pelo Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.) em 30 de Novembro de 1946.

É preciso por isso inculcar nos mais jovens o dom de imaginar, o prazer de aprender, o gozo de descobrir. Este é um campo onde uma sociedade democrática não pode fazer quaisquer concessões. Porque é dos jovens a sua participação como cidadãos; porque será deles que dependerá a prática da cidadania no futuro.

No Prefácio que escreveu para o primeiro volume da Biblioteca Cosmos, «*O Homem e o Livro*», em Maio de 1941, afirma BJCaraca com igual clareza: «Um outro pensamento nos guia ainda. Seja qual for o resultado imediato da convulsão que o mundo presentemente atravessa, uma coisa é certa – que, uma vez passado o período agudo dessa convulsão há-de ser necessário recorrer a todas as energias do homem para fazer a reconstrução da sociedade. É toda uma vida nova a construir, dominada por um humanismo novo.

Essa tarefa grandiosa exige uma tensão ao máximo das capacidades e das energias, um apetrechamento intelectual sem o qual não se pode ser, em nada, um bom obreiro. A primeira condição para que isso seja possível é que o homem tenha confiança em si próprio, no seu poder de trabalhar, construir e organizar: que, olhando para trás e fazendo o balanço das coisas adquiridas, possa, do exame desses resultados, colher elementos que lhe permitam entrar com ardor novo na tarefa nova.

Há, em suma, que dar ao homem uma visão optimista de si próprio: o homem desiludido e pessimista é um ser inerte, sujeito a todas as renúncias, a todas as derrotas – e derrotas só existem aquelas que se aceitam.»

Esta devoção à causa coletiva, à libertação das capacidades próprias, ao convívio fraterno com os outros, ao entendimento das grandes questões da nossa vida, constitui o essencial da ação de Bento de Jesus Caraça, confiante nos outros, seus semelhantes, rumo ao futuro.

Futuro que é a realidade de hoje.

Realidade que é, ao mesmo tempo, melhor e pior do que a que ele viveu.

Realidade que, se não é mais bela, nem mais amiga, não é porque o seu esforço em busca da verdade, valorizando a verdade dos outros, tenha sido em vão.

Realidade que mostra que o mundo, felizmente, mudou.

Porque é isso que importa: que, enquanto formos vivos, e pela nossa ação, o mundo esteja sempre a mudar, não parando nunca de se transformar.

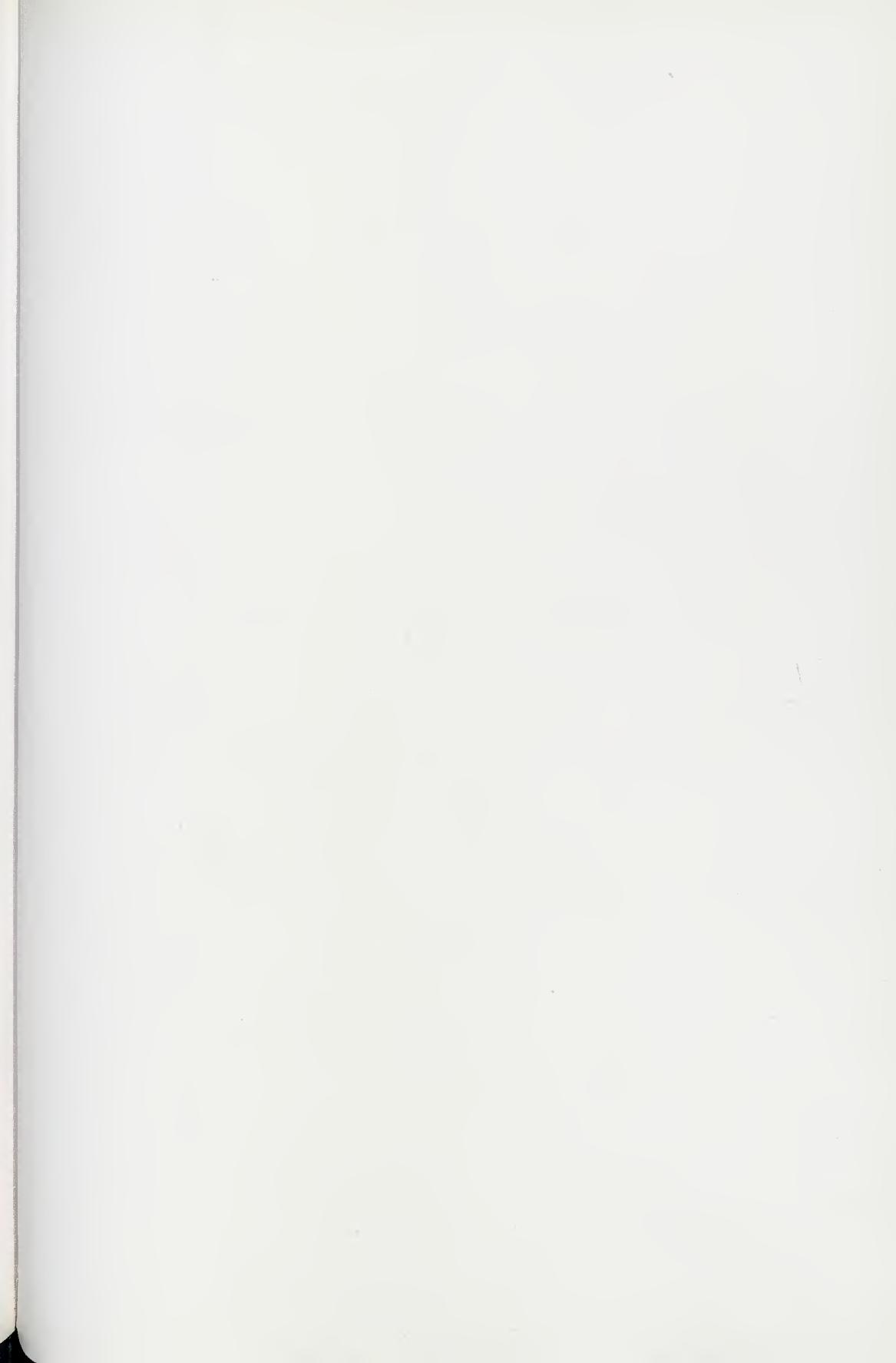


Colibri – Artes Gráficas

Apartado 42 001
1601-801 Lisboa

Tel: 21 931 74 99
www.edi-colibri.pt
colibri@edi-colibri.pt











**Município de Vila Viçosa
Câmara Municipal
Alto Alentejo – Portugal**

Nota final

Nos últimos 20 anos, vários estudos originais foram desenvolvidos por docentes/investigadores do Instituto de Ciências da Terra da Universidade de Évora: i) podemos destacar os estudos das fontes sísmicas e dos processos de rutura associados que foram desenvolvidos pela primeira vez em Portugal; ii) a mesma equipa desenvolveu e publicou o primeiro modelo da estrutura da crosta 3D a Sudoeste da Península Ibérica. Esse modelo permitiu definir a localização da fonte sísmica do sismo de 1755; iii) a Universidade de Évora foi pioneira em Portugal no estudo de fenómenos eletromagnéticos associados com sismos (SEM). Estes fenómenos incluem sinais elétricos incomuns (SES), emissões eletromagnéticas anormais de ultra-baixa frequência (ULF), anomalias rádio para muito baixas (VLF) e baixas frequências (LF) associadas com perturbações da ionosfera, a variação do conteúdo total de eletrões (TEC), e emissões atípicas no infravermelho (IR), todos correlacionados com a fase preparatória dos sismos; iv) foi realizado e publicado um modelo sismotectónico e geodinâmico ao longo da fronteira de placas tectónicas Núbia e Euro-asiática; v) o mesmo grupo de investigadores/docentes participou, também, no primeiro estudo que produziu mapas de avaliação do risco sísmico (neo-determinístico) do Norte de África (Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito).

Agradecimentos

O presente trabalho foi parcialmente financiado pela Fundação para a Ciéncia e Tecnologia (FCT/MCTES, Portugal) através do Instituto de Ciências da Terra (ICT) da Universidade de Évora com a referéncia UID/GEO/04683/2013.

Referências

- Baptista, M. A., J. M. Miranda, F. C. Lopes, and J. Luis (2007). The source of the 1722 Algarve earthquake: Evidence from MCS and tsunami data, *J. Seismol.* 11, 371-380, <http://dx.doi.org/10.1007/s10950-007-9058-y>
- Bezzeghoud, M., C. Adam, E. Busorn, J. F. Borges, and B. Caldeira (2014). Seismicity along the Azores-Gibraltar region and global plate kinematics, *J. Seismol.* 18, 205-220, <http://dx.doi.org/10.1007/s10950-013-9416-x>
- Bezzeghoud, M., J. F. Borges, and B. Caldeira (2012). Fontes sísmicas ao longo da fronteira de placas tectónicas entre os Açores e a Argélia: um modelo sismotectónico, in *Geologia de Portugal*, R. Dias, A. Araújo, P. Terrinha, and J. C. Kullberg (Editors), Chapter III.9, Escolar Editora, Vol. 2, 747-790, ISBN: 978-972-592-364-1
- Bezzeghoud M., B. Caldeira, J.F. Borges, 2016. O Impacto dos Grandes Sismos em Portugal, 6a Conferência Nacional de Avaliação de Impacts CNAI 16: Sociedade e Sustentabilidade, Universidade de Évora, 19-21 May 2016.
- Borges, J. F., A. J. S. Fitas, M. Bezzeghoud, and P. Teves-Costa (2001). Seismotectonics of Portugal and its adjacent Atlantic area, *Tectonophysics* 337, 373-387

- Buorn, E., M. Bezzeghoud, A. Udías, and C. Pro (2004). Seismic sources on the Iberia-African plate boundary and their tectonic implications, *Pure Appl. Geophys.* 161, 623-646
- Buorn E., A. Udías, C. Pro, 2015. Large Earthquakes at the Ibero-Maghrebian Region. Basis for an EEWS. *Pure Appl. Geophys.* 172 (2015), 2387-2396, <http://dx.doi.org/10.1007/s00024-014-0954-0>
- Cabral, J., and A. Ribeiro (1988). Cartaneotectónica de Portugal continental, escala 1:1, 000, 000, Dept. de Geol., Fac. Ciéncias, Univ. de Lisboa, Serv. Geol. de Portugal, GPSN, Lisbon, Portugal
- Carrilho, F., 2005. Estudo da sismicidade da zona sudoeste de Portugal continental, Tese de Mestrado, Faculdade de Ciéncias da Universidade de Lisboa, 160 p.
- Choffat, P., Bensaude, A., 1912. Estudos sobre o sismo do Ribatejo de 23 de Abril de 1909, Com. Serv. Geol. Port., Lisbon, p. 146
- Ferrão, C., M. Bezzeghoud, B. Caldeira, J.F. Borges, 2016. The seismicity of Portugal and its adjacent Atlantic region from 1300 to 2014: Maximum Observed Intensity map (MOI), *Seismological Research Letter*, 87, 3, 743-750, <http://dx.doi.org/10.1785/0220150217>
- El Mrabret, T., 2005. The Great Earthquakes in the Maghreb Region and their consequences on Man and Environment. Rabat: CNRST
- Grandin, R., J. F. Borges, M. Bezzeghoud, B. Caldeira, and F. Carrilho (2007a). Simulations of strong ground motion in SW Iberia for the 1969 February 28 (Ms 8:0) and the 1755 November 1 (M~8:5) earthquakes: I. Velocity model, *Geophys. J. Int.* 171, no. 3, 1144-1161
- Grandin, R., J. F. Borges, M. Bezzeghoud, B. Caldeira, and F. Carrilho (2007b). Simulations of strong ground motion in SW Iberia for the 1969 February 28 (Ms 8:0) and the 1755 November 1 (M ~ 8:5) earthquakes: II. Strong ground motion simulations, *Geophys. J. Int.* 171, no. 2, 807-822
- Gutscher, M. A., Malod, J., Rehault, J. P., Contrucci, I., Klingelhoefer, F., Mendes-Victor, L., Spakman, W., 2002. Evidence for active subduction beneath Gibraltar, *Geology*, 30, 1071-1074
- Johnston, A., 1996, Seismic moment assessment of earthquakes in stable continental regions – III. New Madrid 1811-1812, Charleston 1886 and Lisbon 1755, *Geophys. J. Int.* 126, 314-344
- Justo, J.L., C. Salwa, 1998. The 1531 Lisbon earthquake. *Bull. Seism. Soc. Am.* 319-328.
- Martínez Solares, J. M., J. Mezcua, 2002. Catálogo sísmico de la Península Ibérica (880 a.C.-1900). Madrid: Instituto Geográfico Nacional
- Miranda, J., J. Batlló, H. Ferreira, L.M. Matias, M.A. Baptista, 2012. The 1531 Lisbon earthquake and tsunami. Proc. 15 WCEE Meeting, Lisbon, 2012
- Moreira, V. S., 1985. Seismotectonics of Portugal and its adjacent area in the Atlantic. *Tectonophysics*, 117, 85-96
- Udías, A., A. López Arroyo, J. Mezcua, 1976. Seismotectonics of the Azores-Alboran region. *Tectonophysics* 31, 259-289
- Vilanova, S., and J. Fonseca (2007). Probabilistic seismic-hazard assessment for Portugal, *Bull. Seismol. Soc. Am.* 97, no. 5, 1702-1717
- Zitellini, N., Gràcia, E., Matias, L., Terrinha, P., Abreu, M. A., DeAlteriis, G., Henriet, J. P., Dañobeitia, J. J., Masson, D. G., Mulder, T., Ramella, R., Somoza, L., Diez, S., 2009. The quest for the Africa-Eurasia plate boundary west of the Strait of Gibraltar. *Earth and Planetary Science Letters* 280, 13-50

Museus, territórios e interacção com a comunidade

*Система визуального
обслуживания*

A COLEÇÃO DE CHOCALHOS DO MUSEU-BIBLIOTECA DA CASA DE BRAGANÇA

Tiago Passão Salgueiro
Cristina Lopes*

Em memória do mestre chocalheiro, António Augusto Passão (1871-1925), cuja oficina se localizava na Rua do Açougue, Alcáçovas, no final do século XIX.



I – Chocalho (Beira) com fivela e tira de couro, datado de 1889, pertencente às coleções do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, ARM1090©FCB.

* Cristina Lopes foi a responsável, em 2011, pela inventariação da coleção de objetos agrícolas do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, que incluiu a identificação, listagem e registo fotográfico dos chocalhos, informações fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Nasceu em Lisboa, em 1974 e licenciou-se em Engenharia Agronómica no Instituto Superior de Agronomia da mesma cidade. Após a licenciatura trabalhou na área da jardinagem, manutenção e instalação de jardins e está actualmente a desenvolver projecto agrícola familiar, em Vila Viçosa, na área da produção animal. Desenvolve simultaneamente trabalho de investigação pessoal no contexto das fibras têstis naturais, especificamente lã e linho.

Introdução

A diversidade e a qualidade das coleções pertencentes ao Museu-Biblioteca da Casa de Bragança têm permitido, ao longo dos anos, o desenvolvimento de pesquisas sobre a proveniência dos objetos e a sua análise detalhada, sob diversos pontos de vista.

A recente inventariação das peças relacionadas com a temática agrícola permitiu caracterizar, de modo mais efetivo, a ligação da Casa de Bragança ao mundo rural que, desde a sua criação, se assumiu como um eixo fundamental em termos económicos.

O acervo de alfaias agrícolas do Museu-Biblioteca espelha, desse modo, a importância do principal sustentáculo económico que, nos nossos dias, tem um papel de destaque na gestão da Fundação da Casa de Bragança. A produção agropecuária era a base económica da Casa de Bragança, desde a sua fundação em 1442.

O património da casa era constituído, desde a sua génesis, por uma multiplicidade de senhorios, propriedades rústicas e urbanas e rendas que se haviam acumulado desde o tempo de Nuno Álvares Pereira. A maior parte desses bens tinha origem em doações régias, com exceção de alguns casos, em que se verificou um esforço relativamente a aquisições e escambos com particulares². O núcleo alentejano do património ducal integrava precisamente e na sua maioria, terras cuja jurisdição fora obtida a troco de escambos entre o Condestável e o monarca³.

A coleção de chocais que integra o referido acervo revela a importância da produção agropecuária e o seu estudo permitiu identificar os seus produtores, assim como o centro de produção. A documentação encontrada no Arquivo Histórico da Casa de Bragança permitiu caracterizar o percurso feito pelos chocais, desde a sua aquisição nas Alcáçovas (um dos principais núcleos de produção no século XIX), até à Herdade do Vidigal, a maior propriedade da Casa de Bragança, no concelho de Vendas Novas.

Proprietária de um extenso património fundiário de norte a sul do País, destacam-se as propriedades agrícolas nos concelhos de Vendas Novas e Montemor-o-Novo, devido às suas dimensões, qualidade dos solos e proximidade com a capital do Reino.

A Herdade do Vidigal, localizada no contexto anteriormente referido, foi adquirida pelo Rei D. Luís ao Visconde do Barreiro e tornou-se um dos eixos fundamentais da componente agrícola da Casa de Bragança, devido à extensão, qualidade dos solos e pelos produtos agrícolas e pecuários⁴. Esta herdade tam-

² CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder: A Casa de Bragança (1384-1483)*, Fundação da Casa de Bragança, 1990, p. 81

³ Idem

⁴ RUAS, João, “Rei D. Carlos, duque de Bragança e Príncipe Lavrador”, Revista de Cultura Callipole n.º 16, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2008, p. 127.



2 – Paço do Vidigal em Vendas Novas. Mandado construir pelo Rei D. Carlos I, em 1896, com projeto para um pavilhão de caça, as obras decorreram até ao seu assassinato a 1 de Fevereiro de 1908, UI5177 – A15-fl.9.1 ©FCB.

bém tinha a designação de “Sesmarias”. Foi comprada pela importância de 5 contos e 500 mil réis, mais 330 mil réis de juros, por escrituras públicas de 18 de Agosto de 1876 e 21 de Agosto de 1877. É no reinado de D. Carlos que a componente pecuária ganha um novo estímulo, com a criação da ganadaria da Casa de Bragança, na Herdade do Vidigal, no ano de 1893⁵.



3 – Gado bovino a pastar na Herdade do Vidigal (final do século XIX), UI5202 – A17-fl.15.3 ©FCB.

⁵ Idem



4 – Gado bovino a pastar na Herdade do Vidigal (final do século XIX),
UL5202 – A17-fl.15.6 ©FCB.

A importância dos chocalhos no mundo rural

A produção de chocalhos, largamente utilizados no decurso do século XIX e na primeira metade do século XX, vive hoje um período de declínio e os mestres chocalheiros estão quase em extinção. Durante o período referido, o chocalho assumia uma importância fundamental no mundo rural, permitindo a sinalização sonora e a localização do gado.

O risco iminente relativo ao desaparecimento da arte chocalheira nacional influenciou claramente o parecer da UNESCO sobre esta matéria, que teve como consequência a classificação da candidatura portuguesa de fabrico de chocalhos como Património da Humanidade. Foi, inclusivamente, o primeiro bem inscrito por Portugal na categoria do Património Imaterial que necessita de salvaguarda urgente, sobretudo devido ao decréscimo do número de artesãos que desenvolve esta arte.

Pensamos que estas razões e o facto de a arte chocalheira estar presente no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança refletem bem a importância destes artefactos na gestão agropecuária da Casa Ducal e a sua renovada utilização no espaço museológico do Paço Ducal.

Remeter o visitante para o universo agrícola da Casa de Bragança permite dar a conhecer a importância da produção agropecuária como elemento fundamental no âmbito económico e mais especificamente, a necessidade de uma gestão adequada a nível do efetivo bovino, suíno e caprino.

Nos nossos dias, o chocalho tem vindo a perder gradualmente o seu valor de uso, nomeadamente enquanto artefacto de valor instrumental na gestão da pastagem, devido às mudanças económicas e técnicas, que se verificam a nível da agricultura e da produção de gado.

Regista-se, no entanto, um incremento da componente afetiva, cultural, turística, identitária e de memória⁶, recentemente celebrada com a classificação da Arte Chocalheira como Património Imaterial da UNESCO. É também nesse sentido que o Museu-Biblioteca da Casa de Bragança decidiu recuperar esta coleção, permitindo a sua fruição pública e acrescentando mais um elemento de extrema importância no discurso museológico que pretende transmitir aos seus visitantes.

A produção de chocalhos, no distrito de Évora, situava-se em diferentes localidades, sendo que especificamente o núcleo de produção das Alcáçovas (Viana do Alentejo) era o mais representativo, desenvolvendo-se em círculos familiares muito fechados.

A obrigatoriedade da utilização de chocalhos remonta a 1375, data das mais antigas Posturas da Cidade de Évora, onde se regulamentava o seu uso nos animais⁷, e desde 1439 documenta-se o fabrico de chocalhos em Alcáçovas, quando os seus mesteirais se arregimentaram na Casa dos Vinte e Quatro, em Évora⁸.

André Correia⁹ defende que a participação dos judeus na génese do chocalho é uma teoria verosímil. A presença de judeus em Évora e nas Alcáçovas, no século XIV, com informações relativas ao fabrico de chocalhos confirma o seu envolvimento neste mester.

O ofício de chocalheiro poderá ter constituído na Idade Média (séculos XIII e XIV), uma atividade ambulatória protagonizada por judeus.¹⁰ Estes eram exímios em diversas artes, nomeadamente no trabalho do ferro. A judiaria de Évora é apontada como o local onde Abraão Navarro e Haim Navarro, em 1471 e 1475, respetivamente, terão desenvolvido este ofício¹¹. Existia também uma fa-

⁶ CASQUEIRA, Fernando António Monteiro de Almeida, *Sons de Alcáçovas: estudo de uma coleção de chocalhos*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social e Económica, Lisboa, ISCTE, 2001.

⁷ MONIZ, Manuel Carvalho, *Artesanato da Região do Alentejo*, Catálogo do IEFP, 2000.

⁸ MONIZ, Manuel Carvalho, Mesteirais na Casa dos 24, Évora, 2000.

⁹ André Correia é um economista, cofundador e sócio honorário da Sociedade Portuguesa de Marketing. É também Presidente da Direção dos “Amigos das Alcáçovas – Associação de Defesa do Património”, conhecida pela sigla AAA. Residindo na localidade há cerca de 15 anos, desenvolveu um estudo aprofundado sobre a produção de chocalhos e as famílias de mestres chocalheiros, no ano de 2013.

¹⁰ CASQUEIRA, Fernando António Monteiro de Almeida, *Sons de Alcáçovas: estudo de uma coleção de chocalhos*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social e Económica, Lisboa, ISCTE, 2001.

¹¹ CORREIA, André, *Os Chocalhos e a sua relevância para a Vila das Alcáçovas*, Esfera do Caos, 2013.

mília com este apelido nas Alcáçovas¹². Esta atividade continuava fluorescente nos finais do século XIX, já que em 1890 existiam em Alcáçovas dez oficinas com vinte chocalheiros. Em 1913, treze famílias trabalhavam nesta indústria¹³.

Este saber hereditário, passou de pais para filhos, ou de tios para sobrinhos, pelo menos durante três gerações ou quatro gerações, com informações mais precisas a partir do século XIX.

Os chocalheiros, quando atingiam um certo estatuto, de mestres na arte, criavam as suas marcas, uma espécie de brasão, que identificava e revelava estatuto na profissão e na sociedade local. Estes brasões eram muitas vezes versões dos antecedentes familiares nesta profissão, a partir de um desenho original ao qual os descendentes iam acrescentando algo que os diferenciasse, sem esquecer o passado. Segundo André Correia, não era uma regra, mas acontecia com alguma frequência. Estes brasões não eram apostos em todos os chocalhos, mas somente nas melhores peças¹⁴.

Quanto às marcas (ferros) dos clientes, neste caso CB (Casa de Bragança), que se encontram em todos os exemplares da coleção do Museu, eram colocadas a pedido das casas agrícolas com relevância e pressupunham um consequente aumento de preço. Esta atividade teve um peso social e económico na vila das Alcáçovas desde o século XIX. Qualquer animal que se mexesse e pudesse desaparecer podia usar um chocalho. Desde furões a vacas, passando pelos cães e pelas ovelhas. As marcas dos criadores de gado, que acrescentavam ao valor utilitário da peça um determinado simbolismo, refletiam o orgulho da casa agrícola e dos animais.

Os chocalhos eram usados para pendurar no pescoço de alguns animais (os guias), à volta dos quais se juntavam os outros, enquanto pastavam. Também serviam para indicar o paradeiro das reses mais gulosas, quando estas se afastavam da manada para os campos semeados. Os chocalhos de formato grande destinam-se ao gado vacum e cavalar e os médios aplicam-se no gado lanígero¹⁵.

Os chocalhos e afins fazem parte da família dos instrumentos musicais idiófones¹⁶, que tiveram variadas utilizações e que foram sendo aperfeiçoados nos tamanhos, nos processos de fabrico, nas formas e nos materiais usados. O som destes artefactos alertava, sinalizava, identificava, protegia e agradava. No caso do gado, o som emitido permitia ao maioral ou ao pastor saber por onde anda-

¹² GONÇALVES, Iria, Amostra de Antropónímia Alentejana do Século XV, in *Do Tempo e da História*, revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, 1971, pp. 197-202 e 204.

¹³ Anuário Comercial de Évora (Alcáçovas), 1913, Arquivo Distrital de Évora.

¹⁴ CORREIA, André, *Os Chocalhos e a sua relevância para a Vila das Alcáçovas*, Esfera do Caos, 2013.

¹⁵ CORREIA, André, *Os Chocalhos e a sua relevância para a Vila das Alcáçovas*, Esfera do Caos, 2013.

¹⁶ Instrumentos musicais cujo som é provocado pela sua vibração, tais como os ferrinhos, matracas, castanholas ou sínos, entre outros.

A coleção de chocalhos do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

vam os seus animais. Pelo seu som, formato ou peso, podia condicionar o comportamento de alguns animais mais gulosos e menos ordeiros¹⁷.

A comercialização dos chocalhos era quase sempre feita pelos mestres chocalheiros, que se deslocavam de feira em feira, pelo Alentejo, em carros de parrelha, em longas viagens desde Castro Verde a Montemor-o-Novo (ver imagem no mercado de Vila Viçosa).



5 – Mestre chocalheiro no mercado de Vila Viçosa. Em segundo plano, numa banca de madeira, podem ver-se várias esquilas (início do século XX) © Acervo fotográfico do Grupo “Amigos de Vila Viçosa”.

¹⁷ CORREIA, André, *Os Chocalhos e a sua relevância para a Vila das Alcáçovas*, Esfera do Caos, 2013.

A Coleção de Chocalhos no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

Os objetivos que nortearam a pesquisa sobre a coleção de chocalhos que se encontram no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança basearam-se na identificação da proveniência, datação e autoria dos referidos objetos.

A coleção de chocalhos seria proveniente das Alcáçovas, grande centro de produção no Alentejo¹⁸? Em que período teriam sido encomendados? Quais os mestres e as oficinas envolvidos neste processo?

Um dos últimos mestres chocalheiros ainda em atividade, Guilherme Maia¹⁹, deslocou-se ao Museu-Biblioteca da Casa de Bragança em 2016, para proceder a uma avaliação da coleção. Numa análise preliminar e tendo em conta a tipologia dos objetos, considerou que a significativa quantidade de peças existentes no Museu poderá ter tido proveniência em diversas oficinas de chocalheiros das Alcáçovas.

A coleção de mestre Penetra no Museu do Chocalho (Alcáçovas) inclui algumas peças com a marca da Casa Agrícola da Casa de Bragança, adotando três configurações distintas do monograma (diferenças do desenho das letras, e presença ou ausência de coroa de nobreza, encimando as iniciais). Quanto às marcas (ferros) dos clientes, neste caso CB (Casa de Bragança), que se encontram em todos os exemplares da coleção do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, eram colocadas a pedido das casas agrícolas com relevância e pressupunham um consequente aumento de preço.

São provavelmente chocalhos executados em tempos diferentes em relação aos da coleção do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança e com alguma probabilidade mais recentes, mas eventualmente na mesma oficina ou fabricante, dadas as semelhanças visíveis no formato dos caracteres. Contudo, os chocalhos do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança são seguramente uma das mais antigas coleções conhecidas.

Refere, em informação partilhada com o Prof. Fernando Casqueira, que, pelo menos, um dos monogramas da Casa Agrícola da coleção, é muito idêntico (para não dizer que parece exatamente igual) aos exemplares de Vila Viçosa, reiterando a eventualidade de ter sido o mesmo fabricante a executar um e outro.

¹⁸ Segundo André Correia e relativamente à origem existiam, na transição do século XIX para o século XX mais centros de produção de chocalhos, nomeadamente em Estremoz, Serpa, Reguengos de Monsaraz e Portalegre.

¹⁹ O mestre chocalheiro Guilherme Maia descende de uma família ligada à fabricação de chocalhos desde 1913. É a partir desta data que se conhecem as primeiras referências à oficina Pardalinho. O pai de Guilherme, mestre José Luís Reis Maia, ainda no ativo, fez a sua aprendizagem com um tio, chamado Francisco Barroso. A Família Maia (Chocalhos Pardalinho), é uma referência no mundo da arte chocalheira e uma grande promotora desta arte, com participação muito significativa em feiras de artesanato, tanto a nível nacional como internacional.

A coleção de chocalhos do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

Em termos de configuração geral e à primeira vista, segundo a opinião deste especialista, os brasões da coleção de Vila Viçosa são na sua maioria originários das Alcáçovas, alguns deles eventualmente representando o brasão de fabricante de Rodrigo José Penetra (pai do Mestre João Penetra) ou ainda com algum esforço, de José Grosso Sim-Sim (brasão de fabricante n.º 87).

Em princípio, a identificação da oficina e do construtor (bem como a época aproximada da construção) deveria ser possibilitada, muito embora sempre com algumas reservas. Os brasões, numa perspetiva formal, apresentam muitas vezes uma combinação de motivos precedentes em algumas delas reportando uma transmissão parental/oficial.

Um exemplo: eventualmente o filho herda do pai a oficina e este, ou opta por manter idêntica configuração, ou altera-a total ou parcialmente. Neste último caso aparecem configurações compósitas muito semelhantes, mas não iguais.

Efetivamente, o tipo caliciforme²⁰ (que inclui grande parte dos nossos exemplares) é um dos mais numerosos da coleção.

Teria sido de início originados na mesma família? Mesma oficina? Adotados em outras oficinas primordialmente ligadas às origens? Mera inspiração adotada por diferentes chocalheiros? Ou o mesmo chocalheiro que subitamente resolve mudar de configuração? Foram dúvidas colocadas pelos dois especialistas referidos.



6 e 7 – Chocalhos (Pequete tostão ARM3472 e Beiroa ARM3593, respectivamente) do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, com as iniciais CB. O do lado direito tem por cima das iniciais o brasão do fabricante, provavelmente António de Carvalho Sim-Sim ©FCB.

²⁰ Objeto em formato de cálice.



8 – Beira com brasão em forma de árvore (autoria desconhecida) ARM 3593. A base da árvore representa o brasão ou marca (provavelmente de António de Carvalho Sim-Sim e as ramificações, a genealogia dos descendentes) ©FCB.

As pesquisas efetuadas neste âmbito pelo Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, nomeadamente no Arquivo Histórico, comprovaram a aquisição de chocalhos a pelo menos duas oficinas de mestres chocalheiros das Alcáçovas.

Outro dado relevante tem a ver com as elevadas quantidades que foram encomendadas e que estão referenciadas nas faturas emitidas e que comprovam por um lado, a importância da vertente pecuária da Casa de Bragança no século XIX e a necessidade de sinalização e identificação das cabeças de gado que integravam o efetivo da Herdade do Vidigal.

Em termos documentais, identificados no Arquivo Histórico da Fundação da Casa de Bragança, os registos de aquisição e conserto de chocalhos na Casa de Bragança remontam ao ano de 1867, executados pelos mestres chocalheiros das Alcáçovas, Francisco do Carmo Velho e António de Carvalho Sim-Sim e prolongam-se até quase ao final do século XIX.

As encomendas são efetuadas a partir do almoxarifado de Vendas Novas. O envio das remessas de chocalhos a partir das Alcáçovas é realizado por linha ferroviária, até à estação de Vendas Novas. De facto, era na Herdade do Vidigal, como já referimos, que se encontrava a maior concentração de gado da Casa de Bragança.

Desde a criação do almoxarifado de Vendas Novas em 1867 que se encontram aí chocalhos em grande número²¹. Do inventário feito nesta data constam 289

²¹ Agradecemos o apoio dado a esta pesquisa pela Dr.^a Marta Páscoa, Bibliotecária-Arquivista do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, que nos disponibilizou e aconselhou relativamente à recolha de informações sobre este tema.

chocalhos²². Em 1867 há notícia da primeira compra feita pelo recém-criado almoxarifado de 177 chocalhos a Francisco José do Carmo Velho, por 50.000 réis²³.

Em 1889 são comprados chocalhos a António Carvalho Sim-Sim, das Alcáçovas. Ao mesmo é encomendado o conserto de chocalhos²⁴.

E quem eram estes mestres chocalteiros de Alcáçovas?

Francisco do Carmo Velho seria provavelmente familiar de José António do Carmo Velho²⁵, que teve oficina na Rua das Amadas. A designação “Velho” poderia ser eventualmente uma referência à idade e não a um nome de família²⁶.

Francisco do Carmo Velho²⁷ seria também descendente de Manuel Velho (Alcáçovas, 1754-10-2 / f. Alcáçovas, depois de 1827), filho de Diogo Fernandes e de Maria Velha, sendo o mais novo de nove irmãos.

Manuel Velho casa, a 14 de Maio de 1780, com Brízida Maria, filha do chocalteiro Francisco José, de quem terá oito filhos. Dois deles, José do Carmo Velho e Diogo Fernandes Farto, seguirão o ofício do pai, tal como alguns dos seus descendentes, assim como os filhos de sua filha Maria Brizida e do chocalteiro António Carvalho Sim-Sim (segundo), também ele identificado na documentação, como iremos verificar posteriormente.

A primeira referência documental conhecida que apresenta Manuel Velho como oficial de chocalteiro data de 25 de Maio de 1795 e trata-se de uma escritura alusiva à venda de uma casa situada na Rua do Passo, a qual confronta “a sul com casas de Manoel Velho, chocalteiro”. Esta é também a referência mais antiga à sua casa (e muito provavelmente oficina), situada na dita rua. Foi também proprietário de oliveiras e vinhas. A 14 de Fevereiro de 1819, Manuel Velho é eleito pelos oficiais da Câmara de Alcáçovas para o cargo de Juiz de Oficio de Chocalteiro, sucedendo a António Carvalho Sim-Sim²⁸.

António de Carvalho Sim-Sim era provavelmente descendente direto de um outro António de Carvalho Sim-Sim. A família Carvalho Sim-Sim, será proveniente de Vila Real (Trás-os-Montes) e terá chegado às Alcáçovas na segunda metade do Séc. XVIII.

²² AHCB, NNG 2608.

²³ AHCB, NNG 1594, maço. 1, fl. 261.

²⁴ AHCB, NNG 1665, despesas de Julho e Dezembro.

²⁵ NA/TT, ADE, Anuário Comercial de Évora (Alcáçovas), 1913.

²⁶ CORREIA, André, *Os Chocalhos e a sua relevância para a Vila das Alcáçovas*, Esfera do Caos, 2013.

²⁷ Francisco do Carmo Velho era o irmão mais velho de Ana Adelaide do Carmo, casada com António Augusto Passão e bisavó de um dos autores deste artigo, Tiago Passão Salgueiro. Um outro estudo interessante a desenvolver terá como foco principal as relações endogâmicas entre as famílias de chocalteiros de Alcáçovas.

²⁸ Informação consultada em http://paisagem-id.pt/quem_ficha.aspx?idq=5706&idt=29&lang=PO

O primeiro António Carvalho Sim-Sim (1756-2-3, Alcáçovas/ f. depois de 1819, Alcáçovas) era filho de José Carvalho e de Teresa da Conceição, sendo o primogénito de seis descendentes. Em 1782, casa com Mariana Teresa, de quem terá nove filhos, entre os quais Luís Felizardo de Carvalho e António Carvalho Sim-Sim, os quais seguirão também o ofício de chocalheiro. Casa em segundas núpcias, em 1803, com Maria Joaquina, filha do chocalheiro António José, mas ficará viúvo novamente antes de 1813. O seu nome aparece referenciado como testemunha numa escritura efetuada nas Alcáçovas a 7 de Dezembro de 1777²⁹.

Em 1786, vem também mencionada a aquisição de uma vinha por parte de António de Carvalho Sim-Sim, designado como oficial de chocalheiro, ao seu cunhado Fausto Martins Alfeirão e à sua irmã Luísa Antónia³⁰.

Em 1813, a 1 de Novembro, os oficiais da Câmara de Alcáçovas elegem António Carvalho Sim-Sim como Juiz do ofício de chocalheiro, sucedendo a Gregório Vicente, cargo que desempenhará até Fevereiro de 1819, quando é nomeado para o mesmo Manuel Velho. No exercício deste cargo, sabe-se que examinou José do Carmo Velho, filho do chocalheiro Manuel Velho, e um outro chocalheiro também chamado Manuel Velho³¹. Foi também eleito pela mesma Câmara para desempenhar o cargo de recebedor da décima nos anos de 1801 e 1802 e fintor da décima de 1814 a 1816, e será fiador em processos de arrematação em 1789 e 1803 e abonador em 1792, factos que demonstram a sua idoneidade e capacidade financeira.

A sua casa (e muito provavelmente a sua oficina), referida já em 1793, situava-se na Rua Nova, na banda poente. Mais tarde, em 1816, vem a adquirir o foro de uma morada de casas, pertencente à Ordem Terceira de Alcáçovas por 4\$800 réis, também situada na Rua Nova, mas na banda nascente, composta por “seis casas térreas, dois fornos, dois quintais, hum de semear outro calçado, e pouso”.

Foi também detentor de várias propriedades, quer através de compra (uma vinha, no sítio da Cabeça Gorda, adquirida em 1786; uma vinha com olival, no Vale da Rata, referidos em 1799; uma vinha com suas oliveiras situada na Courela do Longo, que venderá em 1813), quer mediante arrendamento ou compra de foro anual (um bacelo na courela de São João, cujo foro anual venderá em 1793; toma à renda um ferragial e um olival sitos no Chão da Lage; um foro anual sobre uma vinha no sítio da Courela, que venderá em 1817). Detinha também gado (chega a ser encoimado pela Câmara, em 1801, por andarem dois bois seus à solta)³².

²⁹ AN/TT, ADE, Registos Notariais, Freguesia de Alcáçovas, Livro 6, fólio 44 a 46.

³⁰ AN/TT, ADE, Registos Notariais, Freguesia de Alcáçovas Livro 8, fólio 25v a 27.

³¹ A família Carmo Velho está relacionada com a atividade chocalheira nas Alcáçovas desde meados do século XVIII. Francisco do Carmo Velho, que foi referenciado anteriormente, é, como vimos, descendente desta família, através de Manuel do Carmo Velho.

³² Informação consultada em: http://paisagemid.pt/quem_ficha.aspx?idq=7170&idt=29&lang=PO

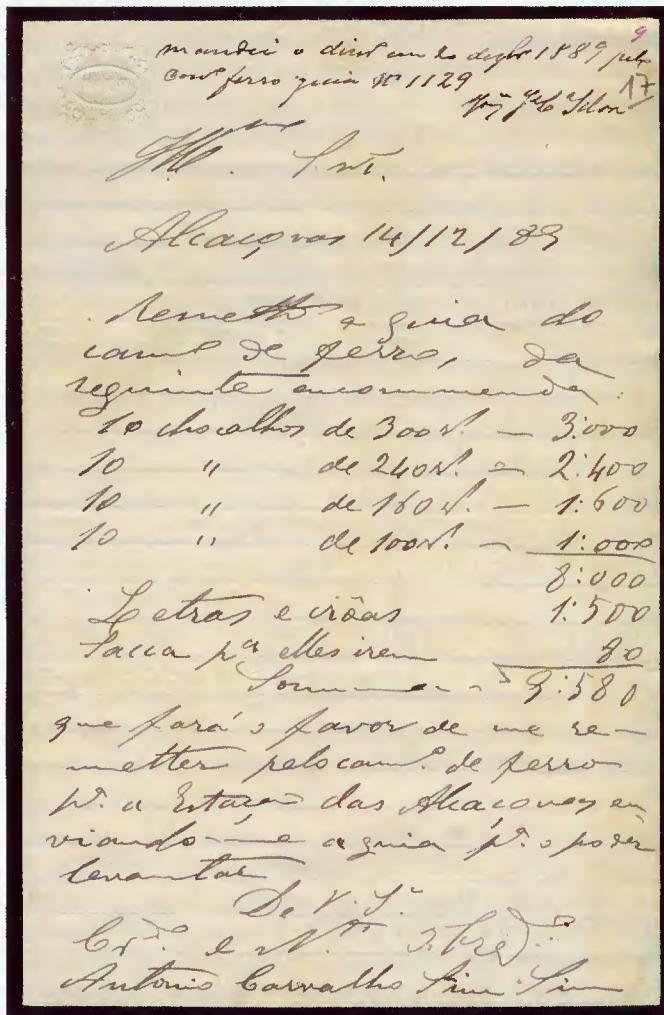
Segundo o investigador Paulo Lima³³, a família (Carvalho) Sim-Sim é possivelmente a mais antiga família de chocalheiros da Europa em laboração ininterrupta. De pais para filhos, desde, pelo menos, o ano de 1780 que os Sim-Sim fazem chocalhos. Ainda existem vários descendentes desta família nas Alcáçovas que continuam a manter a tradição a nível da produção de chocalhos, seguindo os ancestrais métodos de fabrico, aliados à utilização de novos processos, como a utilização dos fornos elétricos. Estes procedimentos não alteraram a qualidade do produto final, nomeadamente a sua característica mais importante, o som³⁴.

Este conjunto de informações permitiu a conceção de um expositor dedicado a esta coleção, em conjugação com a Coleção de Carruagens. O objetivo do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança baseou-se na possibilidade de conhecimento, por parte do visitante, relativamente à componente agropecuária da Casa de Bragança e da importância deste sector na gestão da Instituição, no final do século XIX.

³³ Licenciado em Antropologia (ISCTE-IUL), frequência de pós-graduação em Gestão e Empreendedorismo Cultural e Criativo (INDEG-IUL), mestrando (suspenso) em História Moderna e Contemporânea (ISCTE-IUL); doutorando em Antropologia (ISCTE-IUL). É Diretor da Casa do Cante (Serpa). Foi coordenador do Projeto de Valorização do PCI do Alentejo do Turismo Alentejo e Ribatejo, Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo (2014-2015).

Membro da comissão executiva (anos 2005-'09) da candidatura do Fado à lista representativa do património cultural imaterial da humanidade, apresentado à UNESCO em 2009; coordenador da candidatura do Cante Alentejano à lista representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, apresentado à UNESCO em 2013, elemento inscrito em 2014; responsável pela candidatura do Fabrico de Chocalhos à lista do Património Cultural Imaterial da Humanidade com necessidade de salvaguarda urgente, apresentado à UNESCO em 2014, elemento inscrito em 2015; coordenador do dossier de candidatura da Festa de São João de Sobrado à lista representativa do Património Cultural imaterial da Humanidade, a apresentar à UNESCO (2012-2015). Tem diversos trabalhos publicados, CD's artigos e monografias, em Portugal e no estrangeiro.

³⁴ CORREIA, André, Os Chocalhos e a sua relevância para a Vila das Alcáçovas, Esfera do Caos, 2013.



9 – Fatura da Oficina de António Carvalho Sim-Sim, emitida a 14 de Dezembro de 1889, referente a 40 chocahos, enviados das Alcácovas para Vendas Novas por comboio. Esta documentação encontra-se no Arquivo Histórico da Casa de Bragança, relativa ao Almoxarifado de Vendas Novas ©FCB.

Conclusão

Com uma coleção de cinquenta e um chocalhos (quarenta e quatro integrados no circuito expositivo da Coleção de Carruagens, sete na Delegação da Casa de Bragança, no Paço do Bispo e mais uma esquila³⁵), o Museu-Biblioteca da Casa de Bragança possui uma das mais representativas e interessantes coleções do género no território nacional, com o valor acrescido de deter documentação que comprova o fabrico e a aquisição das peças em 1867 e 1889, durante o reinado de D. Luís e durante o período em que o então Príncipe D. Carlos dirigia os destinos do Ducado de Bragança (1884-1889).

De facto, não existem, nos museus portugueses, coleções com um número tão significativo de chocalhos, para além do acervo do Mestre João Chibeles Penetra, no “Museu do Chocalho”, nas Alcáçovas.

Outra particularidade interessante reside na existência de documentos que comprovam a proveniência dos chocalhos das oficinas da localidade, de onde eram enviados, pela linha férrea, até Vendas Novas.

Os números incluídos nos dados de faturaçāo permitem constatar a elevada necessidade deste tipo de artefactos, para o grande número de reses que pastavam na Herdade do Vidigal e que constituíam um sustentáculo económico importante para a Casa de Bragança. Provavelmente, o avanço das pesquisas sobre a documentação do almoxarifado de Vendas Novas poderá trazer à luz novas informações, nomeadamente sobre novas notas de encomendas efetuadas a outros mestres chocalheiros de Alcáçovas.

Todos os exemplares que compõem a coleção que se encontra no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança são provenientes da Delegação da Fundação da Casa de Bragança de Vendas Novas, mais precisamente da Herdade do Vidigal e foram integrados no Museu Agrícola que funcionou na Quinta do Pessegueiro (anexa à anterior), de onde terão sido trazidos para Vila Viçosa em meados dos anos 90 do século XX³⁶.

³⁵ As esquilas são normalmente utilizadas em gado de menor porte, como ovelhas ou cabras e tem o formato de sino. Tal como os chocalhos, existia nas Alcáçovas uma forte tradição na produção destes objetos.

³⁶ Agradecemos ao Dr. Joaquim Saial pela revisão do texto agora apresentado, assim as sugestões relativamente ao seu conteúdo.

Bibliografia

Manuscritos

- AN/TT, ADE, Registos Notariais, Freguesia de Alcáçovas
Anuário Comercial de Évora (Alcáçovas), 1913, Arquivo Distrital de Évora
Museu-Biblioteca da Casa de Bragança – Arquivo Histórico da Casa de Bragança (AHCB).
Correspondência e Requerimentos 1881 a 1890, NNG 2539
Correspondência e Requerimentos 1891 a 1900, NNG 2540

Impressos

- CASQUEIRA, Fernando António Monteiro de Almeida, *Sons de Alcáçovas: estudo de uma coleção de chocalhos*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social e Económica, Lisboa, ISCTE, 2001.
- CORREIA, André, *Os Chocalhos e a sua relevância para a Vila das Alcáçovas*, 2013, Esfera do Caos.
- CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder: A Casa de Bragança (1384-1483)*, Fundação da Casa de Bragança, 1990.
- GONÇALVES, Iria, Amostra de Antropomímia Alentejana do Século XV, in *Do Tempo e da História*, revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, 1971, pp. 197-202 e 204.
- MONIZ, Manuel Carvalho, *Artesanato da Região do Alentejo*, Catálogo do IEFP, 2000.
- MONIZ, Manuel Carvalho, *Mesteirais na Casa dos 24*, Évora, 2000.
- RUAS, João, “Rei D. Carlos, duque de Bragança e Príncipe Lavrador”, Revista de Cultura Callipole n.º 16, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2008.

O MUSEU DOS CRISTOS DE SOUSEL

Ana Isabel Machadinha



Vista do actual Centro Cultural de Sousel, futuro Museu dos Cristos. 2017

O Museu dos Cristos de Sousel depende administrativamente do Município de Sousel e ficará instalado no edifício do atual Centro Cultural de Sousel, sítio no Largo do Convento, em Sousel. É uma instituição de natureza permanente, sem fins lucrativos, criado para o interesse coletivo, com acesso regular ao público, que reúne bens culturais e a informação que lhe está associada, tendo como vocação o estudo, a investigação, a recolha, a documentação, a conservação, a interpretação, a exposição e a divulgação do património histórico, religioso e cultural que integra o seu acervo.

O Museu dos Cristos de Sousel não é uma instituição isolada, mas um espaço socialmente ativo, culturalmente interessante e pedagogicamente útil. Apresenta um conjunto diversificado de iniciativas dirigidas a um público o mais vasto possível, visando a divulgação das suas coleções, a sensibilização para o património cultural local e regional e o respeito pela diversidade cultural.

Neste âmbito, o seu programa museológico contempla também a dinamização do património religioso do Concelho de Sousel, com o qual faz uma ponte, sugerindo alguns itinerários aos seus visitantes. A ideia é passar do espaço museológico, pensado e estruturado para a fruição/reflexão da coleção de imagens de Cristo, para os diferentes espaços religiosos sitos no território concelhio, os quais são importantes enquanto testemunhos de grande relevância sobre a nossa história e a formação da nossa identidade cultural.

Voltando um pouco atrás e ao falarmos sobre a ideia de fazer nascer um museu em Sousel, obriga-nos a recuar aos inícios da década de noventa, do século XX, quando o Município de Sousel adquiriu uma coleção de Imagens de Cristo à família Lobo, herdeiros do falecido Venceslau Lobo, um comerciante de antiguidades de Borba. A referida coleção é constituída por 1486 peças, das mais variadas tipologias, proveniências e épocas e foi sendo agrupada ao longo dos anos, pelo próprio antiquário e esteve exposta ao público no seu armazém, situado junto à Estrada Nacional N.º 4, entre Estremoz e Borba e que Venceslau Lobo intitulou de “Museu dos Cristos”.

O espólio esteve para ser vendido para o estrangeiro e, na altura, a autarquia de Sousel, presidida pelo Dr. Artur Ryder Torres Pereira, conseguiu adquirir a coleção, impedindo a sua saída de Portugal. Foi neste contexto que surgiu a primeira ideia de um museu em Sousel e terá sido, provavelmente, a ideia que mais se enraizou no imaginário local, ficando amplamente conhecida como “Museu dos Cristos de Sousel”.

Na altura foi encomendado um projeto museológico e um projeto arquitetónico ao arquiteto Alfredo da Mata Antunes (datado de Outubro de 1995), o qual ficaria situado numa zona central de Sousel, denominada Tapada da Portagem. O projeto era ambicioso e reuniu em torno de si diversas vontades mas, por diversas razões, acabou por não se concretizar.

No entanto a ideia de se construir um museu na sede do concelho nunca esmoreceu e durante cerca de duas décadas, estudaram-se outras hipóteses, fizéram-se novos projetos, com alguns avanços e recuos, mas por vários motivos também nenhum destes projetos acabou por vingar.

Em 2012 e após uma reflexão aprofundada dos prós e contras das várias hipóteses possíveis, optou-se por aquela que pareceu ser a hipótese mais exequível: a readaptação a museu de um edifício já propriedade da Câmara Municipal de Sousel.

O Museu dos Cristos de Sousel surgiu assim da vontade deste município em requalificar o seu património e colmatar uma série de limitações há muito sentidas, nomeadamente a curiosidade e o interesse despertado pela população local e por outros interessados nacionais e estrangeiros, por esta coleção, pelo seu valor simbólico e pela identidade particular que se lhe conferiu desde o início e que incentivaram a sua apresentação permanente num espaço próprio.

O edifício do Centro Cultural de Sousel passou a ser o imóvel disponível para remodelação e o atual projeto arquitetónico da autoria do arquiteto José Kuski Vieira (datado de Fevereiro de 2012) foi pensado com o intuito de o museu ser aí instalado.

De acordo com o atual projeto arquitetónico o edifício foi readaptado para se criarem os espaços museológicos necessários que distinguem um museu de outra qualquer obra civil.

É um edifício recente, constituído por três pisos: piso inferior, piso superior e cave e situa-se no jardim do Centro Cultural de Sousel, junto à Biblioteca Municipal Dr. António Garção e ao Auditório Municipal.

No atual projeto arquitetónico o Museu tem o seu acesso principal ao nível do piso inferior (intermédio), onde se situa a Receção, a qual desempenha ainda as funções de bengaleiro e Loja do Museu. A partir deste ponto o visitante tem quatro hipóteses à escolha:

1. – Iniciar a visita à exposição de longa duração, seguindo à direita;
2. – Visitar a sala das exposições temporárias, seguindo à esquerda;
3. – Usufruir das infraestruturas do Museu (Serviço Educativo, Cafetaria) seguindo à esquerda e com acesso por escadas;
4. – Dirigir-se ao Jardim do Centro Cultural seguindo em frente.

A Exposição de Longa Duração ocupa todo o espaço do lado direito desta estrutura arquitetónica, nos dois pisos que lhe foram destinados. Esta Inicia-se no piso inferior (piso de entrada/sala 1) e vai terminar no piso superior (sala 2), junto ao acesso ao elevador e à sala destinada aos Serviços Educativos.

Assumindo a função educativa como uma das suas principais missões, o Museu dos Cristos de Sousel pretende ir ao encontro dos objetivos dos vários estabelecimentos de ensino, trabalhando em parceria com os mesmos, assim como com a comunidade científica, cultural e civil. Por último, as Reservas do museu têm um espaço próprio e são visitáveis, perante marcação prévia dos interessados. Nesse espaço o visitante pode observar o remanescente do imenso acervo que não se encontra patente na exposição de longa duração, devidamente acondicionado, com vista à sua proteção e salvaguarda.

O Museu dos Cristos de Sousel possui uma vasta coleção de imagens de Cristo constituída, na sua maioria, por crucifixos das mais variadas tipologias, matérias, proveniências e épocas, que define a atual vocação multidisciplinar da instituição.

Esta coleção associada à representação da crucificação, da morte e da ressurreição de Jesus Cristo é maioritariamente constituída por peças tridimensionais, integrando um vasto conjunto de crucifixos produzidos num largo arco cronológico.

Pelas suas características, esta coleção representa uma ampla amostra da imaginária devocional, abundantemente representada em Portugal, cuja origem seria na sua maior parte nacional, mas onde encontramos espécimes africanos, indo-portugueses, provenientes da Terra Santa e de várias partes da Europa.

No ano de 2002 fez-se o transporte da coleção, acondicionada até então numa sala do Posto da Guarda Nacional Republicana de Sousel, para o gabinete do Núcleo Museológico da Câmara Municipal de Sousel e iniciou-se o inventário das peças, em formato de papel, o seu registo fotográfico e o tratamento no âmbito da conservação preventiva, com o intuito de proteção e salvaguarda de todo o espólio.

Posteriormente realizou-se a classificação do acervo, bem como, um estudo mais aprofundado das suas características individuais, devido à inexistência de qualquer tipo de documentação referente ao historial e ao percurso das peças ao longo dos tempos.

A coleção foi depois informatizada no programa Matriz e nos finais de 2008, deu-se início a uma intervenção direta em todo o espólio, de modo a tentar estabilizar e/ou eliminar os fatores de degradação do seu estado de preservação.

Com o intuito de divulgar a coleção e ao mesmo tempo satisfazer a curiosidade da população em relação a este seu património, o Núcleo Museológico da Câmara Municipal de Sousel iniciou em Junho de 2010 (atividade que se prolongou durante alguns anos) um Ciclo de Exposições Temporárias da Coleção de Cristos de Sousel, no qual se mostrou parte deste imenso acervo. Para além desta atividade foram também concretizadas algumas exposições itinerantes da coleção, em várias localidades portuguesas.

A Exposição de Longa duração

A Paixão, a Morte e a Ressurreição de Cristo estão entre as representações mais coerentes e frequentes registadas ao longo de toda a História da Arte Ocidental. Não será por isso, de estranhar que este museu onde a arte sagrada é o tema fulcral, apresente na sua área expositiva as diferentes fórmulas de representação deste ciclo da vida de Jesus Cristo que mostra em imagem os diversos modos de entender Cristo vivo, crucificado, morto e ressuscitado.

Na conceção da Exposição de Longa Duração foi feita uma seleção de imagens de Cristo, o que resultou num circuito expositivo dividido em sete núcleos temáticos. O discurso expositivo está organizado de acordo com a tipologia dos materiais, o carácter estilístico das peças e segundo uma lógica geográfica, pelo que estas se encontram agrupadas de acordo com o seu possível local de execução. A inclusão dos pontos multimédia no percurso expositivo, com um breve historial das peças mais representativas da coleção, permite também reforçar o interesse dos diferentes tipos de visitante que o Museu possa receber.

O espaço da Exposição de Longa duração desenvolve-se no piso inferior (piso de entrada), ao longo da ala direita desta estrutura arquitetónica, abraçando o mesmo perímetro no piso superior. Esta inicia-se com uma breve abordagem à história da coleção e do próprio Museu, à qual se seguem quatro núcleos expositivos: o primeiro dedicado à Arte Africana, o segundo inclui um conjunto de crucifixos oriundos da Terra Santa, o terceiro integra a Arte Indo-Portuguesa, com um conjunto de peças que transportam o visitante para as longínquas terras asiáticas e o quarto núcleo é dedicado à Escultura de Expressão Erudita Barroca e Tardo-Barroca, portuguesa e europeia.

No piso superior distribuem-se os restantes núcleos: a Escultura Popular que podemos subdividir na escultura de carácter e interpretação popular e na escultura de feitura popular e manifestamente artesanal ou pastoril.

Segue-se o núcleo das Cruzes Processionais e termina com um conjunto de vitrinas onde são mostradas uma série de medalhas e imagens fundidas de pequenas dimensões.

Exposição de Longa Duração:

Núcleo I

Escultura Africana

As influências culturais que atingem hoje em dia uma dimensão planetária, asseguradas por uma forte componente de virtualidade tiveram a antecedê-las longos períodos de contactos interculturais protagonizados em muitos casos por portugueses. Ao longo de cinco séculos a iconografia cristã e o comércio tornaram-se dois dos veículos estruturantes dessas relações e a costa ocidental de África foi um dos destinos privilegiados dos portugueses a partir de meados do século XV. Os ícones cristãos levados pelos missionários foram chegando a África cada vez em maior número e os objetos do culto cristão, produzidos localmente passaram a misturar linguagens formais europeias e africanas.

Este núcleo é composto por um conjunto de Imagens de produção indígena africana, produzidas com madeiras exóticas e são peças que pelas suas formas simples e estilizadas, criam uma expressividade muito própria da arte africana, reflexo das suas histórias, mitos e crenças.



Busto de Cristo

África, Angola
S./d.

Madeira exótica (pau preto)
20 x 17,3 cm
Inv. MCS 02 ESC



Crucifixo de Altar

África, Cabo Verde
S./d.

Madeira exótica (pau preto)
36,5 x 32 cm
Inv. MCS 13 ESC

Núcleo II

Escultura da Terra Santa

Neste núcleo integrou-se um conjunto de crucifixos de altar originários da Terra Santa, que são representativos da imaginária produzida nas oficinas franciscanas e exportadas para todo o mundo católico, onde eram muito apreciadas, não só pelo seu carácter devocional, mas também pelo exotismo da sua decoração.

Datados entre os séculos XVII-XIX, este género de crucifixos distinguem-se de todas as outras peças expostas, por serem executados com revestimento em madrepérola. Embora apresentem a sua estrutura interna em madeira, são cobertas por lâminas de madrepérola, gravadas com figurações que carregam objetos de uma multiplicidade de símbolos cristológicos.



Crucifixo de Altar

Terra Santa

Século XIX

Madeira e madrepérola com policromia

69,5 x 30 cm

Inv. MCS 15 ESC

Núcleo III

Escultura Indo-portuguesa

A abertura e consolidação das rotas marítimas e comerciais propiciada pela descoberta do caminho marítimo para a Índia (1498), a par com o ímpeto evangelizador das diferentes ordens religiosas que, sobretudo a partir do século XVI, se foram fixando nos territórios recém-conquistados, favoreceram o aparecimento de manifestações artísticas com especificidades próprias, agrupadas sob a designação genérica de Arte Indo-portuguesa. No Oriente português os missionários da Companhia de Jesus distinguiram-se pela forma como desenvolveram a sua ação catequética e os contatos culturais estabelecidos com as populações locais propiciando uma renovação da arte cristã. Assistiu-se à integração de modelos decorativos, técnicas e materiais orientais em formas ocidentais e à adoção de formas reproduzidas a partir da arte oriental.

Para este núcleo selecionou-se um conjunto de crucifixos produzidos em madeiras exóticas e com a representação de Cristo crucificado em marfim, resultantes da adaptação e implantação de modelos europeus em articulação com as diversidades culturais, técnicas e materiais que refletem a sua produção *in Loco*, o esplendor e exotismo que os caracteriza sublinham a miscigenação e o caráter híbrido destes objetos, produzidos de forma maciça entre os séculos XVII e XVIII, por imposição das necessidades locais e do abastecimento do mercado europeu.



Crucifixo de Altar Indo-português

Oriente/ Índia

Século XVII-XVIII

Marfim com vestígios de policromia,
madeira exótica e prata

110,5 x 49,1 cm

Inv. MCS 31 ESC

Núcleo IV

Escultura de expressão erudita barroca e tardo-barroca

O núcleo da imaginária erudita é composto por um conjunto de peças nacionais e europeias, do período barroco e tardo-barroco caracterizado pela sua qualidade artística, fruto do rigor da execução e dos conhecimentos dos seus autores, provavelmente oriundos de centros de produção, como sejam as escolas e/ou oficinas portuguesas e europeias de arte sacra.

A primeira característica reconhecível e típica da escultura barroca é a sua omnipresença. Este tipo de escultura privilegia o movimento. As figuras deixam de ser representadas numa atitude de repouso para serem apresentadas no meio de uma ação.

Revela uma tendência para a criação de composições onde as figuras parecem mover-se com gestos e atitudes cheias de expressão teatral, transmitindo a paixão, a dor ou o sofrimento, com a acentuação dos gestos, das posições e das expressões faciais e corporais, visando a dramaticidade dos conteúdos.



Crucifixo de Altar

Itália/Florença

Século XVIII

Madeira policromada e prata

79 x 29,5 cm

Inv. MCS 83 ESC

Núcleo V

Escultura Popular

O grupo mais representativo desta coleção integra-se na Escultura Popular, divulgando uma ampla mostra da imaginária devocional, abundantemente representada de norte a sul de Portugal. Devido ao cariz popular e regional das peças e às variadas tipologias, materiais e épocas que as compõem, este núcleo foi subdividido no conjunto dos Crucifixos de carácter e interpretação popular e no lote de Crucifixos de feitura popular e manifestamente artesanal ou pastoril.

O primeiro conjunto de peças, apesar da forte influência erudita preserva ainda uma certa dose de autonomia e ingenuidade, tão características da escultura popular.

Já o lote de Crucifixos de feitura popular e manifestamente artesanal ou pastoril foram concebidos fora dos cânones de gosto estabelecidos, onde os seus autores inspirando-se nos acontecimentos locais e regionais imaginaram e criaram a sua obra.



Calvário Popular

Portugal/Região Norte/Minho

Século XVII-XVIII

Madeira policromada

66 x 30 cm

Inv. MCS 151 ESC

Núcleo VI

Cruzes Processionais

A coleção aqui patente engloba um conjunto de cruzes processionais atribuíveis a um período cronológico que oscila entre os séculos XIII e XIX. Executadas em diversos metais e de várias dimensões selecionamos para este núcleo, alguns exemplares ilustrativos destas alfaias religiosas.

Como espécimes mais recuados registam-se duas cruzes processionais, executadas em cobre e que podem ser originárias das oficinas de Limoges dos séculos XIII ou XIV, ou de outras influenciadas por estas, pois trata-se de um período em que as influências de Limoges, mais se fizeram sentir na Europa Ocidental.

Um outro tipo de cruzes representado nesta mostra são as denominadas Cruzes Peninsulares. Datáveis dos séculos XIV a XVI, estes espécimes ostentam as extremidades flordelizadas e são despojadas de outro tipo de ornamentação,

exibindo algumas destas, apenas as figuras da Virgem e de São João Evangelista nas hastes laterais da cruz.

Quanto ao grupo das Cruzes Nacionais atribuíveis aos séculos XV ou XVI, destaca-se um exemplar em placa de bronze, fundida e recortada com vestígios de prateamento, que aponta cronologicamente já para os alvores do século XVI, o que corresponde também ao gosto exuberante e naturalista da decoração, com evidentes afinidades formais com alguma ornamentação arquitetónica manuelina.



Cruz Processional

Península Ibérica (?)

Século XIII-XIV (inícios)

Cobre com vestígios de douramento; vidros coloridos

84,5 x 40 cm

Inv. MCS 03 MET

Núcleo VII

Conjuntos de imagens e medalhas de pequenas dimensões

O conjunto das peças em metal da coleção de Cristos de Sousel estrutura-se em torno de dois grupos de maior relevância. O primeiro referente ao núcleo das cruzes processoriais e o segundo, mais diversificado em termos de qualidade artística, integra um variado número de peças, a maioria de pequenas dimensões, executadas em metal não precioso, que constituem uma outra tipologia presente nesta exposição de longa duração.

Para este último núcleo foram selecionadas um conjunto diversificado de imagens de Cristo, medalhas, crucifixos, alguns exemplares da cruz de Caravaca, entre outros objetos. Estas peças são também a expressão de um artista e de uma devoção, reunindo em si duas importantes vertentes: a Arte e a Fé.



Cristo Crucificado

Século XIII (?)

Bronze

18,5 x 9,9 cm

Inv. MCS 222 MET

Recensões críticas

223102 200000Z

MIGUEL SOROMENHO, “O CONVENTO DOS AGOSTINHOS DE VILA VIÇOSA, PANTEÃO DOS DUQUES DE BRAGANÇA”, FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA, 2017

António Rosa

O livro *O Convento dos Agostinhos de Vila Viçosa, panteão dos duques de Bragança*, da autoria do Dr. Miguel Soromenho, publicado pela Fundação da Casa de Bragança em Março de 2017, é o 3.º livro da colecção Livros de Muitas Cousas, com que esta fundação nos vem presenteando periodicamente com assuntos relacionados com a *Sereníssima Casa*. Surgiu a público, apresentado no próprio Convento do Agostinhos de Vila Viçosa a 5 de Maio, precisamente na data em que se comemoravam 750 anos sobre a fundação do Convento de N.ª Sr.ª da Graça, dos frades agostinianos, que tanta relevância teve para a elevação da pequena aldeia de Valviçoso à categoria de vila, aforada por D. Afonso III dois anos mais tarde.

O seu autor, o Dr. Miguel Conceição Silva Soromenho, pessoa de alta craveira intelectual, reconhecida no meio cultural nacional e internacional, é Licenciado em História e Mestre em História da Arte, Técnico Superior da DGPC no MNAA, professor e investigador profundo da arte nos séculos XVII e XVIII e vem, desde há alguns anos e entre muitas outras coisas, a dedicar-se ao estudo deste Convento que tão esquecido está entre os monumentos calipolenses e que tanto empenho mereceu por parte dos duques de Bragança que dele fizeram a sua última morada. Com este extraordinário contributo fica assim paga uma dívida antiga.

A obra, escrita num estilo primoroso e muito bem encadeado, rica de notas de rodapé que fazem adivinhar centenas de horas de estudo e de consulta bibliográfica relacionada, distingue duas partes fundamentais embora não o faça de uma maneira explícita: uma primeira, a que corresponde cronologicamente a fase que

vai desde os primeiros duques até à coroação do 8.º duque, D. João II, como rei, o *rei restaurador*, e uma segunda parte, após 1640 e até à actualidade, já sem o duque residente na vila mas, nem por isso menos dedicado à sua protecção.

O autor relata de um modo bastante interessante, na primeira fase da consolidação do convento, o jogo de interesses mútuos e continuados entre os frades e os duques, numa simbiose perfeita, em que aqueles aproveitavam as benesses, a protecção e as regalias que o forte mecenato do ducado lhes proporcionava e estes demonstravam o seu poderio e influência sobre a igreja, chegando inclusivamente o duque D. Jaime a conseguir uma autorização papal para ser ele a nomear o Prior do convento. Aos frades agradava tanto esta protecção ducal que se sentiam desobrigados de acatar as reformas que se vinham operando na Ordem agostiniana e que lhes impunham mais deveres e rigor disciplinar, ficando a própria Ordem muitas vezes incapaz de os aplicar com efectividade na casa de Vila Viçosa.

Na obra podemos vislumbrar que, na primeira fase, a preocupação dos Bragança em relação ao Convento dos Agostinhos se centrava nas obras de valorização do espaço que, ficando fronteiro ao paço novo construído por D. Jaime, necessitava ser dignificado para poder servir de recepção e alojamento às ilustres visitas que a casa ducal recebia e muitas foram, algumas relatadas pelos cronistas da época que referem que a importância dada pelos duques à igreja do convento de Santo Agostinho era tal que era nesse espaço que se desenrolavam as mais importantes festividades religiosas, como foram o casamento do infante D. Duarte, filho do rei D. João III, com D.^a Isabel, filha do duque D. Jaime, em 1537. Mais tarde, em 1584, foi também nos Agostinhos que foi recebida a embaixada Tenshō do Japão que, com destino a Roma em visita ao papa, fez passagem por Portugal e particularmente por Vila Viçosa, orientada pelos jesuítas que pretendiam impressionar os jovens embaixadores com as riquezas do ocidente e do reino de Portugal. Mais tarde ainda, em 1592, a igreja de Santo Agostinho recebeu a visita das relíquias de um santo, São Manços, vindas de Madrid por especial deferência do rei Filipe II de Espanha que as restituíu a Portugal, estando a igreja engalanada com a mais requintada decoração para acolher tão significativo evento.

Mas não se ficava apenas pela função de sala de visitas ducal a vocação do Convento de Santo Agostinho. Também foi, desde logo pelo 5.º duque, D. Teodósio I, apetrechado para as novas funções que na época se adivinhavam, como seria a instalação de uma universidade, apoiada pelo saber e cultura dos frades agostinianos que se encarregariam da docência e que colmataria a ausência de estudos superiores qualificados para os jovens duques e restante aristocracia que constituía a corte ducal.

Ora uma universidade necessitava imperiosamente do apoio de uma considerável biblioteca e o convento de N.^a Sr.^a da Graça dos Agostinhos de Vila Viçosa tinha uma biblioteca relativamente pequena até quando comparada com as bibliotecas de outras casas conventuais da época. Assim, sem que se saiba muito bem ao certo a composição desse núcleo primitivo de livros, apontam as primeiras referências para cerca de quinhentos volumes, dos quais cento e trinta esta-

vam requisitados pelos frades professores das aulas que já aí se ministravam no Colégio patrocinado pelo duque. É um número bastante reduzido de volumes e títulos, o que leva o autor a presumir a facilitação do acesso à biblioteca do paço, que D. Teodósio I apetrechava com o que de melhor se escrevia à época em todas as áreas do saber, por parte dos frades que eventualmente a usariam como suporte á sua própria biblioteca para a preparação das aulas. No entanto, os priores do convento tiveram sempre a preocupação de aumentar a sua livraria com a aquisição de novos livros, diversificando a temática das obras adquiridas, especialmente na última fase da sua existência, antes da extinção das ordens religiosas em meados do séc. XIX (1834). Em 1825 a biblioteca do convento dos Agostinhos recebeu 563 livros doados pelo tenente-coronel Cristóvão Avelino Dias, o que foi motivo para a sua reorganização estrutural. Este património, conjuntamente com as bibliotecas de mais dois extintos conventos da vila, bem como as estantes e outro equipamento, constituem ainda hoje uma das riquezas de Vila Viçosa, a sua biblioteca municipal.

Quanto à universidade, apesar de todas as diligências feitas pelos vários duques ao longo do tempo, foram várias as razões que obstaram à sua criação em Vila Viçosa, no convento dos frades agostinianos que comporiam o corpo docente desta, sendo seus lentes. Uma das primeiras terá sido a morte do duque D. Teodósio I, mentor do projecto, principal entusiasta da ideia e que muito batalhou para a levar avante. O seu filho, D. João I, muito jovem ainda e a duquesa viúva não tiveram a determinação suficiente para dar continuidade ao propósito do duque falecido. Apesar da existência já de uma bula papal com a autorização para a sua criação, com regalias idênticas às da universidade de Coimbra, permitindo doutoramentos em Cânones, Leis e Medicina, e uma obra já encetada de adaptação do convento a esta nova função, não chegou a concretizar-se. Toda esta inoperância do jovem duque criou uma perda de oportunidade que, aliada a outros interesses divergentes como a oposição dos clérigos de Évora que a pretendiam ver instalada naquela cidade, onde seria muito mais importante pois abrangeia muito mais população; a oposição dos jesuítas que eram uma verdadeira autoridade religiosa e a oposição um pouco mais tarde do próprio cardeal D. Henrique, grande amante de Évora, fizeram gorar as expectativas, abandonando o duque D. João II definitivamente a ideia, preocupado como estava com a ocupação espanhola.

Na segunda fase da obra, que aliás se encadeia perfeitamente com a primeira até do ponto de vista cronológico, o autor dá ênfase à construção do panteão ducal nos Agostinhos, uma ideia que já vinha na família desde os tempos de D. Nuno Álvares Pereira, trisavô de D. Jaime, que pretendeu aí ser sepultado na capela-mor da igreja. Entretanto, passados já mais de três séculos sobre a sua construção, quer o convento quer a igreja denotavam avançado estado de degradação, apesar de pequenas obras de conservação que os duques sempre foram custeando. Em 1633, um incêndio que desflagrou nas cocheiras, causado pelos foguetes da festa de casamento de D. João II com D.^a Luísa de Gusmão, destruiu parte do convento e no ano seguinte ruiu a igreja que de “*pura velhice se vejo de repente ao chão, com hum baque, que fez tremer a villa toda*”.

O duque D. João II teve então que deitar mãos à obra de fundo que desde o tempo do seu trisavô D. Jaime, falecido em 1532, vinha inexplicavelmente a ser adiada pelos seus antecessores. Assim, começou-se a construir uma nova igreja para o convento dos Agostinhos com uma capela-mor adaptada a panteão ducal, dando-lhe a magnificência e ostentação capazes de realçar o poderio dos Bragança. Fora intenção de D. Jaime construir uma capela-mor nos Agostinhos com funções de panteão ducal, tentando assim ombrear em ostentação com a casa real portuguesa e com as demais casas nobres da Europa e seguindo assim o fino gosto artístico, então em voga entre a aristocracia dos finais do séc. XV e inícios do séc. XVI, no repouso a dar aos seus ancestrais. A atribuição dos espaços sepulcrais dentro das igrejas, com a escolha do espaço físico para a colocação dos mausoléus e até mesmo das simples sepulturas, era tema importante entre os nobres da época. O valor propagandístico do espaço privilegiado da capela-mor, como forma de legitimação da linhagem dinástica, foi apercebido pelo duque D. Jaime como o de eleição para tal propósito, seguindo a linha das mais importantes casas nobres da Europa, tal como veio a acontecer com a *Capilla de los Reyes Católicos* em Granada (1517), como panteão dinástico.

Assim, os túmulos ducais ficaram nas laterais do altar-mor, o local mais nobre, estando três do lado da Epístola e três do lado do Evangelho, hierarquicamente dispostos, e os outros de menor relevância distribuídos pelos braços do transepto, já da nova igreja, que se desenvolve longitudinalmente em cruz latina.

Mas nem sempre a aristocracia seguiu esta tendência de escolha espacial do espaço sepulcral no interior das igrejas. Casos houveram de nobres que, por modéstia ou por se acharem indignos de ocupar com os seus restos mortais o mesmo espaço físico em que Cristo, na consagração eucarística, se sacrificava pelo Homem, preferiram deixar registada a pretensão de serem enterrados em zonas menos nobres da igreja, como os claustros, o coro ou a galilé, ou em espaços a ela anexos, como capelas-mausoléu construídas ao lado da igreja, tal como acontece no mosteiro da Batalha.

Quanto à nova igreja de N.^a Sr.^a da Graça do convento dos Agostinhos, iniciada pelo duque D. João II em 1634, já não seguiu o projecto inicial de D. Jaime, se é que houve mesmo projecto delineado, pois por muito vanguardista que ele fosse estaria certamente desactualizado face aos novos gostos arquitectónicos que a moda ditava século e meio depois. Assim, o modelo arquitectónico seguido foi baseado no da igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa, mas em versão muito mais modesta, com uma fachada enquadrada também por duas torres sineiras quadrangulares, com galilé enbebida na frontaria e resguardada por gradaria férrea, protegendo o portal principal, onde se vê um medalhão oval com a figura de Santo Agostinho, colocado no tímpano de um frontão curvo de arco interrompido. Solução idêntica mas com a figura de N.^a Sr.^a da Graça foi encontrada para o outro portal, de menor dimensão e orientado a sul, que abre a igreja pelo transepto para o adro de Santo Agostinho. A fachada, ao nível da planta baixa, é revestida a mármore, muito à semelhança do paço que lhe fica fronteiro, tendo ao nível do piso superior cinco amplos vãos que constituem a principal fonte de iluminação da igreja e muito especialmente do coro, onde se

encontram estes janelões, todos com frontões triangulares, à excepção do central que, à semelhança dos portais tem um medalhão com as insígnias da Ordem de Santo Agostinho, com a águia bicéfala e o coração trespassado.

A planta da igreja é em cruz latina, com uma nave central ladeada por seis amplas capelas, três a cada lado e comunicando entre si, bem ao gosto dos jesuítas, tal como a existência de dois magníficos púlpitos de mármore à entrada do cruzeiro. Sobre este existe uma grandiosa cúpula octogonal, sui generis, sem zimbório mas com quatro frestas que ajudam a iluminar o corpo central da igreja. As coberturas são em abóbada de canhão, decoradas internamente por pinturas de grotescos.

A responsabilidade das obras, na fase inicial destas, coube a Pero Vaz Pereira, arquitecto da casa ducal, e também a Jerónimo Rodrigues, seu discípulo. Mas as obras até à conclusão da igreja prolongaram-se por mais de 35 anos, havendo portanto outros intervenientes, tanto mais que com a subida do duque ao trono estava facilitado o intercâmbio de artistas entre a casa real e a casa ducal, passando esta a poder dispor dos arquitectos reais. O mestre-de-obras em 1647 era Diogo Fernandes, a que sucedeu no cargo Francisco Gonçalves, sendo as obras da igreja dos Agostinhos supervisionadas a partir de Lisboa, como se comprova por interessante documentação, que inclui plantas de pormenor da capela-mor, trocada entre Francisco Gonçalves e o supervisor António Cavide, e que o autor nos apresenta neste livro.

O autor consegue também apresentar toda uma série de referências aos contratos das empreitadas, com os detalhes de execução, os materiais utilizados e com os nomes dos arquitectos, mestres-de-obras e alvenéus responsáveis pelos trabalhos ao longo das várias fases, muitos deles com obras também noutras igrejas da vila e não só, verificando-se a existência de uma verdadeira linhagem de artistas, com os seus ofícios a passarem dos pais para os filhos, a quem ensinaram, criando verdadeiras escolas, que atestam a consanguinidade artística.

Miguel Soromenho descreve também, com grande riqueza de detalhes e muitas vezes ao pormenor, o evoluir dos trabalhos de construção e obras de remodelação que, quer o convento quer especialmente a igreja, a partir de 1635, vieram a sofrer ao longo dos séculos, com avanços e revezes, deixando ao leitor a impressão que aquele espaço se manteve permanentemente em obras desde a sua fundação há 750 anos, lutando os trabalhos com sérias dificuldades financeiras em determinadas épocas, mas sempre apoiados pelo mecenato da casa ducal, por vezes pela coroa, especialmente ao longo da última dinastia, e também, em tempos mais recentes e já da República, com obras de beneficiação da estrutura, da cúpula e das fachadas exteriores, pela Fundação da Casa de Bragança e pela DGPC, demonstrando que, havendo vontade, a conservação do património é transversal às mudanças de regime político. Note-se que a última intervenção, nos azulejos da capela de São Nicolau Tolentino, foi em 2016.

É curioso reparar na forma subtil como o autor vai intercalando no meio das descrições sobre a vida do convento e da corte ducal pormenores técnicos profundos sobre os estilos artísticos aplicados neste ou naquele detalhe da construção e assim vai fazendo, com extraordinária mestria, a sua história da arte neste

convento de N.^a Sr.^a da Graça dos Agostinhos de Vila Viçosa, em que o prolongar das obras e a sua demora na execução, pelos mais diversos motivos, fizeram alterações aos gostos iniciais projectados e acabaram por se realizar não conforme o planeado mas sim de acordo com as normas que a moda ia ditando na altura da sua execução. Especialmente na decoração dos interiores, veja-se o caso de algumas das capelas laterais da igreja que, tendo sido planeadas para receber uma decoração com retábulos de talha dourada acabaram por ficar de modo diferente. Aquelas em que a interrupção das obras por falta de verbas apanhou já com instalação da talha, mas sem o respectivo douramento, assim ficaram com o madeiramento visível. Encontramos assim, em apenas seis capelas, diferentes tipos de decoração interior correspondentes a gostos distintos nas fases distintas da sua conclusão. A talha policromada na Capela de N.^a Sr.^a da Conceição. O revestimento azulejar parietal da Capela de São Nicolau Tolentino, em que os azulejos historiados relatam várias passagens da vida do santo. Outras ainda, de uma fase mais contemporânea, ficaram com revestimentos em painéis de mármore de cores branco, rosa e azul, tão característico da região, tirando partido do efeito visual dos contrastes cromáticos deste material extraordinário, como a Capela de Santa Rita de Cássia ou como o altar do cruzeiro. Há, na igreja dos Agostinhos, uma verdadeira “sobreposição de tempos artísticos no séc. XVII”, como escreveu Lícínia Lampreia.

Confrontando a informação do texto com a de outras fontes, observamos que o autor, Miguel Soromenho, discorda da afirmação do padre Espanca a propósito da orientação da porta principal do primitivo convento, que, a página 105 do Compêndio de Notícias de Vila Viçosa refere que tinha “serventia para o terreiro do sul, que sempre se chamou antigamente – adro de Santo Agostinho”. A este respeito, Túlio Espanca, no Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora, volume IX, a página 542, refere “No adro, que olha ao sul, assinalando a primitiva frontaria do templo, que da fundação olhava ao terreiro de Santo Agostinho, ou de N.^a Sr.^a da Graça, existe um formoso cruzeiro...”, o que corrobora a informação do padre Espanca, mas esta informação pode enfermar do erro de ter origem nessa própria fonte, já que Túlio Espanca seria leitor assíduo do seu antigo parente. António de Oliveira de Cadornega, na sua Descrição de Vila Viçosa, sobre isto nada refere. Francisco de Moraes Sardinha, em O Parnaso de Vila Viçosa, a página 137 da edição da H.P. Comunicação, anotada por Christopher C. Lund, refere “Do castelo se sai por uma descida muito pequena ao terreiro de Dom João, do qual vão três ruas sair ao terreiro da Fonte Grande e dali por uma só rua a uma parte do adro de Santo Agostinho”, o que topograficamente corresponde ao terreiro do lado sul, hoje ajardinado. Para Miguel Soromenho, a fachada do primitivo convento teria desde logo a orientação poente, no entanto parece perfeitamente natural que, não havendo ainda na altura mais do que pomares e hortas na zona onde D. Jaime veio a construir o paço, o convento tivesse inicialmente porta para o lado sul, orientando-se assim numa posição frontal ao castelo, tanto mais que bem próximo do centro do referido adro existiam dois dos mais importantes mananciais de água da vila, a Fonte Grande e a Fonte Pequena, vindo mais tarde, após a instalação dos duques no paço, a orientar a sua entrada para o lado poente, fronteiro à nova casa ducal.

Em jeito de conclusão podemos apreciar nesta obra:

- a ligação do convento à constituição da vila
- o mecenato dos Bragança
- o aproveitamento das benesses e regalias por parte dos monges agostinianos
- a tentativa constante do ducado em ombrear com a casa real e com as mais distintas casas da aristocracia da época
- a constituição da biblioteca do convento, imprescindível para o projecto da criação da universidade em Vila Viçosa
- os impedimentos e contrariedades que os duques sofreram sem conseguir atingir a instalação da universidade
- o desejo de criação de um panteão ducal para os Bragança
- as intermináveis obras no convento e na igreja nova
- o mérito do autor ao conseguir compilar tanta informação dispersa sobre o convento dos Agostinhos e trazê-la a público neste pequeno livro maravilhoso que reputo de leitura obrigatória.



DA INESTIMÁVEL CONTRIBUIÇÃO

João Ruas

Da inestimável contribuição da história local para história geral, nunca será despiciente dar relevo a essa tarefa que pode surgir como de pequena monta, mas aparece na realidade como pedra necessária para fazer surgir o grande monumento.

Este nosso artigo refere-se ao livro do Dr. Tiago Passão Salgueiro, “Torre do Cabedal e Pomar d’El-Rei” cujo subtítulo evidencia bem a nossa proposição inicial – “Património esquecido de Ciladas, Vila Viçosa”.

O nosso caminho aqui é o de seguirmos passo a passo o percurso do autor através destes “dois dos exemplos representativos do mundo romano no concelho [que] são precisamente a “villa” da Torre do Cabedal e a “necrópole” de “Pomar d’El-Rei” (p. 13); para nos dar depois uma lista mais abrangente destes sítios já na p. 17. Passamos aos objectos aí encontrados e ao tipo de exploração agrícolaposta em prática.

O foral medieval de D. Afonso III em 1270 ajuda a fixar mais população pois atribui a Vila Viçosa “um vasto conjunto de isenções e privilégios”. Acresce também o facto da fertilidade das terras ser importante para a agricultura e consequente povoamento.

Em meados do século XV passou esta vila a ser “pertença da Casa de Bragança em 1442” e a partir do início do século XVI, com a construção do Paço Ducal, transformou-se na capital do ducado e veio a ser exemplo de vila renascentista com o senhorio sobre doze concelhos.

A descrição das herdades que são o objecto deste estudo vai prolongar-se por 36 páginas e o texto culmina com um repleto conjunto de conclusões que se estende por mais de uma dúzia de páginas. Segue-se uma bibliografia de duas folhas e por fim, o registo fotográfico da p. 87 até à 109. Termina assim esta edição de Autor que carecia ter sido confiada a um gráfico para uma composição mais harmoniosa.

Trabalho excelente como outros a que o autor já nos habituou, embora este vá ao encontro de uma posição que sempre defendemos, isto é, Vila Viçosa tem um riquíssimo património, anterior à presença da Casa de Bragança.

Sabemos ainda pouco da sua Idade Média e muito menos do período romano. Aqui temos mais uma pedra singela para se compreender o que foi a vila e a região, no período anterior à sua dimensão nacional e que agora se quer mundial.



COLIBRI – ARTES GRÁFICAS

APARTADO 42 001 – 1601-801 LISBOA

TELEFONE | (+351) 21 931 74 99

www.edi-colibri.pt | colibri@edi-colibri.pt

TABLE I. Comparison of the measured and calculated values of σ_{tot} and σ_{scat}

Energy (eV)	σ_{tot} (cm 2)		σ_{scat} (cm 2)	
	Calculated	Measured	Calculated	Measured
1.0	1.0	1.0	0.000	0.000
2.0	1.0	1.0	0.000	0.000
3.0	1.0	1.0	0.000	0.000
4.0	1.0	1.0	0.000	0.000
5.0	1.0	1.0	0.000	0.000
6.0	1.0	1.0	0.000	0.000
7.0	1.0	1.0	0.000	0.000
8.0	1.0	1.0	0.000	0.000
9.0	1.0	1.0	0.000	0.000
10.0	1.0	1.0	0.000	0.000
12.0	1.0	1.0	0.000	0.000
15.0	1.0	1.0	0.000	0.000
20.0	1.0	1.0	0.000	0.000
30.0	1.0	1.0	0.000	0.000
50.0	1.0	1.0	0.000	0.000
100.0	1.0	1.0	0.000	0.000
200.0	1.0	1.0	0.000	0.000
500.0	1.0	1.0	0.000	0.000
1000.0	1.0	1.0	0.000	0.000

calculated values of σ_{tot} and σ_{scat} are given in Table I.

The calculated values of σ_{tot} and σ_{scat} are plotted in Figs. 1 and 2, respectively.

The calculated values of σ_{tot} and σ_{scat} are given in Table I.

The calculated values of σ_{tot} and σ_{scat} are given in Table I.

The calculated values of σ_{tot} and σ_{scat} are given in Table I.

The calculated values of σ_{tot} and σ_{scat} are given in Table I.

The calculated values of σ_{tot} and σ_{scat} are given in Table I.

The calculated values of σ_{tot} and σ_{scat} are given in Table I.

The calculated values of σ_{tot} and σ_{scat} are given in Table I.

The calculated values of σ_{tot} and σ_{scat} are given in Table I.

The calculated values of σ_{tot} and σ_{scat} are given in Table I.

The calculated values of σ_{tot} and σ_{scat} are given in Table I.

The calculated values of σ_{tot} and σ_{scat} are given in Table I.

The calculated values of σ_{tot} and σ_{scat} are given in Table I.









**Município de Vila Viçosa
Câmara Municipal**